



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA  
CURSO DE DOUTORADO

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA

**CIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO *CONSENSO DESENVOLVIMENTISTA* NA  
AMAZÔNIA A PARTIR DE QUATRO CIENTISTAS DURANTE A DITADURA  
MILITAR (PARÁ, 1964-1985)**

BELÉM-PA  
2024

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA

**CIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO *CONSENSO DESENVOLVIMENTISTA* NA  
AMAZÔNIA A PARTIR DE QUATRO CIENTISTAS DURANTE A DITADURA  
MILITAR (PARÁ, 1964-1985)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito para conclusão do curso de Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha

BELÉM-PA  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

Sbrana, Tayanná Santos de Jesus.

Ciência e construção do consenso desenvolvimentista na  
Amazônia a partir de quatro cientistas durante a Ditadura Militar  
(Pará, 1964-1985) / Tayanná Santos de Jesus Sbrana. — 2024.  
351 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Belém, 2024.

1. Desenvolvimento. 2. Amazônia. 3. Instituições. 4.  
Cientistas. 5. Ditadura Militar. I. Título.

CDD 918.11

---

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA

**CIÊNCIA E CONSTRUÇÃO DO *CONSENSO DESENVOLVIMENTISTA* NA  
AMAZÔNIA A PARTIR DE QUATRO CIENTISTAS DURANTE A DITADURA  
MILITAR (PARÁ, 1964-1985)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito para conclusão do curso de Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha

Data de aprovação: 08/03/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Pere Petit Peñarrocha (orientador)  
Universidade Federal do Pará

---

Profa. Dra. Leila Mourão Miranda (examinadora interna)  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. Antonio Mauricio Dias da Costa (examinador interno)  
Universidade Federal do Pará

---

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (examinador externo)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Cíndia Brustolin (examinadora externa)  
Universidade Federal do Maranhão

*Para Máxima (in memoriam) e Yulio José:  
começo, meio e começo.*

## AGRADECIMENTOS

A realização do Doutorado em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, é a concretização de sonhos partilhados. Minha trajetória tem sido construída por meio de uma trama coletiva e aqui busco falar de algumas pessoas e grupos que estiveram e estão caminhando ao meu lado.

Agradeço ao meu companheiro, parceiro, melhor amigo e esposo Darlan Rodrigo por sempre ter segurado minhas mãos e ter andado ao meu lado, lutando, sonhando, criando, destruindo e reconstruindo nossas rotas. Nada foi fácil e tudo foi possível por ter nele uma pessoa compreensiva, incentivadora, empática, respeitosa e leal. Muito obrigada por todo amor, por ter suportado o processo do início até aqui, sempre disposto a cuidar de nossa trajetória enquanto companheiros, pesquisadores, parceiros de vida. Escrevemos nossas teses quase que ao mesmo tempo, passando por uma gravidez, uma pandemia mundial, várias mudanças de cidade, lutas por emprego, conquistas sempre coletivas, enfim, os complicados processos que compõem a escolha cotidiana da partilha e da construção de um outro mundo. Não há palavras para expressar como sou grata pelo nosso encontro. Você, Darlan, é meu alicerce.

Agradeço ao universo por ter me dado a honra de ser mãe do Yulio José, essa criança maravilhosa e criativa que nasceu durante a gestação dessa tese e tem me acompanhado, desde o ventre, nos espaços de pesquisa, de estudo, em viagens difíceis, no isolamento do pós-parto e da pandemia de covid, nas nossas várias mudanças em busca de sobrevivência. Yulio, cujo nome fala de eternidade, inspira todas as minhas lutas e por ele eu cheguei até aqui: para que seu caminho esteja aplainado.

Sou grata à minha mãe Kátia Regina e ao meu pai Antonio José por terem me ensinado a gostar de estudar desde muito cedo, especialmente à minha mãe, que também é professora e que foi minha primeira inspiração intelectual. A lembrança que tenho é das vezes em que a vi estudando nas madrugadas ou indo para a universidade ou ainda concluindo sua graduação e sendo aprovada em concursos públicos. Pelas vias tortuosas da vida, me encontro numa busca parecida.

Agradeço à minha irmã Lorenna, pois também sempre esteve ao meu lado, acompanhando minhas dores, alegrias, disputas, fracassos e persistência. Minha vida é feliz por ter essa pessoa tão talentosa e obstinada como irmã e amiga e sua resiliência muito me inspira.

Agradeço ao meu orientador Pere Petit por ter aceitado trabalhar comigo mesmo sem nos conhecermos previamente, optando por me deixar escrever de forma livre, mas realizando os alinhamentos necessários, além de sempre estar aberto a ouvir minhas novas ideias. Admiro sua luta por um mundo menos desigual e faço votos para que suas conquistas se concretizem.

Agradeço aos professores Rafael Chambouleyron, Edilza Fontes, Francivaldo Nunes, José Maia e Magda Ricci, do corpo docente do PPHIST, com os quais muito aprendi durante a realização das disciplinas, bem como em eventos acadêmicos.

Também agradeço à CAPES, por ter financiado esta pesquisa durante um tempo de tantas incertezas e ações de desmonte à ciência brasileira, especialmente na área de Ciências Humanas, considerada pela gestão Jair Bolsonaro como um inimigo interno, tal quais os tantos outros que foram inventados durante a Ditadura Militar em seus processos de acirramento de narrativas.

Agradeço especialmente a todas as pessoas que me auxiliaram no acesso a fontes, especialmente às bibliotecárias da Sudam, que sempre responderam às minhas solicitações, enviando documentos digitalizados e, assim, me permitindo continuar a pesquisa durante a pandemia de covid que impediu minhas idas aos acervos em Belém.

Agradeço aos membros da banca, professores Leila Mourão, Antonio Mauricio, Horácio Antunes e Cíndia Brustolin, por terem aceitado analisar meu trabalho e por me inspirarem enquanto intelectuais e pessoas que lutam por uma Amazônia livre e menos desigual.

Agradeço aos colegas de turma pela convivência e troca de conhecimentos. Lembrarei com carinho dos momentos que vivenciei com Marina, Thailana, Osvaldo, Alexandre (que muitas vezes enviou para Paragominas os livros que eu precisava para a tese), Rodrigo, Rosinda, Maria da Paz, Padilha (que me trazia cajaranas durante a gravidez), Luana, Leila, Márcio, João Arnaldo, Augusto, Ferdinand, Paula e Roberta. Torço pelo sucesso de todos!

Menciono os colegas do Instituto Federal do Pará – Campus Paragominas que, no último ano de doutoramento, acompanharam toda minha luta pela conclusão deste processo. Em muitas palavras de incentivo eu me senti acolhida e representando um anseio que é nosso enquanto servidores públicos e educadores: nos aperfeiçoar para construir uma Educação pública, gratuita e de qualidade. A todos vocês, colegas e amigos, desejo o melhor.

Também sou grata por fazer parte do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma) há treze anos. Nessa casa construí laços, refiz

pensamentos, alinhei concepções e, sobretudo, encontrei sentido para minha atuação pessoal e política. A invenção desta pesquisa não teria sido possível sem meu ingresso no Gedmma, em 2011, como bolsista de Iniciação Científica, quando pela primeira vez ouvi falar de conflitos ambientais e da crítica ao desenvolvimento. Agradeço especialmente ao já referido professor Horácio, meu amigo, padrinho e mentor intelectual, e à professora Cíndia Brustolin, que tem muito me ensinado a respeito da trajetória de mulheres enquanto mães, professoras, pesquisadoras e ativistas.

Sou grata especialmente a todas as pessoas das comunidades do Maranhão e do Pará com as quais construí conhecimento, sistematizando revolta, realizando ciência: Beto do Taim, Davi, Dona Máxima (in memoriam), Rosana, Dona Anacleta e tantos outros lutadores e lutadoras que cotidianamente se empenham em construir outro mundo, menos desigual, sonhando com a quebra das dominações. Os cantos entoados pela nossa ancestral Maria Máxima vez ou outra sopram nos meus ouvidos, me chamando de volta quando os deuses científicos decretam que o que eu e nós fazemos não é ciência. *Pisa ligeiro, pisa ligeiro! Quem não pode com a formiga não assanhe o formigueiro!*

Agradeço ainda, e especialmente, à Comunidade Luterana em São Luís-MA, pelo acolhimento de alguém que perdeu a fé nas instituições religiosas desde o momento em que boa parte das igrejas evangélicas brasileiras aderiu ao projeto neofascista brasileiro. Estar num espaço comunitário no qual a minha existência enquanto cristã alinhada à esquerda e ao projeto autônomo das comunidades tradicionais não é considerado heresia foi crucial para que a minha fé no Cristo dos pobres fosse renovada. Obrigada, pastora e mestra Franciele Sander, por seu carinho, posicionamento e obstinação em construir uma igreja popular.

Agradeço ao meu querido amigo Marcos Fernandes por prosseguir conosco desde quando, pelos caminhos tortuosos das seleções de pós-graduação, nos encontramos tentando entrar no mestrado em História Social pela UFMA. Nós, os três primeiros lugares (Darlan, Marcos, Tayanná), nos tornamos grandes amigos, partilhando lutas, sonhos, cuidados e esperanças. Ainda hoje estamos juntos, revivendo cotidianamente esse nosso encontro anárquico e ecumênico e, por isso, sou grata a ele, que nunca deixou de nos dar força em nossos processos. Desejo, de todo coração, que permaneça em saúde, esperança e garra, subvertendo esse mundo.

Agradeço aos meus amigos Julio Itzayán, Gabriela, Karen, Shirlene, Moacir e Everton pelas muitas partilhas afetivas, de cuidado, carinho e amizade irrestrita. Nossos encontros, antigos e recentes, são de sentidos inestimáveis e me ensinam a todo momento a respeito da beleza dos (des)encontros e do afeto.



Agradeço à minha psicóloga Bianca Tsubaki por toda a escuta realizada no último ano de doutoramento. Sem seus conselhos, análises, palavras de incentivo, eu não teria conseguido ultrapassar os obstáculos tão complexos que são conciliar a vida acadêmica, o trabalho, a maternidade e a vida familiar e pessoal. Suas palavras constantemente ecoam em meus ouvidos, me trazendo paz e perdão próprio, lembrando que ser a primeira é uma ação corajosa e difícil, pois nós somos nossa própria referência.

Faço um agradecimento especial à minha primeira orientanda de iniciação científica Júlia Vitória, pela grande contribuição na pesquisa que gerou o capítulo quatro. Júlia possui um olhar de historiadora que poucas vezes observei e, já no Ensino Médio, possui aquela perspicácia interpretativa que muitos de nós só foram adquirir no avançar da graduação. Meu voto é para que tenha sucesso em seus caminhos.

E, por fim, agradeço ao Criador, Pai e Mãe, com o qual me encontrei por diversas vezes ao longo dessa jornada, que começou quando saí de Açailândia-MA, recém aprovada pelo ENEM no curso de História Bacharelado, rumo a São Luís-MA. De lá para cá, entre o Maranhão e o Pará, persegui minha própria história tentando entender por que somos tão crentes no desenvolvimento, mesmo com seus rastros catastróficos visíveis, que desde minha infância se materializavam nas chuvas de cinzas que diariamente caíam sobre meu chão. Cheguei até aqui tentando entender meu povo e a mim mesma, enquanto uma mulher amazônica e maranhense. Nessa busca, que sei que não se finaliza, encontrei um pouco de mim, de nós e do próprio Yahveh, que tem agido misteriosamente através das pessoas, em todas as suas lutas.

*Você me quer justo  
E eu não sou justo mais  
Promessas de sol já não queimam meu  
coração  
Que tragédia é essa que cai sobre todos nós?*

*(Milton Nascimento, 1976).*

*Nós estamos em guerra. Eu não sei por que  
você está me olhando com essa cara tão  
sorridente.*

*(Ailton Krenak, 2021).*

## RESUMO

A presente tese discute a formação do *consenso desenvolvimentista* na Amazônia durante a Ditadura Militar (1964-1985), a partir da análise de escritos de cientistas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento no Pará: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA S. A.), o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp). Para tanto, interpretamos o panorama do período a partir de bibliografia especializada interdisciplinar, situada nos temas desenvolvimento, grandes projetos, Amazônia e Ciência e Tecnologia (C&T). Foram escolhidos os escritos de quatro cientistas – Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos – para analisar aspectos do campo intelectual paraense durante a Ditadura Militar e de que forma os cientistas puderam auxiliar ou não na constituição da legitimidade dos grandes projetos de desenvolvimento consubstanciados nos programas e planos de desenvolvimento implementados no período, como o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), e o I, II e III Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) (1972-1974; 1975-1979; 1980-1985). As fontes da pesquisa são bibliográficas, orais e audiovisuais, analisadas através da metodologia da análise de discursos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Amazônia; Instituições; Cientistas; Ditadura Militar; Pará.

## RESUMEN

Esta tesis analiza la formación del consenso desarrollista en la Amazonía durante la Dictadura Militar (1964-1985), a partir del análisis de textos de científicos ubicados en instituciones que promueven y/o critican el desarrollo en Pará: la Superintendencia de Desarrollo de la Amazonia (Sudam), el Banco de Desarrollo Amazónico (BASA S. A.), el Núcleo de Altos Estudios Amazónicos (NAEA) y el Instituto de Desarrollo Económico-Social de Pará (Idesp). Para ello, interpretamos el panorama del periodo a partir de bibliografía interdisciplinaria especializada, centrándonos en los temas de desarrollo, grandes proyectos, Amazonía y Ciencia y Tecnología (C&T). Se eligieron los escritos de cuatro científicos – Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa y Roberto Araújo de Oliveira Santos – para analizar aspectos del campo intelectual en Pará durante la Dictadura Militar y cómo los científicos pudieron ayudar o no en la constitución de la legitimidad de los grandes proyectos de desarrollo plasmados en los programas y planes de desarrollo implementados en el período, como el 1er Plan Quinquenal de Desarrollo (1967-1971), y los 1er, 2do y 3ro Planes de Desarrollo Amazónico – PDA (1972-1974; 1975-1979; 1980-1985). Las fuentes de la investigación son bibliográficas, orales y audiovisuales, analizadas a través de la metodología del análisis del discurso.

**Palabras-clave:** Desarrollo; Amazonía; Instituciones; Científicos; Dictadura Militar; Pará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação cartográfica da Amazônia brasileira .....	49
Figura 2 – Estratégia de Desenvolvimento para a Amazônia (1972-1974).....	195
Figura 3 – Pandolfo, Mendes, Monteiro da Costa e Santos .....	228

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes .....	32
Quadro 2 – Temas por cientista.....	226

## LISTA DE SIGLAS

Abcar	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
Abdid	Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AI-5	Ato Institucional nº 5
Anpec	Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia
Anpuh	Associação Nacional de História
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BASA S. A.	Banco de Desenvolvimento da Amazônia
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Bndes	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR 163	Rodovia Cuiabá-Santarém
BR-230	Transamazônica
C&T	Ciência & Tecnologia
CCI	Central de Controle de Informações
Cepal	Comissão para a América Latina e o Caribe
Ceteam	Centro Educacional Tecnológico da Amazônia
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CN	Cadernos NAEA
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Codeama	Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Condepa	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale S.A.)

DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DRN	Departamento de Recursos Naturais
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EAP-FGV	Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Conferência do Rio ou Cúpula da Terra
EFC	Estrada de Ferro Carajás
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
ESG	Escola Superior de Guerra
FAO/ONU	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura/Organização das Nações Unidas
Fapema	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fidam	Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia
Fidesp	Fundo do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
Fiepa	Federação de Indústria e Comércio do Pará
Finam	Fundo de Investimento da Amazônia
Fipam I	I Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
Funai	Fundação Nacional do Índio
Gasplam	Grupo de Assessoramento para o Planejamento da Amazônia
Gedmma	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
Getat	Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins



I PDA	I Plano de Desenvolvimento da Amazônia
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
ICM	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
Idesp	Instituto de Desenvolvimento Social-Econômico do Pará
IEFB	Instituto de Economia e Finanças da Bahia
Ifocs	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará
II PDA	II Plano de Desenvolvimento da Amazônia
II PND	II Plano Nacional de Desenvolvimento
III PDA	III Plano de Desenvolvimento da Amazônia
III PND	III Plano Nacional de Desenvolvimento
Incra	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipeaaoc	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária da Amazônia Ocidental
Ipean	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte
IPI	Imposto sobre a Produção Industrial
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitschek
Matopiba	Acrônimo com as siglas dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Opaep	Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo

ORTN-LTN	Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional/Letras do Tesouro Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PAI	Programa de Ação Imediata
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PD	Pará Desenvolvimento
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
Petrobrás	Petróleo Brasileiro S.A.
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polamazônia	Programa de Polos da Amazônia
Ppgdstu	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPGGP	Programa de Pós-graduação em Gestão Pública
Ppghis	Programa de Pós-Graduação em História Social
Pqdam	I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia
Prdam	Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PSD	Partido Social Democrático

PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAD	Revista Amazonense de Desenvolvimento
Radam	Programa Radares da Amazônia, também identificado como Radambrasil
REB	Revista Econômica do BASA
Rebam	Rede de Bibliotecas da Amazônia
Resex	Reserva Extrativista
S11D	O Projeto Ferro Carajás S11D – subdivisão chamada Serra Sul, para exploração do minério de ferro do bloco D do corpo geológico S11
SD	SUDAM Documenta
SDI	SUDAM Documenta e Informa
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Seporf	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Spvea	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste
Sudepe	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI	Terra Indígena
TRT 8	Tribunal Regional do Trabalho
TVA	Tennessee Valley Authority
UDN	União Democrática Nacional
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
Unamaz	Rede Universitária Amazônica
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
Vale S. A.	Companhia Vale

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: percursos, encontros e desencontros .....	23
1 QUADRO TEÓRICO BÁSICO .....	44
1.1 Desenvolvimento .....	50
1.2 Estado, instituições, representações .....	61
1.3 Estado, Ciência e Tecnologia.....	70
1.3.1 <i>Ciência e desenvolvimento: alguns debates</i> .....	76
1.4 Amazônia, hegemonia e consenso .....	84
2 RASTROS DO DESENVOLVIMENTO .....	95
2.1 Estado e Desenvolvimento entre 1930 e 1964.....	99
2.2 Aspectos gerais dos governos militares .....	114
2.3 Economia e desenvolvimento entre 1964 e 1970 .....	119
2.4 A era dos grandes projetos (1970 a 1974) .....	131
2.5 Fins da Ditadura entre 1975 e 1985 .....	141
3 OS TEMPOS DAS INSTITUIÇÕES .....	149
3.1 Ciência, tecnologia e educação nos PDAs .....	150
3.2 Vozes da Sudam e do BASA S. A. ....	167
3.3 Vozes do NAEA .....	182
3.3.1 <i>Planejamento e desenvolvimento: debates iniciais</i> .....	185
3.3.2 <i>Cadernos NAEA em perspectiva</i> .....	200
3.4 Vozes do Idesp.....	208
4 “INVENTORES DE AMAZÔNIAS” .....	223
4.1 Trajetórias .....	227
4.1.1 <i>Clara Martins Pandolfo</i> .....	232
4.1.2 <i>Armando Dias Mendes</i> .....	245
4.1.3 <i>José Marcelino Monteiro da Costa</i> .....	252
4.1.4 <i>Roberto Araújo de Oliveira Santos</i> .....	261
4.2 Pensamento social amazônida: a questão do desenvolvimento .....	265
4.2.1 <i>Revelar a Amazônia</i> .....	270
4.2.2 <i>Povoar o Desenvolvimento</i> .....	295
4.3 Consenso desenvolvimentista .....	309
4.3.1 <i>Linearidade</i> .....	312

4.3.2 <i>Monoculturas</i> .....	318
CONCLUSÕES .....	324
REFERÊNCIAS .....	334

## INTRODUÇÃO: percursos, encontros e desencontros

Nossa trajetória acadêmica, iniciada em 2011, é formada por caminhos entrecruzados. A primeira experiência de pesquisa deu-se no âmbito do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e nele tivemos contato com realidades conflituosas no Maranhão, estado historicamente permeado por embates entre comunidades, governantes e representantes de projetos de desenvolvimento. Na primeira pesquisa de Iniciação Científica, intitulada *Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*<sup>1</sup>, pudemos compreender algumas das dimensões das políticas públicas voltadas para desenvolver o Brasil e a duração estendida de seus resultados ao longo do tempo. Na Zona Rural II de São Luís-MA, ainda hoje, existem conflitos resultantes da implementação, nos anos 1980, do Programa Grande Carajás (PGC).

Concluimos a graduação em História estudando uma das doze comunidades que lutam pela implementação da unidade de conservação (UC) que lhes permitiriam viver como têm vivido há gerações<sup>2</sup>. Analisar a comunidade Rio dos Cachorros foi, para nós, a primeira experiência de contra narrativa, de *história a contrapelo*<sup>3</sup>, pois, a partir daquela escrita pudemos compreender um pouco do que é o campo dos conflitos maranhense, perpassada por diferentes heranças recalçadas nos discursos de poder, mas que, tal como Sigmund Freud falava, retornariam mesmo com o aplainamento narrativo<sup>4</sup>. Os interstícios, as fímbrias, as brechas estavam constantemente sendo reconstruídas por pessoas que, com suas vidas, resistiam à supressão de si em nome do desenvolvimento.

<sup>1</sup> JESUS, Tayanná Santos Conceição de. *Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*. 2013. 38 f. Relatório de Iniciação Científica (Curso de História Bacharelado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

<sup>2</sup> JESUS, Tayanná Santos Conceição de. *Violência, memória e resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís-MA (1996-2013)*. 2014. 99 f. Monografia de Conclusão de Curso (Curso de História Bacharelado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

<sup>3</sup> Na Tese 7, disse Walter Benjamin: “[...] os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto esses dominadores. [...] Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe.” Esses despojos são chamados de bens culturais e são transmitidos geracionalmente, como documentos de barbárie, num processo também carregado dessa barbárie. Dessa forma, para Benjamin, o materialista histórico “se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. pp. 241-252. p. 245).

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. 3ª ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. pp. 45-111.

No mestrado resolvemos, então, ampliar nosso estudo, buscando entender a formação daquele território complexo que é a Zona Rural de São Luís, com comunidades antigas e em disputa por sua existência, resistindo aos silenciamentos<sup>5</sup>. O termo que embasou nossa perspectiva foi *formação*, característico de uma análise histórica, pois nosso interesse era entender como o momento presente havia se constituído para além das narrativas bem aparadas de origem<sup>6</sup>. Nossa busca era pela multiplicidade que estava na formação do território e na complexidade das lutas do agora, com suas narrativas e identidades em constante reconstrução. Ao falar do território, nos inserimos cada vez mais no tempo ou nos múltiplos tempos que permeiam a escrita.

Dessa maneira, recuamos. Se naqueles trabalhos nos interessamos por uma história imediata, em efetivação no momento da própria escrita, agora nosso olhar volta-se para um passado que ainda é, não só muito próximo, como ativo. Nos trabalhos anteriores partimos do período do Programa Grande Carajás por considerarmos aquele um marco de atuação do poder, balizando diferentes configurações governamentais a partir de uma *experiência bem-sucedida de desenvolvimento* – e, ao longo dessa tese, abordaremos essa afirmativa que, num primeiro olhar, pode soar pretenciosa e difícil. A título de ilustração, nosso primeiro projeto de doutorado buscava comparar o Programa Grande Carajás ao Matopiba<sup>7</sup>, a partir de uma instigação feita por camponeses, quilombolas, indígenas e ativistas em vários encontros que

---

<sup>5</sup> SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. “*E deu nome a todas as coisas*”: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015). 2017. 236 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

<sup>6</sup> A partir da leitura dos escritos de Friedrich Nietzsche, feita por Michel Foucault, observamos que, ao se fazer um retorno às origens, os seres humanos buscam um encontro com sua figura presente, seu espelho. Contudo, ao nos aproximarmos do nosso passado, acabamos por encontrar aquilo que não gostaríamos ou que ocultamos deliberadamente, no caso, o nosso ancestral primevo, o macaco, ou seja, nossa origem multifacetada e multidirecional. As narrativas de origem contam uma história bem definida, cujas brechas foram preenchidas por sentidos elencados no presente, mas os fenômenos históricos não podem ser completamente apreendidos por nossa compreensão, já que os muitos condicionamentos, as ações variadas e os seus desfechos nos escapam pelos dedos (FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. Trad. e Org.: Roberto Machado. 27ª ed. São Paulo: Graal, 2013. pp. 55-86.). Conseguimos chegar ao passado, mas de forma incompleta, embora tenhamos um horizonte de verdade a ser perseguido na narrativa. Essa última colocação se baseia nos escritos de Reinhart Koselleck (KOELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006).

<sup>7</sup> Criado pelo Decreto No 8.447/15. Os quatro estados abarcados pelo projeto são Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA). Sua característica integradora, segundo o projeto, é a predominância do Bioma Cerrado, reservatório natural de águas subterrâneas, e considerado “a última fronteira agrícola do país”. Cf. SILVA JÚNIOR, José Plácido; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo Barros da. A pílula dourada do agronegócio, o MATOPIBA. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Caderno Conflitos no Campo*. Brasil, 2015. pp.153-158.



tivemos ao longo de 2015, no âmbito do *I Seminário Internacional Carajás 30 anos*<sup>8</sup>. Aquelas pessoas, por meio de experiências concretas de silenciamento de modos de vida, percebiam ações semelhantes ontem e hoje e solicitavam ao saber institucionalizado e legitimado como científico que as auxiliassem a entender esses processos<sup>9</sup>.

Contudo, os caminhos que se concretizaram foram outros. O interesse modificou-se e, retornando aos percursos de nossa formação, resolvemos investigar um período e um espaço já muitas vezes analisado e cujas problemáticas não deixam de aparecer: a Amazônia durante a Ditadura Militar. Resolvemos recuar para o período anterior ao do Programa Grande Carajás e em direção a um tema que nos acompanha desde a primeira pesquisa: os caminhos do desenvolvimento no Brasil.

Ao ler as primeiras fontes, ainda para a escrita do projeto de tese, nos deparamos com a ausência de nomes, justamente das pessoas que escreveram os textos dos programas e projetos de desenvolvimento. Em seu lugar, as instituições. Ao ler aqueles projetos e as respectivas leis de criação, faltava saber, para nós, quem efetivamente os escreveu. A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) estava lá, mas quem estava na Sudam? O interesse por essas pessoas cresceu ao mesmo passo que percebemos que o tema do desenvolvimento era o centro de todos aqueles programas e projetos. Desenvolver, a palavra de ordem. Desenvolvimento, a realidade a ser perseguida. Em cada programa, projeto e lei, estavam lá suas evocações, presentificadas em objetivos, justificativas e títulos. E, assim, surgiu a pergunta: quem escreveu em nome do desenvolvimento?

A primeira ação foi catalogar as instituições envolvidas na feitura dos programas e projetos: Ministério do Planejamento, Sudam, Banco da Amazônia S. A. (BASA). Adentrando nos acervos das instituições, encontramos muitos escritos e os nomes das pessoas

---

<sup>8</sup> Ocorrido entre 05 e 09 de maio de 2014, em São Luís-MA, teve como tema *Resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia* e seu objetivo foi avaliar criticamente os trinta anos do Programa Grande Carajás.

<sup>9</sup> Alguns *territórios de resistência* nos auxiliam a entender esse chamamento a partir de suas construções de sentido ao longo do tempo. Além da auto criada Resex (Reserva Extrativista) de Tauá-Mirim, na Zona Rural II de São Luís, a Terra Indígena (TI) Rio Pindaré, a comunidade Piquiá de Baixo em Açailândia, o município de Santa Rita, a Vila Diamante, a comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos e os municípios de Buriticupu e Arari, todos no Maranhão, são exemplos de como a experiência compartilhada de lutas constitui para as pessoas que vivenciam esses processos um arcabouço de conhecimentos que lhes permitem entender, temporalmente, a duração de suas resistências. Nesses encontros, ao longo do Seminário Internacional Carajás 30 anos, em 2014, e no decorrer da Formação Política *Programa Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental*, entre 2014 e 2019, o campo maranhense foi compreendido a partir das muitas intrusões de grandes projetos e da resistência comunitária, local e em rede, a eles, sendo essa a experiência compartilhada que convidou os acadêmicos para o debate e a construção mútua de saber reivindicatório. A esse respeito, ver SILVA, Ainá Oliveira da; PINHEIRO, Carla Cristina Barros; BRUSTOLIN, Cíndia; COSTA, Clara Fernanda da Silva; CASTRO, Maria Ecy Lopes de; SOUZA, Neuziane; SILVA, Sislene Costa da (Orgs.). *Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um*. São Luís: Edufma, 2019.

foram se desenhando aos poucos, por repetição. Após isso, percebemos que outras instituições, cujos nomes já conhecíamos, também surgiam ligadas à produção desses agentes: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp), Museu Emílio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto Agrônomo do Norte (IAN). Perseguindo os nomes, encontramos as instituições e os trânsitos dos agentes entre elas.

Dessa forma, desenhou-se o objetivo de nossa pesquisa de doutorado: investigar a atuação de agentes acadêmicos na construção de projetos de desenvolvimento durante a Ditadura Militar no Pará. Mas, onde estavam seus nomes? Percebemos, nesse questionamento, que a ausência dos nomes é constitutiva de um silêncio e ele acompanha o rastro do desenvolvimento. Hoje falamos em nome do desenvolvimento e aprendemos a evocar seus termos para qualquer situação da vida, como crescimento, melhoramento, evolução, auge, futuro ou bem. Todos esses sentidos estão imiscuídos na palavra mágica *desenvolver* e seus derivados. Para que citar nomes? Pessoas vêm e vão assim como governos e empreendimentos e podem aparecer em qualquer destas instâncias, transitando. Essa foi a impressão que tivemos num primeiro contato com as fontes.

Nelas encontramos muitas palavras, conhecidas e repetidas. Um projeto evoca o outro para justificar-se ou superá-lo. No fundo, são uma continuidade dinâmica, tentativas de efetivação de um sonho: *Brasil grande; Brasil desenvolvido; Brasil de primeiro mundo*. A cada palavra, uma ideia-força, um conceito, uma discussão. E assim fomos procurando os tais *agentes acadêmicos*. Alguns deles estavam lá desde o início, como os ocupantes da presidência da Sudam, do BASA, das secretarias estaduais e municipais. Outros, nem tanto. Estes estavam nas instituições, pensando, escrevendo, implementado as mais variadas propostas de desenvolvimento. Não precisavam aparecer. Para ambos os sujeitos, nosso interesse.

Nossa tese de doutoramento fala, portanto, de caminhos cruzados no interior e ao redor de uma discussão antiga, de uma preocupação que atinge os mais diversos pensadores e pensadoras no Brasil, relacionada ao processo de constituição do país e suas opções. Nosso trabalho fala do desenvolvimento e de seu percurso a partir das distintas contribuições de cientistas amazônidas<sup>10</sup>, transitando por instituições diferentes, com atributos e funções

---

<sup>10</sup> Compreendemos *amazônidas* como pessoas que partem da Amazônia enquanto lugar de origem, mas também como lugar de evocação de sentidos. Nem todos os cientistas amazônidas nasceram na Amazônia, mas estabeleceram com o lugar uma relação de pertencimento e de ponto de partida para seus pensamentos e construções científicas.

específicas, mas interligadas na tarefa de promover o desenvolvimento brasileiro, a partir de uma inserção da Amazônia no circuito de produção capitalista como espaço propício para a constituição de programas e projetos desenvolvimentistas. E, como maneira de ampliar a significância da atuação dos agentes, optamos por denominá-los *cientistas*, o que não restringe sua atuação à instância de instituições de ensino superior, como estava suposto no termo *agentes acadêmicos*, empregado no projeto de doutorado aprovado em 2018. Os cientistas seriam aquelas pessoas cuja atuação voltava-se para produzir conhecimento científico a partir de diferentes áreas do saber e em torno da discussão do desenvolvimento na Amazônia. Seus escritos, considerados enquanto discursos, poderiam ser de legitimação dos processos de desenvolvimento, bem como utilizados para promover um projeto ou criticar essa atuação. São cientistas amazônidas inseridos em instituições de promoção e/ou crítica do desenvolvimento situadas no Pará, mas com abrangência diversa, a saber, Sudam e BASA, respondendo a uma centralidade nacional, e NAEA e Idesp, respondendo a uma centralidade regional.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a atuação de cientistas na constituição do *consenso desenvolvimentista* no Pará durante a Ditadura Militar, tendo como ponto de partida sua atuação nas instituições Sudam, BASA, NAEA e Idesp, cada uma delas analisando e produzindo construções científicas relacionadas à implementação do desenvolvimento na região. Muitos cientistas escreveram a respeito do desenvolvimento e de como implantá-lo no Pará ao longo do século XX, contudo, analisaremos as contribuições de quatro deles: Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos. Suas diversas construções intelectuais apontam para muitos caminhos, contudo, nosso olhar voltar-se-á para aquilo que escreveram a respeito dos temas *Floresta Amazônica, Ciência e Tecnologia*. Partimos da observação de que esses temas estavam interligados no período em foco, como formas de tornar a Amazônia *útil* para o Brasil, enquanto um espaço tornado *ferramenta* para o desenvolvimento brasileiro, por intermédio da ciência e da tecnologia, ou as políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) fomentadas pela Ditadura Militar.

A vasta produção desses quatro cientistas foi analisada por intermédio de outro recorte, no corpo de fontes: observamos seus escritos acadêmicos – monografias, dissertações e teses – e técnicos, ligados às instituições de origem, publicados em periódicos das instituições, como *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa*, *Revista Econômica*

do BASA, *Cadernos NAEA* e *Pará Desenvolvimento*<sup>11</sup>. É necessária uma observação: esses cientistas não tiveram sua atuação restrita durante toda carreira às instituições referidas. Em muitos momentos transitaram entre elas, o que também será observado em nossa análise, como um fator de complexidade da constituição de um campo intelectual voltado para a construção do desenvolvimento em seus mais variados termos no Pará, durante a Ditadura. Os cientistas, ainda, serão compreendidos a partir do conceito de *geração intelectual*, identificado seu pertencimento ou não a esse grupo durante a Ditadura Militar. Contudo, relacionamos um agente a uma determinada instituição pela construção ao longo do tempo que foi sendo efetuada em torno de seu nome. Esses agentes são reconhecidos como ligados a essas instituições e levamos em consideração tal questão no momento da escolha do vínculo a ser enfatizado.

Nosso interesse está em “decompor a realidade em seus termos”, como é descrito no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA). Mas essa é uma tarefa complexa, que envolve compreender, muito mais do que descrever processos que estão temporalmente afastados de nosso viver atual. Decompor a realidade em seus termos é, ainda, entender como pensaram, escreveram, em suma, agiram pessoas de outra época e como alguns de seus desejos chegam à realidade atual, como o de ser desenvolvido. Essa pesquisa, portanto, busca contribuir com o debate a respeito do desenvolvimento na América Latina, especialmente a crítica ao desenvolvimento, e como o Brasil pode ser entendido nessa cadeia internacional do sistema capitalista, cujos agentes definem para quais países e regiões será destinada a tarefa de perpetuar a colonialidade da vida, cumprindo a renovada tarefa de prover suas metrópoles de matérias-primas, ou recursos<sup>12</sup>. A Amazônia, nesse cenário, assumiu posição de destaque durante a Ditadura Militar, e nossa investigação buscará entender esse processo a partir do que escreveram os cientistas em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento.

Muito se fala a respeito dos projetos inseridos em programas de desenvolvimento que remetem a áreas como a mineração, a agricultura, as águas e energia, a infraestrutura em geral. Mas a discussão a respeito dos aspectos simbólicos que embasam estas decisões é

---

<sup>11</sup> A grafia de siglas encontradas nas fontes respeitará a forma como estão escritas no documento.

<sup>12</sup> QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. pp. 93-126. Para uma análise das implicações da colonialidade-modernidade, Cf. MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. *Continuum Colonial: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil*. 2017. 314 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Centro de Ciências Humanas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

matéria ainda por ser analisada. Aparecem, é certo, de forma entrecortada. Os planos, programas e projetos em si são o foco nas pesquisas – mas quem os pensou, seus interlocutores, suas ideias-força, sua formação não aparecem com muita frequência em nosso campo de estudo. E, ao mesmo tempo, o lugar de privilégio em que nos encontramos – o lugar da ciência, da fala autorizada, da análise – ofusca, por muitas vezes, que falamos de lugares específicos. Trazemos conosco uma trajetória, uma formação ou uma *instituição*, nos termos de Michel de Certeau<sup>13</sup>. Essa instituição, suas regras, ritos, disposições, permissões e ocultamentos nos interessam, pois os programas e projetos de desenvolvimento não partem da palavra mágica desidentificada (“faça-se um projeto!”), mas de pessoas. E não apenas dos governantes do momento, mas de pensadores em suas mais variadas definições. Em suma, cientistas. E cientistas, como seres humanos no tempo, possuem lados e posicionamentos. A ciência, nesse sentido, não é neutra e buscaremos falar desse engajamento.

Necessário é estabelecer uma advertência: ao vivenciar os processos históricos, nem sempre, ou quase nunca, o véu das realidades está levantado e o mundo e seus sentidos profundos podem estar obscurecidos pelos nossos interesses próprios que fazem sentido para nossos engajamentos. Não somos seres neutros, porque estamos num sistema. Partilhamos de um imaginário em comum. Nossas práticas respondem a regras sociais anteriores a nós. Existem individualidades, é certo, mas elas convivem e existem nestas coletividades. O desenvolvimento, filho do progresso e da catástrofe, permeia nossos pensamentos e ações<sup>14</sup> – e isto condiciona, bem mais do que determina, conscientemente ou não, os nossos passos. Cientistas, repito, são pessoas que escolhem lados.

A seguir, as fontes da pesquisa.

---

<sup>13</sup> CERTEAU, 2013, ref. 4.

<sup>14</sup> Partimos do entendimento segundo o qual o imaginário é histórico e traduz elementos de longa duração presentes numa mentalidade. Hilário Franco Júnior define imaginário sem descartar a mentalidade, como tem sido usual fazer. Para o historiador, a mentalidade é um “complexo de emoções e pensamento analógico” e o imaginário é a “decodificação e a representação cultural (portanto historicamente variáveis) daquele complexo” (FRANCO JÚNIOR, Hilário. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu – reflexões sobre mentalidade e imaginário. In: *Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. pp. 49-91, p. 69). Para esse autor, uma realidade deve ser entendida em relação à outra, assim não se pode excluir a mentalidade para privilegiar o imaginário. Ambas as dimensões existiriam na história da humanidade. Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser compreendido como um filho do progresso, situado no século XIX, e de seu par constitutivo, a catástrofe. Para esse entendimento, nos apropriamos das contribuições de Walter Benjamin (2012, ref. 3) e de Reinhart Koselleck (2006, ref. 6). Essas questões serão mais bem trabalhadas no decorrer da tese, especialmente no último capítulo.

## Fontes e metodologia

As fontes analisadas nessa pesquisa são, em maioria, escritas, advindas do campo das instituições em foco. Também são analisadas obras da bibliografia referencial a partir dos temas direcionadores da pesquisa e, ainda, entrevistas com pessoas que conviveram com os cientistas referidos ou nas instituições, realizadas por nós e outros pesquisadores, devidamente referenciados. Ressaltamos que os quatro cientistas já não se encontram entre nós e muitas informações acerca de sua atuação advém de entrevistas com pessoas que vivenciaram o período e, de alguma forma, as instituições.

As fontes foram catalogadas respeitando os três conceitos orientadores da pesquisa: *desenvolvimento*, *Amazônia* e *ciência*. Destacamos, contudo, que são conceitos gerais e precisaram ser especificados para que a identificação do tema presente em uma determinada fonte pudesse ser alocado como pertinente. Assim, para *desenvolvimento*, abarcamos *desenvolvimento econômico*, *desenvolvimento regional*, *planejamento do desenvolvimento*, *desenvolvimento autossustentado*, entre outros; para *Amazônia*, enfocamos em *floresta*, *exploração da floresta*, *recursos florestais*, entre outros; e para *ciência*, incluímos *Ciência e Tecnologia*. Ou seja, na catalogação da fonte, operamos com palavras-chave.

Metodologicamente, nos baseamos na análise de discursos, a partir dos trabalhos de Pere Petit. Para o historiador,

os discursos, que tanto podem ser orais ou escritos, devem ser interpretados como práticas sociais que são dirigidas a um público específico (uma ou mais pessoas), cuja análise, como recurso metodológico, deve obrigatoriamente elucidar o momento histórico no qual uns ou outros discursos foram produzidos<sup>15</sup>.

Como contribuição, os historiadores devem inserir os discursos na conjuntura em que foram feitos públicos, sendo formas de ação.

Entendemos o discurso como uma prática social, permeado por conflitos, possuindo uma ordem própria bem como uma historicidade. Os discursos não surgem sem um suporte social que os condiciona e respondem a questões relativas aos interesses dos agentes da enunciação, ligados ao seu lugar social, sua instituição de origem, sua formação e os fluxos de suas trajetórias. Tratamos, nessa tese, de escritos de cientistas ligados a determinadas instituições, contudo, essas pessoas não tiveram uma trajetória linear e unívoca, podendo

---

<sup>15</sup> PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003. p. 251.

transitar em outros lugares e modificar seus sistemas de escrita a partir de debates nos quais se inseriam num momento de sua vida.

Denominamos esses agentes de cientistas por serem produtores de conhecimento científico em suas instituições de origem. Inicialmente os denominamos de agentes acadêmicos, contudo, o termo indicava uma vinculação a instituições acadêmicas, notadamente universidades e, como percebemos no decorrer da análise das fontes e consulta à bibliografia especializada, o campo científico se apresentou como demarcador abrangente das atuações dos agentes.

Os escritos dos cientistas foram escolhidos como aqueles que, de alguma maneira, possuíam vinculação próxima à construção científica e técnica, como monografias, monografias de especialização, dissertações, teses, artigos em periódicos, relatórios de pesquisa, boletins, informes, obras com visão retrospectiva, entre outros. Esses últimos, especialmente, foram os publicados nas revistas *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa*, *Revista Econômica do BASA*, *Cadernos NAEA* e *Pará Desenvolvimento*. Também utilizamos obras de referência da historiografia e das Ciências Humanas em geral para embasar nossa análise, além de catálogos como o da Rede Amazônica de Bibliotecas (Rebam), bem como a interpretação dos planos de desenvolvimento, enfatizando o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971) e o I, II e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974; 1975-1979; 1980-1985). O último grupo de fontes são as entrevistas com pessoas que conviveram com os quatro cientistas ou possuem conhecimento sobre o período e temas correlatos.

A seguir, temos um quadro com as fontes analisadas:

Quadro 1 – Fontes

<b>Instituição</b>	<b>Fonte</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Páginas</b>	<b>Tipo</b>
<b>Sudam</b>	<i>Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)</i>	1971	Sudam	125	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>II Plano de Desenvolvimento da Amazônia – Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)</i>	1976	Sudam	334	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1980-85</i>	1982	Sudam/CPR	68	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo. v. 1, n. 1</i>	1974	Sudam/Rebam	543	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo. Belém: Sudam, v. 1, n. 2</i>	1974	Sudam/Rebam	271	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo. Belém: Sudam, v. 1, n. 3.</i>	1975	Sudam/Rebam	244	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>Documentos Amazônicos. Belém: Sudam/Rebam, v. 1, n. 1.</i>	1978	Sudam/Rebam	123	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>Guia Instituições, especialistas e pesquisadores da Amazônia. Belém: Sudam, v. 1, n. 1.</i>	1976	Sudam	285	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>Guia Instituições, especialistas e pesquisadores da Amazônia. Belém: Sudam, v. 2, n. 1.</i>	1977	Sudam	181	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta. Belém, PA, v. 1, n. 1</i>	1969	Ernesto Bandeira Coelho; Olegário Pereira Reis; Francisco das Chagas Uchôa Guerra; Armindo Buaes; Fernando Costa Silva; Clara Pandolfo; Evaristo Terezo; José Roberto Rodrigues, Jorge S. Moreira, out./dez.	83	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta. Belém, PA, v. 1, n. 2/3</i>	1970	Francisco Guerra; Geraldo Martins; José Roberto Rodrigues; Francisco A. Pinheiro Neto; Olegário Pereira Reis, jan./jun.	83	Documentação digital



Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 2, n. 1	1970	Francisco Guerra; Leonel Reis Motta; José Roberto Rodrigues, out./dez.	57	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 2, n. 2/3	1971	Pedro Melo da Silva; Francisco Wagner Rolim Gomes; Geraldo Dallete P. de Lima; Francisco Guerra, jan./jun.	41	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 2, n. 4	1971	Sebastião Rabello Mendes Filho; Pedro Melo da Silva; Francisco Guerra, jul./set.	40	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 3, n. 1/4	1972	Departamento de Recursos Naturais/Sudam, out., 1971/set.	176	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 4, n. 1/4	1973	José de Ribamar Oliveira; Ildemir Peres; Joaquim Pessoa Igreja Lopes; Paulo de T. Alvim; Antonio Pinto Pereira; Luiz Manoel Pedroso; Sebastião Rabello Mendes Filho, out. 1972/ set.	86	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 5, n. 1/5	1974	Francisco Guerra; Luiz Manuel Pedroso; Antonio Pinto Pereira e Luiz Manuel Pedroso, out., 1973/set.	59	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 6, n. 1/4	1976	Alice de Souza Melo, Janildo de Souza Campos, jul., 1975/set.	42	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta</i> . Belém, PA, v. 7, n. 1/4	1976	Heliana da Silva Jatene; Francisco Guerra, set./dez.	51	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa</i> . Belém, PA, v. 1, n. 1	1977	Francisco Guerra, out./dez.	47	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa</i> . Belém, PA, v. 1, n. 2	1978	Sudam/CDI-MA, jan./mar.	52	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa</i> . Belém, PA, v. 1, n. 3	1978	Clara Pandolfo, abr./jun.	45	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa</i> . Belém, PA, v. 1, n. 4	1978	Sudam, jul./dez.	67	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa</i> . Belém, PA, v. 2, n. 1	1979	Evaristo Terezo, jan./mar.	47	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa</i> . Belém, PA, v. 2, n. 2	1979	Heliana da Silva Jatene, Eliana F. S. Zacca, José Q. Carneiro; abr./jun.	63	Documentação digital

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa.</i> Belém, PA, v. 2, n. 3	1979	Francisco Guerra, jul./set.	46	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta e Informa.</i> Belém, PA, v. 2, n. 4	1979	Francisco Guerra, out./dez.	31	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta.</i> Belém, PA, v. 3, n. ½	1981	Elias Séfer; Francisco das Chagas Uchôa Guerra; Sudam/CTM; Sudam/CTM/1.P.T.; Maria Inês Ferreira Rocha, Zildomar José Alves; Rubens da Silveira Britto, Janildo de Souza Campos, Almira Lauria Teixeira, Eliana França dos Santos Zacca; Rubens da Silveira Britto, Zildomar José Alves, Maria Inês Ferreira da Rocha; jan./dez.	107	Documentação digital
<b>Sudam</b>	<i>SUDAM Documenta.</i> Belém, PA, v. 4, n. ½	1982	Elias Séfer; Francisco das Chagas Uchôa Guerra; Clara Pandolfo; Luís Manuel Pedrosso, César Augusto Carneiro Lopes, Augusto Sérgio Gomes Peres, Raimundo Solano Alves Dourado, Paulo César Silva Vasconcelos; Rubens da Silveira Britto; jan./dez.	90	Documentação digital
<b>BASA S.A.</b>	<i>Revista Econômica do BASA.</i> Belém, PA, v. 1, n. 1	1970	Francisco de Lamartine Nogueira; Sebastião da Silva Ramalho, Clóvis Gabilanes Corrêa Pinto; Clóvis Gabilanes Corrêa Pinto; Frederico de Andrade; José das Neves Capela; José Marcelino Monteiro da Costa, José das Neves Capela; Rui Barreiros da Rocha, Pedro Paulo Coelho de Souza Bastos, set./dez.	117	Documentação digital
<b>BASA S.A.</b>	<i>Revista Econômica do BASA.</i> Belém, PA, v. 1, n. 2	1971	Clóvis Gabilanes Corrêa Pinto; Sebastião da Silva Ramalho; Frederico Alberto de Andrade; José Marcelino Monteiro da Costa; Fernando Coutinho Jorge, jan./abr.	99	Documentação digital
<b>BASA S.A.</b>	<i>Revista Econômica do BASA.</i> Belém, PA, v. 1, n. 3	1971	Armando Dias Mendes; Clóvis Gabilanes Corrêa Pinto; José Marcelino Monteiro da Costa; Ronaldo Bonfim, Edson Farias; Rubens de Mattos Pereira, mai./jun.	92	Documentação digital

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>BASA S.A.</b>	<i>Revista Econômica do BASA</i> , Belém, PA, v. 1, n. 4	1971	Jorge Babot Miranda; José Marcelino Monteiro da Costa; Armando Dias Mendes; Nilson Fialho de Souza; Nelson de Figueiredo Ribeiro; Catharina Vergolino Dias; Departamento de Estudos Amazônicos (Desec); Luís Osiris da Silva; Ronaldo Bonfim, Edson Farias; Departamento de Estudos Econômicos – Divisão de Estatística e Estudos Econométricos, set./dez.	106	Documentação digital
<b>BASA S.A.</b>	<i>Revista Econômica do BASA</i> , Belém, PA, v. 2, n. 1	1972	Jorge Babot Miranda; Silvando da Silva Cardoso; Catharina Virgolino Dias; Helena Stillianidi Garcia, Maria Antonieta Flexa de Almeida; Ronaldo Bonfim, Edson Farias; Nilson José Fialho de Souza, jan./abr.	55	Documentação digital
<b>NAEA</b>	<i>Modelos de Políticas para a Amazônia</i> . Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1973	Antonio Walmir Fiock da Silva; Augusto Bento Serra; Francisco M. de Vasconcelos Filho; Lindalva da Costa Teixeira; Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Paulo Roberto da Costa Chagas	158	Documentação digital
<b>NAEA</b>	<i>Agropecuária regional: subsídios para uma estratégia de desenvolvimento</i> . Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – Fipam II) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1974	Alexsei Turenko Júnior; Adelia Batalha; Berta Balbin; Eva Godinho; Paulo Nogueira	*	Documentação física

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>NAEA</b>	<i>Expansão da fronteira econômica como estratégia de desenvolvimento.</i> Monografia de Especialização, Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – Fipam II) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1974	Antonio José Lamarão Correia; Maria de Fátima Santos; Mauricio Ordonez; Simão Jatene	125	Documentação física
<b>NAEA</b>	<i>Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações.</i> Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – Fipam II) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1974	Aladyrce Tavares; Clóvis Maia; Maria Norma Colares; Francisco Dávalos	135	Documentação digital
<b>NAEA</b>	<i>Industrialização na Amazônia: uma estratégia de desenvolvimento.</i> Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – Fipam III) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1975	Eduardo Guimarães Teixeira; Evelyn Levy; Fernando Roberto de Vasconcelos Chaves; Haroldo Stoessel Sadalla; Maurício Sena Filho; Sebastião da Paz Plátilha	111	Documentação física
<b>NAEA</b>	<i>Planejamento governamental no Pará: uma análise do sistema.</i> Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – Fipam V) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1981	Maria Lucia Fonseca de Abreu; Sonia Maria Fortes Sampaio; Aline da Silva Sampaio; Luiz Alberto Penna de Carvalho	91	Documentação física

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

NAEA	<i>Rede urbana amazônica: subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano.</i> Monografia de Especialização em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas - Fipam) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.	1987	Alfredo Victor Valenzuela Samaniego; Maria Elvira Rocha de Sá; Walter Alexandre da Silva; João Tertuliano de A. L. Neto; José Freire da Silva Ferreira; Savino Mombelli	145	Documentação digital
NAEA	<i>Estilo brasileiro de desenvolvimento amazônico.</i> Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado.	1982	Fábio Sepúlveda López	106	Documentação física
NAEA	<i>Os padrões da ação planejadora do Estado na Amazônia: 1975-1985.</i> Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado	1987	Maryan Jansen Cutrim Carvalho	330	Documentação física
NAEA	<i>O processo de planejamento entre 1964-1974: ciclo econômico e condicionantes doutrinário-ideológicos.</i> Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado	1987	Maria Amélia Queralt	216	Documentação física
NAEA	<i>Amazônia: o aspecto político da questão mineral.</i> Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado.	1988	Alúzio Lins Leal	311	Documentação física
NAEA	<i>Cadernos NAEA 1.</i> Belém, PA	1976	John Friedman; Armando Dias Mendes; Peter José Schweizer	118	Documentação física
NAEA	<i>Cadernos NAEA 2.</i> Belém, PA.	1976	NAEA	*	Documentação física
NAEA	Rede urbana amazônica – subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano. <i>Cadernos NAEA 3.</i> Belém, PA.	1977	José Freire da Silva Ferreira (Coord.); João Tertuliano Lins Neto; Walter Alexandre da Silva; Alfredo Victor V. Samaniego; Maria Elvira Rocha de Sá; Savino Mombelli	145	Documentação física

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>NAEA</b>	Colonização, desenvolvimento e modelos econômicos. <i>Cadernos NAEA 4</i> . Belém, PA.	1977	Jean Hébette et al.	133	Documentação física
<b>NAEA</b>	Instrumentos para invenção da Amazônia. <i>Cadernos NAEA 5</i> . Belém, PA.	1978	Armando Dias Mendes	133	Documentação física
<b>NAEA</b>	O Despovoamento do território amazônico: contribuições para sua interpretação. <i>Cadernos NAEA 6</i> . Belém, PA.	1983	Luc Joseph Alfred Mougeot; Luis E. Aragón (Org.)	164	Documentação física
<b>NAEA</b>	Ciência e Tecnologia para Amazônia. <i>Cadernos NAEA 7</i> . Belém, PA	1983	Jean Hébette (Org.); Albertina Fortuna de Oliveira; Lúcio Salgado Vieira; Alfredo K. O. Homma; José de B. Lourenço Júnior; Saturnino Dutra; Minelvina N. Freitas; Guilardo Lobo; Raul Garcia Llano; Roberto da Costa Ferreira; Nelson de F. Ribeiro; Tereza Maria F. Ximenes Ponte; Roberto Dall’Agnol; Marcos Ximenes Ponte; Sebastião Dias Klautau; José Marcelino Monteiro da Costa; Carlos Romano Ramos; Breno A. dos Santos	*	Documentação física
<b>NAEA</b>	Migrações internas na Amazônia: contribuições teóricas e metodológicas. <i>Cadernos NAEA 8</i> . Belém, PA.	1986	Luis E. Aragón, Luc Joseph Alfred Mougeot (Orgs.)	254	Documentação física
<b>NAEA</b>	Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. <i>Cadernos NAEA 10</i> . Belém, PA.	1989	Edna Maria Ramos de Castro, Jean Hébette (Orgs.)	252	Documentação física
<b>NAEA</b>	Ilhas de sintropia e exportação de entropia: custos globais do fossilístico. <i>Cadernos NAEA 11</i> . Belém, PA.	1993	Elmar Altvater	156	Documentação física
<b>NAEA</b>	Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. <i>Cadernos NAEA 12</i> . Belém, PA.	1994	Francisco de Assis Costa	165	Documentação física

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>NAEA</b>	<i>Cadastro de instituições que geram informação em ciência e tecnologia na Amazônia</i>	1988	Sistema de Informação Científica e Tecnológica da Amazônia; NAEA; UFPA	145	Documentação digital
<b>NAEA</b>	<i>Cadastro de instituições que geram informação em ciência e tecnologia na Amazônia – Ciências Sociais Aplicadas</i>	1991	Sistema de Informação Científica e Tecnológica da Amazônia; NAEA; UFPA	166	Documentação digital
<b>NAEA</b>	<i>Cadastro de instituições que geram informação em ciência e tecnologia na Amazônia – Engenharias</i>	1991	Sistema de Informação Científica e Tecnológica da Amazônia; NAEA; UFPA	190	Documentação digital
<b>Idesp</b>	<i>Pará Desenvolvimento. Belém, PA, v. 3</i>	1968	Roberto Santos; Léa Lobato de Carvalho e Oliveira; Cônego Ápio Campos; Ivone Sá Costa Tupiassú; Maria Leda Ribeiro de Barros; Matilde Oliveira Madeira Cabeça	83	Documentação digital
<b>Idesp</b>	<i>Pará Desenvolvimento. Belém, PA, v. 4/5</i>	1968	Adriano Menezes; Cônego Ápio Santos; Roberto Santos; Walmir Hugo dos Santos; Hélio Antonio Mozarkel; Armando Dias Mendes; Ivone Hiromi Takahashi; Helena Stilianidi; Crecêncio Leão; Elias Paladino, set./dez.	163	Documentação digital
<b>Idesp</b>	<i>Pará Desenvolvimento. Belém, PA, v. 6/7</i>	1969	Alacid Nunes; Adriano Velloso de Castro Menezes; Armando Dias Mendes; Miranda Neto; Constantino Ribeiro Otero; José das Neves Capela; Eudenil Marcião Neves; Constantino Ribeiro Otero; José das Neves Capela; Eudenil Marcião Neves, mar./jun.	116	Documentação digital
<b>Idesp</b>	<i>Pará Desenvolvimento. Belém, PA, v. 10/11.</i>	1971	Armando Dias Mendes; Roberto Santos; Constantino Ribeiro Otero e José das Neves Capela; Maria de Lourdes Marques Medeiros	118	Documentação digital
<b>Idesp</b>	Perspectivas da industrialização. <i>Pará Desenvolvimento. Belém, PA, n. 26.</i>	1990	Violeta Refkalefsky Loureiro; Renato Pinheiro Condurú Júnior; Marco Aurélio Albarge Lobo; Fernando Flambot da Cruz; Raymundo Ruy Pereira Bahia; Francisco F. Assis Fonseca; Carlos Romano Ramos, Alberto Rogério da Silva; Nelson de Figueiredo Ribeiro, Maria Denise Ramos Ribeiro, Djalma Arthur Bacelar, Carlos Romano Ramos; Teresa Cativo Rosa, Leila Lima, Carlos Lima, Silvia Lima Paes; Fernando Flexa Ribeiro; Ruy Sizo; Sérgio Leão, jan./jul.	123	Documentação digital

Quadro 1 – Fontes

(continuação)

<b>Idesp</b>	Amazônia eco-visões. <i>Pará Desenvolvimento – Edição Especial.</i> Belém, PA.	1992	Maria Eugênia Marcos Rio; Armando Mendes; Christopher Uhl, Adalberto Veríssimo, Paulo Barreto, Marli Mattos, Ricardo Tarifa; Clara Pandolfo; Crisomar Lobato; Philip M. Fearnside; Roberto Santos, jun.	99	Documentação digital
<b>Livro de publicação própria</b>	<i>A invenção da Amazônia:</i> alinhavos para uma história de futuro	1996 (2006 – 3ª ed.)	Armando Dias Mendes	169	Documentação física
<b>Livro de publicação própria</b>	<i>A casa e suas raízes:</i> ensaios sobre ecologia, economia e “ecomenia”	1996	Armando Dias Mendes	142	Documentação física
<b>Livro de publicação própria</b>	<i>Amazônia:</i> modos de (o)usar	2001	Armando Dias Mendes	109	Documentação física
<b>BASA - Coletânea</b>	<i>Amazônia:</i> Terra e Civilização – Volumes I e II	2004	Armando Dias Mendes (Org.) <sup>16</sup>	714	Documentação física
<b>Sudam – Texto de conferência</b>	<i>Ciência e Tecnologia – seu papel no desenvolvimento</i>	1972	Clara Pandolfo	20	Documentação digital
<b>Sudam - Relatório</b>	<i>Análise conjuntural do problema florestal na Amazônia brasileira</i>	1977	Clara Pandolfo	20	Documentação digital
<b>Sudam - Livro</b>	<i>A Floresta Amazônica brasileira:</i> enfoque econômico-ecológico	1978	Clara Pandolfo	114	Documentação física e digital
<b>Sudam - Livro</b>	<i>A Amazônia brasileira e suas potencialidades</i>	1979	Clara Pandolfo	*	Documentação física
<b>Editora Cejup/ Coleção Amazoniana - Livro</b>	<i>Amazônia brasileira:</i> ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras	1994	Clara Pandolfo	*	Documentação física
<b>Livro</b>	<i>Amazônia:</i> desenvolvimento e ocupação	1979	José Marcelino Monteiro da Costa (Ed.) <sup>17</sup>	*	Documentação física
<b>NAEA - Artigo</b>	<i>Planejamento estadual no Brasil:</i> a experiência do Pará	1986	José Marcelino Monteiro da Costa	*	Documentação física
<b>Edições CEJUP - Livro</b>	<i>Amazônia:</i> desenvolvimento ou retrocesso	1992	José Marcelino Monteiro da Costa (Org.) <sup>18</sup>	*	Documentação física

<sup>16</sup> Nessa obra, por ser uma coletânea, também estão inseridos artigos de José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Santos.

<sup>17</sup> Nesta obra, por ser uma coletânea, constam capítulos de Armando Dias Mendes e Roberto Santos.

<sup>18</sup> Nesta obra, por ser uma coletânea, também consta capítulo escrito por Clara Pandolfo.



Quadro 1 – Fontes

(conclusão)

<b>NAEA – Artigo</b>	<i>Para deter a calamidade ou uma alternativa ao projeto sobre a Floresta Amazônica</i>	1978	Roberto Araújo de Oliveira Santos	28	Documentação digital
<b>NAEA – Artigo</b>	<i>A política florestal para a Amazônia e o projeto interministerial</i>	1979	Roberto Araújo de Oliveira Santos	12	Documentação digital
<b>Livro de publicação própria</b>	<i>História Econômica da Amazônia (1800-1920)</i>	1980	Roberto Araújo de Oliveira Santos	358	Documentação física
<b>Entrevista</b>	Edna Maria Ramos de Castro	2014	Projeto Anos de Chumbo, UFPA	1h 08min e 05seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Violeta Refkalefsky Loureiro	2014	Projeto Anos de Chumbo, UFPA	1h e 31min	Documentação audiovisual
<b>Vídeo comemorativo com entrevistas</b>	Aniversário do Curso de Economia da UFPA		Canal do Youtube	14min e 52seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Violeta Refkalefsky Loureiro	2021	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	1h 04min e 56seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Violeta Refkalefsky Loureiro	2022	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	32min	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Luís Aragón Vaca	2023	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	1h 18min e 09seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Eduardo Monteiro da Costa	2023	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	45min e 22seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Murilo Fiúza	2023	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	1h 06min e 30 seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior	2023	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	1h 07min e 58seg	Documentação audiovisual
<b>Entrevista</b>	Lúcio Flávio Pinto	2023	Tayanná Santos de Jesus Sbrana	58min e 27seg	Documentação audiovisual

Fonte: a própria autora (2024).

Nota: (\*) Arquivo físico disponível no acervo.

## Estrutura do texto

A presente tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Quadro teórico básico* traz discussões teóricas a partir dos conceitos *desenvolvimento, Estado, instituições, representações, Ciência e Tecnologia, Amazônia, hegemonia e consenso*, a fim de embasar a narrativa e interpretação da pesquisa. O capítulo está dividido pelos itens: *1.1 Desenvolvimento, 1.2 Estado, instituições, representações, 1.3 Estado, Ciência e Tecnologia*, este último subdividido pelo item *1.3.1 Ciência e desenvolvimento: alguns debates*, seguido por *1.4 Amazônia, hegemonia e consenso*.

O segundo capítulo, denominado *Rastros do desenvolvimento*, tem por objetivo apresentar aspectos gerais da Ditadura Militar no Brasil e no Pará, tendo como foco as políticas de desenvolvimento, bem como o pensamento voltado para a Economia Política no período. Está dividido em cinco itens: *2.1 Estado e desenvolvimento entre 1930 e 1964; 2.2 Aspectos gerais dos governos militares; 2.3 Economia e desenvolvimento entre 1964 e 1969; 2.4 A era dos grandes projetos (1970 a 1974) e 2.5 Fins da Ditadura entre 1975 e 1985*. No primeiro, apresentaremos os antecedentes do pensamento econômico e político brasileiro voltado para pensar o desenvolvimento antes da Ditadura Militar, prosseguindo, nos tópicos seguintes, com uma caracterização de cada governo militar a partir de seus aspectos referentes à economia política, no âmbito nacional e no âmbito paraense, levando também em conta os programas de desenvolvimento vigentes em cada um deles.

O terceiro capítulo tem por título *Os tempos das instituições*, e nele apresentaremos como atuaram os agentes situados nas instituições escolhidas para essa pesquisa durante a Ditadura Militar, enfocadas cada uma em um tópico, sendo composto o capítulo por quatro: *3.1 Ciência, tecnologia e educação nos PDAs*, no qual elencamos como os temas *ciência, tecnologia* e *educação* eram concebidos nos textos dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, enquanto escritos onde constavam as diretrizes para o desenvolvimento; *3.2 Vozes da Sudam e do BASA S. A.*, em cujo item consta a análise dos escritos referentes a essas duas instituições; *3.3 Vozes do NAEA*, subdividido em *3.3.1 Planejamento e desenvolvimento: debates iniciais*, com ênfase em monografias de especialização defendidas nos primeiros anos de criação do Núcleo, e *3.3.2 Cadernos NAEA em perspectiva*, enfocando a revista referida. Por fim, temos o tópico *3.4 Vozes do Idesp*, com análise de escritos presentes na Revista *Pará Desenvolvimento*. Nossa intenção, nesse capítulo, é apontar os dados que obtivemos analisando os escritos dos cientistas escolhidos a partir dos três temas-chave da pesquisa, já relatados.

No quarto capítulo, “*Inventores de Amazônia*”, analisamos dados a partir dos escritos dos cientistas abordados e de entrevistas com pessoas que conviveram com os autores, para entendermos de que forma foi sendo constituída uma visão hegemônica a respeito do desenvolvimento na Amazônia, podendo estar relacionada com a visão divulgada pelo poder central ou não, e quais foram os mecanismos, abordagens, campos de atuação e margens de ação desses cientistas em suas respectivas instituições situadas no Pará durante a Ditadura Militar, no que concerne à sua contribuição para a escrita e a implementação ou crítica dos programas de desenvolvimento analisados. O capítulo está dividido em três itens: 4.1 *Trajetórias* – subdivido por 4.1.1 *Clara Martins Pandolfo*, 4.1.2 *Armando Dias Mendes*, 4.1.3 *José Marcelino Monteiro da Costa*, 4.1.3 *Roberto Araújo de Oliveira Santos* –, 4.2 *Pensamento social amazônida: a questão do desenvolvimento* – composto por 4.2.1 *Revelar a Amazônia* e 4.2.2 *Povoar o desenvolvimento* –, e 4.3 *Consenso desenvolvimentista*, que está direcionado para uma discussão teórica a respeito do desenvolvimento, notadamente o consenso desenvolvimentista, que embasa nosso interesse de pesquisa. Nele construiremos a hipótese levantada por nós de que o desenvolvimento, no período desse estudo, é compreendido como uma *necessidade* e sua efetivação parte da constituição de um *consenso* no seio da sociedade paraense-amazônida que delimita de que maneiras o desenvolvimento será percebido e os caminhos a serem trilhados para sua efetividade. Partiremos da produção teórica, mas também das fontes orais, para delinear o desenvolvimento enquanto uma *estrutura organizada de esquecimento*. É formado por 4.3.1 *Linearidade* e 4.3.2. *Monoculturas*, compreendidos como elementos estruturantes do consenso desenvolvimentista. Por fim, seguem as *Conclusões*.

## 1 QUADRO TEÓRICO BÁSICO

Nosso trabalho opera com referenciais teóricos e metodológicos a partir de três conceitos centrais: *desenvolvimento*, *Amazônia* e *ciência*. Deles derivam discussões a respeito das instituições, dos cientistas, da ciência e da tecnologia, bem como da natureza e do espaço. Portanto, nosso referencial é interdisciplinar, partindo da História e retornando a ela, como fluxo gerador dos debates e orientador da perspectiva, numa inter-relação entre tempo e espaço, materialidade e simbólico, humanos e natureza<sup>19</sup>.

Temporalmente, o recorte é o da vigência da Ditadura Militar no Brasil: 1964 a 1985. Existem variados debates a respeito das nomeações para esse período histórico, relacionadas a seus componentes. De acordo com Demian Melo, nos últimos anos tem sido comum referir-se ao período utilizando o termo civil-militar que, para o historiador, incorre em alguns problemas, como uma partilha entre os historiadores que optam por essa definição e as ideologias próprias dos militares, que dividem a sociedade entre civis e militares, além de um revisionismo que acaba por desconsiderar a predominância dos militares no Golpe de 1964 e na condução ampla da Ditadura. Não significa dizer que setores dentre os civis, com todas as precauções que devemos ter ao usar esse termo, não estivessem inseridos nas composições e articulações do regime autoritário iniciado em 1964, mas que devemos observar a complexidade também desses civis, já que eram religiosos, membros da imprensa, empresários, entre outros. E ainda os chamados tecnocratas, sendo esta uma definição que acaba por ocultar sobre um viés dito neutro, o da tecnologia, a atuação engajada dos técnicos<sup>20</sup>.

Optamos pela denominação Ditadura Militar pela ênfase nos agentes militares na feitura e condução do processo, ainda que outros agentes e grupos tenham estado presentes nas pastas governamentais, postos institucionais, ou ainda nos subterrâneos da condução do regime, como empresários<sup>21</sup>, grandes proprietários<sup>22</sup>, entre outros<sup>23</sup>. A feição autoritária da

---

<sup>19</sup> Algumas discussões teóricas precisarão ser retomadas nos capítulos seguintes, diante das possibilidades interpretativas amplas que a pesquisa suscita. Neste momento, temos referências gerais, e ao longo dos capítulos, a essas referências serão acrescidas outras, mais específicas ao tema do capítulo.

<sup>20</sup> MELO, Demian Bezerra de, “Ditadura ‘civil-militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. *Espaço Plural*. Ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2012.

<sup>21</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “*Estranhas catedrais*”: *as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 3ª reimpressão. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>22</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Sagga, 2018. pp. 309-334.

Ditadura foi delineada pelos militares, em consonância com as necessidades da expansão capitalista, variando em suas nuances conforme a formação e alinhamento do período, baseado nas características pessoais e grupais, derivadas do campo do qual advinha e/ou estava inserido o ditador da vez. A divisão entre os grupos ligados à Linha Dura e à face moderada da orientação de ação dos militares não ofuscou o condicionamento geral do regime, balizado, por exemplo, pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a constituição de uma luta contra os “inimigos internos” do Brasil, identificados como comunistas, membro do campo da esquerda em geral, religiosos ditos subversivos, entre outros.

Em relação ao recorte temporal e ao enfoque da pesquisa, situamos nosso estudo na História do Tempo Presente, aqui compreendida como uma corrente historiográfica que se insere num contexto mais amplo de renovação dos estudos históricos, tendo como ponto de partida uma observação acurada dos processos políticos contemporâneos, a utilização de um corpo de fontes ampliado, não restrito às fontes escritas, e a valorização da interdisciplinaridade e da interação dialética entre indivíduos e coletividades, sem uma explicação determinista. Há, nesses estudos, a eleição do tempo presente como foco temporal das análises, o que indica um redimensionamento do campo da história. É importante, ainda, a reflexão a respeito da escrita da história e das temporalidades inscritas nesse processo, bem como do próprio lugar dos historiadores como escritores e agentes da história em execução<sup>24</sup>.

A História do Tempo Presente possui como uma de suas características a proximidade dos historiadores em relação aos acontecimentos que estão em execução, o que impõe uma série de desafios à escrita, mas também propicia uma multiplicidade de fontes, algumas também produzidas pelos próprios historiadores, como as entrevistas. O interessante, para essa perspectiva, é observar a multiplicidade do real que se inscreve na reflexão histórica, vivenciada cotidianamente, podendo os historiadores também refletir a respeito de suas possibilidades e limites, inscritos nas questões da objetividade científica, do distanciamento em relação à pesquisa, entre outras problemáticas que acompanham as Ciências Humanas há bastante tempo. Conforme Lucilia Delgado e Marieta de Moraes Ferreira,

[...] o tempo presente constitui-se como realidade temporal propícia à construção de relatos e registros de lembranças. São vozes múltiplas, que muitas vezes registram

<sup>23</sup> DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista; estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

<sup>24</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. pp. 07-12.

formas diferentes e até conflitantes de rememoração de acontecimentos e processos. Portanto, podem ser identificados como documentos que, por trazerem em si diversidade de visões do mundo e de registros das experiências vividas, valorizam a heterogeneidade em detrimento de uma homogeneidade que usualmente simplifica e distorce o mundo real<sup>25</sup>.

Inserida nesse recorte, está a História Oral, aqui compreendida como uma metodologia. Existe um intenso debate em torno dessa questão no Brasil, que é identificado por Marieta Ferreira e Janaina Amado<sup>26</sup> pelas definições da História Oral como disciplina, metodologia ou técnica. Autores como Roger William consideram a História Oral como um conjunto de técnicas que auxiliam na complementação dos mais variados estudos. Segundo Ferreira e Amado, “aos defensores da história oral como técnica interessam as experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo, etc.”<sup>27</sup>. Como percebemos, nessa vertente, a História Oral é compreendida como a junção de vários aparatos e tecnologias que visem à melhor consecução de pesquisas embasadas total ou parcialmente em fontes orais. Em suma, é uma técnica para a produção de fontes orais.

Outros autores, como Ian Mikka, consideram que

pensar a história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre si mesma [...]. Não só a história oral é teórica, como constitui um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas<sup>28</sup>.

Segundo Ferreira e Amado, os adeptos desta concepção da História Oral caem, muitas vezes, em contradições no momento de definir a consistência de sua argumentação, finalizando sempre com um indicativo de estudarem melhor a ideia, pois esta precisa de melhores definições<sup>29</sup>.

Um terceiro grupo de autores considera a História Oral como uma metodologia de estudos. Os representantes deste grupo, como Chantal de Tourtier-Bonazzi, Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, entendem a História Oral como uma metodologia como muitas outras, já que ela “estabelece e ordena procedimentos de trabalho [...] funcionando como ponte entre teoria e prática”<sup>30</sup>. Para nós, a forma como utilizamos a História Oral nessa pesquisa se encaixa nessa última definição, porém, não deixamos de considerar a

<sup>25</sup> DELGADO; FERREIRA, 2014, ref. 24, p. 09.

<sup>26</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 08.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>29</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 16.

particularidade das situações e as adaptações necessárias na metodologia conforme o que a pesquisa apresenta. A História Oral, a saber, é uma metodologia que pode apresentar características de técnica e disciplina, não sendo o único método possível nos estudos de História do Tempo Presente.

É nesse sentido que também nos é cara a percepção de que nós, historiadores e cientistas das Humanidades, somos sujeitos políticos, não devendo nos esquivar dos problemas que afligem a coletividade na qual estamos inseridos e que nos exige respostas ou, minimamente, reflexões acerca dos processos que vivenciamos.

O conceito de tempo presente foi redefinido ao longo do tempo, tornando-se um conceito sempre renovado. Seus limites podem ser imprecisos, mas remetem, de maneira geral, à contemporaneidade do historiador aos eventos analisados, partilhando das mesmas categorias e referências<sup>31</sup>. Em nossa pesquisa, o desenvolvimento assume centralidade, e sua compreensão atinge aos agentes do período do estudo, a Ditadura Militar, mas também a nós, enquanto pessoas que ainda partilhamos de um imaginário desenvolvimentista. Enfrentamos, portanto, um desafio relacionado a uma tomada de posição mediante uma questão fundamental para o Brasil contemporâneo e as maneiras a partir das quais os agentes no poder definiram, dentro do país, os espaços destinados a servir ao projeto de desenvolvimento da nação. Conforme Guimarães Neto,

[o] legado político dos tempos da ditadura e mesmo de períodos anteriores não apenas está incrustado em nosso tempo presente, mas se metamorfoseia em outras formas, permitindo apropriações políticas diversas que conformam o desenho de nossa contemporaneidade<sup>32</sup>.

São imagens do passado que continuam sendo compreendidas no presente, como válidas e possuindo um sentido. O desenvolvimento, em nosso tempo, não perdeu sua força como conceito e fenômeno orientador do mundo da vida em suas mais variadas facetas.

No bojo dessa discussão, cremos necessário entender a Amazônia brasileira e seu lugar ocupado nos caminhos do desenvolvimento no Brasil. Para tanto, acionamos a análise de William Robinson<sup>33</sup> e Juan Manuel Sandoval<sup>34</sup>, a partir dos quais buscamos entender como

<sup>31</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. pp. 35-64.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>33</sup> ROBINSON, William I. *Uma teoria sobre el capitalismo global: producción, classe y Estado em um mundo transnacional*. Trad.: Victor Acuña Soto e Myrna Alonzo Calles. México: Siglo XXI Editores, 2013.

<sup>34</sup> SANDOVAL, Juan Manuel. La “Megarregión Arizona-Sonora” como Zona Especifica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la expansión del capital transnacional de la frontera México-Estados Unidos. *REPOCS*. V. 16, N. 32, ago./dez., 2019. pp. 21-49.

a Amazônia brasileira, durante a Ditadura Militar, foi sendo estruturada para servir a um sentido geral relacionado à reprodução do capitalismo, numa rearticulação do sistema colonial moderno, no qual as antigas colônias eram demandadas como servidoras das metrópoles. Sandoval refere-se ao final do século XX como um período de expansão do capitalismo ao nível global, resultante da reestruturação do capitalismo mundial ao longo dos anos 1970 e 1980, após uma crise estrutural que levou ao surgimento do capitalismo global ou globalização capitalista<sup>35</sup>.

Robinson afirma que a globalização seria o novo estágio do capitalismo, com novas mudanças e arranjos de poder. Surgiu, desse modo, uma classe capitalista transnacional, aparelhos de um Estado transnacional em formação, um sistema financeiro global, novas formas de produção e novas relações desiguais de exploração<sup>36</sup>. Nos interessa compreender, a partir desses autores, como espaços transnacionais são constituídos, nesse processo, enquanto *Espaços Globais*. Sandoval pontua a Amazônia como um desses espaços, estando integrado ao circuito do capitalismo como uma zona em que uma série de expropriações são efetuadas de modo a constituir a região a partir dos interesses alheios<sup>37</sup>.

De acordo com o autor, “los *Espacios Globales* emergen o se producen sobre espacios que previamente han sido claves para las fases anteriores del desarrollo del capitalismo”<sup>38</sup>, tendo sido zonas produzidas anteriormente a partir de um desenvolvimento geográfico desigual, a fim de beneficiar a acumulação capitalista e a expansão geográfica do capital. Nestes espaços, “el capital transnacional coexiste con los capitales nacionales y locales que se reproducen en ciertos sectores, encadenados en muchas ocasiones a los transnacionales a los cuales abastecen de insumos, servicios, transporte, etc.”<sup>39</sup>. Ocorre, também, uma “distribución desigual en el espacio y el tiempo de la valorización del trabajo y de los bienes naturales que devienen en recursos naturales al pasar éstos, de un valor de uso a uno de cambio”<sup>40</sup>.

Nesse sentido, o espaço de nossa pesquisa é a Amazônia brasileira, percebida como um Espaço Global para a expansão do capitalismo transnacional. Localmente, enfocamos no Estado do Pará, onde estiveram e estão sediadas as instituições elencadas para a análise:

---

<sup>35</sup> SANDOVAL, 2019, ref. 34.

<sup>36</sup> ROBINSON, 2013, ref. 33.

<sup>37</sup> *Op. cit.* Conforme o autor, além da Amazônia, existem outros, analisados pelo Grupo de Trabajo Fronteras, Regionalización y Globalización, da CLACSO: Fronteira México-Estados Unidos, Projeto Mesoamérica, Andino do Sul Patagônico.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 26.

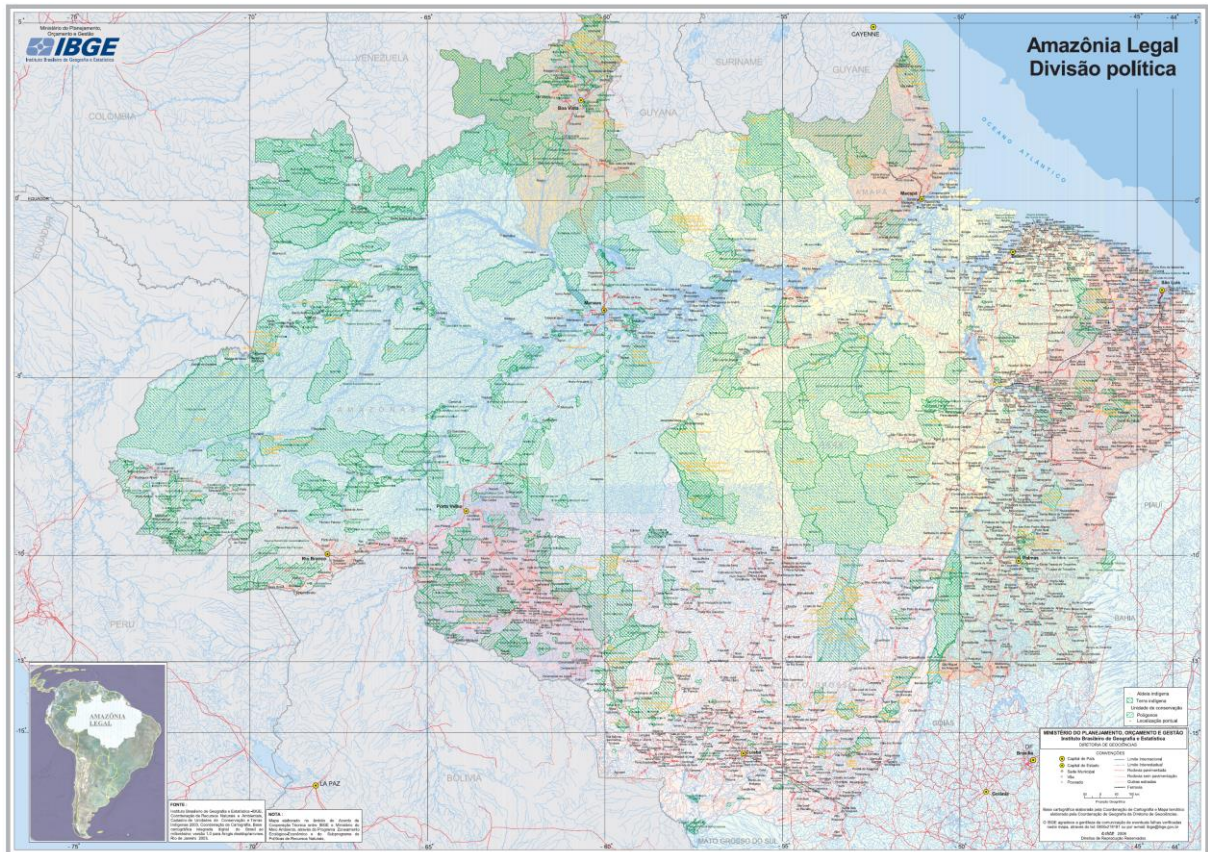
<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 28.



Sudam, BASA, Idesp e NAEA. Dessa forma, estaremos atentos, ainda, às dinâmicas paraenses no que concerne à condução dos programas e projetos de desenvolvimento. Para fins de visualização, consideraremos a Amazônia brasileira a partir da Amazônia Legal, área de atuação da Sudam durante a Ditadura Militar<sup>41</sup>.

Figura 1 – Representação cartográfica da Amazônia brasileira



Fonte: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15844-zee-amazonia-legal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 17 abr. 2021.

É de fundamental importância o conceito de *região* em nosso trabalho. Segundo Rogério Haesbaert<sup>42</sup>, *região* é uma noção cara ao Estado que implica em uma espacialização

<sup>41</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a Amazônia é a região compreendida pela bacia do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, formada por 25.000 km de rios navegáveis, em cerca de 6.900.000 km<sup>2</sup>, dos quais aproximadamente 3.800.000 km<sup>2</sup> estão no Brasil. Já a Amazônia Legal, estabelecida no artigo 2 da lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás. Ela representa 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios, onde viviam em 2000, segundo o Censo Demográfico, 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15844-zee-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 abr. 2021.

<sup>42</sup> HAESBAERT, Rogério. Por uma outra regionalização: a região como artefato. In: *Regional global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. pp. 109-155.

do poder, projetando no espaço signos, objetivos e transformações advindas de uma uniformização construída no âmbito do poder. Dentro do território nacional existem variadas denominações para os espaços, em suas formas diversas, como unidades federativas, cidades, estados, zonas, biomas, unidades de conservação, reservas e outras advindas do exercício do poder do Estado, que se chocam com as denominações locais prévias. A divisão por regiões acaba por suplantar estas outras lógicas de nomeação dos espaços e impõe um signo de poder, definindo funções. Nesta pesquisa, entendemos que distintas definições regionais se imbricam por se relacionarem a um mesmo espaço: Amazônia Legal, Amazônia Oriental, Amazônia, Norte, entre outras.

Essas classificações podem ser apropriadas pelos grupos em disputa e ressignificadas em torno de interesses próprios. As disputas em torno da avaliação, defesa, crítica e propostas ao desenvolvimentismo na Amazônia durante a Ditadura Militar assumiram distintas facetas, algumas delas relacionadas ao discurso regionalista, numa defesa da Amazônia e, especificamente, do Pará – ou de uma Amazônia e de um Pará –, que contemplava interesses das frações da elite e grupos relacionados, em contraposição aos grupos sociais subalternizados, como camponeses, indígenas, trabalhadores, dentre outros<sup>43</sup>. Portanto, *região* torna-se central por implicar lutas por significação e lutas de classes em sua elaboração e aplicação.

Como observamos, anteriormente, nossa discussão evoca temas gerais que resvalam em outros, englobados pelos conceitos *desenvolvimento*, *Amazônia* e *ciência*. Ressaltamos que nossa perspectiva, para os três, é crítica. A seguir, delinearemos aspectos gerais desses três conceitos.

## 1.1 Desenvolvimento

O desenvolvimento, enquanto fenômeno social inscrito no imaginário vigente, possui historicidade e é referente a determinadas sociedades ao longo do tempo. Inúmeros pesquisadores se debruçaram sobre esse conceito e, nesta pesquisa, apresentaremos também compreensões amazônidas do desenvolvimento a partir dos escritos dos cientistas escolhidos para a análise. Observamos que o desenvolvimento, de acordo com o *Dicionário Crítico da Mineração*,

---

<sup>43</sup> PETIT, 2003, ref. 15.

é um conceito com vários significados possíveis. Sempre que se fala em desenvolvimento está se fazendo referências a um modelo de desenvolvimento, isto é, um paradigma particular a ser seguido. Sendo assim, o significado do que seja desenvolvimento varia de acordo com o modelo adotado<sup>44</sup>.

O desenvolvimento, enquanto conceito, é uma palavra antiga, cuja gênese encontra-se, pelo menos, no *progreso*. Conforme Gustavo Esteva, desenvolvimento “ocupa la posición central de una constelación semántica increíblemente poderosa. No hay nada en la mentalidad moderna que pueda comparársele como fuerza conductora del pensamiento y del comportamiento”. Além disso, é palavra com limites pouco precisos<sup>45</sup>.

As primeiras menções ao desenvolvimento apareceram entre 1759 e 1859, a partir das análises de Wolff e Charles Darwin. Evoluiu de uma noção de transformação ligada a avanços rumo a uma forma adequada de ser, chegando à concepção de mudança encaminhando-se a uma forma de ser cada vez mais perfeita – neste sentido, evolução e desenvolvimento caminhavam juntos nas análises científicas. No final do século XVIII, passou-se de uma metáfora biológica para outra social: em 1708, Justus Moser utilizou *Entwicklung* para designar um “proceso gradual de mudança social”, referindo-se a transformações de situações políticas específicas como processos naturais; em 1774, Herder estabeleceu correlações globais em sua proposta de história universal, “comparando edades de la vida con la historia social”<sup>46</sup>. No fim do século, embasado na escala biológica de Bonnet, o referido cientista combinou a teoria da natureza com a filosofia da história. Para ele, “el desarrollo histórico era la continuación del desarrollo natural, y ambos no eran sino variantes del desarrollo homogéneo del cosmos, creado por Dios”<sup>47</sup>.

No decorrer do século XIX, desenvolvimento apareceu como verbo reflexivo – especificamente na palavra *Entwicklung*. Converteu-se em categoria central da análise de Karl Marx, por exemplo. Quando se voltou para a linguagem cotidiana, conforme o autor, trouxe em si um poder colonizador, convertendo a história em um programa. O modo industrial, por exemplo, seria o estágio final das sociedades a partir do caminho linear da evolução social, sendo culminação de todas as potencialidades existentes desde o primeiro ser humano. A saber,

La metáfora del desarrollo dio hegemonía global a una genealogía de la historia

<sup>44</sup> Verbete Desenvolvimento In: GOMIDE, Caroline Siqueira; COELHO, Tádzio Peters; TROCATE, Charles; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes (Orgs.). *Dicionário Crítico da Mineração*. 1ª ed. Marabá: iGuana, 2018. p. 82.

<sup>45</sup> ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang (org.). *Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú, 1996. p. 38.

<sup>46</sup> *Ibid.* p. 38.

<sup>47</sup> *Ibid.* p. 39.

puramente occidental, privando a los pueblos de culturas diferentes de la oportunidad de definir las formas de su vida social. [...]. Truman se apoderó de esta percepción, pero transfirió el papel de primer motor - la condición de *primum movens* de los comunistas y el proletariado a los expertos y el capital (siguiendo así, irónicamente, los precedentes establecidos por Lenin y Stalin)<sup>48</sup>.

No sentido que aqui estamos apontando, desenvolvimento remete à modificação de realidades a fim de promover mudanças que levariam a uma qualificação positiva daquelas realidades. Não significa que adotemos esta perspectiva, mas sim que a consideremos como preponderante no imaginário contemporâneo. Porém, falar do conceito desenvolvimento requer pensar sua consideração por estados e pela ciência, notadamente, os processos de intervenção em realidades consideradas não desenvolvidas.

C. W. Radomsky<sup>49</sup> aponta que podemos compreender tais processos levando em consideração os pontos de vista de campos do conhecimento que operaram com este conceito, seja em sua defesa, seja em sua crítica, a saber, a Antropologia do Desenvolvimento, a perspectiva Pós-Estruturalista e Pós-Colonial e os estudos a partir do Pós-Desenvolvimento.

A primeira, conforme o autor, esteve direcionada para auxiliar a consecução de intervenções em realidades ditas não desenvolvidas, tendo como possível origem os projetos coloniais e o ramo da Antropologia aplicada, em atividade desde os anos 1930 e já contestada nos Estados Unidos. A atuação dos antropólogos, nessa perspectiva, dava-se no sentido de verificar localmente as possibilidades de auxílio externo a fim de promover a modificação daquelas realidades, acompanhando o processo. Para o autor, a obra de Cochrane, de 1971, é significativa para exemplificar esta perspectiva, para o qual “a prescrição é entendida [como] não apenas salutar, mas indispensável”<sup>50</sup>. Neste sentido, o desenvolvimento seria um dado, necessitando ser induzido a fim de promover processos como “aumento da produção, eficiência econômica, crescimento da produtividade de setores agrícolas e racionalidade no uso dos fatores”<sup>51</sup>.

No fim da década de 1960, retoma-se o debate a respeito do problema da modernização na Sociologia e na Ciência Política e, em parte dos anos 1980, há uma discussão, entre antropólogos, a respeito de “seu papel a favor de mudanças sociais, sem uma

<sup>48</sup> ESTEVA, 1996, ref. 45, p. 39.

<sup>49</sup> RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 nº 75, fevereiro de 2011. p. 149-193. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XJG9DmQ8w9HTPyq8fxyFtJb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>51</sup> *Id.*

atenção maior sobre quais mudanças e se elas seriam benéficas”<sup>52</sup>. Entretanto, tal perspectiva já sofria críticas que lentamente foram a desconstruindo, conforme o autor. É interessante ressaltar, seguindo sua argumentação, os debates que vinham ocorrendo, entre os anos 1970 e 1980, na América Latina, especificamente no Brasil, a respeito da dicotomia modernidade/atraso, especialmente no que concerne a uma interpretação antropológica e sociológica nacional, considerando a existência de povos indígenas, o que leva à emergência de uma “antropologia preocupada com o desenvolvimento sem perder de vista o caráter particularista”<sup>53</sup>, surgindo, por exemplo, a noção de *etnodesenvolvimento*, que traz em sua concepção uma necessidade de pensar a pluralidade cultural como desafio, antes de ser um problema. Ressalte-se, para este período, a importância dos trabalhos de Ignácio Rangel e Francisco de Oliveira.

A perspectiva intervencionista ligada aos primeiros trabalhos da Antropologia Aplicada veio sofrer suas mais duras críticas com a emergência do Pós-Colonialismo – tendo como principal expoente Edward Said –, dos estudos de Michel Foucault e da orientação Pós-Moderna. C. W. Radomsky afirma que “não se pode afirmar que a antropologia orientada pró-desenvolvimento tenha perdido seu espaço; ao contrário, o número de profissionais em cargos do Banco Mundial e agências aumenta”<sup>54</sup>, porém surgem trabalhos com perspectivas críticas que vão, aos poucos, fornecendo argumentação para uma deposição daquela disciplina em sua centralidade, a saber, os estudos de Gustavo Esteva, Gilbert Rist, Vandana Shiva e Majid Rahnema. Há também – e de forma sintomática – a influência da questão ambiental nestas discussões, que aparece sob os termos de *crescimento zero*, *slow down consumption*, entre outros, culminando na importante noção, ainda hoje em evidência, de *desenvolvimento sustentável*<sup>55</sup>.

C. W. Radomsky afirma que a crítica ao desenvolvimento se torna forte na Antropologia na década de 1980. Na segunda metade desta década surgem os trabalhos de Ferguson e Escobar, cujas críticas até hoje embasam pesquisas dentro da perspectiva crítica ao

<sup>52</sup> RADOMSKY, 2011, ref. 49, p. 151.

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 152.

<sup>55</sup> Embora o autor pontue a noção de desenvolvimento sustentável como parte de uma perspectiva crítica, no campo das Humanidades, especialmente Ciências Sociais, compreende-se a força desagregadora que esta noção gerou ao longo do tempo, como uma forma de ampliar as possibilidades de continuidade do desenvolvimento, inserindo uma perspectiva de sustentabilidade que, ao cabo, gera a perpetuidade do desenvolvimento como paradigma. Nesse sentido, o desenvolvimento continua sem grandes questionamentos, apenas com mais um adjetivo incorporado para que permaneça enquanto *necessidade*. A respeito desse debate, ver SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). *Ecossistemas de conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: Edufma, 2009.

desenvolvimento. Influenciados por Michel Foucault, ambos “se concentram na armadura que formou o dispositivo do desenvolvimento”<sup>56</sup>. Ressaltamos que o primeiro, dentre outras questões, fala do desenvolvimento como uma *máquina antipolítica*, observando seu poderoso efeito despolitizante a partir de um diagnóstico que olha a realidade a partir da ideia de falta. O segundo, por sua vez, enfatiza o *efeito de instrumento* do desenvolvimento, em sua capacidade de produção de coisas, ideários e disciplinas. Portanto, é um *regime objetificador* que emerge como um dispositivo verificador e controlador<sup>57</sup>.

A partir da segunda metade da década de 1980, seguindo adiante nos anos 1990, surgem muitos trabalhos nos sentidos acima destacados, orientados pela perspectiva Pós-Estruturalista, pelo debate Pós-Moderno e pela perspectiva Pós-Colonial, tais como os estudos de Wolfgang Sachs, Gustavo Esteva, Rahnema e Bawtree, Rist, entre outros. Para Radomsky, este último autor apresenta em sua obra o demarcador da perspectiva pós-desenvolvimentista, que tem nos estudos de Arturo Escobar um de seus pilares: “[a] possibilidade de ‘imaginar uma era pós-desenvolvimento’”<sup>58</sup>. A partir deste breve apanhado, nos concentraremos na obra de Arturo Escobar, a fim de entender sua composição, e como forma de ilustrar a perspectiva pós-desenvolvimentista, além de onde encontram-se os debates atuais na América Latina.

Existe uma produção voltada para a discussão do desenvolvimento e seus processos na América Latina, especialmente no chamado *Giro Decolonial*, mas também – e há um bom tempo – em disciplinas como Sociologia do Desenvolvimento e Antropologia do Desenvolvimento. São trabalhos, em grande medida, que tecem críticas aos processos desenvolvimentistas, mas também há aqueles que buscam historicizar tais processos, compreendendo-os em suas feitura temporais específicas<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> RADOMSKY, 2011, ref. 49, p. 152.

<sup>57</sup> *Id.*

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>59</sup> De acordo com Luciana Ballestrin (2013), o giro decolonial é uma radicalização do argumento pós-colonial na América Latina, a partir do grupo Modernidade/Colonialidade, constituído ao final dos anos 1990. Os pesquisadores inseridos nessa discussão atualizaram a tradição crítica do pensamento latino-americano, defendendo uma opção epistêmica, teórica e política para compreender e agir no mundo. Para a autora, tendo como precursor o argumento pós-colonial, o grupo surgiu de um rompimento com os estudos subalternos latino-americanos. O pós-colonialismo refere-se a “um conjunto de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, que a partir dos anos 1980 ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra” (p. 90), numa identificação da relação antagônica por excelência entre colonizador e colonizado. Muitos autores podem ser elencados como pós-coloniais, inclusive pensadores anteriores aos anos 1980, como os precursores Franz Fanon, Aimée Cesaire e Memmi. Os estudos subalternos, por sua vez, têm seu lugar de surgimento na Índia, sendo conhecidos fora dela nos anos 1980, tendo tomado o termo *subalterno* a partir de Antonio Gramsci, entendido como “classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes” (p. 93). Tem como principais expoentes Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak. O grupo Modernidade/Colonialidade, por sua vez, buscava uma “reconstrução da histórica latino-americana das duas

Destacamos, nessa tese, nosso interesse nos estudos vinculados ao *Giro Decolonial* a fim de realizar uma observação crítica em relação aos processos de desenvolvimento na Amazônia, localmente no Pará, durante a Ditadura Militar, haja vista a busca dessa corrente de estudos pela ampliação de percepções a respeito dos continentes americano, asiático e africano como povoados por gentes e histórias, contrapondo-se a uma concepção que possui rastro antigo, na qual uma visão eurocêntrica do conhecimento se sobrepõe como único caminho para a análise<sup>60</sup>. Estes autores e autoras observam que devemos compreender o panorama teórico do dito Terceiro Mundo, ou países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, para podermos pensar a força do desenvolvimento na instituição de realidades e no condicionamento de ações, mas também como surgem vozes dissonantes, questionando esta perspectiva.

Conforme A. Escobar<sup>61</sup> e G. Radomsky<sup>62</sup>, a análise do desenvolvimento como um discurso começou a ser pensada no âmbito das teorias Pós-Estruturalistas dos anos 1980 e 1990, fazendo um questionamento do conceito de desenvolvimento, cuja raiz é ocidental e sua feitura é a de operar enquanto um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo. Os principais argumentos desta vertente são: 1) como discurso, o desenvolvimento se difundiu no começo do período após a Segunda Guerra Mundial, tendo raízes mais antigas; neste momento deu-se a invenção do “Terceiro Mundo”; 2) o desenvolvimento possibilitou a criação de um vasto aparato institucional através do qual o discurso se converteu em uma força social real e efetiva, transformadora das realidades econômica, social, cultural e política das sociedades terceiro-mundistas. Os mecanismos de atuação do desenvolvimento enquanto discurso instaurador de realidades foram a) uma profissionalização em torno da questão do desenvolvimento ligada ao surgimento de conhecimentos especializados e áreas de saber específicas para lidar com os aspectos do subdesenvolvimento; b) uma institucionalização do desenvolvimento e a criação de uma enorme rede de organizações; c) a vinculação sistemática de conhecimentos e práticas (formas

---

últimas décadas”, enfatizando categorias políticas como *classe*, *nação* ou *gênero*, “que no projeto dos Estudos Culturais pareciam ser substituídas por categorias meramente descritivas como a de ‘hibridismo’, ou sepultadas sob uma celebração apressada da incidência da mídia e das novas tecnologias no imaginário coletivo” (p. 95). Seus principais expoentes são Walter D Mignolo, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Enrique Dussel e Aníbal Quijano (BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024).

<sup>60</sup> ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

<sup>61</sup> ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Trad.: Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

<sup>62</sup> RADOMSKY, 2011, ref. 49.

de conhecer e poder) por meio de projetos e intervenções particulares; e d) a exclusão dos conhecimentos, vozes e preocupações dos “pobres” da Ásia, África e América Latina, que deveriam beneficiar-se desse processo.

Escobar<sup>63</sup> afirma que, até fins dos anos 1970, o cerne das discussões a respeito dos continentes asiático, africano e latino-americano era a natureza de seu desenvolvimento. Guilherme Radomsky<sup>64</sup> exemplifica tal questão apontando a feitura de uma antropologia aplicada que consistia na ida de pesquisadores aos territórios considerados primitivos e sem desenvolvimento para compreender por que as pessoas destes lugares não se desenvolviam, auxiliando os estados a implementarem políticas de crescimento para estas regiões. Este momento foi o da “imprescindível necessidade do desenvolvimento”, a saber

[...] parecía imposible calificar la realidad social en otros términos. Por doquier se encontraba la realidad omnipresente y reiterativa del desarrollo: gobiernos que diseñaban y ejecutaban ambiciosos planes de desarrollo, instituciones que llevaban a cabo por igual programas de desarrollo en ciudades y campos, expertos de todo tipo estudiando el “subdesarrollo” y produciendo teorías *ad nauseam*<sup>65</sup>.

Dos anos 1970 em diante, instituições foram criadas, ocorrendo também o aperfeiçoamento de antigos órgãos como o Banco Mundial, para definir e implantar políticas de monitoramento e consolidação do desenvolvimento nestas regiões. Padrões e índices de análise como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passaram a definir quem são os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, em explícita relação do padrão de riqueza das pessoas com os contextos territoriais nos quais habitam<sup>66</sup>. Ou seja, passou-se a compreender o dito atraso do continente africano, por exemplo, a partir da persistência de relações “tribais” consideradas retrógradas, ou costumes pejorativamente denominados como inferiores, estes elementos sendo considerados os causadores da pobreza, fome, miséria e doenças da população dos países africanos.

Imagens como a da criança africana subnutrida e faminta passaram a compor o conjunto de representações referentes ao Terceiro Mundo, como exemplos do subdesenvolvimento e, enquanto tais, como representativos da ameaça advinda daquelas partes do mundo aos países ricos e desenvolvidos. O território hoje denominado América Latina, a saber, não teria séculos de vivência humana constituindo-se historicamente dentro de

---

<sup>63</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61.

<sup>64</sup> RADOMSKY, 2011, ref. 49.

<sup>65</sup> ESCOBAR, 2007, *op. cit.*, p. 22.

<sup>66</sup> *Id.*; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Novoa. *Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.



culturas ancestrais e modos de vida consolidados no decorrer do tempo. A partir da instituição do desenvolvimento, apagou-se a multiplicidade e dotou-se à realidade um traço indistinto de determinação a partir dele. O único discurso válido e coerente passou a ser esse, e qualquer outra proposta passou a ser vista como inexistente. Dessa forma, matou-se a vida em sua pluralidade, tornando-a um espaço homogêneo e vazio, tal qual o tempo histórico a partir da instauração da modernidade e do ocidente<sup>67</sup>. Para Escobar<sup>68</sup>, a definição do que é Ocidente e do que não é acabou por criar um contexto no qual o mundo estaria dividido em duas partes, uma real e, a outra, espelho do real: “un campo de meras representaciones y un campo de lo 'real'; exhibiciones, por un lado, y una realidad externa, por el outro; em una orden de simples modelos, descripciones o copias, y una orden de originales”.

Na década de 1990, imaginar o fim do desenvolvimento foi o corolário da tarefa desconstrutivista. No bojo deste pensamento, nasceu o conceito de pós-desenvolvimento que, embora controverso, é também duradouro e tem ressurgido nos debates contemporâneos. A saber, este conceito nasceu da análise do desenvolvimento enquanto um conjunto de discursos e práticas com impacto profundo na forma como Ásia, África e América Latina foram consideradas: enquanto subdesenvolvidas e tratadas como tais. Esta análise está vinculada aos estudos pós-estruturalistas foucaultianos, à teoria anti e pós-colonial, aos estudos culturais e aos pós-marxismos, tendo em autores como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe grandes expoentes<sup>69</sup>. Segundo Esteva<sup>70</sup>, ainda que o desenvolvimento tenha fracassado enquanto projeto socioeconômico, o discurso desenvolvimentista continua contaminando a realidade social, o que produz vários empecilhos à construção de alternativas, ou mesmo à aceitação de ideias distintas daquelas inseridas no discurso desenvolvimentista.

Neste ponto cabe um adendo: temos observado, a partir de nossa análise, que o desenvolvimento enquanto realidade instituída não fracassou, pois ocorreu um grande avanço tecnológico a partir do final da década de 1940, por exemplo, que é pontuado por Escobar como a “criação” do desenvolvimento em um discurso proferido pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman<sup>71</sup>. Esse avanço tecnológico não dirimiu as mazelas sociais pois,

---

<sup>67</sup> TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. Trad.: Nélio Schneider e Luiza Araújo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

<sup>68</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61, p. 26.

<sup>69</sup> Escobar (*Id.*) aponta que, apesar da pouca repercussão, há utilidade na noção de pós-desenvolvimento, pois ela demonstra uma necessidade de descentrar o desenvolvimento enquanto um *descriptor social*, possibilita o questionamento das práticas de conhecimento do desenvolvimento e permite a formulação de uma crítica às ideias de crescimento, progresso e modernidade.

<sup>70</sup> ESTEVA, 1996, ref. 45.

<sup>71</sup> ESCOBAR, 2007, *op. cit.*

mesmo tendo em sua concepção discursiva o acionamento dessa bandeira – transformar realidades ditas ruins em boas – a instituição do desenvolvimento ampliou o horizonte de conflitos sociais. Mas estas duas faces coexistem no desenvolvimentismo, não anulando-se mutuamente. Portanto, ao invés de um fracasso, temos aqui um êxito, pois o desenvolvimento é concebido como realidade tangível e existente, embora em discursos políticos, por exemplo, se utilize a afirmação de que o desenvolvimento ainda precisa ser implantado. Catástrofe e progresso são componentes do desenvolvimento, portanto, sua instituição foi exitosa. A distinção feita por G. Esteva denota uma separação do desenvolvimento enquanto projeto socioeconômico, entendido como uma mudança na situação das pessoas – de uma realidade social e econômica ruim com menos acesso a bens de consumo a uma realidade melhor – e enquanto discurso. Para nós, ambas as facetas estão interligadas.

Ainda que o conceito tenha sofrido desgastes, persiste em sua força, pois as críticas ainda são expressas em seu campo discursivo, a partir de uma linguagem também *colonizada pelo desenvolvimento*. Conforme A. Escobar,

Aun quienes se oponían a las estrategias capitalistas del momento se veían obligados a expresar sus críticas en términos de la necesidad del desarrollo, a través de conceptos como “otro desarrollo”, “desarrollo participativo”, “desarrollo socialista”, y otros por el estilo. En resumen, podía criticarse un determinado enfoque, y proponer modificaciones o mejoras en concordancia con él, pero *el hecho mismo del desarrollo y su necesidad, no podían ponerse en duda*. El desarrollo se había convertido en una *certeza en el imaginario social*<sup>72</sup>.

Para G. Radomsky,

[...] com todas as vicissitudes e os desgastes, a ideia de desenvolvimento (e todos os derivados que geralmente aparecem ligados ao termo “desenvolvido”: sub, semi, pós) não perde a força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar. Artifício ideológico, implicação de um poder discursivo ou esperança de superação de problemas como a pobreza e desigualdade, deve-se destacar sua resiliência diante das tentativas de desconstrução<sup>73</sup>.

De acordo com Raymond Williams, em qualquer sociedade e período existe um sistema de práticas, valores e significados central, podendo ser chamado de dominante e eficaz. Este sistema é organizado e vivido e seu conjunto de práticas, experimentado. É também um investimento de forças que compõem a percepção corriqueira da natureza, do ser humano e de seu mundo. Experimentado enquanto práticas, o sistema confirma-se mutuamente, mas não é estático. Portanto,

A hegemonia constitui um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se

<sup>72</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61, p. 22 – grifos da autora.

<sup>73</sup> RADOMSKY, 2011, ref. 49, p. 149.

torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas<sup>74</sup>.

Essa característica de sentido interessa, pois o desenvolvimento enquanto noção orientadora da realidade social é também sistema de símbolos, perpassando as variadas esferas da vida. A noção de hegemonia auxilia nesta compreensão, pois ela supõe a existência de algo total e vivido em sua profundidade, correspondendo à realidade da experiência social. Possui um caráter de saturação, que demarca os limites da atuação no âmbito desse sistema de práticas, inclusive da produção de conhecimentos que levam o desenvolvimento como justificativa e objetivo.

Partimos da concepção de que a ideia do desenvolvimento é considerada, de forma generalizada, como horizonte a ser perseguido. Nesta noção de horizonte estão imiscuídas outras, como as de necessidade<sup>75</sup>. Ou seja, a hipótese é de que o desenvolvimento, ainda que as realidades instauradas em seu nome tenham sido desiguais, continua exercendo grande poder no imaginário contemporâneo<sup>76</sup>, o que pode ser percebido em diversos campos, como o político, o jurídico, o social, o econômico e inclusive, a título de ilustração, o linguístico que perpassa os outros campos<sup>77</sup>. Sua força situa-se no seio do capitalismo, pois é seu produto. Nesse sentido, a hipótese é de que o desenvolvimento, para além de situar-se no campo de instituição imaginária da sociedade, como noção, está na concretude das relações sociais, pois as práticas não podem ser vistas desgarradas das justificativas para a ação. Por isso, esta pesquisa está ancorada na necessidade de análise do desenvolvimentismo brasileiro, em sua amplitude sistêmica, com ênfase na totalidade.

A compreensão do desenvolvimentismo brasileiro, a nosso ver, não deve focar apenas no recorte local de casos específicos ou de grupos. As realidades locais devem ser compreendidas como parte de uma *totalidade*, pois o desenvolvimentismo brasileiro, a criação de pesquisas fundamentando a execução de grandes projetos e o acionamento de uma noção

---

<sup>74</sup> WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. *Cultura e materialismo*. Trad.: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 53.

<sup>75</sup> ESTEVA, 1996, ref. 45.

<sup>76</sup> É necessário destacar que o desenvolvimento, nesta pesquisa, não é compreendido apenas como imaginário, já que sua instituição não se situa no campo das ideias e representações unicamente, o que seria uma redução anacrônica. Pensado nos termos do materialismo histórico, o desenvolvimento pode ser considerado como uma força nas relações sociais, assumindo características várias, de acordo com os momentos, como a de discurso legitimador de ações, políticas de governo, linguagem cotidiana, base de atuação dos seres humanos, e insere-se no sistema capitalista, sem o qual não poderia existir. A conceituação do desenvolvimento, por conta de sua ampla abrangência de significados, ainda está por ser feita de maneira completa, o que denota um forte esforço intelectual de análise.

<sup>77</sup> LISBOA, Marijane. Em nome do desenvolvimento: Um fundamento pouco sólido para resolução de conflitos. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

específica de desenvolvimento ligada à industrialização e ao progresso como meta são todas características do capitalismo e de sua tradução desenvolvimentista, que não podem ser negligenciados nesta análise. As condições de possibilidade para que o desenvolvimento seja apresentado como necessidade são delimitadas no seio do capitalismo enquanto sistema dominante nas variadas esferas da vida, a ser consideradas dialeticamente.

A transformação de realidades promovida pelos agentes da Ditadura Militar deve ser compreendida de forma continuada, não renunciando aos estudos locais, mas compreendendo que existe uma totalidade que os interliga, como um corpo presente que ainda *assombra* os vivos<sup>78</sup>. Dessa forma, buscamos conhecer parte dos construtores de consenso<sup>79</sup>, observando que existem lutas por representações<sup>80</sup> e pela construção do consenso<sup>81</sup> e, para nós, o conceito de desenvolvimento hoje possui uma definição que, apesar de ampla, é aceita pela sociedade como realidade e necessidade, cuja gênese e fundamentação precisa ser investigada. Esta investigação precisa ser efetuada a partir das práticas dos agentes no contexto histórico, pois os seres humanos constroem a história a partir de suas necessidades. No processo que vai do século XIX à contemporaneidade, na luta por representações, o conceito de desenvolvimento associado à transformação contínua rumo a uma realidade melhorada venceu, derrotando vários outros conceitos, como o de desenvolvimento enquanto processo sucedido por decadência, advindo do campo das ciências naturais<sup>82</sup>.

Cabe ressaltar que a execução de pesquisas para a promoção de projetos de desenvolvimento governamentais é permeada por distintos interesses em disputa, que no embate travado em torno da construção de determinado saber, ou um discurso em torno de um tema, promove consenso, legitimando uma visão hegemônica que rebaixa as outras, relegadas ao plano das visões que não representam o interesse do grupo. Nesta disputa, noções centrais como as de desenvolvimento e região também são elaboradas, aplicadas e mesmo repensadas a fim de adequar-se à proposta. Ou seja, o estudo da atuação dos cientistas na construção de um *consenso desenvolvimentista* durante a Ditadura Militar possibilita compreender também

---

<sup>78</sup> Apesar de desmembrado em 1990, o Programa Grande Carajás, em certo sentido, ainda liga as localidades a partir das estruturas que foram construídas no passado, como as linhas férreas. Mas também “assombra os vivos” porque é uma espécie de modelo para os desenvolvimentistas do presente, observando a forma como foi concebido o recente projeto Matopiba.

<sup>79</sup> DREIFUSS, 1987, ref. 23.

<sup>80</sup> CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados, v. 13, n. 24, jul/dez, 2011, pp. 15-29. 222; CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, 11(5), 1991, pp. 173-191.

<sup>81</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011.

<sup>82</sup> ESTEVA, 1996, ref. 45.

quais noções foram vencedoras na disputa por produção de hegemonia, passando a vigorar como verdade, sintoma de uma época e de um regime de historicidade. Portanto, esta pesquisa objetiva compreender a formação de consensos e, nesse sentido, a hegemonia em ação.

## 1.2 Estado, instituições, representações

Nos últimos anos, o sociólogo Jessé Souza acendeu uma polêmica no campo acadêmico brasileiro que transcendeu suas barreiras e chegou às mídias sociais. Autor de obras que ficaram famosas fora dos círculos acadêmicos, como *A ralé brasileira*<sup>83</sup> e *A elite do atraso*<sup>84</sup>, em *A tolice da inteligência brasileira*<sup>85</sup> o autor apresentou interessante debate a respeito das apropriações e mesmo deturpações que foram feitas no Brasil de estudos de autores como Max Weber. Para ele, uma leitura liberal desse autor fez com que seus escritos mais críticos fossem esquecidos e enfatizada sua produção a respeito da burocracia e do capitalismo, numa espécie de elogio a esses dois fenômenos no mundo ocidental.

Essa leitura, em um ponto específico, contribuiu para que se legitimasse uma visão acerca do Estado no Brasil como o campo problemático do mundo social, perpassado por erros e por aquilo que atormentaria nossa história, denominado de corrupção. Nessa leitura, em oposição a um “Estado corrupto”, compreendido como “um local de todos os vícios”, estaria o Mercado, essa entidade considerada neutra e técnica, responsável por liderar as melhores iniciativas de progresso e purificação da sociedade brasileira, devendo ser o guia para uma transformação em nossa história, a partir das empresas e dos empresários. Essa visão, como demonstra o autor, não é nova, embora sua difusão venha ganhando uma visibilidade crescente com a ascensão de representantes instalados no campo político que advogam as causas do Mercado<sup>86</sup>. A longevidade dessa dicotomização entre Estado e Mercado vem, para Souza, de uma construção intelectual enraizada, que aplaina o discurso e apaga as fissuras.

---

<sup>83</sup> SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

<sup>84</sup> SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

<sup>85</sup> SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como um país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

<sup>86</sup> Um exemplo na política recente brasileira foi o mandato do ex-governador de São Paulo, João Dória (DEM), entre 2019 e 2022, que ascendeu politicamente a partir de uma plataforma em que se dizia gestor, empresário, não um político, ou seja, uma defesa da antipolítica que possibilitou que angariasse votos diante da crescente insatisfação amplamente encontrada na sociedade brasileira contemporânea em relação às formas políticas tradicionais. Mais informações em TAVARES, Flávia; RIBEIRO, Aline. João Dória: “Eu não sou político, não”. *Época*, São Paulo, 25 de abril de 2017. Política. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html>. Acesso em: 26 mai. 2021.

Para nossa tese, é de fundamental importância entender esse contexto de compreensão do Estado, no Brasil, e os debates em torno desse tema, estudado por muitos pesquisadores, dentre eles, Pierre Bourdieu. Para o sociólogo, o Estado é um princípio de produção e reprodução legítima do mundo social, fundamentando a integração lógica e moral desse mundo, ou seja, estabelecendo um consenso acerca de seu sentido, que é a “condição mesma dos conflitos”<sup>87</sup>. Ele é o princípio que organiza o consentimento, compreendido como adesão à ordem social, e o fundamento da existência das trocas que levam a um dissenso. Também o Estado é observado pelo autor como o nome dado a princípios ocultos da ordem social e à dominação física e simbólica, com suas respectivas violências.

Uma das funções do Estado seria produzir e canonizar classificações sociais. Analisando os planos, programas e projetos de desenvolvimento durante a Ditadura Militar, observamos que a forma como o desenvolvimento foi sendo nomeado nos PDAs, por exemplo, respondia a anseios específicos da época, como condicionamentos, expressos tanto nos textos quanto nos discursos verbais de agentes do Estado, como os próprios presidentes militares. A visão a respeito da natureza expressa nos planos de desenvolvimento, abordada na tese de Iane Maria da Silva Batista<sup>88</sup>, respondia a anseios variados e circunscritos às discussões do período, que podem ser nuançadas conforme vão prosseguindo os debates a respeito da exploração da natureza, nos anos 1960, e da sustentabilidade, após os anos 1980. Desenvolvimento foi adjetivado de distintas maneiras, nomeado como *desenvolvimento regional*, *desenvolvimento autossustentado*, *desenvolvimento amazônico*, dentre outras, e essas classificações partiram de instâncias do Estado, em sua maioria, como as agências de desenvolvimento.

Não devemos pensar o Estado como um bloco único de interesses coadunados. Se, por um lado, temos no Estado uma instância de representação dos interesses das classes dominantes, por outro, podemos encontrar espaços que fogem a essa regra, a partir de subversões internas. Basta pensar, por exemplo, na dinâmica autoritarismo-modernização do contexto ditatorial ter permitido, com todas as ressalvas, a criação de uma instituição como o NAEA, que se consolidou ao longo das décadas como um espaço de crítica ao desenvolvimento, congregando cientistas de diferentes áreas, lançados em variados enfrentamentos. Obviamente, o próprio NAEA não era constituído por uma única visão a

<sup>87</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. Trad.: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 31.

<sup>88</sup> BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. 2016. 371 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

respeito do desenvolvimento e isso precisa ser considerado quando formos observar de que maneiras os agentes dessa instituição falaram dos temas *Amazônia, ciência e desenvolvimento* durante a Ditadura Militar, ou seja, num período em que estava sendo criado. Seguindo esse exemplo, algumas perguntas orientadoras são estabelecidas, para o Núcleo e as demais instituições abordadas na presente pesquisa.

- De que maneira cientistas, professores e recém-formados abordaram o tema do desenvolvimento num contexto pró-desenvolvimento?
- Houve margem para discordâncias e críticas?
- A instituição sofreu intervenções a partir de seus escritos?
- Qual a incidência dos textos na formulação de um discurso na sociedade a respeito do desenvolvimento preconizado pela Ditadura?
- Quais as relações entre os agentes das instituições no período?

Pensar a multiplicidade que compõe o Estado é, para nós, observar as fímbrias dos discursos, dos campos de atuação e as possibilidades que um discurso e uma ação adquirem. Devemos considerar, retornando a Pierre Bourdieu, que existem atos de Estado, ou seja, “atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social”<sup>89</sup>. Entende o sociólogo que “há uma política reconhecida como legítima, porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada”<sup>90</sup>. Os atos do Estado são legitimados porque o Estado é reconhecido como legítimo. Nesse sentido,

Se esses atos obtêm o consentimento, se as pessoas se inclinam – ainda que se revoltam, sua revolta supõe um consentimento – é que no fundo participam consciente ou inconscientemente de uma espécie de “comunidade ilusória” [...] que é a comunidade de pertencimento a uma comunidade que chamaremos de nação ou Estado, no sentido de conjunto de pessoas reconhecendo os mesmos princípios universais<sup>91</sup>.

Nos deteremos um pouco nessa afirmação. Ao ler esse trecho, nos deparamos com uma dúvida em relação à pertinência de abordar os atos de Estado na Amazônia durante a Ditadura Militar. De maneira geral, os escritos analisados apresentam queixas e sugestões referentes às maneiras a partir das quais o Estado brasileiro precisaria intervir na região com fins de desenvolvê-la. Observamos também uma distinção, ou dissociação, ainda que implícita em alguns casos, entre a Amazônia e o Brasil, aparecendo a região como uma fronteira a ser desbravada, ocupada e incorporada ao país. Como entender, desse modo, a

---

<sup>89</sup> BOURDIEU, 2014, ref. 87, p. 39.

<sup>90</sup> *Id.*

<sup>91</sup> *Ibid.* p. 41.

criação de uma comunidade ilusória de pertencimento a uma nação ou Estado na Amazônia no período, se o Estado que buscava implementar o desenvolvimento por meio dos grandes projetos era *brasileiro* e, em seus discursos, apresentava a Amazônia como uma região à parte, por se *colonizar*?

Talvez os atos de Estado, os atos políticos com pretensão de criar um efeito no mundo social, não estivessem enraizados numa comunidade ilusória que legitimava o Estado como fundamento do consenso, mas sim numa comunidade ilusória em torno de um sentido que acompanhava o Estado, no Brasil: o desenvolvimento. Como explicar as inúmeras disputas entre as elites regionais e as variadas propostas de emancipação de regiões amazônicas e os chamamentos dos representantes políticos brasileiros e amazônidas para um ingresso da população nos caminhos do desenvolvimento?<sup>92</sup> Talvez possamos pensar os atos de Estado na Amazônia nesse período dessa forma: ações em prol do desenvolvimento, este sendo o fundamento básico da comunidade em torno do Estado. Essa comunidade, por sua vez, seria ilusória, necessitando de constante evocação e legitimação pelo ingresso de mais membros. Dessa maneira, defender o desenvolvimento, o Estado ditatorial e os grandes projetos faziam parte de um processo de construção de consenso, a partir do qual o povo amazônida – outro agrupamento generalizante – ingressaria na marcha em prol da transformação da Amazônia e do desenvolvimento do Brasil.

A esse respeito, podemos elencar o que Bourdieu chama de uma *construção social dos problemas públicos* e como os processos de construção efetuados pelos agentes sociais são apresentados, dependendo de sua posição no mundo social, como algo óbvio, fornecendo uma “consagração que pode dar o discurso percebido como científico”, como algo universal e difundido socialmente<sup>93</sup>. O simbólico, nesse sentido, possui uma eficácia no real, como construção de realidades e parte do Estado o elemento de efetivação dessa eficácia, já que ele seria o ponto de vista dos pontos de vista. O oficial, “embora não seja aquilo que faz crer” é, contudo, eficaz, podendo ser entendida essa produção de eficácia a partir de uma análise do Estado<sup>94</sup>. Portanto, “[...] o Estado [...] reforça um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é o lugar de luta entre os pontos de vista”<sup>95</sup>. Tal ponto de vista seria encarado como certo, “o” ponto de vista, o “geométrico de todas as perspectivas”, possuindo um

---

<sup>92</sup> Cf. PETIT, 2003, ref. 15.

<sup>93</sup> BOURDIEU, 2014, ref. 87, p. 59.

<sup>94</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>95</sup> *Id.*



efeito de divinização fazendo com que não seja entendido como um dos pontos de vista<sup>96</sup>. A saber,

Para conseguir esse efeito de des-particularização, esse conjunto de instituições a que chamamos de “o Estado” deve teatralizar o oficial e o universal, deve dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer. Deve dar o espetáculo do universal, aquilo sobre o que todos, em última análise, estão de acordo, aquilo sobre o que não pode haver desacordo porque está inscrito na ordem social em determinado momento do tempo<sup>97</sup>.

Essa perspectiva pode ser complementada com uma análise da construção da hegemonia, a partir de Antonio Gramsci, conhecido no Brasil também pela análise do Estado e dos intelectuais, além dos escritos a respeito da educação. Conforme Tiago Siqueira Reis<sup>98</sup>, Antonio Gramsci oferece uma teorização complexa que nos auxilia nos estudos das relações de poder interno e externo nas instituições. Sonia Mendonça afirma que o Estado em Gramsci é entendido como uma relação social, presente em formações históricas e sociais concretas, condensando em si relações de força<sup>99</sup>. O Estado tem um caráter classista e é atravessado por lutas e interesses dos grupos subalternos, devendo ser entendido como um Estado Ampliado ou Integral, “formado pela sociedade política e sociedade civil, que se constituiu através do nexó dialético de unidade-distinção”, numa “inseparável relação entre o exercício da dominação que se expressa na sociedade civil e a coerção na sociedade política, mesmo que ambos possuam funcionamentos distintos”<sup>100</sup>.

Formada por aparelhos privados de hegemonia, no interior da sociedade civil ocorreria a luta de classes, sendo aquela uma noção inseparável da totalidade. A hegemonia, a saber, seria uma das dimensões da dominação, compreendida como estratégias em conjunto, empreendidas pelo poder dominante e empregadas a fim de obter o consentimento da sociedade civil, no intuito de fazer valer seus interesses, ou seja, seria uma combinação entre força e consenso. Os aparelhos privados de hegemonia, entendidos como “organismos sociais coletivos que organizam as vontades coletivas, visões de mundo, as consciências sociais de modo a adequá-las ou não aos interesses das classes dominantes”<sup>101</sup>, teriam suas dinâmicas

<sup>96</sup> BOURDIEU, 2014, ref. 87, p. 61.

<sup>97</sup> *Id.*

<sup>98</sup> REIS, Tiago Siqueira. História das instituições: abordagens e possibilidades de pesquisas. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves (Orgs.). *Coleção História do Tempo Presente: volume 3*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

<sup>99</sup> MENDONÇA, Sonia. Historiografia brasileira em questão: considerações sobre economia e política. *História Revista*. 11(2), 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v11i2.9060>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>101</sup> GRAMSCI, Antonio *Apud* REIS, ref. 98.

internas próprias, com relações variadas entre as frações de classe, concepções diversas em relação a um projeto de poder, bases sociais e atuação de seus intelectuais orgânicos<sup>102</sup>.

De acordo com Alvaro Bianchi<sup>103</sup>, a questão dos intelectuais relaciona-se, na obra de Gramsci, “às formas de exercício das funções de direção e dominação dos grupos sociais antagonistas e, por essa via, à formação do pessoal encarregado ou especializado”, observando o filósofo italiano que os intelectuais costumavam se entender como independentes da luta de classes e não como estando inseridos em um processo dialético a partir do qual os grupos dominantes elaboram sua própria categoria de intelectuais. Como uma questão política, seria também uma questão estratégica, considerando sempre que

todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes e porta-bandeiras (os intelectuais) não podem, senão, ser concebidos, também, como “novos” intelectuais surgidos da nova situação e não como uma continuação da intelectualidade precedente<sup>104</sup>.

Ou seja, a questão dos intelectuais também estaria relacionada à construção de uma nova sociedade e o exercício dessa função pela burguesia. O lugar ocupado pelos intelectuais deriva, em Gramsci, dos desdobramentos históricos do Estado e sua ampliação, entendida como “um processo histórico no qual ocorre a incorporação das funções de direção e dos aparelhos de hegemonia própria dessas funções”<sup>105</sup>, sendo um fenômeno característico do mundo ocidental. Para Bianchi,

Foi justamente a percepção dessa incorporação das funções de direção ao Estado que colocou o tema dos intelectuais em primeiro plano no pensamento gramsciano. A discussão dos intelectuais pode ser traduzida em uma análise da relação entre dirigentes e dirigidos, dominantes e dominados, ou, em outras palavras, um estudo sobre a construção e o exercício da supremacia de uma classe ou fração de classe sobre o conjunto da sociedade<sup>106</sup>.

Duas formas de intelectuais são definidas por Gramsci: intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos. O primeiro grupo seria uma categoria social pré-existente, como os eclesiásticos no mundo medieval, os administradores, os cientistas e os filósofos não eclesiásticos no período moderno do Absolutismo. O segundo, por sua vez, seria derivado de uma especialização da atividade anterior, fruto de uma nova sociedade, com uma função de direção estendida a variados âmbitos da vida social. Conforme Bianchi, “o caráter distintivo

---

<sup>102</sup> REIS, 2020, ref. 98.

<sup>103</sup> BIANCHI, Alvaro. *Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. 2ª ed., Porto Alegre: Zouk, 2018. p. 67.

<sup>104</sup> GRAMSCI *Apud* BIANCHI, 2018, *Op. cit.*, p. 67.

<sup>105</sup> BIANCHI, 2018, *Loc. cit.*, p. 68.

<sup>106</sup> *Id.*

encontra-se no conjunto do sistema de relações no qual as atividades intelectuais se realizam”<sup>107</sup>. Além disso, Gramsci aponta que todos os seres humanos são intelectuais, contudo, nem todos tem a função de intelectuais. Bianchi nota, ainda, que essas categorias especializadas nas funções intelectuais estão em conexão com os grupos sociais mais importantes, que lutam pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais.

Relacionando os escritos de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, Michael Burawoy<sup>108</sup> estabeleceu convergências e divergências entre os dois autores, as quais interessam a nós por partimos de suas análises a respeito da constituição da hegemonia e do consenso em torno do desenvolvimento, mediante uma escrita institucional de agências de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar na Amazônia. Para Burawoy, ambos os autores “estavam preocupados em compreender a ação social dentro da lógica de coações e de restrições, para com isso superarem o que consideravam ser as falsas oposições entre o voluntarismo e o determinismo, o subjetivismo e o objetivismo”<sup>109</sup>.

Ambos passaram pelo tema da ciência e dos intelectuais, mas com suas especificidades. Para Bourdieu, a produção da verdade científica tinha como condição a *skhole*, ou seja, a busca desinteressada pelo conhecimento, situada em um ambiente propício e resguardado, sendo identificado no período de sua análise com a universidade. Já Antonio Gramsci entendia que a verdade estaria nas experiências produtivas das classes sociais, tendo algumas dessas classes maior conhecimento do mundo do que outras, pois a transformação prática e coletiva do mundo real fundamentava o conhecimento mobilizado dos trabalhadores, sendo o bom senso da classe trabalhadora o cerne do saber. Nesse sentido, “o intelectual orgânico só poderia ser eficaz por meio da relação íntima com a classe”, estando “imerso em uma organização específica: o partido político”<sup>110</sup>.

Os paralelos entre hegemonia e poder simbólico são vários, conforme Burawoy. Para Bourdieu, “a dominação [...] é mantida graças à existência de um universo simbólico que redefine categorias de *distinção* e, por meio delas, mistifica a realidade social subjacente”<sup>111</sup>, sendo as distinções consagradas pelo Estado, já que ele caracteriza a sociedade e seus grupos, possuindo o monopólio da violência física e da violência simbólica. Para a realização da hegemonia a sociedade civil seria central, no pensamento de Gramsci, considerando que a

<sup>107</sup> BIANCHI, 2018, ref. 103, p. 69.

<sup>108</sup> BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. In: *O marxismo encontra Bourdieu*. Trad.: Fernando Rogério Jardim (Org.: Ruy Braga). Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 67.

ideologia hegemônica é entendida pelo autor como um “sistema relativamente autônomo de ideologias que apresentam os interesses da burguesia como sendo interesses universais”<sup>112</sup>.

Contudo, para Bourdieu,

[...] a eficácia da dominação simbólica localiza-se não na apresentação dos interesses da classe dominante como interesses universais, mas sim no ofuscamento e no encobrimento da própria categoria sociológica da *classe social*. As categorias de distinção que oferecem os padrões e modelos para nossas vidas são tomadas como algo dado; por isso, a própria dominação torna-se imperceptível ou irreconhecível como tal. Assim, antes mesmo que possa haver lutas de classe pela conquista da hegemonia, deverá haver lutas pela afirmação da existência e do significado das classes sociais. Desse modo, as lutas por *classificação* precedem as lutas por *hegemonia*<sup>113</sup>.

Dessa forma, coloca Burawoy, ao lidarem com problemas semelhantes, Gramsci e Bourdieu os abordam de formas divergentes: a hegemonia estaria fundamentada no consentimento e a violência simbólica no desconhecimento; a sociedade civil ofereceria uma arena de lutas, ainda que absorvesse as divergências dos subordinados, e o campo do poder fosse reservado apenas aos líderes políticos preocupados com os jogos feitos entre si, excluindo os dominados-representados; o Estado orquestraria a hegemonia por meio de suas conexões com a sociedade civil e também deteria o monopólio da violência simbólica legítima, consagrando classificações, capitais e objetivos dos campos que compõem o campo do poder. Além disso, Bourdieu

vê a teoria de Gramsci como a expressão do mitológico intelectual orgânico, contaminado ou manipulado pelas classes dominadas, ao passo que Gramsci decerto veria a teoria de Bourdieu como a cristalização dos intelectuais tradicionais cuja busca por autonomia apenas reproduz a dominação que eles afirmam combater<sup>114</sup>.

Há ainda outro elemento a ser acrescentado nesse debate, buscando nosso objetivo de pesquisa. A partir de Raymond Williams, podemos entender de que maneira aspectos de sua teoria marxista da cultura nos auxiliam a analisar os escritos dos cientistas situados nas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento. Conforme André Glaser, Williams se preocupou em sua produção teórica com as questões práticas e teóricas que envolvem o conceito de cultura<sup>115</sup>. Sua análise caminhava por uma das maiores dificuldades da esquerda nos termos de sua crítica social, a saber, “desvendar as raízes sociais (quase sempre movidas por interesses políticos e econômicos, e com o principal objetivo prático da manutenção das

---

<sup>112</sup> BURAWOY, ref. 108, p. 70.

<sup>113</sup> *Id.*

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>115</sup> GLASER, André. Prefácio à edição brasileira. In: WILLIAMS, 2011, ref. 74, p. VII.

classes e dos privilégios sociais) do que é definido e ‘vivido’ como uma realidade natural”<sup>116</sup>. Em *Base e superestrutura na teoria da cultura marxista*, Raymond Williams<sup>117</sup> apresenta questões que consideramos cruciais para entender os processos de produção de sentido que envolvem a afirmação do desenvolvimento enquanto necessidade durante a Ditadura Militar, transpondo também esse período.

Falando a respeito da arte como objeto e como prática, o autor aponta que se sua feitura e recepção são sujeitas a convenções que são por si mesmas formas de organização social e relacionamento, são uma atividade e uma prática acessíveis “apenas por meio da percepção e interpretação ativa”<sup>118</sup>, necessitando que sua natureza enquanto prática seja descoberta para que assim se alcancem suas condições. Devemos, portanto, olhar as condições de uma prática, “nos voltar para a realidade da sua prática e para as condições da prática tal como foi realizada”<sup>119</sup>. Exige-se, nesse sentido, reconhecer a relação entre “um modo coletivo e um projeto individual – e essas são as únicas categorias que podemos inicialmente presumir”<sup>120</sup>. Para o autor, os projetos individuais – e aqui elencamos, por exemplo, um texto de revista, uma monografia, uma tese –, como obras específicas, podem apresentar semelhanças que permitem seu agrupamento em uma coletividade, podendo ser

a prática de um grupo em um período, ao invés da prática de uma fase em um gênero. Mas ao descobrirmos a natureza de uma prática particular, bem como a natureza da relação entre um projeto individual e um modo coletivo, descobrimos que estamos analisando, como duas formas de um mesmo processo, tanto a sua composição ativa quanto as condições dessa composição, e em ambas as direções essa é uma relação ativa complexa e em transformação<sup>121</sup>.

Essas interpretações nos auxiliam a entender o caráter complexo do Estado, composto por instituições e agentes com trajetórias diversas e projetos não lineares, habilitando nossa análise para um entendimento das diferentes visões a respeito do desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura Militar, levando em consideração suas adaptações e rupturas em relação ao caráter autoritário da Ditadura, as diretrizes das políticas de desenvolvimento, seus interesses próprios e as respostas dadas mediante suas posições em uma determinada instituição em um período específico. Devemos compreender que também as instituições não possuem um caráter único e linear, pois são constituídas por pessoas num

---

<sup>116</sup> GLASER, 2011, ref. 115, p. X.

<sup>117</sup> WILLIAMS, 2011, ref. 74.

<sup>118</sup> *Ibid.*, p. 67.

<sup>119</sup> *Id.*

<sup>120</sup> *Id.*

<sup>121</sup> *Id.*

tempo e num espaço, ou seja, Sudam, BASA S. A., NAEA e Idesp possuem características específicas que precisam ser compreendidas quando observamos os escritos dos seus agentes.

Essas características, a nosso ver, estão intimamente relacionadas à compreensão hegemônica no período relativo ao papel da ciência e da tecnologia na implementação do desenvolvimento, bem como às maneiras a partir das quais a Amazônia deveria ser utilizada nesse processo de ascensão do Brasil ao desenvolvimento capitalista. Questionamos, nesse intuito, quais partes da Amazônia poderiam ser desenvolvidas, em que medida a floresta foi pensada como recurso e o que significava transformar a floresta em prol do desenvolvimento. Nos debruçaremos sobre essas questões considerando o que é identificado como ciência e suas implicações para a escrita a partir das instituições.

### **1.3 Estado, Ciência e Tecnologia**

Para nossa tese é importante observar os significados de *ciência* e *Ciência e Tecnologia (C&T)* acionados no período analisado. Para tanto, levamos em consideração a análise de Gabriel da Costa Ávila a respeito dos estudos da ciência pela historiografia da ciência, a partir de questões epistemológicas observadas por cientistas das Humanidades desde a segunda metade do século XX. Observando que a história das ciências, de maneira geral, “guarda, em seu discurso, um conteúdo de Política de Ciência e Tecnologia”<sup>122</sup>, devemos levar em consideração, em nossa análise, o pacto criticado ou endossado entre ciência e Estado, bem como as relações entre esses dois campos. Assim como para a análise do desenvolvimento, adotamos uma perspectiva em relação à ciência que, para nós, não é neutra. Seguimos, a saber, as proposições também de Michel de Certeau<sup>123</sup>, buscando observar como se produziu um discurso numa instituição, a partir de lugares sociais, considerando os pares e os interesses em jogo.

Na leitura que faremos dos escritos dos cientistas observaremos a dialética entre os fatores cognitivos, intelectuais e os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos, chamados pela história das ciências de fatores internos e externos. A ciência será vista, portanto, em sua definição política, implicada num sentido. Partindo da obra de Ávila, também buscaremos entender quais as complexidades que perpassavam a atuação dos cientistas num campo complexo, especificamente, do Estado, na promoção de políticas de desenvolvimento. Analisaremos as tensões, os debates, as críticas e recepções do que chegou

---

<sup>122</sup> ÁVILA, Gabriel da Costa. *Ciência, objeto da História*. São Paulo: Alameda, 2019. p. 15.

<sup>123</sup> CERTEAU, 2013, ref. 4.

como orientação do poder estabelecido no momento de escrita dos trabalhos voltados para o desenvolvimento da Amazônia. Haveria tensões entre os cientistas e os agentes políticos? Seus textos, portanto, serão analisados como “obras entrelaçadas com o seu tempo, expressão semântica da historicidade e práticas de intervenção na realidade social”<sup>124</sup>.

O período entre 1964 e 1985, recorte temporal dessa tese, foi composto por variados debates a respeito da ciência. É interessante, para nós, observar que os anos 1970 e 1980 são demarcados por um crescimento das críticas à ciência e pelo mal-estar entre os intelectuais, que identificaram mudanças na estrutura das ciências a partir dos complexos industriais-militares-científicos da *Big Science*. Ao final de 1960 e meados de 1970 surgem críticas dos chamados cientistas radicais e o acionamento de novas noções como tecnociência, capitalismo cognitivo, trabalho imaterial. Nos anos 1980, nascem os *Science Studies*, compostos por um objeto sólido e vasto, com extremo sucesso em sua execução. No texto *Conhecimento e imaginário social*, de David Bloor, é delineado o princípio da simetria, conforme o qual erros e acertos científicos precisariam ser explicados sociologicamente em toda sua trama. Também é apresentada uma concepção naturalista do conhecimento como tudo o que as pessoas consideram enquanto tal, um entendimento de objetividade como crença institucionalizada, uma observação das teorias do conhecimento enquanto reflexos das ideologias sociais e a percepção segundo a qual os indicadores de verdade de uma teoria seriam internos à coerência da própria teoria, chamado de relativismo metodológico<sup>125</sup>.

Os *Science Studies*, concebendo a ciência como uma atividade cultural entre outras, tiveram ativo papel no decorrer dos anos 1980, estabelecendo itinerários de pesquisa, posicionando problemas, criando ferramentas conceituais e uma concepção própria de ciência. Abordando temas da epistemologia, da construção social do conhecimento, por um viés sociológico, estavam inseridos na crítica às grandes narrativas, denunciados, nos anos 1980, como um “desvario relativista”. Nesse período, a ascensão do neoliberalismo delineou uma nova função para o Estado, a partir da financeirização, da globalização e da desterritorialização, proporcionando a ascensão de instituições privadas de pesquisa, tendo como *inovação* a chave e o direcionamento para a pesquisa. A ciência passou a ser entendida como bem econômico, tornada *tecnociência*, numa diluição de fronteiras e sua captura pelo mercado<sup>126</sup>. A ciência, nesse momento, passa por uma “guinada prática”, conforme Gabriel

---

<sup>124</sup> ÁVILA, ref. 122, p. 20.

<sup>125</sup> *Id.*

<sup>126</sup> *Id.*

Ávila, delineando-se um contexto de abandono de uma visão da história das ciências como uma marcha irreversível do progresso.

Na virada dos anos 1980 para 1990, surgiu uma série de críticas de cientistas naturais e filósofos, em sua maioria científicistas, como parte das *Guerras da Ciência*, a saber, disputas intelectuais entre dois grupos, dispersos internamente, com atitudes específicas em relação à ciência e seu papel na modernidade: a) grupo pró-ciência, formado por cientistas e filósofos; b) constituído por cientistas sociais, historiadores e alguns filósofos, um grupo que entenderia a ciência a partir de perspectivas mais ou menos influenciadas pelo relativismo, sócio construtivismo, desconstrucionismo, vários pós-modernismos, *Science Studies* e nova historiografia das ciências<sup>127</sup>.

E, nesse sentido, mais uma questão acrescenta-se a nossa problemática. Conforme Jessé Souza<sup>128</sup>, existe a construção de um sentido a partir do pensamento social brasileiro que dissocia Mercado e Estado. Para este autor, este mecanismo imuniza contra a crítica as ações de agentes ligados às empresas, pois considera-se e fundamenta-se academicamente que o mercado ocupa “o papel da ‘virtude’, dos que ‘produzem’, ‘criam empregos’, ‘promovem o desenvolvimento do país’. E o Estado incorpora a ‘maldade’, a corrupção, a qual é sempre ‘alheia’, os privilégios e os favores”<sup>129</sup>. Contudo, existem agentes empresariais que atuam dentro do Estado, mas que não têm sua figura associada a este campo, contando, por isso, com uma margem de atuação mais ampla do que a de outros setores – identificados com o campo político, por exemplo – que têm suas ações associadas às “falhas” do Estado. Investigar a atuação de agentes acadêmicos e agentes empresariais na construção de um *consenso desenvolvimentista* é buscar elementos para compreender a imbricação entre estes dois campos que não estão dissociados, embora no imaginário de nossa época surjam como totalmente distintos e opostos. Para o autor,

as concepções dos intelectuais [...] são fundamentais para a forma como uma sociedade escolhe e leva a cabo seus projetos coletivos. Essas concepções são apenas “ideias”, mas são elas que explicam porque o mundo material e econômico visível e palpável se construiu dessa forma e não de outra qualquer, e são elas, portanto, também, que explicam por que temos “essa vida” social e política e não qualquer outra possível<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> ÁVILA, 2019, ref. 122, p. 20.

<sup>128</sup> SOUZA, Jessé. A legitimação acadêmica dos privilégios no Brasil. In: CATTANI, Antonio David (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010; SOUZA, 2015, ref. 81.

<sup>129</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 151.



Karl Marx e Friedrich Engels, no século XIX, abordaram estas questões ligadas à atuação dos intelectuais como formuladores ativos das ideias da classe dominante, o que foi esmiuçado por Antonio Gramsci<sup>131</sup>. Para o autor, os intelectuais são como funcionários das superestruturas e a relação deles com o mundo é mediatizada pelo tecido social, no qual todos são intelectuais, mas nem todos têm a função de intelectual numa determinada sociedade. Portanto, define o que seria um *intelectual orgânico*, a saber, o organizador das ideias de uma determinada classe ou fração de classe, fazendo-o em muitas vezes no âmbito da sociedade civil a partir dos aparelhos privados de hegemonia. Cada grupo social cria uma ou mais camada de intelectuais orgânicos, que lhe dá homogeneidade e consciência da própria função.

Também para compreender a atuação dos cientistas, partimos de Pierre Bourdieu e de sua análise da constituição do *campo*, referindo-se a um espaço multidimensional de posições que podem ser definidas de acordo com um sistema de coordenadas também multidimensional, cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes<sup>132</sup>. A posição dos agentes no espaço social seria definida pela posição que o sujeito ou agente ocupa nos diferentes campos, ou seja, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles<sup>133</sup>. Tais poderes podem ser definidos como econômico, cultural, social ou simbólico, este último uma forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Dependendo do capital, o agente posiciona-se em um determinado eixo no campo. Para o autor, é preciso, antes de aplicar uma teoria nas realidades estudadas, procurar identificar quais são os princípios de diferenciação característicos desta sociedade, a coincidência ou não de poderes e seus campos<sup>134</sup>.

O campo é uma “realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes”, e ainda, “o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito”. São construções que não se dão no vazio social e a posição neste espaço “comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”<sup>135</sup>. Para o autor, os campos não são produzidos a

---

<sup>131</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. Trad.: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho e Baby Livros. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>132</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Relacionamos, também, nossa análise, a uma observação de um campo, o que abordaremos especialmente no capítulo 3.

<sup>133</sup> BOURDIEU, 2011, ref. 81.

<sup>134</sup> *Id.*

<sup>135</sup> *Ibid.*, pp. 24; 25.

partir de relações e situações neutras ou espontâneas, pois, em sua constituição, estão presentes relações de força, cujo embate se dá em variados sentidos, inclusive na formulação de ideias, noções e conceitos que adentram no debate político, por exemplo, como *consenso*.

Retomando argumentos já delineados, compreendemos, a partir de Pierre Bourdieu, o Estado como um princípio de produção e legitimação do mundo social que possui o monopólio da violência física e simbólica legítima, fundamentando a integração lógica e moral do mundo social, produzindo um consenso fundamental sobre o sentido deste mundo, além de organizar o consentimento como adesão à ordem social e a princípios fundamentais desta ordem. Uma das funções do Estado seria a conservação social das condições de acumulação do capital como uma ortodoxia ou ilusão bem fundamentada, sendo também o nome que damos aos princípios ocultos e invisíveis da ordem social. Existe a produção de um consenso na natureza do Estado, e ele também pode ser compreendido como um campo de disputas e um espaço a ser conquistado pelos grupos sociais e agentes<sup>136</sup>.

Para Sonia Mendonça, o Estado é “fruto do conflito e da permanente medição de forças entre os segmentos sociais organizados a partir da sociedade civil, que se fazem presentes junto à sociedade política ou Estado em sentido estrito”<sup>137</sup>. A autora parte de uma concepção gramsciana do Estado, a partir da qual a peculiaridade do Estado capitalista contemporâneo é que guarda um

espaço de consenso e não só de violência, sendo o consenso – ou sua contestação – desenvolvido através dos aparelhos privados de hegemonia, bem como através da ação do Estado restrito, que busca promover e generalizar a visão da fração de classe hegemônica<sup>138</sup>.

Nesse sentido, devemos compreender os fatores de legitimação de determinados saberes e sua importância nas lutas simbólicas e reais em torno dos campos, ou da legitimação dos agentes nos campos. Nesta pesquisa, operamos com noções como “saber” e “conhecimento” e isto nos leva a definir, por ora, o que compreendemos como saber e ciência. Conforme Pierre Bourdieu,

para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual desta produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto. [...] Entre esses dois polos, muito distanciados, [...] existe um universo intermediário [...]

<sup>136</sup> BOURDIEU, 2014, ref. 87.

<sup>137</sup> MENDONÇA, 2010, ref. 99, p. 207.

<sup>138</sup> *Ibid.*, p. 212.

no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência<sup>139</sup>.

O campo científico é perpassado por relações de força, “fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio”<sup>140</sup>. Existem conflitos intelectuais que são também conflitos de poder, pois “toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos”<sup>141</sup>. Para nossa pesquisa, interessa-nos compreender a utilização da ciência – considerada legítima em relação aos saberes populares – para a construção de um consenso no qual o desenvolvimento, esta palavra polissêmica, tornou-se uma *necessidade* e, ainda, um *horizonte a ser perseguido*.

Dessa forma, apontamos a necessidade de compreender o desenvolvimentismo brasileiro à luz de sua historicidade, perseguindo os rastros de sua constituição, cuja instauração enquanto consenso passou por diversas lutas entre classes e grupos sociais, desde intelectuais ligados ao Estado ou não, a políticos e à sociedade civil como um todo, em suas diversas gradações. René Dreifuss<sup>142</sup> apontou a atuação de *tecnocratas* na conformação e legitimação da Ditadura Militar no Brasil e no Chile, financiados por agências de pesquisa e tecnologia dos Estados Unidos, nos anos 1950-1960<sup>143</sup>. Peter Burke<sup>144</sup>, a partir de perspectiva distinta, ao analisar o que chamou de uma “história social do conhecimento”, abordou a existência de *think tanks* – redes de instituições alternativas às universidades concentradas na pesquisa e na política, planejadoras de estratégias e muitas vezes patrocinadoras de grupos de pressão política<sup>145</sup>. Pensar na ação dessas instituições, nos instiga compreender a atuação de agentes advindos de instâncias de produção científica, como universidades e órgãos de Estado, que promoveram conhecimentos voltados para a legitimação de ações direcionadas ao desenvolvimento no Brasil.

---

<sup>139</sup> BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad.: Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 20.

<sup>140</sup> BOURDIEU, 2004, ref. 139, p. 34.

<sup>141</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>142</sup> DREIFUSS, 1987, ref. 23.

<sup>143</sup> Para nós, a abordagem de René Dreifuss em *A internacional capitalista* (1986) é de suma importância para a percepção das lutas em torno da constituição de uma configuração histórica e, portanto, de conceitos para compreender essa configuração.

<sup>144</sup> BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipedia*. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

<sup>145</sup> Para o autor, os *think tanks* são sucessores das sociedades oitocentistas que colhiam informações para direcionar uma ação econômica, ligadas ao imperialismo, ou ações de reforma social, para estimular os legisladores a adotarem suas medidas e direcionamentos (BURKE, *Op. cit.*, p. 172).

Precisamos compreender como ocorre a instituição dos saberes e do consenso em cada sociedade, neste caso, na Amazônia, regionalmente, e no Pará, localmente. O caminho que traçamos em nossa proposta é o de percorrer aquilo que Michel de Certeau<sup>146</sup> denominou como um lugar deixado em branco ou escondido pela análise durante o processo de aplainamento da escrita, ou seja, o que foi abolido temporariamente do discurso, mas que retorna a cada momento na ação efetiva. O gesto do historiador é o de ligar as ideias aos lugares e em função de um lugar se delinea uma topografia de interesses. Este estudo tem por problema central o desenvolvimento em sua configuração brasileira, a ser compreendido em parte pela configuração que adquire durante a Ditadura Militar. Também é uma tentativa de responder aos questionamentos que diversos agentes advindos de povos e comunidades tradicionais realizam em suas intervenções, perguntando por que suas formas de conhecimento e produção de saberes não estão à mesma altura dos saberes advindos das academias e das empresas, considerados mais científicos dos que os deles nos embates<sup>147</sup>.

### *1.3.1 Ciência e desenvolvimento: alguns debates*

Uma das “grandes certezas de nosso tempo” é a fé na ciência. Embora nos últimos anos o obscurantismo tenha tomado conta do cenário político e social, especialmente com o avanço dos novos governos de traços fascistas e o crescimento de narrativas que invocam a destruição das estruturas e crenças existentes<sup>148</sup>, durante a segunda metade do século XX, as experiências de desenvolvimento passavam pela implementação do que Simon Schwartzman denominou políticas científicas<sup>149</sup>. Questões como ciência, universidade e ideologia, por exemplo, fazem parte de uma política do conhecimento, efetuada por agentes componentes de um grupo social ativo, como professores, cientistas, estudantes, artistas e escritores. Para o autor, é importante compreender os modos de diferenciação e inter-relação entre as variadas formas de conhecimento, como o científico, o técnico, o ideológico e seus usos sociais e políticos, além de verificar em que condições o conhecimento científico surgiu em países como o Brasil.

---

<sup>146</sup> CERTEAU, 2013, ref. 4.

<sup>147</sup> Ao fim desse item, cremos ser necessário observar que não nos limitaremos a esse referencial no decorrer da tese, percorrendo também outros temas que foram surgindo na análise das fontes. Essas são nossas referências básicas, mas não limitantes da discussão.

<sup>148</sup> Cf. AUGUSTO, Acácio; MARESTONI, Matheus. Prefácio à edição brasileira: Bater onde dói... E com força! In: BRAY, Mark. *ANTIFA: O manual antifascista*. Trad.: Guilherme Ziggy. 2017. São Paulo: Autonomia Literária. pp. 6-25.

<sup>149</sup> SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Edição on-line.

Realizando uma breve genealogia desse debate, Schwartzman evidencia que no século XIX, um dos supostos amplamente difundidos era a de que a ciência seria capaz de livrar-se da política, dando fim à pobreza e ensinando as pessoas a pensar racionalmente, levando-as a um comportamento racional em todos os campos da vida. Com uma eliminação das irracionalidades, seria produzido o melhor das sociedades. Nos anos 1970, por sua vez, com o crescimento da ciência e da tecnologia, verificou-se que ambas tinham certos limites, postos pela “exaustão previsível dos recursos naturais e de novas áreas a explorar, e pelas restrições que as sociedades [estavam] começando a impor à constante expansão dos complexos científicos e tecnológicos”<sup>150</sup>. Verificou-se, a partir de então, que a tecnologia sozinha não resolveria os problemas do mundo, mas talvez aplicar os princípios de investigação científica, sim.

Nesse sentido, a ciência passou a ser entendida como capaz de “dominar as organizações culturais e sociais”<sup>151</sup>, esse sendo um suposto que cerca a ciência ocidental. Tal preposição era sustentada por formas contraditórias, de acordo com o autor, como a advinda do liberalismo econômico e político, com o apoio à liberdade de pensamento e da pesquisa individual, eliminando barreiras institucionais e morais limitantes – esse “racionalismo científico” de indivíduos logo se agregaria em torno da constituição de sociedades racionais e eficientes, assim como o “racionalismo econômico” se unificaria na construção de uma economia próspera.

Schwartzman apresenta alguns mitos da ciência, como um complexo de atividades, instituições e corpos de conhecimentos. Seus mitos seriam “uma das formas pelas quais as sociedades percebem e justificam suas crenças no progresso, e uma das formas pelas quais os cientistas explicam e justificam suas práticas”<sup>152</sup>. Um deles seria o *mito do progresso social*, dividido pelo autor em tese e antítese. A tese consistiria no “mito do Rei Filósofo”, a ideia de que “o mundo deve ser ordenado segundo os cânones da racionalidade superior a ser proporcionada pelos que sabem”<sup>153</sup>, o que permitiria compreender as ideias modernas de planejamento, por exemplo, e o papel social dos cientistas e intelectuais. A antítese consistiria na ideia de que, como humanos, tendemos à racionalidade, participando os cientistas disso apenas por serem leais às suas “vocações específicas”. Na antítese supõe-se principalmente que “o mundo é naturalmente harmônico, a Razão impera e, conseqüentemente, os cientistas

---

<sup>150</sup> SCHWARTZMAN, 2008, ref. 149, p. 7.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 19.

podem viver em uma República”, o que é contraposto pela tese, ao afirmar que “o mundo em si é desordenado, e por isso necessita de uma direção esclarecida, a ser exercida pelos homens de conhecimento superior”<sup>154</sup>. Unindo tese e antítese teremos uma síntese: a identidade entre ciência, tecnologia e desenvolvimento.

A noção segundo a qual a ciência seria uma solução para os problemas da humanidade já existe há um bom tempo no mundo ocidental e remete, por exemplo, ao século XVIII, com o crescente prestígio das carreiras científicas concebidas gradualmente como prática útil e nobre, na Inglaterra. Para o puritanismo, a ciência ou a filosofia natural seriam um instrumental para provar, na prática, o “estado de graça do cientista”, aumentar o controle dos seres humanos sobre a natureza e glorificar a Deus, convocada como “serviço do indivíduo, da sociedade e de Deus”<sup>155</sup>. Haveria um apoio social e cultural aos ideais científicos, denominado *cientismo*, como parte da ideologia dos grupos sociais ascendentes, chegando nos intelectuais franceses do século XVIII e alemães do XIX.

A ciência, portanto, englobaria várias atividades distintas e nem sempre compatíveis, o que o autor entende como um resultado do mito, reconhecidas socialmente como atividade científica. Outro desdobramento consistiria no mito do progresso pela ciência, referido anteriormente, que, para o autor, encobriria “sob o manto de sua generalidade e abrangência, supostos muito diferentes e frequentemente contraditórios a respeito do relacionamento entre ciência e sociedade”<sup>156</sup>, supostos também considerados como míticos porque “não se apoiam, necessariamente em fatos empíricos analisados com rigor, mas influenciam a maneira pela qual o desenvolvimento da ciência é buscado por diferentes pessoas e instituições”<sup>157</sup>. Dentro da tese do Rei Filósofo, argumenta o autor, estaria uma noção de que a sociedade deve ser organizada pela ciência, partindo de correntes como o positivismo do século XIX – e aquela noção logo evoluiu para outra, segundo a qual a própria ciência estaria sujeita a uma organização planejada. Posteriormente, apresentou-se uma “necessidade de ciência para os países em desenvolvimento”<sup>158</sup>. De acordo com Stevam Dedijer,

a política científica deve ser uma parte importante das políticas de desenvolvimento nacional, tanto quanto as políticas econômicas e educacionais, e possivelmente mais do que as políticas externa, militar e outras. Negligenciar um desenvolvimento

---

<sup>154</sup> SCHWARTZMAN, 2008, ref. 149, p. 19.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>158</sup> *Id.*

planejado e vigoroso da pesquisa indígena nas ciências físicas, da vida e social, coloca em perigo todo o processo de desenvolvimento<sup>159</sup>.

Como solução para resolver os problemas, o planejamento consistiria em que as decisões a respeito da ciência estivessem inseridas em um “plano nacional para o desenvolvimento e uso dos resultados da pesquisa<sup>160</sup>”. Essa “entronização do Rei filósofo”, seguindo os argumentos do autor, teria relação, portanto, com um “arranjo bastante especial” que posicionou um significativo grupo de intelectuais fora dos centros decisórios de poder e comprometidos com sua atividade, relacionando-se sua ética específica àquilo que Max Weber identificou com “uma ética pessoal de salvação pelos esforços do crente”, tendo como a racionalidade ocidental sua culminância<sup>161</sup>.

Contudo, o mito do Rei Filósofo, para o autor, não seria central no cientismo moderno, pois “a noção liberal de desenvolvimento através da racionalização é essencialmente individualista, e supõe que a sociedade, como a economia, será tanto mais racional e eficiente quanto cada pessoa maximize sua racionalidade individual”, retirando as restrições e limitações às iniciativas individuais<sup>162</sup>. O Reino da Ciência, por conseguinte, não se separaria das noções de evolução e progresso dos séculos XVIII e XIX, adquiridos pela razão e racionalidade individual, sendo essa uma versão liberal para o mito. Nela haveria uma crença radical no direito individual de aceitar ou rejeitar a verdade conforme convicções íntimas, prevalecendo o conhecimento científico como “melhor e mais convincente do que a sabedoria convencional”<sup>163</sup>. Aqui se encontra o *racionalismo*, enquanto uma ideologia que surge com características libertárias, desafiando as tradições organizativas e os sistemas de poder e autoridade.

Posteriormente, na Rússia do XIX, essa “função libertária da ideologia cientista” pode ser observada, presente na apropriação de um conceito materialista da ciência, da relatividade histórica de suas leis e da superioridade intelectual do espírito científico como molas propulsoras do esfacelamento do sistema autocrático vigente. A partir da ciência, em certo sentido, rejeitava-se a autoridade enquanto tal, pois seria a ciência independente, “tanto quanto a verdade é independente”, existindo acima dos interesses externos, preceitos e vieses, sem medo de guiar-se por si mesma, entendendo que a verdade, incluso em si o racional,

---

<sup>159</sup> Apud SCHWARTZMAN, 2008, *Op. cit.*, p. 23.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>161</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>163</sup> *Ibid.*, p. 29.

deveria ter aplicação prática<sup>164</sup>. Essa não era uma visão hegemônica, como atestam os componentes da Academia de Ciências de São Petersburgo, existente desde o XVIII, para os quais a ciência era uma atividade pura, intelectual e sem vinculação política.

O último elemento do mito seria o da República dos Cientistas, que explorariam o desconhecido, comprometidos apenas com sua curiosidade e satisfação intelectual, leis a si mesmos, pois “[c]omo no mercado, a racionalidade individual leva o cientista a trabalhar nos temas que lhe sejam mais valiosos, quer dizer, que lhes deem maior prestígio e reconhecimento”<sup>165</sup>, estimulando tal república a racionalidade individual e, por último, a ciência como um todo. O resultado dessa individualidade seria a *coerência*, possibilitando com que a comunidade científica se organizasse conforme princípios de auto coordenação e ajustes mútuos, criando, pelas leis de mercado, noções definidoras do que seria importante, padrões aceitáveis de comportamento e problemas que precisariam ser estudados, ou seja, um paradigma comum de trabalho. Para o autor, “[n]o mundo real, as coisas são evidentemente muito mais complexas, mas esse mito serve de defesa da comunidade científica em relação àqueles que pretendem ditar-lhe o que fazer”<sup>166</sup>. Na realidade histórica, isso seria possível em comunidades científicas pequenas, e as noções de liberdade de pesquisa, predominância da verdade individual, apoio à inovação e criatividade dependeriam de fronteiras abertas e em expansão. Contudo, surgem questões como a prioridade, a precedência, a relevância social e a antiguidade de postos, que inicialmente poderiam ser nubladas pelo ideal de comunidade e de ciência.

De maneira geral, conforme o autor, o contraste entre o mito do Rei Filósofo e o mito do Reino da Ciência apontaria para duas concepções divergentes em relação ao que seria a racionalidade e suas relações com a sociedade. Primeiro, como um dom dos intelectuais e produto de suas mentes, deveria ser levada à sociedade de forma sistemática e deliberada. Segundo, como imanente ao processo social, deveria permanecer livre para florescer. Em ambas as concepções estaria uma “concepção hegeliana a respeito do desenvolvimento da história através do desdobramento progressivo da Razão”<sup>167</sup>. Em nosso tempo, ambas fazem parte de um debate amplo acerca da organização social, do planejamento econômico e da liberdade política, procedendo, portanto, na síntese, segundo a qual todas as formas de

---

<sup>164</sup> SCHWARTZMAN, 2008, ref. 149, p. 29.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>166</sup> *Id.*

<sup>167</sup> *Ibid.*, p. 33.



racionalidade moderna, como a ciência, a engenharia social e a tecnologia, são partes da mesma coisa.

A racionalidade é um tema caro a nós, por conta das inúmeras vezes que os termos *racionalização* e *racionalizar* aparecem nas fontes observadas. Esse tema, em Karl Marx, era visto como um produto da sociedade, gerador do capitalismo e que futuramente geraria o socialismo e, em Max Weber, o principal dos estudiosos do tema, havia uma espera pelo surgimento da racionalidade com o capitalismo avançado, e em seu sistema de pensamento, conforme Schwartzman, não havia lugar “para a noção de um processo de modernização que introduzisse a racionalidade fora dos caminhos conhecidos do desenvolvimento capitalista liberal”<sup>168</sup>.

Com Keynes ocorre uma aceitação do planejamento econômico e seus derivados na educação, ciência e tecnologia, esta última, com a Escola de Chicago, sendo tratada como “fator de produção da mesma forma que o capital e o trabalho”, criando o conceito de *capital humano*, numa identificação entre ciência e tecnologia, ou C&T. A partir daí desenhou-se uma espécie de padrão para a distribuição de recursos em pesquisa pura e aplicada nos países desenvolvidos, derivando nos ditos subdesenvolvidos.

Ciência e Tecnologia, a partir de então, como síntese, passaram a ter um sentido amplo, envolvendo todo o campo do conhecimento técnico e suas aplicações. Esse é o solo simbólico que encontramos nas fontes analisadas, pertencentes a três décadas (1960, 1970 e 1980), nas quais C&T foram encaradas como ferramentas para o desenvolvimento, quando não seu sinônimo. Contudo, é válido destacar que embora fosse a visão hegemônica, em alguns momentos, especialmente após a segunda metade dos anos 1970, a crítica a essa concepção de ciência e tecnologia, assim como aos processos de desenvolvimento efetivados até então vinha sendo construída e divulgada.

Pensemos, mais um pouco, acerca da ciência, a partir de outro enfoque. Para Claude Alvares<sup>169</sup>, a ciência moderna é um produto cultural do Ocidente e está associada às investidas da cultura a que pertence. Como produto ocidental e pertencente a uma época, foi universalizada, sendo aceita por sua capacidade de proporcionar transformações no mundo social, como uma “corrente ideológica que invade e deturpa, e muitas vezes tenta dominar o

---

<sup>168</sup> SCHWARTZMAN, 2008, ref. 149, p. 35.

<sup>169</sup> ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad.: Vera Lúcia M. Josceline, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

quadro mais estável e mais amplo das percepções e das experiências humanas”<sup>170</sup>. Nessa perspectiva crítica, o autor busca entender a ciência como inserida no colonialismo, fator de dominação cultural e societária, o que se tornou problemático nas realidades subalternizadas, especialmente nos países classificados como subdesenvolvidos por um ato de poder<sup>171</sup>. Dessa maneira, aponta Alvares, os “produtos culturais do Ocidente”, como a própria ciência, “podem arrogar-se supremacia total e validade universal”<sup>172</sup>.

Sendo um produto da colonialidade ocidental, a ciência hegemônica opera nesses termos, a saber, expandindo-se acima de outras possibilidades de compreensão do mundo, a partir de agentes e discursos. Contudo, sua incapacidade de cumprir todas as promessas que carrega, inoperante em resolver todos os problemas elencados, possibilitou que essa mesma ciência entrasse em declínio, sendo reduzida à categoria de mercadoria ou de um artefato moderno, já que “aquela sua promessa de transformar o mundo em um paraíso materialista, eliminando a pobreza e a opressão, perdeu toda a credibilidade”, realizando o oposto<sup>173</sup>.

A partir desse raciocínio, Alvares também aponta a íntima relação entre a ciência e o desenvolvimento, entendidos como processos que não podem ser analisados separadamente, pois

[...] o desenvolvimento foi apenas o último parceiro da ciência moderna no exercício de sua hegemonia política. Anteriormente, a ciência já se tinha aliado ao iluminismo e às reivindicações milenárias, e mais tarde associou-se ao racismo, ao sexismo, ao imperialismo e ao colonialismo, para, finalmente, acomodar-se ao lado do desenvolvimento, *uma noção que codifica a maior parte desses seus legados anteriores*<sup>174</sup>.

Essa associação entre desenvolvimento e ciência proporcionou a construção no seio das sociedades de uma vontade de desenvolver-se, já que o desenvolvimento trazia consigo a ciência e, portanto, as possibilidades de transformação das realidades consideradas atrasadas em mundos do futuro, opondo-se às formas anteriores, associadas à natureza, às sociedades não ocidentais de subsistência, sem “a mesma racionalidade, sagacidade e eficiência da ciência moderna”<sup>175</sup>. Dessa forma, o desejo pela ciência era também pela possibilidade de desenvolvimento.

Desenharam-se, portanto, elementos de legitimação do desenvolvimento a partir da ciência, como a categoria de eficiência, amplamente utilizada para justificar a apropriação de

<sup>170</sup> ALVARES, 2000, ref. 169, p. 41.

<sup>171</sup> Cf. Escobar, 2007, ref. 61.

<sup>172</sup> ALVARES, 2000, *Op. cit.*

<sup>173</sup> *Ibid.*, p. 42.

<sup>174</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>175</sup> *Id.*

determinadas tecnologias e formas de trabalho, *racionalizando-as* para serem ajustadas a um tipo específico de utilização de recursos – essa outra categoria também criada no âmbito desses fenômenos. Ocorreu, assim, a desestabilização de variadas formas de indústrias e modos de vida, nos termos do autor, sendo enfatizadas certas qualidades em detrimento de outras, adotando-se apressadamente determinados procedimentos que induziram a uma ênfase nos “valores errados”. A saber, “[o] enorme progresso da grande indústria no Ocidente foi acompanhado de um projeto igualmente vigoroso para reorganizar a sociedade segundo as diretrizes da ciência (ou seja, da eficiência)”<sup>176</sup>, o que, para o então denominado Terceiro Mundo, consistiu numa atribuição à ciência de um papel de prometer os padrões de bem-estar antes imagináveis, a partir dos processos de independência do século XX.

Foram construídas, então, “grandes verdades auto evidentes”, imunes às críticas advindas dos grupos sociais e pessoas que estavam inseridas na classificação de atrasados, como os povos tradicionais. Aponta o autor que, embora os ditos benefícios da ciência para essas pessoas não sejam óbvios, também os métodos desenvolvimentistas não corresponderiam à melhor forma de execução das atividades mais rotineiras, especialmente por uma exigência do desenvolvimento de *maior sacrifício*, como mais trabalho, inclusive mais monótono, para se garantir um modo de vida menos seguro para grupos que possuíam suas próprias formas de reprodução social embasadas no acúmulo de conhecimentos ao longo de gerações. Nesse sentido, a expansão do desenvolvimento a nível mundial deveu-se especialmente a um poder coercivo, emanado de governos e instâncias dos Estados, passando a assumir uma função diretora dos processos de desenvolvimento, tornado “coercivo, com políticas que obrigavam indivíduos, ‘para seu próprio bem’”<sup>177</sup>, a tornarem-se desenvolvidos.

É interessante que, na Amazônia, durante a Ditadura Militar, iniciativas anteriores de fomento à construção científica com vistas à implementação de uma realidade “melhorada” foram aperfeiçoadas a partir do planejamento estatal. O par C&T, no período, era considerado indispensável para a implementação do desenvolvimento, o que corrobora com a visão de Alvares segundo a qual o Estado firmou um compromisso com o desenvolvimento resultante de um compromisso paralelo com a ciência enquanto “escolha ideal porque se dizia capaz de *refazer a realidade*”<sup>178</sup>. O desenvolvimentismo seria alimentado pela ciência e construído pelo Estado, na esperança de criar uma nova sociedade e nova economia, arrogando-se o direito de desenvolver as pessoas e a natureza, sem a possibilidade de recusa – e em relação aos que

<sup>176</sup> ALVARES, 2000, ref. 169, p. 47.

<sup>177</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>178</sup> *Ibid.*, p. 50.

recusassem essa realidade, poderiam “simplesmente ser expulsos do reino dos recursos, e seus próprios recursos [...] transferidos para a grande indústria”. Com isso,

[o] planejamento, a ciência e a tecnologia – a tecnocracia – tornaram-se um meio eficiente de usurpar os direitos das pessoas aos territórios do conhecimento e da produção; de refutar seu direito de produzir conhecimento; e de solapar seu direito a intervir em assuntos de interesse público ou que afetassem seus meios de subsistência e sua própria sobrevivência<sup>179</sup>.

Os autores até aqui elencados, com suas considerações, nos auxiliam a entender como no contexto amazônico foram delineadas políticas de desenvolvimento e de que forma a utilização de termos, conceitos, definições e mecanismos advindos da intersecção do campo científico com o campo do Estado foi possível nessa construção de um consenso desenvolvimentista. A escrita dos PDAs, por exemplo, contemplou objetivos relacionados à ciência e à tecnologia, especialmente no que concerne à educação como um campo a ser considerado pelo desenvolvimento.

#### **1.4 Amazônia, hegemonia e consenso**

Pensando na realidade amazônica e nos chamados processos de desenvolvimento, devemos observar que há uma constante em perceber este espaço como *vazio demográfico*. Esta percepção é corroborada, no plano dos projetos de intervenção capitaneados por governos e empreendimentos, com a noção de *vocações naturais*. No período do Programa Grande Carajás (1980 a 1990), por exemplo, pensava-se o espaço amazônico como naturalmente vocacionado para a implantação de projetos industriais, devido à baixa densidade dos lugares. Em São Luís-MA, em período recente, a justificativa da vocação natural embasou uma série de intervenções e tentativas de transformação de espaços como a Zona Rural, demonstrando a partir de uma série de estudos – contrapostos por análises de membros de comunidades rurais e grupos parceiros – que dados como a profundidade das águas, a baixa densidade demográfica e uma controversa legislação municipal eram fatores que legitimavam a transformação da Zona Rural em Distrito Industrial. Naturalizam-se aspectos culturais, construídos por seres humanos, como a noção de vocação, transferindo-os para os espaços e os processos sociais<sup>180</sup>.

Pensar a história amazônica a partir de momentos também é útil para compreender os processos de intervenção no espaço e nas sociedades, bem como as diversas argumentações

<sup>179</sup> ALVARES, 2000, ref. 169, p. 53.

<sup>180</sup> SBRANA, 2017, ref. 5.

que foram sendo construídas ao longo do tempo para legitimar tais ações. Conforme Pere Petit<sup>181</sup>, pode-se dividir a história econômica amazônica em: 01) Ciclo da Borracha – 1850 a 1912; 02) Declínio econômico e estagnação demográfica – 1913 a 1940; 03) Crescimento econômico moderado – 1940 a fins da década de 1960; 04) Expansão das atividades de mineração, agricultura, pecuária, extração de madeira, hidrelétrica e desmatamento – 1960 até os dias atuais. Para o autor, o último período seria de maior integração da economia regional ao mercado nacional.

Os processos de intervenção do Estado na realidade amazônica, a saber, surgem com maior força na década de 1930, pois

a crise econômica internacional e as mudanças políticas ocorridas em alguns países latino-americanos [...] favoreceram a crescente intervenção do Estado em suas respectivas economias nacionais, [...], estimulando o processo de industrialização pela via da substituição de importações<sup>182</sup>.

Processou-se um crescente incremento do Estado na economia, o que foi acompanhado pela Comissão para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada pelas Nações Unidas em 1948, e que contribuiu para a formulação do nacional-desenvolvimentismo, modelo que tinha como base o incentivo à industrialização e a modernização de atividades primárias, a fim de “superar o atraso e a *situação periférica* do país no mundo”<sup>183</sup>.

Pensando o longo processo de construção de modelos de desenvolvimento no Brasil e na Amazônia, o autor apresenta dados que nos interessam para compreender o desenvolvimentismo que alcança os autores que analisaremos no próximo item, como construtores de argumentação voltada para a elaboração da crítica ou do elogio a este fenômeno. É interessante destacar, já na década de 1950, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) (1953) e da Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (1959), com objetivo de estimular a modernização das atividades agropecuárias e fomentar novas indústrias nos espaços abrangidos por estes órgãos, pondo em prática planos de desenvolvimento econômico. Também nesta década, o Banco de Crédito da Borracha – antigo órgão de fomento às atividades durante o Ciclo da Borracha – foi transformado no Banco de Crédito da Amazônia, com intuito de diversificar suas atividades de crédito. O primeiro plano de desenvolvimento

---

<sup>181</sup> PETIT, Pere. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da Spvea à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018. pp. 95-122. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/852>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>182</sup> PETIT, 2018, ref. 181, p. 96.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 99.

da Spvea foi o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1954), que serviu de modelo para o I Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (1955 a 1959).

Durante a Ditadura Militar, outras ações foram responsáveis por intensificar e transformar os processos de desenvolvimento na Amazônia, que passaram a assumir um caráter de modernização conservadora, conforme Rodrigo Patto de Sá Motta<sup>184</sup>. Dentre essas medidas, destaca-se que o Banco de Crédito da Amazônia foi substituído pelo Banco da Amazônia S/A (BASA) (1966), e a Spvea substituída pela Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam) (1966). Outras intervenções puderam ser realizadas a partir da apresentação da Operação Amazônia (1966 a 1967) e da elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (Pqdam) (1967 a 1971) – e é notável a distinção nas nomenclaturas utilizadas nos dois planos quinquenais aqui apontados: o da década de 1950 possuía os termos “valorização econômica”, e o de 1967 já apresenta “desenvolvimento”. Deve-se destacar, conforme Petit, que

Os projetos de desenvolvimento econômico implementados pelos governos militares na Amazônia não podem ser vislumbrados apenas em seus aspectos socioeconômicos, para a cúpula das Forças Armadas a Amazônia era também, ou principalmente, um *problema geopolítico*. A necessidade de estimular as atividades econômicas e ocupação humana da Amazônia, além de outras decisões estritamente militares ou político-administrativas para garantir a “posse desse imenso espaço vazio”, também tinha por finalidade evitar a “cobiça internacional” sobre a região; isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países e prevenir também que se instalassem na região focos guerrilheiros, “nacionais” ou “estrangeiros”<sup>185</sup>.

Conforme o autor, na Ditadura Militar foram implantados planos de desenvolvimento significativos, especialmente na década de 1970, como: o Plano de Integração Nacional (PIN) (1970), o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972 a 1974) e as diretrizes do II PND (1972 a 1974). O primeiro tinha como meta o financiamento de obras de infraestrutura para “facilitar o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene, entre elas a construção da Transamazônica e o Plano de Irrigação do Nordeste”. Estes planos “orientaram os objetivos a serem alcançados na Amazônia Legal através do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) – 1972-1974 – e no II PDA – 1975-1979”<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>185</sup> PETIT, 2018, ref. 181, p. 103.

<sup>186</sup> *Ibid.*, p. 106.

Devemos observar que estes atos de intervenção do Estado na Amazônia por meio de planos de desenvolvimento acarretaram numa série de conflitos cujas continuidades persistem até a atualidade. Para o autor,

Um dos principais problemas sociais e políticos provocados pelos modelos de desenvolvimento implementados na Amazônia pelos governos militares, foi o incremento dos conflitos agrários entre as diferentes *frentes de expansão* (latifundiários, posseiros, garimpeiros, madeireiros, mineradoras, hidrelétricas) e os camponeses locais, pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas. Até finais dos anos 1970, os conflitos agrários se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas desde inícios da década de 1980 até hoje, foi na Amazônia Legal, especialmente no Pará, onde ocorreram o maior número de conflitos agrários e assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças no país<sup>187</sup>.

Violeta Refkalefsky Loureiro, buscando entender como a Amazônia se tornou, historicamente, uma espécie de “colônia do Brasil”, demarca a fixação desse processo nos anos 1970, com duração até a atualidade, momento no qual a Amazônia é designada como *commodity*. Para a autora, “há mais de quatro séculos os governos do Brasil vêm procurando mudar os povos e as culturas da Amazônia, numa incansável tentativa de transformar essa enorme região, para moldá-la à fantasia dos sucessivos governos”<sup>188</sup>. Observando a contemporaneidade e os vestígios que demarcam sua consolidação, a chamada nova situação colonial foi engendrada a partir de condições históricas de sustentação, facilitando “sua concepção como o Outro no imaginário coletivo e na percepção nacional”, o que dependeu ainda de um “projeto oficial de dominação sobre a região e sua subordinação”, concretizada nos anos 1970, como já afirmado<sup>189</sup>.

Para entender essa consolidação, a autora elenca passos considerados decisivos para o que chama de um *sequestro da autonomia* amazônica. O primeiro deles é denominado como mudança no perfil econômico da região, com a imposição de atividades financiadas pelo governo central. Essa mudança, concretizada durante a Ditadura Militar, foi possível pela implementação de órgãos como Sudam e BASA S. A., além de uma legislação voltada para a região, notadamente a de incentivos fiscais e a de cessão e venda gratuita de grandes extensões de terra, como estímulo à entrada – ou intrusão – de grandes grupos econômicos. Tais processos estavam voltados para a exploração da natureza tornada recurso, a fim de equilibrar a balança comercial brasileira, entendendo a Amazônia como uma *fonte*

<sup>187</sup> PETIT, 2018, ref. 181, p. 115.

<sup>188</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, Edna (Org.). *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras*. São Paulo: Annablume, 2019. pp. 197-224. p. 201.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 204.

*permanente de exploração nacional*. Essa atividade, conforme Loureiro, não foi apenas episódica, como no passado, mas permanente, e tinha como atividades básicas prioritárias a exploração madeireira, junto à pecuária; a concessão de incentivos fiscais; a abertura de estradas; a exploração de minérios; e a produção de energia elétrica<sup>190</sup>.

Esses processos, desiguais e violentos, alavancaram a transformação da Amazônia em terra arrasada, numa intrusão de territórios variados. Conforme a autora, para a concretização da *fronteira do capital*,

[...] as frentes do governo e do capital associadas usaram de violência e força provocando, em nome do desenvolvimento, o genocídio indígena em várias situações mas, principalmente, contra os Ianomami e os Waimiri-Atroari [...], os Panará, os Parakanã do Pará; a morte dos índios, posseiros e líderes rurais instalados em meio ao traçado das estradas federais [...] estimularam os altos índices de desmatamento como forma de ocupação da terra [...]<sup>191</sup>.

Ocorreu, dessa maneira, a reprodução da desigualdade social brasileira, agora potencializada.

O segundo passo, seguindo o raciocínio da autora, foi de declarar como áreas de segurança nacional algumas partes significativas do território amazônico, as quais representavam interesse para o Estado brasileiro, na futura implementação de grandes projetos, notadamente nas áreas de mineração e hidroeletricidade. Como exemplo, o Decreto Lei Nº 5.449/1968 declarou 28 municípios amazônicos como áreas de segurança nacional, além de estabelecer a nomeação dos prefeitos desses lugares a partir do governador de cada estado, esses últimos eleitos a partir de eleições indiretas e partidos manipulados. Para Loureiro,

[...] o controle político do Estado sobre o território amazônico, em geral, e sobre certas áreas em particular, extrapolaria de longe a simples questão fundiária. Inúmeras outras formas de controle e arbítrio se exerceram coercitiva e violentamente, em especial sobre as camadas subordinadas da população<sup>192</sup>.

Dentre elas, o conhecido Ato Institucional (AI) Nº 5, a partir do qual 68 municípios amazônicos foram considerados como área de segurança nacional, chegando ao número de 105, tendo alguns deles permanecido nessa condição por vinte anos. A autora aponta que uma diferença entre a forma de intervenção da Ditadura em outros municípios brasileiros e os amazônicos consistiu em que, nos primeiros, a repressão deu-se por questões puramente políticas e num curto intervalo, e nos segundos “o governo federal estava empenhado em criar

<sup>190</sup> LOUREIRO, 2019, ref. 188, p. 204.

<sup>191</sup> *Id.*

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 207.



as pré-condições para a conversão da Amazônia em fronteira de *commodities*”<sup>193</sup>, por isso os municípios sob intervenção eram aqueles com reservas minerais, com possibilidade de construção de hidrelétricas, com a existência de terras indígenas, em áreas de fronteira, com alta incidência de conflitos fundiários. Nesse sentido,

[...] os programas, os projetos e as ações de políticas públicas, os recursos financeiros e os grupos sociais “inconvenientes” ou perturbadores da “modernização” da região, como índios e populações tradicionais, estiveram sob controle, a força e a violência do governo central. Dessa forma, a região foi “domesticada” politicamente pelo governo central, mas, a dominação política não tinha uma finalidade em si; o objetivo era a mudança da ordem econômica<sup>194</sup>.

O terceiro passo foi o sequestro da autonomia sobre o espaço e o território, entre 1970 e 1980, constituído também por uma legislação específica, a saber, o Decreto Federal Nº 1.164/1971, que vigeu por dezesseis anos, pelo qual a União retirou dos estados amazônicos a jurisdição sobre terras devolutas contidas nas faixas de 100 km das marginais de rodovias existentes e projetadas, esvaziando a autonomia regional nos termos da gestão do espaço. Nesse mesmo decreto, no 2º artigo, eram incorporadas partes consideráveis das terras amazônicas ao patrimônio da União, no total de 70,3%, sob jurisdição de órgãos como Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins (Getat). O ato que revogou o decreto, contudo, não excluiu as terras confiscadas para a constituição do PGC, correspondentes a 10% do território nacional. Para a autora, essa “forma autoritária de ocupação da Amazônia pelo Estado teve no confisco de terras uma de suas expressões mais acabadas e audaciosas”<sup>195</sup>, ignorando populações ancestrais e estabelecendo instrumentos legais para apoiar essa empreitada.

O quarto processo identificado por Loureiro foi o de domesticação dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. A esse respeito, faz importante relato:

Nos anos 1980 conversei com soldados dos batalhões de construção em Roraima, que abriam a estrada Manaus-Boa Vista (BR-174), que narravam como feitos heroicos as mortes de índios Waimir-Atroari por enfrentamento entre o trecho que se estende do km 208 ao 326 daquela rodovia, onde se situa a Terra Indígena Waimiri-Atroari e não havia a quem denunciar; o massacre dos Ticuna, em 1988 no Amazonas (RÁDIOS EBC, 2016) e vários outros como dos Arara (Pará), Parakanã (Pará), Cinta Larga (Rondônia e Mato Grosso), em Mato Grosso e Rondônia os Nambikwara (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005) e em Mato Grosso os Kreenakarore (MARTINS, 1997). Em 1989, o Brasil foi acusado junto ao Tribunal Permanente dos Povos, em Paris, pela morte de 1/3 da população de índios Ianomami. No caso de posseiros e ribeirinhos, os massacres persistiram das décadas desde 1970 aos dias atuais, como o da Gleba Cidapar, no Pará entre 1970 e 1990,

<sup>193</sup> LOUREIRO, 2019, ref. 188, p. 207.

<sup>194</sup> *Id.*

<sup>195</sup> *Ibid.*, p. 209.

com mais de 100 mortes (LOUREIRO, 2015), o massacre do Castanhal Ubá/Pará em 1988 (LOUREIRO, 2012), o de Eldorado dos Carajás/Pará, em 1996), o massacre da Fazenda Rio Cristalino em Xinguara em 2010 (Pará), o da Fazenda Santa Lúcia 2018 (Pau d'Arco/Pará). Ao lado deles há as expulsões sumárias, como as de 405 famílias de 14 comunidades diferentes, que residiam há décadas nas localidades em Manacapuru, Novo Airão e Iranduba (CPT, 2018), embora todas elas habitassem terras públicas da União, do estado ou a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Rio Negro (CPT, 2018)<sup>196</sup>.

Para nós, esse é o rastro do desenvolvimento, em sua faceta catastrófica em proeminência. A violência da consolidação do desenvolvimento é a dos apagamentos de vidas inteiras e, conseqüentemente, da história, numa constante implementação do vazio, para construir em seu lugar outras fundações, elas mesmas responsáveis pela perpetuidade da narrativa desenvolvimentista como única válida e existente. Os planos de desenvolvimento, dos quais trataremos com mais vagar no decorrer dessa tese, foram instrumentos de consolidação dessa violência. Embasamos essa afirmação, inclusive, na argumentação de Violeta Loureiro, para quem a concepção dos planos, ainda que destinados à Amazônia, advinha da Presidência da República, da tecnoburocracia

identificada com a ideologia da modernização da região, com a forma de governo que havia se estabelecido, o *modus operandi* dos órgãos responsáveis pela chamada *segurança nacional* e de conformidade com o interesse dos grupos econômicos e elites do capital aliados ao governo militar<sup>197</sup>.

Nesse sentido, a Amazônia foi convertida, durante a Ditadura, em *capital mobilizável*, operando-se uma espoliação violenta, contrária aos interesses das sociedades locais. A partir disso, o sexto passo consistiu no aprofundamento do modelo pela força, realizado nos últimos vinte anos, decorrente do que foi um projeto governamental a longo prazo. Atualmente, a Amazônia foi tornada *fronteira de commodities* a partir da exploração do gado, a persistência da mineração, cada vez mais diversificada e ampliada, o que alinha-se ao sétimo e último passo: o sequestro da autonomia e capacidade decisória pela União, numa circularidade que atualiza o “caráter antiético e autoritário” de manipulação da legislação, dos procedimentos administrativos e burocráticos, impedindo a manifestação e direitos das pessoas, pois “quando da implantação de um projeto de interesse do governo central, o processo prima por circular totalmente dentro do campo do próprio governo federal”<sup>198</sup>. Na

<sup>196</sup> LOUREIRO, 2019, ref. 188, p. 211.

<sup>197</sup> *Ibid.*, p. 212.

<sup>198</sup> Como exemplo disso, a autora aponta que a construção de uma hidrelétrica é concebida no interior do Ministério de Minas e Energia (MME), com recursos liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Bndes), sendo o projeto aprovado pelo órgão ambiental governamental – Ministério de Meio Ambiente (MMA) – e tendo como órgão gestor das ações em terras indígenas mais um órgão federal, a

Amazônia, para Loureiro, o governo federal é o próprio *estruturador da dominação política e espoliação econômica*.

Para entender os elementos estruturantes dessa ação em prol do desenvolvimento durante a Ditadura Militar e seu direcionamento à Amazônia, devemos considerar que a formação discursiva da Ditadura Militar possuía alguns enunciados centrais, como a *necessidade de integração*, o *nacionalismo*, a noção de *espaço vazio*, a *fronteira* e a *segurança nacional*. De acordo com Filipe Menezes Soares<sup>199</sup>, essa série de conceitos se destinavam a elaborar uma compreensão da Amazônia pelos agentes da Ditadura, constituídos em relação mútua, estabelecendo uma enunciação que perpassava a execução das políticas de desenvolvimento.

Para o autor, o processo de integração, preconizado pela Ditadura Militar, aparecia com um caráter de urgência, inicialmente apresentada como uma urgência econômica e, posteriormente, social. Porém, com o avançar dos governos autoritários, são assumidos outros compromissos em torno dessa integração, tendo a “urgência pelo desenvolvimento” como uma constante. Durante o governo Médici, a saber, a integração ganha contornos maiores, correspondentes à urgência de ocupação das margens das rodovias, por exemplo, sendo um conceito bastante explorado nesse período, ao ponto de incluir os trabalhadores enviados para a Amazônia na responsabilização pela construção de uma defesa do território contra ameaças estrangeiras e internas. Para o autor, a migração dos contingentes populacionais para as áreas de colonização é sintoma do “sentido comunicativo dos discursos de integração do governo”, sendo esse enunciado “explorado pela racionalidade governamental com interesses estratégicos de mobilização”<sup>200</sup>.

O nacionalismo, como enunciado estruturante da formação discursiva ditatorial, consistiu em um esforço conjugado dos grupos que comporiam a nação brasileira em direcionar-se para a Amazônia como espaço a ser *conquistado*. Conforme o autor, “o nacionalismo cumpriu importante papel na mobilização da consciência nacional a respeito da necessidade de intervenção na região, além de render ganhos de legitimidade ao regime”<sup>201</sup>. Esse nacionalismo consistiria numa preocupação com a união das classes sociais e com a

---

Fundação Nacional do Índio (Funai). Se embargado em uma fase, a apelação do governo federal passa pela Lei Nº 4.346/1964, uma remanescente da Ditadura.

<sup>199</sup> SOARES, Filipe Menezes. *A Amazônia da Ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente*. 2020. 400 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. pp. 33-147.

<sup>200</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 94.

soberania nacional, constantemente evocados pelos militares que ocuparam o governo, estando atrelado aos enunciados de segurança e de integração. Esse nacionalismo, dessa maneira, era conservador, e suas facetas eram amplas, pois uma das formas encontradas pela Ditadura para “encarar” o *problema amazônico* foi recorrer à sociedade brasileira numa tarefa de captura da região em prol dos desígnios nacionais, numa “tentativa de criar um laço estreito entre aqueles que governam, seus objetivos, e aqueles que são governados, suas ações”<sup>202</sup>. O sinônimo desse nacionalismo seria a união nacional, notadamente entre empresas e empregados, patrões e trabalhadores, posicionando-se também contrariamente a um nacionalismo apregoado por campos da esquerda no período, relacionado à luta de classes. Era necessário, para desenvolver o país e tornar a Amazônia meio desse desenvolvimento, criar um “espírito nacional”. A saber,

[...] o enunciado do nacionalismo funcionava como forma de garantir a defesa dos bens e riquezas nacionais, sua soberania, mas também de comandar sua exploração, com instituições fortes e capazes, sempre tendo em vista o progresso e o desenvolvimento capitalista. Associada às riquezas estava também a defesa de uma cultura nacional, brasileira, estruturada em costumes, tradições e crenças pré-determinadas<sup>203</sup>.

O enunciado do espaço vazio, a nosso ver, assemelha-se à noção de vazio demográfico, já abordada em momentos anteriores. Contudo, o autor aponta importante questão a respeito da forma de exposição dos textos advindos dos governos militares, iniciados por uma espécie de inventário das riquezas amazônicas<sup>204</sup>, seguidos por estratégias para seu domínio. Havia um reconhecimento da diversidade amazônica, como também apontamos, mas a Amazônia foi sendo dotada de características específicas conforme era consolidada sua tutela pelo Estado-nação, ou seja, após o reconhecimento da diversidade, era apontada a forma de implementar sua unidade. Para tanto, eram apresentados argumentos como o sub povoamento da região, o atraso cultural dos povos e a persistência de formas econômicas consideradas arcaicas, como extrativismo, associado às antigas formas hegemônicas de exploração da natureza, mas também à produção das sociedades tradicionais existentes. Para Soares, todas as vezes em que o argumento do espaço vazio era anunciado, seu correlato “homem amazônico” também era acionado para a operação de uma depreciação dessas pessoas, pois, no discurso dos militares “[a] ideia é de que o homem amazônico é

<sup>202</sup> SOARES, 2020, ref. 199, p. 92.

<sup>203</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>204</sup> Adiante veremos como a produção dos cientistas amazônidas, inserida nesse contexto e partilhando dessas representações, também se ocupava, em muitos momentos, em inventariar as riquezas amazônicas a serem exploradas para fins de desenvolvimento, especialmente as identificando como *potencialidades*.

indigno da qualidade da terra em que reside e que essa população é numericamente incapaz de ocupá-la”<sup>205</sup>.

O enunciado da fronteira inseria-se numa busca por admitir a Amazônia nos circuitos da expansão capitalista e deve ser entendido junto aos conceitos de integração e desenvolvimento. Para o autor, pensar a Amazônia como fronteira acionava, no período, elementos do imaginário que remetiam a episódios da constituição da civilização capitalista, como a descoberta e o desbravamento de novos territórios. Essa noção “mobiliza o imaginário social de maneira a atualizar diversos esquemas interpretativos, mitos, ideários e conceitos”, como uma “palavra-verbo”<sup>206</sup>. Os discursos da Ditadura eram “cunhados e atravessados pela fronteira enquanto um dos enunciados bases de sua formação”, embasando o planejamento do desenvolvimento amazônico, por exemplo, criando um novo espaço de exploração capitalista<sup>207</sup>. Embora não tenha sido invenção da Ditadura, o enunciado da fronteira ganhou contornos expressivos no período, sendo reconhecido socialmente enquanto válido como legitimador de uma ação de intervenção na Amazônia.

O enunciado da segurança, por sua vez, atualizaria o enunciado da fronteira, especificamente em se tratando de elementos presentes no próprio imaginário militar. Ele deve ser compreendido atrelado aos enunciados anteriores, segundo Soares, na medida em que

[...] a segurança atualiza a noção de fronteira, pois todo Estado-nação pretende fazer a defesa de seu território nos limites em que se relaciona com outros países. Por sua vez, a noção de espaço vazio preconiza as preocupações com a ocupação do território, já que, uma vez que não era ocupada, a Amazônia passava a constituir um problema à soberania nacional – problema esse que só poderia ser resolvido mediante uma política de segurança territorial ostensiva. A necessidade de integração, ainda que sobretudo articulada ao desejo de incorporação da Amazônia à economia nacional, muitas vezes foi apresentada como um problema de segurança, em que se defendia o controle e o domínio dos territórios situados na fronteira do país pelos grandes centros econômicos da nação. Por fim, os discursos da segurança, no momento em que são proferidos por sujeitos ligados às forças armadas do país, passam a ser constantemente carregados pelo nacionalismo característico dessas instituições. Naquele momento, diziam os militares que a segurança nacional também era abalada pelo interesse de outras nações no território nacional. Sua defesa, portanto, só poderia ser garantida mediante os esforços dos próprios brasileiros<sup>208</sup>.

Esses enunciados estão presentes nas fontes que analisamos, em diversos desdobramentos conceituais. A nosso ver, é interessante destacar a orientação de *ocupação de*

---

<sup>205</sup> SOARES, 2020, *op. cit.*, p. 98.

<sup>206</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>207</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>208</sup> *Ibid.*, p. 105.

*vazios* presente na execução dos projetos e do fomento às frentes de expansão, que persiste nos programas e projetos de desenvolvimento do período democrático, ainda que apresentados sob outros argumentos, distintos da aura autoritária específica da Ditadura Militar. São projetos de ocupação também de sentidos, em lugares com outras lógicas de mundo, como comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, camponesas e outras, considerados ainda um entrave para o desenvolvimento do Brasil. O desenvolvimentismo atual não ignora suas raízes de apagamento, embora surja com tal face atenuada pelo argumento da sustentabilidade, reforçando deslocamentos compulsórios, expulsões, destruições diversas legitimadas por selos verdes, propagandas de incentivo à reciclagem e ao bem-estar individual das populações desenvolvidas.

## 2 RASTROS DO DESENVOLVIMENTO

*Este século mostrou que em toda situação de opressão organizada os verdadeiros antônimos são sempre a parte exclusiva versus o todo inclusivo... [N]ão o passado versus o presente, mas qualquer deles versus a racionalidade que os torna co-vítimas (Ashis Nandy em Homi Bhabha, p. 347).*

Desenvolver as sociedades: eis o objetivo. A palavra desenvolvimento e o verbo desenvolver acompanham os discursos mais corriqueiros no mundo atual. Encontramos suas evocações e significados em propagandas, discursos políticos, textos científicos, conversas cotidianas. “Estou desenvolvendo um estudo”; “nosso filho está se desenvolvendo bem”; “vamos desenvolver o Pará”. Essas e muitas outras utilizações das duas palavras são possíveis num contexto em que o imaginário<sup>209</sup> é desenvolvimentista. Porém, como é característico dos processos históricos, nem sempre foi assim.

A longa história do desenvolvimento tem sido estudada por várias pessoas em campos diversos. Comumente situada na Economia, a análise do desenvolvimento ainda hoje ocupa posição central nessa disciplina, porém, encontramos muitos trabalhos na Ciência Política, na Sociologia, na Antropologia e na História, cada uma com suas especificidades. Na segunda metade dos anos 1960, Caio Prado Júnior queixava-se da abordagem dominante do desenvolvimento a partir da Economia, a saber, a teoria ortodoxa a partir de Rostow, que apresentava uma interpretação do desenvolvimento por meio de modelos. Para o historiador, o contexto das sociedades seria apenas utilizado posteriormente nesses modelos para confirmá-los ou não, incorrendo num erro crucial, pois os modelos deveriam, em sua visão, derivar da compreensão da realidade, e não o contrário. Prado Júnior buscava entender o desenvolvimento nos termos da realidade brasileira, buscando as raízes do então chamado subdesenvolvimento e por quais caminhos o país chegaria ao rol das sociedades capitalistas desenvolvidas<sup>210</sup>.

Os estudos de Prado Júnior são conhecidos no campo das Humanidades, posicionados num lugar de destaque no cânone das Ciências Humanas no Brasil, portanto, não trataremos de suas obras mais conhecidas, como *Formação do Brasil Contemporâneo*<sup>211</sup>, *História Econômica do Brasil*<sup>212</sup> e *Evolução Política do Brasil*<sup>213</sup>, mas de algo que foi

<sup>209</sup> Cf. FRANCO JÚNIOR, 2010, ref. 14.

<sup>210</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>211</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>212</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

<sup>213</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

apresentado na tese de livre-docência que não chegou a defender na Universidade de São Paulo (USP), por conta do Ato Institucional (AI) Nº 5, em 1968, que o aposentou compulsoriamente<sup>214</sup>. *História e Desenvolvimento*, de 1972, fala da inserção necessária dos historiadores nos debates a respeito do desenvolvimento, campo dominado então pela Economia, e de como a perspectiva histórica traria importantes contribuições para o entendimento da realidade brasileira e, mais ainda, das tarefas a serem cumpridas na luta pelo desenvolvimento. Em suas palavras:

[...] o Brasil de hoje, apesar de tudo de novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com seu passado<sup>215</sup>.

[...] é sobretudo em nosso passado que se há de buscar a informação necessária para a proposição adequada e a solução acertada dos problemas atuais. O tema do desenvolvimento penetra assim em cheio na Historiografia. E esta lhe ocupa mesmo a maior e principal parte<sup>216</sup>.

Conhecemos bem o sentido que Prado Júnior atribuiu à história brasileira, delineado no clássico texto *Sentido da colonização*. Para ele, o sentido que cada povo possui em sua evolução, observada à distância, remete ao conjunto de fatos e acontecimentos considerados essenciais que se efetivaram ao longo do tempo. É esse conjunto uma linha mestra que se direciona para uma orientação, sendo que os momentos fortuitos são partes incompletas de um todo “que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja”<sup>217</sup>. Tal sentido pode variar ou incidentes podem nublar o sentido geral, por isso seria importante uma escrita da história atenta a esses elementos em conjunto.

Tendo a colonização sido uma “vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”, o sentido dessa empreitada explicaria, para Prado Júnior, “os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”<sup>218</sup>. Ao longo dos séculos, o Brasil persistiu em sua colonialidade, continuando a fornecer produtos para as antigas e novas metrópoles, hoje os considerados países desenvolvidos. “É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o

---

<sup>214</sup> Ao longo da Ditadura Militar, os atos institucionais foram mecanismos de exceção criados a fim de possibilitar ações diversas, especialmente as repressivas que não eram possíveis pelo texto constitucional vigente.

<sup>215</sup> PRADO JÚNIOR, 1972, ref. 210, p. 18.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>217</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Sentido da Colonização*. In: PRADO JÚNIOR, 2011, ref. 211. p. 15.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p. 28.



interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira”<sup>219</sup>, disse o autor. Esse caráter manteve-se, para ele, gravando-se “profunda e totalmente nas feições e na vida do país”<sup>220</sup>.

É interessante, para nós, o chamamento que o historiador fez aos colegas de profissão, haja vista sua perspectiva a respeito da história brasileira: vamos entender o desenvolvimento brasileiro, adentrando num espaço que tem sido habitado por outros cientistas. Em nossa tese também queremos ocupar um pouco desse espaço que acreditamos ainda carecer de sentido histórico. Na divisão informal do conhecimento científico, alguns temas acabam sendo privilégio de determinadas disciplinas. No início de nossa formação, quando nos interessamos pelos estudos a respeito do desenvolvimento, realizamos leituras no campo da Sociologia e da Antropologia, que nos orientaram em interpretações que o leitor verá no decorrer dessa tese. Mas buscávamos também as interpretações históricas, sentindo uma carência.

Delimitando nosso referencial de estudos, percebemos que nós, historiadores, escrevemos mais a respeito do período da Ditadura Militar e de suas inúmeras facetas relacionadas à repressão, às políticas econômicas, aos conflitos na cidade e no campo, pouco refletindo a respeito do desenvolvimento, embora se trate de um período em que são traçadas e implementadas estratégias e formas de construir políticas públicas voltadas para o desenvolvimento que persistiram, de maneira geral, nos governos democráticos<sup>221</sup>.

Na busca pelo entrecruzamento desses dois temas – desenvolvimento e Ditadura Militar – percorremos seus caminhos na Amazônia brasileira. Aqui é necessário, contudo, um adendo: as pesquisas históricas falam a respeito de desenvolvimento traçando suas formas de implementação, características das políticas públicas, atuações individuais e coletivas de agentes históricos. Nós também estamos inseridos nessa forma de analisar o tema, mas buscamos, além de realizar uma contextualização desses processos, conceituar o

---

<sup>219</sup> PRADO JÚNIOR, 2011, ref. 211, p. 29.

<sup>220</sup> *Id.*

<sup>221</sup> É interessante, por exemplo, que instituições como a Sudam foram reeditadas nos anos 2006 pelo Projeto de Lei Complementar 22/03 e pela portaria nº 2.091-a de 28 de dezembro de 2007 que institui seu regulamento, após ter sido extinta em 2001 através da medida provisória n 2.157-5, de 24 de agosto de 2001. E ainda, que programas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tenham sido instituídos em 2007. A esse respeito, ver LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. *Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia*. 2005. 255 f. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005; GLORIA MORAES. *Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, 2021. Verbete Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>. Acesso em: 13 abr. 2021.

desenvolvimento em perspectiva histórica, partindo do campo histórico em diálogo com outros saberes. A caracterização do período nos permitirá traçar as facetas do que buscamos compreender e que está no transfundo dessa pesquisa: o *consenso desenvolvimentista*<sup>222</sup>.

Na articulação entre essas formulações, buscamos um ponto de reflexão para entender fenômenos que nos chegam em 2023, no campo simbólico e na consolidação de elementos materiais, como os projetos de desenvolvimento em sua principal efetivação: as indústrias. Desenvolver ainda continua sendo considerada como a principal tarefa na sociedade brasileira e desenvolvimento, sua palavra mágica, um fenômeno por se cumprir. Como essa significância para o desenvolvimento foi sendo construída? Como um consenso se estabeleceu em torno dela ao ponto de ser mais fácil questionar a existência da divindade cristã do que a efetividade do desenvolvimento?<sup>223</sup> Essas questões nos guiam e cremos ser válida a interpretação histórica para responder a inquietações que outros cientistas das Humanidades vêm elaborando ao longo do tempo.

E para essa conceituação, retornando ao chamado de Caio Prado Júnior, nos voltaremos para os aspectos gerais e singulares do período histórico que corresponde ao recorte temporal dessa pesquisa. Contudo, antes de adentrarmos numa caracterização dos distintos governos militares, precisamos entender como se chegou ao que seria o *modelo nacional de desenvolvimento*<sup>224</sup>, notadamente autoritário<sup>225</sup>, no período 1964-1985,

<sup>222</sup> Será apresentado no último capítulo.

<sup>223</sup> Essa percepção tem surgido a partir do contato com povos e comunidades tradicionais, ativistas, acadêmicos, sindicalistas, entre outros, envolvidos nos conflitos ambientais no Maranhão, desde 2011. Conflitos ambientais são “Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo ‘acordo simbiótico’ é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes”, conforme Henri Acselrad (*Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 26). Comumente observamos lideranças comunitárias iniciarem seus discursos da seguinte maneira: “não somos contra o desenvolvimento, mas...”, seguido por afirmações que demonstram sua recusa a projetos de desenvolvimento que não contemplam as necessidades reais de reprodução de modos de vida locais, ou seja, contrários ao modelo de desenvolvimento que é representado e efetuado pela instalação de uma empresa ou projeto.

<sup>224</sup> Denominado a partir de Guido Mantega (*Economia Política Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Polis/Petrópolis: Vozes, 1984).

<sup>225</sup> A implementação do desenvolvimento por meio da supressão de formas outras de condução da vida em sociedade é feita de forma autoritária, conforme atestam os inúmeros conflitos entre povos e comunidades tradicionais, ativistas, governantes, empresários e outros grupos envolvidos, por exemplo, na consecução de um grande projeto que leva a alcunha de desenvolvimentista. Chamar, portanto, o desenvolvimentismo de autoritário, é girar em torno de si próprio, por conta dessa característica básica mediada pela força e pela autoridade. Contudo, ao nomearmos *desenvolvimentismo autoritário* a forma de consubstanciação da política econômica durante a Ditadura Militar, estamos acentuando não só o caráter autoritário do desenvolvimento que

percorrendo as primeiras experiências desenvolvimentistas no Brasil. Nos itens a seguir, falaremos brevemente dos anos 1930 a 1964 e as formulações dos governos Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek (JK) e João Goulart.

## 2.1 Estado e Desenvolvimento entre 1930 e 1964

A respeito das relações entre Estado e desenvolvimento no Brasil, Sonia Mendonça<sup>226</sup> elenca os interesses prevaletentes e as transformações sociais em vigor em três momentos: durante o *corporativismo estadonovista* (1930-1955), o *desenvolvimentismo* (1955-1964) e o período do “*milagre*” (1964 a 1985)<sup>227</sup>. Partiremos de seus argumentos para entender os antecedentes do período abordado nessa tese.

Compreendendo o Estado como uma relação, a historiadora observou que nesses três momentos cruciais para a trajetória da industrialização brasileira foram seguidas distintas opções a partir do Estado, no que concerne à execução do desenvolvimento, conforme aquilo que estava disponível enquanto estratégia e em disputa. O cerne dos modelos de desenvolvimento adotados era a industrialização acelerada, promovendo o crescimento do setor público, a diversificação de suas atividades internas e o desempenho de papel substancial nas transações econômicas internacionais. Seu caráter autoritário e modernizador “coexistiu com uma crescente diversificação dos centros políticos internacionais”, possibilitando ao país surgir no cenário como potência intermediária<sup>228</sup>.

Para a autora, “qualquer análise, ainda que breve, das grandes linhas do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, não pode deixar de lado as transformações ocorridas a partir da década de 1930”<sup>229</sup>. Nesse período delineou-se uma primeira ruptura na acumulação capitalista brasileira, com uma redefinição do papel do Estado e a busca por tornar o polo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia.

Impulsionado pela conjuntura internacional após a crise econômica de 1929 e, nacionalmente, pela crise da hegemonia cafeeira paulista, um contexto de crítica pode ser

---

fica ocultado em uma palavra polissêmica utilizada para as situações mais banais do cotidiano, mas também da própria ditadura. E aqui entramos em mais uma redundância.

<sup>226</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012.

<sup>227</sup> Apesar de assumir uma nomenclatura referente aos discursos dos governos militares, a autora apresenta o termo Milagre Econômico entre aspas, indicando sua discordância dessa definição. Manteremos sua utilização por conta do acionamento efetuado pela autora, embora também nos posicionemos criticamente em relação a denominar o fenômeno ocorrido entre 1969 e 1973 como Milagre Econômico.

<sup>228</sup> MENDONÇA, 2012, *Op. cit.*, p. 07.

<sup>229</sup> *Ibid.*, p. 13.

estabelecido, favorecendo as forças sociais que questionaram essa hegemonia ao longo da década de 1920, tendo expressão no tenentismo, nas cisões oligárquicas, nas reivindicações da classe trabalhadora, do campesinato, entre outros grupos. O Golpe de outubro de 1930, nesse sentido,

resultou no deslocamento da tradicional oligarquia paulista do centro de poder, ao mesmo tempo em que os demais setores sociais nele envolvidos e vitoriosos – oligarquias agrárias não-exportadoras e segmentos de classe média – não tiveram condições, individualmente, de legitimar o novo estado<sup>230</sup>.

As transformações políticas e econômicas derivadas do contexto dos anos 1930 beneficiaram um setor que futuramente se tornaria expressivo no contexto político: o empresariado industrial.

Numa convergência entre as posições da liderança industrial e as formulações dos representantes do pensamento autoritário, surgiu a proposta de intervenção estatal na economia, aliada ao nacionalismo, o que derivou numa proximidade desse grupo, permitindo que se tornasse um ator estratégico na configuração de alianças e consolidação do novo regime, mesmo sem deter a hegemonia do processo. Apesar de sua importante atuação, a ideologia industrialista da burguesia não se configurou plenamente no período nem foram realizadas suas demandas específicas como pretendiam, cabendo ao Estado modernizar a economia<sup>231</sup>.

Dessa maneira, o Estado emergente convergiu forças sociais e políticas heterogêneas, tendo como resultado um esforço de adaptação entre setores oligárquicos tradicionais e dissidentes, grupos empresariais e de classe média urbana, bem como uma classe trabalhadora emergente e tutelada. Para a autora, estabeleceu-se um Estado de compromisso, dando início à construção do populismo. O que juntava todas essas classes em um propósito comum que era a reivindicação da abertura do sistema político, bem como críticas ao *status quo*, e relações de poder redefinidas sem transformações estruturais, denotando um caráter conservador ao Estado Novo<sup>232</sup>.

As medidas de política econômica e financeira efetuadas no período não foram radicais, mas foram significativas. Em sua análise, a autora observa que a premissa da vocação eminentemente agrícola do país não se impôs como diretriz a ser seguida pelos novos grupos dirigentes e a centralização do poder, com fins de neutralizar os regionalismos

---

<sup>230</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226, p. 14.

<sup>231</sup> *Id.*

<sup>232</sup> *Id.*

políticos, permitiu alterações nas práticas de concessão de recursos e benefícios por parte do Estado, facilitando a diversificação da distribuição. Economicamente, o Estado pós-30 estava comprometido com os setores tradicionais da economia e sem orientação claramente industrialista, mas o conjunto das medidas adotadas ultrapassou os limites da defesa dos velhos grupos dominantes. Dessa forma, a industrialização ganhou destaque como alternativa para o desenvolvimento econômico. A partir de então, esboçou-se uma tripla orientação: a regulamentação da quase totalidade dos fatores produtivos, estabelecendo os preços sociais; a redefinição do papel da agricultura; e a transformação própria do Estado em investidor nos empreendimentos de infraestrutura. Tais medidas buscavam transformar o núcleo urbano-industrial no polo dinâmico da economia brasileira diante do quadro de insuficiência de recursos<sup>233</sup>.

A agro exportação, por sua vez, teve função redefinida, passando a servir de amparo do Estado, pois os investimentos industriais dependiam de suas receitas. Contudo, passou por um desestímulo, já que o Estado canalizou a maior parte de seus recursos para o setor básico, o que é visto pela autora como uma contradição e a imposição de um limite ao setor industrial, dependente do setor agroexportador. Portanto, o período é caracterizado por uma *industrialização restringida*<sup>234</sup>.

Nesse momento, também, o setor cafeeiro teve sua lucratividade preservada, ao mesmo tempo em que foi impedido de permanecer num lugar de destaque, com a compra dos estoques excedentes e confisco cambial para desestímulo e penalização da agro exportação. Dessa forma, ocorreu uma transferência dos recursos da agricultura para a indústria a partir da hierarquização das taxas de câmbio em vários níveis e aplicação a cada setor daquela que propiciasse seus objetivos, gerando folga para as importações destinadas à indústria. A concessão de financiamentos a longo prazo e taxas de juros mais baixas foram outras formas encontradas pelo Estado para beneficiar o setor industrial, em detrimento do setor agrícola, tornando esse último um coadjuvante do processo de industrialização<sup>235</sup>.

A autora observa ainda que o capitalismo, no Brasil, “construiu-se com base na recriação de relações de trabalho não-capitalistas<sup>236</sup> [...], o que é de todo coerente com o próprio caráter conservador da composição de forças que representava o novo Estado”<sup>237</sup>. Manteve-se intocada a estrutura agrária nos latifúndios e regimes de organização tradicionais,

---

<sup>233</sup> MENDONÇA. 2012, ref. 226.

<sup>234</sup> *Id.*

<sup>235</sup> *Id.*

<sup>236</sup> Manteremos a grafia original em citações diretas, respeitando a maneira como o texto foi escrito.

<sup>237</sup> MENDONÇA, 2012, *op. cit.*, p. 27.

que foi sendo renovada pelo triplo beneficiamento advindo da industrialização, a saber, o impulso na expansão, a abertura de novos mercados e o fornecimento de manufaturados que serviriam à reprodução da força de trabalho rural. Assim, consolidou-se o papel do Estado, no período entre 1930 e 1955, como responsável por criar as “bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas, pudesse se reproduzir”<sup>238</sup>. O Estado “investidor” foi necessário nesse processo por conta da inexistência do grande capital nacional privado, tendo como sentido a maximização do lucro privado pela produção estatal de bens e serviços indispensáveis à acumulação industrial privada, como no setor de infraestrutura (siderurgia, eletrificação e transportes). O Estado, portanto, arcou com o ônus da instalação das unidades essenciais do setor de bens de produção pela sua capacidade tributária<sup>239</sup>.

Cabe destacar, ainda, que a “pedra de toque” para esse processo foi a criação da legislação sindical e trabalhista, instituindo o Mercado como formador do preço da força de trabalho, impedindo um confronto direto entre o capital e o trabalho, e a fixação do salário-mínimo em níveis biológicos em 1940, o que promoveu uma redução dos gastos dos empresários com a folha de pagamento, já que despesas como educação e saúde não foram inseridas nesse cálculo. Nesse sentido, o salário-mínimo serviu como “poderoso instrumento da acumulação urbano-industrial”<sup>240</sup>.

Outros aspectos da orientação industrialista também são ressaltados pela historiadora, como as medidas isoladas na área política financeira e tarifária, de caráter parcial. Havia uma espécie de obsessão pelo equilíbrio orçamentário, bem como uma alteração dos critérios de prioridade para o recurso ao empréstimo externo, facilitando a abertura de novas fontes de financiamento para os investimentos em infraestrutura. Também se impunha uma severa disciplina do orçamento dos estados e municípios, além da redução de *déficits* e empréstimos junto ao sistema bancário oficial, levando à liberação de recursos adicionais para a produção. E ainda havia uma coexistência da preocupação em conter o sistema de créditos com a proibição da importação de maquinaria nova para indústrias em superprodução, organizando os recursos escassos a serem substituídos e promovendo uma folga na capacidade de importar que franqueava aos setores mais novos e dinâmicos da indústria a compra no exterior de equipamentos sofisticados. Como incentivos isolados, o governo beneficiava setores industriais novos, como os de metalurgia e cimento, e permitia a isenção de direitos alfandegários e tributários após estudos de conselhos. Cabe destacar que

---

<sup>238</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226, p. 28.

<sup>239</sup> *Id.*

<sup>240</sup> *Ibid.*, p. 29.

essas políticas não eram estáticas e refletiam o Estado de compromisso, revestindo-se os conflitos existentes “do caráter de incompatibilidades entre as próprias agências burocráticas”<sup>241</sup>, absorvidos e administrados pelo Estado.

De maneira geral, a autora aponta que mesmo o Estado não assumindo um caráter predominantemente industrialista, “a análise das transformações ocorridas na estrutura produtiva ao longo do período 1930-55 evidencia a aceleração do processo de passagem do núcleo dinâmico da economia do setor agrário-exportador para o industrial”<sup>242</sup>. Isso gerou mudanças substanciais no perfil industrial brasileiro, que passou a contar com a capacidade dobrada das indústrias de base de participação no valor total adicionado da indústria, contrariamente ao que ocorreu com as indústrias tradicionais, pois essas passavam por uma diminuição na participação. Para Mendonça, tais alterações são características do Estado modernizador e de seu papel na edificação dos suportes para a industrialização, ao mesmo tempo em que foi preservado o caráter conservador do sistema político, a despeito dos rearranjos, revelando a importância da ideologia de Estado do período como legitimadora do projeto de nação construído para neutralizar as tensões latentes<sup>243</sup>.

Nesse caráter, disputavam categorias como *nação*, *nacionalismo* e *nacional*, a partir de duas visões em jogo: a concepção totalitária dos burocratas e ideólogos oficiais e a vertente autoritária correspondente aos interesses da burguesia industrial. Em ambos, a construção da nação passaria pelo controle da classe trabalhadora pelo Estado, o que levou à criação de uma noção de cidadania definida pela integração ao mundo do trabalho, ancorada na fabricação da mística de colaboração e da harmonia entre as classes, sendo a “questão social” desvanecida pela união entre elite e massas. Nessas disputas estava inserida a principal divergência que consistia em saber qual o caráter da colaboração com as classes subalternas. Para a autora,

Foi nesses termos que se atingiu o consenso quanto à concretização do projeto ideológico do Estado Novo, isto é, sobre a defasagem entre o discurso totalizador da vontade nacional organizada e seu conteúdo de proteção ao trabalho, esvaziado, na prática, pelos empresários. Estes, em nome dos interesses gerais da nação, “cediam” ao Estado, no entanto, o agenciamento de seus próprios interesses, enquanto aquele delimitava ao severo controle da movimentação operária<sup>244</sup>.

O nacionalismo, no período, integrou discursos governamentais e justificou suas realizações, mobilizando amplos setores na tarefa de solucionar os problemas sociais. Também legitimou a identidade de alguns grupos que se encontravam entre a solução de seus

---

<sup>241</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226, p. 33.

<sup>242</sup> *Id.*

<sup>243</sup> *Id.*

<sup>244</sup> *Ibid.*, p. 38.

problemas e a dos problemas nacionais, além de corresponder ao próprio Estado nacional, demonstrando sua importância para a consolidação do regime político e da aliança entre os novos parceiros do poder, distanciando-se da pura rejeição ao capital estrangeiro<sup>245</sup>.

Esse modelo foi se esgotando no início da década de 1950, tendo como condicionantes fatores externos e internos. Os primeiros remetem aos efeitos da II Guerra Mundial nos regimes autoritários do Ocidente. Os segundos referem-se a: a) mobilização da sociedade contra o Estado Novo a partir do Manifesto dos Mineiros<sup>246</sup>; b) onda de liberalismo, que levava à recusa, no campo discursivo, a qualquer regime autoritário, correspondendo também à consolidação dos EUA como principal país no bloco capitalista e sua ofensiva sobre o mercado mundial, ao enaltecimento do fim de todo protecionismo, a um retorno ao livre-cambismo nas trocas internacionais, ressaltado na Conferência de Bretton Woods em 1945, e também como justificativa para o interesse das potências hegemônicas em exportar capitais para países do Terceiro Mundo, a fim de adiantar os planos de reconstrução do pós-guerra<sup>247</sup>.

No Brasil, o liberalismo serviu como bandeira de oposição ao Estado Novo, aglutinando setores tradicionalmente ligados ao setor agroexportador, importadores e segmentos da classe média dos principais centros urbanos. Isso levou à formação da UDN (União Democrática Nacional), convivendo com o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), a primeira de orientação liberal e os dois últimos de orientação varguista. A autora também destaca que

[...] existia – a nível internacional – uma pressão significativa contra “modelos de desenvolvimento econômico” baseados em soluções de tipo nacionalista contendo forte viés intervencionista protecionista por parte do Estado, como o era o caso brasileiro<sup>248</sup>.

Essas questões levaram a um processo de redemocratização, marcado por continuidades e rupturas, das quais destacamos apenas que existia uma oposição liberal ao regime, a partir da UDN, com raízes elitistas e conservadoras, que atuava principalmente a partir do discurso moralizante anticorrupção ou do golpismo, evocando para si um papel de

<sup>245</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226, p. 38.

<sup>246</sup> Lançado em outubro de 1943 por membros da elite liberal de Minas Gerais, defendia o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, e tinha entre seus 92 signatários nomes como Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Artur Bernardes e Afonso Arinos de Melo Franco (FGV CPDOC. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) – Manifesto dos Mineiros*, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>. Acesso em: 13 abr. 2021).

<sup>247</sup> MENDONÇA, 2012, *Op. cit.*

<sup>248</sup> *Ibid.*, p. 40.



“eterna vigilância”, de baluarte das forças anti intervencionistas, anti estatizantes e pró capital estrangeiro, reverberando o sistema econômico presente na conjuntura internacional do pós-guerra. Em meio a críticas e à conjuntura desfavorável, de que forma se daria continuidade ao processo de industrialização?

A saída encontrada foi a de ressaltar sua face nacionalista, a intervenção estatal e a recusa do capital estrangeiro no país, exceto quando imprescindível, por meio da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 20 de junho de 1952<sup>249</sup>, e da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S. A.), em 03 de outubro de 1953, e que estiveram no centro de uma polêmica entre dois projetos de desenvolvimento conflitantes: o primeiro, evocando uma associação com o capital estrangeiro; o segundo, buscando promover o capitalismo nacional tendo por base sérias restrições à entrada de tecnologia e capitais externos, capitaneado por setores da classe média, pequena burguesia industrial, do Exército e intelectuais. Na prática, o Estado teve sua postura nacionalista inviabilizada pelas próprias contradições inerentes ao modelo da industrialização restringida: a crise de divisas foi contornada pela via de emissão monetária e da inflação, esta última favorecendo a mobilização política. Os setores conservadores, por sua vez, pressionavam para a adoção de medidas austeras de estabilidade financeira e social, impedidas pela política trabalhista. A abertura da economia ao capital estrangeiro foi a solução encontrada, levando à implantação de um novo modelo de acumulação que consolidou o capitalismo brasileiro, redefinindo e aprofundando a dependência<sup>250</sup>.

De acordo com o economista Guido Mantega<sup>251</sup>, os princípios da Economia Política brasileira foram marcados por um forte debate ao longo dos anos 1950 e 1960, período de consolidação do Brasil urbano-industrial, quando as ideias de grupos em ascensão, como os novos segmentos sociais vinculados à acumulação industrial, se contrapunham às dos velhos grupos ligados aos interesses agroexportadores, em decadência. Chamada de *controvérsia sobre o desenvolvimento econômico*, tal discussão ocorreu entre os defensores do liberalismo econômico, buscando garantir a “vocação agrária” do país, e os defensores do desenvolvimentismo, chamando atenção para a necessidade de uma intervenção estatal na economia voltada para a industrialização brasileira. Esta polêmica não era novidade, podendo

---

<sup>249</sup> Pela lei n  1.628.

<sup>250</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>251</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224.

ser encontrada no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín na década anterior<sup>252</sup>, mas a partir dos anos 1950 “ganhou a envergadura de um verdadeiro confronto teórico, com a entrada em cena de vários intelectuais e mesmo de instituições especializadas”<sup>253</sup>.

Nos anos 1950 a novidade, contudo, era a difusão das ideias advindas da Cepal, o grande centro irradiador de pensamento econômico e “bastião da industrialização” e da planeamento latino-americano. Conforme Mantega,

A importância da CEPAL reside não apenas no fato de ela ter fornecido uma teoria do desenvolvimento, dando consistência a ideias apenas esboçadas por autores como Simonsen, mas na sua direta participação na polêmica brasileira, comparecendo frequentemente nas páginas dos jornais e revistas especializadas da época, sem falar na sua contribuição para a elaboração dos planos de governo que seriam praticados na segunda metade dos anos 50<sup>254</sup>.

A industrialização, a partir de então, tornou-se *meta prioritária* para o Brasil, aderida também pelos intelectuais da esquerda. Contudo, conforme o autor, a liderança do pensamento desenvolvimentista foi do Grupo de Itatiaia, que difundiu suas ideias entre 1953 e 1956 através da publicação *Cadernos de Nosso Tempo*<sup>255</sup>. O grupo, em 1955, tornou-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura do governo Juscelino Kubitschek, e foi um local de amadurecimento do *nacional-desenvolvimentismo* enquanto “versão ligeiramente mais nacionalista do desenvolvimentismo

---

<sup>252</sup> Ocorrido entre 1944 e 1945 no âmbito da Comissão Econômica de Planejamento, o debate entre o líder industrial paulista Roberto Simonsen e o economista liberal carioca Eugênio Gudín tinha por cerne concepções distintas acerca do papel do Estado e da necessidade ou não de se industrializar o país. O debate foi demarcado pela constituição de documentos no âmbito da Comissão, o primeiro, um relatório no qual Simonsen propunha a planificação da economia brasileira, publicado em 1945, onde se estabelecia a quadruplicação da renda nacional como meta, negando a possibilidade de ser atingida por meio da livre atuação do mercado, e recomendando investimento maciço na industrialização por meio do planejamento e do protecionismo extremo do governo. Após o documento ser enviado à Comissão, foi analisado pelo relator Eugênio Gudín, que apresentou suas conclusões em março de 1945 no trabalho *Rumos de Política Econômica*. Nesse documento, refutou agudamente a ideia do planejamento, a “ideologia” de Simonsen, apresentando sugestões como a criação de um Banco Central e a atuação sistêmica da política econômica, recomendando também levantamentos de dados das Contas Nacionais e do balanço de pagamento, até então muito precários. Para Gudín, o desenvolvimento brasileiro viria mediante um aumento da produtividade, orientação acurada das poupanças em prol de formação de capital pelo setor privado e aperfeiçoamento da educação técnica. Em junho de 1945, Simonsen respondeu às críticas no livro *O Planejamento da economia brasileira*, no qual validou os cálculos do Ministério do Trabalho que Gudín havia criticado como incompletos, além de defender o planejamento em oposição à escola liberal, sugerindo o financiamento dos investimentos em 50% das reservas cambiais e a contratação de empréstimos financeiros nos EUA. O documento final desse intenso debate foi escrito por Gudín, intitulado *Carta à Comissão de Planejamento*, de agosto de 1945, que remetia, ainda, à extinção da Comissão. Nele, o autor criticou as avaliações da renda nacional, afirmando sua oposição ao planejamento e ao protecionismo (DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: SIMONSEN, Roberto; GUDÍN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010. pp. 19-34).

<sup>253</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224, p. 12.

<sup>254</sup> *Id.*

<sup>255</sup> Contou com nomes como Octávio Gouveia de Bulhões, Glycon de Paiva, Alexandre Kafka, Tristão de Cunha, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, entre outros.

na sua formação cepalina”<sup>256</sup>, reunindo intelectuais progressistas. Dessa tradição surgiram Celso Furtado e Ignácio Rangel, o primeiro, responsável por traçar as linhas mestras do *processo de substituição de importações*, e o segundo, o caráter oligopolista da economia brasileira, nas esferas de comercialização da produção agrícola e no recém-fundado parque industrial.

Conforme Sonia Mendonça<sup>257</sup>, dentro do ISEB, a burguesia nacional foi colocada como agente do desenvolvimento brasileiro. Ali, buscou-se definir um projeto de industrialização próprio e correspondente à sua concepção de nacionalismo. Preconizava-se uma associação entre o capital estrangeiro, a iniciativa privada nacional e o controle estatal dos recursos básicos. Não houve defesa da industrialização autônoma, nem uma oposição à intervenção do Estado e do capital estatal no processo produtivo, mas eram estabelecidos limites ao controle público dos meios de produção – esta esfera seria o domínio prioritário da iniciativa privada e o governo investiria apenas nas áreas onde o volume de recursos ultrapassasse a capacidade da burguesia ou onde tivessem problemas de segurança nacional.

Nesse período, ocorreu uma ruptura quase que total com o modelo varguista, sendo redefinido o setor industrial privilegiado pelo Estado. Agora, com JK, a industrialização seria preconizada pelo setor de bens de consumo duráveis ou Departamento III, composto pelas indústrias de automóveis, eletrodomésticos e similares<sup>258</sup>. Foram estabelecidas novas estratégias de financiamento da industrialização brasileira, condicionada a orientação por alguns fatores, como a concentração de renda resultante do modelo anterior, que incentivou a formação interna de capitais e a alteração do perfil da demanda nacional; as transformações do mercado interno nacional, derivadas da atração de contingente populacional do campo para as cidades, ampliando a massa total de poder aquisitivo, acarretando também em um inchaço no conjunto de trabalhadores aptos a consumir com salários baixos; e o crescimento do setor terciário urbano, produzindo também uma relevância na figura do técnico como

requisito racional e científico do desenvolvimento econômico, como também uma modalidade de legitimação do intervencionismo e do planejamento estatais. A estes, o técnico emprestava sua capacitação, neutralidade e, especialmente, o seu suposto apoliticismo. Inversamente, isto fazia dele um profissional bem remunerado, apto a consumir certos artigos mais sofisticados, como eletrodomésticos ou automóveis<sup>259</sup>.

---

<sup>256</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224, p. 13.

<sup>257</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>258</sup> *Id.*

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 47.

Internacionalmente, a partir dos anos 1950 se delineou uma estabilidade nos países após a reconstrução do pós-guerra, o que gerou uma busca de novas oportunidades lucrativas de exposição de capitais. O chamado Terceiro Mundo, nesse sentido, apresentava recursos abundantes, e isso possibilitou uma reorientação da política econômica brasileira. De forma geral, a maior diferença em relação ao modelo anterior estava nas formas de financiamento, pois houve uma opção pela internacionalização da economia brasileira, com abertura ao capital estrangeiro por meio de empréstimos e investimentos diretos. Sonia Mendonça chama essa forma de *Modelo de Capitalismo Dependente-Associado*.

Seguindo seus argumentos, o planejamento estatal possibilitou a criação da mais séria e ambiciosa experiência de planejamento integrado: o Plano de Metas, advindo dos diagnósticos do grupo Cepal-BNDE, em 1952. A partir dele ocorreu uma integração inédita entre as atividades do capital público e privado nacional e estrangeiro, sob comando do governo, por meio de um planejamento definidor das prioridades de investimento e estratégias para direcionar os recursos privados para essas áreas. O Estado adquiriu novas funções e esferas de atuação, como um “banqueiro” do capital privado por meio de agências públicas de financiamento de crédito industrial e proprietário. Dessa forma, promoveu-se uma estatização formal da economia, cujo fundamento estava no Estado como importante produtor direto nos setores estratégicos e controlador indireto de faixas expressivas de decisão privada<sup>260</sup>.

A curto prazo, o Plano de Metas pretendia acelerar o processo de acumulação capitalista pela ampliação da produtividade dos investimentos já realizados e futuros. A médio prazo, tinha como objetivos elevar o nível de vida da população pela abertura de novas frentes de emprego e estabelecimento de novo modo de viver. Composto por 31 metas, direcionava-se para setores chave, como: energia (energia elétrica, nuclear, de carvão e petróleo), transportes (estradas de ferro, rodagem, portos, barragens, marinha mercante e transportes aéreos), alimentação (trigo, fertilizantes, instalação de armazéns, silos, frigoríficos, matadouros e mecanização da agricultura) e indústrias de base (aço, alumínio, metais não-ferrosos, cimento, papel e celulose, borracha, ferro, veículos motorizados, indústrias de construção naval, maquinaria pesada e equipamentos elétricos). A construção de Brasília era o ponto central do Plano, e com ela “[...] se lograva capitalizar politicamente o debate em torno das realizações do Programa de Metas, produzindo-se ‘efeitos mágicos’ sobre a população das grandes e médias cidades, engajada no sonho da modernização e de um novo *way of life*”<sup>261</sup>.

---

<sup>260</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p. 52.

A autora demonstra que a implementação do Plano se desdobrou numa política econômica baseada em peças-chave, tais como: um tratamento favorável à entrada de capital estrangeiro sob a forma de investimentos ou empréstimos; o aumento da intervenção direta do setor público na formação interna de capitais pela arrecadação tributária ou pelo financiamento inflacionário; a canalização dos recursos privados para áreas estratégicas, a partir de concessões de longo prazo de amortização e taxas negativas de juros pelo Estado; e a busca da estabilidade da taxa de inflação. Politicamente, os projetos seriam aprovados mediante as observações do Congresso Nacional que, no período, gozava de poder considerável sobre questões financeiras e econômicas, estando nele representadas forças em equilíbrio sempre precário, remetendo ao pacto populista.

Com o Plano de Metas foram obtidos êxitos quantitativos, mas contradições também foram acentuadas. Para Mendonça, ocorreu um favorecimento do processo de concentração do capital e das empresas com a instalação de filiais de multinacionais que, com superioridade tecnológica e de capitais, levou a requerer fornecimentos de outros setores industriais em grande intensidade, que poderia ser atendido apenas com investimentos de alto porte. Dessa forma, instalou-se um padrão de eficiência da grande empresa industrial que vedava oportunidades de pequenos capitais, conhecido como oligopolização. Além disso, verificou-se um descompasso na integração dos três setores industriais, com ritmos de crescimento condicionados por vantagens financeiras e técnicas específicas<sup>262</sup>.

Surgiu, então, uma nova crise, do Balanço de Pagamentos, tendo como expressão uma

relação conflituosa entre uma industrialização baseada na produção de bens duráveis que se realizavam no mercado interno, e o fato de sua propriedade ser do capital estrangeiro, que necessitava retornar às matrizes externas sob a forma de lucros, juros e dividendos. Como a inflação foi a estratégia do governo para gerar recursos internamente, nossa moeda se desvalorizara<sup>263</sup>.

O aspecto mais negativo dessa crise foi, conforme a autora, a brutal concentração de renda. É interessante destacar que se entre 1940 e inícios de 1950 ocorreu uma expansão do intervencionismo estatal na economia, 1955 foi caracterizado pela participação do capital estrangeiro na promoção do desenvolvimento nacional. Isso levou, ao longo do tempo, a várias compreensões de nacionalismo, conforme os interesses em jogo<sup>264</sup>. O *nacionalismo-*

---

<sup>262</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>263</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>264</sup> A autora elenca três vertentes: a primeira, o *nacionalismo liberal*, que preconizava a necessidade de abertura para o capital estrangeiro, devendo atuar sem controles do Estado – era propagado pela UDN e os setores que

*desenvolvimentista*, capitaneado pela gestão Juscelino Kubistchek, buscava conciliar as novas tendências com os interesses dos setores sociais que combatiam o radicalismo nacionalista do período anterior, como a burguesia industrial brasileira. Justificava-se por uma ênfase no termo *desenvolvimentista*, o que coadunava interesses diversos.

Contudo, o nacionalismo-desenvolvimentista também ocultava a dependência crescente de investimentos maciços de capital e tecnologia externos, bem como o estabelecimento do regime burocrático-autoritário pelo progressivo reforço do Executivo e o obscurecimento do papel político dos empresários industriais, “dando margem a uma visão distorcida sobre suas articulações políticas com as empresas estatais e as multinacionais”<sup>265</sup>, criando e propagando para elas uma representação de liderança em uma ampla aliança política que iria envolver as massas urbanas e o campesinato na luta contra o capital estrangeiro. O ISEB foi responsável por elaborar o discurso nacional-desenvolvimentista. Para a autora,

O fundamento último do desenvolvimento era a manutenção da ordem e a afirmação dos valores capitalistas, ocidentais e cristãos. Acenando com a promessa de um futuro melhor, o nacional-desenvolvimentismo pregava as armas do trabalho como instrumentos da “revolução”, voltada para a afirmação do progresso e a remissão da miséria social. Para esta empresa todos os setores da sociedade estavam convocados e todos os sacrifícios seriam válidos<sup>266</sup>.

Nesse sentido, o desenvolvimentismo serviu de ideologia de controle dentro da própria classe trabalhadora, desviando suas ações em favor dos interesses específicos da classe ou da luta contra o sistema para os problemas do desenvolvimento econômico e das reivindicações democráticas globais. Isso foi possível por alguns fatores, como a associação entre o novo tipo de empresa e o novo tipo de trabalhador e uma absorção brusca de trabalhadores jovens sem tradição de lutas ou vivência urbana, junto à preponderância dos migrantes rurais. O nacional-desenvolvimentismo trouxe a “necessidade de industrialização a todo custo”, sendo entendida como um modo de vida. Isso levou a que os setores menos politizados do operariado estivessem preocupados com a manutenção desse estilo de vida a partir da defesa da industrialização, tornando-se consumidores. Suas reivindicações passaram

---

representava. A segunda, denominada *nacionalismo radical*, na qual se inseria a teoria da substituição de importações, com rejeição ao capital externo na industrialização brasileira, já que este reforçaria a subordinação dela aos centros capitalistas – representada pelo PCB, por setores de esquerda do PTB e remanescentes varguistas. A terceira, *nacionalismo-desenvolvimentista*, admitia a necessidade do capital estrangeiro, mas submetido aos controles do Estado. Foi vitoriosa a partir de JK.

<sup>265</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226, p. 61.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 64.

a ser uma maior integração à sociedade global, ao invés das pautas do sindicalismo político, voltadas para a luta de classes e a expropriação do capital privado nacional<sup>267</sup>.

O projeto desenvolvimentista, dessa forma, encobria a articulação política da burguesia nacional, que criava núcleos alternativos de representação de interesses, como os grupos paulistas que se organizaram em associações civis paralelas à estrutura sindical oficial, tendo como exemplo a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (Abdid). A burguesia, portanto, tinha uma dupla representação: na estrutura oficial para resolver conflitos trabalhistas e na estrutura paralela, com mais recursos, para acessar diretamente certos ramos do aparelho burocrático do Estado. Ela também criou núcleos autônomos de expressão dentro da própria organização corporativa oficial, como o Fórum Roberto Simonsen-Fiesp-Ciesp (1955), para homogeneizar e formar a opinião dos membros da classe. Esse fórum era frequentado por isebianos entre 1955 e 1962, e nos antecedentes do Golpe de 1964, pela Escola Superior de Guerra (ESG). Para a autora, “os empresários brasileiros demonstravam, em seu comportamento, a natureza instrumental da ideologia nacionalista veiculada por agências do Estado visando ao controle político das massas urbanas”<sup>268</sup>.

No campo da Economia Política, retomando o argumento de Guido Mantega, as teorias de Celso Furtado e Ignácio Rangel convergiam no diagnóstico da realidade brasileira e na proposta de “estratégias de desenvolvimento parecidas [...], revelando a adoção dos mesmos pressupostos teóricos neoclássicos e keynesianos”<sup>269</sup>. Desses debates surgiu o primeiro modelo analítico da economia política brasileira, o *Modelo de Substituição de Importações*, que teve reflexos nas efetivações do desenvolvimento a partir de programas e projetos durante a Ditadura Militar.

O campo da esquerda no período era povoado pelos debates da teorização furtadiana, mas também pelas análises do Partido Comunista Brasileiro (PCB), buscando uma interpretação marxista da realidade brasileira, a partir dos textos de Vladimir Lênin, especialmente sua proposta de uma revolução democrático-burguesa, formulada em 1905, bem como as teses da III Internacional para os países coloniais e atrasados, “ressaltando o caráter semifeudal da agricultura brasileira”, e ainda a importância do imperialismo na perpetuidade do atraso<sup>270</sup>. Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães foram os

---

<sup>267</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226, p. 64.

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 68.

<sup>269</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224, p. 13.

<sup>270</sup> *Id.*

principais expoentes dessa tese nos fins dos anos 50, propondo um modelo interpretativo denominado por Mantega como *Modelo Democrático-Burguês*.

As principais características desse modelo não divergiam completamente do *Modelo de Substituição de Importações*, inclusive com muitas ideias em comum. Contudo, diferenciava-se na ênfase política, pois a substituição de importações era relacionada por seus teóricos às questões técnicas do desenvolvimento<sup>271</sup>. Nos anos 1960, porém, ambas as correntes entraram em crise, derivada da falta de resultados sociais da política econômica desenvolvimentista, recebendo críticas externas e internas. No PCB, por exemplo, ocorreram dissidências entre aqueles que se identificavam com as teses da IV Internacional, vinculadas a León Trotsky, especialmente no que concerne ao caráter conciliatório com a burguesia e a via pacífica para o socialismo, o que resultou na criação de novas organizações para partidárias, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A crítica mais contundente veio do historiador Caio Prado Júnior, que se opunha na obra *A Revolução Brasileira* à tese do caráter semifeudal ou pré-capitalista das relações econômicas vigentes no campo brasileiro: para ele, era uma agricultura capitalista “originária dos interesses do capital comercial europeu que colonizara nosso país e que em grande medida ainda nos relegava à condição de semicolônia fornecedora de produtos primários”<sup>272</sup>, o que comprometia uma revolução democrático-burguesa, já que o país já estava em pleno capitalismo. Conforme Mantega,

Com base na tese do capitalismo colonial de Caio Prado Jr. floresceu uma nova concepção da sociedade brasileira que descartava o “reformismo” do PCB e defendia a ideia de que essa situação era o típico produto da expansão capitalista mundial. Tratava-se, isto sim, de um “subdesenvolvimento capitalista” decorrente da forma como o imperialismo explorava o excedente do país<sup>273</sup>.

Esse debate propiciou a difusão de ideias de outros pensadores, preocupados em entender como o Brasil, sendo capitalista e subdesenvolvido, produzia seu excedente nacional. André Gunder Frank, trazendo ao país as ideias de estadunidenses ligados à nova esquerda, como Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff e Leo Huberman, e Rui Mauro Marini, com a teoria da superexploração dos trabalhadores periféricos, possibilitaram a criação da tese do *subimperialismo brasileiro*, segundo a qual a precariedade do mercado

<sup>271</sup> Destacamos que posteriormente, nessa tese, apontaremos nossas considerações a respeito desse debate entre política, técnica e ciência e como uma orientação *racional* das políticas de desenvolvimento, consubstanciadas em programas, planos e projetos apresentava o argumento técnico como neutro e superior em relação às outras formas de compreender a realidade, suprimindo estratégias locais e eficazes de sustentabilidade de modos de vida.

<sup>272</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224, p. 15.

<sup>273</sup> *Id.*



interno, advinda da dupla exploração dos trabalhadores pela burguesia local e pela burguesia imperialista, que não conseguiam consumir as mercadorias da indústria nacional, levaria o país a invadir os mercados vizinhos menos desenvolvidos. A tese do *subimperialismo brasileiro*, a tese do *capitalismo colonial* e a tese do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* compuseram as bases do que foi denominado pelo autor como *Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista*<sup>274</sup>.

Suas principais características consistiam na ideia do desenvolvimento desigual e combinado do mundo capitalista, advinda das formulações de Trotsky presentes nas teses da IV Internacional. Segundo essa ideia, a condição eterna de subdesenvolvimento seria relegada aos países ditos atrasados, estando submetidos à influência do imperialismo, “passando pela concepção catastrofista do capitalismo monopolista, e também pela ideia da superexploração do trabalho na periferia, tudo isso conduzindo os países capitalistas atrasados como o Brasil a apenas duas perspectivas políticas possíveis: socialismo ou fascismo”<sup>275</sup>. Theotônio dos Santos foi também um dos principais teóricos dessa vertente de pensamento e, segundo os intelectuais da corrente, “não havia possibilidade de um maior avanço do capitalismo no Brasil, em face da dominação imperialista, estando o país condenado ao subdesenvolvimento e à superexploração dos trabalhadores locais, o que implicava a necessidade de regimes autoritários para controlar a situação”<sup>276</sup>.

Noutro sentido, na segunda metade dos anos 1960, surgiram estudos que apontavam para a possibilidade de concretização de um desenvolvimento capitalista nesses países, embora dependente e associado ao capital estrangeiro, o que lançou bases para uma construção teórica importante e duradoura no pensamento econômico brasileiro e latino-americano. A *Teoria da Dependência* consolidou-se nos anos 1970 a partir de autores como Francisco de Oliveira, Paul Singer e Maria da Conceição Tavares. Conforme Guido Mantega, “os principais teóricos da dependência renunciavam a possibilidade de um novo ciclo expansivo de acumulação do capital no Brasil<sup>277</sup>” bem antes do chamado *milagre econômico*<sup>278</sup>, “a partir de uma análise que privilegiava os condicionantes internos da

---

<sup>274</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224.

<sup>275</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>276</sup> *Id.*

<sup>277</sup> *Id.*

<sup>278</sup> Entre 1967 e 1973 foram alcançadas taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, decorrentes da política econômica dirigida por Delfim Neto, Ministro da Fazenda, e de uma conjuntura econômica favorável. Adveio, ainda, de diagnósticos e políticas adotados entre 1964 e 1966 por Otávio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda no período Castelo Branco, e Roberto de Oliveira Campos, Ministro do Planejamento no mesmo período, acionados no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). O Milagre

dinâmica social”<sup>279</sup>, ou seja, os interesses e a luta de classes, de acordo com o pioneiro trabalho de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de 1967.

Esse era o período da Ditadura Militar, em pleno vigor, e seus teóricos também assinalaram suas teses no debate da Economia Política Brasileira. Veremos suas principais construções e críticas a seguir.

## 2.2 Aspectos gerais dos governos militares

Desenvolver, nos termos contemporâneos, está relacionado a uma imposição, ao uso de força física ou simbólica para a execução de um objetivo. Os caminhos do desenvolvimento no Brasil, insistimos, são complexos e contraditórios, na expressão de Alfredo Bosi<sup>280</sup>. E é interessante que o autor que caracterizou *colônia, culto e cultura* nos sirva para entender como a Amazônia foi sendo interpretada nessa discussão tão duradoura pois, ao longo do tempo, é disso que se trata o desenvolvimento amazônico: colonizar, transformar, implantar outro sentido para terra e gente.

Pere Petit<sup>281</sup> divide a Ditadura Militar em três fases: 01) de abril de 1964 a dezembro de 1968; 02) da implementação do AI-5 em dezembro de 1968 ao fim do mandato de Emílio Garrastazu Médici em 1974; e 03) do início do mandato de Ernesto Geisel até o fim do regime, em 1985. O primeiro momento foi o da consolidação da hegemonia das Forças Armadas em instituições políticas, a partir de mudanças no sistema eleitoral, suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos de concorrentes<sup>282</sup>. Nesse período também foram implementadas mudanças na política de incentivos fiscais, que passaria a abarcar os projetos agropecuários, ao invés apenas dos industriais. O estabelecimento desse contexto referia-se a

---

deu-se, ainda, mediante a recessão provocada pelo governo nos anos anteriores, que gerou maior concentração de capitais em torno dos grandes grupos monopolísticos de capital estrangeiro e do sistema financeiro, além do investimento público em grandes obras. Além disso, foi financiado pelo endividamento externo e pelo arrocho salarial e superexploração da força de trabalho, controlada por sindicatos submissos ao governo, o que elevou os lucros. No período entre 1968 e 1976 o PIB cresceu mais que 10% por ano, chegando ao recorde de 14% de variação anual em 1974, mas a classe trabalhadora não acessava esses valores, pois, se em 1960, os 50% mais pobres da população brasileira ficavam com apenas 17,7% da renda nacional, em 1980, tinham apenas 13,5% da renda, enquanto os 5% mais ricos subiram de 27,7% da renda em 1960 para 34,7% em 1980 (MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2008).

<sup>279</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224, p. 16.

<sup>280</sup> BOSI, Alfredo. *Colônia, culto e cultura*. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 11-63.

<sup>281</sup> PETIT, Pere. Partidos e eleições no Pará nos tempos da Ditadura Militar. In: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga Editora, 2018. pp. 283-307.

<sup>282</sup> *Id.*

uma estratégia de integração nacional, considerando a Amazônia como um problema geopolítico, sendo necessário ocupar e proteger a região da cobiça internacional, no pensamento autoritário. Haveria um grande desequilíbrio entre a Amazônia e o Centro-Sul, a partir retórica ditatorial, que deveria ser corrigido por meio de uma ação incisiva do poder central<sup>283</sup>.

O segundo momento remete ao chamado Milagre Econômico e à repressão dirigida aos opositores do regime, como militantes de esquerda, inclusive os que foram para a luta armada, sendo um dos mais fortes exemplos a Guerrilha do Araguaia<sup>284</sup>. O terceiro, por sua vez, possuiu as particularidades da liberalização política, com a extinção do AI-5, a anistia, o fim do bipartidarismo, a legalização de novos partidos e as eleições estaduais e municipais de 1982<sup>285</sup>.

As políticas econômicas dos distintos governos militares contaram com diferentes agentes responsáveis por sua concepção e implementação. Da primeira ação para a segunda, contudo, foi percorrido um longo caminho, com retornos, paradas e desvios. Nesse tópico abordaremos aspectos gerais dos diferentes governos militares que vigoraram entre 1964 e 1985 no Brasil, relacionando também às gestões estatais no Pará, em suas definições variadas, em tempos de intervenções. Nessa viagem por distintos campos disciplinares, encontraremos as condicionantes gerais e específicas para a atuação dos cientistas situados nas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento instaladas no Pará, durante a Ditadura Militar.

Para Guido Mantega, os mentores intelectuais do *Modelo Brasileiro de Desenvolvimento* estavam em posição contrária aos referidos no tópico anterior, tendo colocado em prática tal modelo a partir do Golpe de 1964. Eram pensadores mais conservadores que passaram a adaptar a teoria neoclássica liberal às necessidades de intervenção do Estado numa economia de acumulação incipiente,

---

<sup>283</sup> PETIT, 2003, ref. 15.

<sup>284</sup> Ocorrida entre 1972 e 1974 no sudeste do Pará, parte do Maranhão e norte do atual Tocantins, a Guerrilha do Araguaia foi um conflito marcante e violento, deixando heranças, como a repressão aos movimentos sociais, perpetuada na Redemocratização, bem como estruturas repressivas. No período da Guerrilha, em Marabá, por exemplo, foi montada uma rede de repressão aos militantes do PCdoB, com a formação de quartéis e setores do Centro de Inteligência do Exército (CIE), como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), apontado por camponeses e ex soldados que por ali passaram como um centro de prisão clandestino, nomeado à época de Casa Azul. Alguns nomes de antigos combatentes são conhecidos na posteridade, como Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e Dinalva Oliveira Teixeira (Dina) (LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiago da. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. *Sæculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, p. 83-102, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.41123>. Acesso em: 20 abr. 2024).

<sup>285</sup> PETIT, 2018b, ref. 281.

seja por meio do suporte direto e indireto à acumulação privada, seja por meio da implantação de empresas estatais, e, sobretudo, a partir da firme regulação da força de trabalho, restringindo salários e potenciando os lucros<sup>286</sup>.

Inovando as elaborações de Eugênio Gudín, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen construíram argumentos que garantiram a maximização da acumulação monopolista. Suas trajetórias foram marcadas por um conhecimento interno de instituições no campo do Estado, como o BNDE. Roberto Campos, por exemplo, tornou-se o grande mentor da política econômica pós-1964, estando à frente do Ministério do Planejamento. Não publicou muitas obras, e esse modelo “conservador” começou a ser teorizado apenas a partir de seus primeiros frutos, à época do chamado Milagre Econômico.

Sonia Mendonça afirma que, no início de 1960, as elites industriais estavam coesas e diferenciadas, possuindo atuação autônoma em relação à estrutura corporativa e tendo se afastado de qualquer projeto nacionalista que levasse a uma recusa do capital estrangeiro ou ao estímulo à mobilização das massas, podendo recusar o pacto populista<sup>287</sup>. Nessa década acumulavam-se contradições do período anterior e, em 1962, com a ocorrência de uma crise de consolidação do capitalismo no Brasil, houve uma quebra do dinamismo da acumulação brasileira com a diminuição no ritmo dos investimentos industriais, nos moldes de uma crise clássica de realização da produção ou subconsumo.

A autora lança mão de alguns elementos para identificar a crise, tais como um esgotamento do fôlego da substituição de importações pela impossibilidade de um novo pacote de investimentos, derivado de uma relação negativa entre excedentes e salários numa conjuntura inflacionária na qual as sucessivas correções dos salários monetários, onerando a folha de custos dos empresários, diminuíram seus lucros. Além disso, houve uma insuficiência de capitais e inversões derivada do possível aumento de outros gastos industriais que não salários. Essa seria uma típica crise do capitalismo monopolista, derivada da impossibilidade de o conjunto do capital social valorizar-se a não ser em taxas decrescentes, o que gerou uma massa de capital inativa cuja destruição era condição prévia para nova expansão produtiva. Portanto, a acumulação capitalista tinha dois fatores que a impediam: a impossibilidade momentânea do Estado realizar novos investimentos e as manifestações políticas de cunho populista<sup>288</sup>.

---

<sup>286</sup> MANTEGA, 1984, ref. 224, p. 17.

<sup>287</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>288</sup> *Id.*

Nesse momento, as reformas de base apresentavam-se como uma necessidade, mediante as quais o país poderia se restabelecer. Note-se também que o Poder Executivo estava num momento de esvaziamento generalizado de poder e autoridade, acentuado pela crescente ampliação de forças sindicais e militares. Os setores detentores do capital, por sua vez, responderam a esse processo alinhando-se à direita, ao lado de uma solução militarista, com a condição de que se restabelecessem as fontes do investimento público e privado. Dessa forma, o Golpe de 64 foi uma redefinição do pacto de poder no país<sup>289</sup>.

Mendonça identifica uma articulação entre militares e empresariado industrial em torno do complexo ESG-IPES-IBAD, mobilizando a formação de consenso a partir da Doutrina de Segurança Nacional<sup>290</sup>, além de uma campanha voltada para a opinião pública em torno do comunismo como ameaça real para o país e suas instituições, como a família, a fé cristã e a pátria. A legitimidade do Golpe de 1964 foi angariada, portanto, junto a setores como as classes médias, e representou um afastamento de setores mais retrógrados das classes dominantes, substituídos pela burguesia industrial e financeira, também promovendo um esmagamento e desarticulação das forças populares, agora submetidas a novos instrumentos de “paz social”, como a nova legislação trabalhista e salarial e a repressão. Nesse sentido, “somente nos quadros de um regime político de exceção a continuidade do modelo econômico inaugurado em 1955 estaria garantida”<sup>291</sup>.

Contudo, o modelo econômico em vigor na Ditadura Militar tinha problemas iniciais significativos, como a falta de investimentos em volume adequado ao porte da estrutura produtiva, que precisavam ser criados e estimulados pela nova configuração de poder, a fim de combater a inflação galopante. A maneira encontrada, como sabemos, foi a promoção da

---

<sup>289</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>290</sup> A Doutrina de Segurança Nacional gira em torno de quatro conceitos fundamentais, a saber, os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. Objetivos nacionais referem-se à integridade territorial, ligada à preservação territorial da nação; integridade nacional, para consolidar a comunidade nacional em torno do espírito de solidariedade e preservação de valores brasileiros e cristãos; preservação da democracia; conquista do progresso; manutenção da paz social; e garantia da soberania, assegurando autodeterminação e coexistência da nação mediante as outras. De acordo com Bruno Bruziguessi Bueno, “[a] DSN se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos aqueles condizentes com o ideário revolucionário, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os ‘cidadãos de bem’” (BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 2014, v. 2, n. 1, p. 47-64. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3311/3482>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>291</sup> MENDONÇA, 2012, *Op. cit.*, p. 75. Thomas Skidmore informa que desde 1940 o PIB brasileiro crescia numa taxa de 6% ao ano, contudo, a continuidade do desenvolvimento do país estava comprometida por uma infraestrutura precária (SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985*, São Paulo, Paz e Terra, 2000).

intensificação da exploração do trabalho e concentração de empresas e capital. Dessa forma, entre 1962 e 1967 os trabalhadores sofreram os custos da reestruturação econômica do país promovida pela Ditadura, perdendo sua capacidade de sustento a partir do salário real, o que favoreceu a concentração de renda e a reprodução do capital<sup>292</sup>.

Com a implementação na nova legislação salarial e trabalhista de 1965, foram transferidos os recursos para a indústria, sujeitando os trabalhadores a programas de poupança forçada. Também foi sendo formado um novo tipo de sindicato, com estrutura organizacional que impedia a criação de uma base forte de reivindicação da classe trabalhadora a partir da atuação de sindicatos tutelados e da constituição de um sistema corporativo que foram responsáveis pela construção de uma coesão social em torno dos objetivos da Ditadura.

A retomada da acumulação no pós-64 veio, ainda, a partir de uma política intencional do governo de favorecer a grande empresa, também relacionada à perda de influência política dos pequenos empresários e a ênfase na racionalidade do desenvolvimento, significando a construção de uma nova mística que transformava eficiência econômica em sinônimo de grande empresa. Além disso, estabeleceu-se uma nova estratégia entre Estado e empresários com o intuito de facilitar a organização e a gestão da vida econômica baseada no predomínio de poucas e grandes empresas de cada setor. Isso levava a um estrangulamento da pequena empresa, incapaz de arcar com novos impostos como o Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM), e o tabelamento que fixava os preços industriais abaixo do seu próprio custo de produção<sup>293</sup>.

Nesse período inicial foram redefinidas as funções econômicas do Estado, que agora passava a ser um captador da poupança interna nacional, produtor e distribuidor desses recursos captados por meio de mecanismos como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), destinados a financiar a formação de capital fixo das empresas privadas, repassado das instituições públicas. Além disso, com a alteração da política fiscal, buscava-se uma equiparação de recursos adicionais para o desempenho de novos papéis. Com a Ditadura, ampliou-se o setor produtivo estatal, elevaram-se os investimentos em ramos industriais estratégicos (siderurgia, química básica e energia) e nisso foram estabelecidos mais

---

<sup>292</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>293</sup> *Ibid.*

outros caracteres das novas funções do Estado, como gerente dos ativos financeiros e garantidor do capital financeiro privado<sup>294</sup>.

Externamente, alguns fatores possibilitaram a retomada da acumulação, como a grande liquidez do mercado financeiro internacional entre 1962 e 1973, que possibilitou a dilatação dos prazos de pagamento de empréstimos e de diminuição das taxas de juros. A internacionalização e a desnacionalização foram as categorias definidoras da atuação econômica do Estado no período, sendo a empresa multinacional a grande fornecedora do processo expansivo do Milagre.

Alguns aspectos mais gerais relativos aos distintos governos militares abarcados no período 1964-1985 sob a definição de Ditadura Militar são necessários para entendermos as configurações do desenvolvimento na Amazônia, especificamente no Pará, e como cientistas ligados a instituições de promoção e/ou crítica aos projetos de desenvolvimento atuaram no período. Thomas Skidmore<sup>295</sup>, a respeito do primeiro governo militar, afirma que o General Castelo Branco representava os oficiais ligados à Escola Superior de Guerra com tendência mais moderada do que a linha dura, defendendo a livre iniciativa em associação à “necessidade” de um governo forte, uma política externa anticomunista e tendo nas soluções técnicas a forma de efetuar as mudanças necessárias a curto prazo que somente seriam possíveis por meio de um governo arbitrário. Seu ministério, dessa forma, foi uma combinação de conservadores e tecnocratas.

Em nossa pesquisa, a figura dos tecnocratas é de suma importância para entendermos de que maneira decisões consideradas técnicas ou científicas tiveram representação nas deliberações a respeito do desenvolvimento. Nas fontes, um sinônimo para os tecnocratas são os *tecnologistas*, que faltavam para a Amazônia, conforme alguns autores. Ambos envolvidos pelo véu da Ciência e da Tecnologia, ou C&T, característica do período, elaboraram ações de transformação radical do mundo amazônico justificadas pela necessidade de implementação do desenvolvimento.

### **2.3 Economia e desenvolvimento entre 1964 e 1970**

O período abordado nesse item refere-se a três governos no âmbito da Ditadura Militar: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e o início do governo Médici

---

<sup>294</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>295</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291.

(1969). Optamos por reunir em um único item esses três momentos, por considerarmos os programas de desenvolvimento voltados para a Amazônia de cada período, nem sempre construídos obedecendo ao fim de uma composição governamental. Ressaltaremos características gerais desses momentos para entendermos de que maneira o desenvolvimento foi concebido e construído no período.

Grande parte dos projetos de desenvolvimento do Brasil foi concebida em direção a regiões consideradas atrasadas, objetivando inseri-las na dinâmica nacional de crescimento capitalista e, portanto, pretendendo inserir o Brasil na corrida capitalista, tornando-o um país desenvolvido<sup>296</sup>. Norte e Nordeste brasileiro, divididos em regiões como Amazônia, Cerrado, Semiárido, Sertão, entre outras denominações, têm sido alvo recorrente de programas governamentais visando sua modificação enquanto realidade de “atraso” para “futuro moderno”. Conforme Pere Petit<sup>297</sup>, não ocorreu uma mudança abrupta entre o modelo econômico nacional-desenvolvimentista dos anos 1950 e o modelo do Regime Militar. Contudo, ocorreu um incremento na participação de capitais estrangeiros e empresas multinacionais na economia federal, o que gerou um aumento de desigualdade na distribuição da riqueza. Ainda segundo o autor,

com relação à Amazônia, embora tenham sido elaborados planos de desenvolvimento econômico a serem implementados na região e, alguns deles, postos em prática antes da implementação do Regime Militar em 1964, foi a partir de 1966, após a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), que se intensificaram as ações da Administração Federal na região<sup>298</sup>.

A equipe econômica de Castelo Branco contou com nomes como Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. O primeiro diagnóstico da “situação brasileira” foi sistematizado no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), no qual foi identificada a inflação acelerada como o principal obstáculo para o desenvolvimento. O PAEG tinha um enfoque gradualista, conforme o qual o déficit do setor público deveria ser reduzido gradualmente, o crédito privado deveria ser contraído e a estabilização dos índices salariais alcançada, objetivando, dessa forma, a redução da taxa de crescimento dos meios de pagamento, o que levaria a uma redução na taxa de inflação anual. Para Skidmore, “[...] no

---

<sup>296</sup> OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*. v. 7, n. 18, São Paulo, maio/ago, 1993. pp. 43-63. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141993000200003>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>297</sup> PETIT, 2003, ref. 15.

<sup>298</sup> *Ibid.*, p. 24.



início dos anos 60 o Brasil não possuía capacidade administrativa para implementar complexas políticas econômicas”<sup>299</sup>.

Com a nova Constituição Federal, promulgada em 1967, foram estabelecidas eleições diretas para presidente, bem como um aumento do controle federal dos gastos públicos e a proibição do Congresso de propor leis criando despesas orçamentárias ou aumentando despesas propostas pelo governo. Nela estava, ainda, uma espécie de síntese dos três Atos Institucionais e leis correlatas promulgadas até aquele momento, com a ampliação dos poderes federais no sentido de apurar e reprimir infrações contra a segurança nacional, a ordem pública e social, dentre outras das muitas “ameaças” à Ditadura. Com essa Constituição e a Lei de Segurança Nacional foi criado um sistema político que juntou ideais militares e uma legitimação constitucionalista dentro de um regime de exceção<sup>300</sup>.

Com o Decreto-Lei de fevereiro de 1967, o Executivo passou a estar submetido ao planejamento, comandado pelos militares, com a elaboração e consecução de planos plurianuais que deveriam ser revistos anualmente. Foram implementadas mudanças que criaram uma complexa rede que interligava os ministérios, tendo no presidente a figura com responsabilidade final pela formulação e controle da política nacional. Cabe destacar, seguindo o autor, que estas modificações tinham a presença do Alto Comando das Forças Armadas, do Estado Maior das Forças Armadas e do Serviço Nacional de Informações (SNI) numa espécie de assessoria ao presidente da república. Além disso, Skidmore destaca que “[...] em quase todos os gabinetes brasileiros envolvidos em decisões impopulares sobre impostos, salários ou preços, havia também a indefectível presença de um assessor americano”<sup>301</sup>.

No campo dos planos econômicos, foi de grande importância o plano decenal de Castelo Branco e Roberto Campos, com objetivo de evitar novas políticas econômicas de caráter fortuito. A partir daí houve um encorajamento à entrada do capital estrangeiro e a luta contra a inflação, reduzindo a renda dos trabalhadores. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967) era formado por sete volumes e tinha como metas reduzir a inflação, melhorar a balança de pagamentos pelo aumento das exportações e lançar as bases do desenvolvimento a longo prazo. Roberto Campos e Octávio Bulhões afirmavam, segundo Thomas Skidmore, que “o crescimento saudável requeria um setor privado funcionando com

---

<sup>299</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291.

<sup>300</sup> *Id.*

<sup>301</sup> *Ibid.*, p. 62.

eficiência. Como o ministro do Planejamento gostava de observar, o capitalismo não fracassara no Brasil; apenas nunca fora experimentado”<sup>302</sup>.

Nesse sentido, a constituição de planos de desenvolvimento a longo prazo tinha a tecnologia como componente vital, já que em meados dos anos 1960 a infraestrutura educacional e científica era inadequada para os objetivos do desenvolvimento, adotados a partir de modelos exógenos, tendo por base as sociedades que chegaram ao nível mais alto na cadeia arbitrariamente criada de hierarquização das sociedades<sup>303</sup>. No Brasil, o campo universitário até então era frequentado pelos filhos das elites econômicas e políticas, o que delimitava a criação de uma ciência universitária brasileira. Os interesses dessas elites quase nunca eram compatíveis com as necessidades mais urgentes do todo da população, o que agravava problemas sociais crônicos como a fome<sup>304</sup>. De que maneira, portanto, poderia ser alcançado o tão apregoado desenvolvimento, se as instituições de construção científica brasileira ainda não possuíam um campo de atuação compatível com as premissas de construção dessa realidade?

Conforme Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2006), a universidade brasileira tem sido, historicamente, concebida como “um bem cultural oferecido a minorias”<sup>305</sup>. Desde os anos 1950, há uma série de reivindicações em torno da Educação como direito de todos, que culminaram, na década de 1960, na denúncia do caráter arcaico e elitista do ensino superior no Brasil, feita pelo movimento estudantil encabeçado pela União

---

<sup>302</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291, p. 104. É interessante que nas formulações a respeito do desenvolvimento esse mesmo argumento é apresentado, definindo o desenvolvimento como uma realidade ainda não implementada. Contudo, como argumentaremos em momentos posteriores, embora a faceta considerada positiva do desenvolvimento seja apresentada como seu principal legitimador, a saber, avanço econômico, implantação de tecnologia, bem-estar social, todas essas consubstanciações do desenvolvimento são parciais, pois sua efetividade também é formada pela face catastrófica, ou seja, a constituição do subdesenvolvimento, de espaços aptos para a retirada de recursos, e mesmo a transformação da natureza em recurso, em detrimento das formas de sentipensar o mundo advindas dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais.

<sup>303</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61.

<sup>304</sup> Carolina Maria de Jesus, nas memórias descritas em *Quarto de despejo*, relatou o seguinte: “15 de julho de 1955. [...] Atualmente somos escravos do custo de vida”; “6 de maio de 1958. [...] O que eu avio aos pretendentes da política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la.” (JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. [S. l.]: Edição Popular, 1963, pp. 09; 26). Em *Homens e caranguejos*, o médico e geógrafo Josué de Castro revelou as complexidades da vida nas palafitas em Recife, e ainda dos limites da fome e do acesso aos recursos mínimos de sobrevivência, a partir de suas memórias pessoais. Observando as “sociedades anfíbias” que vegetam entre duas estruturas econômicas cuja história ainda não havia sido “costurada num mesmo tecido”, a agrária feudal e a capitalista, observou a presença da fome como “a grande força modeladora do comportamento moral de todos os homens desta comunidade”, “modelando com suas despóticas mãos de ferro o maior drama da humanidade” (CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967. p. 20). A literatura indica como a população nas cidades e no campo viviam nas décadas que anteciparam a Ditadura Militar e também durante esse período.

<sup>305</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006. p. 19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Acesso em: 20 abr. 2024.

Nacional dos Estudantes (UNE) a partir de seminários e por profissionais universitários. Estes elaboraram planos de reformulação estrutural e, em junho de 1963, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada pelo Conselho Universitário.

Afirma a autora que no período de abril de 1964 a 1967, com o golpe que instituiu a Ditadura Militar, cessaram as discussões a respeito destas questões devido a uma série de fatores, especialmente a repressão, que culminou na substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes e, especialmente, no AI-5, de 13 de dezembro de 1968, no qual, dentre outras questões, foram delimitadas infrações e proibições aos docentes, discentes e demais profissionais sob o signo da subversão ao regime. Para a autora, preservou-se um monopólio da educação superior nas mãos das camadas superiores da sociedade durante a Ditadura Militar e é somente a partir dos anos 1980 que as discussões a respeito da democratização do ensino passam a ser vistas e compreendidas como cruciais<sup>306</sup>.

A construção de um Brasil desenvolvido passava também pelo fortalecimento da mentalidade empresarial<sup>307</sup>, argumentação que encontramos nas fontes analisadas referentes à Amazônia e, localmente, ao Pará. A figura, portanto, de Delfim Neto, representou um salto nessa constituição do desenvolvimento, com a indicação de um perfil tecnocrático mais nacionalista para o ministério. Com o governo Costa e Silva e o conseqüente endurecimento da Ditadura Militar, a política econômica esteve nas mãos de tecnocratas ideologicamente alinhados com a equipe anterior, mas que por terem herdado os resultados de suas medidas impopulares, tinham em mãos uma herança macroeconômica favorável para consolidar a orientação básica de estímulo da demanda pelo afrouxamento do crédito, promovendo um “desenvolvimento rápido sem pressões inflacionárias”<sup>308</sup>.

No cenário paraense, as disputas assumiam características próprias e ajustavam-se, a seu modo, às contradições nacionais. Pere Petit destaca que o contexto para a instauração do Golpe de 64 teve sua feitura em momentos anteriores, com “articulações que foram sendo alimentadas, na década de 1950 até 1964, nos levantes militares contra Getúlio Vargas,

---

<sup>306</sup> FÁVERO, 2006, ref. 305.

<sup>307</sup> Não estamos utilizando o termo *mentalidade* a partir dos debates no campo histórico a respeito de imaginário e mentalidades. Nesse momento, *mentalidade empresarial* é um termo encontrado nas fontes e na bibliografia referida, remetendo às maneiras de pensar e agir do empresariado que deveriam ser reforçadas como parte de uma estratégia de constituição de grupos protagonistas da industrialização e do desenvolvimento. A esse respeito, ver DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. *Empresariado Nacional: Alguns Problemas Teóricos e sua Caracterização Econômica nos Anos Setenta*; *Empresariado Nacional: Ideologia e Atuação Política nos Anos Setenta*. In: *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. pp. 108-207.

<sup>308</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291, p. 121.

Juscelino Kubitschek e João Goulart, sempre apoiados e/ou estimulados por setores civis”<sup>309</sup>. Em 1º de abril de 1964, segundo o autor, “a maioria dos membros das Forças Armadas e boa parte dos governadores tinham aderido ao golpe de Estado”<sup>310</sup>. Após relutância em apoiar ao golpe, Newton Miranda, vice-governador do Pará, subscreveu o *Manifesto ao Povo do Pará*, documento de apoio aos golpistas. O nome de Jarbas Passarinho, articulador entre os golpistas no Pará, figuraria por diversas vezes a partir de então na política paraense, como seu representante maior ou como articulador de outras “candidaturas”.

Existia, em Belém, um grupo de pessoas articuladoras do que chamavam de “confronto inevitável” entre “comunistas e simpatizantes”, dentre elas, Jarbas Passarinho e o major Antônio José do Carmo Ramos. Essas articulações conspiracionistas ocorriam pelo menos desde 1954, com associação entre Passarinho e a Escola de Estado-Maior. A partir de 15 de abril de 1964, foi de 441 o número de pessoas com direitos políticos cassados, dentre elas três ex-governadores, seis governadores, 55 membros do Congresso Nacional, militantes de esquerda, funcionários públicos, cientistas, entre outros. No Pará, por sua vez, foram cassados o governador Aurélio de Carmo, o vice-governador Newton Miranda, o prefeito de Belém Moura Carvalho, o vice-prefeito de Belém Isaac Soares, o vereador de Belém Alberto Nunes (PTB), o prefeito de Cametá Agenor Moreira (PDS), o suplente de vereador em Belém Raimundo Jinkings (PSB e liderança do PCB), os deputados estaduais Amílcar Moreira (PDS), José Manuel Reis Ferreira (PDS) e Nagib Mutran (UDN). Foi preso, ainda, o deputado estadual Benedicto Monteiro (PTB/PCB)<sup>311</sup>.

Dessa forma, novas configurações foram sendo delineadas no campo político paraense, com a eleição pela Câmara de Vereadores de Belém para o cargo de prefeito ao major Alacid Nunes, e para vice-prefeito o civil Irawaldir Rocha, em 10 de junho de 1964. Em 12 de junho daquele ano foi escolhido Jarbas Passarinho como governador e Agostinho Monteiro como vice-governador pela Assembleia Legislativa, este último tendo sido deputado federal pela UDN, em 1945, e candidato ao senado pela coligação UDN-PDC, em 1958<sup>312</sup>.

Petit afirma que, inicialmente “a cúpula das Forças Armadas manteve inalterado o sistema eleitoral e partidarista surgido no Brasil após a extinção do Estado Novo”, mas poucos dias depois, após a vitória em 1965 dos candidatos do PDS em Minas Gerais e Guanabara, foi decretado o AI-2, implementando a extinção de todos os partidos políticos,

---

<sup>309</sup> PETIT, 2018b, ref. 281, p. 284.

<sup>310</sup> *Ibid.*, p. 285.

<sup>311</sup> PETIT, 2018b, *Op. cit.*

<sup>312</sup> *Id.*

seguido do AI-4, com a instauração do bipartidarismo político, “outorgando ao partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena) o papel de aliado do regime e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o de ‘oposição’”<sup>313</sup>. No Pará, foi transferida a antiga rivalidade entre PSD e a Coligação Democrática Paraense para a disputa Arena-MDB, tendo ingressado na Arena “a maioria das lideranças e filiados dos partidos que apoiaram a candidatura de Alacid Nunes e muitas das lideranças do PSD dos municípios do interior”, tendo a maioria dos filiados ao PSD ingressado no MDB em Belém<sup>314</sup>. O que se configurou, portanto, foi uma continuidade sob novas siglas e a disputa estendendo-se ao longo do regime pela oposição entre Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, o primeiro quase sempre vinculado à linha dura e o segundo aos moderados.

No campo dos planos, programas e projetos de desenvolvimento, com base no trabalho de Iane Maria da Silva Batista<sup>315</sup>, observamos que, com a elaboração do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (I Pqdam), previsto para ser executado entre 1967 e 1971, foi redimensionada a “capacidade técnica e política de intervenção estatal na região”, acarretando profundas transformações na sociedade amazônica a partir de uma ação incisiva dos governos autoritários e seus agentes. Essas ações persistiram durante todo o regime, acarretando numa predação da natureza e de corpos e mentes de amazônidas, sob o signo do desenvolvimento a ser *conquistado*. O Pqdam “consubstanciou as concepções desenvolvimentistas e geopolíticas dos governos militares que assumiram o poder no Brasil a partir de 1964”<sup>316</sup>.

Integração nacional, ocupação econômica e desenvolvimento regional: essas eram as bases ideológicas da ação ditatorial na Amazônia no período. Sua implementação levaria à constituição do capitalismo na região, modificando o estado de “atraso” e “estagnação” que não era compatível com os anseios de um Brasil desenvolvido. O Pqdam, conforme Batista, foi materializado a partir de uma série de atos legislativos e decretos emitidos entre 1966 e 1967 que foram englobados na Operação Amazônia. Essa ação abrangente significou a implementação de projetos de infraestrutura, incentivos fiscais para atração de empresas aos “espaços vazios” amazônicos, criação de instituições e reorganização de órgãos que já existiam. Para a autora, “tais diretrizes [...] refletiam o imperativo geopolítico de explorar a

---

<sup>313</sup> PETIT, 2018b, ref. 281, p. 292.

<sup>314</sup> *Id.*

<sup>315</sup> BATISTA, 2016, ref. 88.

<sup>316</sup> *Ibid.*, p. 98.

grande reserva de recursos naturais da Amazônia para a promoção do crescimento econômico”<sup>317</sup>.

Em consonância com a diretriz de modernização de antigas instituições, como já afirmamos anteriormente, nesse período a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), órgão existente desde os anos 1955, relacionado à política de valorização econômica que inaugurou a consecução de projetos de desenvolvimento para a Amazônia, foi avaliada como ineficaz em seus propósitos, sendo substituída pela instituição que nos interessa nessa tese enquanto um dos locais de irradiação de discursos e ações voltados para a legitimação e implementação do desenvolvimento na Amazônia: a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), criada em 1966. Falaremos com mais vagar a seu respeito no próximo capítulo. Por hora, cabe destacar suas principais funções: planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional.

No período também foi criado o BASA, em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia (BCA), instituído em 1950 para apoiar financeiramente os empreendimentos, a fim de implementar novas atividades produtivas na Amazônia. Com a extinção da Spvea e sua substituição pela Sudam, o BCA tornou-se Banco da Amazônia S/A (BASA), pela Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, com estrutura administrativa semelhante à do então Banco de Desenvolvimento do Nordeste, tendo como objetivo promover o desenvolvimento na Amazônia a partir da concessão de recursos financeiros aos projetos. Foi transformado no agente financeiro da Sudam, movimentando os recursos destinados à Superintendência, bem como os do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam)<sup>318</sup>.

Nos primeiros anos da Ditadura Militar afirmava-se uma necessidade de conhecer a Amazônia para desenvolvê-la ou, em outras palavras, transformá-la em recurso apto para o desenvolvimento *brasileiro*. Para o regime e seus executores, faltavam dados e sobravam pré-noções derivadas de imagens antigas e recorrentes a respeito do mundo amazônico, como as do vazio demográfico, das terras férteis onde “plantando de tudo dá”, da gente inculta e preguiçosa. São essas representações que encontramos, ainda que descritas em outros termos, mais amenos ou não, nos escritos dos cientistas que analisaremos mais adiante nesse trabalho.

---

<sup>317</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 98.

<sup>318</sup> BASTOS, Luiza; GONDIM, José Carlos; PALMQUIST, Sérgio; LOBATO, Wanderson. *Banco da Amazônia 70 anos*. Belém: PLW-Projetos e Linguagens/Banco da Amazônia, 2012.

Segundo Batista, o regime necessitava dispor de dados sobre a Amazônia, para enfim superar a descontinuidade dos programas federais de desenvolvimentos até então efetuados. Era imprescindível um esforço nacional de reconhecimento da Amazônia, e nesse chamamento se encontra a Operação Amazônia. Ela consistiu “em um conjunto de instrumentos legais, desdobrados em medidas técnicas e administrativas, que orientaram a ação estatal na região a partir de 1966”<sup>319</sup>, representando “o marco referencial da estratégia de intervenção do Estado nacional brasileiro na Amazônia, sob os auspícios dos governos militares, ao operacionalizar uma série de medidas relativas ao desenvolvimento de forças produtivas modernas na realidade regional”<sup>320</sup>.

Nesse contexto, também se designava um papel estratégico para a iniciativa privada, a partir do planejamento regional, criando-se uma representação da Amazônia como local infundável de recursos disponíveis, necessitando da iluminação típica dos “grandes homens do progresso”. Desse modo, a Amazônia seria uma “excelente oportunidade de efetuar bons negócios”, envolta em representações como a da abundância de recursos<sup>321</sup>. O desenvolvimento amazônico apenas seria possível, a curto prazo, através de uma atuação do poder público no sentido de mobilizar o empresariado nessa empreitada. A política de incentivos fiscais expressa no Pqdam funcionou como atrativo para esse setor. Conforme a autora, “basicamente todos os grupos econômicos instalados na região no período anterior a 1966, quando foi instalada a Operação Amazônia, passaram a ter acesso aos benefícios dos incentivos fiscais”<sup>322</sup>.

Num esforço conjugado de superar o desconhecimento e o vazio de sentidos da região amazônica encontravam-se agentes governamentais e empresariais, mas também cientistas, somando suas vozes ao coro do desenvolvimento enquanto necessidade amazônica. Conforme Iane Maria Batista,

Nos pronunciamentos dos agentes públicos, a Amazônia era apresentada, portanto, como uma região de imensa potencialidade econômica “adormecida”, consubstanciada na “abundância” de seus recursos naturais, a aguardar a ação

<sup>319</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 101.

<sup>320</sup> *Ibid.*, p. 102.

<sup>321</sup> *Ibid.*, p. 103. Para Vandana Shiva, a palavra *recurso* e seu termo derivado *recursos naturais* representam uma ruptura conceitual entre natureza e seres humanos. A primeira definição do termo apareceu em 1870, na *História natural do comércio*, de John Yeates, referindo-se aos elementos da natureza ainda não extraídos pelos seres humanos. Para a autora, “com essa nova visão, despiu-se a natureza de seu poder criativo e fez-se dela um repositório de matérias-primas que aguardam sua transformação em insumos para a produção de mercadorias”, passando a ser qualquer material ou condição existentes na natureza que podem ser explorados economicamente, desenvolvidos (SHIVA, Vandana. Recursos *In*: SACHS, Wolfgang (org.). *Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú, 1996. p. 300).

<sup>322</sup> BATISTA, 2016, *Op. cit.*, p. 127.

empreendedora para a sua transformação em mercadorias. A natureza amazônica foi incorporada ao planejamento do desenvolvimento regional em uma perspectiva utilitária de apropriação e transformação de seus elementos como uma condição fundamental ao avanço do capitalismo na região<sup>323</sup>.

De maneira geral, o Pqdam deu continuidade ao ideal desenvolvimentista de momentos anteriores, expresso, por exemplo, no 1º Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Assumindo os já mencionados estereótipos relativos à Amazônia, buscava uma visão integrada dessa realidade para fins de desenvolvimento, bem como uma ação conjunta das diferentes esferas do poder. Conhecer os componentes do mundo amazônico, especialmente da natureza, era parte de uma estratégia maior de transformar a Amazônia em riqueza, valorando seu potencial econômico e seu lugar na resolução do grande problema brasileiro do período<sup>324</sup>. É nesse intuito que foi criado, em 1968, o Departamento de Recursos Naturais da Sudam, local que abrigou diferentes cientistas voltados para conhecer a região, pesquisando seus mais variados aspectos, como Clara Martins Pandolfo, cujo trabalho será avaliado posteriormente nessa tese, conforme indicamos na *Introdução*.

Dentro do Pqdam, a exploração mineral tinha lugar estratégico e, no decorrer dos governos militares, esse foi um grande trunfo de legitimação do regime, bem como a criação das infraestruturas, as “estranhas catedrais” analisadas pelo historiador Pedro Henrique Campos<sup>325</sup>. A existência da Rodovia Belém-Brasília (iniciada no governo de Juscelino Kubsticheck), por exemplo, representou um marco no tipo de atuação pioneira que viria a povoar mentes e corações de muitas pessoas, servindo de pregoeiro para as possibilidades no mundo amazônico. Marcando uma conquista, o traçado rodoviário e futuramente o ferroviário foram associados às grandes conquistas desse tempo, resultado da ação de grandes homens como os empreiteiros, associados à Ditadura, inclusive ocupando postos-chave nos sucessivos governos<sup>326</sup>.

Em grande medida, esse processo de conhecimento das potencialidades da Amazônia efetuadas a partir do Pqdam e da Operação Amazônia trouxe o arcabouço que sustentou a

---

<sup>323</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 104.

<sup>324</sup> *Id.*

<sup>325</sup> CAMPOS, 2017, ref. 21.

<sup>326</sup> O coronel Mário David Andrezza, por exemplo, trabalhou na Companhia de Seguros Atlântica Boa Vista e, para além disso, foi ministro dos Transportes de 1967 a 1974 e ministro do Interior de 1979 a 1985. Este exemplo é significativo, para nós, porque demonstra a imbricação das esferas do Estado e da Empresa no período, além de demonstrar a atuação de um dos agentes que produziu conhecimentos, a partir de seus discursos, voltados para a implementação do desenvolvimentismo na Amazônia brasileira, conforme relatado pelo autor. Segundo Campos (*Ibid.*, p. 380), “em uma ditadura cujos quadros burocráticos mais importantes estavam repartidos entre origens militar e civil, a ampla maioria dos altos funcionários de caráter não-militar era de membros da classe empresarial, ou então pode ser entendida como de representantes de interesses de capitais privados”.



exploração da floresta e a efetivação do desenvolvimento na região, especialmente a partir dos seus mais cruéis resultados, como a ampliação da desigualdade social e da privação de acesso da população local às terras. Pelo conhecimento e exploração mineral, a Amazônia foi sendo aberta a capitalistas estrangeiros e suas riquezas foram remetidas para as burguesias nacionais e internacionais, ampliando sua configuração enquanto Espaço Global<sup>327</sup>, o que persiste até a atualidade. Exemplo dessa intrusão de agentes externos está na observação de Batista, reproduzida a seguir:

A “capacidade técnica” exigida pelo Estado autoritário [...] para a prospecção dos minérios somente era acessível aos grupos monopolistas do segmento mineral, que detinham capitais e tecnologias para tal. Com efeito, a atividade mineral representou uma opção estratégica do governo ditatorial no sentido de “amoldar a sociedade brasileira às novas condições de acumulação mundial no período do pós-guerra”<sup>328</sup>.

O período Costa e Silva foi o dos Atos Institucionais, com o famigerado AI-5. Também o da implementação do Curso de Educação Moral e Cívica e do combate às guerrilhas. Legislando por decretos, típico de regimes de exceção<sup>329</sup>, facilitou-se a execução do Programa Estratégico. Em 1968, com a virada autoritária mais explícita, foi estabelecida uma conjuntura favorável para Delfim Neto e sua equipe evitarem o debate público a respeito das prioridades econômicas e financeiras do governo. Enfatizou-se, nesse sentido, a resolução de problemas mais imediatos, como os preços, o salário-mínimo e a política cambial, dando-se alta prioridade à grande agricultura.

Um dos programas de desenvolvimento, construído no âmbito do Pqdam, e que definiu a apropriação da Amazônia e sua constituição como recurso foi a *Operação Amazônia*, a partir da qual o referido processo foi viabilizado institucionalmente. Nesse período, conforme Batista, os países estavam imersos em debates a respeito da preservação das florestas, caminhando rumo a um conservacionismo, mas “o Brasil ia na contramão” desse contexto, pois “[e]nquanto o país estava transformando sua floresta tropical em mercadoria, o mundo estava debatendo medidas de proteção aos recursos naturais, face a

<sup>327</sup> SANDOVAL, 2019, ref. 34.

<sup>328</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 114.

<sup>329</sup> De acordo com Giorgio Agamben, a política contemporânea, também denominada biopolítica, utiliza a prerrogativa da exceção para instituir suas formas de dominação, por exemplo, ultrapassando as fronteiras da democracia instituindo situações a partir de decretos, num claro empréstimo aos moldes da soberania de reis, imputando aos próprios governantes aquilo que este autor chamou de *lei-vivente*. Dessa forma, “através da suspensão dos direitos fundamentais o decreto coloca em existência um estado de exceção desejado [...]” (AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 175).

constatação, na esfera científica, dos efeitos deletérios das atividades sobre a sua manutenção, a médio e longo prazos”<sup>330</sup>.

Uma série de recomendações derivadas dos debates cúpulas e organismos internacionais foi feita para o país, a fim de incentivar ou mesmo delimitar a ação conservacionista como um caminho a ser seguido, mas tais orientações, ainda que tenham sido conhecidas pelos elaboradores das políticas de desenvolvimento, não foram seguidas, pois a predação da natureza persistiu. A esse respeito, afirma a historiadora que

O presidente Humberto Castelo Branco, ao lançar a Operação Amazônia no pronunciamento conhecido como discurso do Amapá, em 1º de setembro de 1966 vaticinou que o conjunto de diretrizes administrativas, econômicas e legais nela consubstanciadas destinava-se a “mudar profundamente a face da região”. Com efeito, a partir das medidas desencadeadas por esse aparato institucional a Amazônia ingressou num processo de rápidas e intensas transformações. Nesse contexto, as formas preexistentes de exploração da natureza foram solapadas por outras em escalas e dimensões nunca antes praticadas, introduzidas a partir da articulação entre o capital privado, representado por agentes externos à região, e o poder estatal<sup>331</sup>.

O contexto pós 1968, nesse sentido, favoreceu a exploração da floresta e a supressão de modos de vida tradicionais, relacionados a comunidades indígenas, ribeirinhos, camponeses e muitos outros grupos que ali viviam ancestralmente. A repressão ampliada a partir do Ato Institucional Nº 5, consistiu num fator de agravamento desse processo e continuidade dos silenciamentos, legitimando o regime a suprimir qualquer crítica e resistência ao seu *modus operandi*. A “riqueza amazônica” deveria ser explorada, obedecendo aos interesses do Brasil, sendo um fator de atração de investimentos, conforme Batista, o que não aparecia como uma preocupação futura nos termos da degradação ambiental. Desenvolver estava acima de preocupações alienígenas em termos ainda não popularizados no imaginário social brasileiro, como preservação, ecologia, conservação, entre outros. Contudo, demonstrando as disputas em torno da formulação do consenso, é relevante observar, para nós, que os grupos sociais alvo dos grandes projetos e da supressão de seus modos de vida em nome do desenvolvimento buscaram ferramentas para sua resistência a uma série de violências advindas da ação do Estado coadunado com agentes empresariais, por exemplo. Dentre essas ferramentas, as categorias advindas do campo do poder vigente foram apropriadas e ressignificadas de modo a serem “povoadas de gente”, servindo de ferramentas de luta no processo reivindicatório desses grupos. Indígenas, camponeses, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, seringueiros e tantos outros criaram um arcabouço de

---

<sup>330</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 143.

<sup>331</sup> *Ibid.*, p. 145.

conhecimentos e lutas que lhes instituiu na disputa como detentores de seus próprios meios reivindicatórios<sup>332</sup>.

#### 2.4 A era dos grandes projetos (1970 a 1974)

Desenvolvimento estava diretamente associado à elevação de índices econômicos no campo do Estado, especialmente durante a década de 1970. Esse foi o período do chamado Milagre Econômico, efetuado por meio da precarização da vida dos trabalhadores e da ampliação da repressão das críticas e dissidências. Em junho de 1970 havia mais de 1.300 presos políticos no Brasil, e em torno de 5.000 pessoas procuradas ou denunciadas pela Lei de Segurança Nacional. E a repressão espalhava seus instrumentos por todo lado, como denunciavam em 1971 Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca:

[e]m meados de 1970, todo o aparelho de Estado estava implicado no processo de tortura. Na realidade, a estrutura repressiva tinha seu vértice no alto comando das Forças Armadas e no Conselho de Segurança Nacional. As bases eram todas as delegacias de polícia e os quartéis<sup>333</sup>.

O momento vivenciado na Amazônia era de intensos conflitos no campo e nas cidades, perpassados pela execução das medidas desenvolvimentistas. A história dos grandes projetos, nesse sentido, pode ser dividida em três momentos: o primeiro, pautado pela mudança da política de incentivos fiscais, ampliando a substituição de importações. A partir de 1966 os incentivos seriam destinados não só para as atividades industriais, mas também para as agropecuárias, como o objetivo de encerrar as relações econômicas pautadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e no sistema de avião, entendidas como responsáveis pelo atraso da região. O segundo momento, que será analisado nesse item, foi de 1970 a 1974, sendo caracterizado pelos projetos de colonização ao longo da Transamazônica, de energia e de ampliação da rede viária terrestre, diminuindo o financiamento dos projetos agropecuários e industriais. O terceiro momento, a partir de meados de 1970, tem por características uma reorientação do poder central em torno das chamadas vantagens

---

<sup>332</sup> O que não significa terem acessado o mesmo capital político que os grupos inseridos no poder vigente, obtendo o mesmo reconhecimento enquanto falas legítimas. Porém, no processo histórico, povos e comunidades tradicionais – categoria advinda do campo do Estado e que foi apropriada pelos grupos sociais subalternizados nas disputas referidas – *conquistaram* os espaços de reivindicação, em disputa constante. A esse respeito, ver CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif, 2009. pp. 267-292.

<sup>333</sup> KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 134.

comparativas, abandonando o modelo cepalino no qual eram baseadas as ações da extinta Spvea e dos primeiros anos de atuação da Sudam<sup>334</sup>.

O primeiro documento de planejamento abrangente do período foi o *Metas e Bases para a Ação*, de 1970. Nele se estabeleceram medidas para melhorar a distribuição de renda através de reajustes do salário-mínimo, programas de bem-estar social e melhoria de renda rural, respondendo ao quadro de pobreza no país e à distribuição desigual de renda através do crescimento acelerado<sup>335</sup>. Nesse período também foram iniciadas as medidas de resolução de “problemas antigos”, como a situação de pobreza na região Nordeste e a dita falta de pessoas no Norte do país, especialmente na Amazônia. Ambos os espaços foram atacados como um único problema a partir de programas de desenvolvimento como o Programa de Integração Nacional (PIN) e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), ambos efetuados entre 1972 e 1974. Conforme Skidmore,

Os programas amazônicos eram ideais para a campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a “grandeza” do Brasil e seu inexorável salto para o status de potência mundial. [...] O presidente e seus assessores podiam facilmente ignorar os agrônomos, os geógrafos e os antropólogos que conheciam as limitações da região para efeito de desenvolvimento<sup>336</sup>.

No governo Emílio Garrastazu Médici, a continuidade de Delfim Neto na pasta da Fazenda propiciou que as políticas de crescimento, controversas em relação à equidade social, persistissem. Para Skidmore, “o governo Médici afirmava ser um Estado elevando-se ‘acima’ de sua sociedade, com os tecnocratas e os militares administrando atentos aos melhores interesses dos setores sociais nominalmente não representados”<sup>337</sup>.

Nesse período, universidades receberam verbas recordes, que foram rigorosamente controladas. A esse respeito, é interessante destacar que “o Estado construído após o golpe de 1964 representou tentativa de conciliar demandas opostas, já que o caráter heterogêneo de sua base de apoio gerou pressões em direções contrárias”<sup>338</sup>. Como afirmamos em momentos anteriores, ocorreu um processo complexo de “modernização” em setores econômicos e administrativos voltados para a aceleração da industrialização do país e melhorias na máquina estatal, denominado de *modernização conservadora* por Sá Motta. Para as universidades e centros de pesquisa, consistiu em uma “racionalização de recursos, busca de eficiência,

---

<sup>334</sup> PETIT, 2018a, ref. 181.

<sup>335</sup> Ressaltamos que não compactuamos com um elogio a essas medidas, contudo, estamos partindo da análise de T. Skidmore e do que ele observou no documento enquanto objetivo, ainda que apenas retórico.

<sup>336</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291, p. 233.

<sup>337</sup> *Ibid.*, p. 183.

<sup>338</sup> MOTTA, 2014, ref. 184, p. 15.

expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação”<sup>339</sup>, gerando resultados variados, inclusive indesejáveis para o regime vigente, como a ampliação da crítica da intelectualidade. Em 1973, por exemplo, foi criado o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), de onde advieram numerosos trabalhos que apontavam as contradições do Regime, especialmente concernentes às políticas de desenvolvimento.

Com esse projeto que se pretendia modernizador, a Ditadura Militar pretendia formar profissionais para as atividades econômicas e criar novas tecnologias, porém, esse último resultado era visto como secundário, haja vista a prática comum no período de importação de tecnologias para grandes empresas. Essa foi uma das formas que os arranjos entre “repressão/acomodação, repressão/negociação e repressão/cooptação” assumiu no período<sup>340</sup>.

Na matéria econômica, a principal propaganda do regime autoritário iniciado em 64 era seus resultados, e as contradições do período surgiam em várias esferas:

O crescimento econômico acelerado funcionava. A propaganda governamental funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava. Os militares da linha dura, repetidamente frustrados desde 1964, estavam se vingando recuperando tanto tempo perdido<sup>341</sup>.

O poder estava dividido em três áreas: militar, econômica e política, a primeira comandada por Orlando Geisel, a segunda por Delfim Neto, e a terceira por Leito de Abreu. Essa última representou a consolidação do poder dos tecnocratas em postos nos bancos, empresas de serviços públicos e demais instituições, além de que esses agentes e os outros ministros trabalhavam através dessas áreas. O elo mais significativo do poder no período, portanto, era a aliança militar-tecnocrática. Nas palavras de Skidmore,

O rigoroso sistema autoritário tornou possível a “estabilidade” política, que os militares da linha dura definiam como a ausência de qualquer oposição ou crítica séria, satisfazendo assim seu desejo de suprimir a tensão e os conflitos públicos de um sistema aberto. Eles não tinham mais que tolerar a retórica marxista, as manifestações estudantis ou os conchavos dos políticos na repartição de favores entre estados, regiões e grupos sociais<sup>342</sup>.

Durante os anos 1970, no Pará, atuaram governantes civis, passando por eleições especiais. Após a finalização do mandato de Alacid Nunes em 1971, três civis da Arena foram

---

<sup>339</sup> MOTTA, 2014, ref. 184, p. 15.

<sup>340</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>341</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291, p. 185.

<sup>342</sup> *Ibid.*, p. 187.

governadores: Fernando José de Leão Guilhon (1971-1974), Aloysio da Costa Chaves (1975) e Clóvis Silva de Moraes Rêgo, nomeado em 1978 após a renúncia de Aloysio Chaves. Nos municípios, ocorreram eleições em 1972, com escolha dos eleitores paraenses em 73 municípios, excetuando as áreas de segurança nacional, ou seja, Almeirim, Altamira, Itaituba, Marabá, Óbidos, Oriximiná e Santarém, e as estâncias minerais de Monte Alegre e Salinópolis. A Arena venceu em 61 municípios e o MDB em 12<sup>343</sup>.

Em 1978, as eleições foram condicionadas por medidas restritivas referentes à propaganda eleitoral nos meios de comunicação, bem como a eleição indireta para uma das duas vagas ao Senado, efetuada pelo Colégio Eleitoral Estadual, os chamados *senadores biônicos*. Em 1979, o governo estadual voltou para as mãos de Alacid Nunes, com apoio do marechal Cordeiro de Farias. Petit destaca que o cargo de governador adquiria, no período, grande importância para a continuidade do poder estabelecido, haja vista as influências dos políticos em relação à população nos estados de origem, o que poderia ampliar ou diminuir a aceitação do regime<sup>344</sup>.

Mas, na realidade, o país estava cheio de conflitos derivados da ação de grupos e indivíduos que demonstravam de diversas maneiras sua insatisfação com o estado de exceção. O padrão político de ocupação e exploração da Amazônia circunscreveu os conflitos, desmobilizando as resistências, utilizando estratégias como o controle sobre o regime fundiário, “associando novos padrões de concentração da terra a práticas arcaicas de violência e exploração da mão de obra”, criando dispositivos de subordinação da questão agrária ao Conselho de Segurança Nacional e dotando proprietários de terra e novos empresários ligados aos grandes projetos de uso do poder armado nas terras<sup>345</sup>.

No âmbito do Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970,

Milhares de hectares de terra foram vendidos pelo Estado aos empresários, outros disponibilizados pelo Incra para coordenar a “colonização” com base nas terras devolutas que, de fato, adentravam as terras indígenas, de seringueiros, posseiros, entre outras categorias. Empresários passaram a vender às famílias de pequenos agricultores do Sul, em particular, mas também de outras regiões do país, parcelas de terras que constavam dos projetos de colonização, como eles foram nomeados<sup>346</sup>.

Na década de 1970 foi implementado o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA), executado entre 1972 e 1974, como derivado das ações do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). As diretrizes que vinham sendo constituídas a partir da Operação

<sup>343</sup> PETIT, 2018b, ref. 281.

<sup>344</sup> *Id.*

<sup>345</sup> GUIMARÃES NETO, 2014, ref. 31, p. 41.

<sup>346</sup> *Ibid.*, p. 42.

Amazônia, por exemplo, foram reafirmadas nesse período, especialmente voltadas para “assegurar a ocupação econômica da região por meio da exploração de seus recursos naturais”<sup>347</sup>. A década teve como principais aspectos o recrudescimento da ação estatal na Amazônia e a intensificação da transformação da floresta em recurso e, por conseguinte, em mercadoria. Essas questões orientaram a atuação estatal na Amazônia<sup>348</sup>.

No IPDA, conforme Batista, foi estabelecido um papel central dos “recursos naturais para o planejamento do desenvolvimento regional”<sup>349</sup>. É interessante destacar a importância das águas nesse projeto de constituição do desenvolvimento brasileiro, consideradas a “segunda grande faixa de recursos”, sendo definidas como um campo de expansão dos projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, entrou em cena a rede hidrográfica “como via de transporte natural, como fonte de energia hidrelétrica e de produtos alimentares”<sup>350</sup>. Os mecanismos de ampliação do conhecimento a respeito desse *recurso* foram o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa Radares da Amazônia (Radam).

Por meio do PIN se estabeleceram como objetivos centrais a construção das rodovias Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163) e suas imediações como reservas para ocupação colonizatória da terra. A fim de incrementar essas diretrizes de “ocupação produtiva”, foi estabelecida também a priorização dos projetos voltados para colonização, agricultura e pecuária.

Na Amazônia houve uma nova configuração político-espacial, cultural e econômica a partir dos projetos de colonização, que acarretou o surgimento de uma rede de migrantes, formada por trabalhadores empobrecidos advindos de regiões como o Nordeste. Para Guimarães Neto, o termo colonização refletia uma positividade que carregava no seu cerne a criação de um mercado de terras na Amazônia, trazendo em si os signos do progresso e da modernização, num discurso que “era apresentado como estratégia de ocupação e exploração do território, indissociável da política de segurança nacional”<sup>351</sup>. Tais frentes de colonização e o estabelecimento do mercado de terras desdobraram-se na efetivação da grande propriedade na Amazônia, consolidada pelo agronegócio e pela exploração da floresta em seus variados componentes.

De acordo com Batista,

---

<sup>347</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 148.

<sup>348</sup> *Id.*

<sup>349</sup> *Id.*

<sup>350</sup> *Ibid.*, p. 149.

<sup>351</sup> GUIMARÃES NETO, 2014, ref. 31, p. 43.

[...] ao fim de 1974 somente 5.700 famílias haviam sido efetivamente assentadas ao longo da Transamazônica, o equivalente a menos de 10% da meta traçada pelo governo. Faltou o apoio essencial de uma infraestrutura mínima, de saneamento, educação, saúde, crédito e assistência técnica, a qual foi prometida, mas não efetivada<sup>352</sup>.

A abertura de estradas significava, para o poder vigente, a atualização do desbravamento colonizatório, típico dos primeiros momentos de invasão europeia às terras posteriormente denominadas Brasil. A mata, historicamente entendida como espaço do desconhecido, deveria ser amansada, dominada, assim como suas gentes, e as estradas representavam essa vitória da civilização e do progresso sobre as formas arcaicas que ainda empatavam a Nação em sua marcha rumo ao futuro desenvolvido. Elas permitiam que se chegassem aos recantos desconhecidos da Amazônia, repletos de riquezas ainda inexploradas – num retorno de antigas representações. Estradas, colonos, gado e pasto, além da agricultura governamentalmente direcionada para culturas *produtivas* eram os elementos que amansariam a paisagem, símbolos do desenvolvimento. E pelos radares se conheceriam o espaço em sua amplitude, chegando a mais um dos campos inexplorados dessa terra: os céus. Nesse sentido, “[o]s dados do inventário florestas do RADAM [...] forneceram subsídios a uma planificação sistemática da ocupação das terras, teoricamente de acordo com a atividade mais indicada para cada tipo de solo”<sup>353</sup>.

Os mapas, nesse contexto, representaram um elemento de conquista da realidade, de domínio de um conhecimento considerado superior e diretamente associado aos novos tempos, pois a partir dessas representações cartográficas configurava-se o domínio dos homens sobre a natureza. Conforme Iane Maria Batista,

O planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia foi orientado [...] pela elaboração de representações cartográficas da organização espacial que se pretendia fomentar no processo de “ocupação produtiva” da região. Com efeito, mapas diversos ilustravam os planos de desenvolvimento, assim como outras publicações oficiais e empresariais dirigidas a potenciais investidores. Elaborados, em geral, para sistematizar as atividades econômicas programadas, núcleos de colonização ou demarcação fundiária em determinados espaços, implicaram num reducionismo gráfico, que, entre outros fatores, não levou em consideração as características ecológicas da região e as modalidades de ocupação da terra preexistentes<sup>354</sup>.

Novamente, o silenciamento das realidades pré-existentes no território. Um apagamento em nome do desenvolvimento. É interessante, a esse respeito, que um saber considerado técnico e sem implicações políticas – pelo menos na retórica do poder vigente –

---

<sup>352</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 153.

<sup>353</sup> *Ibid.*, p. 163.

<sup>354</sup> *Ibid.*, p. 164.



foi utilizado para responder a interesses de um grupo específico instalado no poder. Podemos nos questionar em que medida técnicos amazônidas estiveram implicados nessa tarefa de amansar gente e terra por meio da evocação de uma técnica e um conhecimento considerados superiores porque científicos. Nos faz lembrar do que, ao refletir sobre a situação colonial na Índia, escreveu Gayatri Spivak a respeito das elites locais como informantes para os intelectuais do Primeiro Mundo que, nesse caso, estavam interessados na voz do Outro<sup>355</sup>. Os *informantes nativos* apenas levariam conhecimentos a respeito do lugar para quem estivesse instaurado como autoridade ou também produziriam formas de subjugar o lugar em suas variadas facetas?

Homi Bhabha, por sua vez, denominou de *catequistas nativos* àqueles que forneciam meios de traduzir o local para o poder colonizador em seu projeto de dominação:

O “sistema sutil do hinduísmo”, como o chamavam os missionários no início do século dezenove, gerava enormes implicações nos programas de ação das instituições de conversão cristã. A autoridade escrita da Bíblia era desafiada e, junto com ela, a noção pós-iluminista da “evidência do cristianismo” e sua prioridade histórica, que era fundamental para o colonialismo evangélico. Já não se podia confiar que a Palavra fosse veículo da verdade quando escrita ou falada no mundo colonial pelo missionário europeu. Foi preciso encontrar *catequistas nativos*, que traziam consigo suas próprias ambivalências e contradições culturais e políticas, muitas vezes sob grande pressão de suas famílias e comunidades<sup>356</sup>.

Perguntamos, inspirados por esses autores, em que medida existiram *catequistas nativos do desenvolvimento* na Amazônia durante a Ditadura Militar, traduzindo nos termos inteligíveis localmente as linhas mestras da ação desenvolvimentista do poder central autoritário? Foi necessária essa tradução, considerando a faceta autoritária do desenvolvimento? Tais questões nos possibilitam também compreender as muitas maneiras a partir das quais a Amazônia foi sendo designada e representada durante a Ditadura Militar, em atualizações de antigos símbolos ou criação de novos. Assim compreendemos a evocação da Amazônia como uma *fronteira de recursos*, o que permitiu conceder à terra “valor econômico por excelência”, a partir de 1970<sup>357</sup>.

Esses conhecimentos adquiridos a partir de programas como o Radam possibilitaram com que o Estado autoritário ampliasse sua base de ação, implementando o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, para o período 1975-1979, tendo como eixo central o

<sup>355</sup> SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>356</sup> BHABHA, Homi K. Introdução; O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Trad.: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. pp. 19-69. p. 62.

<sup>357</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 170.

Polamazônia. Durante o governo Geisel, de acordo com Thomas Skidmore, “a disputa entre crescimento e equidade tinha que ser resolvida em favor do crescimento”<sup>358</sup>. Na associação entre militares e tecnocratas, persistia uma confluência de interesses: os primeiros necessitavam dos segundos para estabelecer as metas e projetos econômicos; os segundos precisavam dos primeiros para sua permanência no poder. Com isso, a geração de altas taxas de crescimento deu legitimidade ao sistema autoritário, ainda que por curtos espaços de tempo, mas que, no imaginário social, exerciam eficácia simbólica.

Nesse período, os militares tiveram papéis mais voltados para a pretendida tarefa de garantir a segurança do país, entendida como indispensável para assegurar a promoção do desenvolvimento. O contexto foi de deterioração do clima econômico internacional favorável aos grandes projetos, mas o governo ainda buscou implementar as medidas que prometiam levar o Brasil à posição de país desenvolvido, com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), vigente entre 1975 e 1979.

As diretrizes do II PDA, em consonância com o II PND, consistiam em implantar grandes projetos agroindustriais, minero-metalúrgicos e de produção de energia, englobados no interesse do Estado autoritário de realizar uma ocupação *produtiva* da Amazônia. Como afirmamos em outros momentos, “produtivo” designava apenas aquilo que permitiria a elevação dos índices econômicos do país, em prol do desenvolvimento, e desconsiderava, nessa significação, qualquer modo de produção que não se encaixasse nas definições capitalistas, consideradas as únicas possíveis. A agricultura familiar efetuada pelo campesinato, a variabilidade de cultivos efetivada por povos indígenas, a íntima relação de ribeirinhos com rios e solos e os métodos construídos geracionalmente para uma manutenção sustentável de seus modos de vida não eram entendidos pelo poder estabelecido como conhecimentos válidos, tampouco produtivos.

A natureza amazônica seria ocupada produtivamente pelo Estado a partir da penetração por meio dos eixos viários, agora designados a partir de conhecimentos adquiridos. Nesse sentido,

[e]nquanto os planos anteriores enfatizavam o desconhecimento acerca dos recursos naturais como um limitador para sua efetiva exploração, o II PDA destacava a existência de uma “soma suficiente de informações” para garantir seu aproveitamento imediato em “empreendimentos rentáveis”<sup>359</sup>.

---

<sup>358</sup> SKIDMORE, 2000, ref. 291, p. 228.

<sup>359</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 193.

A Amazônia seria avaliada nos termos de suas *vantagens comparativas*, a partir de polos de desenvolvimento. Desse modo, no âmbito do II PDA foi também instituído o Polamazônia. Os recursos desse projeto priorizavam a exploração de minério de ferro, previsto para 1978 e 1979, e a pecuária. Nos anos 1980, a exploração do minério de ferro adquiriu tamanha força que possibilitou a constituição do Programa Grande Carajás. Os polos do programa eram os seguintes: Polo Araguaia-Tocantins, com exploração dos vales férteis do rio Araguaia e exploração hidrelétrica do rio Tocantins, bem como buscava consolidar a pecuária a partir da ampliação de estradas vicinais e fortalecimento da agricultura; Polo Trombetas, referente à pesca e atividades agrícolas permanentes, assim como reflorestamento, além da exploração da bauxita; Polo Altamira, com a atração de investimentos privados para o fomento da pecuária; Polo Pré-Amazônia Maranhense, com a colonização “espontânea” e fomento a partir de investidores privados da agropecuária e mineração; Polo Rondônia, com a exploração de recursos florestais, entrecortado pela BR-364; Polo Acre, com a exploração dos seringais para produção da borracha, passando pelo aproveitamento dos rios Acre, Purus, Juruá e afluentes; Polo Juruá-Solimões, com a exploração madeireira; Polo Roraima, com a implantação de pecuária bovina e suína, realização de pesquisas em recursos minerais e aproveitamento hidrelétrico do rio Cotingo; Polo Tapajós, com a formação de um entroncamento rodoviário a partir da Transamazônica e da BR-165, entre os rios Tapajós e Xingu; Polo Amapá, com a exploração de manganês e de madeiras, além da formação de pastagens e culturas permanentes; Polo Juruena, com a exploração do extrativismo vegetal, da agricultura e da pecuária, bem como o aproveitamento energético do rio Teles Pires; Polo Marajó, com exploração pecuária e florestal. Com isso, avançou-se sobre territórios ainda pouco explorados pelos feitores do desenvolvimento, como a área Amazonas-Madeira<sup>360</sup>.

É interessante destacar que, com o Polamazônia, o Estado ditatorial abandonou a colonização por meio da pequena produção, buscando atrair investidores privados para a realização de grandes projetos agropecuários. Para Batista, “abria-se ‘uma nova era de ocupação da região’, marcada pelo ingresso na ‘fase dos grandes consórcios’”<sup>361</sup>. A partir de então o Estado passou a criar as condições de obtenção de grandes territórios por grupos privados, inclusive em extensão superior aos 3.000 hectares de terras devolutas previstos pela Constituição Federal de 1967. Para Iane Maria Batista,

---

<sup>360</sup> BATISTA, 2016, ref. 88.

<sup>361</sup> *Ibid.*, p. 201.

[...] o Estado nacional assumiu efetivamente a opção pelo grande capital visando a maximização das “vantagens comparativas” regionais, isto é, a otimização do potencial de recursos naturais existentes tendo em vista a geração de divisas para o país, em um contexto de crise econômica internacional, assinalado pelos efeitos do chamado “primeiro choque do petróleo”<sup>362</sup>.

Como estratégia, a Ditadura buscava maior aproveitamento do espaço brasileiro, por meio dos grandes projetos, com a constituição de complexos. Os mais significativos neste período foram o Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, com exploração de minério de ferro e siderurgia no eixo Carajás-Itaqui e de bauxita, alumínio e alumina no eixo Trombetas-Belém, bem como a construção hidrelétrica no eixo Araguaia-Tocantins.

Esse foi o período também do “represamento das águas amazônicas”, com a construção das hidrelétricas. A Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) foi criada em 1973, tendo objetivo de realizar estudos, projetos e construir usinas hidrelétricas, coordenando programas de energia elétrica na região amazônica. Mas não se tratava de um interesse em prover regiões longínquas dos signos do progresso, como a eletricidade. As hidrelétricas serviram, acima de tudo, à exploração mineral:

O Complexo Mínero-Metalúrgico da Amazônia Oriental, proposto pelo II PDN como um dos grandes eixos da ação estatal na Amazônia baseava-se na transformação industrial da bauxita, de Trombetas e do ferro, de Carajás, um processo altamente intensivo de energia. O aproveitamento dos rios amazônicos para a produção de energia foi um desdobramento, portanto, da série de descobertas geológicas a partir da segunda metade dos anos 60 que revelou, no Pará, a existência de imensas jazidas de bauxitas, constituindo a terceira reserva mundial de alumínio<sup>363</sup>.

Na Amazônia estavam as potencialidades para exploração dos dois grandes recursos do período: águas e minérios. Com isso, foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), em 1975, bem como construiu-se um planejamento de exploração energética para os rios Jatapu, Trombetas, Cotingo e Jamari, inventariou-se os recursos hidrelétricos da bacia dos rios Xingu, Tapajós e Madeira.

Nesse período, contudo, o mundo *desenvolvido* deparava-se com as mazelas de suas escolhas e inúmeros cientistas alertavam sobre a catástrofe que viria após muitos anos de exploração desenfreada da natureza. Recomendava-se, após essa construção longeva de desigualdades em nome do desenvolvimento, que os países desacelerassem, ou mesmo que não explorassem seus recursos, para que o mundo atingisse um equilíbrio<sup>364</sup>.

<sup>362</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 195.

<sup>363</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>364</sup> O chamado Debate Ambiental será retomado posteriormente.

Para o Brasil, essas recomendações soaram em mau tom, pois somente na década de 1970, com a vigência de uma Ditadura, o país estava enfim conseguindo explorar suas riquezas sem maiores percalços nos termos das críticas, abafadas pelo ambiente repressor. O texto do II PND, desse modo, recomendou a adoção de uma política de preservação dos recursos naturais, contudo, observou-se no documento que essas medidas não deveriam atrapalhar o crescimento da industrialização do país. Seguindo os passos da Conferência de Estocolmo, de 1972, não reconheciam os argumentos que limitavam o acesso dos países subdesenvolvidos ao estágio de desenvolvidos, mas os planejadores governamentais afirmavam buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento “em alta velocidade” e os efeitos minimamente danosos sobre a ecologia, usando *racionalmente* os recursos<sup>365</sup>.

Para Batista, ainda que tenha sido estabelecido um certo avanço dentro do II PDA ao incorporar um pouco do debate ecológico que estava sendo feito no período, o plano

assinalou o recrudescimento da apropriação dos componentes do ambiente amazônico pelo planejamento do desenvolvimento ante o imperativo da geração de divisas para o país por meio da expansão das exportações e da atração de capital nacional e estrangeiro. O discurso implícito neste plano indicava que a Amazônia constituía a última grande fronteira econômica do país a ser explorada. Assim, o governo precisava integrar imediatamente a região ao país e ao mundo, minimizando, desse modo, quaisquer medidas que implicassem restrição ao modelo de crescimento econômico preconizado<sup>366</sup>.

Gerenciar *racionalmente* os recursos não era necessariamente prover o país de reservas para o futuro, mas sim implementar medidas, especialmente tecnológicas, de aproveitamento da natureza, sistematizando a exploração da floresta. São esses elementos que nos interessam para nossa discussão a respeito da atuação dos cientistas nas instituições de análise, promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar na Amazônia. Por ora, contudo, passemos à análise dos momentos finais do regime e de como seus agentes lidaram com a questão do desenvolvimento da Amazônia.

## 2.5 Fins da Ditadura entre 1975 e 1985

O último dos governos militares, de João Figueiredo, buscou efetuar medidas que tinham por ideia central a palavra *negociação*, o que foi feito em diversos setores, levando à dissolução da Ditadura. Obviamente, uma série de questões esteve implicada no fim do regime autoritário, e não devemos reproduzir a retórica ditatorial de concessões a partir de sua

---

<sup>365</sup> BATISTA, 2016, ref. 88.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 245.

intenção inicial de garantia democrática. Foram vinte anos de estado de exceção, com perseguições a opositores políticos em variados campos, inclusive no científico e acadêmico. Entre as populações subalternizadas, os resultados positivos na esfera macroeconômica nem sempre ou quase nunca chegavam no sentido de beneficiá-las com uma fatia do bolo que crescia, nos dizeres de Delfim Neto, e os conflitos no campo e na cidade se acirraram, bem como as críticas à Ditadura a partir de setores como acadêmicos, estudantes, classe média, povos indígenas, camponeses, seringueiros, trabalhadores, entre outros.

As contradições do desenvolvimentismo apregoado pela Ditadura tornaram-se mais visíveis durante os anos finais, especialmente com a crise do Petróleo, em 1973, no âmbito internacional, e com a crise decorrente do “Milagre Econômico”. Sonia Mendonça elenca algumas particularidades desse último processo, tais como os problemas decorrentes do endividamento do país, o esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento, o ataque à classe trabalhadora e a proeminência de empresas estrangeiras nos processos de desenvolvimento locais.

A crise do petróleo de 1973<sup>367</sup> enxugou a disponibilidade de eurodólares, provocando elevação das taxas de juros internacionais. As economias centrais adotaram medidas de reversão da crise, como a estocagem de mercadorias poucos valorizáveis, cujos preços subiram. O resultado disso foi que as importações de países como Brasil encareceram, haja vista a dependência de economias periféricas para com esse tipo de produção. Localmente, o jogo de forças não facilitava uma saída. O aumento do custo do capital financeiro externo elevava o custo dos investimentos em geral e, como alternativa para a falta de recursos estrangeiros, restava o mercado financeiro interno que se aproveitou da situação elevando taxas de juros igualando às do exterior. Outra possibilidade foi promover o arrocho salarial para dirimir o impacto da crise após dez anos de exploração ininterrupta dos trabalhadores<sup>368</sup>.

---

<sup>367</sup> De acordo com André Figueiredo Nunes, a Crise do Petróleo de 1973, também denominada Choque do Petróleo, possibilitou, junto a outros fatores, que fosse percebida a interdependência comercial e política entre os países do globo, inserindo na agenda de preocupações a questão da segurança energética. No início do XX, ocorria a exploração do petróleo no Oriente Médio e norte africano a partir de regimes de concessão, e em 1968 foi criada a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (Opaep), por Arábia Saudita, Kuwait e Líbia, com o intuito de estabelecer diretrizes de cooperação regional e intragovernamental entre os países membros, sendo a concretização de uma política panárabe para coordenação do petróleo, superando a atuação de empresas estrangeiras instauradas nos países. Durante a Guerra do Yom Kippur, em 1973, foram feitos cortes progressivos de produção de petróleo para os países neutros no conflito árabe-israelense, impondo-se um embargo total sobre os aliados de Israel, como os EUA, interrompendo-se o fornecimento de petróleo e estabelecendo-se um preço mais alto do que a média histórica até então. Dessa forma, a Crise do Petróleo de 1973 derivou desse conflito. (NUNES, André Figueiredo. *O Choque do Petróleo de 1973: Estados Unidos, OPAEP e a segurança energética*. 126 f. 2016. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História Comparada – Instituto de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016).

<sup>368</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

A classe trabalhadora, em 1974, estava esgotada em decorrência de uma série de processos difíceis, como epidemias e a mortalidade infantil. Essas condicionantes levaram a novas mobilizações políticas, o que impedia o governo central de manter as taxas de lucros através da contenção de salários, a menos que o custo de reprodução da força de trabalho fosse barateado. Nesse período o sindicalismo também passava por transformações, após um renascimento nos anos 1970. A proposta, em 1973, era de acabar com a intervenção estatal nas questões de trabalho, bem como opor-se fixação dos reajustes salariais pelo governo, numa defesa da negociação direta entre sindicatos e empregadores. Nesse contexto, esboçou-se a reivindicação da criação de organismos sindicais nos locais de trabalho.

Outro fator de agravamento da crise no Brasil foi o lugar de destaque ocupado por empresas estrangeiras, que acabou por criar uma situação incontornável, referente ao processo de importação de insumos básicos e bens de capital, gerando um déficit na balança comercial. Os lucros auferidos no Brasil eram remetidos para os seus países de origem, evadindo-se as divisas e criando um processo de acumulação baseado num círculo vicioso.

Diante desse contexto, o Estado ditatorial orientou sua política econômica para diminuir o déficit do balanço de pagamentos por meio da compressão das importações de bens de capital, redesenhando suas prioridades de desenvolvimento nacional, apresentadas através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Construído no início da gestão Geisel, tinha por meta substituir o setor de bens de consumo duráveis, principal eixo da acumulação até o momento, pelo setor de bens de produção. O agente dessa reorientação seria a empresa produtiva estatal e o objetivo seria manter as taxas de crescimento econômico no mesmo nível vigente até 1973, num controverso esforço de prolongar ou recuperar o milagre.

Mendonça aponta que a Ditadura Militar dependia dos êxitos econômicos para sua legitimação no seio da sociedade brasileira, o que se tornara dificultoso naquela conjuntura de crises. A proposta do governo central era de adequar o setor de bens de produção às necessidades do crescimento industrial como tarefa de um restrito núcleo de empresas públicas responsáveis pela compressão das importações de bens de capital e equipamentos. Mas, por outro lado, havia metas para além dessa, especialmente voltadas para a produção de insumos básicos, o que garantia uma brecha para a participação do capital privado nesse processo<sup>369</sup>.

Porém, alguns obstáculos se impunham para a concretização do II PND. Definir um novo setor industrial como prioritário poderia alterar o pacto de poder vigente, ao mesmo

---

<sup>369</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

tempo em que a conjuntura internacional impedia reproduzir os resultados do “Milagre”. Para contornar essa situação, o Estado buscou financiar os grandes projetos a partir dos bancos oficiais, tentando ainda estabelecer um maior controle sobre o capital financeiro, contrariando os interesses de segmentos sociais como os banqueiros. As metas do II PND trariam, ainda, uma definição de novos polos industriais, como as regiões de Trombetas e Carajás, na Amazônia, privilegiando áreas novas, o que provocou uma reação do sudeste. No campo do mercado financeiro, o Estado valorizou seus próprios papéis (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional e Letras do Tesouro Nacional – ORTN-LTN) a fim de encontrar recursos para os novos projetos, acelerando a especulação, já que essa valorização acarretou numa amplificação da velocidade do circuito do mercado financeiro, possibilitando a realização de transações especulativas que só ampliaram a dívida interna do governo. O resultado foi aumento na inflação, desvalorização do câmbio e aumento da dívida externa<sup>370</sup>.

Em 1978, ao final do II PND, o saldo foi desastroso. Economicamente, de acordo com a historiadora, qualquer tentativa de alterar todo um padrão de acumulação preservando as taxas de crescimento resultaria em fracasso, pois havia uma incompatibilidade entre a dívida externa e a envergadura dos projetos. Politicamente, a estratégia criada pelo Estado prescindia do apoio dos grupos de maior peso dentro do sistema social, o que comprometia seus objetivos, pois as transformações planejadas estavam apoiadas apenas na autoridade da própria proposta. Em 1976, o pacto de poder estava em ruptura<sup>371</sup>.

Os interesses do capital bancário e do capital industrial não estavam em consonância. O primeiro grupo recusava qualquer medida corretiva ou inibidora dos excessos praticados na órbita financeira após anos de detenção de pontos estratégicos na máquina estatal e o segundo sentia-se ameaçado pela ditadura dos banqueiros, abrindo baterias contra a espoliação do capital produtivo pelos bancos e aberrações do sistema financeiro. Reivindicavam, portanto, bloqueios aos competidores externos e estabelecimento de garantias de mercado e readequação dos gastos públicos. O setor agrário, por sua vez, buscava com que o Estado mantivesse os subsídios para financiar suas exportações. Segundo a autora, com tais divergências, manteve-se a tônica contencionista da política econômica até 1980, que acabou sem êxito, já que faltava o suporte básico que era a reordenação do pacto político. Em 1981 nenhuma medida contencionista remediou a inflação, prolongando apenas a recessão

---

<sup>370</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>371</sup> *Id.*



alimentada pela política econômica cruel que não deixou de expandir os meios de pagamento, oscilando entre dois expedientes: controle de preços ou controle de gastos públicos<sup>372</sup>.

Em 1980, o pacto de dominação estava em decomposição. Parte da burguesia caminhava para o liberalismo, retirando seu apoio à Ditadura, e as forças populares angariavam mais espaços de reivindicação, construindo brechas por onde apontavam suas lutas, afirmando seu próprio reconhecimento enquanto donas de um espaço político legítimo. Iane Maria Batista fala a respeito do processo reivindicatório perpetrado a partir dos anos 1970, encontrando grande expressão de 1980 em diante, numa associação entre a bandeira ecológica, em ascensão no âmbito internacional, e as reivindicações no país em torno das mazelas provocadas pelos processos de desenvolvimento implementados pela Ditadura<sup>373</sup>.

É interessante destacar que, conforme a autora, os gestores políticos não desconheciam as implicações da implementação de grandes projetos na Amazônia, como a crescente e acelerada degradação da floresta, a perda da biodiversidade e a extinção de culturas inteiras em prol do desenvolvimento. Desde 1970, diversos cientistas apresentavam pesquisas que comprovavam esses efeitos nefastos, contudo, os agentes do poder estabelecido fizeram uma opção deliberada por persistir nos grandes projetos como alternativa para o dito atraso brasileiro, sacrificando espaços inteiros para esse fim, como a Amazônia<sup>374</sup>.

Nos anos 1980, contrariando um percurso que vinha sendo feito pelas economias centrais, o Brasil, a partir de seus governantes, construiu um dos programas de desenvolvimento mais nefastos para a Amazônia, a saber, o Programa Grande Carajás, no bojo do III PDA e do III PND, que consideramos como os últimos suspiros de busca por legitimidade da Ditadura Militar, em declínio. Como buscamos apresentar, esse período era de recessão econômica nos países industrializados, o que condicionou um rompimento naquilo que sustentava a exportação de matérias-primas dos países periféricos para esses lugares. Isso comprometeu o desenvolvimentismo da Ditadura, gerando um clima geral de insatisfação e rompimento dos muitos silêncios impostos aos grupos que vinham sofrendo com a efetivação desse modelo de desenvolvimento e da própria Ditadura Militar. Questionava-se, portanto, o estado em que se encontrava e os rumos no país em várias frentes.

Como fruto dessas disputas, a Política Nacional de Meio Ambiente foi criada em 1981, marcando a política ambiental brasileira. Mas isso não significou um abandono dos

---

<sup>372</sup> MENDONÇA, 2012, ref. 226.

<sup>373</sup> BATISTA, 2016, ref. 88.

<sup>374</sup> *Id.*

objetivos do desenvolvimento, pois no âmbito do III PDA foi efetivada a exploração mineral do Complexo Carajás-Itaqui a partir do Programa Grande Carajás. Com o III PDA,

completava-se [...] o ciclo de exploração dos componentes do ambiente amazônico, na medida em que a atividade mineira implicava na apropriação e utilização concomitante dos recursos naturais elencados pelo planejamento estatal, desde a concepção do 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Spvea [...], como matrizes da promoção do desenvolvimento regional, a saber, águas, florestas e subsolos<sup>375</sup>.

Havia, nesse plano, uma ênfase nos recursos naturais e sua importância estratégica para a economia nacional, com a persistência do muitas vezes evocado vazio demográfico e da necessidade de ocupação regional a partir de espaços previamente determinados. A energia hidrelétrica continuava sendo considerada de suma importância na hierarquia das explorações, com o intuito de prover as grandes indústrias e a exploração mineral, observando a escassez de petróleo derivada da 2ª Crise do Petróleo<sup>376</sup>.

Nesse contexto estava o Programa Grande Carajás. Conforme Petit<sup>377</sup>,

a partir da segunda metade dos anos 1970, a exploração e comercialização do minério de ferro e de outros minerais no Pará converteram-se no principal objetivo das políticas públicas dos governos militares na Amazônia. Com essa finalidade, e já em andamento a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro Carajás-Ponta da Madeira (São Luís do Maranhão), seria instituído o Programa Grande Carajás (PGC) no Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

A descoberta, em 1960, de jazidas de minério de ferro na Serra dos Carajás foi um dos principais motores para a construção do PGC em 1980, no âmbito do III PDA. Além do decreto de criação, o decreto-lei nº 85.387, do mesmo período, criou o Conselho Interministerial para supervisionar o programa, e o decreto-lei nº 1825 de 22.12.1980 instituiu sua Secretaria Executiva. Os objetivos do PGC iam além da criação das condições de exploração mineral, pois tratava ainda do desenvolvimento regional amazônico, sendo considerado o maior programa de desenvolvimento regional do mundo, abrangendo uma área de aproximadamente 900 Km<sup>2</sup>, incluindo áreas dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins (na época, norte do estado de Goiás)<sup>378</sup>.

<sup>375</sup> BATISTA, 2016, ref. 88, p. 249.

<sup>376</sup> Ocorrida em 1979 e denominada, também, de Segundo Choque do Petróleo, aconteceu a partir do corte na venda e distribuição do petróleo pelo Irã, segundo maior produtor do período, que passava por uma revolução. Tal interrupção causou turbulências no mercado, tendo dobrado o preço do barril, mais do que o valor do período após a primeira crise, em 1973. Cf. HARVEY, David. Tudo por causa do petróleo. In: *O Novo Imperialismo*. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. pp. 11-30.

<sup>377</sup> PETIT, 2018a, ref. 181, p. 111.

<sup>378</sup> WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (Orgs.). *Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia*. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

O PGC voltava-se para três frentes: mineração e metalurgia, agropecuária e projetos florestais e infraestrutura, como portos, ferrovias, rodovias e barragens. A Estrada de Ferro Carajás (EFC) era central nessa infraestrutura, interligando as minas no Pará aos portos no Maranhão, atravessando os dois estados e deixando um rastro do desenvolvimento por onde passava, a saber, a desigualdade ampliada. O sistema mina-ferrovia-porto trazia consigo os ecos das decisões políticas alheias aos anseios profundos das populações em cujos territórios seriam instalados os grandes projetos. Ao longo das décadas, variadas comunidades tradicionais tiveram seus modos de vida comprometidos pela presença nefasta e dominadora da Vale S. A.<sup>379</sup>, da EFC, das empresas siderúrgicas, das rodovias e muitas outras *infraestruturas* do desenvolvimento.

Instalado em 1980, seu fim deu-se nos anos 1990<sup>380</sup>. Com o Decreto nº 99.353, de 27.06.1990, que dispunha sobre a coordenação e supervisão do Programa Grande Carajás e as disposições normativas derivadas dele, pode-se considerar que com a modificação na gestão do PGC e o seu desmembramento em outros projetos de menor envergadura, ocorreu seu término. Posteriormente, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com o Plano Nacional de Desestatização, a tendência do fim dos grandes projetos pode ser confirmada. Contudo, a empresa Vale persistiu como a principal mineradora brasileira, adquirindo características de uma transnacional, ao longo do tempo. A empresa, ainda hoje, aufer lucros com a exploração dos territórios, especialmente com a exploração da mina S11D, relacionada à duplicação da ferrovia. É sintomático, para nossa pesquisa, que nos anos 1980, período de imensas críticas aos modelos de desenvolvimento baseados na exploração desenfreada da natureza tenha se criado o PGC. A partir dos estudos que temos feito, o Programa Grande Carajás pode ser considerado como norteador de uma série de ações governamentais e empresariais que visaram e visam ainda hoje a transformação dos territórios da Amazônia brasileira em algo diferente, evocando, a partir de seus agentes, o desenvolvimento como futuro ainda não alcançado e, portanto, futuro melhor e ideal para espaços vazios de gente e de sentido<sup>381</sup>. Se hoje o discurso do vazio demográfico já não pode ser amplamente evocado como justificativa para a industrialização, temos no campo das disputas por poder uma outra construção discursiva que apaga os sentidos dos lugares, historicamente construídos por

---

<sup>379</sup> Denominação atual da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A empresa era estatal, à época, e foi privatizada em 1997.

<sup>380</sup> SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental. *Jornal Vias de Fato*. São Luís, 07 ago. 2013.

<sup>381</sup> COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (orgs.). Marabá: Editorial iGuana, 2015; MENDONÇA, 2017, ref. 12.

pessoas<sup>382</sup>. Recentemente, em 2015, o Projeto Matopiba foi construído a fim de, mais uma vez, possibilitar *sentidos* ou *vocações* para uma região. Nesse projeto, o bioma escolhido não foi o da Amazônia, mas o do Cerrado, compreendido como potencial alavanca para o agronegócio.

Esse panorama do período entre 1964 e 1985 nos auxilia a entender o solo temporal, espacial e simbólico nos quais estão inseridos os cientistas cujos escritos analisaremos nos próximos capítulos, para entendermos como foi possível que o desenvolvimento, mesmo com todos esses resultados contraditórios, pudesse ser sustentado como *necessidade* no imaginário social da época, chegando até a contemporaneidade como alternativa ainda viável. Para muitas pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira, a Ditadura Militar foi um dos muitos processos em que suas vidas foram consideradas e significadas como descartáveis, matáveis, sacrificáveis para algo considerado maior e superior. O Brasil, ou ainda, o desenvolvimento da nação foi uma criação narrativa que disponibilizou corpos para sua sustentação, a despeito de suas formas próprias de viver, sentir e agir no mundo, herdadas, muitas delas, de experiências ancestrais de convivência com outros povos e lugares. Precisamos entender o desenvolvimento e consenso produzido em torno dele como um processo de apagamento. Esse apagamento de corpos, mas também de histórias e sentidos, nos proporciona compreender também o desenvolvimento como uma *estrutura organizada de esquecimento*, que abordaremos adiante no texto.

---

<sup>382</sup> PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015; ESCOBAR, 2007, ref. 61.

### 3 OS TEMPOS DAS INSTITUIÇÕES

*A Amazônia é um capítulo de desenvolvimento da economia brasileira que desafia a todos nós (Jorge Babot Miranda, 1971).*

Tempo, a coordenada central dos historiadores. Quando Marc Bloch identificou nos feitos humanos a matéria da História, remetendo os historiadores ao ogro da lenda que fareja carne humana e vai ao seu encontro onde ela estiver, identificou na passagem temporal sua composição humana indissociável<sup>383</sup>. Em qualquer matéria abordada pelos historiadores, a complexidade será percebida temporalmente, entrelaçada por uma dinâmica entre rupturas e permanências, num processo feito por acúmulo. Falar de desenvolvimento e da instituição de um consenso desenvolvimentista na Amazônia durante a Ditadura Militar advém de um esforço de colocar os seres humanos em seus tempos e, a partir deles, os grupos, as instituições, as sociedades e muitos outros agregados humanos identificáveis por vários nomes.

No capítulo que inicia, observaremos os diferentes discursos advindos de escritos situados nas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento escolhidas para essa análise, a saber, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Banco da Amazônia S. A. (BASA), o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp). Partiremos de um olhar geral a respeito de cada uma delas e de publicações destinadas ao público externo, notadamente revistas, e escritos acadêmicos. Como apontamos em momentos anteriores, as revistas escolhidas para análise são *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa*, *Revista Econômica do BASA*, *Cadernos NAEA* e *Pará Desenvolvimento*, publicadas durante a Ditadura, algumas chegando à Redemocratização e mesmo até os dias atuais, embora com reformulações, como é o caso da *Cadernos NAEA*, que hoje é *Novos Cadernos NAEA*<sup>384</sup>. Nesse momento, não nos ateremos aos cientistas que escolhemos como representantes dessas instituições, cujas trajetórias e escritos serão analisados especificamente no Capítulo 4, pois nosso intuito é partir de uma visão mais abrangente acerca de seus lugares de evocação para depois percorrer os caminhos de suas trajetórias individuais dentro de um campo acadêmico e institucional perpassado por inúmeros elementos, durante um tempo de autoritarismo<sup>385</sup>.

<sup>383</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>384</sup> O detalhamento de aspectos gerais das revistas será apresentado nos tópicos específicos destinados às instituições, adiante no capítulo.

<sup>385</sup> Escritas por diversos autores, as revistas apresentam também diversidade de temas, inclusive com artigos dos cientistas Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo

### 3.1 Ciência, tecnologia e educação nos PDAs

Para compreender como os elaboradores dos planos, programas e projetos de desenvolvimento definiram ciência, tecnologia e educação, devemos compreender que, dentro do sistema capitalista, a tecnologia funciona para “se apropriar de uma massa física crescente de trabalho/energia não remunerado, oriundo de múltiplas naturezas”, além de avançar a produtividade do trabalho, o que se baseia numa apropriação de Naturezas Baratas<sup>386</sup>. As possibilidades de obtenção de Natureza Barata passam por uma drástica diminuição a partir de 1970, gerando uma nova tendência identificada na literatura econômica e sociológica como “neoliberalismo, reimposição da dominação do mercado e desigualdade em forte crescimento entre ricos e pobres”<sup>387</sup>. O modelo de dominação vigente por séculos, segundo Jason Moore, passou por uma exaustão, a partir daquela década impondo-se por uma novidade, que é a capitalização executada por empresas, ao invés da apropriação. Foram elaboradas estratégias como a da pecuária intensiva, *plantations* de árvores, aquicultura, que na Amazônia reconhecemos como sendo a instituição dos polos de desenvolvimento. É dentro dessa década que nos situamos para compreender o que dizem os PDAs a respeito de ciência, tecnologia e educação.

No I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972 a 1974), dentre os sete capítulos que compõem as 125 páginas do texto, um deles dá atenção especial aos chamados recursos humanos e seu aperfeiçoamento. Tendo como objetivo-síntese a incorporação da Amazônia no processo de desenvolvimento do Brasil, os meios para tanto seriam obtidos a partir da

- promoção do conhecimento exato das potencialidades dos recursos naturais;
- desenvolvimento da economia;
- formação de recursos humanos;
- dotação de uma infra-estrutura sócio-econômica compatível com as necessidades da região e com as metas propostas pelo Governo.<sup>388</sup>

O objetivo-síntese estava coadunado com a estratégia da Ditadura para a região, a saber, promover “[...] ‘o progresso de novas áreas e a utilização de espaços vazios’ e a ‘integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia da ocupação econômica da

---

de Oliveira Santos, que aparecerão em alguns momentos no presente capítulo, mas cujos escritos serão trabalhados com mais intensidade no capítulo seguinte.

<sup>386</sup> MOORE, Jason. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason (Org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Trad.: Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022, pp. 129-186. p. 150.

<sup>387</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>388</sup> SUDAM. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: Sudam, 1971. p. 14.

Amazônia”<sup>389</sup>. A estratégia global do Plano era vislumbrada a partir do binômio *valorização e desenvolvimento*, que passava pelo argumento segundo o qual havia pouco conhecimento a respeito da Amazônia em suas “reais potencialidades”, obstaculizando a utilização “racional” dos recursos naturais. Isso seria resolvido pela adoção de equipamentos para caracterizar o meio físico e “mensurar as potencialidades em matérias primas da Amazônia”, a partir de “pesquisas sistemáticas e coordenadas”<sup>390</sup>. Para tanto, o Plano estabelecia um programa de pesquisas para *reconhecimento e quantificação* dos recursos amazônicos.

A importância que o chamado *aperfeiçoamento técnico* a partir do estabelecimento de pesquisas e outras formas de efetuar os ditos melhoramentos nas atividades produtivas recebe no Plano é visível em todos os seus itens. No concernente à agricultura e à pecuária, dever-se-ia “concentrar esforços nos programas de pesquisa e de experimentação, de assistência técnica, de comercialização e de crédito para os produtos e áreas [...]”<sup>391</sup>, pois existiriam entraves para o processo produtivo, como “uso de práticas agropecuárias tradicionais; insuficiência de pesquisas e de assistência técnica”<sup>392</sup>. Para a indústria, seria necessário estabelecer “programas de pesquisa e assistência técnica”, bem como uma “orientação no sistema educacional, tendo em vista as peculiaridades regionais, para formação de mão-de-obra qualificada”<sup>393</sup>, o que viria também a partir da “criação de mentalidade industrial na Amazônia”, a partir de uma “orientação do sistema educacional para o ensino tecnológico e profissional, através de campanhas de produtividade e treinamento na indústria e pelo intercâmbio técnico e profissional com regiões mais industrializadas”<sup>394</sup>. Em relação ao extrativismo vegetal, seria necessário “racionalização, modernização e diversificação das atuais atividades extrativistas”<sup>395</sup>.

Os recursos naturais, de forma geral, seriam observados e mensurados a partir de um programa intensivo de estudos e pesquisas, “visando a investigar de que modo e até que ponto poderão êsses recursos, ainda praticamente inproveitados, contribuir, como fatores produtivos, para ampliar as fronteiras econômicas do país e apressar o desenvolvimento da região”<sup>396</sup>. Terra, águas e floresta seriam enfocadas pela expertise técnica em suas mais variadas peculiaridades pois, como observou Iane Maria Batista, no primeiro PDA o verbo era

---

<sup>389</sup> SUDAM, 1971, ref. 388.

<sup>390</sup> *Id.*

<sup>391</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>392</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>393</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>394</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>395</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>396</sup> *Ibid.*, p. 43.

*conhecer*<sup>397</sup>. As observações até então feitas a respeito dos ditos recursos tinham sido apressadas e generalizantes, argumentava-se no I PDA, sendo embasadas por “escassos estudos” que “não tiveram caráter sistemático, nem alcançaram suficiente precisão”, sendo “insignificantes em relação à área global e, sobretudo, muito fragmentários”<sup>398</sup>. O caminho, portanto, consistiria na realização de estudos sistemáticos, para posteriormente “permitir a racionalização” da floresta amazônica “através da modificação dos métodos rudimentares de exploração ainda utilizados, de modo a conferir caráter de permanência e estabilidade econômica a essas atividades”<sup>399</sup>.

Nesse intuito, foram criados o Programa Levantamentos Aerofotogramétricos, formado pelo Projeto Radam, vinculado ao Ministério de Minas e Energia e executado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; o Programa Levantamentos Cartográficos, executado por convênio entre Sudam e IBGE; o Programa Levantamentos Pedológicos, efetuado por convênio entre Sudam e Divisão de Pedologia e Fertilidade de Solos do Ministério da Agricultura; o Programa Pesquisas Minerais; o Programa Pesquisas Florestais; o Programa Recursos Pesqueiros; o Programa Hidrologia; e o Programa Climatologia<sup>400</sup>.

No capítulo *Recursos Humanos* encontramos elementos que consideramos importantes para nossa análise. Inicialmente é feita uma referência ao I e II Colóquio Regional de Educação (1970 e 1971) e aos dados obtidos nos eventos, relativos a população na escola, faixa etária, evasão escolar, currículo, qualificação, relação ensino básico e superior, dentre outras, ou seja, informações que de alguma maneira orientaram a escrita do texto e que dão pistas dos escritores do plano, ao menos nesse momento, que também estava em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação e do Ministério de Educação e Cultura. Aparece, ainda, uma importante atribuição feita à Sudam: “dar apoio absoluto à programação do MEC, assim como, suplementar financeiramente aos projetos prioritários em sua área de atuação”<sup>401</sup>. Além disso,

– Mobilizar os órgãos encarregados de pesquisas e os responsáveis pela formação de mão-de-obra nos diversos ramos de atividades econômicas da região, com vistas à concretização de um plano de atuação conjunta e de acôrdo com as diretrizes do MEC;

---

<sup>397</sup> BATISTA, 2016, ref. 88.

<sup>398</sup> SUDAM, 1971, ref. 388, p. 43.

<sup>399</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>400</sup> Cada um desses programas era formado por variados projetos que não serão esboçados aqui, pois tratamos apenas de um apanhado básico de questões referentes ao aperfeiçoamento técnico em geral.

<sup>401</sup> SUDAM, 1971, *op. cit.*, p. 85.



- Proporcionar o relacionamento entre escola e empresa;
- Integrar o Projeto Rondon, através de suas diferentes operações, com as Universidades do Pará e do Amazonas, assim como aos técnicos da área;
- Integrar o Projeto Rondon e as Universidades que atuam na Amazônia, às atividades e aos planos dos órgãos governamentais;
- Compatibilizar as operações do Projeto Rondon e Programas do CRUTAC com os programas da SUDAM;
- Criação, a partir de 1973, de um Centro de Tecnologia de Trópicos Úmidos, na região, com a finalidade de formar técnicos em tropicultura<sup>402</sup>.

No setor de *Educação e Treinamento*, os projetos prioritários eram: Projeto Operação Escola, com o intuito de cumprir a obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, disposta no Art. 176 § 3º II da Constituição Federal de 1967; Projeto Capacitação e Treinamento, com o intuito de “habilitar profissionais, treinando-os no sentido de atender às necessidades do Plano Nacional de Educação” tendo como justificativa a baixa qualificação do corpo docente nas áreas rurais<sup>403</sup>; Projeto Formação de Mão-de-obra, a fim de reformular o sistema educacional brasileiro pela expansão da valorização dos recursos humanos, qualificando os trabalhadores para atenderem à demanda do mercado regional, pois “a colonização dos espaços vazios contribuirá para a ocupação econômica da Amazônia se ela fôr realizada com mão-de-obra qualificada”<sup>404</sup>; Projeto Construção, Transformação e Equipamento de Estabelecimentos de Ensino Médio; Projeto Assistência Técnica aos Estados, para que as unidades federadas elaborassem seus planos de educação e também projetos de aumento da produtividade dos sistemas, implementando o Ensino Fundamental.

Nesse item, além de projetos na área da saúde, também chamou nossa atenção o Projeto Apoio Financeiro a Pesquisas Básicas, Científicas e Aplicadas, tendo como justificativa:

[...] A expansão da ocupação Amazônica, em decorrência do Plano de Integração Nacional e do crescimento vertiginoso dos empreendimentos agropecuários via incentivos fiscais, [que] empresta à investigação e aos estudos das características nosológicas e epidemiológicas da região, um papel de primordial e indiscutível importância<sup>405</sup>.

O Projeto seria para efetuar investigações de doenças típicas e seus agentes, além de doenças trazidas pela migração colonizatória, a ser executado por convênio entre Sudam, Fundação Oswaldo Cruz e Instituto Evandro Chagas. No capítulo *Programas Especiais*, notamos a proposta de um projeto denominado Estudos Básicos de Planejamento Espacial, Regional e Setorial, com o objetivo de realizar estudos básicos para implementar o Plano de

---

<sup>402</sup> SUDAM, 1971, ref. 388, p. 86.

<sup>403</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>404</sup> *Id.*

<sup>405</sup> *Ibid.*, p. 94.

Desenvolvimento Regional da Amazônia, e montar uma “matriz de informações”. Ou seja, o projeto realizaria “estudos setoriais e levantamentos de dados específicos, necessários a uma atuação da SUDAM, no sentido de solucionar a crise sócio-econômica que caracteriza, principalmente, os setores produtivos da região”<sup>406</sup>.

De modo geral, o I PDA abarcava uma série de ações com vistas a munir de conhecimentos os concretizadores de seus objetivos, vislumbrando áreas consideradas essenciais para a promoção do desenvolvimento que, no texto, corresponderia à *ocupação econômica da Amazônia*. Nele, encontramos nomes de instituições responsáveis por essa atuação, como a Sudam e outras não enfocadas nessa tese, mas que estabeleciam com a Superintendência uma relação na construção de conhecimento em torno dos grandes projetos.

Nas 334 páginas que compõem o detalhamento do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) encontramos uma caracterização da Amazônia com mais elementos do que no I PDA, além de um breve histórico acerca das intervenções do poder público na região. É referenciado, no *Preâmbulo*, o estudo prévio ao Plano, a saber, a série *Estudos Básicos de Planejamento Regional, Setorial e Espacial da Amazônia*, construída em meados de 1973, que orientou a metodologia e o roteiro do II PDA, detalhado nesse item. Notamos, com isso, uma necessidade de informar a respeito de uma construção substancial de informações que embasou a criação do Plano, advindo de um conhecimento maior a respeito da região, o que não se apresentava na escrita do I PDA.

Observamos, inicialmente, uma defesa da madeira como recurso a ser aproveitado, o que também encontramos em variados artigos nas revistas *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa* e *Revista Econômica do BASA*. O Plano apresentava, também, a importância do Projeto Radam para possibilitar a ampliação do conhecimento a respeito da floresta, o que levaria a uma “racionalização” da madeira enquanto recurso, que passava por uma conjuntura favorável, pois “[d]evido ao esgotamento de reservas de madeiras tropicais em outras partes do mundo” previa-se “para as madeiras da Amazônia, uma penetração crescente nos mercados internacionais”<sup>407</sup>, consideradas abundantes. Outro recurso, o hídrico, deveria ser aproveitado regionalmente e no Centro-Sul, a partir de “volumosas exportações de energia”, continuando com a programação prevista no I PDA em relação às hidrelétricas, por exemplo. Também são apresentadas possibilidades de exploração do solo e subsolo.

---

<sup>406</sup> SUDAM, 1971, ref. 388, p. 107.

<sup>407</sup> SUDAM. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia – Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento* (1975-79). Belém: Sudam, 1976. p. 6.

O termo “vantagens comparativas” figura no texto associado diretamente aos ditos recursos amazônicos, sendo fator especial para uma inserção da região nos circuitos produtivos nacionais e internacionais. Tais recursos viabilizariam projetos do Governo Federal, como o Plano Siderúrgico Nacional. Dessa forma, o texto apresenta a Amazônia como *área pioneira*, “ao invés de área-problema”, pois “[s]ua contribuição ao desenvolvimento do País, durante os próximos 20 anos, tende a ser da mais alta importância, e não convém desdenhá-la”<sup>408</sup>. Ação programada é a característica básica de toda a estrutura do Plano, associada ao desenvolvimento regional e aos projetos setoriais.

É também interessante que no II PDA apareça a pauta da conservação dos chamados recursos naturais, incorporando agendas públicas internacionais e de reivindicações nacionais, conforme apontou Batista. Expondo os “cuidados técnicos e políticos” vigentes no período, o texto informa a necessidade de

proteção racional à fauna e à flora em função da[s] preocupações ecológicas; proteção às populações indígenas, de modo a assegurar o equilíbrio entre os interesses de frentes madeireiras, pecuárias, viárias ou minerais e os direitos do índio constantes da Constituição do Brasil<sup>409</sup>.

Contudo, é necessário destacar a busca por uma convivência entre interesses díspares, vislumbrados enquanto tais no decorrer do processo histórico, inclusive anterior ao momento de escrita do Plano. As frentes de expansão, como sabemos, tocavam nos territórios indígenas e em suas formas de vivenciá-los, gerando inúmeros conflitos. O Plano apresenta, no trecho destacado, uma busca por conciliação que já se mostrava falha por conta da reiterada sobreposição da produção dominante aos modos de vida locais.

Os objetivos do II PDA estavam intrinsecamente ligados aos do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Apresentando a Amazônia como uma *fronteira tropical*, sua exploração seria em prol da manutenção das taxas de crescimento do PIB, gerando divisas resultantes de exportações, “de economia de divisas, produzindo *insumos básicos para a região desenvolvida*, hoje importados; e finalmente pela liberação de produção exportável, comprometida hoje por forte demanda interna”<sup>410</sup>. Dessa forma, após uma seleção de objetivos do II PND correspondentes aos “anseios comuns” da Amazônia, conforme apontado no texto, foi identificado o objetivo geral como “Crescimento do Produto e Distribuição mais

---

<sup>408</sup> SUDAM, 1976, ref. 407, p. 10.

<sup>409</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>410</sup> *Ibid.*, p. 22 – grifos nossos.

Equitativa da Renda, no contexto nacional de Redução das Desigualdades Interregionais”<sup>411</sup>, tendo como objetivos derivados:

- Acelerar o crescimento regional com base no aproveitamento das vantagens comparativas de setores ou produtos regionais selecionados;
- Intensificar a integração da Amazônia na economia do País por meio da elevação do volume de trocas inter-regionais;
- Contribuir substancialmente para o aumento da receita cambial líquida do País;
- Elevar o nível de vida da população, através da expansão do emprego produtivo, do aumento da produtividade e do poder de compra dos efetivos residentes na Região;
- Promover a ocupação territorial e a elevação do nível de segurança na área por meio do alargamento da fronteira econômica<sup>412</sup>.

Na estratégia de desenvolvimento regional esboçada no Plano encontramos um item que nos interessa, relacionado à constituição de um aperfeiçoamento técnico, conforme expusemos em relação ao I PDA. O terceiro padrão elencado como guia para o desenvolvimento regional seria “[a]ção deliberada no sentido de reter parte dos frutos do progresso técnico gerados na Região”<sup>413</sup>. Perguntamos: por que está disposta a retenção de apenas uma parte, e não de todos os frutos desse “progresso técnico”? Possivelmente, a nosso ver, está relacionado ao esforço de mostrar e possibilitar a contribuição da região para o PIB nacional, estando subsumido ou mesmo reduzido, nessa relação, o desenvolvimento regional, ainda que toda uma região tenha sido mobilizada em seus mais diversos aspectos nessa empreitada. O resultado seria parcial, ainda que a apropriação integral. Contraditoriamente parcial assim como o parcelamento do território a partir do zoneamento, entendido como uma maneira de “aproveitamento ótimo das vantagens comparativas da região”. Organizando seletivamente os espaços, hierarquizando suas “potencialidades efetiváveis dentro do horizonte de planejamento”<sup>414</sup>, o Plano estabelecia o esfacelamento dos territórios, mais uma vez a partir de demandas alheias.

É nesse sentido que o capítulo 3 fala de “organização racional do espaço” como uma tradução em termos geográficos do “modelo estratégico do PDA”<sup>415</sup>, e expõe o modelo de desenvolvimento como “visando o aproveitamento ótimo das vantagens comparativas da Região”, conduzindo “à organização seletiva do espaço, a partir da análise e hierarquização das suas potencialidades efetiváveis dentro do horizonte de planejamento”<sup>416</sup>. O texto, com

---

<sup>411</sup> SUDAM, 1976, ref. 407, p. 23.

<sup>412</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>413</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>414</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>415</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>416</sup> *Id.*

esse intuito, apresenta várias representações cartográficas com indicações do parcelamento do território visando o desenvolvimento, no contexto do planejamento previsto para o período, mas indicando a possibilidade dessa organização ser estendida para as décadas de 1980 e 1990. No II PDA, como já enfocamos em outros momentos, foi prevista a implementação do Polamazônia, em consonância com essa perspectiva de desenvolvimento regional.

Para tanto, a realidade social amazônica foi decomposta, referindo-nos a um termo presente no texto do Plano. Essa decomposição remete a setores de ação, como: programas integrados; madeiras; pecuária; recursos minerais; agricultura, abastecimento, colonização e extrativismo; pesca; indústrias de transformação; energia; transportes; comunicações; educação; saúde e saneamento; habitação; turismo; desenvolvimento de comunidade; planejamento urbano e organização administrativa municipal. As áreas de Educação e Saúde, por exemplo, eram compreendidas como autônomas, passíveis de criação de projetos específicos, contudo, deveria existir um “atendimento prioritário às populações localizadas nas áreas de desenvolvimento setorial e que constituirão o grosso da mão-de-obra engajada nos setores dinâmicos”<sup>417</sup>. A questão do desenvolvimento a partir de setores ou zonas aparece com força no texto do II PDA, desdobrando-se em uma forma de conceber o chamado desenvolvimento regional que vinha sendo esboçada desde o I PDA. Nesse sentido, a execução de pesquisas responderia aos “objetivos de desenvolvimento tecnológico dos setores selecionados” e os recursos para tanto seriam destinados “não só para a pesquisa propriamente dita, como para a difusão (incorporação efetiva) dos conhecimentos alcançados”<sup>418</sup>.

Remetendo ao objetivo de nossa tese, ressaltamos que as medidas elencadas com o propósito de dotar a região de “recursos humanos qualificados” envolviam, nos setores variados, capacitar a mão de obra local. Como exemplo, no Programa de Desenvolvimento no Setor Madeireiro da Amazônia previa-se a contratação de peritos nas instituições de pesquisa para formarem equipes locais especializadas, habilitação de técnicos florestais de nível médio, criação de cursos de pós-graduação e treinamento para engenheiros florestais e agrônomos, “agregação institucionalizada dos órgãos que se ocupam [...] da pesquisa florestal, a fim de conseguir sequência, complementariedade e afinidade metodológica para todos os projetos em desenvolvimento ou a serem implantados”<sup>419</sup>, levantamento e ordenação do trabalho já feito e

---

<sup>417</sup> SUDAM, 1976, ref. 407, p. 33.

<sup>418</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>419</sup> *Ibid.*, p. 53.

“programação sistemática da pesquisa florestal como atividade integrada e conjunta de todas as entidades interessadas, públicas e particulares”<sup>420</sup>.

Além desse exemplo específico, ao longo do texto encontramos referências à implementação de uma “tecnificação da pecuária”<sup>421</sup>, estabelecendo como coordenadores de projetos “pecuaristas de melhor nível técnico e cultural”<sup>422</sup>, bem como incentivos às pesquisas minerais, largamente evocadas no escrito, com o intuito de acumular conhecimento especializado a respeito desse campo de exploração. O desenvolvimento, nesse sentido, aparece nos termos de uma aceleração das melhorias em prol da transformação da realidade de atraso para uma realidade considerada condizente com o século XX.

Ao falar de educação, o Plano enfatiza as defasagens da área em relação “às exigências do desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia”<sup>423</sup>, consideradas, aquelas, como um freio ao processo. A saber,

Trata-se de um problema que não pode ser resolvido apenas a nível de setor. A natureza e eficiência das instituições educacionais são fortemente influenciadas pelas condições econômicas e sociais vigentes na Região, historicamente determinadas e que muitas vezes não podem ser fácil e rapidamente removidas. Cabe, portanto, ao poder público, e mais especialmente ao Governo Federal, tomar as medidas necessárias para alterar a situação. A viabilidade dessas medidas pressupõe a adoção de uma estratégia geral do desenvolvimento<sup>424</sup>.

Uma das diretrizes desse setor seria a de criar mão de obra especializada para atuar nos projetos elencados no Plano, a partir de programas de treinamento, nos níveis médio e superior, observando as implicâncias em formar esses profissionais fora da Amazônia, pois isso favoreceria a fuga de técnicos para os locais mais desenvolvidos do Brasil, além de uma inadequação referente aos conhecimentos adquiridos, já que divorciados da realidade amazônica. Portanto, o sistema educacional deveria estar direcionado para formar “recursos humanos que pudessem suprir as *carências e necessidades criadas pelo desenvolvimento regional*”<sup>425</sup>. Segundo o discurso do Plano, a nova realidade por se construir precisava de novos sujeitos, aptos para trabalhar na seara desenvolvimentista sem os vícios de momentos passados.

Um dos projetos relacionados à sistematização de informações para serem utilizadas na execução do II PDA foi o Projeto N° 01.04.03 (PO) – Montagem do sistema de

---

<sup>420</sup> SUDAM, 1976, ref. 407.

<sup>421</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>422</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>423</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>424</sup> *Id.*

<sup>425</sup> *Ibid.*, p. 74 – grifos nossos.

informações para o desenvolvimento da Amazônia, que originou a Rede de Bibliotecas da Amazônia (Rebam), responsável pela publicação do *Catálogo Coletivo da Amazônia*. Contou com a participação das instituições BASA S. A., Codeama, Fundação Universidade do Amazonas, Fundação Universidade Federal do Mato Grosso – Biblioteca Central e Documentação, Fundação Universidade Federal do Maranhão – Biblioteca Central, Idesp, INPA, Ipeaaoc, Ipean, Museu Paraense Emílio Goeldi, Sudam e Universidade Federal do Pará – Biblioteca Central e Documentação. Segundo Maria Cristina Guimarães Loureiro, a iniciativa que contou com fôlego de seus executores em um primeiro momento, logo foi frustrada pela persistência de problemas já vistos em outras iniciativas de sistematização e interligação entre instituições, como a centralização das decisões em uma delas, bem como uma “falta de preparo e de maturidade do pessoal técnico; divergências institucionais; ausência de comprometimento real das instituições integrantes, e predomínio institucional da Sudam”<sup>426</sup>.

Outros projetos referentes à formação de “elemento técnico” previstos pelo II PDA estavam situados no Subprograma de capacitação de recursos humanos em áreas e setores selecionados, como o Projeto Nº 06.07 – Treinamento para os setores prioritários, de responsabilidade da Sudam, Faculdade de Ciências Agrárias, Abcar e da Coordenação de Assistência Técnica formada pelos estados São Paulo, Maranhão e pelos órgãos Senai e Inbra; o Subprojeto Nº 06.07.02 – Recursos humanos para o setor da mineração, coordenado por Sudam e Senai; o Subprojeto Nº 06.07.03 – Recursos humanos para o setor madeireiro, coordenado por Sudam (STPF), Faculdade de Ciências Agrárias e Ceteam; o Subprojeto Nº 06.07.04 – Recursos humanos para o setor de pesca empresarial, gerido por Sudam, Sudepe, Fundação de Estudos do Mar, Senai e Ceteam; o Projeto Nº 06.07.05 – Recursos humanos para lavouras selecionadas, de responsabilidade da Sudam, Faculdade de Ciências Agrárias, Abcar e Embrapa; Subprojeto Nº 06.08.01 – Recursos humanos para a construção civil, coordenado pro Sudam, Senai e empresas construtoras; o Subprojeto Nº 06.08.02 – Recursos humanos para a saúde pública, dirigido por Sudam, Sesara, Fundação Sesp e universidades; o Subprojeto Nº 06.08.03 – Recursos humanos para o setor de turismo, coordenado por Sudam, Embratur, Senac e estados; o Subprojeto Nº 06.08.04 – Recursos humanos para ramos selecionados das indústrias, com coordenação ainda em definição; e também o Projeto Nº

---

<sup>426</sup> LOUREIRO, Maria Cristina Guimarães. *Rede de Bibliotecas da Amazônia (REBAM): da gênese ao desaparecimento*. 1985. 155 f. Dissertação de Mestrado (Escola de Biblioteconomia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985. p. 4.

06.09 – Apoio à modernização do setor educacional e o Projeto N° 06.10 – Articulação das agências de treinamento.

Como pudemos notar, no II PDA a característica de ultrapassar a realidade pouco dada à implementação do desenvolvimento, já que formada por pessoas e instituições pouco qualificadas nesse intuito, é colocada a partir de variadas observações, diagnósticos e projetos com vistas a inserir a Amazônia nessa realidade como parte ativa da produção das mudanças. Tal narrativa está presente também em vários artigos – senão em todos – publicados nas revistas *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa* e *Revista Econômica do BASA*, que foram divulgadas nas décadas de 1960 e 1970, o que, para nós, é resultado do imaginário e suas representações vigentes no período.

O III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985) é o único dos planos analisados por nós no qual constam nomes de agentes envolvidos, de alguma maneira, na sua criação<sup>427</sup>. São citados o Ministro do Interior Mário Andreazza, o Superintendente da Sudam Elias Séfer, o Superintendente Adjunto de Planejamento Manoel Antonio Vieira Alexandre, o Superintendente Adjunto de Operações José Raimundo Monteiro, o Superintendente Adjunto Administrativo Marcos Evangelista Dias Klautau e o Coordenador de Planejamento Regional Olegário Pereira Reis. Alguns desses nomes figuram como autores de artigos nas revistas analisadas e a criação do Plano foi efetuado por agentes situados na Sudam e órgãos locais como secretarias de planejamento dos estados da Amazônia Legal, assessorias dos territórios, universidades e órgãos de pesquisa, conforme apontou Elias Séfer em sua *Apresentação*<sup>428</sup>.

Com suas 67 páginas, o texto não é volumoso, destoando do II PDA e se assemelhando ao I PDA, no qual se indicava grande desconhecimento a respeito da Amazônia. Uma das particularidades do III PDA consiste em dispor objetivos gerais e específicos para cada setor elencado, bem como apresentar uma análise inicial a respeito das dinâmicas da renda amazônica nos últimos anos. A categoria territorial utilizada no texto é “Região Norte”, compreendendo os estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, e os territórios federais do Amapá e Roraima. Entre 1965 e 1978, conforme o Plano, a Região teve

---

<sup>427</sup> Conforme Violeta R. Loureiro, que passou pela Sudam, como estagiária, e pelo BASA, como concursada por pouco tempo, nos anos 1960 e 1970, era comum que os planos de desenvolvimento fossem redigidos por escritórios, sem grandes relações com a própria Amazônia, e quando havia a presença de pessoas ligadas à região, suas análises ficavam reduzidas aos objetivos nacionais dos planos. Como exemplo, o I PDA foi redigido no âmbito do Escritório Serete, a respeito do qual falaremos brevemente no capítulo seguinte (LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. [mai. 2021]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém, Pará/Marabá, PA – Ambiente virtual. Belém, 20 de mai. 2021).

<sup>428</sup> SÉFER, Elias. Apresentação. In: SUDAM. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1980-85*. Belém: Sudam/CPR, 1982.



pouca expressividade na geração de renda no país, permanecendo em 2% e atingindo seu maior índice, de 2,7%, em 1978.

A despeito desse quadro, o Plano apontava, para anos próximos ao da escrita do texto, um “potencial notável de crescimento”, “um setor atrasado exigindo mudanças” e uma “função estratégica do governo”<sup>429</sup> na promoção de políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia, esta entendida como uma “região pioneira em fase de mudança”<sup>430</sup>, contrapondo-se à noção de “região-problema” presente nos planos anteriores: “ao invés de área-problema, está mais próxima do conceito de área-pioneira”<sup>431</sup>. Tal caracterização devia-se a

[...] recursos naturais disponíveis e [...] suas perspectivas de mercado em futuro próximo; da população e da posse da terra, evidenciando um forte contraste entre áreas de maior densidade relativa ao lado de grandes espaços vazios; e a complementariedade da economia amazônica com a economia brasileira<sup>432</sup>.

Seguindo a tendência dos planos anteriores, fala-se muito em recursos naturais, inclusive listados em suas “potencialidades”, que observamos na definição dos setores de implementação de políticas de desenvolvimento integrado. Floresta, águas, solo e subsolo são os campos propícios para a exploração em diferentes escalas, seguindo a conjuntura nacional e internacional. Ciência e Tecnologia, por sua vez, são elencadas como um setor que deve servir aos chamados setores produtivos, e toda pesquisa é orientada para uma *exploração racional dos recursos*.

Se no primeiro PDA apresentava-se uma carência em infraestrutura apta para a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, no III PDA essa situação não é evidenciada, pois

[...] a ação governamental na Amazônia desenvolveu-se paulatinamente, concentrada sobretudo na infra-estrutura e certos setores de pesquisa, contribuindo para preparar um suporte que atualmente, em combinação com as tendências de mercado e do crescimento da economia nacional, compõe um todo bastante atraente para a iniciativa privada<sup>433</sup>.

O chamado setor tradicional, ligado ao extrativismo “predatório” a respeito do qual fala Armando D. Mendes<sup>434</sup>, é entendido como um entrave para os novos tempos, possuindo

<sup>429</sup> SUDAM. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1980-85*. Belém: Sudam/CPR, 1982, p. 13.

<sup>430</sup> *Id.*

<sup>431</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>432</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>433</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>434</sup> MENDES, Armando Dias. A Amazônia e o extrativismo. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 3, pp. 5-7, mai./jun., 1971.

“certa imobilidade [...] que tenderia a perpetuar-se se a irradiação tecnológica não estivesse aos poucos se propagando nas áreas mais evoluídas e se os padrões sociais de relacionamento nos negócios e no trabalho não sofressem a crescente influência do meio urbano”. Nesse trecho estão condensadas, para nós, representações que perpassam todos os PDAs e ainda a escrita dos cientistas nas revistas ligadas às instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento enfocadas: imobilidade versus irradiação tecnológica; setor tradicional versus meio urbano; evolução; negócios. O desenvolvimento contém, a partir do que estamos analisando, ideias-força que chegam para o solo cotidiano a partir de termos, inseridos na fala costumeira de maneira sutil e que acabam por designar os comportamentos e ações *esperados* de *sujeitos desenvolvidos*. As disputas dentro da elite que conflitava pelo comando dos processos de desenvolvimento também estão presentes no texto dos PDAs, numa caracterização do que seria o setor tradicional, por exemplo, como um setor atrasado e imóvel.

O III PDA continua apresentando uma narrativa segundo a qual a Amazônia precisaria contribuir com o Brasil, seguindo os textos anteriores. Existiria, a saber, “uma ampla dose de complementariedade entre ambas”, manifestada “através do suprimento de matérias-primas e de produtos industrializados regionais, e mediante contribuição à receita cambial do País”<sup>435</sup>. Os recursos amazônicos serviriam também para suprir o Plano Siderúrgico Nacional e a exploração de bauxita e alumínio para o mercado nacional. É nos termos dos *recursos a proporcionar* que o texto é estruturado – o que também autoriza a permanência da noção de vazio demográfico e da necessidade de ocupação produtiva dos territórios.

Porém, o “equilíbrio ecológico” é uma matéria enfatizada no plano, a despeito de toda a argumentação propícia à exploração amazônica. Obviamente, a presença de elementos ligados à conservação não exclui a persistência do desgaste da floresta em sua complexidade, e muitas vezes é apresentada apenas como uma representação justificadora da continuidade da exploração nos moldes que vinham sendo feitos. Futuramente, com a noção de *desenvolvimento sustentável* se instaura toda uma mística que aponta a possibilidade de convivência entre exploração da natureza transformada em recursos e preservação da natureza, gerando sociedades sustentáveis, o que foi e ainda é desmistificado por inúmeros grupos sociais que vivenciam processos de apagamento de suas vivências historicamente eficazes em nome do desenvolvimento sustentável, tornado moeda ou selo verde para

---

<sup>435</sup> SUDAM, 1982, ref. 429, p. 16.

empresas que exploram, enriquecem seus donos e nada deixam para os grupos e sociedades de onde extraíram riquezas<sup>436</sup>.

No III PDA é nítida a preocupação em apresentar um “contraponto ecológico” para toda a extração de riquezas que se propugnava no Plano. Numa época em que a Ditadura vinha sendo cada vez mais questionada por conta de seus índices e, especialmente, por conta de tudo o que executou para alcançá-los, e num momento em que os chamados países desenvolvidos realizavam críticas a modelos exploratórios como o vigente no Brasil, é interessante a elaboração de um Plano nesses moldes, persistindo em ideias que encontravam resistências enormes dentro das próprias sociedades amazônicas. Os estudos e pesquisas aparecem, dessa forma, como justificadores desse processo e instituições como a Sudam são citadas como fontes confiáveis para identificar e quantificar os recursos a serem explorados:

[...] no campo do planejamento e da organização do espaço, a SUDAM vem dando especial destaque ao estudo dos vales dos rios amazônicos, cujos resultados são traduzidos em valiosos subsídios para orientar, tanto as tendências de crescimento e organização econômica do espaço regional, como para a própria definição da ação do poder público<sup>437</sup>.

O objetivo geral do Plano, denominado “objetivo-síntese”, seria “acelerar o crescimento da economia regional com a manutenção do equilíbrio ecológico e redução das desigualdades sociais”, tendo por objetivos-globais “aumentar o nível e melhorar a qualidade de vida da população”; “contribuir para o aumento e diversificação das exportações para os mercados interno e externo”; “aumentar a participação da Região no processo de desenvolvimento nacional”; e “reorientar e/ou consolidar o processo de ocupação da Amazônia”<sup>438</sup>, seguindo diretrizes globais e regionais espaciais. Dentre essas últimas, algumas chamaram nossa atenção, referentes a “orientar a formação de recursos humanos para o desenvolvimento, obedecidas as categorias peculiares da economia regional” e “ampliar o conhecimento das potencialidades dos recursos naturais e da sua conseqüente utilização”<sup>439</sup>.

Prosseguindo com a disposição dos capítulos do Plano, tem-se a divisão por setores como Recursos Naturais, subdividido em Recursos Pesqueiros e Recursos Minerais; Setores Produtivos, subdividido em Agropecuária, Colonização, Indústria e Turismo; Infraestrutura

---

<sup>436</sup> Cf. MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiâna Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: Edufma, 2009. Abordaremos essa temática com mais vagar no capítulo seguinte.

<sup>437</sup> SUDAM, 1982, ref. 429, p. 17.

<sup>438</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>439</sup> *Ibid.*, p. 19.

Econômica, subdividido em Energia, Transportes e Comunicações; Desenvolvimento Social; e Desenvolvimento Urbano. Cada um desses itens possui objetivos e diretrizes respectivas, as quais não abordaremos detalhadamente, apenas enfocaremos o que concerne a Recursos Naturais e Desenvolvimento Social, respeitando a delimitação desse capítulo.

No item *Recursos Naturais* encontramos atenção especial à floresta e aos minérios entendidos como fonte de exploração produtiva. Os 260 milhões de hectares da floresta amazônica brasileira teriam numerosas possibilidades de exploração das madeiras nativas comercializáveis, catalogadas pelo Radambrasil, necessitando de uma “extração racional”. Para tanto, a política florestal do período precisaria ser enfocada, pois o Plano apresentava uma

necessidade de se promover a compatibilização dos diversos interesses públicos ligados à ocupação da terra e ao uso dos recursos naturais, com vistas à apropriação de recursos de molde a garantir a perpetuidade da exploração florestal, assegurando a esta uma participação significativa na colonização da Região, sem riscos de dilapidação, degradação ou perda do potencial madeireiro<sup>440</sup>.

Nesse sentido, o “planejamento da exploração racional da floresta” deveria assegurar “à produção madeireira níveis qualitativos e quantitativos à altura do grande potencial da Região”, conciliando “exploração florestal e o uso da terra em geral, com medidas conservacionistas que assegurem a exploração contínua dos recursos naturais renováveis”<sup>441</sup> e, ainda, o estabelecimento de unidades de conservação, como parques e florestas nacionais, reservas biológicas e indígenas, entre outras. Portanto, apontavam que o Código Florestal deveria ser revisado para rever a reposição obrigatória prevista e incluir na legislação federal de terras a exploração de madeiras como “atividade capaz de promover a colonização e ocupação de outras áreas territoriais em condições de prevalência à agricultura e à pecuária”<sup>442</sup>, dentre outras medidas.

Os objetivos para os recursos naturais eram “disciplinar o uso dos recursos naturais e assegurar sua conservação; [...] Aprofundar conhecimentos sobre o subsolo amazônico; [...] Promover a valorização dos recursos florestais da Hiléia; [...] Criar condições para o aproveitamento racional da fauna aquática e silvestre”, seguindo as diretrizes gerais para esses objetivos e específicas para cada um deles. Notamos uma preocupação em delimitar cada espaço de atuação conforme objetivos, talvez como forma de não abrir margem para desentendimentos a respeito do que deveria ser executado nos termos da política de

---

<sup>440</sup> SUDAM, 1982, ref. 429, p. 22.

<sup>441</sup> *Id.*

<sup>442</sup> *Id.*

desenvolvimento regional, ampliando essas ações para a conservação da floresta e a reprodução econômica.

No setor *Desenvolvimento Social* encontramos mais especificamente orientações a respeito da área educacional, que se insere, a nosso ver, na busca por implementar ações de C&T na Amazônia voltadas para o desenvolvimento. Nos outros setores, a pesquisa coordenada e direcionada para as atividades estava presente, mas uma ação específica para a formação do “elemento técnico” ou “trabalhadores aptos para os novos tempos” é mais perceptível nesse item. A demografia, aspectos gerais acerca de emprego e mão de obra, observações sobre o campo educacional, cultura, saúde e previdência formam os elementos norteadores desse setor.

Notava-se, conforme o escrito, uma tendência urbanizadora crescente na Amazônia e o processo de concentração populacional em núcleos urbanos, que exigia “investimentos em infra-estrutura social [...] voltada para a educação, saúde, cultura e previdência”<sup>443</sup>. Os trabalhadores amazônicos, no Plano, deveriam ser observados em seus aspectos culturais, numa ênfase que segue até o fim do documento, pois estaria o “rurícola amazônico” “pouco adaptado a padrões de trabalho estritamente organizados e às formas de estruturação desse modelo de emprego”<sup>444</sup>, fazendo-se necessário implementar “projetos de treinamento intensivos de preparação de mão-de-obra, a fim de garantir sua utilização em empregos mais produtivos, promovendo, deste modo, a dinamização do processo de desenvolvimento da Região Amazônica”<sup>445</sup>. Tais projetos deveriam focar os trabalhadores amazônicos e os migrantes, também carentes de qualificação profissional.

Nos três níveis educacionais eram encontrados entraves ao desenvolvimento: no 1º Grau, a “falta de assistência ao educando” seria o principal motivo do baixo rendimento dos estudantes, como “carência de alimentação, transportes, tratamento médico-odontológico, lazer e atividades desportivas”<sup>446</sup>. Os professores, por sua vez, não tinham qualificação profissional para atuarem no 1º Grau, estando em 46% o número daqueles sem formação pedagógica, à época o dobro da média brasileira. A rede escolar era incompleta, com apenas 55% das 300 escolas tendo o 2º Grau implementado, o que diminuía para 17,7% nos interiores. Nesse nível, 21% dos professores não possuíam formação pedagógica.

---

<sup>443</sup> SUDAM, 1982, ref. 429, p. 47.

<sup>444</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>445</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>446</sup> *Ibid.*, p. 50.

No Ensino Superior, o Plano apontava que haviam crescido em 8,6% as taxas de matrícula entre 1974 e 1979, sendo considerado um bom índice. Contudo, essa demanda não estava sendo bem atendida pelas instituições de Ensino Superior da Região, ainda pouco aparelhadas para receberem esse contingente de estudantes. O corpo docente era formado por 62% de professores com graduação e apenas 4% com mestrado, sendo necessário ampliar a qualificação dos docentes, além da “incrementação de aulas práticas, [...] dinamização da pesquisa e articulação com os sistemas de ensino de 1º e 2º graus, bem como [a] interiorização das instituições de ensino superior, tendo em vista ampliar as oportunidades nas áreas rurais”<sup>447</sup>.

Desse modo, os objetivos para o setor eram

[...] Adequar o planejamento dos setores sociais às características regionais, de forma a possibilitar maior acesso da população, principalmente a de baixa renda, aos bens e serviços produzidos;

[...] Elevar o nível de vida da população regional através da expansão do emprego e do acesso a outros mecanismos de mobilidade social;

[...] Reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas como elementos decorrentes de condições ecológicas, sociológicas, antropológicas e históricas<sup>448</sup>.

Seguidos por diretrizes para cada objetivo, ao todo quinze para o primeiro, sete para o segundo e sete para o terceiro, dentre as quais destacamos: “promover maior integração entre as políticas de educação e as de desenvolvimento”<sup>449</sup>; “aproveitar as potencialidades de mão-de-obra universitária nos programas de desenvolvimento regional destinados às áreas interioranas, preferencialmente àquelas mais carentes de recursos humanos qualificados”<sup>450</sup>; “integrar os setores público e privado na identificação e solução dos problemas sociais”<sup>451</sup>; “realizar estudos sobre aspectos sócio-culturais da população regional”<sup>452</sup>; e “promover estudos e pesquisas capazes de subsidiar o planejamento específico para as sociedades tribais”<sup>453</sup>.

Os três PDAs, de maneira abrangente, seriam efetuados em seus objetivos por diversos agentes, dentre os quais instituições como Sudam e BASA S. A., este último o banco que financiava os projetos. A partir daqui analisaremos escritos advindos das quatro

---

<sup>447</sup> SUDAM, 1982, ref. 429, p. 52.

<sup>448</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>449</sup> *Id.*

<sup>450</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>451</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>452</sup> *Id.*

<sup>453</sup> *Ibid.*, p. 58.

instituições enfocadas nessa tese – Sudam, BASA, NAEA e Idesp – especialmente artigos das revistas *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa*, *Revista Econômica do BASA*, *Cadernos NAEA e Pará Desenvolvimento*, que foram publicadas durante a Ditadura Militar. Concentramos em artigos que versam acerca dos temas ciência e tecnologia, bem como temas adjacentes, como tecnologização e “racionalização” de recursos naturais, formação técnica, educação para o desenvolvimento e correlatos, numa média de três artigos por revista. Incluímos também trabalhos acadêmicos, como monografias de especialização defendidas nos anos iniciais do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, considerando o caráter acadêmico da instituição.

### 3.2 Vozes da Sudam e do BASA S. A.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia S.A., embora com atribuições distintas, serão considerados de forma conjunta nesse item, observando sua indissociável atuação, sendo a Sudam uma superintendência responsável pela criação, fomento e execução de projetos de desenvolvimento e o BASA, a entidade financeira responsável por seu financiamento. Como afirmamos em momentos anteriores, a Sudam foi criada em 27 de outubro de 1966, pela Lei nº 5.173, como autarquia vinculada ao Ministério do Interior substituindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) e tendo como função coordenar a ação federal na região amazônica, sendo a principal encarregada por criar e executar o Plano de Valorização Econômica, a partir de convênios públicos ou privados<sup>454</sup>.

Os recursos da Sudam eram auferidos a partir de 2% da renda tributária da União e 3% da renda dos estados, territórios e municípios da Amazônia, podendo advir:

da renda patrimonial; de dotações orçamentárias e créditos adicionais; do produto de operações de crédito, juros de depósitos bancários e multas; dos lucros advindos de serviços prestados ou da participação em empresas; de auxílios, subvenções, contribuições e doações de entidades privadas ou públicas nacionais ou estrangeiras. A Sudam poderia ainda contrair empréstimos no país e no exterior, assim como obter recursos junto ao Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia<sup>455</sup>.

---

<sup>454</sup> FGV CPDOC. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, 2021. Verbetes Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>. Acesso em: 23 mai. 2021.

<sup>455</sup> *Id.*

Era composta por um superintendente, um conselho deliberativo e uma secretaria executiva, sendo o conselho integrado pelo superintendente, pelos governadores dos Estados da Amazônia legal, por 12 representantes de vários ministérios, por um representante do Estado-Maior das Forças Armadas, por três representantes do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e BASA, pelo superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus e por um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao longo desses anos, a Sudam teve como superintendentes: João Walter de Andrade, entre março de 1967 e janeiro de 1969; Ernesto Bandeira Coelho, de dezembro de 1969 a agosto de 1972; Milton Câmara Penna, entre agosto de 1972 a março de 1974; Oscar Dias Teixeira, em março e abril de 1974; Hugo de Almeida, de abril de 1974 a março de 1979; Elias Séfer, entre março de 1979 e abril de 1985<sup>456</sup>. Em 2001, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a Sudam foi extinta e substituída pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), por meio da Medida Provisória nº 2153 de 05 de junho<sup>457</sup>. Durante o governo Luís Inácio Lula da Silva, a Superintendência foi recriada, pela Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007<sup>458</sup>.

Seu principal agente financeiro era o BASA. Conforme informações disponibilizadas pelo Banco, a instituição surgiu nos anos 1940, durante a 2ª Guerra Mundial, para o financiamento da produção de borracha com destino aos países aliados, criado como Banco de Crédito da Borracha a partir do Acordo de Washington, entre Brasil e EUA, mediante o Decreto-Lei N° 4.451, de 9 de julho de 1942. Em 1950, com o retorno da borracha oriental ao mercado mundial e o enfraquecimento da borracha amazônica pela perda de mercados, foi criado o Banco de Crédito da Amazônia S. A., substituindo o Banco de Crédito da Borracha, através da Lei N° 1.184, de 30 de agosto de 1950, ampliando o financiamento para outras atividades produtivas e tornando-se um banco regional misto, “a partir da implementação do

---

<sup>456</sup> Após esse período, a Superintendência teve mais oito superintendentes entre abril de 1985 e maio de 2001, em sequência: Henry Checra Kayath, Roberto Pinheiro Klein, Alcyr Boris de Souza Meira, Frederico Alberto de Andrade, José Arthur Guedes Tourinho, Maurício Benedito Barreira Vasconcelos, Hugo de Almeida e José Diogo Cyrillo da Silva (SUDAM. Institucional. *Sítio eletrônico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia*, 2021. Relação dos Superintendentes e Diretores desde a fundação. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional>. Acesso em: 28 mai. 2021).

<sup>457</sup> GOVERNO FEDERAL. Medida Provisória N° 2153, de 05 de junho de 2001. Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, DF, 5 jun. 2001. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/4292-cria-a-agencia-de-desenvolvimento-da-amazonia-ada-extingue-a-superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 mai. 2021.

<sup>458</sup> SUDAM. *Sítio eletrônico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia*., 2021. Histórico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 28 mai. 2021.



Primeiro Plano de Valorização Econômica da Amazônia e dos novos pólos de crescimento propiciados pelo Governo Juscelino Kubitschek com a abertura da rodovia Belém-Brasília”<sup>459</sup>.

Em 1966, foi transformado em Banco da Amazônia S. A. pela Lei Nº 5.122, de 28 de setembro, tornando-se agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, e em 1970 passou a ser uma sociedade de capital aberto, tendo o Tesouro Nacional 51% das ações e o público 49%. Com sua transformação em agente financeiro do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1974, passou a atuar na expansão da fronteira agrícola e da industrialização regional. Entre as décadas de 1980 e 1990, foi instituído como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), criado em 1989, e o Banco existe até a contemporaneidade. Antes de se tornar BASA, o banco teve onze presidentes, e a partir de 1967 outros nomes estiveram nessa categoria: Francisco de Lamartine Nogueira, entre abril de 1967 e abril de 1971; Jorge Babot Miranda, de abril de 1971 a agosto de 1974; Francisco de Jesus Pena, entre agosto de 1974 e março de 1979; Oziel Rodrigues Carneiro, desde março de 1979 até abril de 1981; Ubaldo Campos Correia, de abril de 1981 a abril de 1985, seguidos por oito pessoas até 2007<sup>460</sup>.

Optamos pela análise de artigos nas revistas *SUDAM Documenta*, *SUDAM Documenta e Informa* e *Revista Econômica do BASA*<sup>461</sup> a partir de uma leitura minuciosa do Catálogo Coletivo de Documentos Amazônicos, dividido em três volumes, da Rede de Bibliotecas da Amazônia (Rebam), publicados entre janeiro e agosto de 1974 e em 1975<sup>462</sup>. Nele encontramos uma série de trabalhos elencados por autoria e temas, dentre eles, desenvolvimento, chamando atenção a listagem de revistas de instituições amazônicas disponíveis, como *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, *Acta Amazonica*, *RAD: Revista Amazonense de Desenvolvimento*, *Informativo IPEAAOc*, *Comunicado do Instituto de*

<sup>459</sup> BASA. História e marca. *Sítio eletrônico do Banco da Amazônia S. A.*, 2021. Apresentação da história do Banco e sua marca. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca>. Acesso em: 24 mai. 2021.

<sup>460</sup> São elas: Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Delile Guerra de Macedo, Waldemir Messias de Araújo, Silvestre de Castro Filho, Anivaldo Juvenil Vale, Luiz Benedito Varela, Flora Valladares Coelho, Mâncio Lima Cordeiro, englobados no período de junho de 1986 a abril de 2007 (BASTOS *et al.*, 2012, ref. 318). Para os demais períodos não temos informações precisas, apenas o nome do atual presidente do Banco: Valdecir José de Sousa Tose.

<sup>461</sup> Desde esse ponto, a fim de não repetir os títulos das revistas, poderemos utilizar abreviaturas: para *SUDAM Documenta*, SD; para *SUDAM Documenta e Informa*, SDI; para *Revista Econômica do BASA*, REB; para *Cadernos NAEA*, CN; e para *Pará Desenvolvimento*, PD.

<sup>462</sup> SUDAM. REBAM. *Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo*. Belém: Sudam, V 1, N 1, 1974.; SUDAM. REBAM. *Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo*. Belém: Sudam, V 1, N 2, 1974; SUDAM. REBAM. *Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo*. Belém: Sudam, V 1, N 3, 1975.

*Pesquisa Agropecuária do Norte, Comunicado Técnico do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte, Boletim Técnico do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte, Circular Instituto de Pesquisa da Amazônia Ocidental, e as próprias Revista Econômica do Basa, SUDAM Documenta e Pará Desenvolvimento.*

Não tivemos acesso a informações como a duração exata das revistas, portanto, nossa série documental é incompleta e remete às fontes disponibilizadas especialmente pela Biblioteca da Sudam, que nos forneceu os arquivos digitalizados. A *SUDAM Documenta*, em nossa pesquisa, corresponde às publicações de 1969 a 1979 e de 1981 e 1982. Inicialmente, a periodicidade da revista era trimestral, nos exemplares correspondentes aos anos de 1969 e 1970, passando por uma quebra na regularidade entre 1971 e 1976, período em que foram publicados quatro volumes, sem período determinado, em alguns momentos englobando dois anos. Em 1977 a revista passou a se chamar *SUDAM Documenta e Informa*, apresentando artigos de interesse científico e informações específicas para os agentes da Sudam, como material bibliográfico, retornando à periodicidade trimestral. A SDI durou até 1979 e não sabemos se persistiu até 1980, pois em 1981 já é apresentada como *SUDAM Documenta* outra vez, publicada em 1981 e 1982, conforme os exemplares aos quais tivemos acesso.

Os artigos da SD e da SDI são normalmente pequenos, entre 5 e 15 páginas, com poucas referências bibliográficas. Contudo, a escrita não deixa de ser árdua, por apresentar debates de outro tempo, bem como termos e conceitos com os quais não estamos familiarizados. Encontramos como autores cientistas, políticos e os próprios superintendentes do órgão, abordando temas como desenvolvimento, recursos, planejamento e derivados. A *Revista Econômica do BASA*, por sua vez, chegou a nós em cinco exemplares, correspondentes aos anos de 1970, 1971 e 1972, com um número para 1970, três números para 1971 e um número para 1972. Mais uma vez não tivemos acesso à informação de quanto tempo a REB durou. Dentre os autores de ambas as publicações, figuram os cientistas cujos escritos analisaremos mais detidamente no próximo capítulo, a saber, Clara Pandolfo, Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro.

Ao longo das revistas encontramos adjetivações para a palavra desenvolvimento que, a nosso ver, acompanham as transformações no conceito e qual significância adquiriu dependendo do contexto e propósito referido no escrito. Esses significados também estão relacionados à vinculação do escritor do artigo em uma determinada área de formação, setor de trabalho na instituição e posicionamento político, em seus ajustes e/ou rupturas em relação ao poder vigente.

Desenvolvimento da Amazônia, da região, regional, econômico regional, econômico e social, social e econômico, florestal da Amazônia, industrial em maior ritmo, integrado, amazônico, das atividades humanas, coerente, integrado e efetivo, local, zonal, ordenado, autossustentado, autossustentável, com liberdade, local integrado, nacional, nacional e regional, tecnológico e científico, da ciência e tecnologia, técnico científico, autoinduzido, agrícola da Amazônica, da estrutura social e econômica da Região, pleno. Todas essas utilizações foram encontradas nos artigos presentes nas revistas citadas. Além dessas, surgiram utilizações como “rápido processo desenvolvimentista”<sup>463</sup>, “rápido desenvolvimento sócio-econômico”<sup>464</sup>, “seu próprio desenvolvimento”<sup>465</sup>, “região em desenvolvimento como outra qualquer”<sup>466</sup>, “processo de desenvolvimento coerente, integrado e efetivo”<sup>467</sup>, além das classificações para os países em voga no período, como “países em desenvolvimento”<sup>468</sup>, “países desenvolvidos capitalistas”<sup>469</sup>, “sociedades subdesenvolvidas”<sup>470</sup>; “áreas subdesenvolvidas”<sup>471</sup>, “área em desenvolvimento”<sup>472</sup>, “subdesenvolvimento regional” e “sub-desenvolvimento da Região”<sup>473</sup>.

Algumas definições para o desenvolvimento chamaram nossa atenção. Para Ernesto Bandeira Coêlho, o que ele define como desenvolvimento da Amazônia não deveria ser uma “simples e isolada empresa de Governo”<sup>474</sup>, sendo composto por três problemas que precisariam de resolução imediata, nas palavras de Olegário Pereira Reis: o baixo nível de poupança, um mercado consumidor limitado e a escassez de recursos humanos<sup>475</sup>. Para

---

<sup>463</sup> PANDOLFO, Clara. Floresta Amazônica; possibilidades de exploração econômica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 55-60, out./dez., 1969.

<sup>464</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>465</sup> ALVIM, Paulo de T. Desafio Agrícola da Região Amazônica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 4, n. 1/4, pp. 49-61, out. 1972/ set. 1973. p. 49.

<sup>466</sup> TEREZO, Evaristo. Potencialidade do setor florestal da Amazônia. *SUDAM Documenta e Informa*. Belém, PA, v. 2, n. 1, pp. 9-24, jan./mar. 1979. p. 10.

<sup>467</sup> JORGE, Fernando Coutinho. Necessidade do planejamento urbano e a criação da CODEM. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 2, pp. 65-77, jan./abr., 1971. p. 70.

<sup>468</sup> RODRIGUES, José Roberto; MOREIRA, Jorge S. Alguns aspectos do setor primário regional. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 75-83, out./dez., 1969. p. 75.

<sup>469</sup> REIS, Olegário Pereira. Os preços nas empresas públicas. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 2/3, pp. 151-167, jan./jun., 1970. p. 156.

<sup>470</sup> SILVA, Maria José Oliveira e. Aspectos ocupacionais na sociedade amazônica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 2/3, pp. 191-207, jan./jun., 1970. p. 192.

<sup>471</sup> BRITTO, Rubens da Silveira; ALVES, Zildomar José; ROCHA, Maria Inês Ferreira da. Tuberculose: 86 anos de obituário em Belém. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 3, n. 1/2, pp. 87-107, jan./dez., 1981. p. 89.

<sup>472</sup> TEREZO, *Op. cit.*, p. 24.

<sup>473</sup> DIAS, Catharina Vergolino. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. *Revista Econômica do BASA*, Belém, PA, v. 1, n. 4, pp. 55-68, set./dez., 1971. p. 59.

<sup>474</sup> COELHO, Ernesto Bandeira. Apresentação. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. V-VI, out./dez., 1969. p. 5.

<sup>475</sup> REIS, Olegário Pereira. Incentivos fiscais para o desenvolvimento. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 5-31, out./dez., 1969. p. 19.

Fernando Costa Silva, o “[o]bjetivo maior do desenvolvimento econômico é o aumento de produtividade e sua distribuição mais equitativa”<sup>476</sup>, sendo ainda um processo restrito na Amazônia, já que não havia atingido “tôdas as áreas componentes desta sociedade”, conforme Maria José Oliveira e Silva. A autora observava que deveria ser direcionada atenção especial ao “aspecto ocupacional com o aperfeiçoamento e a qualificação do homem – mola propulsora do sistema social – a fim de que se possa atingir os grandes objetivos do bem-estar social, a que se propõem os Planos Desenvolvimentistas”<sup>477</sup>.

Essa observação corrobora com a colocação de Pedro Melo da Silva, para quem “o processo de desenvolvimento deve ser o resultado de uma colaboração direta de todos os interessados”<sup>478</sup>. Nesse sentido, fazendo uma defesa da atuação da Sudam, Francisco das Chagas Uchôa Guerra afirmava que essa instituição vinha

se preocupando grandemente na formação da mão-de-obra e preparação do homem amazônida para utilização deste nos seus Programas de Projetos, objetos do P.D.A., a fim de possibilitar a participação efetiva e, conseqüentemente, a inclusão do mesmo no contexto desenvolvimentista da região<sup>479</sup>.

Outra defesa, mais apaixonada, foi encontrada no texto de Rubens da Silveira Brito, referindo-se ao desenvolvimento na área da saúde. Para ele, haveria

[...] enormes responsabilidades que cabem aos órgãos de saúde da *região-desafio*, em que se positavam grandes esperanças nacionais, quanto a potencialidades energéticas, a recursos minerais, a reservas florestais, a fontes alimentares [...], como fatores de desenvolvimento de nosso país, de nosso Brasil grande, uno e admirado, que nossos antepassados com patriotismo nos legaram e que haveremos de transmitir com amor e trabalho a nossos pósteros, nossos descendentes e nossos continuadores, nessa *senda sacrossanta de Ordem e Progresso*<sup>480</sup>.

Para esses autores, o desafio estava lançado e saltava aos olhos sua imensidão. Como prover a chamada *região-desafio* de meios para seu desenvolvimento, inserindo-a na grande tarefa brasileira de tornar-se um país desenvolvido, superando seus mais duradouros dilemas?

No artigo *Tecnologia, industrialização, educação*, Fernando Costa Silva<sup>481</sup> definiu o desenvolvimento econômico como tendo o objetivo de “aumento de produtividade e sua

<sup>476</sup> SILVA, Fernando Costa. *Tecnologia, industrialização, educação*. SUDAM Documenta. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 49-52, out./dez., 1969. p. 50.

<sup>477</sup> SILVA, 1970, ref. 470, p. 201.

<sup>478</sup> SILVA, Pedro Melo da. Pressupostos gerais sobre a metodologia de um plano integrado. SUDAM Documenta. Belém, PA, v. 2, n. 4, pp. 121-128, jul./set., 1971. p. 123.

<sup>479</sup> GUERRA, Francisco das Chagas Uchôa. Projetos Florestais IX; mão-de-obra em manejo florestal (continuação). SUDAM Documenta, Belém, PA, v. 3, n. 1/2, pp. 5-13, jan./dez., 1981. p. 5.

<sup>480</sup> BRITTO, Rubens da Silveira. Digressões em torno do estágio nutricional das populações da Amazônia. In: SUDAM Documenta, Belém, PA, v. 4, n. 1/2, pp. 69-90, jan./dez., 1982. p. 84.

<sup>481</sup> SILVA, 1969, *Op. cit.*

distribuição mais equitativa”<sup>482</sup>, a partir de uma “maior racionalização dos processos produtivos tradicionais, a modificação desses mesmos processos com base no aproveitamento de matérias primas locais”<sup>483</sup>. Para tanto, a “formação do elemento técnico” seria uma forma de possibilitar o desenvolvimento na Amazônia, incorrendo numa “reestruturação das Universidades [...] ao delegar a elas as tarefas de levantamento e interpretação dos recursos naturais hoje ligadas aos órgãos de planejamento e/ou aos bancos de fomento”. A tarefa das universidades seria, em sua perspectiva, “criar, adaptar e aprimorar tecnologias, e assim, elas educariam de forma direta e indireta, científica e tecnicamente”<sup>484</sup>.

O autor partilhava também da visão de que a Amazônia sofria de muitas carências materiais e simbólicas, como uma “falta de interesse” da população nos processos de desenvolvimento, não se identificando com esse problema. Na iniciativa privada, os projetos não vinham sendo implantados ou mesmo solicitados por uma falta de interesse dos industriais, em seu “inteiro desconhecimento, falta de formação empresarial, ou então por insuficiência de recursos financeiros”<sup>485</sup>. Além disso, uma “uma falta de tradição e cultura tecnológica inerentes”, decorrentes da “formação de nossa própria estrutura social” contribuiria para essas carências, por isso o interesse do autor em criar tecnólogos para atuarem nos projetos de desenvolvimento, chamando as universidades para essa empreitada, já que faltavam, nelas, “pessoal científico e técnico que possibilite o desempenho das tarefas de educação e pesquisa pois, para tanto, é necessário que se disponha de tecnólogos de alto nível”<sup>486</sup>.

Sebastião Rabello Mendes Filho<sup>487</sup> também buscava inserir o campo técnico amazônico nessas arenas, buscando a criação de um Instituto de Tecnologia da Amazônia, para operar de forma integrada ao Ipean, Ippeaoc, INPA, institutos básicos da UFPA, UFAM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Sudepe, órgãos de pesquisas de departamentos estaduais, órgãos rodoviários, de saneamento básico, de eletrificação e de serviços públicos municipais. Seu artigo é embasado em pesquisas efetuadas dentro do Grupo de Ciências e Tecnologia para o Futuro, da UFPA, em cooperação com a Fundação Ford e o Conselho Nacional de Pesquisa. A tônica do escrito gira em torno de uma busca por tornar a Amazônia

---

<sup>482</sup> SILVA, 1969, ref. 476, p. 50.

<sup>483</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>484</sup> *Id.*

<sup>485</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>486</sup> *Id.*

<sup>487</sup> MENDES FILHO, Sebastião Rabello. Sugestões para uma política científico-tecnológica para a Amazônia. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 111-118, out./dez., 1969.

apta a produzir conhecimento e, conseqüentemente, desenvolvimento, passando pela criação de órgãos como o citado Instituto e a reformulação de instituições já existentes, como a própria Sudam que, segundo o autor, precisava de reformulação progressiva, assim como o BASA.

Incentivando o diálogo entre institutos de pesquisa, apontava a necessidade de um trabalho conjunto entre o NAEA e seu instituto equivalente na UFAM, a fim de pensar inicialmente vinte projetos de pesquisas científico-tecnológicas relevantes para a Amazônia. A esse respeito, argumentava que

[u]ma das falhas até hoje sentida na política nacional de favorecimento à criatividade tecnológica tem sido o pequeno apoio ao exercício das atividades do inventário e da possibilidade de aplicação prática de sua descoberta e invento, tendo em vista as necessidades nacionais e regionais<sup>488</sup>.

Em sua visão, a transformação da Amazônia adviria, dentre outras ações, de um “contato mais íntimo dos órgãos de desenvolvimento regional, instituições universitárias e de pesquisa e das empresas com os seus centros de produtividade na indústria”, assim como “Senai, Senac, as escolas técnicas, e o ginásio colégio orientado para o trabalho”<sup>489</sup>. A esse respeito, recomendava a disponibilidade de recursos também para “empresas dinâmicas” e “empresas tradicionais”.

O texto busca, com essas indicações, direcionar para um “movimento de encontro da Amazônia, com a introdução do progresso tecnológico”<sup>490</sup>, contudo, sem cair numa louvação ao “tecnologismo”, pois as pesquisas integradas para a execução do desenvolvimento deveriam estar embasados na orientação técnica consultando as “necessidades sócio-econômicas, as realidades e os aspectos prospectivos da região”, voltando-se, ainda, para “aqueles mais amplos objetivos de desenvolvimento nacional e regional e não apenas, que tal ou qual ramo de pesquisa consiga se tornar algo diferente, em detrimento de orientação orgânica, de natureza global”<sup>491</sup>. Portanto, inserindo técnicos, empresários, estudantes e professores nesse “esforço cooperativo de tão imensa escala”<sup>492</sup>, a tendência seria “criar, no amazônida, a mística da pesquisa técnica e científica”<sup>493</sup>, suprimindo a carência descrita no artigo de Fernando Silva<sup>494</sup>.

<sup>488</sup> MENDES FILHO, 1969, ref. 487, p. 113.

<sup>489</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>490</sup> *Ibid.*, p. 115.

<sup>491</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>492</sup> *Ibid.*, p. 116.

<sup>493</sup> *Id.*

<sup>494</sup> SILVA, 1969, ref. 476.

Para Nelson de Figueiredo Ribeiro<sup>495</sup>, o planejamento educacional deveria ser vislumbrado numa série de ações, para transformar aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade amazônica. Identificando premissas externas e internas, esses elementos influiriam no planejamento educacional da sociedade amazônica, passando por uma indicação de estratégia de ação para esse setor. De forma geral, entendia a sociedade amazônica como “politicamente débil”, com diminuta participação demográfica no Brasil, em detrimento de sua extensão territorial, o que não lhe permitiria ter um contingente eleitoral com representação política expressiva, limitando a forma como a região era concebida nacionalmente. A esse respeito, observa que existiriam “ao longo da história regional, uma predominância de decisões exógenas sobre os destinos da Região”, participando muito pouco a sociedade amazônica “das grandes decisões que tem sido tomadas no processo do seu planejamento”<sup>496</sup>. Ou seja, a Amazônia precisava ter seus líderes, formados por meio de uma política educacional própria, orientada para formar uma “tecnologia adequada à industrialização de recursos naturais da Região, visando assim, a longo prazo, diminuir a sua característica de supridora de matérias-primas e, em consequência atenuar o sentido reflexo de sua economia”<sup>497</sup>, para superar as “características coloniais das sociedades subdesenvolvidas de comportamento reflexo e sensível às decisões exógenas”<sup>498</sup>.

A educação precisaria ser transformada, tornada *bem de consumo e investimento*. Em sua visão, Figueiredo entendia que a educação, dessa forma, deveria ser entendida como arte ou ciência “voltada para maximização do aproveitamento do homem, enquanto *recurso sócio-econômico do desenvolvimento*”<sup>499</sup>. Para tanto, o planejamento educacional na Amazônia deveria ser vinculado ao “sistema produtivo da Região e ao aperfeiçoamento dos seus serviços econômicos, políticos e sociais”<sup>500</sup>, ou seja, numa estreita ligação entre educação e desenvolvimento, o primeiro servindo ao segundo. A política educacional passaria por uma revisão, na qual um “sentido ecológico” e a “concepção desenvolvimentista” seriam inseridas em sua definição básica, orientadora de todo o processo educativo. Nesse ponto, Figueiredo apresenta uma proposta de transformação dos estudantes em “produto novo”, “adequado ao ambiente em que vai atuar, e por isso mesmo intrinsecamente vinculado ao contexto da

---

<sup>495</sup> RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Planejamento e utilização de recursos humanos no processo de desenvolvimento da região amazônica. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 4, pp. 41-53, set./dez., 1971.

<sup>496</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>497</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>498</sup> *Id.*

<sup>499</sup> *Id.* – grifos nossos.

<sup>500</sup> *Id.*

problemática regional”, o que necessitaria de revisão curricular e da formação de docentes “intelectualmente voltado[s] para o desenvolvimento regional”<sup>501</sup>.

A nosso ver, a preocupação dos três autores é semelhante por visualizar o campo educacional como uma arena de disputas e propícia para a criação de ferramentas que levariam à construção do desenvolvimento na Amazônia. Seu engajamento voltava-se para inserir as pessoas, aparentemente alheias aos “grandes processos” nos quais estavam inseridas, na seara desenvolvimentista, pois o atraso da região advinha de séculos de colonização e resposta a interesses de fora, ou seja, os amazônidas, nas mais variadas frentes, precisavam ser alertados de seu papel essencial na construção de um novo mundo. Floresta, águas, solo e seus mais variados elementos seriam transformados em recursos para o desenvolvimento se o povo estivesse coadunado com quem pensava e executava os processos de desenvolvimento. A Educação e a Ciência e Tecnologia assumiriam seu lugar de protagonistas, chamando quantas pessoas pudessem para esse engajamento.

A modificação na situação do dito atraso da Amazônia viria, dentre outras formas, por meio da utilização *racional* da floresta em suas inúmeras possibilidades. Para Paulo de Tarso T. Alvim<sup>502</sup>, o “potencial agrícola” da região deveria ser aproveitado com a introdução de culturas nativas, como borracha e cacau, racionalizadas pela atuação certa de institutos de pesquisa e assistência técnica “de alto nível, para se planejar com segurança, o desenvolvimento agrícola da Região Amazônica”<sup>503</sup>. Os questionamentos descritos ao longo do texto demonstram, a nosso ver, a condensação de uma série de representações a respeito da Amazônia e dos amazônidas vigentes no período, e que também aparecem em outras fontes, como os PDAs. O autor perguntava:

Por que a Amazônia não conseguiu promover seu próprio desenvolvimento com essas espécies nativas que tanto vêm contribuindo para o progresso econômico de outras regiões tropicais? Seria desinteresse ou falta de iniciativa dos habitantes da região? Seria falta de visão dos governantes? Seria o caboclo amazonense inferior ao negro africano, ao nativo da Malásia, ou mesmo ao mestiço nordestino que implantou a lavoura cacauzeira na Bahia, trazendo sementes da própria Amazônia? Seria a situação econômica da região diferente se nosso país fosse colônia de ‘gringo’, como eram a Malásia e a África quando da implantação da heveicultura e da cacauicultura naquelas regiões?<sup>504</sup>

Mais uma vez vemos dispostas o que seriam as muitas carências da região, identificadas por agentes do desenvolvimento. Alvim observava, ainda que em tom irônico, a

---

<sup>501</sup> RIBEIRO, 1971, ref. 495, p. 45.

<sup>502</sup> ALVIM, 1973, ref. 465.

<sup>503</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>504</sup> *Ibid.*, p. 50.



persistência desses *elementos de atraso* e concluía que a pesquisa e a assistência técnica, ou mesmo políticas de C&T, seriam as responsáveis pela transformação daqueles elementos. Dizia não acreditar

na possibilidade de planejar com segurança o desenvolvimento agrícola da região amazônica [...] sem antes contarmos com instituições de pesquisas e de assistência técnica de alto nível, capazes de fornecer os subsídios indispensáveis para por fim ao lamentável estado de atraso da agricultura e às condições de pobreza em que vivem as populações daquela região<sup>505</sup>.

Quem, então, promoveria essas ações transformadoras? Heliana Jatene, Eliana Zacca e José Carneiro indicavam ser o poder público, considerado como agente que, “através da manipulação de um complexo de políticas e programas, que orienta e direciona o alargamento da fronteira agrícola”<sup>506</sup>. Contudo, divergindo de boa parte dos autores até aqui referenciados, em seu artigo apresentam importante contraponto em relação a visões negativas a respeito da Amazônia e sua gente:

Ao que parece o estereótipo de que se tem revestido o natural da região quanto a ser ‘preguiçoso’, ou ainda quanto ao uso de métodos ‘primitivos’ de caça e agricultura, coloca-o sempre à margem do processo, como à espera de que o simples ‘efeito demonstração’, resultante de empreendimentos dirigidos para colonos extra-regionais, possa se constituir em mola única, agilizadora de seu processo de mudança. Por outro lado, vale informar que até bem pouco tempo, o homem da Amazônia, desenvolvendo uma economia de subsistência, e atribuindo à terra valor de uso, não possuía preocupação com o sentido de propriedade da mesma, passando a adquirir este sentido após a expansão capitalista em direção a região que gerou, em consequência, a mercantilização da terra<sup>507</sup>.

Na *Revista Econômica do BASA* encontramos nomes que também aparecem nas publicações da Sudam, como Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa. Estes cientistas nos interessam em seus escritos, pois suas análises ainda são encontradas nas publicações do Idesp e do NAEA, sendo fundadores deste último. Com essas observações indicamos o trânsito dos agentes entre as instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento no Pará durante a Ditadura Militar, que será interpretado no capítulo seguinte. Por ora, manteremos o olhar voltado para seus escritos nas revistas elencadas.

Armando Dias Mendes, em *A Amazônia e o extrativismo*<sup>508</sup>, trouxe colocações acerca também do atraso econômico amazônico, identificado da prática do extrativismo, considerado

<sup>505</sup> ALVIM, 1973, ref. 465, p. 51.

<sup>506</sup> JATENE, Heliana da S.; ZACCA, Eliana F. S.; CARNEIRO, José Q. Notas informativas sobre a atuação de empresas privadas de colonização no norte-matogrossense. *SUDAM Documenta e Informa*. Belém, PA, v. 2, n. 2, pp. 9-38, abr./jun., 1979. p. 11.

<sup>507</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>508</sup> MENDES, 1971, ref. 434.

pelo autor como “tecnicamente obsoleto, economicamente pouco produtivo e socialmente desumano”<sup>509</sup>, além de conter métodos ultrapassados de trabalho que poderiam ser aperfeiçoados. Remetendo à extração da borracha, afirmava ser difícil alcançar naquele momento os resultados passados, devido à heterogeneidade da floresta, à dispersão das árvores por extensas áreas e ao número elevado de trabalhadores necessários para essa atividade, o que tornaria a produtividade baixa. Em sua visão, o seringal não seria autossuficiente, sem ao menos prover de itens alimentares básicos a população. Contudo, preocupava-se em analisar uma “mentalidade extrativista” que, para ele, seria um obstáculo, isolando “o homem da civilização”, o condenando a “uma vida degradante”<sup>510</sup>, e gerando problemas identificados pelo autor como analfabetismo, incultura, doença, deterioramento dos costumes e dependência do barracão, tornando as pessoas em “escravizados do sistema”.

Desse modo, via “[a] substituição do extrativismo [como] um imperativo em qualquer programa que vise o aumento da eficiência econômica e a promoção humana da região”<sup>511</sup>. Para realizar essa substituição, seria necessário diversificar a produção amazônica, entendida como uma “exigência social” e uma “necessidade econômica”, a fim de retirar do processo os “inconvenientes da monocultura”. Tal processo demandaria – importante ressaltar – “um mais largo conhecimento da realidade regional”<sup>512</sup>, e o cientista observava que esse processo receberia críticas e resistências, especialmente aquelas que se oporiam “a qualquer esquema de modificação do ‘status quo’”. Não apenas os interesses estabelecidos, como instituições e hábitos”<sup>513</sup>. E ainda pontuava que tal fenômeno seria “universal e constante, onde quer que se queira modificar as estruturas em nome de uma ordem econômica mais produtiva e social mais justa”<sup>514</sup>. Preocupado com isso, descrevia as “estruturas mentais alicerçadas durante séculos na prática predatória da natureza, na reprodução rápida do capital empregado, no seu consumo suntuário e desperdício”<sup>515</sup> como responsáveis pelo entrave à transformação da Amazônia, enfatizando que tais problemas deveriam ser enfrentados a partir de uma regionalização da ação federal.

No artigo *Amazônia: oportunidades de investimento*, o presidente do BASA no período entre abril de 1967 e abril de 1971, Francisco de Lamartine Nogueira, apresenta duas

---

<sup>509</sup> MENDES, 1971, ref. 434, p. 5.

<sup>510</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>511</sup> *Id.*

<sup>512</sup> *Id.*

<sup>513</sup> *Id.*

<sup>514</sup> *Id.*

<sup>515</sup> *Id.*

Amazônias: a ocupada e a vazia, necessitando de um “exame conjuntural” e estudo a respeito das estratégias governamentais do período em termos de “valorização e desenvolvimento delas”<sup>516</sup>. Para o autor seria a Amazônia um “desafio nacional”, existindo um interesse por todo o país, iniciando pelo Governo Federal e empresários, numa “crescente conscientização da sua problemática e da necessidade de promover a sua efetiva ocupação, em termos de segurança nacional e de *racional progresso econômico*”<sup>517</sup>. No trecho descrito observamos um destaque nos dois grupos sociais que seriam responsáveis pela efetivação do desenvolvimento da Amazônia, a saber, o Governo Federal e os empresários, argumentação recorrente nos artigos que compõem os cinco volumes da *Revista Econômica do BASA* analisados por nós. Há um constante chamamento do empresariado para a empreitada desenvolvimentista, especialmente aqueles grupos considerados especialistas devido à sua experiência mais longa mediante tais processos, na região Centro-Sul do Brasil. Se em outros artigos das revistas *Cadernos NAEA e Pará Desenvolvimento*, e até mesmo na *SUDAM Documenta*, encontramos críticas à essas atuação de agentes não-amazônidas, na REB tais pessoas e, especialmente, sua atuação, são louvadas como exemplo a seguir e, sobretudo, a atrair para a Amazônia.

A “verdadeira realidade” amazônica, vista por Catharina Vergolino Dias como a do subdesenvolvimento<sup>518</sup>, não seria indomável e nem uma exceção, para Nogueira, “embora áspera e difícil”<sup>519</sup>. Apesar dos problemas, a Amazônia contaria em si com inestimáveis recursos aptos para a exploração, o que já não se encontrava nas terras dos países desenvolvidos. Aqui estariam “reservas florestais, animais e minerais praticamente inesgotáveis” e aspectos gerais também contribuiriam para essa *aptidão para o desenvolvimento*: “[...] o território amazônico, pela sua planura e pela estabilidade de seu clima, é uma *vocação irreversível* para a agricultura e para a pecuária; não há na Amazônia insalubridade nem doenças de caráter endêmico que resistam ao saneamento e à higiene [...]”<sup>520</sup>, reiterando antigas representações a respeito do mundo amazônico, como a da fertilidade da terra e da amenidade do clima, porém ressignificadas, já que essas representações nem sempre corresponderam à efetividade da realidade vivenciada. Se antes o solo fértil povoava o imaginário dos colonizadores, agora a planura da terra era apresentada

---

<sup>516</sup> NOGUEIRA, Francisco de Lamartine. Amazônia: oportunidades de desenvolvimento. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 7-13, set./dez., 1970. p. 7.

<sup>517</sup> *Ibid.*, p. 7 – grifos nossos.

<sup>518</sup> DIAS, 1971, ref. 473.

<sup>519</sup> NOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 7.

<sup>520</sup> *Id.*

como característica ótima para a agricultura e a pecuária, e se o clima ameno já havia sido desmistificado há bom tempo pela presença do calor e chuvas, o clima “estável” também consistiria num fator do desenvolvimento dessas duas atividades econômicas. As doenças, por sua vez, apenas persistiriam se não houvesse saneamento e higiene, o que facilmente seria obtido pela implementação do desenvolvimento nos mais variados setores sociais, inclusive a Saúde.

Esses elementos, como aspectos fundamentais do desenvolvimento, permitiriam o crescimento econômico da região, determinado por uma expansão de sua capacidade produtiva, mediante “variações positivas” como incrementos do estoque de capital, acréscimos da População Economicamente Ativa (PEA), incorporação dos avanços tecnológicos no processo produtivo e sua efetivação na exploração dos recursos naturais. As oportunidades de investimento – foco do artigo – adviriam, portanto, de alguns fatores ou determinantes básicos, nos termos do autor: inter-relações econômico-espaciais que regem o sistema ou a posição ocupada pela região, como centro ou periferia; perfil da estrutura socioeconômica regional e dinamismo das tendências estruturais de transformação; potencial dos recursos naturais; e grau de importância das concentrações demográficas. Tais elementos seriam importantes na consideração de uma “política racional de seleção das atividades econômicas especificamente talhadas para a Amazônia”<sup>521</sup>.

Observa que o primeiro condicionamento remeteria ao processo nacional de desenvolvimento e a posição ocupada pela Região Norte, ou seja, de subalternidade, “à margem do surto desenvolvimentista”, o que determinaria os investimentos. Mediante aspectos como esse, o autor afirma que desenvolver lugares como a Amazônia historicamente vinha sendo feito por iniciativas exógenas, orientando os fluxos econômicos. Sua proposta, então, incluía “explorar racionalmente” para cumprir uma dupla função no processo desenvolvimentista: liderar o processo e integrar e ampliar o espaço amazônico, ocupando “espaços vazios”, a partir do alargamento da fronteira pecuária. Nesse sentido, a concepção de desenvolvimento amazônico seria a de um “processo típico de interiorização”, capaz de promover “o equilíbrio do modelo nacional de desenvolvimento, contrabalançando o processo histórico de crescimento vertical nos polos dinâmicos da economia brasileira”<sup>522</sup>.

Outro caminho para o desenvolvimento amazônico estaria no que Nogueira chama de “potencial madeireiro”, ou seja, a exploração da floresta transformada em madeiras. Esse

---

<sup>521</sup> NOGUEIRA, 1970, ref. 516, p. 8.

<sup>522</sup> *Ibid.*, p. 11.

elemento é enfatizado por muitos outros autores na REB e na SD, como um típico processo de *racionalização da floresta*, ultrapassando sua dispersão e multiplicidade e instaurando espaços uniformizados e identificáveis nos termos de sua rentabilidade. De acordo com Violeta Refkalefsky Loureiro<sup>523</sup>, uma das principais expoentes dessa visão durante a Ditadura Militar foi Clara Martins Pandolfo, cientista cujos trabalhos analisaremos no capítulo seguinte, apreendendo elementos de sua atuação na Sudam e em outras instituições nas quais transitou. Para Lamartine Nogueira, “[...] pode-se afirmar, sem medo de êrro, que o potencial florestal da Amazônia constitui uma riqueza quase inexplorada e que apresenta perspectivas as mais promissôras dentre os múltiplos e variados aspéctos para investimento que oferece a Região”<sup>524</sup>. Nesse caminho desenhava-se “o surgimento na Região de um nôvo tipo de atividade que tem futuro garantido como fonte de divisas para o Brasil”<sup>525</sup>.

A esse respeito, Sebastião da Silva Ramalho e Clóvis Gabilanes Corrêia Pinto, em *Amazônia: solo e recursos florestais*, afirmam que sendo função do BASA mostrar “a verdadeira Amazônia”, ela não poderia ser dissociada de seu mais “notável aspecto”, a saber,

[...] o das reservas madeireiras, antes consideradas uma das saídas a curto prazo para a Região e agora atravessando um período de descrédito, quando, por falta de um maior conhecimento do assunto, se diz que as madeiras são de péssima qualidade em sua maioria ou estão muito dispersas para um aproveitamento industrial<sup>526</sup>.

Retornando ao artigo de Francisco de Lamartine Nogueira, o autor finaliza seu escrito com palavras de ânimo para quem se interessava pelo desenvolvimento amazônico, as quais reproduzimos integralmente pela significância que têm, para nós, por conter elementos relevantes identificados na pesquisa como componentes da concepção de desenvolvimento vigente e do consenso desenvolvimentista em construção no período:

É impossível deixar de ver e sentir a batalha pela Amazônia, o bom combate em que todos nós, amazônidas de lá e amazônidas do sul, Govêrno e povo brasileiros, estamos empenhados, no superar o maior desafio que já se fêz à capacidade de realização e ao brio nacionais. Estabeleceu-se o grande “Mutirão Amazônico”. Aqui estamos para convocá-los para êle. Convocar gente, braços, recursos, talento e experiência dos empresários do sul, que construíram a sua grandeza e a sua prosperidade. Refere-se um ditado popular que “os extremos se tocam” e outro que “a voz do povo é a voz de Deus”. Invocando um e outro provérbios, pedimos a Deus que os extremos não se toquem, apenas. Tocar é verbo que implica em ação passageira e fugaz. Queremos, antes, que os extremos se dêem as mãos, se unam e se identifiquem, e condicionados pela necessidade de ocupar a Amazônia, tanto quanto convencidos das suas potencialidades e das vantagens em nela trabalhar e se

<sup>523</sup> LOUREIRO, 2021, ref. 427.

<sup>524</sup> NOGUEIRA, 1970, ref. 516, p. 12.

<sup>525</sup> *Id.*

<sup>526</sup> RAMALHO, Sebastião da Silva; PINTO, Clóvis Gabilanes Corrêa. *Amazônia: solos e recursos florestais. Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 15-17, set./dez., 1970. p. 16.

investir, partam resolutamente para a luta, a fim de torná-la pelo desenvolvimento mais útil, mais rica, mais próspera e, sobretudo, mais e mais brasileira<sup>527</sup>.

Os extremos, no sentido do texto, não eram povo amazônida e elites da Amazônia, por exemplo, mas empresários do Norte e empresários do Sul, Governo e povo brasileiro. Nessa oposição, aparentemente simples, estão inseridos elementos de um longo debate acerca da integração amazônica ao Brasil, mediante os processos de desenvolvimento que perpassam os artigos da REB em seus cinco volumes que chegaram até nós. Obviamente, produzida no âmbito de uma instituição de promoção financeira do desenvolvimento na Amazônia, não seria outro o seu caráter senão o de demonstrar a necessidade desses processos, inclusive sua importância para a integração nacional e a consolidação do país como desenvolvido. A Amazônia deveria *servir ao Brasil*, e assim o demonstram os vários artigos referentes à uma exposição dos recursos naturais aptos para a exploração dita racional. A *Revista Econômica do BASA* e a *SUDAM Documenta*, nesse sentido, partilham funções semelhantes dentro do imaginário desenvolvimentista, a saber, apresentar elementos de sua efetivação. E, para isso, os artigos curtos da SD e os um pouco mais longos da REB consistem numa exposição de riquezas a serem conquistadas, com a presença de alguns poucos trabalhos com críticas às formas de condução do processo, mas comedidos.

### 3.3 Vozes do NAEA

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, existente até a atualidade, é uma instituição universitária vinculada à Universidade Federal do Pará, com atuação em temas amazônicos, especialmente *desenvolvimento*. Sua trajetória é marcada pela ação de pensar a Amazônia e o desenvolvimento amazônico em suas mais variadas facetas. Fruto de um contexto específico de ampliação das instituições voltadas para o planejamento e intervenção estatal, o NAEA é parte desses resultados. Lembremos que o projeto modernizador-conservador da Ditadura Militar enfocava, dentre outros aspectos, o cumprimento de duas funções, a saber, formar profissionais para as atividades econômicas e criar novas tecnologias.

De acordo com Silvia Maria Bitar L. Moreira<sup>528</sup>, no contexto amazônico dos anos 1960 ocorreu uma ampliação e divisão do trabalho das atividades científicas e tecnológicas, com o direcionamento de recursos, criação de novas instituições e implementação de políticas

---

<sup>527</sup> NOGUEIRA, 1970, ref. 516, p. 13.

<sup>528</sup> MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima, *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará*. Belém: NAEA, 2018.

públicas, condensadas no Programa Estratégico de Governo. Note-se que desde o século XIX já existiam iniciativas científicas no espaço amazônico, tendo como maior expoente o Museu Emílio Goeldi, criado em 1866. No XX, tem-se a atuação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), criado em 1952, ambos existindo até hoje. Contudo, com modificações na política de fomento à pesquisa e à ciência, ampliaram-se as instituições de pesquisa e ensino, bem como houve a criação de novas universidades, que deveriam se voltar para a formação dos chamados recursos humanos qualificados a fim de atender às necessidades do processo de desenvolvimento amazônico.

Na década de 1970 ocorreu uma expansão das atividades de pesquisa na Amazônia, ao mesmo tempo em que se ampliaram as insatisfações com o regime. Nesse contexto é criado o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, cuja concepção remete à Reforma Universitária de 1968, advinda de uma proposta inserida no documento *Esboço de concepção básica de uma universidade para a Amazônia*. A criação do NAEA foi efetuada em 1972, com atividades em curso e estatuto implantado, tendo como marco de início a realização do *I Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* (FIPAM I), em fevereiro de 1973, o primeiro projeto de pós-graduação do núcleo, em nível de especialização. O NAEA, na contemporaneidade, atua a partir do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), nos níveis Doutorado e Mestrado; do Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGGP), no nível Mestrado; e do Programa de Pós-graduação Lato Sensu (PPLS), no nível Especialização. De acordo com Armando Dias Mendes, um dos fundadores e primeiro coordenador geral e professor do Núcleo, “o objeto de reflexão do NAEA seria a Amazônia como um todo, em toda a sua multifacetada complexidade, não a sua geografia física ou a geografia humana e social – o complexo amazônico”<sup>529</sup>.

Para ele, o NAEA de 1970 possuía a particularidade de concentrar “um esforço inovador, e podemos dizer inédito, talvez incipiente, visando à *amazonização da academia* em nossa região”<sup>530</sup>, o que foi modificado por ocasião da última reforma do ensino universitário da UFPA, em 2006, na qual houve uma “*academicização da Amazônia*” abdicando-se “do modelo inovador para aderir ao modelo conservador do ente acadêmico predominante na maioria dos lugares”<sup>531</sup>. O professor, em sua crítica, afirmou que

---

<sup>529</sup> Apud MOREIRA, 2018, ref. 528, p. 227.

<sup>530</sup> *Ibid.*, p. 235 – grifos da autora.

<sup>531</sup> *Id.*

não era proposta do NAEA, ao ser concebido e instituído, voltar-se para o entendimento e a transformação de nacos ou fatias da Amazônia, ao sabor dos parâmetros convencionais da investigação científica, mas sim voltar-se para a própria Amazônia como um todo<sup>532</sup>.

Conforme Raymundo Maués, os pesquisadores do Núcleo “assessoravam órgãos de planejamento do Estado, desenvolviam trabalhos na SUDAM”<sup>533</sup>. Dessa forma, o NAEA “[...] ajudou a desenvolver de forma significativa a região Amazônica. Todos os planos de desenvolvimento da Amazônia, o NAEA era chamado para discutir na SUDAM e em outros órgãos. Isso foi um trabalho que se iniciou desde a gestão do professor Marcelino”<sup>534</sup>. Além disso, ainda conforme o referido professor, “[...] fazia parte da própria ideia da criação do NAEA que ele contribuísse para o desenvolvimento regional”<sup>535</sup>, sendo um órgão de integração.

Conforme informações de Moreira, o NAEA teve como diretores: Armando Dias Mendes, de 1970 a agosto de 1973, como idealizador do Núcleo; José Marcelino Monteiro da Costa, entre setembro de 1973 a junho de 1983; Manoel Pinto da Silva Júnior, de julho de 1983 a junho de 1985; Raymundo Heraldo Maués, desde julho de 1985 até agosto de 1989. Após essas pessoas, o NAEA teve mais sete diretores, até 2009, período de escrita da obra de Moreira<sup>536</sup>.

As observações dos professores e pesquisadores até aqui esboçadas nos orientam para uma compreensão a respeito da produção do NAEA como inserida num contexto de busca pela implementação do desenvolvimento regional. Além deste conceito em específico, ao longo dos trabalhos analisados encontramos diferentes designações para a Amazônia, que se relacionam com as maneiras de se compreender o desenvolvimento. Observando os primeiros trabalhos defendidos no Curso de Especialização no Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (I Fipam), pudemos notar a continuidade dessa preocupação, porém analisada sob um viés crítico. Duas monografias de especialização defendidas em 1973, a

<sup>532</sup> *Apud* MOREIRA, 2018, ref. 528, p. 236.

<sup>533</sup> *Ibid.*, p. 244.

<sup>534</sup> *Ibid.*, p. 245.

<sup>535</sup> *Ibid.*, p. 247.

<sup>536</sup> *Ibid.*, p. 53. Os nomes dos demais diretores e respectivos períodos de atuação são: Raul da Silva Navegantes, de setembro de 1989 a setembro de 1992; Mário Nazareno Noronha Faria e Souza, entre setembro de 1992 e outubro de 1992; Francisco de Assis Costa, de outubro de 1992 a novembro de 1996; Edna Maria Ramos de Castro, entre novembro de 1996 e novembro de 2000; Luis Eduardo Aragón Vaca, de novembro de 2000 e dezembro de 2004; novamente Edna Castro, no período entre dezembro de 2004 e janeiro de 2009; Armin Mathis, de janeiro de 2009 a fevereiro de 2013; Fábio Carlos da Silva, de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2014; Durbens Martins Nascimento, com duas gestões: fevereiro de 2014 a fevereiro de 2017 e fevereiro de 2017 a fevereiro de 2021, sucedido pelo atual diretor Armin Mathis.



primeira, e em 1975, a segunda, nos auxiliam a entender em qual estado se encontrava o debate a respeito do desenvolvimento no Pará.

### 3.3.1 Planejamento e desenvolvimento: debates iniciais

Em *Modelos de Políticas para a Amazônia*, Antonio Walmir Fiock da Silva, Augusto Bento Serra, Francisco M. Vasconcelos Filho, Lindalva da Costa Teixeira, Paulo Roberto da Costa Chagas e Rosa Elizabeth Acevedo Marim<sup>537</sup> construíram um resumo de todas as políticas adotadas no Brasil com reflexo na Amazônia até então, a partir de levantamento de planos de desenvolvimento voltados para a região desde a extinta Spvea. O intuito, com isso, era apresentar uma proposta de “modelos de políticas”, o que demonstra o caráter analítico e propositivo do texto, corroborando com a visão de Mendes a respeito da proposta de criação do NAEA. No texto nota-se uma preocupação geral em verificar consequências das políticas econômicas brasileiras para a Amazônia, o que também pudemos perceber em outros escritos do período analisados nessa tese.

Passando por processos como a Política de Exploração e Defesa (1500 a 1530), a primeira política traçada para a Amazônia com o Marquês de Pombal (1755) e o momento de predominância no mercado mundial da borracha asiática (1912 a 1950), são apontados elementos para compreender as políticas para a Amazônia, como a vigência dos Acordos de Washington, a partir de 1942, e a institucionalização da valorização da Amazônia, em 1946. É interessante a informação de que o termo *valorização* seria uma das “poucas contribuições da língua portuguesa ao jargão econômico internacional”, tendo surgido no contexto de um encontro entre produtores e exportadores de café em Taubaté, São Paulo, em 1906, com fins de criar “medidas comuns de comportamento no mercado internacional, visando a sustentação dos preços do produto”<sup>538</sup>.

Ao longo da monografia aparecem designações para a Amazônia, como “Amazônia Oriental Litorânea” e “Amazônia Oriental”<sup>539</sup>, operando os autores com as demarcações da Amazônia Legal. Também uma noção de perda, contida no trecho seguinte:

---

<sup>537</sup> SILVA, Antonio Walmir Fiock da; SERRA, Augusto Bento; VASCONCELOS FILHO, Francisco M.; TEIXEIRA, Lindalva da Costa; CHAGAS, Paulo Roberto da Costa; MARIM, Rosa Elizabeth Acevedo. *Modelos de Políticas para a Amazônia*. 1973. 158 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1973.

<sup>538</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>539</sup> *Ibid.*, p. 4.

Perdeu, todavia, a Amazônia, ao longo de sua história, todas aquelas oportunidades que lhe ensejariam diversificar a sua economia, e cujo aproveitamento lhe teria, senão assegurado o desenvolvimento, pelo menos garantido uma situação econômica mais estável que aquela proporcionada pelo precário sistema escravista<sup>540</sup>.

O chamado desenvolvimento regional é visto em um “processo evolutivo” e alguns lugares-comuns surgem na narrativa, como “insuficiente mão-de-obra necessária aos tratos culturais, [...] grande dispersão demográfica”<sup>541</sup>, bem como

A disponibilidade, assim, dos recursos naturais, facilmente acessíveis ao elemento nativo, satisfazendo as suas limitadas necessidades, parece ter subtraído ao homem amazônico a oportunidade de um estímulo que justificasse uma tomada de posição capaz de levá-lo a outro meio de vida mais racional que o simples e primitivo sistema da coleta. A prática extrativista, com efeito, “ofereceria a essa população um nível de vida mais alto que a agricultura rudimentar não permitira...”<sup>542</sup>.

Observando a importância ainda vigente no período das atividades extrativistas, notavam que ocorria um aviltamento dos seres humanos imposto pelo sistema de trabalho em que viviam, levando a efeitos de marginalização, como analfabetismo, incultura, deterioração dos costumes e doenças – todos termos do texto. A noção de vazio demográfico, presente na monografia, e as ditas necessidades de ocupar e integrar o território eram analisadas nos termos de um problema com longa duração. A década de 1970, noutro modo, era identificada positivamente como uma nova fase econômica com as novas culturas, devendo ser vislumbrada a partir da planificação, como técnica de controle da economia.

A planificação, conforme o texto, partiria de um diagnóstico para o Brasil durante um determinado período, com a composição de planos setoriais. Os autores identificam a institucionalização do planejamento no Brasil para o período entre 1960 e 1961, pois “[...] o Estado deveria intervir no processo para estimular e suprir a iniciativa privada, [...] inversão em larga escala em infra-estrutura básica (energia, transporte, educação)”<sup>543</sup>. Nesse momento,

Bases orgânicas foram criadas e aperfeiçoando o pessoal técnico, o que possibilitou a adoção de medidas efetivas para dar embasamento à montagem de um sistema de planejamento nacional. Com a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Decreto-Lei nº 200), a permanência e conteúdo científico na prática do planejamento governamental foram assegurados<sup>544</sup>.

Observamos, também, uma argumentação favorável ao campo político ou da política, entendida como “uma variável de extrema relevância, que não pode e nem deve ser alijada do

<sup>540</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 4.

<sup>541</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>542</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>543</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>544</sup> *Id.*

órgão de planejamento, sob o risco da falácia dos planos elaborados”<sup>545</sup>. A partir dessas observações, os autores apontam características gerais do Plano de Metas (1956 a 1961)<sup>546</sup>, visto como a primeira experiência efetiva de planejamento governamental no Brasil, do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social, que sucedeu o Plano de Metas e no qual estava inclusa uma vontade do governo de levar a população a adotar o plano como bandeira e garantir sua execução, possivelmente neutralizando oposições, além de ser o “primeiro instrumento de política global e globalizante na esfera federal, correspondendo a uma fase mais avançada de elaboração conceptual e analítica”<sup>547</sup>, conforme os autores. Nesse plano, a noção de planejamento regional foi se ampliando e houve uma centralização das decisões, conciliando os setores Executivo e Legislativo.

Após ele, veio o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964 a 1966), a partir do qual se esboçou uma continuidade administrativa e similitude de diretrizes econômicas entre os três governos do período 1964 – 1970, estando inclusa uma política de ocupação e dinamização da economia amazônica, com a criação de incentivos fiscais, condições para o crescimento econômico e outras medidas, tendo como proposta atenuar os desníveis regionais de renda através de concessões em caráter prioritário aos investimentos no Norte e no Nordeste e política de isenção fiscal. Nele, “firmou-se a consciência de tornar o planejamento operacional”<sup>548</sup>. Seguiu-se o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), inserido no Plano Trienal (1968 a 1970), com caráter específico em relação ao desenvolvimento regional, tendo como objetivos criar em cada “região-problema” as bases de um “desenvolvimento autossustentado” e promover a formação de um mercado nacional integrado. Para os autores, nesse plano deu-se enfoque especial à Amazônia, a partir da possibilidade de construção de infraestrutura, formação de capital, “aprimoramento” do dito elemento humano e técnica empregada, promoção de exportação e seguranças para atividades privadas. A variável política estava presente no Plano, entendida como importante para o estabelecimento de um “consenso nacional desenvolvimentista”<sup>549</sup>.

O *Metas e Bases para a Ação do Governo*, embora não tenha sido um plano como os anteriores, continha a fundamentação do trabalho de programação do governo Médici e

---

<sup>545</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 24.

<sup>546</sup> Não detalharemos esses planos, pois o objetivo nesse momento da tese é apenas esboçar ideias gerais presentes nas fontes, e também devido a já termos exposto no capítulo anterior informações a respeito desses planos, especialmente para o período da Ditadura Militar.

<sup>547</sup> *Op. cit.*, p. 25.

<sup>548</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>549</sup> *Ibid.*, p. 29.

forneceu o fundamento para a elaboração do I PND, como referimos em outros momentos. No texto eram apresentadas como “conquistas essenciais” a “participação da juventude, dos trabalhadores, dos intelectuais, dos servidores públicos, enfim, de todas as categorias sociais na construção do progresso nacional”<sup>550</sup>, característico da formação de consenso. A respeito do I PND, os autores destacam que

Na realidade, a tecnocracia estatal instalada parece tender muito mais à técnica em si que propriamente aos aspectos políticos, embora a estrutura política atual seja excepcional, no sentido de permitir (como fez em 1964), uma hegemonia absoluta do executivo, beneficiando, assim, as medidas de política econômica adotada<sup>551</sup>.

Também foi adotada como estratégia setorial a construção de política específica para Amazônia e Nordeste, a saber, integrar e ocupar a região através de mecanismos particulares de ação – Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e Programa de Integração Social (PIS). A respeito desse último, destacam que “representaria o PIS a ‘contrapartida social do modelo econômico’ e estaria destinado a fazer com que todas as classes de renda participem das vantagens auferidas pelo progresso econômico do país”<sup>552</sup>. Apontando, a nosso ver, que a construção do consenso também se daria por uma participação nos resultados do desenvolvimento, ainda que diminuta.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1946, o planejamento regional ganhou consistência e institucionalização, com a criação da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia e da Fronteira do Sudoeste Brasileiro (1947), da Comissão do Vale do São Francisco (1948) e da Spvea (1953). Antes desse órgão, havia formulações teóricas acerca do tratamento das regiões-problema e conceituação de *valorização regional*, contudo a mudança na atuação do Estado se deu com a adoção da técnica do planejamento como solução de controle, ocorrendo uma “mudança da ideologia valorativa para a desenvolvimentista, com a criação da SUDENE (1959), numa conscientização da União de que o desenvolvimento dizia respeito ao país como um todo”<sup>553</sup>. Um entrave ao planejamento do desenvolvimento, contudo, seria uma faceta da questão política identificada pelos autores como o “particularismo”, ou seja, uma espécie de barreira criada pelo sistema político dominante que impedia o ingresso de outras regiões no amplo processo desenvolvimentista. Consistiria em não destinar recursos suficientes para as regiões

---

<sup>550</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 29.

<sup>551</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>552</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>553</sup> *Ibid.*, p. 34.

que necessitavam de políticas de desenvolvimento, como o Norte, sendo o Nordeste uma exceção, haja vista a criação da Sudene.

Corroborando com outros autores, na monografia é feita uma crítica à atuação da extinta Spvea, por seu despreparo para a ação planejadora, já que “[p]ouco ou nada sabia das modernas técnicas de planificação, e nem havia um adequado quadro técnico para gerenciar as atividades do órgão”<sup>554</sup>. A ausência dos técnicos qualificados era acompanhada por uma participação popular reduzida, circunscrita apenas a intelectuais e políticos expressivos, ou seja, sem a inclusão da população como um todo. A partir disso, houve uma “ingerência política das representações estaduais presentes na composição do órgão (Comissão de Planejamento), representação essa superior em número à representação técnica, o que constituía num evidente desequilíbrio em termos de planejamento”<sup>555</sup>. Segundo os autores, “[a] sociedade amazônica não despertara, em sua totalidade, para a importância de um órgão planejador na área, nem para os novos horizontes que a sua implantação abria”<sup>556</sup>.

O corpo técnico da Sudene, especialmente a figura de Celso Furtado, é elogiado no texto, bem como a conquista do poder de barganha da região a partir da Superintendência e a coesão dos políticos locais, provavelmente observando que na realidade da Região Norte esses elementos encontravam-se ausentes, para os autores. Contudo, com a criação da Sudam, em 1966, um passo se dava para a constituição de um “desenvolvimento *autosustentado*” e “bem-estar” da região, utilizando termos do documento de criação da instituição. Com ela foi criado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967 a 1971) e, dentre as disposições contidas no Plano, chamou nossa atenção a referente à formação de uma “infraestrutura social”, referida pelos autores, que demonstra uma busca por criar, na Amazônia, capacidade própria de gerir as políticas de desenvolvimento construídas pela expertise regional. Apesar disso, o poder decisório da Sudam, a superposição de planos, a subtração de 50% dos recursos de isenções fiscais para a criação do PIN e do Proterra e o recebimento de quantia seis vezes inferior, em 1970, do Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam) comprometeram a execução plena do Pqdam. No trecho seguinte estão descritos alguns desses elementos:

[...] trouxeram grandes dificuldades à satisfatória atuação do órgão, em destaque a reconhecida insuficiência do elemento humano, sobretudo qualitativamente (escassez de técnicos, por exemplo), parece-nos que os aspectos anteriormente enfocados (fraco poder decisório e dependência de recursos) constituíram

---

<sup>554</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 34.

<sup>555</sup> *Id.*

<sup>556</sup> *Ibid.*, p. 39.

exatamente os maiores problemas enfrentados pelo órgão para uma atuação mais consentânea com os propósitos que inspiraram a sua criação<sup>557</sup>.

Em outros momentos, como no item *A Atuação da SUDAM na área de Recursos Humanos*, reaparece a crítica referente à incapacidade dos técnicos, utilizando-se inclusive o termo “infraestrutura social”.

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972 a 1974) tinha como principal preocupação, conforme a monografia, orientar o planejamento regional consoante a programação nacional e política global de desenvolvimento, buscando atingir objetivos globais do governo federal. Notamos uma visão um pouco otimista presente no texto referente à política de incentivos fiscais, por exemplo, ao se referir ao Projeto Radam como uma *revelação* dos recursos naturais e em ver como “animador o comportamento do órgão”<sup>558</sup>, num processo de “revelação das reais potencialidades naturais da área, principal suporte do esperado desenvolvimento”<sup>559</sup>. Além disso, no texto é apontada a necessidade de criação de um Programa de Administração Municipal, pois o campo da política, por ser uma variável importante na implementação do desenvolvimento – como já referimos – era considerado pelos autores como um dos mais graves problemas da região, necessitando de “uma orientação racional e efetiva”<sup>560</sup> para retirar da administração municipal “uma série de deficiências e anomalias que, sem dúvida, constituem um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da Região como um todo”<sup>561</sup>. Dessa mudança na forma de administrar a coisa pública no nível local adviria uma “necessidade de uma tomada de decisão efetiva e, o que é importante, bem coordenada” para “criar no *homem amazônico* as condições indispensáveis a enfrentar as modificações sócio-econômicas que já se prenunciam, a partir do momento em que se tenta romper aquele isolamento”<sup>562</sup>, no caso, entre a região e o país. Reproduzindo um lugar-comum das narrativas do período a respeito da Amazônia, a entidade genérica *homem amazônico* precisaria ser ensinada a ser desenvolvida.

No texto são apontadas instituições que auxiliariam a Sudam e demais agentes do desenvolvimento a implementarem os objetivos do Plano, como o BASA. Sendo uma agência financeira do desenvolvimento regional, possuía tarefas de um banco de crédito especializado, assim como de banco comercial e de banco assistencial, providenciando assistência técnica

---

<sup>557</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 43.

<sup>558</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>559</sup> *Id.*

<sup>560</sup> *Ibid.*, p. 69

<sup>561</sup> *Id.*

<sup>562</sup> *Ibid.*, p. 66 – grifo nosso.

para empreendimentos regionais a partir da realização de estudos e pesquisas para observar potencial de recursos, oportunidades para investidores, problemas e entraves ao desenvolvimento regional, realização de treinamentos para formar e aperfeiçoar pessoal técnico. Os diagnósticos conjuntos do BASA e da Sudam, no período, apontaram que havia uma concentração de investimentos na Amazônia Oriental, especialmente no Pará, marginalizando a Amazônia Ocidental, o que levou à criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), como parte de uma estratégia do governo central. Nesse sentido, “[i]mplantada no interior da Amazônia, representa, efetivamente, o primeiro passo da União no sentido de integrar economicamente aquela parte do setentrião brasileiro ao contexto econômico nacional”<sup>563</sup>.

Na monografia, os autores apontam algumas interessantes análises acerca do desenvolvimento. Notavam um “desequilíbrio do desenvolvimento”<sup>564</sup> em diversos aspectos, o que chamamos de efeitos do desenvolvimento, como misto de progresso e catástrofe. Por exemplo, observam que a criação da Zona Franca de Manaus, em 1957, foi a única iniciativa “que logrou despertar interesse dos empresários de outras áreas para investimentos na Amazônia Ocidental”<sup>565</sup>, ainda grandemente alheios desse processo nos anos 1970. As divisões internas em relação ao desenvolvimento persistiam, mesmo com a criação das instituições regionais e os variados incentivos, pois permanecia “inalterada a posição da área em relação ao eixo São Paulo/Rio, cuja dependência se reflete nas operações de comércio (importação e exportação)”<sup>566</sup>. O argumento da falta, por sua vez, continua ao longo do texto, notado nas “[...] faltas de estudos de base com alta consistência científica e específicos da região”<sup>567</sup>.

Há uma busca por entender o processo em sua totalidade, notamos, a fim de

descobrir sobre quais bases sustenta-se esse desenvolvimento [...], numa tentativa de avaliar como esse processo é compatível com uma maior racionalidade na tomada de decisões, participação ampla dos grupos e, em suma, as condições que tornam viável socialmente o processo, assegurando as transformações sócio-institucionais paralelas ao desenvolvimento<sup>568</sup>.

---

<sup>563</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 79.

<sup>564</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>565</sup> *Ibid.*, p. 89

<sup>566</sup> *Id.*

<sup>567</sup> *Ibid.*, p. 90.

<sup>568</sup> *Id.*

A *racionalidade* surge aqui como um caminho em direção a situações melhores, talvez baseada no argumento técnico e especializado, em oposição ao que vinha sendo feito até então na região, seguindo a narrativa do texto.

Observavam o isolamento econômico e marginalização política da região como mecanismos de reforço da dependência, o que se ampliava mediante o crescimento da renda regional e sua distribuição desigual entre os estratos sociais, pois as “relações de produção e estruturas dependentes permeadas no marco institucional regional, obviamente, retratam um sistema de valores, atitudes sociais e conduta de grupos, alheios aos interesses de acelerar um processo de crescimento autossustentado”<sup>569</sup>, ou seja, partilhando do imaginário do período, demonstravam em seu escrito uma busca pela inserção de mais grupos sociais nas disputas pelo desenvolvimento, considerando como forças de pressão a mobilização política de parcelas da população e interesses extra regionais, muitas vezes antagônicos às necessidades amazônicas. Desse modo, justificavam as possibilidades do planejamento como um caminho para a ampliação do desenvolvimento a partir das diversas camadas sociais que pudessem se interessar por ele:

O planejamento oferece opções entre estratégias alternativas, apresentando planos ou programas de desenvolvimento; sua função é introduzir a nível de experimentação, revisão e modificações, tentativas que acabarão por envolver transformações econômicas, sociais e políticas na medida em que a própria estrutura de poder condicione uma participação dos grupos sociais<sup>570</sup>.

Desse modo, a receita para a execução do planejamento seria considerar as condições históricas relevantes no Plano Regional, os interesses que davam sentido ao planejamento, observar valores, objetivos e ideologias que o orientavam. Dever-se-ia superar o escasso dimensionamento dos diagnósticos, com ausência de visão prospectiva, inexistência de pesquisas e baixo pessoal técnico. Nesse sentido, criticavam os grupos de poder amazônicos em atuação no período, pois pareciam “aceitar como alternativa viável ao desenvolvimento, uma estratégia via dependência”<sup>571</sup>, limitando o processo de industrialização própria e optando pelo crescimento da economia regional dependente.

No item *Mudanças na estrutura administrativa, política e social* está condensada uma resposta à queixa constante da mentalidade atrasada e pouco racional dos políticos, identificando o corpo administrativo municipal como apoio ao planejamento, precisando

---

<sup>569</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 91.

<sup>570</sup> *Ibid.*, p. 93.

<sup>571</sup> *Ibid.*, p. 95.



ultrapassar suas deficiências “para orientar a integração econômico-social pretendida”<sup>572</sup>. No decorrer dessa monografia e da *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*<sup>573</sup>, a classe política e suas formas “atrasadas” são responsabilizadas por muitos males e a grande empresa apresentada como capaz de modificar essa realidade, embora surjam críticas à abertura da Amazônia a empresários do centro-sul. Nesse intuito, Silva *et al.* apontam que o sistema “tecno-burocrático” em implementação na Amazônia, necessitando de autonomia para suas ações de desenvolvimento, chocava-se “com a estrutura administrativa tradicional” ou mesmo imbricava-se a ela parcialmente, gerando “obstáculo à execução dos planos”<sup>574</sup>. Tais fenômenos foram criticados no texto, apontando também que

a liderança política passa às mãos da tecnoburocracia militar dadas as condições históricas da política nacional, enquanto os grupos empresariais locais intervêm na esfera econômica com vantagens dadas pelo governo federal (política de créditos, de incentivos), o que não significa uma participação política aberta<sup>575</sup>.

O desenvolvimento era entendido, portanto, como um processo de utilização da “melhor tecnologia disponível, objetivando uma exploração eficiente dos recursos, sem a costumeira depredação do meio ambiente e sua conseqüente poluição”<sup>576</sup>, e sua implementação deveria se dar, dentre outras formas, pelo aprofundamento das “pesquisas regionais, científicas e tecnológicas, de comum acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; acionar uma Central de Controle de Informações (CCI), depositária de toda produção científica feita na área, através da REBAM”<sup>577</sup>. Com isso, a procura seria por “instrumentar a decisão, dando-lhe uma base racional”<sup>578</sup>, tornando “o mais racional possível a posição do planejamento num modelo decisório que viesse ao encontro das aspirações da coletividade amazônica”<sup>579</sup>. Só assim a Amazônia, como um *imperativo nacional*, veria “[...] deslanchar, sustentar e consolidar o desenvolvimento”<sup>580</sup> em seu território.

<sup>572</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537, p. 97.

<sup>573</sup> TAVARES, Aladyrce; MAIA, Clóvis; COLARES, Maria Norma; DÁVALOS, Francisco. *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*. 1974. 135 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.

<sup>574</sup> *Op. cit.* p. 96.

<sup>575</sup> *Ibid.*, p. 97.

<sup>576</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>577</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>578</sup> *Ibid.*, p. 120.

<sup>579</sup> *Id.*

<sup>580</sup> *Ibid.*, p. 113.

Em direção semelhante, Aladyrce Tavares, Clóvis Maia, Maria Normas Colares e Francisco Dávalos analisaram as políticas federais para a Amazônia com o intuito de formular um modelo de seleção e avaliação de projetos para facilitar a tomada de decisões, “baseada em dados os mais objetivos possíveis”<sup>581</sup>. Inicialmente destacam a atuação na instância federal em prol de um desenvolvimento nacional, buscando a “diminuição das disparidades inter-regionais e sociais de renda e a incorporação da Amazônia no processo de desenvolvimento do país”<sup>582</sup>. A implementação dos projetos, como a parte específica e concreta dos planos, viria com a planificação, além da “existência de uma política de desenvolvimento que atenda às necessidades reais – econômicas e sociais – da região e cujos objetivos, estratégias e mecanismos estejam solidamente integrados e compatíveis entre si”<sup>583</sup>. Fundamentalmente, o trabalho busca responder se existiria uma “compatibilização entre as estratégias regionais e instrumentos de políticas estabelecidos pelo poder central e os objetivos regionais do desenvolvimento” que viabilizariam “a concretização desses objetivos pelos instrumentos de implementação do plano (projetos)”<sup>584</sup>.

Para tanto, elencam os objetivos relacionados ao desenvolvimento da Amazônia presentes em alguns planos, como o Plano de Valorização da Amazônia e o II PDA. No primeiro, consistiria em “promover o desenvolvimento autossustentado da economia e o bem estar social da região Amazônica de forma harmônica e integrada na economia nacional”<sup>585</sup>, e em ambos no “crescimento do produto e distribuição mais equitativa da renda do contexto nacional de redução de desigualdades inter-regionais”<sup>586</sup>. Como sabemos, o objetivo de crescimento do PIB, como prioridade do governo brasileiro, condicionou as demais iniciativas de desenvolvimento, portanto, no II PDA foram fixados cinco objetivos dele derivados, a saber: aceleração do crescimento regional por meio do aproveitamento das vantagens comparativas a partir de setores ou produtos específicos; intensificação da integração econômica mediante elevação do volume de trocas inter-regionais; elevação do nível de vida da população por meio da expansão do emprego produtivo e do aumento da produtividade e poder de compra das pessoas residentes na região; ocupação territorial e promoção do nível de segurança, com o alargamento da fronteira econômica; e correção dos desequilíbrios do balanço de pagamentos nacional. Nacionalmente, a estratégia concentrava-se, então, na

---

<sup>581</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573, p. 1.

<sup>582</sup> *Id.*

<sup>583</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>584</sup> *Id.*

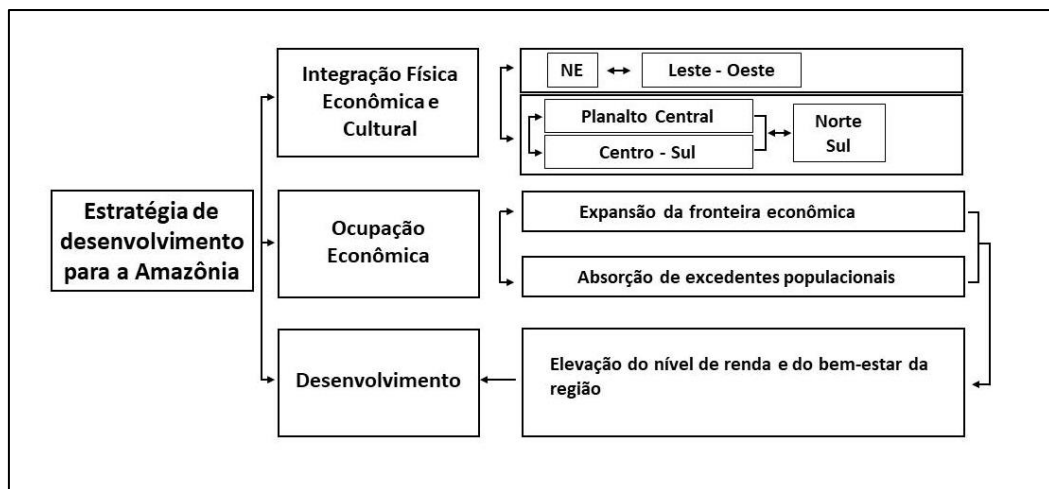
<sup>585</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>586</sup> *Id.*

integração nacional, observando de que maneira políticas de desenvolvimento corrigiriam as disparidades regionais, inserindo Nordeste e Amazônia no processo desenvolvimentista.

Os autores, nesse ensejo, apontam diferenças entre as duas regiões que, a nosso ver, condensam alguns aspectos do imaginário vigente no período. No Nordeste estariam os problemas da seca, da superpopulação, de uma reduzida disponibilidade de recursos naturais e própria deterioração da economia ao longo do tempo. Em contrapartida, a Amazônia seria um espaço com abundância de água e “outros recursos inexplorados”, ou seja, com a intervenção estatal seriam corrigidos problemas mútuos. Para os atores, “essas medidas foram tomadas principalmente por questões de segurança nacional e necessidade de incorporar a área vazia e inexplorada ao sistema enfatizando a real preocupação do Governo em relação à região”<sup>587</sup>. Nos pronunciamentos oficiais, apontam, estava delineada uma estratégia de redução dos desequilíbrios regionais pela criação de novos polos para descentralizar o desenvolvimento, ou seja, “integrar para desenvolver”. No esquema abaixo estão representados os elementos enfatizados:

Figura 2 – Estratégia de Desenvolvimento para a Amazônia (1972-1974)



Fonte: TAVARES *et al.*, ref. 573, 1975 (adaptado por Darlan Rodrigo Sbrana e pela autora).

Os instrumentos para tanto seriam incentivos fiscais, política creditícia, o PIN, o Proterra e transferências do governo federal. A esse respeito, observam que

[...] as estratégias regionais adotadas, não obrigatoriamente conduzirão ao desenvolvimento auto-sustentado da região e/ou a diminuição das disparidades inter-regionais de renda embora levem ao crescimento do produto e a expansão da

<sup>587</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573.

fronteira econômica no sentido horizontal, pela incorporação de novas áreas. Essas estratégias se não considerarem, além dos fatores dinâmicos da integração, as forças adversas ao processo, a fim de estimular os primeiros (fatores dinâmicos) e controlar e dominar os outros (fatores adversos) provavelmente contribuirão para o aumento das disparidades, dado que ‘o jogo das forças de mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais’, além da tendência pelo modelo centro-periferia, de acentuar a dominação do ‘centro’ da economia nacional em toda a tentativa de estimular o desenvolvimento das regiões periféricas. [...]. [Concluimos] pelo acentuamento do fenômeno da polarização em torno do Centro-Sul devidos aos aumentos nos mecanismos de dependência e pela desintegração interregional, como efeitos adversos de estratégia de integração física, econômica e cultural da região, fatores que se não forem controlados e dominados progressivamente, fatalmente inviabilizarão o alcance dos objetivos centrais de desenvolvimento regional<sup>588</sup>.

Em sua análise, detectaram um problema referente aos efeitos que o programa de colonização do governo federal não obteve, levando a região amazônica a ter que lidar com o fluxo migratório e a recuperação dos excedentes populacionais nordestinos. A problemática residia na forma como as estratégias de colonização – e não apenas nesse ponto específico da política nacional de desenvolvimento – foram concebidas, a saber, “em função dos interesses centrais do Governo com relação à área, ou seja, ocupação dos espaços vazios com grandes potencialidades de recursos (fronteira de recursos ou periferia neutra)”<sup>589</sup>. Dessa maneira, adotando um tom crítico a esse direcionamento para interesses alheios aos da região, observavam uma “inadequação do instrumento ao objetivo, o que em última instância, veio repercutir na ação dos mecanismos de implementação das políticas, ou seja, nos projetos”<sup>590</sup>. Conforme sua análise, o Governo lançaria mão “dos incentivos fiscais que reduz[em] o custo de oportunidade do capital, sem no entanto, incentivar a utilização da mão de obra, através de uma redução no seu custo”<sup>591</sup>, gerando uma deslocalização para outras regiões dos efeitos positivos das políticas.

Possivelmente o cerne da monografia está em verificar uma submissão das aspirações regionais aos interesses nacionais, sendo a Amazônia um *capítulo na história do desenvolvimento brasileiro*, pois os centros de decisão estavam localizados fora dela, e também faltaria uma integração política e administrativa das *regiões-problema* com o centro de decisão nacional, o que acarretaria em “desajustes” resultantes do “próprio processo de planejamento a nível nacional, que está sustentado por uma forte centralização de decisões e frágil integração política e administrativa dificultando a perfeita integração entre os

---

<sup>588</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573, p. 9.

<sup>589</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>590</sup> *Id.*

<sup>591</sup> *Ibid.*, p. 11.

problemas, necessidades e aspirações regionais e as grandes decisões políticas tomadas”<sup>592</sup>. A Amazônia, encarada no cenário nacional como um problema brasileiro, deveria ser compreendida, conforme os autores, como fazendo parte do “*grande problema brasileiro, que é a luta pelo desenvolvimento*”<sup>593</sup>. Para solucionar tal impasse, sugeriam uma política nacional de desenvolvimento regional com efetiva participação das agências regionais de planejamento em todas as etapas.

As “agências regionais de planejamento” ganham importância na monografia de especialização. Os autores, assim como na monografia anterior, observavam uma atuação débil de coordenação e planejamento do desenvolvimento regional exercido pela Sudam, identificando, da mesma forma que Silva *et al.*<sup>594</sup>, uma “carência de recursos humanos”, assim como uma “ausência de uma estrutura mental empresarial compatível com a política desenvolvimentista que reduz substancialmente os efeitos esperados”<sup>595</sup>, o que configura, a nosso ver, uma certa culpabilização também da classe política pelo processo ainda ineficaz de desenvolvimento.

Nesse texto, uma defesa da Amazônia em seu protagonismo no planejamento do desenvolvimento é delineada, e isso parece também surgir nas utilizações de termos como “Amazônia clássica”, em contraposição a “Amazônia Legal”, que é a definição aplicada pelas instituições de promoção de desenvolvimento do período, advinda do exercício do poder. A Amazônia Clássica, em Tavares *et al.*<sup>596</sup> seria formada pelos estados do Pará, do Amazonas, do Acre, e pelos territórios federais de Roraima e Rondônia, identificando por exemplo, que “71,4% da geração de empregos está prevista para os estados localizados fora da Amazônia Clássica”<sup>597</sup>. No escrito *Ecologia e desenvolvimento da Amazônia*, de Clara Pandolfo<sup>598</sup>, notamos essa mesma utilização de Amazônia Clássica em contraposição a Amazônia Legal, dentro de um debate acerca dos índices de desmatamento na região, que analisaremos em outro momento.

Retomando a argumentação dos autores, sua análise aponta ainda outros elementos contraditórios dessa centralização decisória em espaços fora da Amazônia. Grandes empresas agropecuárias teriam vantagens em termos de produção, haja vista as expectativas de

---

<sup>592</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573, p. 13.

<sup>593</sup> *Id.* – grifos nossos.

<sup>594</sup> SILVA *et al.*, 1973, ref. 537.

<sup>595</sup> TAVARES *et al.*, *Op. cit.*, p. 16

<sup>596</sup> *Op. cit.*

<sup>597</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>598</sup> PANDOLFO, Clara. *Ecologia e desenvolvimento da Amazônia. SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 4, n. 1/2, pp. 13-34, jan./dez., 1982.

expansão das exportações de produtos de origem animal e ocupação do espaço, além de uma ocupação espacial relativamente homogênea, porém expulsando a economia considerada natural dos povos indígenas em benefício das pastagens e grandes derrubadas, afetando a economia local. Em outra frente, haveria um uso intensivo de natureza transformada em recurso e capital, mas um reduzido emprego de mão de obra e baixa geração de emprego e renda. Além disso, os projetos aprovados beneficiariam mais o polo nacional do que o regional, com concentração no norte do Mato Grosso, sul do Pará e norte do Goiás. Desse modo,

[...] uma vez que a maioria dos projetos agropecuários pertencem a empresários sulistas, são ou serão remetidos para fora da região, parcela substancial do valor agregado – lucros, dividendos, honorários da diretoria, afora salários pagos ao pessoal especializado que geralmente é recrutado fora da região. Fica pois restando para a região, apenas os efeitos diretos do emprego, que por sua vez são muito reduzidos. Se considerarmos ainda que mais de 70% dos empregos previstos para esse setor estarão localizados fora da Amazônia Clássica, concluiremos pela quase inviabilidade em alcançar-se para a sociedade amazônica propriamente dita, a elevação do nível de vida e a elevação do bem-estar social, um dos objetivos últimos do desenvolvimento<sup>599</sup>.

Tal argumento persiste em todo o texto, como ao afirmarem que “[o]s efeitos que ficam retidos na região são os que dizem respeito ao emprego de mão de obra não qualificada local”<sup>600</sup>, e a observação de que haveria um desempenho insatisfatório dos projetos industriais locais derivado da baixa capacidade dos investidores empresariais locais, de uma falta de interação entre as indústrias, da pequenez do mercado inter-regional e da concorrência das empresas do Centro-Sul. Com um grande número de projetos agropecuários na fronteira sul amazônica, à época da escrita da monografia, o polo nacional seria o grande beneficiado com o “desenvolvimento amazônico”.

Além disso, os projetos implementados não teriam articulação setorial e espacial, sem uma “intercomplementariedade capaz de gerar maiores efeitos indiretos que proporcionam um desenvolvimento integrado e transfiram a generalidade da área, os efeitos multiplicadores de renda e de emprego”<sup>601</sup>. O empresariado amazônida também sofreria com uma marginalização, especialmente pequenos e médios produtores, por conta da presença de grandes empresas pertencentes a fortes grupos extrarregionais. Contudo, sua situação também se daria por uma “incapacidade”, identificada como uma “variante psicológica” importante na escolha dos projetos para a região. Para os autores, ao invés do Estado ter observado esse

<sup>599</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573, p. 30.

<sup>600</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>601</sup> *Ibid.*, p. 35.

elemento e agido para corrigir essa ausência, como programas de assistência e capacitação empresarial promovidos pela Sudam, o que se efetuiu foi um enaltecimento da presença de grupos de fora. Como derivado, poucos empregos regionais foram gerados, mediante uma subutilização e desocupação da mão de obra regional, e ocorreu um esvaziamento da renda regional mediante o pagamento a detentores de fatores localizados fora da Amazônia.

De maneira geral, na monografia se observa que os incentivos fiscais e a política creditícia não encontraram uma estrutura institucional capaz de avaliar a viabilidade financeira econômica e social dos projetos, o que reforça, a nosso ver, o argumento da carência técnica em um texto bastante crítico à operacionalidade da Sudam. A saber, notava-se uma “[i]mpossibilidade de questionamento dos aspectos técnicos do projeto, que geralmente são aceitos com todas as possibilidades de erros e incertezas naturais, se considerarmos a falta de ‘know-how’ no próprio campo de elaboração dos projetos”<sup>602</sup>, sendo a rentabilidade privada o principal critério de avaliação dos projetos, sem preocupação com seus aspectos macroeconômicos.

Os autores constatavam poucas possibilidades de materialização dos objetivos regionais de desenvolvimento, uma inadequação entre meios e fins decorrente da desarticulação no processo de planejamento nacional, a concorrência entre o objetivo central do crescimento do PIB e objetivos regionais de desenvolvimento autossustentado e diminuição das disparidades inter-regionais, a transferência de boa parte do valor agregado resultante dos projetos agropecuários para fora da região, ficando localmente os salários da mão de obra regional sem muita especialização e uma marginalização de pequenos e médios produtores e de grande parte do empresariado local. Como proposta, apontavam a avaliação social dos projetos como valioso instrumento de política “capaz de reorientar o desenvolvimento e amenizar as incoerências existentes entre os objetivos perseguidos e as estratégias e instrumentos estabelecidos”<sup>603</sup>, o que auxiliariam na concretização da imagem idealizada para a Amazônia de uma “sociedade sócio-economicamente desenvolvida e integrada em todos os sentidos à sociedade nacional”<sup>604</sup>. A avaliação partia de uma percepção segundo a qual se não se poderia conceber “a existência de uma região isolada, senão que ela só existe em função de sua integração com o resto do país”, também não seria “aconselhável a prática de aconselhar projetos em forma isolada porque se perde a visão do todo”<sup>605</sup>.

---

<sup>602</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573, p. 41.

<sup>603</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>604</sup> *Id.*

<sup>605</sup> *Ibid.*, p. 49.

Portanto, entendendo o desenvolvimento como cumulativo<sup>606</sup>, mas não como a somatória de projetos ao acaso<sup>607</sup>, para conciliar os objetivos regionais e nacionais de desenvolvimento seria necessário efetivar uma

política nacional de desenvolvimento regional e social que busque o ajustamento harmônico das regiões e de sociedade no contexto nacional, através de uma real participação dos principais elementos interessados no processo, nas discussões e decisões sobre problemas, formulações de estratégias, seleção de instrumentos e inclusive na escolha dos próprios objetivos nacionais<sup>608</sup>.

A “Região-Programa” poderia construir um desenvolvimento próprio e o apelo à racionalidade surge na monografia especialmente quando apontam a necessidade de realizar uma “[...] seleção e avaliação mais racional de Projetos de Desenvolvimento, dada a realidade atual da economia regional”<sup>609</sup>. Durante toda a monografia aparece, ainda, uma indicação do saber técnico e científico como caminho para a eficiência, contudo, também são tecidas críticas aos “tecnocratas”, observando, por exemplo, que a Avaliação Social dos Projetos não deveria ficar a critério das vontades pessoais deste grupo. Seria esta uma oposição sutil entre os tecnocratas e os cientistas? Seria o apelo à racionalidade, por sua vez, uma oposição à pessoalidade detectada no tipo de ação tecnocrática? Como contraposto às subjetividades, o saber técnico e “exato” forneceria os “elementos numéricos de comparação” faltantes, para enfim ser realizada uma fundamentação que facilitaria “a tomada de decisões dos órgãos de desenvolvimento”<sup>610</sup>.

### 3.3.2 Cadernos NAEA em perspectiva

Na primeira edição da revista *Cadernos NAEA*, publicada em 1976, os três artigos apresentados versavam a respeito do tema *planejamento*. Com escritos de John Friedmann, Armando Dias Mendes e Peter José Schweizer, observamos análises a respeito do planejamento desenvolvimentista regional, planejamento físico e econômico-social e a experiência nos chamados países subdesenvolvidos. Seguindo nossa proposta de trabalho, abordaremos aspectos que chamaram nossa atenção do artigo *Relações entre o planejamento físico e o econômico-social: algumas considerações sobre a experiência brasileira*, de Armando Dias Mendes. O trabalho, resultante de fala efetuada no seminário *On Integration of*

<sup>606</sup> TAVARES *et al.*, 1974, ref. 573, p. 53.

<sup>607</sup> *Ibid.*, p. 55.

<sup>608</sup> *Ibid.*, p. 47.

<sup>609</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>610</sup> *Ibid.*, p. 64.



*Physical and Socio-Economic Planning*, no âmbito da ONU, ocorrido em 1973, apresenta um balanço de setenta anos de planejamento do desenvolvimento no Brasil, destacando “a índole característica da mentalidade dominante de cada período e a ênfase dominante nas decisões do Governo, orientadoras da sua própria atuação e indutoras da ação do setor privado”<sup>611</sup>.

O autor identifica períodos por suas principais características, a saber: defesa, entre 1900 e 1947; valorização, entre 1945 e 1966; desenvolvimento nacional, entre 1950 e 1973; desenvolvimento regional, entre 1959 e 1973; desenvolvimento local, entre 1966 e 1973; e integração, entre 1970 e 1973. Cada um desses momentos contou com instituições formais de atuação do Estado. A ação pública, ao longo do tempo, orientou-se conforme as concepções vigentes nos períodos elencados, iniciando o primeiro com a caracterização de um “Estado-Polícia”, preocupado em defender o país daquilo que o “diminuía”, no caso, as secas no Nordeste e a ameaças externas na Amazônia. Nesse intuito, foi criada, em 1909, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e, em 1912, a Superintendência de Defesa da Borracha.

Se para o Nordeste o enfoque governamental era o “drama social” periódico causado pelas secas, para a Amazônia se visava “garantir a sobrevivência de um aparato produtivo de grande significação para o país”, e nos dois casos estava colocada a questão da defesa do Brasil contra o perigo interno, no Nordeste, e o perigo externo, na Amazônia<sup>612</sup>. A esse respeito, afirmava:

Cremos poder vincular o aparecimento, no Brasil, da grande dicotomia entre **planejamento físico** e **planejamento econômico** aos dois grandes projetos governamentais do início do século. E é sintomático e revelador que ambos tivessem dimensão regional, não surgindo, portanto, dentro de uma ótica nacional senão nas suas implicações por via de consequência<sup>613</sup>.

No segundo período ocorreu a instalação de “dispositivos de defesa” nas duas regiões, observando o autor que naquele momento as técnicas de engenharia estavam avançadas, mas não as de planejamento, ainda desconhecidas. Esse também foi o período de tentativas de recuperação da economia amazônica, com a criação do Banco de Crédito da Borracha S. A., num “esforço de guerra”. A nova fase planejadora, por sua vez, foi iniciada em 1946, a partir de uma “ótica mais compreensiva”, com a criação dos programas de valorização econômica, dos quais falamos em momentos anteriores. Destaca Mendes que a

---

<sup>611</sup> MENDES, Armando Dias. Relações entre o planejamento físico e o econômico-social: algumas considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos NAEA I*. Belém, PA, pp. 39-71, 1976. p. 41.

<sup>612</sup> *Ibid.*, p. 46.

<sup>613</sup> *Id.* Os grifos em negrito são do autor.

Spvea foi “o primeiro esforço brasileiro de **valorização** no sentido adaptado do termo, compreensivo de ocupação do espaço e de promoção humana”, envolvendo “exigências de planejamento físico, que tentativamente se pretendeu incorporar ao Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959)<sup>614</sup>”. É nos anos 1950, portanto, que o autor identifica como o período dos primeiros ensaios de ordenamento governamental planejado.

Nos anos 1960 surge o Ministério do Planejamento, com planos plurianuais globalizantes, o surgimento do BNDE e o olhar voltado para setores estratégicos de crescimento da economia nacional, a saber, eletricidade, transportes e siderurgia, prosseguindo para a ótica do desenvolvimento regional, cerne do debate do autor no artigo. Para ele, a mais importante ação do período em que escreveu o artigo era a “invenção” dos incentivos fiscais regionais, num “esquema operado inicialmente para criar condições favoráveis (subsidiadas) em benefício do setor secundário”, que “foi depois ampliado para todos os setores das economias daquelas duas regiões, e opera basicamente como um mecanismo de transferência de poupanças extra-regionais para as duas áreas”<sup>615</sup>. Mecanismos como esse traduziriam uma nova fase de integração, o que vinha sendo entendido a partir da expansão de programas de desenvolvimento local integrado, assegurados pela Constituição de 1967, “por cima das autonomias estaduais e municipais, dentro do novo federalismo brasileiro ‘sui generis’”<sup>616</sup>.

Em 1970, observa, estaria situada a fase de integração do planejamento brasileiro, no nível inter-regional, com uma “reciclagem” de diretrizes nos variados planos de desenvolvimento. O PIN, nesse sentido, tinha suas “características integradoras” no “enlace físico” entre Amazônia e outras regiões, “mas ainda na articulação econômica e social com essas regiões” e na origem de alguns dos recursos, o que possibilitaria uma quebra do “insulamento físico da Amazônia perante o resto do Brasil, imposto por condicionantes geográficos”, criando-se “vinculações e fluxos diretos entre sub-regiões amazônicas e o Brasil restante”<sup>617</sup>.

Indica algumas chaves interpretativas possíveis, a saber, o ponto fulcral do processo de integração ser uma preocupação regional com ramificações globais e atenções locais; a mudança de uma postura inicial de defesa para a percepção dos desafios sociais e econômicos mais amplos; um “aumento da consciência nacional” a partir de dois ângulos:

---

<sup>614</sup> MENDES, 1976, ref. 611, p. 48.

<sup>615</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>616</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>617</sup> *Ibid.*, p. 52.

espacial/geográfico e humano/demográfico; uma “evolução ininterrupta do processo, independente das flutuações políticas”<sup>618</sup>; a incapacidade de criar mecanismos de integração entre planejamento físico e econômico-social; a incapacidade de “produzir um verdadeiro modelo nacional de desenvolvimento econômico-social satisfatoriamente implementado pelo físico”<sup>619</sup>; e a dificuldade de promover o desenvolvimento por conta dos problemas de produto e renda.

A respeito dessas questões, é interessante a observação de Mendes, segundo a qual haveria uma singular questão envolvendo um “divórcio parcial” entre o setor técnico e o setor político, realizando uma crítica ao primeiro por manter-se atrelado a técnicas engessadas e oriundas de realidades alheias à brasileira e elogiando o ramo político de onde adviriam, até então, “as decisões mais ousadas e criadoras já tomadas”, “agindo aparentemente por inspiração e muitas vezes à margem do raciocínio técnico puro”<sup>620</sup>. E a respeito do processo mais amplo, observava que haveria disparidades nas formas como as distintas sociedades eram enfocadas, numa dominação dos mercados periféricos engendrada pela integração, o que só ampliaria os distanciamentos entre áreas desenvolvidas e as subdesenvolvidas, sem mecanismos compensatórios. Para o autor, “[o] caso amazônico está [...] quase numa situação-limite, de vez que a sua população é escassa, dispersa e desigualmente distribuída, e seus recursos naturais, ainda mal conhecidos, estão a se revelar cada vez mais diversificados e amplos”<sup>621</sup>.

O volume 7 do *Cadernos NAEA*, publicado em 1983, trouxe número maior de artigos que suas primeiras edições<sup>622</sup>. Resultante do *I Seminário sobre Ciência e Tecnologia para a Amazônia*, ocorrido entre 21 e 25 de setembro de 1981, contou com escritos que analisavam temas como população, solos, vegetação, extrativismo, agropecuária, energia, indústria, instituições e minérios, todos perpassados por debates acerca da ciência e da tecnologia e como esse setor poderia ser utilizado para transformação da Amazônia. As perspectivas dos autores não eram unânimes, encontrando-se críticas à forma como a condução dos projetos e políticas de desenvolvimento vinham sendo efetuados ao longo do tempo na região. Observamos, a esse respeito, que o período era o de ênfase nos resultados da Ditadura, notadamente negativos para a população, com índices altos de inflação, custo de vida e de

---

<sup>618</sup> MENDES, 1976, ref. 611, p. 53.

<sup>619</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>620</sup> *Id.*

<sup>621</sup> *Ibid.* p. 55.

<sup>622</sup> HÉBETTE, Jean (Coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia. Cadernos NAEA 7*. Belém, PA, 1983.

aumento das críticas à repressão, bem como lutas diversas em torno da reconquista de direitos e democracia<sup>623</sup>.

Dividida em três partes, a revista condensa os escritos em *1a. Parte: Inventário*, *2a. Parte: Questionamentos*, e *3a. Parte: Comunicações*. Para nossa tese, concentramos em artigos dispostos na parte 2, contendo análises de cientistas como Jean Hébette, Teresa Maria F. Ximenes Ponte, Roberto Dall’Agnol, Marcos Ximenes Ponte, Sebastião D. Klautau e José Marcelino Monteiro da Costa. No artigo *Ciência e tecnologia para a Amazônia?* o organizador da revista, Jean Hébette, apresenta como tema central a “coexistência de formas diferentes de produção, que foram caracterizadas como sendo ‘tradicionais’ e ‘modernas’”<sup>624</sup> e a tecnologia sendo vista como “parte da estrutura produtiva das sociedades cujos avanços determinam o surgimento de modos de produção específicos ao longo da história”<sup>625</sup>. Acionando sua longa experiência em diversos campos da realidade amazônica, notadamente entre comunidades que passavam por processos conflituosos advindos das investidas do Estado a partir dos projetos de desenvolvimento em suas terras, observava o economista que esse contato com a realidade profunda da Amazônia possibilitaria ao observador “uma consciência viva dessa associação entre tecnologia e contexto social”, entendendo que “uma tecnologia para a Amazônia” deveria buscar inserir em sua constituição a articulação entre tecnologia e contexto social, “sabendo-se que qualquer intervenção a nível tecnológico repercute sobre todo o conjunto social e inversamente”<sup>626</sup>. Via o autor, no período, a continuidade de um confronto entre o modo de produção capitalista e o que seria não capitalista, questionando, a partir disso, as maneiras como as tecnologias para a Amazônia vinham sendo construídas. Perguntava-se: “[...] não poderia o processo irreversível de avanço tecnológico pelo qual devem também passar o Brasil e, no Brasil, a Amazônia, originar formas diferentes de cultura material e espiritual, sustentadas por uma constelação tecnológica que lhe seja apropriada?”<sup>627</sup>.

O problema da falta de compreensão da complexidade das interações no seio das sociedades amazônicas adviria de muitos fatores, dentre eles, o próprio desconhecimento da

---

<sup>623</sup> Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. *A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro*. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 08min e 05seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 24 mai. 2021.

<sup>624</sup> HÉBETTE, Jean. *Ciência e tecnologia para a Amazônia?*. In: HÉBETTE, Jean (Coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia. Cadernos NAEA 7*. Belém, PA, pp. 169-174, 1983. p. 169.

<sup>625</sup> *Ibid.*, p. 170.

<sup>626</sup> *Id.*

<sup>627</sup> *Ibid.*, p. 171.

realidade. Observava, portanto, que existia uma dominação do capital nos âmbitos econômico e social, com correspondente dominação de poder e política, que precisariam ser ultrapassadas. Acompanhando-as estaria ainda um saber “destinad[o] a legitimar essa dupla dominação do capital”, que naquele momento passava por questionamentos, os quais seriam resultantes não de “alguma angústia puramente filosófica, mas porque o sistema que a gerou está por sua vez em crise, e com ele estão questionadas as estruturas de poder e os modelos do saber”<sup>628</sup>.

Para Hébette, a própria tecnologia dominante no mundo capitalista vinha sendo questionada em seus países de origem, devendo ser observada a partir desse viés no mundo amazônico. O autor perguntava:

[...] não seria ainda mais imprescindível questioná-la numa região onde ela não emerge de necessidades internas da sociedade, sendo adotada pura e simplesmente por imposições e interesses externos? Se ela vem sendo adotada na Região, será porque representa uma evolução proveitosa, um progresso, porque não nos convém outro caminho? Ou porque, social e politicamente, representa o caminho obrigatório pelo qual a gente deva enveredar? Porque não tem outra saída, ou porque não temos força suficiente para inverter essa situação?<sup>629</sup>

Além de empreender uma crítica à tecnologia produzida em realidades forâneas e implementada na Amazônia sem qualquer adequação, o autor também questionava as decisões que as inseriam nesse contexto, notadamente “as grandes decisões a nível político [que] são tomadas por tecnocratas formados dentro e em função do sistema, escolhidos em razão das questões colocadas e dos interesses envolvidos nessas questões”<sup>630</sup>. O texto, portanto, embora curto, assume o local da crítica aos processos vigentes e aos agentes desses processos, rompendo com um discurso de exaltação dos caminhos do desenvolvimento efetuados até o momento a partir da Ditadura Militar. E Hébette ainda buscava questionar o lugar e as possibilidades que teria a Universidade para abordar tais questões. Possivelmente o tema do encontro incentivava tais debates, já que encontramos no texto de Nelson de Figueiredo Ribeiro, um inventário das instituições regionais de C&T e sua capacidade de criar ciência e tecnologia na Amazônia<sup>631</sup>.

O tom de crítica aparece também no artigo *Reapropriação da ciência pelo povo*, de Tereza Maria F. Ximenes Ponte. A assistente social trouxe elementos que visualizavam os

<sup>628</sup> HÉBETTE, 1983, ref. 624, p. 172.

<sup>629</sup> *Ibid.*, p. 174.

<sup>630</sup> *Ibid.*, p. 174.

<sup>631</sup> RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Instituições regionais. In: HÉBETTE, 1983, ref. 622.

ditos símbolos do atraso da região, como a agricultura de subsistência, vistos sob uma outra ótica. Em suas palavras, entendia que

A agricultura de subsistência [...] é baseada na composição do trabalho familiar com a terra. A maneira de trabalhar é resultado do conhecimento acumulado por aqueles agricultores, que historicamente vem se reproduzindo há mais de um século. São eles os grandes produtores de alimentos de nosso Estado. Crítica-se sua produtividade, alegando-se ser “baixa”, e que sua tecnologia é “ultrapassada”. Mas não se explica “baixa” e “ultrapassada” com relação a que<sup>632</sup>.

A baixa produtividade – questionava a autora – seria verificada, no argumento dominante, por sua pouca representatividade na exportação, produzindo divisas pequenas para o equilíbrio das contas externas? E sua característica de ultrapassada referia-se a não consumir grandes insumos como equipamentos mecanizados e inseticidas? Nesse sentido, o problema talvez estivesse na concessão de crédito, a partir do governo, apenas para a grande propriedade, a grande empresa rural, “funcionando na base de pouca mão-de-obra e muita tecnologia”<sup>633</sup>.

Para que essas ditas populações atrasadas, com seus métodos arcaicos, de subsistência, adentrassem nos caminhos do desenvolvimento, seria necessário abandonar a premissa de métodos e técnicas modernos. A autora, operando uma inversão argumentativa, indicava que tais pessoas precisavam saber o destino de sua colheita e pesca, saber que seu trabalho é apropriado por outrem, saber que seus métodos, técnicas e conhecimentos não são parte da cultura dominante, “porque não se enquadram na divisão hierárquica do trabalho que caracteriza o capitalismo”<sup>634</sup>, entender que a tecnologia moderna visa a acumulação capitalista, saber que “o agro é só para efeito de receber os incentivos; o que interessa na prática é a pecuária, que em muitas regiões substitui o homem pelo gado”<sup>635</sup>, e também que a pequena produção passa a depender da grande empresa pecuária, possibilitando à indústria a apropriação da renda gerada pela agricultura. Ou seja, estar a par do processo complexo em que estavam inseridos, além de entender sua posição inferiorizada e subalternizada nele.

A crítica da autora, portanto, direcionava-se para os fins da tecnologia realizada na realidade amazônica, e não a “modernização da tecnologia em si”<sup>636</sup>. E afirmando o imaginário de seu tempo, pontuava que “[s]eria absurdo rejeitar o avanço tecnológico, mas igualmente desastroso é acreditar que com uma tecnologia devidamente aplicada

<sup>632</sup> PONTE, Tereza Maria F. Ximenes. Reapropriação da ciência pelo povo. In: HÉBETTE, 1983, ref. 622, p. 143.

<sup>633</sup> *Ibid.*, p. 144.

<sup>634</sup> *Ibid.*, p. 145.

<sup>635</sup> *Id.*

<sup>636</sup> *Ibid.*, p. 145.

solucionaremos nossos problemas”<sup>637</sup>. Porém, entendia que não deveria se admitir que “apenas pela adoção de uma tecnologia nacional nossos problemas serão resolvidos”<sup>638</sup>. A questão, portanto, estava em conceber uma *tecnologia nacionalista* a partir de seu cerne: sua composição como “unidade imaginária desenvolvida por classes diferentes”<sup>639</sup>.

Sua posição era de compreensão da ciência e da tecnologia, e não de passividade frente a ambas, pois enquanto *instrumentos de um tipo de desenvolvimento*, traziam em si as marcas e o fazer desse desenvolvimento que impunha uma “ruptura entre o homem e a natureza, que devasta o ambiente e marginaliza a maioria da população”<sup>640</sup>. Nesse sentido, buscava apontar elementos para um direcionamento do debate, evocando que a ciência e a tecnologia fossem reapropriadas pelo povo, sendo tarefa dos intelectuais “lutar pela reconquista e reapropriação da ciência pelo povo”<sup>641</sup>. E encerrando seu escrito, afirmava que “os conhecimentos tecnológicos, longe de estarem apenas a serviço do povo, devem permanecer sob o controle do povo”<sup>642</sup>.

Com esse escrito, podemos perceber um aspecto relevante para nossa análise. Seguindo o fluxo temporal, os cientistas abordavam de diferentes maneiras temas semelhantes, situados nas instituições. Seu trânsito lhes permitia ampliar os diálogos e refinar os discursos, contudo, como seres humanos em um tempo e espaço, não eram completamente independentes das narrativas do período. Observamos que se no início do Núcleo os cientistas em formação levantavam elementos de elogio à atuação da Sudam, por exemplo, e do próprio Regime – com as devidas nuances e ressalvas, pois os agentes não são pessoas com falas unívocas – no decorrer dos anos as falas advindas do Núcleo encaram o problema do desenvolvimento sob outros olhares, apontando suas falhas e possíveis rumos a tomar, o que também vinha sendo efetuado de forma geral na sociedade. Estudar os cientistas e as instituições de crítica e/ou promoção ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar na Amazônia é também entender as complexidades de pessoas em um tempo igualmente complexo, cujos vestígios ainda nos escapam, embora suas heranças estejam presentes em nossas vidas hoje.

A seguir, a última das quatro instituições.

---

<sup>637</sup> PONTE, 1983, ref. 632, p. 145.

<sup>638</sup> *Id.*

<sup>639</sup> *Ibid.*, p. 146.

<sup>640</sup> *Id.*

<sup>641</sup> *Id.*

<sup>642</sup> *Id.*

### 3.4 Vozes do Idesp

Pelas instituições passaram cientistas advindos de diversos campos do conhecimento, e em muitos momentos encontramos seus nomes figurando nas publicações de um e outro órgão. Alguns cientistas trabalharam por um período em um órgão e depois compuseram o quadro de outro, demonstrando, para nós, a complexidade de seus trânsitos e vinculações e como seus discursos poderiam circular entre essas instituições, construindo uma visão abrangente a respeito de temas em comum.

Entender a atuação dos intelectuais numa instituição de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento é parte de uma busca por compreensão da constituição de uma hegemonia ou um consenso. Em que medida os discursos dos intelectuais e, nesta pesquisa, dos cientistas situados na Sudam, no BASA, no NAEA e no Idesp construíam uma teia narrativa em torno da necessidade do desenvolvimento a partir da implementação de grandes projetos da Amazônia? Seus escritos estariam presentes nos discursos dos governantes, dos superintendentes e diretores, secretários de Estado, a partir de ideias lidas ou escutadas previamente por essas pessoas? Suas construções intelectuais poderiam ser encontradas no texto de um plano, programa ou projeto de desenvolvimento, ainda que não os seus nomes? Responder essas questões levaria um tempo que a pós-graduação brasileira não abarca e, infelizmente, ainda não temos condições materiais de ampliar nossa análise para essas percepções detalhadas da atuação dos cientistas. Contudo, para esse trabalho, nos é pertinente a análise de alguns escritos que, a nosso ver, demonstram ou condensam discussões que estavam sendo feitas no período dentro das instituições.

No âmbito do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará havia uma preocupação em prover o Estado do Pará de estudos que balizassem suas ações no campo da promoção do desenvolvimento. Comparado com a Sudam, o BASA e o NAEA, o Idesp seria, a nosso ver, a instituição com mais foco no Pará, em contraposição às outras três, com abrangência mais ampla: a Sudam, como superintendência voltada para a Amazônia Legal, o BASA, como banco de financiamento dos projetos diversos, e o NAEA como instituto de pensamento do desenvolvimento para a Amazônia. Todos estavam sediados em Belém-PA, mas suas abrangências respondiam a interesses advindos de diferentes localidades. A Sudam, por exemplo, respondia diretamente ao governo federal, assim como o BASA e o NAEA, situado na UFPA, tinha vinculação com o governo federal, mas com certa autonomia referente à sua atuação, pensando a Amazônia. O Idesp, por sua vez, tendo como foco o Pará, ou a Amazônia paraense, tinha vínculo mais direto com o governo estadual – o que não significa



que não realizassem estudos em outras localidades situadas dentro da Amazônia Legal, por exemplo.

Criado pela Lei Nº 3.649 de 27 de janeiro de 1966, o Idesp contava com um certo acúmulo de conhecimentos advindos de experiências anteriores, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (Condepa), existente desde 1961, depois transformado em Comissão de Desenvolvimento Econômico do Pará, em 1963. O Idesp era uma autarquia com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e contábil. Estava diretamente subordinado ao Governo do Estado do Pará e tinha por função:

[A]rticular e orientar, em nível de assessoria, os vários setores da Administração, no sentido do desenvolvimento econômico e social do estado, assim como a subministrar ao Chefe do Executivo os estudos técnicos necessários à formulação das decisões fundamentais do Govêrno, no tocante ao assunto<sup>643</sup>.

Suas atribuições eram, em linhas gerais, a de manifestar-se a respeito dos planos e programas de governo; estudar a proposta orçamentária e propor retificações e modificações que as ajustassem às diretrizes dos planos e programas de desenvolvimento; coordenar as providências das secretarias de Estado; posicionar-se a respeito de concessão de financiamentos ligados aos recursos do Estado, acerca de estudos e pesquisas para sociedades paraenses de economia mista, recursos para empresas privadas; indicar setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do Estado; manifestar-se a respeito de projetos de “criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos públicos ou entidades de economia mista”<sup>644</sup>.

O órgão era composto por um Conselho de Desenvolvimento, uma Secretaria Geral, e uma Comissão de Controle. O primeiro era formado por secretários de Estado dos setores de Finanças, Produção, Saúde e Educação, pelo Diretor-Presidente do Banco do Estado do Pará S.A. e pelo Secretário Geral do Idesp, com seus respectivos suplentes, sendo competência do Governador do Estado indicar o presidente do Conselho dentre seus membros. O Conselho tinha por função deliberar acerca das diretrizes para a política de desenvolvimento do Estado, com o propósito de orientar o Governo Estadual; aprovar programas de trabalho e orçamentos anuais da instituição; apreciar balancetes, balanços e relatórios da Secretaria Geral; aprovar os critérios gerais de remuneração dos funcionários da instituição, contratações e despesas com serviços de técnicos e especialistas eventuais; aprovar contratos e convênios de valor superior

<sup>643</sup> ESTADO DO PARÁ. Lei Nº 3.649, de 27 de janeiro de 1966, Art. 3º. Cria o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP). *Assembleia Legislativa do Estado do Pará*, Belém, PA, 13 abr. 1966. p. 85.

<sup>644</sup> *Ibid.*, p. 86.

a cem vezes o salário mínimo mensal da região; se manifestar a respeito de propostas de desapropriação que seriam remetidas ao governador; decidir em relação a alienação, cessão, arrendamento ou constituição de encargos sobre bens patrimoniais da instituição; opinar a respeito de anteprojetos de lei pertinentes ao Idesp ou com matéria de sua alçada; responder a solicitações de opinião feitas ao órgão.

A Secretaria Geral era formada pelo Gabinete do Secretário Geral, por setores técnicos definidos por ato regulamentar e pelo setor de serviços administrativos, e também possuía diversas atribuições, como realizar análises setoriais, regionais e globais da economia paraense; estudos e documentos; planos e programas de Governo a partir de convênios ou contratos, além de emitir pareceres a seu respeito, quando solicitados; estudos e projetos para o desenvolvimento, a serem executados pelo setor público e privado; aumento da produção e produtividade especialmente de pequenas e médias empresas, dentre outras, todas relacionadas, de forma geral à *assistência técnica* dos diferentes setores considerados responsáveis pela execução da política de desenvolvimento, a saber, o Estado e as empresas públicas e privadas. A Comissão de Controle, por sua vez, tinha a atribuição de “exercer completa fiscalização sobre a administração financeira e contábil da Autarquia, examinando com liberdade a escrituração e documentação”<sup>645</sup>, e o orçamento do órgão advinha do Fundo do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Fidesp), estabelecido pelos artigos 71 a 74 da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964, centralizado em conta no Banco do Estado do Pará S.A. Portanto, as atividades do Idesp concentravam-se na execução de estudos, pesquisas, criação de planos e projetos, orçamento e pareceres.

Nos anos 1970, começaram a diminuir os recursos para a instituição. Em 1979, “cerca de 50% dos recursos do Idesp vinham de convênios firmados com órgãos federais. Com a mudança conjuntural, esse percentual caiu para 12%, em 1982. Em 1984, o Estado já era responsável por quase todo o montante, em torno de 91%, da receita para manter o órgão em funcionamento<sup>646</sup>”. Nos anos 1990, os cortes foram maiores e comprometeram a atuação do Idesp, levando à sua extinção em 1999, pela Lei Nº 6.211, de 28 de abril, pelo então governador Almir Gabriel, sob a alegação de que o processo de dava mediante reforma administrativa com fins de enquadrar o Estado em uma nova gestão, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal e diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após 33 anos de funcionamento, seus funcionários foram realocados em outros órgãos.

---

<sup>645</sup> ESTADO DO PARÁ, 1966, ref. 643, p. 89.

<sup>646</sup> IDESP. O antigo IDESP. *Sítio eletrônico do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará*, 2008. Disponível em: <http://www.mentorbr.com/idesp/Antigo.asp>. Acesso em: 18 mai. 2021.

Também surgiram alegações como a da Instituição não estar mais cumprindo com suas funções de “produzir estudos com a qualidade necessária à orientação estratégica, que culminaram com a divulgação de dados ‘falsificados’ (ou em desacordo com os interesses do governante de plantão)<sup>647</sup>”. Para Cláudio Puty, contudo,

[...] [as] razões alegadas revelam problemas que não residiam no instituto, mas principalmente no seu entorno político. A inexistência de medidas corretoras de rumos da gestão, que leva à deterioração da qualidade do trabalho, tem, não raramente, sua origem na asfixia financeira [...]. Fruto da percepção típica do período, de que o planejamento estatal faria parte do museu das idéias. Posição essa que, na prática, transforma a gestão estratégica do estado em administração do cotidiano, a partir de ditames orçamentários orientados, no curto prazo, pelas demandas da conveniência político-partidária e, no longo prazo, pelo mercado<sup>648</sup>.

Para o autor, numa defesa da instituição, “[o] fim do Idesp revela as complexidades de manter uma instituição vibrante, flexível, atualizada e conseqüentemente legitimada pela sociedade. É sempre mais fácil destruir instituições do que construí-las”<sup>649</sup>. Para alguns antigos servidores, como Natanael Araújo da Rocha, lotado na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Seporf), houve uma mobilização intensa visando manter o Idesp funcionando: “Tentamos argumentar, fizemos abaixo assinado, mas acabou sendo extinto”<sup>650</sup>.

Ressaltamos que o Idesp foi restabelecido, como nova instituição, em 2008, com foco na produção de indicadores e estudos estratégicos, atração e formação de “pessoal qualificado” e participação no Sistema Regional de Inovação. A busca por repetir os êxitos do Idesp com a criação de um “novo Idesp” revela, para nós, a busca por retomar experiências de planejamento do desenvolvimento que, de alguma forma, poderiam ser aproveitadas na democracia recente, especialmente a partir do primeiro governo PT, em 2003, como atesta também a recriação da Sudam, após sua extinção e substituição pela ADA, durante o segundo governo FHC, conhecimento pelas ações de privatização e instituição do Plano Nacional de Desestatização e o Plano Real.

Para entender essa busca por continuidades a partir daquilo que, no presente, é considerado como positivo das experiências anteriores, mesmo a ditatorial, num Estado de Exceção, é o que também nos move a entender a atuação das instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar na Amazônia, considerando a perpetuação do desenvolvimento como necessidade a ser alcançada, por diferentes agentes em

<sup>647</sup> PUTY, Cláudio. O futuro do novo Idesp. *Revista de Estudos Paraenses*. Belém, PA, pp. 5-9, 2008. p. 6.

<sup>648</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>649</sup> *Id.*

<sup>650</sup> IDESP, 2008, ref. 646.

seus lugares de evocação de sentidos a partir de discursos instituídos como legítimos e também governos, compostos por esses agentes.

O Instituto tem uma produção ampla, cujas fontes foram dispersas e destinadas a diferentes acervos, desde os particulares<sup>651</sup>, como também os públicos. Encontramos publicações na Biblioteca Arthur Viana – Fundação Cultural do Estado do Pará, na Biblioteca Central Prof. Clodoaldo Beckmann, na UFPA, e na Biblioteca Prof. Inocêncio Machado Coelho, na Sudam, as três situadas em Belém-PA – nesta última estando os únicos exemplares que tivemos acesso da revista *Pará Desenvolvimento*. As outras publicações do Idesp, ao serem destinadas aos acervos públicos referidos, muitas vezes foram catalogadas sob uma nova forma, o que dificultou sua localização. Dessa maneira, aqui abordaremos artigos encontrados em quatro exemplares da revista, dos anos 1968 a 1971, complementados pela observação dos *Guias Instituições, especialistas e pesquisadores da Amazônia* e dos Catálogos Coletivos *Documentos Amazônicos*, já referidos.

A respeito da Revista *Pará Desenvolvimento*, tivemos contato com os volumes 3 (1968), 4 e 5 (1968), 6 e 7 (1969), 10 e 11 (1971) e 26 (1990), este último não estando abarcado pelo recorte de nossa pesquisa, mas também observado por interesse na temática e produções do Idesp. Os exemplares estão divididos em seções como *Artigos, Noticiário e Legislação*, também contando com outras como *Reportagem, Reminiscências* – estas apenas no volume 3 –, *Palestras, Estudos e Entrevistas* – no volume 26.

No Volume 3, de 1968, os quatro artigos publicados versam a respeito de temas de interesse para essa tese, como desenvolvimento econômico, educação e C&T. Contudo, abordaremos apenas o artigo escrito pelo Cônego Ápio Campos, intitulado *Educação para o desenvolvimento da Amazônia*<sup>652</sup>. Nele, Campos fala do conceito de “educação para o desenvolvimento”, investimentos educacionais, sua aplicação no planejamento socioeconômico global e bolsas de estudos concedidas por instituições de promoção do desenvolvimento. Sua abordagem é crítica, apresentando argumentos embasados no debate filosófico e educacional do período, num teor acurado que não encontramos em muitos artigos dentre os analisados, haja vista os objetivos dos autores em cada um deles. Percebemos,

---

<sup>651</sup> Conforme disponibilizado em sítio eletrônico, alguns servidores do antigo Idesp guardaram parte do material com a extinção do órgão, como Natanael Araújo da Rocha, Nazaré Mendonça e Ruth Gibson (IDESP, 2008, ref. 646). Entramos em contato com uma servidora, não identificada, hoje lotada na Biblioteca Pública Arthur Vianna, que nos explicou a dificuldade de localização desses documentos por conta da nova catalogação. Em 2019 ainda encontramos cinco exemplares de publicações a respeito de orçamento naquele acervo, que não digitalizamos.

<sup>652</sup> CAMPOS, Ápio. Educação para o desenvolvimento da Amazônia. *Pará Desenvolvimento*. Belém, PA, v. 3, pp. 51-66, 1968.

comparando com os outros artigos presentes no Volume 3, que esses escritos tinham um aprofundamento teórico maior do que a maioria dos artigos publicados na revista *SUDAM Documenta*, por exemplo, o que pode ser explicado pela forma de circulação dos dois escritos – o primeiro, destinado a um público mais amplo e de fora da instituição, e o segundo circunscrito ao órgão, embora contasse com análises mais densas, como as de Armando Dias Mendes.

De início, no artigo, Campos apresenta uma das compreensões inseridas no conceito de desenvolvimento que ainda hoje encontra eco em nossas sociedades:

Depois que a humanidade tomou angustiadamente consciência das profundas, amargas e intoleráveis diferenças que separam povos ricos e povos pobres, nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, acendeu-se, na alma de todos os homens honestos e responsáveis, o anseio por um *esfôrço conjugado e universal para que tôdas as regiões da terra* pudessem expandir-se socialmente, desenvolver suas riquezas, entrar em etapa de acelerada industrialização, aumentar seus índices de renda por pessoa, em suma, para que todos os homens, sem exceção, tivessem iguais oportunidades contra a fome, a miséria, a doença, a ignorância, o desemprego, a injustiça e a expoliação [*sic*]<sup>653</sup>.

O tom do texto é esse. A educação para o desenvolvimento seria um desses mecanismos para a transformação, algo que encontramos em outros artigos das revistas já analisadas. No período, a crença na transformação social advinda dos setores ligados à ciência e à tecnologia, dentre eles, o setor educacional, conjugava os esforços intelectivos de diferentes agentes, situados no campo progressista ou conservador, já que o desenvolvimento, como um objetivo a ser alcançado, fazia parte das condicionantes imaginárias do período, orientando a ação dessas pessoas e englobando-as numa mesma *busca*. Dessa forma, no artigo, o Cônego Ápio Campos, embora apresente críticas contundentes à pobreza, à divisão desigual de riquezas, à miséria, também apontava a importância de um governo “forte” para realizar as mudanças necessárias nas estruturas consideradas ultrapassadas, os entraves ao desenvolvimento.

Nesse sentido, a educação seria “um dos mais válidos instrumentos conducentes à mudança social provocada em termos de progresso técnico, econômico e social”, participando do “impulso coletivo do desenvolvimento”<sup>654</sup>. Realizava, portanto, uma distinção entre a educação efetuada até o momento, considerada “mero adorno mental das elites”, sem engajamento nas “verdadeiras aspirações societárias”<sup>655</sup>, não pragmática e mero bem de consumo, sendo as universidades “guetos culturais sem raízes, muito pouco sensíveis às

<sup>653</sup> CAMPOS, 1968, ref. 652, p. 53 – grifos nossos.

<sup>654</sup> *Id.*

<sup>655</sup> *Id.*

necessidades e aspirações da Nação”<sup>656</sup>, e a educação para o desenvolvimento, voltada para a transformação dessas estruturas de *atraso*. O desenvolvimento, para o autor, seria um meio de adquirir melhor convivência entre os seres humanos e bem-estar, precisando ser observado pelos seus resultados sociais, a saber, a educação, como uma “inversão que eleva a capacidade de desenvolvimento de um país e acelera a realização das metas sociais”<sup>657</sup>. Dessa forma, o desafio lançado por Campos era o de induzir os educadores de seu tempo a “encontrar a verdadeira sistemática de uma educação voltada para os anseios universais de progresso, a elaborar, de modo a torná-la atuante, uma autêntica – *educação para o desenvolvimento*”<sup>658</sup>.

As chamadas metas sociais deveriam ser fixadas em relação aos objetivos do desenvolvimento, na visão do autor. Se o mundo estava deixando para o passado suas velhas estruturas, era inconcebível que a educação tradicional se perpetuasse, ou seja, era necessária uma renovação ampla de suas características, para que pudesse estar adequada ao novo mundo. Nisso entram os investimentos públicos em educação, apontados como a ação de governantes preocupados com esses processos que apenas trariam benefícios para o povo, conforme o artigo. Dentro do planejamento global do desenvolvimento deveria estar inserido o planejamento educacional, opinião semelhante à de autores anteriores. Para tanto, os governantes e responsáveis pelo desenvolvimento deveriam ser convencidos de que os investimentos educacionais eram tão ou mais importantes do que os investimentos de ordem econômica, enfatizando que a riqueza nacional dependia da capacidade produtiva e dos níveis educacionais de seu povo, já que “[a] velocidade da expansão social e econômica fica, em grande parte, subordinada à taxa de formação de capital humano”<sup>659</sup>.

Como medida inicial, o Estado deveria implementar uma educação de base visando “aparelhar mentalmente as populações para um processo de conscientização coletiva de seus problemas e como condicionamento de formulação de metas concretas de desenvolvimento”, enfatizando que “nenhum povo pode desenvolver-se, se não começar por *querer* desenvolver-se”<sup>660</sup>, chegando nesse ponto ao aspecto do convencimento e da formação de consenso – tema que tanto nos instiga. Como realizar as grandes transformações nas estruturas físicas da sociedade, implantando projetos de envergadura gigantesca, se o povo que expectava sua chegada nos territórios não se identificava com aquilo? O convencimento era, portanto, necessário para a consolidação das transformações que, contraditoriamente, precisava de uma

---

<sup>656</sup> CAMPOS, 1968, ref. 652, p. 54.

<sup>657</sup> *Id.*

<sup>658</sup> *Id.*

<sup>659</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>660</sup> *Ibid.*, p. 57.

transformação anterior, nas mentes dos amazônidas. Por isso, o texto remete aos anseios de uma coletividade, à Nação e suas vontades, pois a construção do consenso em torno do desenvolvimento precisava, a partir de seus agentes, ser efetuada sem ranhuras na narrativa.

O desenvolvimento, nas palavras de Campos, seria um “esforço conjunto, caminhada solitária, arrancada simultânea e contagiante de todo um povo [e de] tôda uma nação”<sup>661</sup> e, para essa empreitada, deveria ocorrer uma “disseminação de cultura” através da alfabetização, do crescimento rápido do sistema educacional básico, da escolarização secundária pré ou semi-profissional, capaz de prover a industrialização de trabalhadores aptos e versados na utilização dos novos equipamentos. Ou seja, a “educação participante” deveria estar alicerçada num “dirigismo prático”, o avesso da “educação acadêmica e ornamental, saturadora pleonástica dos mercados de trabalho e que, via de regra, é apanágio dos países subdesenvolvidos”<sup>662</sup>. Afirmava, nessa direção, que “[o] que se pede, num país em vias de desenvolvimento, é que tôda essa rede escolar ou escolarizante, de natureza pública ou privada se integre nas metas do desenvolvimento e execute atividade paralela e harmoniosa com o planejamento total”<sup>663</sup>.

Dessa forma, indicava o autor três objetivos derivados de propósitos dos governos latino-americanos de então:

- a) o sistema educacional deve ser, em cada país, urgentemente norteado para as metas do desenvolvimento;
- b) a educação assim retificada deve constar de um planejamento educacional que preveja as reais necessidades de trabalho e o tipo de pessoal técnico exigido pelo desenvolvimento;
- c) tal sistemática educativa, dirigida e planificada, constará do planejamento global de desenvolvimento e só assim merecerá investimentos governamentais decisivos para sua incrementação<sup>664</sup>.

E, ao final do texto, indicava de que maneira uma instituição como a Sudam poderia contribuir com esse processo, notadamente, fornecendo recursos para o sistema educacional, resguardando sua atuação, além de exigir que os objetivos educacionais se enquadrassem ao plano de desenvolvimento vigente, observando que sua função enquanto agência de desenvolvimento era formar pessoal técnico exigido para a implementação dos planos de desenvolvimento e “estimular, através do sistema implantado, uma educação de base necessária para criar, na população, uma mentalidade desenvolvimentista”<sup>665</sup>. Também

---

<sup>661</sup> CAMPOS, 1968, ref. 652, p. 57.

<sup>662</sup> *Ibid.*, p. 58.

<sup>663</sup> *Ibid.*, p. 61.

<sup>664</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>665</sup> *Ibid.*, p. 64.

observava uma necessidade de que os planejamentos universitários estivessem em consonância com os planos de desenvolvimento, ministrando um “ensino realista, prevendo o número anual de técnicos de determinado tipo, integrando a seus quadros novas profissões técnicas exigidas pela industrialização”, corrigindo “incoerências herdadas de um sistema caduco e estéril”<sup>666</sup>, inaugurando o sistema de ensino para o desenvolvimento.

No Volume 4/5 da *Pará Desenvolvimento* encontramos mais um artigo do Cônego Ápio Campos: *O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento*. Nele, como pontuado em seu título, há uma ênfase nos elementos socioculturais dos processos de desenvolvimento, ultrapassando “o âmbito meramente econômico para situar-se num plano de elevação social, em termos de bem-estar coletivo, e de aquisição de padrões mais altos de cultura”<sup>667</sup>, considerando que “as atividades econômicas são, no desenvolvimento, meros fatores instrumentais para que o homem atinja sua plenitude histórica”<sup>668</sup>. Assim, enfatiza na “plenitude” de todos os campos da vida humana a ser alcançada *no* desenvolvimento.

Empreende uma crítica ao que seria uma ênfase exagerada nos aspectos econômicos do desenvolvimento, considerada um “hipertrofismo econômico”. Nisso consistiria uma subvalorização do ser humano, acarretando numa “condenável dilação no equacionamento de problemas coletivos e comunitários, qualificando prioritariamente outros, de interesse de grupos ou de classes, nem sempre decisivas – estas e aqueles – na aceleração do processo”<sup>669</sup>. Para embasar sua argumentação, aponta a encíclica do papa Paulo VI *Populorum Progressio*, na qual dispunha:

É preciso advertir aos que estão em vias de desenvolvimento sobre quais são os perigos que é preciso evitar neste terreno. A tecnocracia de amanhã pode engendrar males tão ou mais terríveis que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido a não ser pelo homem, a quem devem servir<sup>670</sup>.

A esse documento, adicionava o disposto como objetivo no Artigo 3º do Plano de Valorização da Amazônia, a saber, “promover tanto o desenvolvimento auto-sustentado da economia como o bem-estar social da região amazônica”<sup>671</sup>. A partir de seus referenciais, Campos aponta que a atividade de planejamento, longe de ser apenas atividade técnica ligada ao campo econômico, também necessitaria de considerações no campo da Filosofia, da

<sup>666</sup> CAMPOS, 1968, ref. 652, p. 63.

<sup>667</sup> CAMPOS, Ápio. O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento. *Pará Desenvolvimento*. Belém, PA, v. 4/5, pp. 41-53, set./dez., 1968. p. 43.

<sup>668</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>669</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>670</sup> *Id.*

<sup>671</sup> *Ibid.*, p. 46.



Política, da Antropologia, da Sociologia, e da própria ciência. Dessa forma, os objetivos sociais e culturais dentro da política de desenvolvimento precisavam urgentemente ser enfatizados, sob o risco de incompletude na tarefa de implementação do desenvolvimento, pois

[...] o processo de desenvolvimento, dando ênfase à industrialização, se restringe a proporcionar maiores lucros e ascensão financeira aos grupos empresariais, cujo enriquecimento altera a taxa de renda **per capita** do homem regional, sem significar distribuição equitativa das riquezas pela comunidade humana e sem preocupar-se com a promoção sócio-cultural de seus membros<sup>672</sup>.

Para evitar erros, a educação precisava ser incorporada ao planejamento do desenvolvimento, novamente argumentando nesse sentido. E percebia, com muita crítica, a ausência de investimentos suficientes nesse campo, pois o percentual orçamentário do Brasil destinado à educação era, em suas palavras, insignificante, submetido constantemente a cortes e redução de gastos, além da persistência de um “alheamento” das universidades amazônicas à construção do planejamento desenvolvimentista, sem serem convocadas a participarem da ação coordenada com as agências de desenvolvimento. O que se operava, nesse campo, era um “desenvolvimento importado”, a saber, “crescimento educacional realizado dentro dos padrões clássicos das Universidades estrangeiras mas sem um profundo conhecimento das necessidades locais”<sup>673</sup>.

É a partir disso que o autor defende uma reforma universitária “autêntica”, com uma integração *corajosa* no processo de *promoção do homem amazônico*, “deixando de ser uma Universidade do asfalto para ser uma Universidade de toda a região”<sup>674</sup>. Os modelos alienígenas, “pré-fabricados” de universidade deveriam ser abandonados, devendo ser direcionados para uma “consulta séria às necessidades de qualificação profissional indicadas pelo tipo de processo industrializante que está sendo implantado”<sup>675</sup>, contentando-se essas instituições com o papel de *subsidiária do desenvolvimento*, fornecendo o elemento técnico. Também apontava a necessidade de democratização da universidade, a fim de que os sujeitos menos privilegiados pudessem acessar seu espaço a partir das demandas do processo de desenvolvimento, o que ainda levaria a instituição a “entregar a elementos regionais qualificados o controle e a direção da investigação e da invenção, dentro da comunidade

---

<sup>672</sup> CAMPOS, 1968, ref. 667, p. 49.

<sup>673</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>674</sup> *Id.*

<sup>675</sup> *Ibid.*, p. 51.

subdesenvolvida”<sup>676</sup>. Por fim, as universidades deveriam contribuir na formulação de uma conceituação do desenvolvimento, “escoimando o processo de suas distorções de hipertrofismo econômico e tecnológico, para humanizá-lo dentro de uma dimensão sócio-cultural”<sup>677</sup>.

“Seria desenvolvida uma comunidade na qual uma minoria desfruta de largas fatias do bôlo, deixando migalhas à minoria desafortunada?”, questionava Adriano Menezes no artigo *Recursos humanos e desenvolvimento econômico*, publicado no Volume 6/7 da *Pará desenvolvimento*, em 1969<sup>678</sup>. Resultante de contribuição do autor para o II Encontro de Secretários do Trabalho dos Estados Brasileiros, o artigo apresenta reflexões a respeito do desenvolvimento e suas implicações na formação dos chamados recursos humanos. É dividido em seis partes: *Introdução*, *A conscientização do problema*, *Modêlos de crescimento*, *Os fatôres de produção*, *A política educacional* e *Uma experiência em marcha*, ao longo de treze páginas.

Inicialmente, elenca o autor a referência à renda no cálculo dos estágios e na concepção do desenvolvimento econômico, sendo definida uma comunidade como subdesenvolvida em relação a outras, a partir da renda per capita. Porém, constrói uma argumentação segundo a qual esse cálculo por vezes pode ser incorreto, já que nem sempre um povo deixa de ser subdesenvolvido por ter alcançado determinado nível de renda, nesse sentido, seria o problema autônomo e entendido em termos absolutos:

Um povo faminto, sujeito a endemias, incapaz de vencer as dificuldades naturais do meio ambiente, é subdesenvolvido independente de quaisquer indagações sôbre o que se passa com os demais povos. Neste sentido, talvez fôsse mais correto situar o problema em termos de “adaptação” e não de “desenvolvimento”. “Adaptada” seria a comunidade que encontrou o caminho para dominar o meio em que vive e do qual vive<sup>679</sup>.

Para Menezes, portanto, a *questão social*, entendida como um problema, já não era observada somente por representantes políticos, mas todos aqueles que buscavam o bem-estar. Tal questão poderia ser resolvida a partir de duas escolhas: a solução emocional e a solução tecnológica. Na primeira estariam as reivindicações de distribuição igual da riqueza auferida pelas nações, associada ao alcance do bem-estar, contudo, o autor considera esta uma solução emocional por ser utópica, em sua visão, inalcançável, pois perseguiria os efeitos e não as

---

<sup>676</sup> CAMPOS, 1968, ref. 667, p. 52.

<sup>677</sup> *Id.*

<sup>678</sup> MENEZES, Adriano Velloso de Castro. Recursos humanos e desenvolvimento econômico. *Pará Desenvolvimento*. Belém, PA, v. 6/7, pp. 19-37, mar./jun., 1969, p. 26.

<sup>679</sup> *Ibid.*, p. 25.

causas do problema. A segunda, em contrapartida, seria obtida por uma “investigação fria das suas origens, imune a perturbações de ordem emocional”<sup>680</sup>, perquirindo as causas, por exemplo, analisando “o processo produtivo responsável pela formação da renda global, investigando-se as variáveis que o condicionam e as distorções que o perturbam, e não, simplesmente dimensionar a parcela que poderá, ou deverá, tocar a cada agente produtor”<sup>681</sup>, transcendendo, assim, os aspectos puramente econômicos.

A partir disso o autor busca apontar as diferenças entre os modelos de desenvolvimento, identificando o modelo quantitativo e o qualitativo como opostos. O primeiro, voltado para a insuficiência de recursos como principal limitação, inclusive na adoção de uma determinada tecnologia, seria o oposto do segundo, este contando com “um cunho de racionalidade” que manipularia os fatores de sua composição. Teria uma desvantagem a curto prazo: a demanda por medidas condicionantes para obter o incremento da produtividade, a médio prazo, adotado um “espírito pragmático”, o problema seria solucionado na medida em que “a economia estiver capacitada a melhor aproveitar os recursos produtivos do que dispõe”<sup>682</sup>.

Quais seriam então, os fatores produtivos? Elenca o autor recursos naturais, recursos humanos e recursos “para investir”. Os recursos naturais são compreendidos como estando à serviço do ser humano em sua busca por sobrevivência e, acima disso, por desenvolvimento, como “bens susceptíveis de atender às exigências da espécie humana”, sendo o meio físico o que sempre forneceria “ao homem as condições materiais para atendê-las”<sup>683</sup>. Nesse processo, a contrapartida seria a necessidade de se executarem complexas atividades de conversão do meio ambiente em recursos, portanto, a criação de tecnologias, entendidas como um conjunto de procedimentos. Nisso estaria a importância da pesquisa em recursos naturais, como o descortinar de possibilidades:

No caso particular do Brasil, as pesquisas de recursos naturais já iniciadas, embora incipientes, permitem-nos acreditar que riquezas incalculáveis estão prestes a emergir da penumbra das hipóteses para se converterem em fatores decisivos do desenvolvimento nacional. Para tanto, indispensável se torna – e urgente – dotar a nação da *tecnologia adequada*<sup>684</sup>.

---

<sup>680</sup> MENEZES, 1969, ref. 678, p. 27.

<sup>681</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>682</sup> *Ibid.*, p. 29.

<sup>683</sup> *Id.*

<sup>684</sup> *Ibid.*, p. 30 – grifos nossos.

Nesse *desbravamento* estaria a importância dos recursos humanos, como “indivíduos aptos para o trabalho”<sup>685</sup>, entendidos como algo mais além do que a soma de pessoas ou a população ativa. A defesa do autor, no bojo de uma representação outras vezes verificada nas fontes, é pela qualificação profissional, que passa pela qualificação educacional dentro de um sistema educativo voltado para o desenvolvimento, em contraposição à vigente situação de atraso, na qual se continuava a “padecer de mão-de-obra qualificada”<sup>686</sup>. Segundo o autor, “uma reformulação na política educacional será suficiente para atender às necessidades do processo de desenvolvimento econômico-social brasileiro e, para isso, acreditamos ser bastante a adequação dos orçamentos vigentes”<sup>687</sup>.

Os recursos para investir seriam, por sua vez, a capacidade de poupança da população, observada como residual e insuficiente para os propósitos do desenvolvimento, haja vista o baixo nível de renda e as dificuldades do consumo. A solução para esse problema estaria, na visão do autor, na melhoria tecnológica, o que garantiria uma diminuição nos custos da produção e um direcionamento de recursos para outros setores, como os próprios recursos humanos, já que “[c]omo o elemento dinâmico do complexo produtivo é a mão-de-obra, sobre esta deverão recair as providências iniciais destinadas a corrigir as falhas que obstam o seu desempenho satisfatório”<sup>688</sup>.

A política educacional vigente era vista com maus olhos pelo autor, pois seu caráter unitário levava a expressões como “alguém interrompeu seus estudos” quando não ultrapassava o nível básico, chegando ao superior. Para ele, era necessário que os diversos estágios de aprendizagem fossem autonomizados, “[a]final, nem só de doutores vive a economia...”<sup>689</sup>, devendo ser uma autonomia concedida a partir do conteúdo didático de cada ciclo. Dessa forma,

Ao concluí-lo, o estudante deverá ter recebido um acervo de conhecimentos sistematizados, devidamente orientados para um determinado campo de atividades, compatíveis como o nível de responsabilidades que ele deverá assumir no exercício de sua profissão. Se desejar, poderá ingressar no ciclo imediato, onde os seus conhecimentos serão ampliados e a sua especialização aprofundada. Dessa forma, não haverá “interrupção dos estudos” mas “complementação profissional”<sup>690</sup>.

A educação, assim, era vista como *instrumento do desenvolvimento*, e já havia uma experiência em curso para embasar essa proposta do autor. No Pará, a partir do governo

---

<sup>685</sup> MENEZES, 1969, ref. 678, p. 30.

<sup>686</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>687</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>688</sup> *Id.*

<sup>689</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>690</sup> *Id.*

estadual, estava ocorrendo um diagnóstico com vias a dotar a educação de um caráter “funcional”, observando questões como a carência de mão-de-obra local relacionada às características fisiográficas do Estado a partir dos diagnósticos socioeconômicos executados pelo Idesp. O que se desenhava era uma percepção de *vocações econômicas* para as diferentes áreas, tornadas *zonas*, do Estado, o que orientaria futuramente a política educacional com vistas a formular currículos, formar e treinar instrutores para conduzir o ensino visando a satisfação dessas necessidades específicas de cada zona. O corpo docente, por sua vez, precisaria também passar por adequações, com treinamento específico, assim como deveria ser realizada uma formação extracurricular para os profissionais já em exercícios, mas inadequados à política de desenvolvimento perseguida. Com todas essas observações, encerrava o autor afirmando que os recursos humanos “deverão conduzir o processo de integração do Pará ao contexto econômico-social brasileiro”<sup>691</sup>, em consonância com outros autores, já enfatizados anteriormente, que observavam o problema do desenvolvimento amazônico como um capítulo do desenvolvimento brasileiro.

A educação, a partir dos textos analisados, surgia como um meio de transformação das pessoas, de criação dos *homens novos*, sua definição enquanto *recursos humanos*. Isso nos leva a entender como a complexidade amazônica, observada com o intuito de desenvolvimento, tornava todos os seus componentes em possíveis recursos. Retirando as especificidades, tornava múltiplas existências em uniformidade, fossem elas solos, águas, ar, floresta ou humanos e não-humanos. Encontramos iniciativas de viés crítico, que buscavam entender o novo processo de desenvolvimento como algo mais amplo do que sua conotação econômica, encontrada na definição *desenvolvimento econômico*, contudo, não partiam de outras formas, para suplantam o desenvolvimento enquanto fenômeno que não contemplava pelo menos a maioria dos amazônidas. O período era de aceitação e aposta no desenvolvimento, portanto a crítica estava inserida em seus termos. A realidade, ao longo dos anos, foi se apresentando em seus complexos resultados e a catástrofe foi chegando mais perto das instituições, o que permitiu aos seus agentes, se não todos, mas alguns com significativa relevância, a elaborar análises englobando esses processos de devastação da floresta, desmatamento, desarticulação de comunidades e tantas outras ações que ampliaram a Amazônia como *território de conflitos*<sup>692</sup>.

---

<sup>691</sup> MENEZES, 1969, ref. 678, p. 34.

<sup>692</sup> A compreensão da Amazônia como um *território de conflitos* parte de nossas pesquisas que culminaram na dissertação de mestrado “*E deu nome a todas as coisas*”: *as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural de São Luís, Maranhão (1996-2015)* (SBRANA, 2017, ref. 5). Um

Observamos, portanto, uma maior presença de artigos em teor crítico ao desenvolvimento e aos caminhos da Ditadura nessa senda em revistas como *Cadernos NAEA* e *Pará Desenvolvimento*, o que não observamos com tanta frequência na *SUDAM Documenta* e a na *Revista Econômica do BASA*, embora encontremos estudos detalhados a respeito dos efeitos da “migração espontânea”, que demonstram os violentos processos das políticas de desenvolvimento do período<sup>693</sup>. Resta-nos compreender de que maneira o campo intelectual paraense durante a Ditadura Militar podia elaborar suas compreensões a respeito do desenvolvimento e se havia margem para críticas, dentro de um regime de exceção e dentro de instituições do Estado. Essas questões serão abordadas no capítulo seguinte, no qual nos concentraremos nas trajetórias de quatro cientistas amazônidas que transitaram nas quatro instituições abordadas aqui e compuseram estudos cuja significância encontra eco ainda hoje como trabalhos engajados em prol da constituição de processos de desenvolvimento na Amazônia, adotando a perspectiva ou criticando-a, muitas vezes realizando ambos os processos em diferentes momentos de sua vida.

---

território de conflitos é formado pela multiplicidade de compreensões materializadas em ações como os projetos locais e comunitários, as redes de resistência e outras iniciativas – no campo dos grupos sociais que sofrem a intrusão de suas terras ancestralmente construídas a partir de projetos de desenvolvimento – e as variadas tentativas advindas dos grupos situados no campo hegemônico do poder, como governos e empresas, com mecanismos violentos de supressão das lógicas comunitárias a partir da evocação do desenvolvimento como necessidade superior e amplamente reconhecida como a única existente, nos termos de uma “bandeira nacional”. Esses grupos – comunidades, empresas e governos – nomeiam um espaço de distintas formas e nesses nomes estão os projetos de transformação do espaço, tornado território, a partir das comunidades, e região, a partir do poder instituído. Forma-se um território de conflitos quando essas nomeações violentamente estão “convivendo” há bastante tempo num mesmo espaço, sendo observadas em suas variações físicas e simbólicas – por isso, a ênfase no *território* e na *violência* de sua formação. Um conflito situado no tempo presente, como é o caso da autointitulada Resex de Tauá-Mirim, em São Luís, não nasceu apenas nos anos demarcados como de início das lutas pela unidade de conservação, nem no recuo contextual que remete às intrusões dos grandes projetos. O território de conflitos possui história mais antiga e duradoura, pois esses espaços – em toda a Amazônia – são perpassados por violências antigas contra os povos originários, num primeiro momento e, posteriormente, contra os sujeitos escravizados, notadamente africanos e seus descendentes, reverberando na formação das inúmeras comunidades ao longo do tempo, que se encontram, na atualidade, em uma luta comum por territórios livres.

<sup>693</sup> Como exemplo, o artigo *Algumas considerações sobre os problemas sócio-econômicos enfrentados pelos migrantes na área do Pólo Carajás*, de Alice de Souza Melo e Janildo de Souza Campos (*In: SUDAM Documenta*. Belém, Pará, v. 6, n. 1/4, jul.1975/set.1976, pp. 3-42).

#### 4 “INVENTORES DE AMAZÔNIAS”

... a segurança das Nações reside na capacidade criadora dos cientistas e na capacidade executora das indústrias (Clara Pandolfo, 1972).

A singularidade das trajetórias individuais no transcurso histórico tem sido um problema historiográfico desde as primeiras interpretações da ciência histórica em processo de formalização. A chamada primeira geração dos *Annales*, especialmente os fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, soçobraram o importante império da História Política – aquela dos grandes homens e grandes feitos – apontando para a necessidade de pensar o social, as civilizações e seus demarcadores coletivos, que estavam sendo apagados pelo olhar voltado para uma busca por singularidades personificadas nas vidas dos grandes líderes. Essa nova forma de escrever a história possibilitou que outras fontes fossem passíveis de análise e, portanto, novas clareiras fossem abertas no vasto terreno histórico – sabemos bem como isso se processou, já que, no Brasil, somos fortemente influenciados pela historiografia francesa<sup>694</sup>.

Contudo, o estudo das trajetórias individuais não foi inteiramente comprometido pelo projeto dos *Annales*, haja vista o retorno da Biografia e da História Política na década de 1980<sup>695</sup>, ainda que com outros enfoques e interpretações inovadoras que possibilitaram que o foco não fosse nos grandes nomes, mas especialmente na “gente miúda”, aqueles que comumente a historiografia esquecia, por ausência de fontes ou talvez de olhar atento a fontes já conhecidas. Escrever sobre o tempo a partir dos invisíveis da História, na expressão de Michelle Perrot<sup>696</sup>, reabilitou as trajetórias individuais como uma importante matéria de nossa escrita histórica. Esse retorno da biografia é concomitante, ainda, a uma nova interpretação da dimensão política, tornando possível debater a presença dos agentes nas instituições sociais<sup>697</sup>.

Nesta pesquisa, apesar da tentativa inicial e persistente de ênfase nos processos coletivos e conjunturais, buscando interpretar o desenvolvimento brasileiro a partir da Amazônia, os agentes individuais se apresentaram como importantes para a construção desse fenômeno. Termos tão amplos como *desenvolvimento* e *Amazônia* nos levaram àquelas pessoas que também em seu tempo interpretaram o desenvolvimento, vivenciando os

<sup>694</sup> REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação”. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 25-66.

<sup>695</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528/2024>. Acesso em: 03 nov. 2023.

<sup>696</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Trad.: Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

<sup>697</sup> REIS, José Carlos. III – Reações: Antropologia Histórica e Narrativa. A Terceira Geração. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. Trad.: Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. pp. 65-76.

processos que hoje experimentamos enquanto herdeiros da construção desenvolvimentista. Assim, chegamos aos cientistas e, a partir dessa definição também abrangente, afunilamos a perspectiva, procurando aqueles que poderiam fornecer elementos de compreensão da realidade amazônica durante os processos de desenvolvimento perpetrados na Ditadura Militar. Os indivíduos, assim, apresentaram-se como uma ponte singular para a tessitura de uma compreensão ampla, permitindo construir um caminho do micro ao macro, do indivíduo ao processo, do agente à estrutura<sup>698</sup>.

A Amazônia tem sido interpretada historicamente de diferentes maneiras, boa parte delas, de *forma alheia*<sup>699</sup>. Essa é uma alegação encontrada recorrentes vezes em falas de pesquisadores situados em estados amazônicos, de membros de povos indígenas, comunidades tradicionais, militantes sociais, agentes políticos e muitas outras pessoas que, situadas no espaço amazônico, sentem que suas vozes e interesses enquanto nativos de um lugar – ainda que, muitas vezes, sejam nativos tardios, ou mesmo *chegantes*, como se diz no sul e sudeste paraense a respeito da pessoa “de fora” que chega e permanece<sup>700</sup> – não são escutadas ou, pior, nem chegam a ser ecoadas em espaços de produção de sentido, como o campo político e o campo acadêmico. Essas interpretações são reproduções de outros discursos que não compreendem o lugar, nem experienciam o viver amazônico em seus mais variados aspectos, um deles, a construção de conhecimento científico. É um trabalho, muitas vezes, do “amazonólogo de gabinete”, nos dizeres de Lucio Flavio Pinto<sup>701</sup>.

Mas dos intérpretes amazônidas, o que dizer? Nossa pesquisa se concentra em compreender – eis a palavra-chave de todo trabalho em Ciências Humanas – como quatro cientistas, advindos de lugares sociais próprios, com trajetórias particulares, intenções gerais e específicas, pensaram a Amazônia como seu *objeto de estudo*, mas também *objeto e campo de ação política*. Porque, bem sabemos, fazer ciência é também uma forma de agir

---

<sup>698</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

<sup>699</sup> Cf. PORTO-GONÇALVES, 2015, ref. 382 e LOUREIRO, 2019, ref. 188.

<sup>700</sup> Cf. SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/5741f166-7eaa-4b5f-9b13-88ab06225d8a>. Acesso em: 02 dez. 2023; PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 278 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11582/1/Tese%20de%20Airton%20dos%20Reis%20Pereira.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.

<sup>701</sup> PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia Fogo, Sangue e Cifão – a imprensa no Pará*. Belém: edição do autor, 2021. p. 11.



politicamente<sup>702</sup>, o que fizeram, conscientemente ou não, os cientistas aqui analisados. Já apresentamos algumas de suas considerações anteriormente, mas no presente capítulo enfatizaremos suas produções específicas, buscando compreensões teóricas e técnicas entrelaçadas às suas trajetórias, perseguindo o rastro de como escreveram Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa, Clara Martins Pandolfo e Roberto Araújo de Oliveira Santos<sup>703</sup> a respeito da Amazônia, esse objeto evocado reiteradas vezes como alvo de uma ação transformadora em prol de um bem maior, durante os tempos autoritários da Ditadura Militar.

As fontes utilizadas nesse capítulo são bibliográficas, divididas em acadêmicas e técnicas; biográficas, notadamente escritos biográficos de diferentes autores; orais, ou seja, entrevistas realizadas com pessoas que conviveram com os cientistas aqui estudados, tanto por mim, como as que estão disponibilizadas em acervos<sup>704</sup>. O material bibliográfico adquire o aspecto duplo de serem documentos a respeito da construção teórica e técnica dos cientistas e também fonte de conhecimento especializado a respeito do tema geral da tese, que é o desenvolvimento amazônico.

A produção dos quatro cientistas é vasta e seus escritos foram selecionados seguindo alguns critérios:

- a) Temporal: o escrito inicialmente precisaria estar situado dentro do recorte temporal da Ditadura Militar (1964-1985). Caso escrito posterior apresentasse uma análise ou balanço das ações do cientista ou órgão ao qual esteve ligado durante a Ditadura, o texto também seria analisado por remeter ao período estudado;
- b) Institucional: considerando a vinculação do cientista à instituição de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento, o texto seria analisado por conter uma fala institucional, em primeiro plano;
- c) De irradiação de ideias: os textos selecionados também precisariam conter informações referentes a ideias gerais construídas pelos cientistas, especialmente aquelas direcionadas a interpretações a respeito do desenvolvimento, da Ciência e da Tecnologia e da Amazônia.

---

<sup>702</sup> BOURDIEU, 2004, ref. 139.

<sup>703</sup> Ao longo do capítulo, os nomes dos cientistas podem vir de forma reduzida, como eram conhecidos localmente: Armando Mendes, José Marcelino Monteiro, Clara Pandolfo e Roberto Santos.

<sup>704</sup> Ver Quadro 1, na *INTRODUÇÃO: percursos, encontros e desencontros*.

Seguindo esses critérios, analisamos entre três e quatro escritos por cientista, sendo que no caso de Pandolfo e Mendes, por terem uma produção mais vasta, comparada com Monteiro da Costa e Santos, e pela escrita voltada diretamente para os temas da construção do desenvolvimento e da Amazônia, tiveram mais obras analisadas. Realizando uma definição geral dos temas abordados pelos cientistas nos escritos analisados, identificamos os principais temas abordados pelos autores:

Quadro 2 – Temas por cientista

<b>Cientista</b>	<b>Tema</b>
<b>Armando Dias Mendes</b>	Amazônia
	Invenção da Amazônia
	Planejamento do Desenvolvimento
	Desenvolvimento
	Desenvolvimento Econômico
<b>Clara Martins Pandolfo</b>	Desenvolvimento Sustentável
	Amazônia
	Floresta Amazônica
	Florestas de Rendimento
	Desenvolvimento Racional
<b>José Marcelino Monteiro da Costa</b>	Desenvolvimento econômico-ecológico
	Ecologia
	Desenvolvimento Científico
	Ciência e Tecnologia
	Racionalização do Desenvolvimento
<b>Roberto Araújo de Oliveira Santos</b>	Desenvolvimento
	Integração
	Crescimento Econômico
	Desenvolvimento Econômico
	Planejamento do Desenvolvimento
<b>Roberto Araújo de Oliveira Santos</b>	Oportunidades
	Pará
	História Econômica
	Terras
	Conflitos de Terra
<b>Roberto Araújo de Oliveira Santos</b>	Desenvolvimento
	Legislação de Terras

Fonte: a própria autora, 2024.

Mais uma vez, sentimos necessidade de destacar que estes temas foram elencados mediante a análise dos escritos que são interpretados nesta pesquisa e possuem relação com o tema que estamos analisando: a construção do consenso desenvolvimentista no Pará durante a Ditadura Militar. Ou seja, outros escritos que não estraram no *corpus* de fontes desta pesquisa podem conter outros temas de interesse, mas que fogem à nossa análise.

Além das fontes escritas, também realizamos entrevistas com pessoas que conviveram com os quatro cientistas, como familiares, amigos, colegas de trabalho e/ou antigos estudantes. As fontes audiovisuais serviram como orientadoras das trajetórias, mas também

como fonte de conteúdo a respeito do período e dos debates que ocorriam durante a Ditadura Militar e momentos posteriores. Esse conjunto de fontes é formado por vídeos e áudios disponibilizados em acervos institucionais e pelas entrevistas que nós realizamos<sup>705</sup>.

O capítulo está dividido em três itens. O primeiro, *Trajetórias*, constrói uma narrativa a respeito das trajetórias dos cientistas, subdividido em: 4.1.1 *Clara Martins Pandolfo*, 4.1.2 *Armando Dias Mendes*, 4.1.3 *José Marcelino Monteiro da Costa* e 4.1.4 *Roberto Araújo de Oliveira Santos*. O segundo, *Pensamento social amazônida: a questão do desenvolvimento*, busca dar conta da hipótese de que se estabeleceu uma geração intelectual na Amazônia durante a Ditadura Militar, da qual faziam parte os quatro cientistas estudados nesta tese, cuja preocupação era identificar e construir as formas de realização de um desenvolvimento econômico nos moldes amazônidas. Este segundo item é composto por dois subitens: 4.2.1 *Revelar a Amazônia* e 4.2.2 *Povoar o Desenvolvimento*, nos quais apresentamos a argumentação dos cientistas concernentes à demonstração das potencialidades amazônidas a serem exploradas pela construção desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que povoar a categoria desenvolvimento com as definições advindas dos interesses amazônicas por eles elencados. Segue-se, por fim, o terceiro item, *Consenso desenvolvimentista*, o qual, subdividido em 4.3.1 *Linearidade* e 4.3.2 *Monoculturas*, apresenta nossa interpretação do que é o consenso desenvolvimentista e seus componentes.

#### 4.1 Trajetórias

Entre os pesquisadores, intelectuais e estudiosos dos temas amazônicos em geral, os nomes Armando Dias Mendes, Clara Martins Pandolfo, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos não são desconhecidos. Alguns deles figuram em instituições públicas, prêmios, publicações, eventos, como forma de homenagem a pessoas que estudaram profundamente a Amazônia, especificamente os problemas de desenvolvimento relacionados à Amazônia<sup>706</sup>. Como indicamos ao longo desta tese, nomeamos essas pessoas como cientistas, entendendo que sua ação básica esteve voltada para a construção de uma interpretação enunciada a partir do campo científico, a respeito das

<sup>705</sup> Ver Quadro 1, na *INTRODUÇÃO: percursos, encontros e desencontros*.

<sup>706</sup> Algumas dessas referências são: Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional – Edição 2014: Homenagem a Armando Dias Mendes, promovido pelo Ministério de Integração Nacional (Brasília, 2015); IV Feira Estadual de Ciência e Tecnologia do Pará, com homenagem a Clara Pandolfo, realizada em 2019; cadeiras nº 44 – Roberto Araújo de Oliveira Santos –, nº 60 – Clara Martins Pandolfo – e nº 68 – Armando Dias Mendes – do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP); e a Biblioteca José Marcelino Monteiro da Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

questões de desenvolvimento da Amazônia. Temos, portanto, três conceitos básicos que atravessam as trajetórias dessas pessoas: Ciência, Desenvolvimento e Amazônia. Partindo de lugares específicos dentro do campo científico, Mendes, Pandolfo, Costa e Santos construíram interpretações próprias a respeito da Amazônia e seu desenvolvimento.

Figura 3 – Pandolfo, Mendes, Monteiro da Costa e Santos



Fontes: Batista e Miranda, 2023; Brasil/Ministério da Integração Regional, 2015; CORECON, 2014; Memorial do Livro Moronguetá UFPA, 2019<sup>707</sup>.

Durante a Ditadura Militar, como observamos até aqui, o problema econômico, político e social que gerava adesão coletiva ao projeto ditatorial em curso não era o propalado resguardo da Democracia, ainda que o motivo alegado para o golpe civil-militar tenha sido este. O Brasil, na visão oficial dos militares, precisava adentrar no rol dos países desenvolvidos e, para isso, o autoritarismo do regime serviria como um caminho facilitador, já que o anseio geral de desenvolvimento, partilhado pelas classes dirigentes, funcionava como argumento nivelador e agregador diante de uma série de conflitos pelos quais o país passava. Enquanto uma necessidade, construída num tempo longo e reconstruída cotidianamente, o desenvolvimento funcionava nos termos de uma partilha, assim compreendida pelos cientistas e, a partir de suas trajetórias, realizada enquanto projeto.

<sup>707</sup> BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Clara Martins Pandolfo (1912-2009): múltiplas faces de uma intelectual amazônica. *Revista Brasileira de História da Ciência*. V. 16, n. 1, jan./jun. 2023. pp. 176 – 197. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/852/651>. Acesso em: 03 nov. 2023; BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2014*: homenagem a Armando Dias Mendes. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2015; CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA PARÁ/AMAPÁ, 2023. Site do Conselho Regional de Economia do Pará e do Amapá (CORECON PA/AP) – Galeria dos Presidentes. Disponível em: <https://www.coreconpara.org/copia-historia>. Acesso em: 03 nov. 2023; MEMORIAL DO LIVRO MORONGUÊTÁ UFPA, 2019. Site do Memorial do Livro Moronguetá da UFPA – Roberto Araújo de Oliveira Santos. Disponível em: <https://moronguetaufpa.blogspot.com/2015/11/roberto-araujo-de-oliveira-santos.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

Para o economista Eduardo Monteiro da Costa<sup>708</sup>, foi construída uma geração intelectual na Amazônia durante a Ditadura Militar, implicada na análise e implementação do desenvolvimento. Essa interpretação também é partilhada por Violeta R. Loureiro<sup>709</sup>, que indica a importância dos debates sobre o desenvolvimento na Amazônia para uma reivindicação local de construção de conhecimentos. Mendes, Pandolfo, Costa e Santos formaram, em seu tempo, uma geração intelectual que, diante dos desafios sociais que se impunham, empreenderam uma ousada tarefa de interpretar *amazonidamente* a Amazônia – se nos for permitido o neologismo. Os objetivos pessoais eram variados e os rumos que cada agente tomou em suas carreiras foi pessoal, mas o trânsito, o diálogo, mesmo aquele efetuado por meios institucionais de comunicação, nos leva a entender como suas versões do que era e deveria ser a Amazônia ainda ecoam – e fortemente – no campo científico e acadêmico amazônida, hoje. E repetimos: fazer ciência é também agir politicamente, ou seja, a ação científica é também uma ação política<sup>710</sup>. Para Costa<sup>711</sup>, o *locus* dessa geração foi inicialmente o curso de Economia da Universidade Federal do Pará, onde se agregaram professores e intelectuais que, a partir de seus estudos e protagonismo, indicaram caminhos para o desenvolvimento amazônico.

Lúcio Flávio Pinto<sup>712</sup>, ao contrário, afirma que estes cientistas não formaram uma geração intelectual, já que seus discursos não estavam sendo elaborados conjuntamente, num processo próprio de construção de conhecimento diante de interesses comuns. A perspectiva do entrevistado nos indica uma contradição que remete aos transcurtos próprios da vida de uma pessoa, diante dos dilemas que enfrentou, escolhas feitas, lados que assumiu. Utilizaremos o conceito de geração de maneira não restrita, pois o processo de pesquisa indica que mesmo que não estivessem em um espaço de discussão comum, como uma instituição, o caráter de geração intelectual pode ser atribuído aos quatro cientistas – além de outros, não estudados nesta pesquisa – porque o tema comum de suas ações era a construção do

---

<sup>708</sup> COSTA, Eduardo. [fev. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém, Pará/Grajaú, MA – Ambiente virtual. Belém, 23 de fev. 2023. Eduardo José Monteiro da Costa é um dos filhos de José Marcelino Monteiro da Costa.

<sup>709</sup> LOUREIRO, Violeta Refkalefski. [mai. 2022]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém-PA, Belém, 02 de mai. 2022.

<sup>710</sup> Cabe aqui uma observação: não analisamos as trajetórias dos quatro cientistas com o intuito de construir uma imagem heroica nem realizar uma louvação de seus feitos. A postura que assumimos, enquanto pesquisadora, é de *compreender* tais agentes em seu tempo, lugar social, instituição, conforme Michel de Certeau, considerando que a singularidade das vidas humanas serve para interpretar nossa própria existência enquanto humanidade que, portanto, é finita e dependente das maneiras como as gerações seguintes a interpretará (CERTEAU, 2013, ref. 4).

<sup>711</sup> *Op. cit.*

<sup>712</sup> PINTO, Lúcio Flávio. [out. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém-PA/Paragominas-PA. Ambiente virtual, 13 de out. 2023.

desenvolvimento e, estando situados em instituições chave de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento no Pará, estas pessoas interpretaram seu objeto e construíram visões que, em grande medida, influenciaram outros agentes, com repercussão ainda na atualidade. A geração se constrói, nesse sentido, não pelo espaço institucional comum, mas por outros elementos, como a produção em torno de um tema comum, o diálogo em campos comuns e a influência posterior gerada por suas atuações. Os níveis de interação entre os agentes são variados, alguns deles dialogam com mais facilidade entre si, enquanto outros se opõem, porém, constituem um grupo que pensou o desenvolvimento em seu tempo – eis a geração.

Ao levantar informações a respeito das vidas e escritos dos quatro cientistas, nos deparamos com o oposto da ausência ou poucas informações referentes aos produtores dos programas, planos e projetos de desenvolvimento enfatizados em momentos anteriores. Mendes, Pandolfo, Costa e Santos tiveram prolífica produção científica, em suas áreas originais de formação, mas também no que denominamos como uma *interpretação amazônida do desenvolvimento*. Essa interpretação, a todo momento, ganha feições nítidas de um programa, contendo o que deveria ser o *desenvolvimento amazônico*, esse, o grande problema brasileiro, central para os debates nacionais e, regionalmente, os debates amazônicos. Como desenvolver a Amazônia? Essa pergunta estava na ordem do dia durante a Ditadura Militar. Mas o que perguntavam os cientistas era: como desenvolver a Amazônia a nosso modo? Como tornar a Amazônia desenvolvida seguindo os anseios locais de desenvolvimento?

Os planos, programas e projetos, em linhas gerais, tinham uma procedência externa, já que advinham das decisões centralizadas no Centro-Sul. Escritórios como Serete foram contratados para a execução, por exemplo, do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e seu correlato Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), a partir de Estudos Setoriais, conforme Pinto<sup>713</sup>. O escritório, especializado em planejamento urbano, possuía sede em Recife-PE e, até onde pudemos averiguar, diante das escassas informações, não tinha em seus quadros profissionais pessoas residentes no Pará ou em outro Estado amazônico<sup>714</sup>. Afirma o jornalista que

---

<sup>713</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

<sup>714</sup> Pelo nosso levantamento, encontramos somente uma dissertação de mestrado, intitulada *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*, publicada em 2004. A pista inicial para encontrar o Escritório Serete veio da fala da Profa. Dra. Leila Mourão, durante sua arguição na Banca de Qualificação do nosso texto, em junho de 2021. A esse respeito, ver: MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. 2004. 218 f. (Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos) –

os técnicos da SUDAM fizeram o primeiro Prdam<sup>715</sup> que é o primeiro plano feito pela Catarina Vergolino Dias, que era uma sábia. Era como a Dra. Clara, mas muito mais aberta que a Dra. Clara na questão mais de História e Política. Então os Estudos Setoriais serviram de base para o pessoal da Sudam fazer o plano. Agora o segundo PDA foi mais tecnocrata do que nunca. Esse foi o mais tecnocrata e veio de cima pra baixo como um produto de Brasília imposto a Belém. [...]. Esse é autoritário e eu digo sempre que ele poderia ser assinado por Cecil Rhoads<sup>716</sup>, porque é um documento colonial. Dividiu o Brasil em três definitivamente: a fronteira, a região intermediária e a região desenvolvida dominante (sul e sudeste).

Como indica o entrevistado, nem sempre os cientistas amazônidas foram deixados de lado na construção dos planos, programas e projetos de desenvolvimento. De acordo com Murilo Fiúza de Melo<sup>717</sup>, neto de Clara Martins Pandolfo, ela foi responsável pela escrita do capítulo a respeito da Amazônia no II PND, traduzido regionalmente no II PDA. Essa informação também é disponibilizada na obra *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*, publicada por Pandolfo em 1994<sup>718</sup>, contendo um balanço das ações de planejamento do desenvolvimento na Amazônia desde a década de 1950 até a década de 1990. Conforme a autora, sua proposta de capítulo para o plano não foi efetivamente implementada, o que acarretou um problema para o espaço amazônico, haja vista os dilemas contemporâneos de ampliação da exploração madeireira da Floresta Amazônica. Armando Dias Mendes também relata, na terceira edição da obra *A invenção da Amazônia*, que ele e três pesquisadores egressos do NAEA<sup>719</sup> foram convidados pela Federação de Indústria e Comércio do Pará (Fiepa) para construir uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia, que resultou na referida obra. Entretanto, sua proposta não foi aceita, por um alegado “debate excessivamente teórico” e não foi incorporada no planejamento do desenvolvimento de então.

---

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-16042007-163916/pt-br.php>. Acesso em: 03 nov. 2023).

<sup>715</sup> Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

<sup>716</sup> Britânico, colonizador e defensor da supremacia branca que viveu entre 1853 e 1902. Teve fundamental participação na invasão do continente africano e implementação do regime de *apartheid*, também peça chave no projeto de construção do caminho de ferro ligando Cairo, no Egito, e Cabo, na África do Sul (WOODHOUSE, Christopher Montague. Cecil Rhodes – prime minister of Cape Colony. *Encyclopaedia Britannica*. 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Cecil-Rhodes/Political-involvement-in-Africa>. Acesso em: 27 nov. 2023).

<sup>717</sup> MELO, Murilo Fiúza de. [ago. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Minas Gerais/Paragominas-PA. Ambiente Virtual, 27 de ago. 2023.

<sup>718</sup> PANDOLFO, Clara. *Amazônia brasileira: Ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

<sup>719</sup> Edna Maria Ramos Castro, Jean Hébette e Roberto da Costa Ferreira.

Estas informações nos habilitam a adentrar em aspectos das trajetórias dos nossos quatro cientistas amazônidas, o que passaremos a apresentar, iniciando pela vida de Clara Pandolfo.

#### 4.1.1 Clara Martins Pandolfo

Nosso encontro com Clara Pandolfo foi tardio. Ao obter aprovação, em 2019, do projeto de doutorado, a proposta de pesquisa se concentrava em analisar instituições de produção acadêmica e científica em dois Estados (Pará e Maranhão), realizando uma pesquisa, em linhas gerais, de História Comparada. Contudo, passando pela disciplina Seminário de Pesquisa I, ministrada pela Profa. Dra. Edilza Fontes, rapidamente percebemos que a tese, a ser escrita em quatro anos, não daria conta de toda aquela tarefa. Foram efetuados ajustes e, junto ao orientador Prof. Dr. Pere Petit, voltamos o olhar para as instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento situadas no Pará. O objetivo, então, era identificar quem estava escrevendo a respeito do desenvolvimento brasileiro e amazônico na Sudam, no NAEA, no Idesp e no BASA durante a Ditadura Militar. Realizando os longos levantamentos nos acervos dessas instituições, saltava à vista o nome de Clara Pandolfo, desde o início percebida como ligada institucionalmente à Sudam, tendo sido sua Diretora de Recursos Naturais, atuando na instituição por trinta anos, conforme relata na obra *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*, de 1994<sup>720</sup>.

O primeiro documento escrito por ela ao qual tivemos acesso foi um artigo na revista *SUDAM Documenta e Informa* de 1984, intitulado *Ecologia e Desenvolvimento da Amazônia*<sup>721</sup>. No artigo, Pandolfo respondia ao que chamava de “notícias alarmantes sobre o processo de ocupação da Amazônia Brasileira” que, segundo ela, contribuíam para “a criação de uma imagem deturpada – no País e no exterior – relativamente à situação atual e às perspectivas futuras da Região”<sup>722</sup>. Opunha-se a uma série de artigos publicados em revistas especializadas da época que denunciavam o crescimento do desmatamento na Amazônia, o que, para a autora, eram “críticas infundadas e superficiais” que não resistiriam a “um estudo mais aprofundado e a uma análise mais minuciosa dos aspectos enfocados”<sup>723</sup>.

---

<sup>720</sup> PANDOLFO, 1994, ref. 718.

<sup>721</sup> PANDOLFO, 1982, ref. 598.

<sup>722</sup> *Id.*, p. 13.

<sup>723</sup> *Ibid.*



Nos chamou atenção a forma como a autora se posicionava, chamando para si e seus colegas a autoridade científica de quem realmente conhecia a Amazônia e podia falar autorizadamente sobre os seus problemas, como enfatizado no trecho a seguir:

Decorrentes, muitas vezes, do desconhecimento das peculiaridades regionais, outras muitas da falta de informação correta sobre as atividades em desenvolvimento e, frequentemente, também, fruto de má fé e desejo manifesto de enfatizar negativamente as ações governamentais na Amazônia, a verdade é que tais publicações não trazem nenhuma contribuição positiva ao desenvolvimento da Região pois limitam-se a tecer críticas sem apresentar soluções para a melhoria dos aspectos que criticam<sup>724</sup>.

Ao longo do artigo, Pandolfo descreve diversas ações da Sudam e do Governo Federal para monitorar o desmatamento, indicando que a área alvo da discussão sobre o aumento dos índices de desmatamento não era caracterizada como Amazônia florestal, mas apenas Amazônia Legal, bem como a definição de desmatamento e “todas as formas de alteração da cobertura vegetal” seria imprópria e inadequada, uma vez que nas áreas do Maranhão (Zona dos Cocais), Goiás e Mato Grosso (Cerrados) as áreas atingidas não eram de floresta pluvial densa e opulenta, e ainda, “em muitas dessas áreas, não existia mata, originalmente”<sup>725</sup>.

Chamou atenção sua crítica à “fala dos ambientalistas”, para ela, desligadas da realidade do desmatamento na Amazônia e das formas de se medir esses índices. Para nós, situados no presente, onde a discussão a respeito do desmatamento é constantemente noticiada e há uma luta pela diminuição desses índices, especialmente na Amazônia<sup>726</sup>, aquela discussão soou estranha. Como Clara Pandolfo de alguma forma defendia o desmatamento e não concordava com as críticas dos ambientalistas?<sup>727</sup> A partir desse estranhamento, a investigação foi ganhando outros contornos, por meio dos quais buscamos compreender a cientista como uma pessoa de seu tempo, envolta em debates que para nós, a partir de um ponto de vista acadêmico e científico, já não fazem sentido, mas que à época estavam situados em disputas próprias a respeito dos sentidos a serem evocados para a Amazônia nos termos do desenvolvimento.

<sup>724</sup> PANDOLFO, 1982, ref. 598, p. 13.

<sup>725</sup> *Id.*, p. 21. A única área correspondente à floresta que foi efetivamente desmatada, segundo Pandolfo, era a zona situada no município de Paragominas-PA, no nordeste paraense.

<sup>726</sup> Sobre isso, ver SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. Grandes projetos na Amazônia: elementos para compreensão da construção de um consenso desenvolvimentista ao longo do tempo *In Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)*: defender direitos e fazer antropologia em tempos extremos. Curitiba: ABA; UFPR, 2022. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/atividade-160353>. Acesso em: 04 nov. 2023.

<sup>727</sup> Adiante apresentaremos como estava posto o debate ambiental entre as décadas de 1960 a 1980.

Quem foi, então, Clara Pandolfo, e por que ela seria uma cientista detentora de trajetória significativa que nos auxiliaria a compreender a Sudam como uma instituição de promoção do desenvolvimento? Seu nome de nascimento era Clara Barreau do Amaral Martins, tendo se tornado Clara Pandolfo pela contração do matrimônio. Aos dezenove anos ingressou na Escola de Química Industrial, por influência de sua mãe, tendo se formado em 1929. O contexto de modernização no qual o Brasil e, regionalmente, o Pará estavam inseridos possibilitou a criação de instituições e escolas técnicas, permitindo o ingresso de mulheres nesse campo formativo<sup>728</sup>. Fato curioso é que ela foi a primeira mulher a se formar em Química Industrial no Pará e a quinta no Brasil, tendo concluído sua tese monográfica intitulada *Contribuição ao estudo químico das plantas medicinais da Amazônia*<sup>729</sup>. O trabalho fazia jus ao momento histórico em que estava inserida Belém, pois a “ênfase em 1920 foi a preocupação do aproveitamento dos recursos naturais amazônicos para a promoção de dinamização e fomento às atividades industriais e econômicas da região<sup>730</sup>”.

Em 1930 foi publicado um *Boletim Científico da Escola de Química* e no documento há o registro de Clara Pandolfo como colaboradora de Paul Le Cointe, com o artigo intitulado *Contribuição ao estudo químico das plantas Amazônicas*, derivado de sua tese de graduação. De acordo com Batista e Miranda, Le Cointe foi professor de química na universidade francesa de Nancy, tendo redigido vários textos a respeito da Amazônia, um deles denominado *A Amazônia brasileira*, em dois volumes, de 1922, com a complementação de um terceiro volume em 1947, com subtítulo *Árvores e plantas úteis – indígenas e aclimatadas*<sup>731</sup>. Na década de 1930 ocorreu o fechamento da Escola de Química do Pará, assim como outras instituições semelhantes pelo Brasil, num contexto de deposição do presidente Washington Luís. Diante desse processo, Pandolfo engajou-se contra o fechamento, junto a outros ex-alunos e durante seu trabalho na Spvea e com a Associação Comercial do Pará. Posteriormente, diante da conjuntura modernizadora da década de 1950, especialmente os esforços para a recuperação e valorização econômica da Amazônia, além do

---

<sup>728</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707.

<sup>729</sup> Registramos aqui os agradecimentos à estudante Júlia Vitória Ricardo, então discente do Curso Técnico em Administração Integrado do Instituto Federal do Pará – Campus Paragominas, por sua importante contribuição na construção do perfil de Clara Pandolfo, atividade executada durante sua pesquisa de iniciação científica, financiada pelo CNPq, intitulada *Ciência e Tecnologia na Amazônia: a trajetória de Clara Pandolfo*, realizada ao longo de 2023.

<sup>730</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, *Op. cit.*, p. 180.

<sup>731</sup> Lúcio Flávio Pinto afirma que Clara Pandolfo teve como seus mentores intelectuais Paul Le Cointe e Arthur César Ferreira Reis, primeiro diretor da antiga Spvea. A aprendizagem com esses pensadores marcou significativamente sua trajetória (PINTO, 2023, ref. 712).

processo de integração da Amazônia protagonizado pelo governo central, ocorre a reabertura da Escola de Química<sup>732</sup>.

Pandolfo é conhecida por sua atuação em instituições de promoção do desenvolvimento, como a Spvea e, posteriormente, a Sudam, da qual foi Diretora do Departamento de Recursos Naturais (DRN), exercendo intensa atividade de pesquisa e interpretação a respeito da Amazônia. Aliás, é esse papel enquanto uma cientista amazônica preocupada em debater a Amazônia e seu desenvolvimento que chama atenção em sua atuação institucional, política e científica, possuindo vasto conhecimento a respeito da Floresta Amazônica enquanto um recurso para a construção do desenvolvimento. Esse conhecimento, contudo, não era um conhecimento de campo, conforme Pinto, pois a diretora atuava em seu espaço institucional situado em Belém-PA, poucas vezes se direcionando para as áreas onde eram instaurados os projetos da Sudam<sup>733</sup>.

Após a conclusão do Curso de Química, atuou no Laboratório de Biologia da Santa Casa de Misericórdia do Pará, dirigindo a Seção de Hipodermia e Produtos Injetáveis, bem como em outros laboratórios. Em 1953, contudo, inicia sua atuação na Spvea, a convite do superintendente Arthur César Ferreira Reis, no cargo de supervisora técnica. Depois, se torna presidenta da Subcomissão de Recursos Naturais e da Comissão de Planejamento da Spvea, o que será modificado quando a Sudam é criada, em 1966, após a extinção da Spvea, período em que a cientista passou a exercer a função de membra do Conselho Técnico e, posteriormente, Diretora-Geral do DRN, atividade pelo qual ficou bastante conhecida, conforme Murilo Fiúza de Melo<sup>734</sup>. Além da atividade intensa na Sudam, durante a década de 1960, Pandolfo atuou no magistério em diferentes níveis de ensino: na antiga Escola de Química, fazendo parte de seu quadro funcional, tendo se aposentado como professora titular, e em várias escolas de Belém, no ensino básico.

É interessante destacar, seguindo a argumentação de Batista e Miranda, o *caráter estratégico* do cargo ocupado por Pandolfo na Spvea e depois na Sudam, já que é na década de 1950 que a ênfase no planejamento do desenvolvimento recai na constituição de instituições de planejamento e seu papel na construção desenvolvimentista, especialmente em países como o Brasil, cujas potencialidades de exploração de recursos poderiam removê-lo da categoria de país subdesenvolvido, seguindo a receita desenvolvimentista vigente no período. O “ideário do desenvolvimento”, associado ao crescimento econômico, à industrialização, à

---

<sup>732</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707.

<sup>733</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

<sup>734</sup> MELO, 2023, ref. 717.

urbanização e à modernização agrícola<sup>735</sup> era estrategicamente propalado e consubstanciado a partir de instituições como a Spvea e, mais fortemente, a Sudam, haja vista a criação e implementação de projetos de desenvolvimento ao longo dos anos 1960 e 1970, especialmente na Amazônia.

Para Melo, ao assumir a diretoria do DRN, a cientista passou a ver a Amazônia de uma maneira mais precisa, identificando a necessidade de se “trazer o desenvolvimento da Amazônia”<sup>736</sup>. Conforme o jornalista, Pandolfo identificou que produzir uma ciência na Amazônia era um caminho para promover o desenvolvimento, não sendo uma ação contrária à construção do desenvolvimento do país, mas complementar. Sua atuação, portanto, situava-se em um processo de “viabilizar as pesquisas sobre o ambiente amazônico, visando subsidiar o seu aproveitamento econômico”, no âmbito do DRN<sup>737</sup>.

Nos anos 1970, com a implementação do I PND, PIN e Projeto Radam, o objetivo era uma maior integração da Amazônia aos interesses nacionais de desenvolvimento, sendo este um propósito incorporado por Pandolfo a partir de seus esforços de mapeamento das potencialidades dos recursos naturais, sendo a própria Floresta Amazônica esse grande espaço repleto de possibilidades. Dizia a cientista que era preciso desenvolver o país e a Amazônia, mas de uma “maneira racional”, isto significando que as ações de desenvolvimento não podiam ser feitas de forma aleatória e sem considerar as especificidades amazônicas. Melo exemplifica da seguinte maneira:

[...] Eram [...] nas discussões do plano nacional de desenvolvimento que os militares tinham isso, [...] era uma economia planejada. [...] No início do governo Geisel, eles lançaram, não sei se o II Plano Nacional de Desenvolvimento, alguma coisa assim, e aí tinha um capítulo da Amazônia. E minha avó foi chamada para escrever a parte de [...] soluções para o desenvolvimento da Amazônia. E aí, ela sugeriu algo que depois ela veio publicar em 78. [...] Em 73, ela assumiu essa função e aí ela sugeriu uma ideia, que era o seguinte: [...] o grande problema já naquele momento era o desmatamento, o corte. Você vender madeira e ir para o mercado internacional e aquele corte, como a gente já conhece, o desmatamento e tal. Não havia ainda o que a gente tem de você ter o corte para depois jogar o gado e ocupar, isso vai aumentando ao longo dos anos 70. E aí ela sugere o seguinte: o que a gente precisa fazer é construir uma maneira de você fazer o corte, fazer o manejo silvicultural, a silvicultura da área, e você faz um plano silvicultural na qual você cria florestas, que ela chamou de *florestas de rendimento*, que hoje seriam mais ou menos florestas nacionais<sup>738</sup>. [...]. Naquela época não tinha ainda essa questão das unidades de

<sup>735</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707.

<sup>736</sup> MELO, 2023, ref. 717.

<sup>737</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, *Op. cit.*

<sup>738</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, floresta nacional é uma “unidade de Uso Sustentável com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica”. Sua posse e domínio são públicas, mas podem ser incluídas áreas particulares em seus limites, devendo ser desapropriadas. E ainda, “a visitação pública é permitida, condicionada às normas

conservação[...]. Mas ela sugeriu: vamos criar florestas nacionais de rendimento, a qual seria administrada por uma empresa mista, [o que] hoje seria o Serviço Florestal Brasileiro, mas a ideia era ter uma “Petrobrás” das florestas, na qual você daria à iniciativa privada o controle daquilo, [...] por concessões, [e] ela faria o corte racional, naquela época dizia corte racional das árvores, as principais árvores, e depois entraria com um programa de recuperação daquela área cortada. Você dividiria em lotes, dentro dessa área criou-se uma Floresta Nacional de Rendimento. [...] Ali você recupera, por metodologia de silvicultura, [...] e tentaria de alguma maneira reduzir, ou diminuir o impacto desse corte ilegal, que a gente vê hoje desmatamento ilegal. E aí ela apresentou isso lá em 1973, mas a coisa não andou, o plano não saiu muito do papel<sup>739</sup>.

Lembremos que a elaboração de sentidos contida no termo “racional” é uma constante na produção dos agentes envolvidos na construção do desenvolvimento durante a Ditadura Militar. A nosso ver, esse termo deriva da noção anterior de valorização econômica e a construção de instrumentos para ampliar a promoção do desenvolvimento, inseridos num contexto de elevação da Ciência e da Tecnologia, bem como do Planejamento do Desenvolvimento, enquanto campos que efetivamente proporcionariam uma transformação das sociedades em estado de atraso ou subdesenvolvimento em sociedades avançadas e, portanto, desenvolvidas. Em suma, o termo “racional” fazia parte do discurso tecnocrático do período. Racionalizar o desenvolvimento seria, para Clara Pandolfo, construir um desenvolvimento amazônico, porque, seguindo a argumentação, a forma com que o desenvolvimento estava sendo construído na Amazônia não considerava as particularidades, o que atravancava os processos reais.

Naquele período, Clara Pandolfo apresentava propostas de aproveitamento dos recursos naturais e de sua sustentabilidade<sup>740</sup>, com a elaboração das Florestas de Rendimento, concebidas a partir de seu entendimento do que seria uma *exploração racional da Floresta*. Essa interpretação, a nosso ver, antecipa o que posteriormente foi designado como *desenvolvimento sustentável*, respeitados os devidos limites concernentes ao contexto temporal da década de 1970 e o debate corrente a respeito do desenvolvimento e dos recursos naturais. Pandolfo entendia a Floresta como um recurso em potencial e, portanto, buscava formas de ampliar a duração desse recurso, ainda que governamentalmente vigessem as noções de uma inesgotabilidade e abundância dos recursos<sup>741</sup>.

---

estabelecidas para o manejo da unidade”, bem como é permitida e incentivada a pesquisa, mediante autorização própria do órgão que administra a unidade (ICMBIO. O que é uma Unidade de Conservação?. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/flonaipanema/floresta-nacional-de-ipanema.html?id=10>. Acesso em: 30 nov. 2023).

<sup>739</sup> MELO, 2023, ref. 717.

<sup>740</sup> No sentido de aproveitamento continuado daqueles recursos.

<sup>741</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707.

De acordo com Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior<sup>742</sup>, o debate ambiental já existe desde o século XIX, contudo, é na década de 1960 que ele se torna público, relacionado à ocorrência dos grandes desastres no mundo industrializado europeu. A forte produção industrial, acentuada desde o pós II Guerra Mundial, amplifica a emissão de gases de efeito estufa, gerando alterações climáticas que ultrapassam as barreiras dos países de origem. Como exemplo e catalisador da emergência dos debates, têm-se o caso da Suécia, país que possuía forte tradição pesqueira, mas que apresenta, na região do Mar do Norte, contaminação por metais pesados em peixes, além da chegada da chuva ácida em um país ainda pouco industrializado. Esse fenômeno advinha das regiões da Inglaterra e da Alemanha, o primeiro, protagonista da Revolução Industrial no século XVIII.

Nesse contexto, a Suécia foi um país que promoveu debates sobre a degradação ambiental, diante da percepção de que os efeitos da poluição não respeitam as fronteiras dos países, comprometendo o próprio sistema econômico. Ainda conforme Sant’Ana Júnior, formou-se um “*pool* de pesquisadores espalhados pelo mundo e financiados por grandes empreendimentos como a Volkswagen, a Olivetti, e financiado pelo Banco Mundial e por governos, que se cham[ou] clube de Roma, [...] para discutir os efeitos ambientais do processo de crescimento econômico em curso”<sup>743</sup>.

Em 1972, o Clube de Roma publicou o relatório *The Limits to Growth*, de autoria de Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, and William W. Behrens III, apontando as consequências das interações entre humanos e ambiente ao longo do tempo, mediante a verificação de cinco variáveis: população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos. Conforme o entrevistado, o relatório ainda possuía um caráter malthusiano, relacionando os problemas de crescimento aos pobres, contudo, apontou algo sintomático: o sistema econômico possui limites, demonstrando “que há uma correlação verificável entre degradação ambiental e crescimento econômico”<sup>744</sup>.

Ao mesmo tempo, no contexto do debate ambiental que ocorria na Suécia, a Organização das Nações Unidas é provocada e constrói a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, Suécia, entre 05 e 16 de junho de 1972, sendo que “a intenção era aproveitar a conferência mesmo para divulgação daquele relatório, e tem uma característica que é bem singular e importante, é que

---

<sup>742</sup> SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. [jun. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís-MA/ Paragominas-PA. Ambiente Virtual, 10 de jun. 2023.

<sup>743</sup> *Id.*

<sup>744</sup> *Id.*

essa primeira conferência se chamou Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano”<sup>745</sup>, gerando debates a respeito dos efeitos do crescimento, estando presentes “grandes corporações capitalistas [...] participando daquele processo e aparece então pela primeira vez também uma demanda pela conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento capitalista, o desenvolvimento econômico”<sup>746</sup>. Derivada da Conferência, foi criada uma comissão mundial para tratar da questão ambiental, com uma importante mudança de nomenclatura: “o nome da comissão passa a ser comissão mundial do desenvolvimento... de meio ambiente e desenvolvimento, não mais desenvolver o ambiente humano”<sup>747</sup>. A comissão, liderada pela ex primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, produziu o relatório *Our common future*, consagrando a noção de desenvolvimento sustentável, numa tentativa de conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

No Brasil, entretanto, esses debates são interrompidos pelo contexto ditatorial. Durante a Conferência de 1972, a comissão brasileira apresenta uma posição divergente em relação aos rumos gerais do debate. Segundo Sant’Ana Júnior, os representantes indicam que a poluição que os países europeus não queriam deveria ser enviada para o Brasil, pois ela estava relacionada ao desenvolvimento econômico e, naquele período, o país, imerso num regime ditatorial, também estava imerso na luta pelo desenvolvimento. Não havia, portanto, espaço para o debate ambiental, entretanto, ele já ocorria e inclusive os agentes sociais situados nas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento conheciam essas discussões. Não havia “espaços públicos pro debate”, contudo, a partir de 1972, os organismos internacionais

começam a exigir dos outros países que tenham formas de gestão da questão ambiental, então ainda na década de 1970 [...] você tem a criação de uma secretaria nacional de meio ambiente dentro do governo, que quem assumiu essa secretaria foi o Lutzenberger, acho que esse o nome, que era um ambientalista do Rio Grande do Sul que já discutia a questão ambiental lá no Rio Grande do Sul, e o que você tinha de debate ambiental aqui no Brasil era muito localizado. Você tinha esse grupo lá do Rio Grande do Sul que era coordenado pelo Lutzenberger, você tinha alguma coisa no Rio de Janeiro, mas eram debates ainda muito esparsos, muito regionais e muito voltados para questões específicas ali, discutindo a expansão urbana e as consequências disso com a poluição dos rios e tal, ou então alguma coisa relacionada com a agricultura, com a indústria, mas ainda um movimento extremamente tímido localizado e centrado em algumas personagens<sup>748</sup>.

---

<sup>745</sup> Na verdade, como indicado anteriormente, se chamou *Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano*.

<sup>746</sup> SANT’ANA JÚNIOR, 2023, ref. 742.

<sup>747</sup> *Id.*

<sup>748</sup> *Id.*

Retornando à trajetória de Clara Pandolfo, Batista e Miranda também observam que em muitos momentos a cientista divergiu das diretrizes da Sudam, que estavam baseadas em orientações advindas do poder central, citando a problemática do estabelecimento de “percentual mínimo de 80% de reserva em propriedades rurais situadas em área de floresta localizada na Amazônia Legal”<sup>749</sup>, vigente a partir do Código Florestal de 1965. A cientista observava o não cumprimento do disposto no artigo 20, concernente à reposição da madeira extraída pelas indústrias madeireiras regionais, afirmando que “os projetos de reflorestamento existiam apenas simbolicamente no papel, mas não chegavam – com raras exceções – à fase prática da execução”<sup>750</sup>.

No âmbito desses debates, em 1973 escreveu *Estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional das terras na Amazônia*, reeditado em 1974 para subsidiar o II PND na parte concernente à exploração florestal. No final da década 1970, Pandolfo também participou como convidada do Centro de Estudos Brasileiros da School of Advanced International Studies, da John Hopkins University, em conferência a respeito da questão florestal amazônica, em 1979, tendo integrado comissões e grupos de trabalho governamentais ao longo dessa década. Posteriormente, participou de cursos de qualificação na Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EAP-FGV), no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)<sup>751</sup>.

Preocupada com a formação de recursos humanos<sup>752</sup> para a construção do desenvolvimento em seus moldes amazônicos, Pandolfo firmou convênios entre a Sudam e instituições nacionais, para a formação de engenheiros florestais. Sintetizando sua longa atuação na Spvea, posteriormente Sudam, afirmam Batista e Miranda que “ao defender [seus] posicionamentos, Clara anunciava a seus pares a ineficácia das políticas governamentais envolvendo a exploração dos recursos naturais na Amazônia, em especial os florestais”<sup>753</sup>. Murilo Fiuza de Melo afirma que a cientista travou alguns embates como diretora do DRN da Sudam:

Ela, por exemplo, dizia que você poderia até ter áreas dentro da Amazônia, porque a Amazônia tem vários tipos de vegetação, tem a floresta fechada, tem a floresta mais aberta, tem a base, tem os campos cerrados, que é ali embaixo do Mato Grosso,

<sup>749</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707, p. 186.

<sup>750</sup> *Id.*

<sup>751</sup> *Id.*

<sup>752</sup> Posteriormente falaremos a respeito das significações contidas no conceito *recurso*.

<sup>753</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, *Op. cit.*, p. 191.



norte do Mato Grosso. Ela dizia que você pode até ter áreas para fazendas de gado e tudo, porque essas áreas são mais adaptáveis do que floresta densa. A floresta densa, é o seguinte: quando você faz o corte, o solo é pobre, ele rapidamente perde seus nutrientes, porque tem o processo de lixiviação, porque a chuva arrasta aqueles nutrientes que estão ali. É um ciclo em que você precisa, o tempo inteiro, os nutrientes entram pelo solo, mas se você cortar esses nutrientes, eles vão embora, e as árvores e o solo empobrecem rapidamente. Ela dizia que a parte de florestas mais densas era uma área ruim para o desenvolvimento da pecuária. Mas que havia uma área dentro da própria floresta da Amazônia Legal onde você poderia ter isso, realmente ali nos cerrados, na borda da Amazônia Legal. Ela comprou muitas brigas, porque havia uma pressão dentro da Sudam, que era a seguinte: você tinha um corpo técnico, que era ela, que decidia como seria feita a distribuição dos incentivos fiscais para essas empresas que viriam principalmente associadas à Amazônia, às associações de empresários paulistas da Amazônia, algo assim, que iriam buscar esses incentivos, porque eles iam lá, a floresta não tinha valor nenhum, o que valia era a terra nua, então os caras cortavam, limpavam, vendiam madeira e jogavam gado, e depois a coisa piorou bastante. Mas ela comprou várias brigas com essa turma da parte política, teve até um caso muito famoso, o cara queria – um empresário – uma concessão de incentivos para uma área de floresta, e ela disse que não ia aprovar, porque havia uma resolução dentro da própria Sudam que impedia esse tipo de concessão, mas ela foi voto vencido. Ela sempre disse isso, contava isso para a gente<sup>754</sup>.

Outro embate se deu por conta de sua publicação de *A floresta amazônica: enfoque econômico-ecológico*, em 1978<sup>755</sup>. O jornalista informa que Pandolfo foi “bombardeada tanto pela direita quanto pela esquerda”<sup>756</sup>, pois no referido escrito, a autora fez o detalhamento de sua proposta de criação das florestas de rendimento, num total de doze, indicando como criá-las, locais de implementação, estratégias de logística para o transporte das madeiras, pois no período ainda não havia sido construída a Rodovia Transamazônica e o transporte era efetuado pelos rios.

No campo conservador, estava situado José Meireles, então presidente da Associação dos Empresários para a Amazônia, “entidade baseada em São Paulo e que vivia de concessões da SUDAM para a exploração da Amazônia”, cujo presidente propalava que “a Amazônia só pode ser ocupada pela pata do boi”. Para este agente, Clara Pandolfo, na posição de diretora do DRN, “não queria o desenvolvimento”, afirmando que a “proposta da doutora Clara” iria impedir a ocupação da Amazônia. No campo progressista situava-se José Lutzenberger, reconhecido ecologista dos anos 1970, que dizia que a proposta de Pandolfo “era nada mais nada menos do que que ela queria entregar parte da Amazônia para os estrangeiros”. Diante dos embates, sua proposta das Florestas de Rendimento não foi posta em prática no período,

---

<sup>754</sup> MELO, 2023, ref. 717.

<sup>755</sup> PANDOLFO, Clara. *A floresta amazônica: enfoque ecológico-econômico*. Belém: Sudam, 1978.

<sup>756</sup> MELO, 2023, *Op. cit.*

do que se ressentia Pandolfo: “uma proposta de política florestal [...], todavia, não foi implementada por falta de apoio e decisão das autoridades competentes”<sup>757</sup>.

Outra importante ação da cientista, citada por Melo, foi a criação da Estação de Pesquisas em Curuá-Una, em Santarém-PA, para o fomento de pesquisas silviculturais, em parceria com a FAO/ONU. O propósito da estação experimental, que manteve suas atividades até os anos 1980, era entender como realizar a exploração madeireira e posteriormente recuperar a área impactada. Para o jornalista,

ela conseguiu mostrar, por esses estudos, essas pesquisas experimentais, que era possível você fazer um corte e fazer uma recuperação silvicultural da área. Porém, uma questão que ela achava era que não se pensava muito na biodiversidade geral. Ela achava que você teria que recuperar com espécies comerciais. Faz um corte aqui, joga as espécies comerciais ali, mas não tinha aquela coisa da recuperação maior, de olhar a biodiversidade geral. Era focar ali, na parte onde você poderia gerar mais o retorno comercial<sup>758</sup>.

Lúcio Flávio Pinto relata que, mesmo com esses embates, a perspectiva de Clara Pandolfo não se alinhava a uma cessação dos conflitos, pois permanecia a opção pelo desenvolvimento nos moldes da Ditadura Militar:

a Clara, no início ela defendia uns projetos digamos neocoloniais como o de implantação de dendê. Ela foi uma das grandes entusiastas do projeto junto com a França para implantação de um plantio de dendê, uma usina para beneficiamento de óleo na estrada Mosqueiro<sup>759</sup>. E esse modelo que é adotado até hoje, né? Seja na soja... O Pará é um dos maiores produtores do óleo de dendê. A cultura que se estabeleceu na base da substituição da floresta nativa diversificada para uma floresta homogênea e exótica. Essa é a incursão mais profunda que se teve na Floresta Amazônica. As outras são: substituir a floresta por pasto e substituir a floresta por plantio de soja. Aos poucos a Dra. Clara, ela foi tomando uma certa consciência de que a intenção dela de dar prioridade/dar preferência/ destacar a importância da floresta era... teve resultado negativo. Ela apoiou muito a missão da FAO que é hoje em dia a agricultura de alimentação da ONU, que implantou um projeto no Tapajós. Tinha a floresta de Curuá-Una que era uma reserva de madeira, mas o máximo que esse beneficiamento chegou foi a serraria de madeira cortada, madeira serrada. Nunca chegou a um projeto de transformação final na escala de transformação da floresta e sempre com corte raso<sup>760</sup>.

De forma geral, a produção intelectual de Clara Pandolfo, centrada em seu conhecimento técnico e científico das questões relacionadas à Amazônia e seu

<sup>757</sup> PANDOLFO, 1994, ref. 718, p. 03. A autora também apontava que, à época do II PDA, “era quase inexistente, no país, a preocupação com os problemas ambientais”, e sua obra *A Floresta Amazônica Brasileira – enfoque econômico-ecológico*, “pelo seu ineditismo, causou grande polêmica e teve de pagar o ônus do pioneirismo das ideias inovadoras ali apresentadas, combatidas por pessoas que, não vivendo a realidade amazônica, procuraram deturpar os nobres objetivos visados pela proposta” (*Id.*).

<sup>758</sup> MELO, 2023, ref. 717.

<sup>759</sup> Denominada PA-391, Rodovia Engenheiro Augusto Meira Filho, intercepta a BR-316 ao sul, direcionando-se à Ilha do Mosqueiro, na região metropolitana de Belém-PA.

<sup>760</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

desenvolvimento, possuem uma certa constância temática, no decorrer dos anos 1950 a 1990. De acordo com Batista e Miranda<sup>761</sup>, seu primeiro escrito foi a já referida tese de graduação, posteriormente, há uma produção de estudos durante a década de 1960 nos quais Pandolfo sistematiza e corrige informações referentes à potencialidade florestal de produtos como borracha, castanha, madeiras, pau-rosa e oleaginosas, apontando formas de complementar a infraestrutura e aperfeiçoar a mão de obra local para o que ela denominava como “exploração racional da floresta”.

Na década de 1970, com a vigência do I PDA, há um esforço de sistematização de informações relativas ao potencial mineralógico da Amazônia, tendo como foco o que julgavam ser as “condições limites do meio físico amazônico e de sua população em perspectiva de torná-la mão de obra, como também a dinâmica da economia regional”<sup>762</sup>, identificando as alternativas para que a potencialidade regional fosse, enfim, integrada ao desenvolvimentismo nacional, seguindo o ideário do período. Conforme as autoras, naquele contexto Pandolfo

já indicava as principais possibilidades florestais, minerais e os cuidados necessários a serem observados pela produção agrícola e agropecuária, alertando e propondo medidas legais e ações contra o que denominava “práticas desastrosas” aos usos das florestas, explicitando com precisão sua preocupação ecológica, por considerá-la “patrimônio valioso”, cuja preservação beneficiaria a região, o país e a América. Propôs ações e procedimentos fiscalizatórios e punitivos aos projetos agropecuários e de reflorestamento em execução e apresentou estudos sobre a criação de reservas florestais e de planos de colonização florestal para a região. Se posicionou por privilegiar a exploração madeireira em face a construção de novos eixos rodoviários e as terras em seu entorno para colonização. Em relação à exploração do subsolo, analisou e apontou as possibilidades da exploração da bauxita, caulim e da argila. Também indicou as possibilidades da exploração da pesca marítima e fluvial, prioritariamente de cunho industrial<sup>763</sup>.

Durante a década de 1990, Pandolfo voltou-se para a dendeicultura e a introdução de espécies para fins de reflorestamento, tendo incorporado em seus escritos a discussão ecológica, notadamente a questão da preservação da floresta, diante de toda a discussão mundial a respeito do tema. O tema da década, de acordo com Batista e Miranda<sup>764</sup>, eram as relações entre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Recursos Naturais e Meio Ambiente, enfocando na questão das queimadas, dos desmatamentos, da degradação dos solos e da contaminação das águas derivada do garimpo, da produção de carvão vegetal pelas siderúrgicas e a ausência do manejo florestal. Tendo ampliado sua reflexão para uma relação

---

<sup>761</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707.

<sup>762</sup> *Ibid.*, p. 192.

<sup>763</sup> *Id.*

<sup>764</sup> *Id.*

entre desenvolvimento econômico, conjuntura econômica e política ambiental, alinhou-se às discussões preconizadas pela ECO-92<sup>765</sup>, conferência em que esteve presente.

Acertadamente as autoras identificam que Clara Pandolfo construiu um “conhecimento orientado pelos paradigmas científicos vigentes que, até os anos de 1970, era protagonizado por uma ideia de Amazônia como uma imensa floresta, ainda pensada como a Hileia humboldtiana do século XIX”<sup>766</sup>, para nós, a significação da face científica moderna de um pensamento colonial, cuja característica é a construção de uma estrada de via única, um túnel direto para o futuro, que toma a multiplicidade de ecossistemas e transforma em algo único, sistema que o “homem”, “organizando-o”, pode se beneficiar. Essa maneira de construir seu pensamento também é encontrada nas compreensões de cientistas como Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa, cujas trajetórias serão analisadas adiante.

Foi a partir de uma perspectiva científica específica, centrada na constituição de recursos para o desenvolvimento, que Pandolfo articulou-se nos diversos espaços de atuação por onde transitou enquanto cientista, gestora e agente política, a fim de promover a Floresta Amazônica e, em linhas gerais, a Amazônia a um recurso para o desenvolvimento. Seu pensamento passou por diversas elaborações e ressignificações, concernentes à não linearidade das trajetórias, inserindo-se nas discussões que vinham sendo constituídas ao longo do tempo. Conforme Batista e Miranda, “sua qualificação científica possibilitou contrapor-se ao que considerava inadequado ou errado no planejamento do desenvolvimento econômico da Amazônia”<sup>767</sup>. A defesa da floresta e do desenvolvimento amazônico a partir dos anseios locais fez parte de sua trajetória intelectual, institucional e política, estabelecendo os contornos de sua singularidade. Posteriormente, adentraremos nas minúcias deste aspecto, identificando que desenvolvimento amazônico era esse.

---

<sup>765</sup> A *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92, essa última referindo-se à cidade em que ocorreu, o Rio de Janeiro-RJ. Ocorrida entre 03 e 14 de junho de 1992, os agentes participantes da Conferência ratificaram a Agenda 21, estabelecendo uma “série de políticas e ações que tinham como eixo o compromisso com a responsabilidade ambiental”, enfocando, de forma geral, “as mudanças necessárias aos padrões de consumo, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento de tecnologias capazes de reforçar a gestão ambiental dos países”, além de firmar tratados como “as convenções da Biodiversidade, das Mudanças Climáticas e da Desertificação, a Carta da Terra, a Declaração sobre Florestas” (IPEA. *História* – *Rio* 92. 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2303:catid=28&Itemid](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid). Acesso em: 30 nov. 2023).

<sup>766</sup> BATISTA; MIRANDA, 2023, ref. 707, p. 193.

<sup>767</sup> *Id.*

#### 4.1.2. Armando Dias Mendes

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos é reconhecido, na atualidade, pela excelência acadêmica, tendo obtido nota 7, a maior para os programas de pós-graduação da região Norte<sup>768</sup>. O Núcleo abarca estudos a respeito da Amazônia e, hoje, possui o desenvolvimento sustentável como conceito central, abordado em seus mais variados recortes e sob perspectiva crítica. É um núcleo interdisciplinar cujo objeto de estudo é a Amazônia. E pensar na trajetória do NAEA, certamente, leva a dois importantes nomes que fundaram o núcleo: Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa.

Os professores, em seu tempo, foram proeminentes em chamar atenção à questão: por que não somos desenvolvidos? Na segunda metade do século XX, devemos lembrar, o mundo estava dividido nos termos do desenvolvimento, já que havia a grande preocupação entre os países latino-americanos, por exemplo, com a superação do subdesenvolvimento e a chegada ao rol dos países desenvolvidos, elegendo a industrialização como o processo pelo qual se alcançariam os resultados esperados e a superação de seus problemas<sup>769</sup>.

A peculiaridade brasileira era a de que o país estava imerso na conquista do desenvolvimento durante um regime ditatorial. Contradições variadas formavam esse momento histórico, especialmente se levarmos em conta a expansão da pós-graduação brasileira durante a Ditadura Militar e também a construção e aplicação de medidas repressoras, no âmbito da Reforma Universitária de 1968<sup>770</sup>. Lembremos, ainda, da constituição de uma política científica durante o período, para subsidiar as ações de desenvolvimento<sup>771</sup>.

O NAEA, bem sabemos, nasce nesse contexto. As trajetórias de Mendes e Costa, em grande medida, contribuíram para esse nascimento, considerando seus intercâmbios acadêmicos, políticos e pessoais. Especificamente, a vida e a produção intelectual de Armando Dias Mendes têm sido estudadas por intelectuais situados no Pará como Fernandes, Silva e Mascarenhas<sup>772</sup> e Eduardo Monteiro Costa<sup>773</sup>, haja vista sua importância para o campo

<sup>768</sup> PPGDSTU, 2022. Site do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da UFPA, com notícia a respeito da obtenção de nota 7 pela avaliação da Capes. Disponível em: <https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/1023-ppgdstu-nota-7-capes-2>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

<sup>769</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61.

<sup>770</sup> MOTTA, 2014, ref. 184.

<sup>771</sup> SCHWARTZMAN, 2008, ref. 149.

<sup>772</sup> FERNANDES, Danilo Araújo; SILVA, David Borges Reis; MASCARENHAS, Henrique Pereira. Reflexões sobre a formação do pensamento desenvolvimentista na Amazônia: uma análise da trajetória e produção intelectual de Armando Dias Mendes. *Cadernos do Desenvolvimento*. v. 10, n. 16, 2015. Disponível em:

intelectual e econômico paraense. Além dessas particularidades, Mendes foi um agente político em seu tempo. Para Fernandes, Silva e Mascarenhas, Armando Dias Mendes contribuiu para a formação do pensamento sobre o desenvolvimento da Amazônia, sendo “uma das figuras mais influentes dessa causa na segunda metade do século XX”<sup>774</sup>, procedendo numa tarefa autoatribuída – mas não somente ao indivíduo, como aos intelectuais enquanto grupo – de *reinventar* a Amazônia. Seus estudos partiam, portanto, de uma tradição que debatia a questão regional brasileira, sendo Mendes um “legítimo herdeiro e, ao mesmo tempo, fundador de uma nova tradição de pensamento desenvolvimentista na (e para a) Amazônia”<sup>775</sup>. Conforme Luís Aragón Vaca, a obra *A invenção da Amazônia*, publicada nos anos 1970 por Mendes, sintetiza seu propósito enquanto intelectual e, especialmente, como um dos fundadores do NAEA:

[...] o argumento principal é que a Amazônia precisa ser inventada por nós, porque até o momento o que se entendia por Amazônia [...] eram ideias que se tem tanto no país sul, mitos que se tem no sul e no exterior. Então ele fazia crer que era a Amazônia... precisamos reverter isso, e nós mesmos entendermos [...] e difundir[mos] e criar[mos] um conceito da Amazônia muito mais próximo da sua realidade<sup>776</sup>.

Sua trajetória envolve frentes como a inserção no campo intelectual e no campo político. Formado como bacharel em Direito pela Faculdade Livre de Direito do Pará em 1948, concluiu um curso de planejamento regional pela FGV/Spvea em 1956, passando a estudar mais profundamente as relações entre economia e planejamento do desenvolvimento na Amazônia. Entre 1948 e 1951, Mendes foi vereador da cidade de Belém, tornando-se assessor do Superintendente do Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB) entre 1956 e 1958<sup>777</sup>. O estudo *Introdução ao planejamento regional brasileiro* foi publicado em 1958, sendo esta sua primeira publicação, marcando também seu retorno a Belém no mesmo ano.

Conforme Fernandes, Silva e Mascarenhas, é nesta obra que “surgem suas primeiras impressões sobre as peculiaridades e dificuldades da prática do planejamento em regiões periféricas, os imperativos legais que restringiam a atividade e as restrições políticas que

---

<https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/103>. Acesso em: 04 nov. 2023.

<sup>773</sup> COSTA, Eduardo José Monteiro da (Org.). *Armando Dias Mendes: vida e obra de um intérprete da Amazônia*. Belém: Marques Editora, 2014. O autor também é um dos filhos de José Marcelino Monteiro da Costa.

<sup>774</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772, p. 76.

<sup>775</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>776</sup> VACA, Luís Aragón. [out. 2022]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís/MA – Ambiente virtual. São Luís, 14 de out. 2022.

<sup>777</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, *Op. cit.*

atravessavam sua execução”, além de estar esboçada uma “primeira concepção geral sobre o ‘homem amazônico’”, percebido enquanto “um sujeito preso aos imperativos do meio que habita e alheio aos benefícios e utopias da ideologia do progresso da civilização industrial”<sup>778</sup>. Neste escrito há, a nosso ver, um olhar condescendente diante desse “homem amazônico”, e uma percepção da cidade como campo máximo da civilização, buscando apontar o que deveria ser superado pelos novos tempos desenvolvidos.

Durante a década de 1960, Mendes passou a atuar como professor universitário, pesquisador e gestor público, compondo a equipe da Comissão de Planejamento da Spvea, a direção da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará entre os anos 1961 e 1964 quando, a partir deste último ano, passou a presidir o Banco de Crédito da Amazônia/Banco da Amazônia (BCA/BASA). Neste cargo, tendo sido o primeiro presidente do Banco, foi membro do grupo coordenado por Roberto Campos, ministro do Planejamento, elaborando as diretrizes da Operação Amazônica, que posteriormente possibilitaram a criação do BASA e da Sudam. É da década de 1960 que datam seus artigos e relatórios de pesquisa, a partir da Revista do Centro Sócio-Econômico e do Centro de Ciências Jurídicas da UFPA, e da Revista do Idesp<sup>779</sup>.

Entre 1964 e 1967, foi presidente do Banco de Crédito da Amazônia, tendo assumido no último ano a coordenação do Grupo de Assessoramento para o Planejamento da Amazônia (Gasplam), responsável por preparar o Programa de Ação Imediata (PAI) a partir da Sudam, entre os anos de 1967 e 1968, quando se tornou Pró-Reitor de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento da UFPA, momento em que “lidera um movimento a favor da transformação da UFPA em um centro de pesquisa regional na (e para) Amazônia, um polo aglutinador de experiência e desenvolvimento de pesquisas voltadas para a construção de uma instituição de relevância efetiva para o desenvolvimento da região”<sup>780</sup>. Este é, como sabemos, o contexto de surgimento do NAEA, a respeito do qual falamos em momentos anteriores.

Ao longo destas décadas, a relevância regional e nacional de Mendes foi sendo construída e consolidada, num contexto em que o planejamento do desenvolvimento era considerado como crucial para a efetivação de um país desenvolvido, elaborando estratégias para tornar regiões como Nordeste e Amazônia aptas para serem inseridas na lógica desenvolvimentista. Era necessário constituir agentes capazes de trazer a estas regiões as possibilidades concretas de construção do desenvolvimento, seja enquanto locais de

---

<sup>778</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772, p. 79.

<sup>779</sup> *Id.*

<sup>780</sup> *Ibid.*, p. 81.

implementação de projetos, seja como espaços tornados recursos para o desenvolvimento. Nesse processo, as pessoas também são transformadas em recursos humanos, a partir do que viemos discutindo no capítulo anterior, diante das possibilidades de criação de trabalhadores aptos para o desenvolvimento mediante um acionamento da ciência, da tecnologia e da educação enquanto meios de transformação desses agentes. O campo intelectual, por sua vez, não estava deslocado desse processo, sofrendo transformações em seus caminhos e possibilidades.

Ainda a respeito da proeminência de Mendes, afirmam Fernandes, Silva e Mascarenhas que suas experiências acadêmicas e técnicas nas décadas de 1950 e início de 1960, ainda embrionárias,

o credenciaram em seguida a assumir um papel de extrema relevância na formação das instituições de ensino, pesquisa e planejamento do desenvolvimento da Amazônia, durante o período de implantação da Operação Amazônia e toda a década de 1970, no auge do milagre brasileiro e da implantação do modelo autoritário de desenvolvimento para a Amazônia<sup>781</sup>.

O NAEA, criado em 1973, foi uma “estratégia de síntese da ambição da UFPA em se tornar centro de referência em estudos para o desenvolvimento da Amazônia em toda a região Norte do Brasil”, permitindo que a universidade alcançasse “pela primeira vez, um papel relevante no cenário da formação e pesquisa no campo das ciências sociais no Brasil”<sup>782</sup>. É nesse período intenso de sua vida que Mendes compreende, segundo os autores, a Amazônia como um *problema regional brasileiro* com características peculiares. A esse respeito, Aragón Vaca nos informa que o NAEA foi criado tendo em vista a interrelação entre o conceito de desenvolvimento, a perspectiva interdisciplinar e a Amazônia enquanto objeto central de análise, elementos que partiam, em grande medida, do pensamento e objetivos de Armando Dias Mendes<sup>783</sup>.

É relevante a interpretação de Luís Aragón Vaca acerca do pensamento de Armando Dias Mendes, também encontrada no estudo de Silvia Moreira<sup>784</sup> a respeito do NAEA. Conforme Vaca, para Mendes, uma das missões do NAEA era *amazonizar a academia*, ou seja, “voltar ao que tem de melhor na região, para conhecer a região, para incutir a ideia da Amazônia, o conceito de Amazônia, o espírito da Amazônia, na academia que trabalha na

---

<sup>781</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772, p. 82.

<sup>782</sup> *Id.*

<sup>783</sup> VACA, 2022, ref. 776.

<sup>784</sup> MOREIRA, 2018, ref. 528.



região, especialmente o próprio NAEA”<sup>785</sup>. Tal proposta, em sua concepção, foi conquistada, mediante as pesquisas executadas no Núcleo ao longo do tempo, indo além da proposta, já que também havia uma perspectiva inicial de *academizar a Amazônia*.

Para Armando Dias Mendes, novamente de acordo com Vaca, “amazonizar a academia não é só tornar intelectuais mais interessados pela região, mas [...] conhecê-la melhor, atuando nela no que diz respeito à ciência a serviço da própria região”, o que, para o entrevistado, seria um processo mais lento, “porque primeiro você tem que conhecer a região, tem que conhecer as suas entranhas e, segundo, para poder atuar depois da maneira mais correta”<sup>786</sup>. Segundo ele,

O NAEA será completo só quando alcançar em termos de igualdade essas duas posições. Não se pode limitar simplesmente a um órgão de produção de conhecimento sobre a Amazônia, tem que se converter também em uma instituição que atua de maneira efetiva, direta, na transformação da região, isto é certo. Mas é muito difícil, numa instituição acadêmica, quem faz isso é realmente o Estado, planejando. A gente pode formular políticas públicas, mas que implica, quem determina, são os órgãos do governo, e vai além do que o NAEA é<sup>787</sup>.

O período de criação do Núcleo e da atuação inicial da Sudam, do BASA e do Idesp era o da configuração de uma “estratégia explícita de reinvenção do projeto desenvolvimentista nacionalista para a Amazônia”, significando inclusive uma “cisão estratégica de suas concepções ‘desenvolvimentistas’ com o modelo autoritário brasileiro de desenvolvimento para a região”<sup>788</sup>.

Aqui é necessário compreender como o pensamento de Mendes foi sendo transformado ao longo de sua experiência política e intelectual, que os autores dividem em três momentos: o primeiro, entre finais de 1950 e início de 1960, no qual o cientista esteve pensando a respeito da chamada Questão Regional Amazônica, travando debates com o pensamento de Celso Furtado e também compreendendo o problema regional a partir do modelo de Substituição de Importações; o segundo, durante a década de 1970, foi um período em que seus estudos passaram a compreender a Amazônia como uma região complexa e diversificada, construída por espaços sub-regionais, a partir dos quais os programas de desenvolvimento deveriam ser elaborados, pensados a partir da diversidade interna amazônica. Esse segundo momento seria o período áureo da atuação profissional de Mendes, o mesmo em que ele passa por um desencantamento diante das questões relacionadas ao

---

<sup>785</sup> MOREIRA, 2018, ref. 528.

<sup>786</sup> VACA, 2022, ref. 776.

<sup>787</sup> *Id.*

<sup>788</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772, p. 82.

desenvolvimento amazônico, pois percebe que existem especificidades como a dimensão continental e a diversidade amazônica que, de certo modo, impediriam uma ação integrada de desenvolvimento, necessitando de uma avaliação de viabilidade econômica e social e, especialmente, uma reinvenção e criação de novos instrumentos para tanto. Os autores também identificam uma cisão em seu pensamento. O terceiro momento, por fim, está situado entre 1970 e 1990, quando o cientista passou a trabalhar com as questões da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável, apregoando a construção de um desenvolvimento desde a Amazônia, criando o termo *Ecomenia*, para identificar seu pensamento diante desses processos, além de proceder com um chamamento geral, especialmente para intelectuais, acadêmicos e políticos, voltando-se para um projeto de construção local e regional do desenvolvimento.

A cisão que ocorreu em seu pensamento durante a Ditadura Militar concentra-se em uma percepção de que o modelo autoritário de desenvolvimento partia de uma visão simplista e eivada de preconceitos a respeito da Amazônia, sem uma compreensão pelo menos geral das particularidades regionais. A mudança na percepção de Mendes ocorreu, por sua vez, lentamente, considerando o momento político e as dificuldades enfrentadas em tempos de ditadura. De acordo com Lúcio Flávio Pinto, Armando Dias Mendes se encontrava em um dilema pessoal diante da contradição de situar-se no campo da esquerda católica, já que tanto ele como Roberto Santos advieram desta base, e ao mesmo tempo ocupar postos de poder durante a Ditadura Militar, o que inviabilizava a produção de uma crítica necessária ao Regime<sup>789</sup>.

Portanto, é ao final dos anos 1970 que transparece a crítica de Armando Mendes ao projeto desenvolvimentista autoritário para a Amazônia, mesmo período em que o regime entrou em crise, diante do crescente endividamento e recessão econômica, além da ampliação dos protestos e da visibilidade mundial que o ataque aos direitos humanos recebeu, tornando-se “uma voz qualificada no debate político regional e um grande líder intelectual no processo de busca pela construção de uma alternativa de projeto de desenvolvimento regional”<sup>790</sup>.

Mendes foi assessor do Ministro da Educação entre 1974 e 1978, membro do Conselho Federal de Educação entre 1975 e 1986, secretário geral do Ministério da Educação e Cultura entre 1978 e 1979, sendo que desde 1974 já não residia em Belém-PA. Em 1984 foi redator do currículo mínimo do curso de graduação em Economia, membro da Comissão

---

<sup>789</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

<sup>790</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772, p. 83.

Coordenadora de Ciência e Tecnologia/CNPq entre 1984 e 1986, além de secretário executivo da Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia (Anpec) entre 1982 e 1984. Ao longo desse período, seus debates versaram a respeito de uma “preocupação com os destinos e o papel estratégico na formação educacional como elemento-chave e como um importante passo na construção de seu projeto institucional mais amplo”, voltado para o “estabelecimento de um ambiente favorável à difusão de suas ideias”<sup>791</sup>, algo que já estava presente, embora em menor incidência, desde seus primeiros escritos ao falar do *homem amazônico*.

Nos anos 1990, seu pensamento esteve voltado para o importante conceito de sustentabilidade. Mendes foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), junto à Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (MMA), elaborando a Política Integrada para a Amazônia Legal, a agenda Amazônia 21, no período 1996-1997. Nesta década, Mendes foi consultor da Unesco, tendo elaborado estudo a respeito do potencial de cooperação no meio universitário regional, inspirando a criação da Rede Universitária Amazônica (Unamaz), o que o posicionou, nos anos 2000, como precursor do movimento da Pan-Amazônia. Para Fernandes, Silva e Mascarenhas<sup>792</sup>,

uma mudança de perspectiva [...] desde 1974 comandava as suas ideias no sentido de contribuir num projeto intelectual e político de reinvenção da Amazônia. Este projeto trazia consigo um forte viés crítico aos projetos desenvolvimentistas autoritários que passariam a se intensificar com a implantação dos grandes projetos, ao final da década de 1970 e início dos anos 1980.

Mendes foi um prolífico escritor, e suas obras são conhecidas e reconhecidas como basilares no que concerne à construção e interpretação da Amazônia. Lúcio Flávio Pinto estabelece uma crítica pertinente à sua forma de escrever. No prefácio à obra *O mito e o mato*, de 1987, o jornalista apresenta a importância da interpretação de Mendes em relação aos processos catastróficos que ocorreram e ainda ocorriam na Amazônia, derivados do desenvolvimentismo adotado, que foram analisados enquanto projetos “numa região onde o Estado é o capitão do mato”, numa perpetuação da condição colonial. Sobre a forma de argumentar de Mendes, afirma o jornalista que “favorecido pelos deuses da inteligência,

---

<sup>791</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772, p. 83.

<sup>792</sup> *Ibid.*, p. 84.

Armando Mendes transita pela língua com uma desenvoltura rara entre os economistas [...]. Tanta graça às vezes o leva à exacerbação de palavras, numa atração pelo aforismo [...]"<sup>793</sup>.

Durante as entrevistas que realizamos, nenhuma delas possuía a trajetória de Armando Dias Mendes como foco. Aliás, em nenhum momento precisamos perguntar aos entrevistados acerca deste cientista, pois seu nome já figurava como pensador amazônida do desenvolvimento e um dos fundadores do NAEA. Para nós, este é um dado importante que nos habilita a entender a trajetória de Armando Dias Mendes como significativa, inserida em um contexto de grandes debates a respeito de como fazer o desenvolvimento na Amazônia. Sendo um dos fundadores do NAEA, suas interpretações a respeito da Amazônia e do desenvolvimento influenciaram variadas pesquisas, construindo um consenso interpretativo sobre o desenvolvimento a ser implementado na região.

Como evidenciamos, seu pensamento foi sendo modificado ao longo de sua vida e, em seus últimos textos, o entusiasmo diante da possibilidade de construir um desenvolvimento amazônico que era econômico e seguia as linhas gerais do desenvolvimento nacional foi sendo ressignificado para uma crítica, acionando o desenvolvimento sustentável como conceito básico. O interessante a se destacar é que o próprio NAEA se especializou em analisar o desenvolvimento sustentável, possuindo, hoje uma pós-graduação a nível de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, o que não se processou sem críticas, as quais veremos mais adiante no texto.

#### 4.1.3. *José Marcelino Monteiro da Costa*

José Marcelino Monteiro da Costa é reconhecido como o fundador do NAEA. O “Professor Marcelino”, como é constantemente lembrado por pessoas que foram seus estudantes ou tiveram alguma convivência próxima, é o cientista, a nosso ver, que mais representa o pensamento desenvolvimentista evocado pela Ditadura Militar. Sua trajetória não se limitou ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, tendo também transitado pelo Banco de Desenvolvimento da Amazônia, sendo a sua primeira vinculação que percebemos durante a catalogação inicial de fontes. Sua autoria figura em vários documentos produzidos pelo BASA e pela Sudam, comumente em parceria com o BASA. São escritos que partem de seu lugar de formação enquanto economista – característica significativa de sua trajetória. A respeito da trajetória de José Marcelino Monteiro Costa, afirma Lucio Flávio Pinto que

---

<sup>793</sup> PINTO, Lúcio Flávio. O mato e o mito: uma Introdução. In: MENDES, Armando Dias. *O mato e o mito*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987. p. II.

Em seu extenso currículo, talvez o mais brilhante dentre o de todos os economistas paraenses, consta apenas o fato de ter sido orientador de inúmeras dissertações de mestrado, de dezenas de bancas examinadoras, em universidades de grande prestígio, no Brasil e no exterior, além de haver sido membro das comissões julgadoras dos prêmios do BNDES e do Haralambus Simionides (teses, livros e artigos, da ANPEC, a Associação Nacional dos Pós-Graduados em Economia, que ele também ajudou a fundar, em 1969). Como professor da pós-graduação, atuou em universidades estrangeiras e instituições internacionais. Foi ainda consultor internacional da Capes, a instituição oficial que concede bolsas de estudos<sup>794</sup>.

Conforme Fernandes, Silva e Mascarenhas<sup>795</sup>, a formação do pensamento desenvolvimentista na Amazônia na segunda metade do século XX partiu de uma estratégia desenvolvimentista-regionalista, inserida em um processo geral de integração territorial da Amazônia ao Brasil. Havia um “sentido histórico modernizador” sobre a Amazônia, no qual estavam inseridos Mendes e Costa, como participantes de uma visão que

irá se difundir enormemente nos meios acadêmicos intelectuais, culturais e político regional amazônico, e que até hoje controla a percepção geral de boa parte da intelectualidade local e do senso comum da região sobre a história da Amazônia do século XX, e de sua relação com o restante do país<sup>796</sup>.

O desenvolvimento da Amazônia era uma agenda pública nacional durante a Ditadura Militar, afirma Eduardo Costa<sup>797</sup>. Havia uma *questão regional* estabelecida: como desenvolver a Amazônia? Este problema era abordado sob diferentes enfoques pelos cientistas, que transitavam entre a reprodução da visão oficial do Regime e uma crítica por vezes sutil à condução do processo na Amazônia. O repúdio ao desenvolvimento e à própria Ditadura Militar não aparecia nos textos, e um dado relevante a esse respeito é de que somente em um dos escritos analisados encontramos o termo “regime autoritário” para se referir à Ditadura. Havia uma preocupação com a escolha de palavras, basicamente porque a crítica era motivo de perseguição, como atestam variados estudos a respeito do período na Historiografia Brasileira. Ainda que os agentes estivessem no campo progressista, como aponta Lúcio Flávio Pinto<sup>798</sup> a respeito de Armando Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Santos, em poucos momentos há o cruzamento de uma fronteira que era a crítica à Ditadura e ao seu desenvolvimento. Ao primeiro elemento, por motivos de censura e repressão; ao segundo, pela crença generalizada no desenvolvimento enquanto necessidade.

<sup>794</sup> PINTO, Lúcio Flávio. *A pequenez da Academia. Lúcio Flávio Pinto: a agenda amazônica de um jornalismo de combate*, 2019. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2019/10/19/jp-11-a-pequenez-da-academia/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

<sup>795</sup> FERNANDES; SILVA; MASCARENHAS, 2015, ref. 772.

<sup>796</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>797</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>798</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

Monteiro da Costa, por exemplo, acreditava na modernização desenvolvimentista como um caminho possível e necessário para a Amazônia, aproveitando a janela de oportunidades, que analisaremos adiante.

Eduardo Costa indica Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro faziam parte de uma “geração seminal na análise do desenvolvimento na Amazônia”<sup>799</sup>, durante a criação do NAEA. Ambos os cientistas, em sua interpretação, possuíam um olhar sobre o conhecimento que era inovador e mesmo precoce naquele período, envolvendo pensar a ciência de uma forma multidisciplinar ou interdisciplinar, o que, nos anos 1970, já aparecia na concepção do Núcleo. “O NAEA”, conforme Costa, “foi pensado já desde seu início como um campo para a formação de uma [...] teoria que se propusesse a pensar a problemática da superação do subdesenvolvimento na Amazônia”<sup>800</sup>.

José Marcelino Monteiro da Costa foi influenciado, nos Estados Unidos, pela teoria das Janelas de Oportunidades. De acordo com Massola, Shikida e Stamm, as janelas de oportunidades estão relacionadas às “diferentes ‘performances’ de crescimento dos países” que “levam à formação de círculos de desenvolvimento”<sup>801</sup>. Na década de 1980, com a emergência dos chamados Tigres Asiáticos, países como o Brasil eram percebidos pelos construtores do desenvolvimento como atrasados, considerando a corrida desenvolvimentista. Teorias diversas foram construídas a fim de compreender a superação desse atraso e algumas alinhavam a questão da tecnologia como crucial para a condução do desenvolvimento, seja como catalisador, ou como entraves. E tecnologia, nesse caso, não era apenas aquela referente à eletrônica, mas à própria infraestrutura disponível. Nesse período, a questão que orientava a construção de conhecimento de Monteiro da Costa era saber como gerar um conhecimento, que não seria somente intelectual, mas *indutor*, a partir do qual se buscava construir condições de possibilidades de transformação da própria Amazônia em uma tecnologia<sup>802</sup>.

A inovação do NAEA, na visão do economista, foi o foco amazônico, ou seja, a construção de um “pensamento verdadeiramente amazônico a partir de autores amazônicos, olhando para os problemas amazônicos e criando soluções a partir exatamente dessa

---

<sup>799</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>800</sup> *Id.*

<sup>801</sup> MASSOLA, Marilise Pagliosa; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; STAMM, Cristiano. *As teorias de janelas de oportunidades e de aprendizado adaptativo: um estudo para os países em desenvolvimento*. 9. pp. 81-95. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/344285617\\_As\\_teorias\\_de\\_janelas\\_de\\_oportunidades\\_e\\_de\\_aprendiza\\_do\\_adaptativo\\_um\\_estudo\\_para\\_os\\_paises\\_em\\_desenvolvimento](https://www.researchgate.net/publication/344285617_As_teorias_de_janelas_de_oportunidades_e_de_aprendiza_do_adaptativo_um_estudo_para_os_paises_em_desenvolvimento). Acesso em: 01 dez. 2023. p. 81.

<sup>802</sup> COSTA, 2023, *Op. cit.*

reflexão”<sup>803</sup>. Aqui podemos observar um indicativo da compreensão de que havia uma fissura na integração nacional – nos apropriando dos enunciados da Ditadura – no que concerne ao desenvolvimento e sua interpretação, bem como construção: o desenvolvimento persistia enquanto horizonte, contudo, quem poderia construí-lo? Os planejadores, situados no Brasil central, ou os pensadores que viviam a realidade amazônica? E o conhecimento a respeito da Amazônia enquanto região, de onde viria? Daí depreende-se a busca pela construção de uma interpretação local/regional do desenvolvimento que os sujeitos locais desejavam<sup>804</sup>.

A grande questão para Monteiro da Costa e os demais cientistas era como construir o desenvolvimento na Amazônia a partir dos desejos locais e não dos anseios advindos do Centro-Sul do Brasil, espaço de decisões e irradiação de poder durante a Ditadura Militar. Certamente, como indicam os estudos e fontes, os ânimos estavam aflorados diante da possibilidade real de instituição de projetos de desenvolvimento na Amazônia sem a participação dos próprios sujeitos amazônicos em sua concepção e consolidação. Leila Mourão Miranda afirmou<sup>805</sup>, como já mencionamos, que a construção dos planos de desenvolvimento, especificamente I, II e III PDAs, foi realizada por escritórios de planejamento como Serete, sem a participação de pessoas da região amazônica na base do projeto, o que indicava a falta de conhecimento a respeito de questões estruturais da região, perceptível no próprio texto dos projetos. Ressalte-se que um olhar ambiental sobre a Amazônia, com todas as ressalvas, será delineado ainda de forma geral somente no III PDA, embora os debates sobre a chamada questão ambiental não fossem novidade nem certamente desconhecidos pelos gestores do período<sup>806</sup>. Além disso, como indicamos anteriormente, em determinado momento cientistas amazônidas são convidados a construir partes do II PDA, ou ainda textos complementares, contudo, suas indicações não são completamente aceitas ou mesmo entram no texto final, indicando uma subalternidade na construção técnica e científica do desenvolvimento. O cientista amazônida, mesmo detendo uma fala autorizada, ainda não possuía a permissão de falar, dada sua subalternidade enquanto sujeito amazônico.

---

<sup>803</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>804</sup> É interessante destacar que essa construção discursiva da Amazônia como região passa por uma homogeneização da alteridade inerente aos grupos e sociedades formadoras da Amazônia. Podemos questionar, de início, qual Amazônia seria representada na Amazônia tida como ponto de partida para um novo conhecimento, denominado amazônico, e qual o desenvolvimento idealizado seria aquele evocado pelos intelectuais que agora, criando um Núcleo e visando construir uma interpretação amazônica do desenvolvimento, almejavam. Qual era o nível de compatibilidade desse discurso com os anseios de diversos grupos sociais que também vivenciavam o mesmo período e eram objeto de transformação assim como a região, a partir do governo ditatorial?

<sup>805</sup> Arguição da Banca de Qualificação do Doutorado em História Social da Amazônia de Tayanná Santos de Jesus Sbrana, em 2021 – Acervo da autora.

<sup>806</sup> BATISTA, 2016, ref. 88.

José Marcelino Monteiro da Costa também atuou em diferentes instituições de planejamento do desenvolvimento, como BASA, chefiando sua Divisão Técnica, responsável pela elaboração de relatórios técnicos. Dessa forma, retomando a interpretação de Eduardo Costa, a geração dos cientistas referidos “estava olhando para a Amazônia com o olhar do desenvolvimento”<sup>807</sup>, que era uma agenda nacional e pública, o que os compelia a pensar tal questão enquanto uma *pauta inadiável*. A diferença, se podemos indicar, era o lugar de enunciação do desenvolvimento, que passava a ser *amazônico*<sup>808</sup>.

Monteiro da Costa possuía uma rede de relações derivada dos seus trânsitos institucionais, e isso possibilitou com que, efetuada a criação do NAEA, o Núcleo pudesse angariar pesquisadores em seus cursos. Para Eduardo Costa, o NAEA foi o espaço de maior influência na trajetória intelectual de Monteiro da Costa, mais do que o BASA, especificamente pela construção dessa rede de influências e seu protagonismo enquanto diretor na fase inicial do Núcleo. Na construção de sua interpretação a respeito do desenvolvimento amazônico, foi condicionante sua formação, pois a graduação e o mestrado em Economia foram em Berkeley, Estados Unidos, onde teve contato com autores que “estavam na fronteira do debate do subdesenvolvimento econômico”<sup>809</sup>, sendo influenciado pela Economia do Desenvolvimento<sup>810</sup>. Autores como Robert Richmann, Gunnar Myrdal, Vault Rostov, Alexander Sachs Krohn, François Perrot, sendo esse último um expoente da interpretação dos chamados polos de desenvolvimento. As ideias desses autores, segundo Costa, foram difundidas por seu pai no NAEA, num contexto de construção dos grandes projetos, como o Programa Grande Carajás (1980-1990). Para Costa, o cientista interpretava a realidade amazônica a partir de uma compreensão dos “efeitos espaciais dos grandes projetos na Amazônia, [...] [olhando] com muita atenção para a questão do impacto da infraestrutura

---

<sup>807</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>808</sup> Esse lugar amazônico pouco ou quase nada incluía a diversidade constitutiva que representava pessoas e grupos na Amazônia. O lugar amazônico dos cientistas era o dos espaços da intelectualidade e do poder de decidir os rumos do desenvolvimento na Amazônia, deles estando excluídos os grupos sociais identificados com um conhecimento não científico ou pré-científico, sequer entendidos como saberes tradicionais capazes de produzir compreensões a respeito da realidade envolvente. Era, portanto, um lugar fraturado, onde cabiam somente alguns sujeitos amazônicos, que não representavam a totalidade social.

<sup>809</sup> COSTA, 2023, *Op. cit.*

<sup>810</sup> Conforme Moreira e Crespo, a Economia do Desenvolvimento surgiu no pós II Guerra Mundial, centralizando sua análise nos então considerados “problemas do Terceiro Mundo”, tendo por objetivo responder à questão de como as “economias de baixo rendimento” poderiam ser encaminhadas para o desenvolvimento econômico, objetivando a redução da pobreza e, a longo prazo, alcance da riqueza nos moldes dos países desenvolvidos. A literatura especializada, pode ser agrupada da seguinte maneira: Teorias da Modernização, Teorias da Dependência, Teoria do Sistema-Mundo e Teoria da Contrarrevolução Neoclássica (MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*. v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62690415.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023).



no desenvolvimento regional”<sup>811</sup>. A saber, o Professor Marcelino “tinha não só uma compreensão, mas uma clareza de que a infraestrutura era um fator que ou potencializava, ou limitava o desenvolvimento regional”<sup>812</sup>.

Outro aspecto de sua interpretação sobre o desenvolvimento na Amazônia está relacionado a temas importantes para nossa pesquisa: ciência e tecnologia, especificamente o papel das inovações tecnológicas na construção do desenvolvimento. Conforme o entrevistado, “durante muito tempo ele olhou para a questão das inovações tecnológicas como sendo elementos importantes para explicar os ciclos de crescimento, as chamadas ondas longas de Kondratieff”<sup>813</sup>. Então ele gostava muito dessa matriz teórica”. Para o professor Marcelino, “as ondas longas ou as inovações tecnológicas poderiam abrir janelas de oportunidade para a região amazônica”<sup>814</sup>.

É interessante destacar que, para Costa, seu pai foi um dos primeiros a falar a respeito da Biotecnologia na Amazônia, apesar de não ter desenvolvido projetos relacionados a esse setor. Em sua interpretação, o cientista “citava a importância de aproveitar a janela de oportunidade daquilo que era chamado na época de uma longa constante”, a saber, “quando elementos oriundos das inovações tecnológicas, da mídia eletrônica e das telecomunicações que, unidos naquilo que se passou a chamar de telemática, acabaram extravasando para outras áreas de domínio conexo”, sendo um dos primeiros “a sinalizar para a importância de olhar para essas áreas e buscar exatamente um protagonismo das instituições universitárias na produção de conhecimento para gerar desenvolvimento”<sup>815</sup>.

À luz dessas informações, considerando os arranjos do período ditatorial brasileiro no que concerne ao autoritarismo, à chamada modernização conservadora e as questões político-sociais envolvidas na consolidação do regime, compreendemos como uma instituição que nasce a partir de uma perspectiva crítica à forma como o desenvolvimento estava sendo implementado na Amazônia pode ser criada durante a Ditadura Militar: o horizonte persistia desenvolvimentista. A crítica não ultrapassava esse horizonte, pois era voltada para a feita

---

<sup>811</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>812</sup> *Id.*

<sup>813</sup> De acordo com Gontijo, Vale e Marques, Nicolai Kondratieff elaborou a Teoria dos Ciclos, posteriormente denominada de Ondas de Kondratieff, uma das mais respeitadas teorias econômicas. O economista constatou estatisticamente que “a economia vive em ciclos”, e “que os períodos de crescimento são sempre desencadeados por um fator-chave responsável pela porção ascendente da onda”. A teoria, por “abstração e analogia, estende-se com notável reprodutibilidade a inúmeras outras áreas” (GONTIJO, Bernardo; VALE, Everton Siviero; MARQUES, Silvio. Editorial. *An. Bras. Dermatol.* 83 (6), dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962008000600001>. Acesso em: 01 dez. 2023).

<sup>814</sup> COSTA, 2023, *Op. cit.*

<sup>815</sup> *Id.*

do desenvolvimento, não sua superação como perspectiva e necessidade. Aqui se encontra um dos principais elementos do *consenso desenvolvimentista*, que será interpretado ao final deste capítulo. Onde o consenso se estabelece, é compreendido como inescapável: não há como fugir do desenvolvimento enquanto necessidade do mundo ocidental. Todos os esforços precisam ser feitos para alcançá-lo, e esse fenômeno tinha nos Estados Unidos da América a sua expressão acabada de concretização<sup>816</sup>. A superação do subdesenvolvimento era uma condição necessária para seguir essa trajetória linear<sup>817</sup>, e José Marcelino Monteiro da Costa, como um cientista empenhado em construir o desenvolvimento na Amazônia, não escapa a essa lógica.

E assim, a construção de um pensamento amazônico sobre o desenvolvimento foi se configurando como um pensamento amazônico desenvolvimentista, com seus objetivos próprios<sup>818</sup>. Não é à toa que Marcelino da Costa foi um dos defensores de que a Universidade produzisse o chamado capital humano para ocupar os espaços do desenvolvimento regional, gerando uma nova economia “que pudesse gerar valor, agregar valor e renda a partir daquilo que nós temos como singularidade”<sup>819</sup>. Esse conhecimento não seria somente acadêmico, mas *indutor*.

Retomando à perspectiva da geração intelectual, Eduardo Costa afirma que uma das maiores frustrações de seu pai foi que o NAEA não pode ser consolidado conforme a ideia inicial, como local de onde irradiasse

uma teoria que fosse capaz de olhar para a realidade amazônica e que pudesse servir como instrumento de análise e formar novas gerações. Esse era o objetivo tanto de Armando Mendes como do professor Marcelino. Mas, infelizmente, ele tinha uma queixa [...]: a perspectiva macro do desenvolvimento se perdeu. [...] A Escola do NAEA não existe, como existe a Escola de Campinas. Há um foco comum, que é olhar para a questão do desenvolvimento da Amazônia, mas cada professor do NAEA traz sua bagagem de onde fez pós-graduação. [...] Não existe uma proposta para a Amazônia do NAEA. [...] Eles tinham esse projeto de tentar construir uma agenda de desenvolvimento para a Amazônia, formando um corpo teórico e produzindo uma nova geração de pensadores, através das pesquisas de mestrado, dissertações e teses de doutorado a serem gerados<sup>820</sup>.

<sup>816</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61.

<sup>817</sup> Adiante abordaremos essa discussão.

<sup>818</sup> Essa interpretação está delineada em SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. Rastros do desenvolvimento na Amazônia: grandes projetos, ciência e tecnologia na Amazônia durante a Ditadura Militar In: GONÇALVES, Renata de Sá; BRONZ, Deborah; VEIGA, Felipe Berocan (Coords.). *XIV Reunião Brasileira de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios do sul global: anais eletrônicos*. São Paulo: Síntese Eventos, 2023. Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/divisao/lista>. Acesso em: 20 abr. 2024.

<sup>819</sup> COSTA, 2023, ref. 773.

<sup>820</sup> *Id.*

Para Lúcio Flávio Pinto, que possui perspectiva crítica em relação à construção de conhecimentos sobre a Amazônia, inclusive a derivada das pesquisas do NAEA, ao longo do tempo, Monteiro da Costa se frustrou com o Núcleo porque seus debates, no campo da Economia do Desenvolvimento, já não correspondiam aos anseios gerais da sociedade, inclusive com a chegada de novos pesquisadores e outras perspectivas. O jornalista narrou uma polêmica na qual se envolveu com o cientista, pois dizia que “ao invés de um Núcleo de Altos Estudos Amazônicos a gente deveria ter um Núcleo de Estudos Rasteiros Amazônicos. Porque era alto demais para compreender a Amazônia”<sup>821</sup>. Entretanto, seu posicionamento diante dos cientistas, especialmente José Marcelino Monteiro da Costa, era de respeito, já que, em sua compreensão, preferia “ter o Marcelino como contendor porque ele conhec[ia] o que ele diz[ia], do que ter pessoas que se antecipam às posições sem ter o conhecimento pra fundamentá-las”<sup>822</sup>.

Já para Aragón Vaca, o NAEA obteve sucesso nos objetivos iniciais, idealizados pelos fundadores. O princípio da interdisciplinaridade e o conceito de desenvolvimento eram os focos do NAEA desde sua concepção, sendo o desenvolvimento o centro e o laboratório a região amazônica<sup>823</sup>. Para o pesquisador, a Amazônia, desde o início das atividades do Núcleo já era compreendida como internacional, não somente brasileira, tendo sido uma espécie de

primeiro grande programa, um forte curso que integrasse a inteligência que tratava da situação da Amazônia no Brasil, mas também com contribuições de outros países de envolver estudantes de diversas disciplinas e professores [...], mas sempre sobre um tema, claro que é conceito chave do NAEA até hoje, que é o conceito de desenvolvimento<sup>824</sup>.

Amazônia, interdisciplinaridade e desenvolvimento seriam consolidados enquanto objetos de pesquisa e intervenção na realidade social a partir, notadamente, das áreas de pesquisa e projetos. Aqui percebe-se uma ênfase no campo acadêmico e intelectual, mas também no campo político de intervenções na realidade social, marca do Núcleo que é perceptível pela quantidade de pesquisas voltadas para a análise dos projetos de desenvolvimento a partir de propostas de intervenção social<sup>825</sup>. A busca por “produzir um

---

<sup>821</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

<sup>822</sup> *Id.*

<sup>823</sup> VACA, 2022, ref. 776.

<sup>824</sup> *Id.*

<sup>825</sup> Cf. SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. Tradução do desenvolvimento: produção teórica e construção de consenso a partir de teses do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) – segunda metade do século XX ao tempo presente. *Anais do XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica*. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/files/publicacoes/XI-congresso-2020-anais-eletronicos-Tayanna-Santos-de-Jesus-Sbrana.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

conhecimento novo sobre a região” adviria dessa compreensão ampliada sobre a Amazônia, enfatizada por diferentes disciplinas. Para Luís Aragón Vaca<sup>826</sup>,

[...] hoje, praticamente, no NAEA [se conseguiu] produzir e divulgar a ideia de que a Amazônia não é só brasileira, a Amazônia é internacional. Eu mesmo tenho produzido alguns textos sobre o que eu defini como dimensão internacional da Amazônia que hoje é o que praticamente Armando Mendes buscava nesse primeiro [esboço da ideia] da Amazônia.

O entrevistado também interpreta o movimento intelectual em torno do desenvolvimento, pensado desde os intelectuais amazônicos, sob a perspectiva de gerações, constituídas por três: a primeira, formada pelos fundadores do NAEA Armando Dias Mendes e José Marcelino Monteiro da Costa; a segunda, pelos seus seguidores, uma primeira geração de pesquisadores que estudou no Núcleo e elaborou as primeiras monografias de especialização, que eram coletivas; e a terceira geração, formada por pesquisadores egressos do NAEA que ocuparam diferentes postos na sociedade, dentro da Academia mas também em secretarias, ministérios, agências de desenvolvimento, consubstanciando a perspectiva interventiva do Núcleo na realidade social, para além do pensamento intelectual. Em sua fundação, os pesquisadores buscavam que os “resultados da pesquisa pudessem penetrar nos formadores e no planejamento”<sup>827</sup>, com estudos críticos acerca da forma como os projetos de desenvolvimento e o próprio planejamento do desenvolvimento estava sendo executado durante os anos 1970 e 1980.

Esse sentido de intervenção é sintomático, para nós, das perspectivas em torno do desenvolvimento da Amazônia sendo interpretado e constituído desde a região. Aragón Vaca fala que o NAEA foi idealizado como um espaço capaz de gerar ideias de como poderiam servir os órgãos Sudam, BASA e outros, de forma ampliada, aos anseios amazônicos de desenvolvimento, numa perspectiva de planejamento integrado, partilhada por instituições e sociedade. Essa visão, afirma o entrevistado, propunha uma série de soluções para os problemas do desenvolvimento amazônico que, para nós, identifica o caráter desenvolvimentista do Núcleo em sua fundação. Tal perspectiva será nuançada e mesmo modificada nas décadas seguintes, pelo surgimento de pesquisas voltadas para a crítica do desenvolvimento a partir do conceito de sustentabilidade.

Um certo pessimismo em relação aos rumos do Núcleo é partilhado pelo professor, pois ele considera que “hoje a questão do desenvolvimento da Amazônia é uma visão [...]

---

<sup>826</sup> VACA, 2022, ref. 776.

<sup>827</sup> *Id.*

pouco construtiva e mantém uma certa reserva em gerar conflitos”, que gira em torno da incorporação do conceito de sustentabilidade<sup>828</sup>. Para José Marcelino Monteiro da Costa, de acordo com Eduardo Costa, perto de seu falecimento ele entendia que o NAEA havia abandonado seus objetivos iniciais, tendo sido “dominado pelos sociólogos”<sup>829</sup>.

#### 4.1.4. Roberto Araújo de Oliveira Santos

Dentre os quatro cientistas cujas trajetórias e escritos estamos interpretando nesta pesquisa, talvez Roberto Araújo de Oliveira Santos seja quem mais se aproxima do campo histórico. Sua principal obra é *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, publicada em 1980. Pelo menos em duas entrevistas que realizamos, a obra é citada como contendo uma interpretação histórica a respeito da Amazônia, considerando seus processos econômicos, e sendo de importância para os estudos no campo das ciências humanas. Porém, Roberto Santos foi um jurista, e sua atuação profissional deu-se, em linhas gerais, na área do Direito do Trabalho, tendo escrito textos como *A questão amazônica e o Direito*<sup>830</sup>, *Problemas de emprego em Belém*<sup>831</sup>, *A economia paraense pela ótica da renda*<sup>832</sup>, entre outros.

Nosso primeiro contato com Roberto Santos foi durante o levantamento de fontes no início da pesquisa de doutorado, especificamente artigos da Revista *Pará Desenvolvimento*, vinculada ao Idesp, analisados no capítulo anterior. Havia em nós um certo receio em chamar Roberto Santos de representante singular da interpretação a respeito do desenvolvimento propagada pelo Idesp, já que dentre os artigos encontramos nomes como os de Ápio Santos e identificamos que a Profa. Dra. Violeta Refkalefski Loureiro é reconhecida como uma das mais proeminentes pesquisadoras do Idesp. Contudo, em entrevista realizada em 2021, a professora nos relatou que sua participação no Idesp ocorreu já nos anos 1990, ultrapassando o recorte temporal de nossa pesquisa, e que o nome de Roberto Santos seria mais representativo para compreendermos o Idesp e também os trânsitos e interligações dos cientistas enquanto *geração intelectual* preocupada em interpretar o desenvolvimento nos

<sup>828</sup> VACA, 2022, ref. 776.

<sup>829</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>830</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. A questão amazônica e o Direito. *Congresso Internacional da Associação Germano-Brasileira de Juristas*. Belém: UFPA, 1992. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1992;1000471166>, Acesso em: 04 nov 2023.

<sup>831</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Problemas de emprego em Belém. *Cadernos Paraenses*. N. 2, nov., Belém: IDESP, 1966.

<sup>832</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *A economia paraense pela ótica da renda*. Belém: SUDAM/IDESP, [sem data].

termos amazônidas durante a Ditadura Militar – era a validação dos pares<sup>833</sup> que nós estávamos procurando para, enfim, também investigar a trajetória de Roberto Santos.

Santos foi escritor, pesquisador, economista, sociólogo, professor universitário e jurista, além de participar de variados debates a respeito da questão trabalhista e do desenvolvimento da Amazônia. Se pudermos definir sua produção intelectual em quatro termos seriam *história, economia, trabalho e terra*, todos relacionados à sua atuação profissional.

Inicialmente, em 1963, foi presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT 8), enquanto também atuava na Corregedoria Regional. Realizou especialização no Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que fora inspirado na Escola Nacional de Magistratura da França e possibilitado por convênio do TRT com a UFPA. Conforme informações disponibilizadas no Memorial do Livro Moronguêta UFPA, essa formação proporcionou “uma nova mentalidade crítica sobre a ciência jurídica e a postura ética do magistrado, curso pioneiro em nosso país, necessário para desenvolvimento e aprimoramento dos magistrados”<sup>834</sup>.

O cientista é reconhecido por suas ações diante das questões trabalhistas, sendo lembrado carinhosamente por pessoas como Violeta Refkalefski Loureiro, que foi sua estudante. Segundo ela,

O modo do Roberto Santos ensinar economia era um modo que, para mim, serviu de exemplo, porque ele jamais colocou os números à frente das pessoas. Ele sempre tratou dos modelos econômicos, da economia de modo geral, em relação às políticas públicas do país e em relação aos impactos que aquelas políticas tinham na sociedade. Então ele era um professor holístico, era um pensador holístico<sup>835</sup>.

Durante sua atuação como jurista, buscou “recuperar a situação desordenada que havia na Santa Casa de Misericórdia”, que era alvo de “centenas de reclamações trabalhistas e grave crise financeira”<sup>836</sup>. Após reunir os processos numa única instância (1º grau), buscou criar medidas para sanar os problemas. Sua atuação no Idesp também foi reconhecida como importantíssima para a discussão a respeito do desenvolvimento no Pará e na Amazônia, tendo sido homenageado por meio de um projeto do deputado José Megale (PSDB), para que o Instituto fosse denominado Roberto Araújo de Oliveira Santos<sup>837</sup>.

<sup>833</sup> CERTEAU, 2013, ref. 4.

<sup>834</sup> MORONGUÊTA, 2019, ref. 707.

<sup>835</sup> 65 Anos Economia. Canal Academia Amazônia. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Oc9G8LA\\_UtQ](https://www.youtube.com/watch?v=Oc9G8LA_UtQ). Acesso em: 01 dez. 2023.

<sup>836</sup> MORONGUÊTA, *Op. cit.*

<sup>837</sup> *Id.*

De acordo com Aurileia Gomes Abelém, ocupante da Cadeira nº 44 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), que tem por patrono Roberto Santos, o intelectual contribuiu para um “entendimento das relações sociais e de trabalho no Brasil e particularmente na Amazônia”, possuindo “visão multi e interdisciplinar dos problemas sociais”<sup>838</sup>. Nascido em dezembro de 1932 e falecido em junho de 2012, sua principal obra é *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, resultante de sua dissertação de mestrado. Essa obra é conhecida entre os pesquisadores paraenses das Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, especialmente por conter uma interpretação própria da história amazônica, que dialoga com a atuação do autor enquanto operador do Direito e professor. Segundo Abelém,

a obra dá especial destaque para as relações de trabalho e para o volumoso fluxo de renda encaminhado para o exterior e outras regiões do Brasil. Através do conceito de aviamento lança luzes nas condições de exploração do trabalho nos seringais, no endividamento permanente do aviado, no lucro do capitalista externo, no papel desempenhado pelas casas aviadoras e na imensa rede espacial que vai sendo tecida através dos rios<sup>839</sup>.

Os trânsitos intelectuais e profissionais de Roberto Santos incluem sua formação como Bacharel em Direito (1955); participação na Comissão de Planejamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia-Spvea; presidência da Subcomissão de Desenvolvimento Cultural (1961); concurso público na magistratura da Justiça do Trabalho (1963); Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Capanema (até 1967); Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (1968), assumindo a vice-presidência no biênio 1980/1982, dentre outras atividades ligadas ao Direito. Como professor titular, atuou em todos os níveis, nos cursos de Ciências Sociais, de Ciências Econômicas e Ciências Jurídicas da UFPA<sup>840</sup>. E ainda, foi consultor da Constituinte em 1987 e do Ministério do Trabalho.

Surgindo na documentação como um dos autores das publicações veiculadas pelo Idesp durante a Ditadura Militar, em associação à sua atuação profissional no campo do Direito e das Humanidades, além da influência que exerceu nos espaços nos quais transitou, especialmente enquanto intelectual, compreender Roberto Santos como um intelectual cujas análises se voltaram para entender o desenvolvimento da Amazônia em perspectiva histórica

<sup>838</sup> ABELÉM, Auriléa Gomes. Elogio ao professor Roberto Araújo de Oliveira Santos, por ocasião da posse da sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Auriléa Abelém, fundadora da cadeira N. 44. Discursos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*. (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 06, n. 02, Seção Discursos (98 - 103), jul./dez. 2019. Disponível em: [https://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/179/pdf\\_124](https://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/179/pdf_124). Acesso em: 04 nov. 2023.

<sup>839</sup> *Ibid*, p. 4.

<sup>840</sup> *Id.*

nos direciona para uma investigação de sua trajetória como parte de uma geração intelectual amazônica que, durante o regime autoritário de 1964, buscou compreender o desenvolvimento e o desenvolvimentismo diante dos desafios regionais e nacionais, conforme já mencionado.

Dentre os quatro cientistas, os seus escritos são os que mais possuem potencial crítico ao regime autoritário vigente, além de um olhar ampliado a respeito da historicidade dos processos presentes, já que retorna ao passado para entender os fenômenos que condicionavam os conflitos por terra ou conflitos fundiários durante a Ditadura Militar. Segundo Lúcio Flávio Pinto, dentre os quatro cientistas, Santos foi o que mais se aprimorou no reconhecimento das relações desiguais vigentes na Amazônia, estudando Economia por uma “necessidade intelectual”. Inclusive foi contratado para realizar estudos setoriais pelo Escritório Serete e pela Sudam, que possuíam boa qualidade, diferentemente dos planos de desenvolvimento, contudo, a metodologia dos *Estudos Setoriais* era funcionalista, pensando no que era desviante e precisaria ser corrigido. Não havia, nesses estudos, uma perspectiva de transformação social<sup>841</sup>.

A partir do esboço dessas quatro trajetórias, é necessário investigar as interpretações dos cientistas a respeito do desenvolvimento, relacionando aos seus lugares sociais e o contexto mais amplo de desenvolvimentismo brasileiro. O recorte temporal da Ditadura Militar nos oferece pistas de como a atuação de agentes do Estado estiveram transformando realidades como que em nome do desenvolvimento nacional. O recorte espacial da Amazônia brasileira nos possibilita compreender a dimensão desses projetos de transformação, já que direcionados para um amplo espaço, povoado por povos, comunidades, histórias e sentidos diversos, agora submetidos a um devir considerado como o único válido, ou seja, o desenvolvimento nacional. Essa criação de realidades a partir de um projeto advindo de grupos específicos engajados a partir de interesses próprios também foi construída por pessoas situadas no campo científico, e isso de diversas maneiras, dentre elas, a aceitação e reprodução do projeto desenvolvimentista central ou a crítica, a recusa e a reelaboração desse projeto.

Diante do exposto até aqui, a pergunta que fazemos é: como Mendes, Pandolfo, Costa e Santos pensaram o desenvolvimento? E, derivada desta pergunta: é possível falar em uma geração intelectual voltada para os problemas do desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura Militar? Acrescenta-se, ainda, outra questão relacionada à hipótese geradora desta

---

<sup>841</sup> PINTO, 2023, ref. 712.



tese: os cientistas amazônidas contribuíram para a formação do *consenso desenvolvimentista* durante a Ditadura Militar?

#### **4.2 Pensamento social amazônida: a questão do desenvolvimento**

Alinhando nosso estudo aos dados apreendidos nas entrevistas com pessoas que conviveram com os cientistas aqui analisados ou que possuem conhecimento a respeito de suas construções intelectuais, interpretaremos seus escritos como inseridos no que denominamos de uma *geração intelectual*. Consideramos enquanto tal um grupo de pessoas que possuem divergências e convergências em relação ao sentido de uma época, inseridas num mesmo grupo ou relacionando-se intelectualmente e/ou laboralmente entre si, tendo como foco um tema comum, abordado por diferentes perspectivas. No caso em estudo, Clara Martins Pandolfo, Armando Dias Mendes, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos, embora com diferentes formações e períodos distintos de atuação, encontraram-se em um momento específico de construção de sentidos – a Ditadura Militar – e possibilitaram a constituição do que pode ser denominado como um pensamento social amazônida a respeito do desenvolvimento. Esses cientistas formaram uma geração intelectual porque construíram, de forma convergente, uma interpretação que se alinhava em diversos momentos, pensando o desenvolvimento de uma forma parecida, embora com distintos enfoques: em grande sentido, a Amazônia deveria ser desenvolvida, mas isso seria realizado a partir dos anseios amazônicos, e não os do Brasil central ou o centro de irradiação do poder no período – região Centro-Sul.

Para compreender essa geração intelectual, precisamos interpretar os cientistas em diferentes escalas, desde sua atuação profissional nas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento até o campo geral do pensamento sobre o desenvolvimento que vigia à época. Não se trata, reiteramos, de uma glorificação do gênio individual de pessoas posicionadas no campo científico, haja vista nossa perspectiva crítica em relação inclusive à construção científica vigente na Ditadura Militar, nem uma interpretação que identifica pessoas “à frente de seu tempo”, já que, como historiadores, entendemos que não há essa existência singular, pois as pessoas estão temporalmente condicionadas aos elementos de seu lugar social, de sua época. São agentes que constroem um conhecimento amazônida a respeito do desenvolvimento, cujas perspectivas assumem um lugar de geração e são irradiadas por um bom tempo, com reflexos até a atualidade. Sua atuação indica, em linhas gerais, como os cientistas estavam implicados na construção do desenvolvimento durante a Ditadura Militar,

tornando possível a legitimação social do desenvolvimento por meio da construção do *consenso desenvolvimentista*.

Durante o século XX esteve em vigor um projeto geopolítico brasileiro que tinha como ação central uma ordenação territorial a partir das noções de utilidade e técnica, protagonizado por ensaístas, geógrafos, militares, economistas, tecnocratas, administradores, muitas vezes, sem preocupações de cunho teórico e em outras assumindo “uma certa importância no rol das ciências”<sup>842</sup>. Alguns discursos antigos persistem, como a *Marcha para o Oeste*, vigente desde os anos 1920 até 1940, evocados por pensadores como Oliveira Vianna, passando pela Cepal e pelo ISEB, nos anos 1950, e sendo amplamente difundido durante a Ditadura Militar. O Estado brasileiro, ao construir e organizar a ocupação dos chamados espaços vazios, um deles o mítico sertão, avançou em direção à Amazônia brasileira e, desde então, persistiu nesse espaço como agente de transformação da realidade social<sup>843</sup> – especialmente a violenta transformação advinda do desenvolvimentismo consubstanciado pelos grandes projetos.

Observamos no capítulo anterior a importância dada à utilização do espaço e sua valorização, e precisamos retornar a esse tema para entender que a atribuição de um valor ao espaço, regionalizando-o, converte a natureza em um recurso, portanto, uma mercadoria – transformação característica da instituição do desenvolvimento como necessidade incontornável. Segundo Bomfim, o atributo do sertão, que se desloca discursivamente, inclusive abarcando a Amazônia, é o do discurso valorativo, variando conforme distintos interesses em confronto. De forma geral, é um espaço em constante disputa, como objeto de movimento expansionista, enquanto “áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal”<sup>844</sup>. Nesse sentido, “o *sertão amazônico*” é metodologicamente categorizado como uma “região de estágio de desenvolvimento pré-industrial, de larga extensão territorial ‘não homogênea’, isolado geograficamente e ligado de maneira débil ao ‘sistema econômico nacional’”<sup>845</sup>. O autor aponta ainda que a Amazônia é apresentada como ideologia geográfica, em condição quase mítica, “relacionada a um imaginário segundo o qual a América Latina seria a porção do espaço mais apta para o florescimento de uma nova humanidade”<sup>846</sup>.

---

<sup>842</sup> BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?. *Boletim Goiano de Geografia*. V. 30, n. 1, jan.-jun., 2010, pp. 13-33. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/11191>. Acesso em: 04 nov. 2023. p. 14.

<sup>843</sup> *Ibid.*

<sup>844</sup> *Ibid.*

<sup>845</sup> *Id.*, p. 15.

<sup>846</sup> *Ibid.*

O debate a respeito da Amazônia enquanto objeto de ação do Estado esteve configurado de diferentes formas, remetendo a imagens advindas de diferentes períodos históricos<sup>847</sup>. Durante a segunda metade do século XX, conforme Bomfim, a Amazônia era compreendida como uma área de apreensão geopolítica, necessitando da efetiva presença do Estado, mediante os anseios de segurança nacional e desenvolvimento, pela ocupação dos seus “vazios” e sua dinamização econômica. Era o período do “Brasil Potência”<sup>848</sup>, e sob essa retórica, a Amazônia seria uma fronteira de recursos, em um cenário de grandes vantagens comparativas<sup>849</sup>. Pudemos perceber tais discursos pela análise das revistas e monografias realizada no capítulo anterior, os quais precisamos ter em mente para compreender em que lugar social de enunciação estavam situados os escritos dos cientistas aqui enfatizados.

Conforme Bomfim, dois autores influenciaram a forma de atuação do Estado na Amazônia, nos termos do planejamento do desenvolvimento: John Friedmann, com a obra *Introdução ao planejamento regional (com ênfase espacial à Amazônia)* (1960), e François Perroux, a partir da teoria dos polos de desenvolvimento, apresentada em sua obra *A economia do século XX* (1967). Especialmente o segundo, para nosso trabalho, é notado no pensamento de José Marcelino Monteiro da Costa, conforme Costa<sup>850</sup>, contudo, não é possível mensurar com precisão todas as influências que condicionavam a atuação dos cientistas estudados, já que além dos seus escritos teóricos, ensaísticos, relatoriais e técnicos, há um conjunto de leituras e interpretações que derivam de suas interlocuções que nem sempre estão registradas em fontes escritas e audiovisuais. Como bem sabemos, a completude e complexidade de uma trajetória só é parcialmente apreendida pela análise historiográfica, devido ao caráter passageiro da temporalidade histórica e, especialmente, aos limites de nossa compreensão historiadora<sup>851</sup>.

---

<sup>847</sup> PORTO GONÇALVES, 2015, ref. 382.

<sup>848</sup> O discurso do “Brasil Potência” ou “Brasil Grande Potência” foi característico do Governo Médici (1969-1974), mas remete aos anos 1920, com os estudos geopolíticos brasileiros. Posteriormente, passou pela reelaboração efetuada na ESG, ampliado e reestruturado para caber no projeto nacional de desenvolvimento. O impulso do chamado “Milagre Econômico” também garantiu a utilização do “Brasil Potência” em escala nacional, consolidando o ideal desenvolvimentista da ESG (MALLMANN, Vinícius Henrique. *O Brasil Grande Potência como construção discursiva: o Governo do General Médici (1969-1974)*. 2020. 74 f. Artigo Final de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: UFRGS, 2020).

<sup>849</sup> Cf. PETIT, 2018a, ref. 181.

<sup>850</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>851</sup> CERTEAU, 2013, ref. 4.

Friedmann tinha por objetivo fornecer subsídios para o planejamento da região amazônica em sua obra, contudo, sua análise possuía um “viés bastante irrealista”, sendo uma proposta vaga, baseada em *condições sociais do progresso econômico*. Para Bomfim<sup>852</sup>,

entre essas condições, mencione-se a motivação de contar com um número suficiente de empreendedores ‘dispostos a arriscar’ seus capitais, preocupados com a educação para a dominação da natureza mediante um ‘esforço consciente’ e com garantia de acesso à saúde, mobilidade social, mobilidade geográfica, propriedade e administração, ou seja, bom funcionamento da burocracia, o que significava maior *responsabilidade social* [...]. De acordo com o autor, a penetração do Estado na Amazônia, como ‘espaço vazio’, deveria começar por áreas dessa região em ‘estado de desenvolvimento mais adiantado’.

Os centros urbanos deveriam ser fortalecidos para alcançar o interior, considerado como área isolada de desenvolvimento, uma área que necessitava ser ligada às cidades maiores e às cidades circundantes, já que essa área, devido ao seu isolamento, era difícil de atingir. As cidades seriam os “pontos básicos”, e por meio delas se conseguiria a realização do *progresso regional*. Nessa perspectiva, a Amazônia seria uma *região de integração*, com sua formação orientada por atividades sociais e econômicas que se direcionariam para a cidade enquanto centro. Definia para a Amazônia as formas de obtenção dessa assimilação sistemática, iniciando pela orientação dos fluxos viários, a saber, no eixo Belém-Brasília/Amazônia Oriental se implementaria uma ocupação por fazendas de gado e colônias agropecuárias<sup>853</sup>.

Como bem sabemos, após a análise dos PNDs e PDAs, essa teoria foi seguida na criação e execução dos Planos, instituindo uma ação efetiva de integração, nos moldes do desenvolvimentismo e autoritarismo vigente. Vejamos como estava estruturada essa ação:

- Primeira fase: direcionada pela Spvea em meados dos anos 1960, buscava realizar melhoramentos no eixo pioneiro da rodovia Belém-Brasília; a partir de Belém se organizaria o uso da terra “mediante a identificação e, posteriormente, a reorganização de *anéis*”<sup>854</sup>; abertura de espaço para atividades econômicas de São Paulo, “dinamizando a circulação de bens da metrópole nacional nas franjas pioneiras à margem da rodovia<sup>855</sup>”, compreendendo iniciativas particulares – a captação de recursos dos fluxos paulistas futuramente seria minimizada pelo desenvolvimento econômico amazônico, acelerado por uma maior ligação ao mercado mundial;

<sup>852</sup> BOMFIM, 2010, ref. 842, p. 16.

<sup>853</sup> *Id.*

<sup>854</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>855</sup> *Id.*

- Segunda fase: integração da Amazônia ao espaço nacional, pela ação de colonização dinamizada pelo I PND, direcionada à Transamazônica a aos municípios de Altamira e Marabá<sup>856</sup>;
- Terceira fase: organização territorial mediante a implementação de polos de desenvolvimento – especialmente a partir do Polamazônia, já analisado, além do estabelecimento da Zona Franca de Manaus, confirmada pelo II PND, e caracterizada pelo enfraquecimento dos programas de colonização, além do estabelecimento de uma ênfase em eleger áreas e projetos prioritários. Nessa fase, ocorre “o favorecimento da concentração de recursos ‘para racionalização e modernização das atividades através de programas especiais’, minimizando as possibilidades de produção para pequenos proprietários e/ou colonos”, além do “fortalecimento das políticas de grande aporte de capitais para a Região Norte”<sup>857</sup>. Como exemplo, temos o Projeto Jari e projetos privados, adentrando no III PND.

Ao longo do tempo, a opção pelos grandes projetos se torna mais nítida, como viemos apresentando ao longo da tese. É interessante destacar, seguindo a argumentação de Bomfim, que Clara Pandolfo, pessoa que durante bom tempo foi diretora de Recursos Naturais da Sudam, em uma conferência pronunciada na Câmara dos Deputados em 6 de maio de 1975, apontava o caminho dos grandes projetos e da captação de recursos advindos de políticas de grande aporte para a Região Norte, já que a região passava por uma mudança de perfil econômico, entendendo que as terras amazônicas, devido às suas necessidades de manejo, não estariam acessíveis aos pequenos produtores, como os ribeirinhos, sendo necessário pensar um *novo modelo de ocupação*. Agora seria o momento da penetração das grandes multinacionais na região, com seu *know-how* e capital para desenvolver, “abrindo totalmente o campo de ação para o capital internacional”<sup>858</sup>.

À luz desse contexto, persigamos as formas pelas quais os cientistas buscaram contribuir para o processo de desenvolvimento na Amazônia, bem como suas definições do conceito de desenvolvimento.

---

<sup>856</sup> Não repetiremos a descrição e análise dos planos, já realizada intensamente em momentos anteriores da tese.

<sup>857</sup> BOMFIM, 2010, ref. 842, p. 26

<sup>858</sup> *Id.*

#### 4.2.1 Revelar a Amazônia

Sobre suas experiências enquanto cientistas amazônidas recaíam condicionantes históricos relativos aos vários discursos inseridos em um imaginário de longa duração acerca da Amazônia. O signo do atraso, elemento da subalternidade delegada às vivências amazônicas, parecia estar constantemente disponível enquanto acionamento discursivo para os cientistas. Independente do lugar no espectro político, Mendes, Pandolfo, Costa e Santos partilhavam o entendimento segundo o qual era preciso sair do histórico atraso amazônico. O desenvolvimento, portanto, era uma janela e um alvo. Janela porque serviria como escape de todo um processo secular de apartamento entre a Amazônia e o Brasil. Alvo porque o desenvolvimento, ele próprio, se apresentava enquanto destino. Essa dupla feição era vislumbrada pelos cientistas e sua tarefa, enfim, era a de conquistar a saída e o destino.

Essa conquista passava pela tarefa de revelar as potencialidades amazônicas para quem poderia as utilizar. Nas obras de Clara Pandolfo, por exemplo, a floresta assume um protagonismo gigantesco, já que suas potencialidades exploratórias serão, a cada década, prescrutadas pela Sudam e, portanto, reveladas enquanto campo propício para a construção do desenvolvimento. Já em seu primeiro escrito acadêmico, por conta da graduação em Química, o teor da monografia era a de demonstrar como saberes locais ligados à utilização de plantas nativas podiam ser aproveitados na produção de fármacos. Pandolfo, então, inicia sua caminhada enquanto cientista observando atentamente o seu entorno familiar: a floresta. E floresta aqui é sinônimo de riqueza e potência, a ser transformada em recurso.

A primeira enunciação que será capturada pelo discurso desenvolvimentista é a da floresta tornada recurso. Para compreender essa passagem da natureza ao recurso, voltemos a Vandana Shiva. Para a autora, inicialmente “recurso significava vida” que, “como una fuente, un 're-curso' surge una y otra vez, aún cuando ha sido repetidamente usado y consumido”<sup>859</sup>, evocando uma antiga ideia segundo a qual “la tierra otorgaba dones a los humanos quienes, a su vez, debían estar bien avisados de mostrar diligencia para no sofocar su generosidad”<sup>860</sup>. Recurso, desse modo, remetia a reciprocidade.

Com o advento do industrialismo e do colonialismo, os recursos naturais foram convertidos naquilo que advinha da natureza e seria um insumo para a produção industrial e o comércio colonial. Como exemplo, traz a definição de John Yates presente na *História*

---

<sup>859</sup> SHIVA, Vandana. Recursos In: SACHS, Wolfgang (org.). *Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú, 1996, p. 291.

<sup>860</sup> *Id.*

*Nacional do Comércio*, de 1870, segundo o qual “Al hablar de los recursos naturales de un país cualquiera, nos referimos al mineral en la mina, la piedra en la cantera, la madera en el bosque (etc.)”<sup>861</sup>. Segundo a autora, ocorreu o despojamento da natureza de seu potencial gerador, tornada depósito de matérias primas convertidas em insumos, perdendo seu fundamento de regeneração, e partir deste momento, são os seres humanos que atribuirão valor à natureza, mediante sua própria diligência e criatividade, já que “los recursos naturales requieren ser ‘desarrollados’”<sup>862</sup>. O surgimento da natureza tornada recurso, seguindo essa interpretação, possui uma demarcação temporal no século XVIII, diante das transformações que condicionaram o nascimento de sociedades industriais e os processos de colonização correlatos. Essa definição está presente no imaginário desenvolvimentista do século XX, ganhando novos contornos e uma aceitação enquanto significado válido, encontrada nos escritos analisados.

Dependendo do cientista, a significação de *recursos* vai ser diferente. Quando se adentra na década de 1970, aparece cada vez mais nos escritos o termo *recursos humanos*, por exemplo. Clara Pandolfo, por sua vez, estava implicada em compreender o recurso florestal e elaborar uma alternativa, em sua interpretação, menos desastrosa para a floresta, ligada à exploração madeireira, denominada de *florestas de rendimento*, referida anteriormente.

Embora no adentrar na segunda metade dos anos 1970, caminhando para a década de 1980, os debates ecológicos ganhem mais força, não necessariamente são debates, no espaço paraense e amazônica, voltados para uma compreensão do papel de salvaguarda que as populações locais (indígenas, ribeirinhos, seringueiros) possuem em relação à degradação florestal. O limite da crítica dos cientistas, a nosso ver, está neste ponto: em muitos momentos se apresentam rugas no discurso relacionadas a possibilidades de inserção das populações locais nas disputas pelos recursos: por exemplo, na década de 1980, Pandolfo se opunha à denúncia de desmatamento da Amazônia<sup>863</sup>.

Outro limite – este de caráter geral e relacionado à posição que os cientistas ocupavam nas instituições – é crucial para entendermos suas possibilidades durante a Ditadura. Nenhum cientista denomina o período de ditatorial e nem o governo de Ditadura, no máximo existem denominações neutras como Governo brasileiro, Governo central, entre outras. Somente Roberto Santos, como já afirmamos, fala de um “regime autoritário”. Isso não significa dizer que os cientistas não estivessem criticando o andamento dos processos de

<sup>861</sup> YATES, John *Apud* SHIVA, 1996, ref. 859, p. 292.

<sup>862</sup> SHIVA, 1996, *Op. cit.*

<sup>863</sup> PANDOLFO, 1982, ref. 598.

desenvolvimento promovidos pela Ditadura, porém, é importante destacar que havia uma escolha de palavras que somente com o passar do tempo sofre transformações.

Podemos compreender os discursos dos cientistas destacando algumas de suas características e generalizando suas narrativas a partir de caracteres comuns encontrados ao longo dos escritos analisados. A narrativa de Clara Martins Pandolfo versa, em linhas gerais, a respeito das potencialidades de *exploração racional* da floresta, partindo de um olhar institucional, mas com nuances, afinal, ela vai entrar em confronto com alguns agentes diante da possibilidade de ampliação da pecuária em detrimento dos projetos agroindustriais, como já apontado. A escrita de José Marcelino Monteiro da Costa, por sua vez, é a de um economista preocupado com o planejamento do desenvolvimento, assumindo uma postura conservadora diante das possibilidades de construção desenvolvimentista. Sua enunciação partirá especialmente do local institucional do NAEA, mas também de sua formação enquanto economista, sendo praticamente ausente uma discussão a partir do discurso ecológico, divergindo, por exemplo, do discurso de Pandolfo.

Armando Dias Mendes e Roberto Araújo de Oliveira Santos, em diferentes momentos, possuem ideias convergentes. O último, preocupado com a questão da terra no Pará, partia de uma história econômica, ou economia histórica, para compreender como ocorriam a concentração latifundiária e os problemas decorrentes, gerando instabilidades vividas pela população local, bem como a emergência dos conflitos no campo. O teor de sua escrita é crítico, ancorado na percepção temporal, nas durações. O desenvolvimento, portanto, caminha com o problema da terra e seus textos assumem um teor crítico a esses processos.

Armando Dias Mendes elabora de forma magistral discursos que se transformam conforme vão surgindo novos embates a serem empreendidos. Sua voz advém do campo político e intelectual e ela dá o tom para o NAEA, o que na posteridade vai se consubstanciar na adesão do desenvolvimento sustentável como categoria central de análise, ao lado da categoria de Amazônia. Ele buscou inventar uma Amazônia futura e o desenvolvimento a ser inventado era também particular, pois feito pelos amazônidas, considerados como as pessoas que realmente tinham artefatos mentais para exercer um reconhecimento guiado pela vivência e aprofundamento das relações no território.

A revelação amazônica era para os fins de desenvolvimento, mas não seria uma revelação submissa aos interesses brasileiros: era necessário desenvolver – e aí se encontra o consenso desenvolvimentista – mas isso precisaria ser feito conforme os interesses amazônidas. Esses interesses eram variados, mas convergiam em uma disputa por protagonismo, como quem diz “nós, amazônidas, queremos dizer como nos



desenvolveremos”. Para Pandolfo, era preciso insistir numa floresta complexa e rica em suas potencialidades, a ser explorada por meio de um *desenvolvimento racional*, numa forma que antecede a noção de desenvolvimento sustentável que, durante a década de 1970, se avizinhava no horizonte de expectativas; para Monteiro da Costa, era por meio do planejamento, da construção de tecnologias, do aproveitamento das janelas de oportunidades que se construiria um desenvolvimento efetivamente amazônico, podendo inclusive se alinhar com o desenvolvimento brasileiro, mas partindo de necessidades regionais; para Santos, era preciso compreender a concentração de terra e o que esse conflituoso aspecto implicava no impedimento do desenvolvimento amazônico – superar os conflitos era construir um desenvolvimento partindo dos anseios locais; para Mendes, era necessário superar o estigma do atraso, da incultura, da ausência de iniciativa e inventar outras Amazônias, agora alicerçadas no futuro. Não bastava chamar a Amazônia para a era do desenvolvimento: era necessário inventar uma outra Amazônia, ela, sim, capaz de, por seus meios, inventar também seu desenvolvimento.

A revelação amazônica está presente na obra dos quatro cientistas, seja como apresentação dos problemas, seja como criação de soluções. São cientistas preocupados em construir futuros – e nisto se inserem numa lógica geral do século XX que é a de adoção do desenvolvimentismo, especialmente na América Latina, como prática linear e alicerçadora das realidades, conforme Escobar e Esteva<sup>864</sup>.

Ao identificar os aspectos da revelação amazônica, os cientistas elencam também aquilo que deveria ser superado: o extrativismo, a incultura, a falta de protagonismo. Mas salta aos olhos uma crítica comum que encontra ecos na contemporaneidade: o colonialismo interno é um desses elementos recorrentes nos escritos dos quatro cientistas. Essa crítica, basicamente, advinha de uma percepção compartilhada de que os sujeitos da Amazônia não possuíam poder de decisão sobre sua própria realidade, estando constantemente limitados às escolhas processadas nos espaços decisórios do Governo Central. Essa percepção é o que Violeta R. Loureiro<sup>865</sup> identifica como a Amazônia sendo *o Outro do Brasil*, em diversos momentos de nossa história. A “outridade” aparece mediante níveis de diferenciação, numa clara hierarquia eivada de disputas regionais, bem como heranças coloniais. Essa era uma percepção comum entre os cientistas e todos eles elaboraram argumentos a respeito.

---

<sup>864</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61; ESTEVA, 1996, ref. 45.

<sup>865</sup> LOUREIRO, 2019, ref. 188.

É o que apresenta Armando Dias Mendes em sua obra de 1973, *Amazônia: modos de (o)usar*<sup>866</sup>. O trabalho trazia uma definição do que seu autor identificava como *enigma amazônico*, que será exposto adiante. A obra é formada por um conjunto de interpretações seguidas por estratégias a serem estabelecidas no campo do planejamento do desenvolvimento. Compreender o enigma amazônico seria situá-lo “nos prospectos de desenvolvimento econômico e social brasileiro para o próximo quinquênio” a partir de uma “visão de longo alcance que deve orientar os rumos a serem traçados para o futuro de médio e longo prazos da região”<sup>867</sup>. A premissa básica seria a de “desenvolver um esforço de definição de uma ótica articuladora da ação do Governo Federal na Amazônia, dentro do qual as óticas individuais ou setoriais assumirão, numa segunda etapa, as suas posições próprias”<sup>868</sup>, ou seja, buscava-se a efetivação daquele enunciado de integração para além de uma mera retórica inserida no discurso dos militares<sup>869</sup>, ensejando uma “compreensão exata do *desafio* regional e da *contribuição* que o país poderá receber da região ao solvê-lo”<sup>870</sup>.

Ainda que não houvesse uma menção ao regime como ditatorial, já que o autor denominava de “Governo da União”, são tecidas críticas à condução do desenvolvimento na Amazônia. Em 1973 vigoravam o I PND e o I PDA e as ações já se mostravam insuficientes para uma promoção de riquezas que se fixassem na Amazônia. Mendes e os demais cientistas percebiam claramente que havia um beneficiamento dos Estados do Centro-Sul, em detrimento dos Estados da Amazônia e isso se tornou um dos pontos comuns de crítica desses cientistas, mesmo que dentro dos seus limites institucionais e do próprio autoritarismo do Regime. A crítica aos processos de desenvolvimento é realizada, mas precisa apresentar um contraponto real – que não necessariamente será levado em consideração pelos comandantes do desenvolvimento da Ditadura. Adiante falaremos a esse respeito, bastando mencionar agora que a construção do II PND e II PDA contou com a participação, por exemplo, de Clara Pandolfo, como escritora de contribuições para um capítulo a respeito da Amazônia, mas suas proposições não foram acatadas<sup>871</sup>, do que ela se queixava em 1997, afirmando que seu programa de exploração madeireira não tinha sido efetuado e permanecia a situação de baixo

---

<sup>866</sup> MENDES, Armando Dias. *Amazônia: modos de (o)usar*. Manaus: Editora Valer, 2001.

<sup>867</sup> *Ibid.*, p. 49.

<sup>868</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>869</sup> Cf. SOARES, 2020, ref. 195.

<sup>870</sup> MENDES, 2001, *Op. cit.*, p. 52 – grifos do autor

<sup>871</sup> De acordo com Melo (2023, ref. 717).

aproveitamento de madeiras da Amazônia, três décadas após a apresentação de sua proposta<sup>872</sup>.

Como era, então, a crítica realizada pelos cientistas? A nosso ver, restrita aos campos institucionais em que se situavam, evocando os objetivos propalados pelos agentes da Ditadura, a saber, desenvolvimento, integração e crescimento econômico. Para Armando Mendes, havia uma fragmentação na ação desenvolvimentista, algo que também é mencionado por Clara Pandolfo e José Marcelino Monteiro da Costa. Mendes afirmava que “a homogeneidade econômica, social, política e cultural da Amazônia fragmenta-se, como é notório hoje, na própria ação do Governo, na utilização de mecanismos de indução do setor privado e nos fatos diários da vida econômica”<sup>873</sup>. Os problemas derivados dessa fragmentação acumulavam-se: no campo econômico, havia perdas regionais pela má utilização dos fatores de produção, bem como a sucção da reduzida renda regional mediante um processo de dominação, composto por mecanismos de dependência e mecanismos de vazamento. Os primeiros, basicamente, eram a fuga da renda gerada na região para outros lugares e os segundos, compostos pelos investimentos de fora da região gerados pela renda não consumida internamente. Isso resultava em uma dominação do Centro-Sul sobre a Amazônia, anulando os “esforços realizados no sentido de ocupar e desenvolver o Extremo Norte”<sup>874</sup>.

A relação de colonialismo interno, portanto, expressava-se da seguinte maneira: “[...] defrontamo-nos com a concepção colonial exploradora da região, em que o homem que nela habita é posto à margem ou utilizado para fins alheios específicos. O homem de fora, por sua vez, nunca se integra à região, conservando-se sempre como um estranho à mesma”<sup>875</sup>. Diante disso, como e quando ocorreria a revelação das potencialidades do “homem amazônico”, já que ele seria como que uma “espécie ou sub-espécie distinta, com características totalmente diferenciáveis do resto da humanidade, [... algo] definitivo, inseparável, distintivo”<sup>876</sup>? Encontramos nas fontes uma nítida percepção de uma subalternidade intrínseca à tomada de decisões em prol do desenvolvimento: havia um interesse em desenvolver a Amazônia a partir da implementação de programas, planos e projetos, porém não havia efetivamente uma participação de grupos e agentes implicados nessa ação governamental. Como efeito, processava-se a classificação social dos agentes e grupos, reproduzindo antigas representações

---

<sup>872</sup> PANDOLFO, 1994, ref. 718.

<sup>873</sup> MENDES, 2001, ref. 866, p. 52.

<sup>874</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>875</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>876</sup> *Ibid.*, p. 78.

a respeito da Amazônia, claramente compreendidas por Armando Dias Mendes, ao escrever o prefácio à segunda edição de *Amazônia: modos de (o)usar*, em 1997:

O europeu, o civilizado, o desenvolvido em geral, não sabe até hoje se ele chora no âmago do turbilhão devorador da *Vorágine*, da *Selva*, do *Inferno Verde*, ou no interior do silo inesgotável do *Celeiro do Mundo*, da *Terra da Promissão*, do *Eldorado*. Seu espanto oscila entre o deslumbramento e a decepção<sup>877</sup>.

A oscilação entre uma imagem edificante e uma imagem subalternizadora eram perceptíveis já nos anos 1970, bem como os elementos do colonialismo interno, cuja crítica se perpetuou no pós-Ditadura Militar, especificamente nos escritos que apresentam balanços ou memórias a respeito da atuação dos cientistas e respectivas instituições. Em 1997, Mendes afirmava que era preciso inventar de novo a Amazônia, uma Amazônia futura, “A Amazônia dos nossos sonhos possíveis, não a dos nossos prováveis pesadelos”<sup>878</sup>. Com maior ênfase afirmava:

A Amazônia é uma *necessidade* do Brasil enquanto unidade política e sociedade humana, faz parte dele; [...] é também uma *responsabilidade* a ser assumida pelo Brasil como um todo; mas uma responsabilidade não quer dizer um peso, eis que, no caso concreto, a Amazônia apresenta-se ao mesmo tempo como uma enorme potencialidade a ser posta a serviço da Nação. É a *potencialidade* que lhe conferem a sua extensão, a sua localização geográfica, flora, fauna e fluidos, biodiversidade e minérios e outros recursos de solo e subsolo, e ainda população [...] <sup>879</sup>.

O próprio autor identificava as transformações em seu pensamento, seguindo os debates ao longo do tempo. É interessante destacar sua comparação entre a edição de 1974 e a edição de 1994, pois nos dá a visão de passagem temporal da primeira à segunda edição da obra:

---

<sup>877</sup> MENDES, Armando Dias. Prefácio Aquelles vastos horizontes da Amazonia, 1996 *Apud* MENDES, 2001, ref. 866, p. 06.

<sup>878</sup> MENDES, 1996, *Op. cit.*, p. 07.

<sup>879</sup> MENDES, 2001, *Loc. cit.*, p. 26 – grifos do autor.

Quadro 4 – Comparação entre primeira e segunda edição de *Amazônia: modos de (o)usar*, de Armando Dias Mendes

<b>Edição de 1974</b>	<b>Edição de 1994</b>
Amazônia definida como uma <i>região</i> e uma <i>questão nacional</i> , “para o bem e para o mal” <sup>880</sup> ;	Amazônia entendida como <i>desafio</i> e <i>contribuição</i> ao resto do país;
Amazônia deve ser inserida no <i>Projeto Nacional</i> ;	Amazônia precisa ser (re)inventada “em coerência com o <i>prospecto nacional</i> ” <sup>881</sup> ;
Amazônia possui <i>especificidades</i> ou <i>peculiaridades</i> ;	Amazônia precisa resguardar sua <i>individualidade</i> ;
Na Amazônia há a reprodução de mitos, que “são escalpelados por atacado e no varejo” <sup>882</sup> ;	É feita denúncia da “ <i>falácia</i> do espaço vazio e mais <i>estereótipos</i> sustentadores da tese humilhante da inviabilidade da região” <sup>883</sup> ;
<i>Projeto Amazônia</i> ;	<i>Projeto Amazônico</i> ;
Objetivos amazônicos precisam ser inseridos em planos e programas nacionais de desenvolvimento;	Deve ocorrer uma desregionalização das políticas regionais;
A organização do espaço deve ser feita por meio de zoneamento.	A construção do espaço amazônico deve ser realizada mediante o zoneamento econômico-ecológico.

Fonte: a própria autora a partir de Armando Dias Mendes (2001)<sup>884</sup>, 2024.

Como proceder, então, à invenção da Amazônia? Para Mendes, de forma estruturada, mediante instrumentos, uma política integrada e o direcionamento de uma agenda que, nos anos 1990, era a *Agenda 21*, mas que em 1974 tinha como objetivo inspirar medidas para ajustar o PIN e outros planos e programas setoriais ao enfoque globalizante integrado (coerência interna) e integrador (consistência externa). A forma do documento era a de um “projeto-impacto”, nos dizeres do autor, e contava com o “resultado acumulado das preocupações de pensadores, políticos e administradores sobre o enigma amazônico”<sup>885</sup>. O capítulo regional do II PND estava sendo preparado por Mendes e três egressos do NAEA, a saber, Jean Hébette, Edna Castro e Roberto da Costa Ferreira, posteriormente publicado como a obra de 1974. Contava, nesse sentido, com a importante interpretação de cientistas advindos do NAEA, num momento em que o Núcleo projetava seus primeiros passos na construção de uma interpretação amazônica do desenvolvimento.

<sup>880</sup> MENDES, 2001, ref. 866, p. 30.

<sup>881</sup> *Id.*

<sup>882</sup> *Id.*

<sup>883</sup> *Id.*

<sup>884</sup> *Id.*

<sup>885</sup> *Ibid.*, p. 54.

O que seria, então, o enigma amazônico a ser resolvido? Segundo Mendes, seria a “resultante final da perplexidade da Nação perante a região imensa e da indefinição dos rumos a tomar para extrair a enorme riqueza que promete<sup>886</sup>”, imerso numa relação entre o deslumbramento e a descrença, contidos em duas representações muito comuns a respeito da Amazônia, a de *celeiro do mundo* e a de *inferno verde*. Essa oscilação era expressão de algo não resolvido porque não completamente compreendido e, portanto, a proposta de Mendes era a de proceder com uma “descoberta tecnológica de suas potencialidades”<sup>887</sup>, levando a uma “compreensão que o resto do País tem ou pode adquirir a respeito do que pode ser feito por ele [o enigma] *a favor* da região, ou *pela região* a favor do país, ou, de alguma forma combinada, as duas coisas<sup>888</sup>”.

Para a resolução do enigma amazônico, em 1974 apontava o cientista para a importância de centralizar as ações de desenvolvimento no componente humano, ou seja, nesse *homem amazônico* alijado de seus próprios processos. O homem amazônico precisava passar de alvo a sujeito da ação política e, para tanto, suas potencialidades como agente também precisariam ser reveladas. Tais potencialidades se juntariam aos aspectos da própria região, a serem considerados enquanto respostas ao enigma amazônico, composto por três facetas: a da *individualidade regional*; a da *função nacional da região*; e a da *filosofia social* que definiria esta função.

O tempo era acelerado porque não havia mais tempo a perder na tarefa de revelar as potencialidades amazônicas a fim de solucionar o enigma. Tudo precisaria ser feito para ontem, interpretação partilhada também pelos demais cientistas, pois a região historicamente padecia de um desarraigamento em relação aos rumos tomados pelo Brasil e pela América, de forma geral. A solução para o enigma amazônico estaria, portanto, em uma “capacidade de promover em tempo hábil e de modo eficiente o conhecimento e a descoberta para assegurar aquela individualidade”, além de uma “capacidade de gerar uma atitude nacional suficiente e oportuna de ação em relação à Região”<sup>889</sup>. Ou seja, Mendes chamava a atenção para aquilo que a região possuía de próprio e, conseqüentemente, suas potencialidades, bem como para a ação governamental direcionada à Amazônia, que deveria ser orientada por aquelas potencialidades. A saber, estabelecia-se um “*modelo existencial* que inspirará a *decisão*

---

<sup>886</sup> MENDES, 2001, ref. 866, p. 59.

<sup>887</sup> *Id.*

<sup>888</sup> *Id.* – grifos do autor.

<sup>889</sup> *Ibid.*, p. 60.

nacional (e sua implementação) de agir sobre a Região, com base na *revelação* do que ela é ou pode vir a ser<sup>890</sup>. O enigma amazônico, enfim, direcionava-se para uma dimensão futura.

E, nesse intuito, Mendes sugeria a construção de um *Projeto Amazônia*, caracterizado por um “conjunto de procedimentos de natureza econômica, social, política institucional e suas instrumentações, capazes de conduzirem àquela *Invenção*, isto é, à construção de uma Nova Amazônia”<sup>891</sup>. Tal projeto deveria “refletir uma autêntica Política nacional para o problema regional, em sentido amplo e em relação especificamente à Amazônia, a inserir-se por isso nos Planos e programas nacionais de desenvolvimento”<sup>892</sup>. Possuindo um caráter de instrumentação, o *Projeto Amazônia* consistiria ainda em um “esforço rápido e adequado de identificação de suas características e possibilidades”<sup>893</sup>, para o que solicitava a “adesão do país como um todo a esse esforço”<sup>894</sup>, estabelecendo uma “atitude crítica lúcida e sagaz aos modelos de desenvolvimento experimentados em outros países e, até, em outras regiões do país”<sup>895</sup>.

O cientista buscava a inserção de um corpo qualificado de agentes empenhados em construir um desenvolvimento que considerasse os interesses amazônicos. Para tanto, conclamava a construção de uma consciência nacional sobre “a natureza e dimensões do enigma”, para produzir respostas rápidas, assim como eram urgentes as soluções para os problemas duradouros inseridos no enigma amazônico. Essas soluções adviriam de um “sério trabalho de *pesquisa e experimentação* e da construção, a partir daí, de uma *rede institucional e funcional* específica, habilitada a desenvolver os requerimentos pragmáticos reclamados pelo grande enigma e implementá-los”<sup>896</sup>. Era aos *inventores de Amazônias* que Mendes estabelecia um chamamento criativo e engajado, pois só pela ação desses agentes seria possível a produção de uma nova trajetória amazônida. A vida desses inventores ancorava-se na partilha de uma “tarefa nobre” autoatribuída, tendo como *locus* a ciência enquanto campo que permitiria a transformação de realidades. No século da ciência, o conhecimento libertaria, revelando uma Amazônia real, que precisava ser interpretada, construída e transformada diante de suas necessidades próprias.

---

<sup>890</sup> MENDES, 2001, ref. 866 – grifos do autor.

<sup>891</sup> *Ibid.*, p. 61 – grifos do autor.

<sup>892</sup> *Id.*

<sup>893</sup> *Ibid.*, p. 60.

<sup>894</sup> *Id.*

<sup>895</sup> *Id.*

<sup>896</sup> *Ibid.*, p. 61 – grifos do autor.

Era necessário possibilitar que o *homem amazônico* assumisse a condução de seu próprio destino, proporcionando o surgimento de um

pensamento amazônico criador, de onde hão de brotar as concepções fundamentais para solução gradual do enigma regional e a tecnologia de sua implementação, a liderança política para seu encaminhamento e a participação indispensável na formulação das decisões nacionais que interessam à região<sup>897</sup>.

E é no sentido de revelar as potencialidades amazônicas que Clara Pandolfo escreveu a obra *A Amazônia brasileira e suas potencialidades*, de 1979<sup>898</sup>. Como sugere o título, o potencial amazônico existia e precisava ser apresentado para todo o Brasil – esse tipo de construção argumentativa é uma constante nos escritos de Pandolfo que, de forma geral, são contínuos, remetendo o mais atual ao anterior. Sua escrita é de quem constrói inventários, em muitos momentos repetindo algumas informações para atualizá-las, por meio de uma linguagem acessível aos acadêmicos, aos empresários e aos gestores governamentais. Diferentemente da forma de escrever de Armando Dias Mendes, que é mais rebuscada e com várias figuras de linguagem, a escrita de Pandolfo é direta e os sentidos são aparentes. Estabelece várias críticas à condução do desenvolvimento<sup>899</sup> e algumas delas são semelhantes às tecidas por José Marcelino Monteiro da Costa, a respeito das disputas entre preservacionistas e conservacionistas, definições do desmatamento, disputas internacionais e presença estrangeira na Amazônia.

Para Pandolfo, existiam múltiplos recursos na Amazônia, a serem definidas “as premissas válidas referentes a esses recursos”<sup>900</sup>, a fim de apontar uma ampla “gama de opções econômicas para serem usadas como base do processo de desenvolvimento regional”<sup>901</sup>. Referia-se a cientista à Amazônia Legal, alvo da construção do desenvolvimento, como

objeto de atenção prioritária dos poderes governamentais, não só por medida de segurança nacional mas também pelas perspectivas que apresenta de vir a tornar-se um espaço geográfico economicamente ativo, com capacidade de produção, em grande escala, de alimentos e de bens industriais, se devidamente aproveitado o potencial de recursos naturais disponível<sup>902</sup>.

Ou seja, entendia que a Amazônia Legal não correspondia economicamente às suas potencialidades, pois ainda eram desconhecidas para os agentes de construção do

<sup>897</sup> MENDES, 2001, ref. 866, p. 84.

<sup>898</sup> PANDOLFO, Clara Martins. *A Amazônia brasileira e suas potencialidades*. Belém: SUDAM/DRN, 1979.

<sup>899</sup> Sem abandoná-lo enquanto objetivo.

<sup>900</sup> PANDOLFO, 1979, *Op. cit.*, p. 5.

<sup>901</sup> *Id.*

<sup>902</sup> *Ibid.*, p. 8.



desenvolvimento. Sua função como agente da Sudam era exatamente a de revelar as possibilidades de superação dos problemas regionais, garantindo inclusive a segurança nacional. O enunciado do espaço vazio, apontando por Soares<sup>903</sup>, está presente na argumentação de Pandolfo, especialmente quando ela identifica a prioridade de ocupar a região para fins de desenvolvimento. Porém, estabelece uma particularidade inerente à sua construção de sentido, ligada ao aspecto ecológico, pois, para a cientista,

é, sem dúvida, uma tarefa extremamente complexa programar a ocupação humana e o uso adequado dos recursos naturais disponíveis porque tudo isso deve e precisa ser feito sem quebra das linhas básicas da ecologia do meio, isto é, dentro da perfeita harmonia que deve existir entre Homem e Meio ambiente<sup>904</sup>.

Havia uma preocupação em “harmonizar” a ocupação humana e a produção de recursos, numa clara percepção dos desequilíbrios que existem nas interações entre humanos e natureza. Essa percepção é forte na escrita de Pandolfo, não sendo encontrada nos mesmos termos nos escritos dos demais cientistas. É na obra de Roberto Santos, por exemplo, que aparece uma crítica que se assemelha à percepção dos problemas referentes à ocupação humana da Amazônia, mas está voltada para os conflitos por terra e não a uma compreensão da natureza como apartada da vivência humana<sup>905</sup>. Santos estava preocupado em superar os recorrentes conflitos fundiários, que se perpetuavam na história amazônica e impediam uma real efetivação do desenvolvimento, em sua compreensão. Pandolfo estava preocupada em superar a falta de informações a respeito do potencial amazônico para, enfim, construir um desenvolvimento com enfoque econômico e ecológico.

Nesse sentido, concordava com o entendimento de Mendes ao evocar narrativas lendárias a respeito da Amazônia, pois “a grandeza de seu meio físico e a escassez de conhecimentos sobre a região criaram, durante muito tempo, uma imagem da Amazônia de terra lendária, estranha e misteriosa, envolvendo um ambiente de tal complexidade que jamais viria a ser dominado pelo homem<sup>906</sup>”. A todo momento há a preocupação derivada de sua atuação tripartite enquanto cientista, gestora e amazônida, segundo a qual é preciso construir um conjunto de dados para revelar as potencialidades amazônicas para a construção do desenvolvimento nos moldes amazônidas. Esses dados só serão eficazmente elaborados se construídos por uma ciência com regras bem definidas e precisas e pela atuação do Estado,

---

<sup>903</sup> SOARES, 2020, ref. 195.

<sup>904</sup> PANDOLFO, 1979, ref. 898, p. 11.

<sup>905</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *A política florestal para a Amazônia e o projeto interministerial*. Sudam: Belém, 1979.

<sup>906</sup> PANDOLFO, 1979, *Op. cit.*, p. 11.

por intermédio dos órgãos de desenvolvimento, construindo um corpo de funcionários capaz de responder ao grande desafio amazônico de desenvolvimento.

Percebemos, ao longo da análise das fontes, que Clara Pandolfo foi a cientista que mais encarnou sua instituição de atuação, a Sudam. Em diversos momentos, entendemos que a própria Sudam se confunde com a cientista e gestora Clara Pandolfo, e é somente por sua atuação que alguns dos objetivos da Superintendência podem ser minimamente concretizados. Em obra de 1994, afirmava a cientista que nos 36 anos de atuação na Sudam, procurou “integrar-[se] plenamente aos objetivos visados pela instituição, feliz por poder participar da grande obra de desenvolvimento regional”<sup>907</sup>, partilhando de uma “caminhada trabalhosa, mas confortadora que [...] propiciou a oportunidade de entrar em contato direto com os grandes problemas da região”<sup>908</sup>. Revelar a Amazônia em suas potencialidades era uma espécie de missão para a “Doutora Clara”, ao mesmo tempo que incorpora a missão científica de salvar a humanidade de seus problemas.

Havia uma percepção nítida dos problemas e das oportunidades a serem capturadas. Exemplo disso estava na argumentação de Pandolfo diante do potencial mineral da região amazônica, já que “os resultados promissores que vêm sendo conseguidos com as pesquisas e as prospecções do subsolo amazônico levam à firme convicção de que o setor mineral dará, na próxima década, uma importante contribuição ao processo de desenvolvimento econômico da região”<sup>909</sup>. E também compreendia o impasse resultante da permanência da agricultura como principal atividade subsidiada na região. Segundo Pandolfo,

empregando tecnologia adequada às peculiaridades locais, será possível desenvolver, na Amazônia, uma agricultura em bases conservacionistas, com boa produtividade e rendimento compensatório. Concebido nesses termos, o aproveitamento dos solos amazônicos dará condições para a produção, em grande escala, de alimentos e de espécies de valor econômico utilizadas como matérias primas de processos industriais, favorecendo a implantação de empreendimentos agroindustriais, harmoniosamente integrados, e conseqüentemente, propiciando o enriquecimento das zonas rurais<sup>910</sup>.

Na obra, a maior parte de sua crítica deriva de uma percepção dos problemas resultantes da pecuária realizada de forma subsidiada pelo Estado na Amazônia. Para a Diretora de Recursos Naturais da Sudam,

embora ostentando visíveis sinais de um início de modernização, os estudos levados a efeito pela SUDAM, como embasamento técnico à elaboração do II P.D.A.,

---

<sup>907</sup> PANDOLFO, 1994, ref. 718, p. 05.

<sup>908</sup> *Id.*

<sup>909</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>910</sup> *Ibid.*, p. 35.

mostraram que o novel parque pecuário instalado ainda se ressentia de um insuficiente grau de tecnificação, tendendo para uma criação extensiva, face à abundância e ao baixo preço do fator Terra, gerando-se, com isso, uma séria preocupação quanto à possibilidade de comprometimento das atividades a mais longo prazo, na medida em que práticas rudimentares de formação e manejo das pastagens levem à destruição dos potenciais de fertilidade natural dos solos<sup>911</sup>.

A cientista não negava a importância da pecuária como uma atividade a ser realizada na Amazônia, compreendendo-a enquanto “atividade preferida pelos que se utilizam dos favores da política de incentivos fiscais, dada a grande disponibilidade de terras e os baixos preços da terra e da mão-de-obra”<sup>912</sup>, sendo um dos setores produtivos mais dinâmicos da economia regional no futuro. O que lhe preocupava, contudo, era a aposta intensa somente nessa atividade, por conta do programa de incentivos, o que acarretava um rebaixamento da importância de outras atividades, como o madeireiro-florestal e o mineralógico. Poucas áreas da “Hiléia” eram realmente propícias para a pecuária, em sua visão, pois “os solos recobertos pela vegetação típica [...] não se mostram favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, dada a rapidez com que decai o índice de capacidade de sustentação desses solos”<sup>913</sup>, degradados de forma rápida após a retirada da cobertura florestal. Por conter “características de fragilidade, devem esses solos ser reservados à exploração florestal sustentada e ao desenvolvimento de culturas tropicais permanentes”<sup>914</sup>.

Como proceder diante dessas questões? Pandolfo apostava na tecnificação como saída para uma construção sustentada da exploração amazônica para fins de desenvolvimento, mediante a criação de técnicas próprias e também da importação e construção conjunta dessas técnicas. A integração de conhecimentos era inerente a uma compreensão profunda da Amazônia e somente a partir desses elementos se poderia efetivar um *desenvolvimento econômico-ecológico*, que seria o contraponto ao desenvolvimento ditatorial, inserindo o debate ecológico no cálculo, sem desligar-se dos objetivos do desenvolvimento de forma geral. Esse argumento é retomado por diversas vezes ao longo de seus escritos, surgindo com mais clareza a cada nova publicação. Na obra *Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*, de 1994, a autora realiza um balanço de sua trajetória e apresenta como a Amazônia ainda não havia sido completamente revelada, demonstrando como a *luta pelo desenvolvimento* era uma constante para os inventores de Amazônias, ultrapassando o período ditatorial enquanto recorte cronológico.

---

<sup>911</sup> PANDOLFO, 1994, ref. 718, p. 38.

<sup>912</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>913</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>914</sup> *Id.*

Para sua atuação, baseava-se em um “nobre ideal de bem servir à Amazônia”, ideal que aprendeu com seus mestres Paul Le Cointe, quando foi estudante da Escola de Química do Pará, e Artur César Ferreira Reis, com quem trabalhou na antiga Spvea, conforme Pinto<sup>915</sup>. Nos anos 1990, o conceito de *desenvolvimento sustentável* estava amplamente divulgado e consolidado como fundamento de produção de sentidos nos mais variados campos da vida social e a Amazônia, na visão de Pandolfo, possuía um “valor estratégico”, pois “sua extraordinária biodiversidade, manifestada através de inumeráveis formas, vegetais e animais, constitui matéria-prima valiosa para o prosseguimento [das] pesquisas que estão na base do novo paradigma científica-tecnológico”<sup>916</sup>, representando a Amazônia uma “reserva de alto valor estratégico”<sup>917</sup>. Continuava a luta pelo desenvolvimento e a busca pela revelação amazônica, só que naquela década vigia o desenvolvimento sustentável enquanto orientador da vida e era por seu intermédio que a revelação amazônica deveria ser conduzida.

Revelar a Amazônia, para José Marcelino Monteiro da Costa, era cumprir a efetivação do planejamento do desenvolvimento a partir da utilização dos recursos naturais disponíveis e da tecnologia. Como apontamos em momentos anteriores, de acordo com Eduardo Costa<sup>918</sup>, a teoria da Janela de Oportunidades era uma presença marcante em sua interpretação do desenvolvimento, o que gerava uma narrativa constituída pela busca pelo aproveitamento dessas janelas de oportunidades na Amazônia. Seu debate concentrava-se na categoria de *desenvolvimento regional* e este era, sobretudo, *desenvolvimento econômico*.

Na obra *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, de 1979, Costa identificava um processo de “incorporação gradativa da economia regional à nacional – tímido, até há pouco tempo; acelerado, mais recentemente”<sup>919</sup>. Cabe destacar que a dimensão temporal, na narrativa dos quatro cientistas, é sempre futura e acelerada, pois não há mais tempo para alijar a Amazônia da corrida mundial pelo desenvolvimento. E nessa procura pela aceleração dos processos desenvolvimentistas ou mesmo sua efetiva implementação, percebe-se que havia mecanismos internos ao Brasil que atravancavam a inserção da Amazônia nos caminhos do desenvolvimento. Em diferentes momentos das décadas de 1970 e 1980, os cientistas apresentam compreensões que assinalam o já referido colonialismo interno como a raiz dos

---

<sup>915</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

<sup>916</sup> PANDOLFO, 1994, ref. 718, p. 16.

<sup>917</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>918</sup> COSTA, 2023, ref. 708.

<sup>919</sup> COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuição para o debate)* In COSTA, José Marcelino Monteiro da (Ed.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. p. 37.

variados males que assolam a Amazônia, sejam concernentes ao escape de recursos para o Centro-Sul, seja a pouca força decisória dos agentes amazônidas nas disputas pelos planos, programas e projetos de desenvolvimento.

A escrita de Costa é sempre propositiva, e assim assemelha-se à de Pandolfo, contudo, com suas particularidades. O “Velho Marcelino”, segundo Eduardo Costa, era um liberal e sua perspectiva era conservadora diante do debate ambiental vigente entre as décadas de 1970 e 1980. O debate ecológico, em diversos momentos, será motivo de controvérsia para ele, que criticava um ambientalismo preservacionista que considerava como alheio às reais necessidades amazônicas.

Sua preocupação estava situada em superar o subdesenvolvimento amazônico, portanto, o cientista aceitava essa definição e batalhava diante dela, configurando-se, assim, seu “inerente comprometimento com os problemas da Amazônia”<sup>920</sup>. Ressentia-se, ainda, do pouco conhecimento que havia a respeito da produção intelectual a respeito dos problemas amazônicos. Em sua visão, muito pouco se conhecia a respeito do “procedimento racional nos trópicos”<sup>921</sup>, sendo que “toda a produção científica, de natureza teórica ou empírica da economia espacial, parece ainda ser insuficiente para servir de respaldo a afirmativas de natureza positiva”<sup>922</sup>. Aqui está situada sua importante atuação como criador do NAEA, empenhado numa tarefa de prover à região especialistas nos problemas amazônicos, construindo uma visão própria do desenvolvimento amazônico.

Costa definia, em 1979, a Amazônia como “região nova, periferia em transição de neutra para ativa, região de fronteira”, com escassos “determinantes cruciais” para a “ampliação da capacidade produtiva, à exceção dos recursos naturais”<sup>923</sup>. Sob sua perspectiva, não havia dados sobre a região, e sem dados era quase impossível construir uma estratégia de superação do subdesenvolvimento. Além disso, outros elementos deveriam ser encarados: a dependência fundamental do processo de desenvolvimento regional “da tecnologia adotada no uso e aproveitamento dos recursos naturais, no período historicamente crucial da abertura e ocupação das regiões”<sup>924</sup>, a inviabilidade de “qualquer esquema autarcizante de crescimento (‘voltado para dentro’)”, e o condicionamento do “subsistema espacial do Norte [...] à sua

---

<sup>920</sup> COSTA, 1979, ref. 919, p. 38.

<sup>921</sup> *Id.*

<sup>922</sup> *Id.*

<sup>923</sup> *Id.*

<sup>924</sup> *Id.*

capacidade de integração no processo de acumulação nacional de capital, pelos canais óbvios da complementaridade econômica”<sup>925</sup>. O padrão amazônico, enfim, era formado por

- a) um padrão de ocupação e de organização espacial da sociedade amazônica, condicionado a esparsos e insignificantes aglomerados humanos, dispersos ao longo dos principais cursos d’água e seus respectivos tributários – à exceção dos seus mais representativos entrepostos comerciais e sedes administrativas, Manaus e Belém – limitando-se o vetor de penetração a poucos quilômetros das suas margens;
- b) a forma de apropriação do excedente econômico gerado, beneficiando o capital comercial;
- c) a escassa difusão de seu dinamismo para os outros setores produtivos; e
- d) a insignificância de um mercado regional interno que viabilizasse um surto de atividades econômicas a ele destinadas<sup>926</sup>.

Considerada pelo autor como uma “economia retardatária”, a Amazônia possuía muito entraves a serem suprimidos, no processo de superação do subdesenvolvimento. E é também Costa quem tecerá duras críticas ao colonialismo interno do Centro-Sul em direção à Amazônia, a partir de uma longa e elaborada construção de sentido partindo de uma economia histórica da região amazônica ao longo do tempo, presente na obra *Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*, publicada em 2004 por ocasião do aniversário de sessenta anos do Banco da Amazônia S. A., organizada por Armando Dias Mendes. José Marcelino Monteiro da Costa escreveu o capítulo *Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos da ação federal*.

A principal crítica do cientista no capítulo era ao escasseamento e não destinação dos recursos previstos para a execução de projetos de desenvolvimento no período da Nova República, especialmente criticando os aparatos legais vigentes. O teor do escrito é desenvolvimentista e nele podemos perceber que não havia uma oposição de Monteiro da Costa aos grandes projetos da Ditadura, aos quais remete ao longo de sua argumentação, acionando também enunciados ditatoriais e sua pertinência, como *ocupação, integração e crescimento econômico*. Seu olhar retrospectivo aponta que diversos resultados foram possíveis pela constituição de “instrumentos de intervenção econômico-espacial, abarcando a construção de importantes obras infra-estruturais (incentivos reais) e incentivos fiscais, monetários e cambiais” que terminaram por realizar a promoção do crescimento econômico regional, bem como “mudanças estruturais profundas” na Amazônia<sup>927</sup>.

---

<sup>925</sup> COSTA, 1979, ref. 919.

<sup>926</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>927</sup> COSTA, José Marcelino Monteiro da. *Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal*. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia – Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*. V. II. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. pp. 481-523. p. 481.

O escrito contém digressões do autor a momentos históricos considerados por ele como cruciais para a constituição do desenvolvimento amazônico contemporâneo, dividida em cronologia, avaliação, estratégias recentes (do início do séc. XX) e conclusões. Dividido em cinco itens, em cada um deles o autor apresenta ações de intervenção federal na Amazônia para fins de crescimento econômico e integração, que ao longo do tempo se transformam nos processos de construção do desenvolvimento. Para Marcelino da Costa, o marco inaugural da ação intervencionista federal na Amazônia foram os Acordo de Washington (1942-1947), inseridos na chamada Batalha da Borracha, que foi um “esforço de guerra” para promover o crescimento econômico brasileiro e que geraram apenas efeitos indiretos para a própria região. Nos anos 1940, em seu entendimento, a ação intervencionista federal agiu como “catalisador da reversão da longa estagnação que fustigava a economia regional”. Além disso,

no limiar do século XX, quando se observou o ocaso do ciclo gomífero, este já havia consolidado o padrão do tipo primaz de ocupação econômica e organização do espaço econômico funcional da sociedade amazônica, prevalecente até o início da década de 60, isto é, condicionado a esparsos e insignificantes aglomerados humanos, dispersos ao longo dos principais cursos d’água e seus respectivos tributários, limitando-se o vetor de penetração econômico-demográfica a poucos quilômetros das suas margens<sup>928</sup>.

Após esses momentos, são constituídas outras ações, como a criação da Spvea e Primeiro Plano Quinquenal, tendo como referência a Tennessee Valley Authority (TVA), “primeiro megaprojeto de valorização de bacias hidrográficas no mundo, implementado pelo Governo dos Estados Unidos, em 1933, durante a Grande Depressão, no bojo do New Deal”<sup>929</sup>. Posteriormente o autor aponta a execução do Plano de Metas (1956-1961) e a construção da Rodovia Belém-Brasília como “a primeira experiência de planejamento econômico, plena e efetivamente, posta em prática no Brasil”, composta por formulações complexas e “profundos impactos acarretados, nos médio e longo prazos, diretos ou indiretos” na estrutura econômica brasileira e na “organização funcional do espaço econômico brasileiro”<sup>930</sup>. Essas ações, conforme Monteiro da Costa, sacramentaram “a opção nacional pelo ‘modelo de desenvolvimento horizontal interiorano’, em substituição ao até então predominante ‘modelo de desenvolvimento vertical costeiro’”<sup>931</sup>.

---

<sup>928</sup> COSTA, 2004, ref. 927, p. 483.

<sup>929</sup> *Ibid.*, p. 489.

<sup>930</sup> *Ibid.*, p. 491.

<sup>931</sup> *Id.*

Adquire grande importância, no escrito, a construção da Rodovia Belém-Brasília, a BR-010, inaugurada em janeiro de 1960, como demarcador da quebra do isolamento do Norte em relação ao Sul. Segundo o cientista:

[a rodovia] quebrou o secular isolamento físico (exceto por via marítima: navegação de cabotagem ou de longo curso) em que se encontravam submetidas tanto as capitais paraenses e amazonense quanto, praticamente, a Amazônia como um todo, no que diz respeito ao resto do território nacional e ao mundo. A partir daí, instaurou-se o processo de gradual integração e incorporação efetiva do subsistema amazônico ao sistema econômico nacional, proporcionando à Região concomitantes custos e benefícios (no longo prazo, mais estes do que aqueles, contrariando a renitente opinião das cassandras)<sup>932</sup>.

Monteiro da Costa, como indicamos em momentos anteriores, possuía uma perspectiva preocupada em observar os “desvios” sociais, aquilo que precisaria ser modificado, tornado outra coisa, agora, mais adequada à construção de um novo país e uma nova região amazônica. Em seu olhar retrospectivo, indica uma visão positiva do processo construído, opondo-se à “cassandras” que, a nosso ver, eram aquelas pessoas que criticavam a construção desenvolvimentista e anunciavam a catástrofe.

Após o Plano de Metas e a construção da BR-010, o autor apresenta a Operação Amazônia, derivada do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), ocorrido entre 1964 e 1966. O programa, de “natureza indicativa”, convinha “ao ideário de uma economia de mercado”, formulando “uma política para debelar os condicionantes de bloqueio a um crescimento mais acelerado da economia”<sup>933</sup>, com o objetivo de derrubar a inflação. Naquele período, foram construídas três reformas – lei bancária de 1964, lei do mercado de capitais de 1965 e reforma tributária de 1967 –, além da criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. “Tendo como plano de fundo o PAEG”, afirma Monteiro da Costa, “a política de desenvolvimento para a Amazônia tomou novo alento”, gerando, entre 1966 e 1967, a “continuidade do processo de crescimento regional, embutida na reestruturação, atualização e ampliação da obsoleta parafernália institucional e legal que regulava os órgãos federais de fomento”<sup>934</sup>, reforma institucional denominada Operação Amazônia, que inaugurando um novo ciclo de intervenções federais na região, promovendo, para o autor, *efetiva ocupação, integração à economia nacional, crescimento econômico regional e prevalência da soberania nacional*, enunciados da Ditadura Militar que, agora, eram reproduzidos como efeitos na

---

<sup>932</sup> COSTA, 2004, ref. 927, p. 492.

<sup>933</sup> *Ibid.*, p. 493.

<sup>934</sup> *Id.*



realidade social<sup>935</sup>. Como desdobramentos da Operação Amazônia, indica o PIN, o Proterra, os I, II e III PND, o Polamazônia e os I, II e III PDA, este último, demarcando “o ocaso do planejamento regional na Amazônia, convertido, afinal de contas, em mero amontoado de diretrizes sem interdependências lógicas”<sup>936</sup>. A esse respeito, afirma que

no caso particular da Amazônia, o que, de fato, importou foi a implementação dos grandes projetos ou enclaves de exportação, mesmo quando travestidos de programas especiais integrados de desenvolvimento regional, haja vista arrogar-se, não obstante as suas limitações, a prerrogativa de mecanismos espaciais de transformação econômico-social<sup>937</sup>.

Para o período equivalente ao final da Ditadura Militar e início da Redemocratização, indica o autor que “*pode ser considerado como assinalado pela manifestação da integração truncada*”<sup>938</sup>, derivava “da violenta contração no ingresso líquido de capitais de risco, para continuar tocando os projetos de impacto na Região Norte” ou ainda “pela inapetência, histrionice, viés populista ou descaso e obnubilada visão dos sucessivos governos federais quanto à questão regional”<sup>939</sup>. Seu olhar sobre a Nova República era pessimista, comparando os momentos anteriores, esse sim, de uma efetiva integração nacional e desenvolvimento, já que “a ação estratégica do Estado, ainda necessária às regiões periféricas, foi, gradual e sistematicamente, sobrepujada pela iniciativa privada”<sup>940</sup> – este agente que, ao longo das décadas havia sido atraído, mediante várias vantagens, para a Amazônia e, no momento contemporâneo, era o principal agente de desenvolvimento na Região, recordemos. Os órgãos de promoção do desenvolvimento, por sua vez, no novo período, conforme o autor, “foram esvaziados, desatualizados e marginalizados”<sup>941</sup>.

O Programa Grande Carajás (1980-1990) aparece na narrativa de Marcelino da Costa como exemplificação das disputas entre Brasil e Amazônia concernentes aos interesses desenvolvimentistas nacionais e amazônidas, concebendo que “a implantação dos grandes projetos foi um retumbante sucesso para os exclusivos objetivos nacionais-setoriais”, já que

---

<sup>935</sup> Por exemplo, Monteiro da Costa identifica a integração nacional efetuada mediante a constituição de “diplomas legais”: Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que extinguiu a Spvea, criou a Sudam e dispôs sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; Lei nº 5.172, de 28 de setembro de 1966, que transformou o BCA em BASA S. A.; Lei nº 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispôs a respeito da concessão de incentivos fiscais favoráveis à Amazônia; Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e Decreto-Lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que tornaram a Zona Franca de Manaus uma área de livre comércio e incentivos fiscais especiais; e o Decreto-Lei nº 291, de 28 de fevereiro de 1967, que criou a Amazônia Ocidental e estabeleceu incentivos para a Faixa de Fronteiras.

<sup>936</sup> COSTA, 2004, ref. 927, p. 503.

<sup>937</sup> *Ibid.*, p. 504.

<sup>938</sup> *Ibid.*, p. 505 – grifos do autor.

<sup>939</sup> *Id.*

<sup>940</sup> *Id.*

<sup>941</sup> *Id.*

“os efeitos germinativos positivos dos projetos efetivamente implantados não se internalizaram, regionalmente”<sup>942</sup>. Custos econômicos e sociais elevados, erários estaduais dilapidados para complementação de infraestrutura e resolução de problemas políticos e sociais ocasionados pelos projetos, além de “ações federais de caráter compensatório volta e meia brandidas de forma monocórdica, negligente e apaziguadora”<sup>943</sup> sem uma efetiva aplicação na realidade, eram alguns dos principais resultados do ocaso da era dos grandes projetos, para o autor.

Em detrimento desta crítica à execução dos grandes projetos nas décadas de 1980 e 1990, Monteiro da Costa contrapunha-se a uma visão completamente negativa desse fenômeno, indicando que “sempre refutou a invectiva, costumeiramente alvo de demagogice difundida com veemente destaque na mídia, de considerar os grandes projetos como intrinsecamente perversos” para a Amazônia<sup>944</sup>, pois sua contestação se dava à forma como foram conduzidos, “demonstrando contumaz desprezo pelos interesses locais”<sup>945</sup>. Para ele, os projetos precisariam ter sido implementados “como efetivos programas integrados de desenvolvimento regional”<sup>946</sup>, já que

os grandes projetos lançaram as bases necessárias ao aprofundamento das integrações internacional e inter-regional, bem como, de uma possível integração intra-regional. Esta, no entanto, foi postergada pelo cancelamento das inversões exatamente destinadas à criação de condições suficientes para o avanço da integração endógena, verossimilmente em virtude da crise econômica que vem solapando a economia brasileira ao longo das duas décadas<sup>947</sup>.

O problema então, para José Marcelino Monteiro da Costa, não era a existência de um propósito desenvolvimentista consubstanciado nos grandes projetos, já que eles eram uma forma de obter a chamada integração nacional e regional, mas, sim, a forma de sua execução, sem considerar os interesses locais e as formas próprias de desenvolvimento.

Um dos grandes “problemas amazônicos” era a questão fundiária, ou os conflitos por terra. E sobre essa problemática se debruçou Roberto de Araújo Oliveira Santos ao longo de seus textos. Talvez por nossa familiaridade com a escrita histórica, a elaboração interpretativa de Roberto Santos, partindo de uma Economia Histórica ou História Econômica, foi facilmente compreendida. A leitura é fluida, especialmente pela proximidade com os termos e o aspecto temporal dos seus escritos, já que o autor busca interpretar a Amazônia em seus

---

<sup>942</sup> COSTA, 2004, ref. 927, p. 506.

<sup>943</sup> *Id.*

<sup>944</sup> *Id.*

<sup>945</sup> *Id.*

<sup>946</sup> *Ibid.*, p. 507.

<sup>947</sup> *Ibid.*, p. 511.

aspectos econômicos e sociais ao longo do tempo, tendo como base sua principal obra, intitulada *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, de 1980<sup>948</sup>.

A obra, fruto de sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo (USP) em 1977, é dividida em onze capítulos, cada qual apresentando um momento da história econômica amazônica, o que é finalizado com um importante balanço histórico a respeito do papel da Amazônia no processo de desenvolvimento industrial brasileiro, tecendo elogios e críticas às formas como o centro decisório de poder tem historicamente se relacionado com a região. Em todo o texto, é a questão fundiária que salta aos olhos, sendo considerada pelo cientista como central para entendermos os problemas basilares que assolam a Região Amazônica ao longo do transcurso temporal. Segundo Santos, seu interesse era “pela história do poder na região – do poder real, da origem e relações das elites entre si, dos nexos entre a produção econômica, o mando político e os modos ou condicionantes institucionais da distribuição do produto”<sup>949</sup>.

O intelectual se posicionava no campo científico enquanto economista e buscava superar o “caráter fragmentário ou episódico das informações de natureza quantitativa” a respeito da Amazônia, a fim de “contribuir para a superação de certos obstáculos que historiadores e economistas têm encontrado no estudo daquele período da vida regional e que dificultam a correta interpretação dos movimentos da economia amazônica”<sup>950</sup>. Além de superar o referido caráter das informações quantitativas sobre a Amazônia, identificava o problema da “natureza impressionista” de parte das informações qualitativas que, junto aos obstáculos do “pressuposto da moeda de valor estável” e da “absolutização do crescimento econômico” que não era “sopesado pelo número de agentes envolvidos”, precisavam ser superados para que se construísse uma visão histórica a respeito da Amazônia<sup>951</sup>.

O objetivo de seu livro, que também é encontrado em outros artigos e capítulos, era:

- a) determinar como a economia amazônica emerge no princípio do século XIX e com que perspectivas; que fatores presidiram à estruturação da economia gomífera, esclarecendo mecanismos que a puseram em marcha, assim como os principais resultados decorrentes, e, ainda, como o sistema econômico no seu todo foi afetado por essas mudanças; b) estabelecer qual o significado do crescimento regional da Amazônia para a economia regional da época<sup>952</sup>.

---

<sup>948</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TAQ, 1980.

<sup>949</sup> *Ibid.*, p. 1.

<sup>950</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>951</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>952</sup> *Ibid.*, p. 5.

Na escrita de Roberto Santos, a revelação da Amazônia se dava pela compreensão de sua história, seus traços mais longevos referentes às formas econômicas que ainda vigoravam no presente do cientista. Ele buscava entender “até que ponto o crescimento da Amazônia, induzido sobretudo pela borracha, terá sido próprio ou predominantemente exógeno”, percebendo, mediante a pesquisa, que

um volumoso refluxo da renda ocorria por ocasião de cada safra de borracha, de modo que parte dos frutos do crescimento era largamente transferida a outros países e a outras regiões do Brasil, impedindo a região de incorporá-los a um processo firme de progresso técnico e reestruturação econômica<sup>953</sup>.

O cientista percebia, através de sua pesquisa, a existência do já referido colonialismo interno, para ele, de duração longa, pois não delimitado temporalmente por seu tempo contemporâneo. Faz, portanto, um retorno às origens do processo e busca elaborar os elementos de identificação do problema, bem como propor a sua superação.

Para Santos, em se tratando do crescimento que a Amazônia proporcionou ao Brasil ao longo do tempo, havia duas posições: a ufanista e a radical-pessimista. A primeira era construída pelos que “valorizam a era da borracha pelo que proporcionou ao norte do país em termos de povoamento, ocupação territorial, ampliação da área física nacional, vivência cultural e artística ao contato europeu”, sendo uma “proposição vulgar, de inspiração paroquialista e ingênua”<sup>954</sup>. A segunda era formada pelas pessoas que “se recusam a atribuir maior significado à economia gomífera e negam ou tendem a negar a contribuição da Amazônia ao desenvolvimento do país”, neste grupo inserindo autores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado<sup>955</sup>.

A respeito de Furtado, sobre cuja interpretação o autor mais se detém ao final de sua obra, Santos afirma que é menos explícito em relação ao desprezo à contribuição da economia gomífera amazônica para o desenvolvimento brasileiro, falando sobre a Amazônia como “problema a ser enfrentado em conjunto”, estando “fora do alcance de qualquer economia de nossos dias”, possuindo o Brasil recursos apenas “para que a região não se despoeve ainda mais”<sup>956</sup>, persistindo, desse modo, no argumento furtadiano, o imaginário do vazio demográfico e o signo da falta. Conforme o que depreende desse pensamento, afirma Santos que, para Furtado, “a Amazônia, pois, deve encarar-se estritamente como uma espécie de área

---

<sup>953</sup> SANTOS, 1980, ref. 948.

<sup>954</sup> *Ibid.*, p. 283.

<sup>955</sup> *Ibid.*, p. 283.

<sup>956</sup> *Ibid.*, p. 284.

de reserva do verdadeiro Brasil”<sup>957</sup>. A imigração nordestina para a Amazônia, como estratégia de superação do problema do vazio propugnada pela Ditadura Militar, “consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra”<sup>958</sup>.

Contraopondo-se a ambas posições, o cientista constrói seu próprio posicionamento, identificado por ele como nem tão radical no pessimismo e completamente não ufanista-regionalista, especialmente sem compromisso algum com “o preconceito ou ideia de uma Amazônia-área-de-reserva”<sup>959</sup>, alinhando-se, desse modo, aos argumentos de Mendes e Pandolfo a fim de identificar as potencialidades amazônicas e o problema do colonialismo interno do Brasil para a Amazônia como configuração básica da constituição do desenvolvimento amazônida. Sua estratégia é a de demonstrar como o processo de industrialização do Brasil dependeu “largamente dos saldos líquidos de divisas que a Amazônia gerou e transferiu ao sul do Brasil”<sup>960</sup>.

Dois surtos são identificados por Santos, a saber, o da primeira década da República e o de 1903-1913, nos quais as divisas criadas pelas exportações amazônicas foram úteis ou mesmo indispensáveis para a industrialização brasileira. Nesse sentido,

A participação da borracha no conjunto das exportações brasileiras começou a tornar-se importante precisamente no início do primeiro surto, e assim prosseguiria até o fim do segundo, no período de antes da guerra. Era de 10% em 1890, passou a 20% em 1900, e em 1910 chegara ao dobro, 40%, rivalizando com o café. Durante os anos de 1898 a 1908, quando as exportações do café sofreram contração no valor total, foi a borracha amazônica que compensou em boa parte o declínio. [...] A forte presunção de que as exportações de borracha financiaram parte das aquisições de bens de capital ao exterior se baseia em que o comércio externo da Amazônia foi invariavelmente superavitário entre 1901 e 1915 [...] e é possível mostrar que os saldos do comércio amazônico com o resto do mundo representaram parcela substancial do *superavit* brasileiro no período. A contribuição *líquida* da Amazônia para a receita nacional de divisas, já descontadas as disponibilidades cambiais utilizadas na própria região, foi de 34% do saldo do balanço comercial brasileiro em 1901, 92% em 1908 e 97% em 1912<sup>961</sup>.

Diante dessa análise, questiona o autor em que medida a Amazônia se beneficiou do processo de crescimento ocorrido na região, apresentando dados a respeito do crescimento da renda interna, da renda intrarregional, da aquisição de infraestruturas e, especialmente, o que

---

<sup>957</sup> SANTOS, 1980, ref. 948.

<sup>958</sup> *Id.*

<sup>959</sup> *Ibid.*, p. 285.

<sup>960</sup> *Id.*

<sup>961</sup> *Ibid.*, p. 291.

ele denomina como “custo social e custo humano”. Nos deteremos sobre esse último aspecto com mais vagar<sup>962</sup>.

Em primeiro lugar, era o seringueiro que sofria com o processo. Para Santos, a concentração de riqueza o submetia a um tríplice grau de espoliação, “cujo trabalho e sacrifícios tinham que criar uma base de negócio suficiente para satisfazer a ganância externa, a brasileira extra-regional e a intra-regional dos ‘aviadores’, inclusive seringalistas”<sup>963</sup>.

E antes das populações caboclas, nos termos do autor, era aos povos indígenas que foram infligidas variadas violências, construindo uma situação complexa de desgaste das vidas da população local, inclusive dos trabalhadores imigrantes. Tais pessoas obtinham sua renda por meio de “um elevado custo social e humano, mal distribuída, num regime predatório de força de trabalho”<sup>964</sup>, sendo considerado pelo intelectual Djalma Batista<sup>965</sup> o *nosso capítulo de grandeza e de miséria*.

Santos também lança um aviso concernente ao cuidado que deve ser dispensado às dicotomias e imagens duradouras sobre a região, tão fortemente aplicadas ao longo da história amazônica. Para ele,

afigura-se extremamente simplória a noção de que ‘a Amazônia’ explorou ‘os imigrantes’, como se ela fosse um ente distinto das massas que a compunham, dotado de um poder sinistro e pronta a engodar o imigrante. Em verdade, a Amazônia era suas massas, às quais o imigrante se incorporou e assimilou. Que houvesse um grupo reduzido de dominadores e um vasto grupo de dominados, eis um fenômeno não peculiar à região e que nada teve a ver, em princípio, com o lugar de nascimento dos indivíduos<sup>966</sup>.

Para Roberto Santos, o sentido da história amazônica era o de uma ausência, pois ligada aos representantes políticos e econômicos que, historicamente, não faziam jus aos seus postos, possuindo pouca ou nenhuma habilidade de deliberação e luta nos espaços de poder e, conseqüentemente, construção de consenso. O representante político e o empresário local eram pessoas sem muito tato diante das grandes questões: “o empresário local típico era

---

<sup>962</sup> As informações sobre os aspectos anteriores, atreladas a cálculos econômicos densos, estão descritas entre as páginas 298 e 307 de sua obra *História Econômica da Amazônia (1800-1920)* (ref. 948).

<sup>963</sup> SANTOS, 1980, ref. 948, p. 307.

<sup>964</sup> *Ibid.*, p. 308.

<sup>965</sup> Djalma da Cunha Batista (1916-1979) foi médico e escritor, nascido em Tracauá-AC, que liderou pesquisas a respeito da Amazônia. Presidiu a Academia Amazonense de Letras, foi vice-presidente do Conselho Estadual de Cultura entre 1968-1972 e diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), entre 1959 e 1968. Suas principais obras são *O Complexo da Amazônia* (1976), *Paludismo na Amazônia* (1946) e *Da Habitabilidade da Amazônia* (1963) (MAFRA, Edilene. Djalma Batista e o desbravamento em Saúde na Amazônia. *Portal Edilene Mafra – tudo sobre cultura amazônica*. 2021. Disponível em: <https://edilenemafra.com/me/djalma-batista-e-o-desbravamento-em-saude-na-amazonia/>. Acesso em: 04 nov. 2023).

<sup>966</sup> SANTOS, 1980, *loc. cit.*, p. 308.

homem de poucas luzes, destreinado nos contatos com a economia mundial e os progressos da técnica”<sup>967</sup> e os representantes políticos, encarnados enquanto Poder Público, “não tinham o dom de atuar independentemente dos condicionamentos sociais de pensar e agir”<sup>968</sup>, pois

mesmo quando trouxeram ao país notáveis contribuições de seriedade administrativa, ideário abolicionista, espírito democrático, erudição financeira, invenção médico-farmacêutica, arquitetura, cultura jurídica ou feitos militares, eles eram limitados pelo contexto histórico em que viviam e não podiam de um golpe superar sua própria educação e visionar um mundo totalmente novo”<sup>969</sup>.

Revelar a Amazônia consistia também em revelar seus profundos problemas a serem resolvidos. Ao longo do tempo, essa estratégia persistiu, pois aparentemente a complexidade amazônica nunca foi completamente revelada, nem tampouco vislumbrada pelos agentes do poder. Nos escritos das décadas de 1980 e 1990 ressalta um certo pessimismo diante do protagonismo amazônica no campo das disputas pelo desenvolvimento. A tarefa de revelar as potencialidades amazônicas não se conclui, mesmo com a grande persistência dos inventores.

#### 4.2.2 Povoar o Desenvolvimento

A categoria *desenvolvimento*, dessa forma, passou por um povoamento de sentidos<sup>970</sup>. O que era desenvolver, para os cientistas? Conforme Lúcio Flávio Pinto<sup>971</sup>, Mendes, Pandolfo, Costa e Santos entendiam o desenvolvimento conforme os agentes da Ditadura o interpretavam: desenvolvimento econômico, no sentido de que a Amazônia, estagnada enquanto região-problema, deveria ser transformada mediante a constituição de projetos agrícolas, industriais, infraestruturais. Em suma, pelo *grande projeto* ocorreria a construção de uma Amazônia desenvolvida.

Apesar de autores como Mendes e Santos afirmarem que o espaço não era vazio, inclusive argumentando de forma veemente contra a representação antiga do vazio demográfico amazônico, suas interpretações convergiam com a visão geral do regime autoritário, pois era preciso transformar, *inventar* a Amazônia, inseri-la nos caminhos do novo século. E o século XXI, que se avizinhava, seria o século do desenvolvimento, tendo como sinônimos a tecnologia e a riqueza, todos signos alinhados à superação do

<sup>967</sup> SANTOS, 1980, ref. 948, p. 304.

<sup>968</sup> *Ibid.*, p. 304.

<sup>969</sup> *Ibid.*, p. 306.

<sup>970</sup> Essa expressão remete à análise de Manuela Carneiro da Cunha e Mauro B. Almeida a respeito do processo de constituição da categoria povos e comunidades tradicionais. Nos apropriamos dessa elaboração para tentar entender como uma categoria externa – *desenvolvimento* – foi preenchida pelas categorias locais de sentido (Cf. CUNHA; ALMEIDA, 2009, ref. 332).

<sup>971</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

subdesenvolvimento – objeto central da disputa narrativa de Monteiro da Costa – e à revelação das potencialidades amazônicas – objetivo crucial para Pandolfo.

Não havia uma compreensão do espaço amazônico enquanto povoado por diferentes grupos sociais, especialmente povos indígenas, comunidades negras – posteriormente classificadas como quilombolas –, nem ribeirinhos ou camponeses. A Amazônia possuía *recursos* para a construção do desenvolvimento, mas nenhum deles envolvia inserir as populações alvo dos grandes projetos como protagonistas desse processo. De forma geral, os protagonistas estavam nos espaços de construção do saber acadêmico e científico, nas instituições de construção do desenvolvimento, nos espaços decisórios do poder político e empresarial, mas não no campo, na floresta, na beira dos rios, enfim, nos espaços amazônicos. Aí estava o limite da construção do desenvolvimento amazônico: para os cientistas, em diferentes elaborações intelectuais, era preciso construir um desenvolvimento a partir dos interesses dos sujeitos amazônicos, mas essa definição possuía restrições, já que não incluía as pessoas que, na classificação social vigente, eram entendidos como *cidadãos de quarta ou quinta categoria*<sup>972</sup>. A título de exemplo, no texto retrospectivo de 2004, José Marcelino Monteiro da Costa criticava o que chamava de uma “tentativa, enigmática e esdrúxula, de outorga de soberania à chamada ‘nação ianomâmi’”<sup>973</sup>.

Notamos, por exemplo, que nas descrições geográficas do espaço amazônico não há menções a territórios habitados por indígenas – e aqui cabe uma observação: o debate a respeito da proteção ambiental que, em algum momento, resvalaria na proteção dos povos indígenas, não era inexistente entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, período ditatorial brasileiro. Os limites impostos pelo regime autoritário, como bem sabemos, não permitiam que pessoas como os quatro cientistas aqui estudados, elaborassem críticas ao regime sem que isso levasse a retaliações, o que amplia nossa compreensão a respeito da ausência desses elementos de crítica nos escritos dos cientistas.

Contudo, o debate existia mundialmente e nacionalmente, como apresentamos em momentos anteriores. Clara Pandolfo, por exemplo, foi uma pessoa que elaborava sentidos baseada numa interpretação da Ecologia e demonstrava sua compreensão do debate ambiental existente, especialmente as querelas entre preservacionistas e conservacionistas que surgem com maior força na década de 1970<sup>974</sup>. Lembremos que, conforme Sant’Ana Júnior, a

---

<sup>972</sup> Explicaremos com mais vagar essa classificação adiante no texto.

<sup>973</sup> COSTA, 2004, ref. 927, p. 507.

<sup>974</sup> Para um olhar geral a respeito, ver ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Trad.: Maurício Waldman. São Paulo: Editora Contexto, 2011.



Ditadura embargou o debate ambiental no Brasil por muito tempo, aliada à perspectiva de conquista do desenvolvimento mediante processos que estavam sendo recusados no mundo dito desenvolvido<sup>975</sup>.

É nos textos de Roberto Santos, como temos dito, que encontramos uma única menção à Ditadura Militar enquanto “regime autoritário” e uma análise dos problemas amazônicos relacionando-os aos conflitos fundiários, o que nos habilita a entender o teor de seus escritos. Havia uma crítica à falta de protagonismo dos sujeitos amazônidas na condução de seu processo de desenvolvimento, mas não uma elaboração a respeito de quem seriam esses sujeitos, o que, ao longo dos escritos, nos é esclarecido pela ausência de menções às populações-alvo da transformação desenvolvimentista. A ausência de indígenas, ribeirinhos, camponeses, extrativistas nos fala pelo silenciamento: não eram essas as pessoas que deveriam decidir o tipo de desenvolvimento da Amazônia, mas sim, aqueles agentes inseridos na categoria de *recursos humanos de mais alto nível*, já que, durante a Ditadura Militar, imperava uma concepção de que era pelos tecnocratas que seriam construídos os processos de desenvolvimento<sup>976</sup>.

Para Roberto Santos, “o problema do desenvolvimento da Amazônia estava estruturalmente ligado ao problema brasileiro desde 1823, e o país tinha suas próprias prioridades políticas”<sup>977</sup>, ainda que estivessem nos espaços decisórios do poder diversos representantes políticos amazônidas. Era, em suma, o desenvolvimento nacional, e não amazônico, que estava na ordem do dia durante a Ditadura Militar – e, segundo o cientista, essa lógica era contínua, renovando-se a cada novo momento histórico.

Se fosse possível implementar o desenvolvimento na Amazônia, deveria ser um *desenvolvimento econômico-social*, um “processo autógeno, supondo um mínimo de circulação e apropriação de conhecimentos”<sup>978</sup>. A esse respeito, apontava que havia uma indiferenciação na população ou massa rural, seguindo os seus termos, tendo como único fundo comum a sua força de trabalho, ou seja, tal população não conseguia internalizar os avanços técnicos e econômicos vigentes no período, o que impedia sua condução de um processo próprio de desenvolvimento. É como se houvesse um desencaixe entre os fenômenos realmente existentes e ligados à fixação do desenvolvimento na Amazônia e, localmente, no Pará, e a participação da população nesses processos. Não havia, portanto, uma contribuição

---

<sup>975</sup> SANT’ANA JÚNIOR, 2023, ref. 742.

<sup>976</sup> Cf. PINTO, 2021, ref. 701.

<sup>977</sup> SANTOS, 1980, ref. 948, p. 306.

<sup>978</sup> SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense. In: COSTA, 1979, ref. 919, p. 135

real dos modernos empreendimentos na vida dessas pessoas, já que “tais empreendimentos se comportam como ilhas ou enclaves, face à ausência de difusão dos próprios efeitos sobre parcela importante da massa”<sup>979</sup>.

Diante dos empreendimentos, que o autor dividia entre modernos e tradicionais<sup>980</sup>, a população trabalhadora continuava uma “massa indefinida, instável, em permanente oferta”, sendo que boa parte deles estaria de fora do “potencial arregimentável”<sup>981</sup> pelos empreendimentos. A regra, portanto, seria a da incerteza, já que tais grupos de trabalhadores, inadequados às demandas modernas e tradicionais do desenvolvimento, não se encaixavam no processo em curso. Muitos eram parte de um grupo “bastante móvel, sem garantia de permanência no emprego, sujeito aos riscos das safras e ao acaso das oportunidades”<sup>982</sup>. A instabilidade, conseqüentemente, gerava disputas em torno da terra, conformando “as disputas em torno da propriedade, as grilagens, as compras forçadas e a expulsão física” como “parte da nova história do mundo rural paraense”<sup>983</sup>.

Segundo o cientista, restavam somente “alternativas extremamente reduzidas” para o “trabalhador rural típico”:

Se deseja engajar-se como assalariado, o regime é incerto, instável, e a remuneração insuficiente; se procura autonomia, trabalhando em sua própria terra ou posse, vê-se ameaçado de perder essa garantia mínima. Finalmente, a alternativa do “aviamento” só resulta em retê-lo numa estrutura arcaica e regressiva<sup>984</sup>.

Mediante estes aspectos, identificava o autor que a construção do desenvolvimento no Pará durante a Ditadura Militar se dava por meio de complexas contradições. Tendo sido elevada a taxa de ocupação da terra no Pará desde finais dos anos 1950, o modelo típico de ocupação era mediante a propriedade privada, que vinha sendo contemplada por uma preferência aos grandes domínios, “exprimindo-se em ascensão inequívoca do índice de concentração agrária nos últimos anos”<sup>985</sup>. Para tanto, concorreu a ação do Governo Estadual entre 1958 e 1963, produzindo o aumento da concentração de terras, que recebia um adicional pela ação hesitante do Governo Federal, caracterizada por uma “duplicidade de orientação”,

---

<sup>979</sup> SANTOS, 1979b, ref. 978.

<sup>980</sup> Os modernos eram a “grande empresa agropecuária ou madeireira beneficiária de incentivos fiscais da União, empresa agropecuária, menor que a anterior, não beneficiária de incentivos, e empresa de construção rodoviária”, e os tradicionais eram “o comerciante ou outro ‘aviador’ tradicional, inclusive o ‘geleiro’, e a unidade extrativista tradicional” (*Id.*).

<sup>981</sup> *Ibid.*, p. 137.

<sup>982</sup> *Ibid.*, p. 138.

<sup>983</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>984</sup> *Ibid.*, p. 139.

<sup>985</sup> *Id.*

levando a “se aproveitarem alguns grupos de grandes proprietários e especuladores para estender seu domínio imobiliário”<sup>986</sup>.

Essas medidas, segundo Santos, “originam aguda insegurança institucional para certos contingentes de pequenos posseiros, moradores tradicionais do interior, imigrantes de baixa renda e suas famílias”<sup>987</sup>. Além disso, vigia um formalismo jurídico que se encontrava apartado da “ética da posse e dos princípios naturais de veracidade”, processando, assim, uma crítica à própria forma como a burocracia estatal conduzia os processos, criando “ilusões e graves erros de interpretação” a partir de uma “concepção tradicionalista e formal do direito de propriedade”<sup>988</sup>. A saber, “em consequência disso [...], em boa parte dos casos, a figura de famílias que precisam de um mínimo de terra se confunde com o conceito pejorativo de ‘invasor’, e seu trabalho e benfeitorias na terra passam a ser encarados como atos de delinquência e má fé”<sup>989</sup>.

Os espaços decisórios nacionais e regionais não eram ocupados pelas chamadas populações locais, e muito menos tais grupos faziam parte da tecnocracia. É sintomático que em poucos momentos os cientistas falam de conflitos que estavam ocorrendo durante toda a Ditadura Militar. Havia uma guerra na Amazônia, no campo e na cidade, mas a disputa onde os cientistas se inseriam era a disputa pelo desenvolvimento, o que indica que as situações eram compreendidas como dissociadas. Contudo, nossa tese consiste também em entender essas disputas como componentes de um mesmo processo. A luta pelo desenvolvimento fomentava os conflitos e os envolvia pois, no âmago dos fenômenos, o autoritarismo do Regime permitia a construção do desenvolvimento.

E mesmo as construções interpretativas dos cientistas pertencentes à tecnocracia regional não eram consideradas enquanto válidas pelos agentes da Ditadura Militar. Em 1979, avizinhava-se o momento em que o Regime enfim sucumbiria, e uma série de protestos contra as violações dos direitos humanos se tornava cada vez mais visível. O Estado autoritário passou a buscar forma de contornar a crise generalizada, adequando-se às discussões que aconteciam internacionalmente como, por exemplo, o denominado debate ambiental. As instituições de construção e/ou crítica ao desenvolvimento passaram a ser chamadas para contribuir na formulação das diretrizes para implementação do desenvolvimento, constituindo-se uma legitimidade social a órgãos como o NAEA e seus pesquisadores.

---

<sup>986</sup> SANTOS, 1979b, ref. 978, p. 140.

<sup>987</sup> *Id.*

<sup>988</sup> *Id.*

<sup>989</sup> *Id.*

Em 1979 foi criado um grupo interministerial para elaborar medidas de reformulação da política florestal brasileira, tendo como foco a Amazônia. No Pará, pesquisadores do NAEA forneceram subsídios para o anteprojeto de lei produzido pelo grupo interministerial e Roberto Araújo de Oliveira Santos elaborou uma palestra, depois publicada com o título *A política florestal para a Amazônia e o projeto interministerial*<sup>990</sup>, que apresentava considerações sobre as formas de exploração da Floresta Amazônica, bem como a condução do desenvolvimento.

Segundo Santos, os pesquisadores do NAEA construíram quatro teses básicas para subsidiar o anteprojeto:

1ª Toda exploração de recursos naturais da Amazônia deve estar subordinada aos interesses ecológicos e às aptidões das diferentes zonas que compõem o complexo regional. É a tese do *zoneamento*;

2ª A extração, o transporte e o comércio de madeiras brutas devem ser entregues a um organismo estatal que, em regime de monopólio e guiado por critérios conservacionistas, realize a exploração racional da floresta e execute os programas de reflorestamento. É a tese do *monopólio estatal*;

3ª Deve ser sustada toda transferência de terras públicas para o patrimônio particular na Amazônia, instituindo-se imediatamente o sistema de arrendamento social das terras devolutas da região – para o que se promoverá a modificação do Estatuto da Terra (tese do *arrendamento social*);

4ª Em toda medida de política florestal ou fundiária na Amazônia deve predominar o princípio do respeito intransigente aos direitos dos indígenas, pequenos lavradores e posseiros. É a tese do *respeito à posse do pequeno*<sup>991</sup>.

A tese do zoneamento, conforme o cientista, havia sido amplamente aceita pelo Governo, caracterizando-se a proposta de um zoneamento econômico-ecológico da Amazônia para fins de desenvolvimento, a partir da atuação dos técnicos da Sudam. O problema consistia, contudo, na falta de acordo quanto a quais os tipos de atividades para cada zona, gerando embates principalmente em torno da atividade pecuária. O argumento de Clara Martins Pandolfo, por sua vez, é visível no documento escrito por Santos, apontando a destinação da pecuária para solos de cerrados, cerradões e campos naturais, das culturas temporárias para terras de várzea e manchas férteis dos solos de terra firme e das culturas permanentes para áreas menos férteis da terra firme, o que demonstra um diálogo entre os

---

<sup>990</sup> SANTOS, 1979a, ref. 905.

<sup>991</sup> *Ibid.*, p. 24.

cientistas das instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento, bem como a divulgação de suas ideias entre a comunidade científica paraense<sup>992</sup>.

Contudo, queixava-se Roberto Santos que havia grande relutância do governo em implementar uma reforma no Código Florestal brasileiro, e também porque a tese do monopólio estatal da exploração madeireira não havia sido aceita, já que melindrava sentimentos ligados aos acordos entre Estado e empresa privada na exploração da floresta e na condução do desenvolvimento. Lúcio Flávio Pinto afirma que durante a Ditadura Militar, a Amazônia foi completamente entregue à chamada iniciativa privada, e isso gerou a continuidade dos conflitos no campo, ampliando a violência<sup>993</sup>. No período de escrita do documento, Santos relatava que ao longo de vinte anos se experimentava o problema “das relações entre planejamento governamental e sistema privado de poder”<sup>994</sup>. Nesse sentido,

[...] na Amazônia é [...] o sistema privado de poder [que] tem conseguido, ao longo desses anos, quase sempre e de maneira muito importante, redirecionar o planejamento governamental em seu próprio benefício, ou evitando a aplicação dos planos governamentais, ou de alguma forma modificando-os na prática, de maneira a atender interesses particulares de grupos ou classes<sup>995</sup>.

Roberto Santos observava, no final dos anos 1970, o risco que corria a Amazônia, nela inclusa sua população, diante da possibilidade de uma larga procura por madeiras pelos países desenvolvidos que haviam esgotado suas reservas. Para ele, poderia se reproduzir algo semelhante a uma corrida pelo ouro, o que geraria “grande mobilização de mão-de-obra para nossa região, que cairia furiosamente sobre a floresta, sob o comando da empresa privada”<sup>996</sup>. A experiência histórica do autor, bem como sua análise da histórica econômica da Amazônia, o habilitavam a elaborar uma advertência, inclusive demonstrando sua insatisfação com a forma com que os agentes da Ditadura vinham conduzindo o processo desenvolvimentista na região: não havia diálogo com os representantes locais da tecnocracia e da própria intelectualidade, ainda que fossem chamados a contribuir na construção da legislação, dos planos e projetos de desenvolvimento. Suas recomendações eram parcialmente aceitas, ou nem eram vislumbradas, o que se apresenta, para nós, como mais um dos aspectos do desenvolvimento no período. O diálogo não era possível porque não havia o entendimento de

---

<sup>992</sup> Em outro momento no mesmo texto, o autor apresenta outro dado do diálogo entre os cientistas, remetendo à tese da Sudam, elaborada por Clara Pandolfo, segundo a qual “dentro de 25 ou 30 anos ter-se-á esgotado o potencial de produção madeireira das grandes florestas tropicais, exceto a amazônica, tornando-se esta a fonte mais importante de madeiras comerciais para mercados internacionais” (SANTOS, 1979a, ref. 905).

<sup>993</sup> PINTO, 2023, ref. 712.

<sup>994</sup> SANTOS, 1979a, ref. 905, p. 25.

<sup>995</sup> *Id.*

<sup>996</sup> *Ibid.*, p. 29.

que os cientistas amazônidas estavam à altura da tecnocracia da Ditadura, ao ponto de serem escutados em suas elaborações de sentido. A ciência amazônida não estava à altura da ciência desenvolvida – e isso é um sintoma do colonialismo interno.

Roberto Santos falava da necessária consciência ambiental e ecológica a ser estabelecida diante dos desafios do desenvolvimento. Para ele, a tese do monopólio estatal da extração e transporte da madeira era uma proposta válida, elaborada pelo NAEA, e que precisava ser incorporada na ação desenvolvimentista ditatorial. Reconhecia, por outro lado, não ser esta uma solução ideal – e aqui sua crítica se aprofunda, concernente à uma compreensão de que o ideal seria não explorar a floresta:

*[...] na Amazônia, não temos o direito de reproduzir em relação a um recurso renovável a imprevidência estúpida da sociedade industrial em relação ao petróleo. A nossa ideia de um monopólio estatal da madeira repousa, pois, na preocupação de não permitir grandes ritmos de extração, antes que tenhamos estabelecido, fisicamente, um sistema experiente e consolidado de exploração<sup>997</sup>.*

Além disso, Roberto Santos é um dos poucos cientistas analisados nesta tese que apresenta propostas e preocupação em relação às chamadas populações locais, entendidas como alvo do processo desenvolvimentista. Não encontramos menção alguma nos textos de Clara Pandolfo e José Marcelino Monteiro da Costa a povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e outros agentes e, na escrita de Armando Dias Mendes, ultrapassadas as barreiras da linguagem rebuscada, em diversos momentos se apresenta “o natural” como aquela pessoa que existe, mas que precisa ser inserida na senda do progresso por meio do desenvolvimento. Nos escritos de Mendes há um olhar condescendente em relação a esses grupos e guiado pelo signo da falta e da necessidade de superar o atraso, exemplificado em suas vivências ainda tradicionais, portanto, arcaicas.

Para Santos, compreendemos, tais pessoas eram visíveis porque em sua trajetória profissional, o cientista lidou diretamente com a questão das disputas fundiárias, entendendo a desigualdade inerente a esses conflitos. Ainda sobre o monopólio estatal da exploração madeireira e seu transporte, afirma o cientista:

Estamos seguros de que o monopólio não resolveria todo o problema florestal regional, porque este envolve um problema humano, e o princípio a considerar é a sorte das populações residentes aqui na região amazônica – os índios, os posseiros, os lavradores, os pequenos criadores, os mateiros e assim por diante. Mesmo sob o aspecto ecológico, se nós pudéssemos encarar-lo isolado do aspecto econômico-social, não seria bem resolvido o problema da exploração florestal, ainda que em regime de monopólio, porque a migração forçada [...] seria impelida para o interior

---

<sup>997</sup> SANTOS, 1979a, ref. 905, p. 29 – grifos do autor.

da floresta, dilatando-se a fronteira agrícola, através do uso da mata, por toda a região<sup>998</sup>.

Para ele, o arrendamento social das terras devolutas da Amazônia seria um modo de atender as necessidades de posseiros e lavradores, complementada pelo monopólio estatal da exploração madeireira. Buscava, dessa maneira, evitar a venda desenfreada de terras públicas a agentes particulares, como vinha acontecendo na Amazônia e, conseqüentemente, sendo causa para a persistência dos conflitos fundiários. A instituição de um aluguel progressivo da terra devoluta e com limite de área total seria crucial para inibir a concentração de muitas terras nas mãos de poucos proprietários<sup>999</sup>. Buscava, com isso, desestimular o latifúndio, fazendo “descer o nível das tensões sociais na região”<sup>1000</sup>.

Por que as teses do NAEA não eram aceitas? Roberto Santos afirmava que

o zoneamento, o monopólio, o arrendamento social e o respeito à posse dos pequenos [...] não pretendem constituir uma solução tecnocrática, gerada apenas nos gabinetes dos pesquisadores do NAEA, ou da SUDAM ou de outro organismo que cuide da matéria, mas se propõem a ser sugestões sujeitas a audiência popular e democrática. *Porque as soluções tecnocráticas em relação à Amazônia não se têm mostrado de acordo com os interesses autóctones, os interesses verdadeiros das populações residentes aqui na região*<sup>1001</sup>.

Nesse sentido, o desenvolvimento precisava ser organizado conforme os interesses da populações locais amazônidas, que historicamente vinham sendo alijadas dos processos decisórios quanto aos seus próprios destinos.

Durante a Ditadura Militar, nas décadas de 1960 e 1970 imperava um significado geral para desenvolvimento, associado à sua faceta econômica. Desenvolvimento, nessas décadas, adquire o sentido de melhoramento das realidades, de construção de novas situações que promoverão a passagem de um estágio inferior de sociedades para um estágio superior. O desenvolvimento econômico, portanto, é a categoria geral e empregada. Porém, da segunda metade dos anos 1970 à década de 1980, passou a vigorar o desenvolvimento sustentável como categoria desejável, e então foram incorporadas as chamadas discussões ecológicas no planejamento do desenvolvimento. A definição de desenvolvimento sustentável se baseava no conhecido documento *Our common future*, o Relatório Brundtland, a saber,

o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias

<sup>998</sup> SANTOS, 1979a, ref. 905, p. 30.

<sup>999</sup> Uma grande vantagem dessas medidas seria coibir a especulação imobiliária, que ocorria “porque existe a apropriação privada da terra, já que ela passa do regime governamental para o regime particular” (*Id.*).

<sup>1000</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>1001</sup> *Id.* – grifos nossos.

necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países – desenvolvidos ou em desenvolvimento, com economia de mercado ou de planejamento central<sup>1002</sup>.

A diferença entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável é que, no primeiro, o planejamento em bases econômicas, tendo como transfundo a industrialização, a urbanização e a constituição de aparato infraestrutural para o escoamento de produtos advindos da exploração dos chamados recursos naturais não são compreendidos como compatível com uma preservação dos elementos da natureza. Não há, no conceito de desenvolvimento econômico, uma preocupação em manter a oferta renovada de recursos naturais mediante práticas como reciclagem, reflorestamento, controle de desmatamentos e mitigação de impactos – somente no final da Ditadura Militar e períodos seguintes, inclusive, esse termo será uma constante, com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em 1981<sup>1003</sup>, e do SNUC, nos anos 2000. No segundo conceito, desenvolvimento sustentável, se instaura uma possibilidade que compatibiliza a vigência da produção de riquezas e a preservação dos recursos, considerando sua sustentação ao longo do tempo, para prover os países e suas respectivas populações dos mecanismos de sobrevivência, mesmo com a continuidade dos modelos de desenvolvimento.

As maneiras como esses conceitos e seus respectivos debates foram recebidos regionalmente remetem às relações entre centro e periferia, em escala regional e global. Como indicamos em outro momento, embora ainda não estivesse consolidada e difundida a definição “desenvolvimento sustentável”, já em 1979, Clara Pandolfo construía uma percepção segundo a qual a exploração madeireira precisaria ser efetuada mediante reservas florestais específicas, as *florestas de rendimento*. Para tanto, acionava uma preocupação ecológica segundo a qual a melhor saída para o desgaste provocado pela exploração florestal em larga escala seria o contraponto das florestas de rendimento a serem criadas pelo Estado,

<sup>1002</sup> COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Em busca do desenvolvimento sustentável. *Nosso Futuro Comum* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. pp. 46-71. p. 46.

<sup>1003</sup> Pela Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto 1981. O Conama é o órgão colegiado brasileiro responsável pela adoção de medidas de natureza consultiva e deliberativa acerca do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em: 02 dez. 2023).



com ampla participação da iniciativa privada. Entretanto, como já indicado em momento anterior, o processo de desenvolvimento preconizado pela cientista, em muitos aspectos, possuía características coloniais, já que previa a atração da grande empresa e a constituição de monocultivos, como a dendeicultura<sup>1004</sup>.

Nas fontes analisadas, os cientistas acompanham, ao longo do tempo, esses debates, reproduzindo as definições de desenvolvimento conforme a época de escrita da fonte ou também adicionando suas definições próprias. Em 1979, na obra organizada por José Marcelino Monteiro da Costa, Armando Dias Mendes afirma que “qualquer programação de desenvolvimento aspira, em princípio, à melhoria do bem-estar dos seres humanos que compõem uma nação, ou uma região dentro desta, ou uma comunidade no contexto nacional”<sup>1005</sup>, sendo qualquer plano de desenvolvimento, “uma declaração de boas intenções”<sup>1006</sup>. A este argumento, em tom profético, adiciona que “é preciso cuidar que [às boas intenções] não se acrescentem as suas similares que, segundo alguns teólogos, pavimentam o inferno”<sup>1007</sup>.

O autor percebia que, naquele período, havia uma interpretação geral de que o desenvolvimento possuía uma “conotação indesejável de mero aproveitamento de recursos naturais”<sup>1008</sup>, mas que já se processava um movimento de centralização do ser humano como a medida de todas as coisas, ou seja, a própria definição de desenvolvimento econômico passava por transformações. Sua escrita se dirigia à produção de um argumento persuasivo, buscando trazer para o debate a centralidade da Amazônia. Nesse sentido, produzir o desenvolvimento de “uma região como a Amazônia não se pode[ria] reduzir, por conseguinte, à retirada maciça dos recursos do subsolo [...], nem, por igual, à adequada utilização dos seus recursos agrícolas, ou dos energéticos, e assim por diante. Será isto e algo mais”<sup>1009</sup>. Desse modo, não negava a validade do desenvolvimento e do padrão vigente de extração de recursos, mas entendia que seria necessário ir além desse padrão, o que aprofundou ao longo

---

<sup>1004</sup> Os resultados da inserção da dendeicultura ou produção de óleo de Palma no Pará são conflituosos, alguns deles analisados por Maria da Paz Corrêa Saavedra, na dissertação de mestrado intitulada *O “ir” para o assalariamento na agroindústria do dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará* (SAAVEDRA, Maria da Paz Corrêa. *O “ir” para o assalariamento na agroindústria do dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará*. 2017. 140 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Pará), Belém: PPGSA/UFPA, 2017. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1-XPuxW\\_q7gBnRvQmg-DNh7y\\_mcXmeuVw/view](https://drive.google.com/file/d/1-XPuxW_q7gBnRvQmg-DNh7y_mcXmeuVw/view). Acesso em: 02 de dez. 2023).

<sup>1005</sup> MENDES, Armando Dias. O anúncio de uma nova Amazônia. In COSTA, 1979, ref. 919, p. 15.

<sup>1006</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>1007</sup> *Id.*

<sup>1008</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>1009</sup> *Id.*

de suas obras, chegando, nos anos 1990, a incorporar-se ao debate em torno da construção do chamado desenvolvimento sustentável.

O “algo mais” do desenvolvimento econômico estava relacionado a proporcionar ao “homem real” as “condições para um nível de vida econômica, social, cultural e espiritualmente mais digno”<sup>1010</sup>, ou seja, centralizar no ser humano o objeto do desenvolvimento. Um ser humano que precisaria ser conseqüentemente transformado em ser desenvolvido e, portanto, partilhar dos sentidos que o planejamento do desenvolvimento direcionava para si. Tais sentidos eram antigos, porém renovados, já que remetiam ao projeto iluminista de guiar as sociedades para uma construção ideal de liberdade e autonomia. Dessa forma, o desenvolvimento econômico, enquanto conceito balizador da intervenção federal na Amazônia, notadamente carregava o sentido do progresso, traduzido nos termos da integração de populações apartadas à nova era de riquezas e transformações: “o homem é o fim do desenvolvimento – ou deve sê-lo. Os recursos são instrumentos para isso”<sup>1011</sup>. Para Mendes, as intenções do Governo, no período, eram boas, pois estavam construindo uma “utopia realista”, interpretação elaborada por John Friedmann, uma das referências mais citadas por todos os cientistas aqui analisados. Se as intenções do Governo eram boas, planejar seria então um “ato de sonho e amor”<sup>1012</sup>.

Em grande medida, esta visão que positivava as ações do Governo Federal na Amazônia durante a Ditadura Militar também é encontrada nos escritos de José Marcelino Monteiro da Costa, o que, por outro lado, não nos permite caracterizar a sua escrita como elogiosa. Diferente disso, ele também tece duras críticas em relação à forma como o Governo Federal conduzia o desenvolvimento na Amazônia efetuada pelo Governo Federal, especialmente quando afirmava que “[...] o problema não se pode cingir à adoção de uma postura simplista de que o desenvolvimento regional será a óbvia decorrência da canalização de mais recursos ou incentivos para os setores modernos vinculados à exportação”<sup>1013</sup>. Em sua visão, deveria haver uma integração de objetivos nacionais e regionais que seria consequência da integração da Amazônia ao esquema de promoção do desenvolvimento sem estar em uma posição inferior.

Por integração, Costa entendia como as “políticas e coordenadas comuns, em uma escala suficiente para assegurar que os objetivos econômicos essenciais e de bem-estar sejam

---

<sup>1010</sup> MENDES, 1979, ref. 1005, p. 17.

<sup>1011</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>1012</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>1013</sup> COSTA, 1979, ref. 919, p. 69.

alcançados”<sup>1014</sup>, definição que formula pela leitura de J. Pinder<sup>1015</sup>. Como notamos, em seu escrito, o autor não traz uma definição de desenvolvimento, comparado com os textos dos demais cientistas, contudo, apresenta ideias que, a nosso ver, são componentes do desenvolvimento, como o *planejamento racional*, a *integração* e o *aproveitamento de recursos*, todas inseridas na já referida estratégia de revelação das potencialidades amazônicas. Para o cientista, o desenvolvimento vigente “depend[ia] em altíssimo nível [do] componente tecnológico”<sup>1016</sup> e, portanto, seria necessário criar trabalhadores capazes de produzir tecnologia na Amazônia, a partir de uma exploração racional dos recursos. E, a esse respeito, indicava que a “racionalidade prevalecente no processo de desenvolvimento”, seja em “economias de industrialização madura”, ou em “recentes experiências retardatárias de industrialização”, deveria ser a de “corrigir distorções econômico-territoriais”<sup>1017</sup>.

Para ele, contudo, persistia na época

um acentuado saibo de ceticismo, dado o grande dilema quanto à efetivação do uso e aproveitamento dos recursos naturais conciliáveis com a valorização do homem regional, ao atentar-se, *mutatis mutandis*, para as funções perspectivas que historicamente a região estará fadada a desempenhar, de forma essencialmente complementar, em consonância com a evolução e as contradições inerentes à viabilização do processo de acumulação do polo dinâmico industrial nacional<sup>1018</sup>.

Em 1979, Clara Pandolfo definia o desenvolvimento regional a ser promovido mediante “um planejamento integrado de ordenamento racional do território, dentro de princípios de conservação de espaços vocacionais quanto à utilização e estratégicos quanto ao desenvolvimento, isto é, servindo à economia sem violentar as condições naturais”<sup>1019</sup>. Sua proposta de Florestas de Rendimento, nesse sentido, associava-se a essa noção de *ordenamento racional do território e conservação de espaços vocacionais* sem ataques às condições naturais. Como uma agente da Sudam, sua definição de desenvolvimento estava alinhada à missão institucional da Superintendência de promover a ocupação econômica da Amazônia e integrá-la ao ritmo de progresso do país, partilhando de uma estratégia governamental de promoção do desenvolvimento.

Incontáveis são as propostas para a construção de um desenvolvimento amazônida. As mais relevantes, conforme o que apreendemos durante a análise das fontes são as da *(re)invenção da Amazônia* e a do *desenvolvimento racional com enfoque econômico-*

<sup>1014</sup> COSTA, 1979, ref. 919, p. 72.

<sup>1015</sup> PINDER, 1968 *Apud* COSTA, 1979, *Op. cit.*

<sup>1016</sup> COSTA, 1979, *Op. cit.*, p. 85.

<sup>1017</sup> COSTA, 2004, ref. 927, p. 495.

<sup>1018</sup> COSTA, 1979, *Op. cit.*, p. 88.

<sup>1019</sup> PANDOLFO, 1979, ref. 898, p. 5.

*ecológico*, representadas por Armando Dias Mendes e por Clara Martins Pandolfo – talvez essas as duas visões com maior incidência na consolidação do pensamento social amazônida sobre o desenvolvimento, que será relevante ao longo do tempo para a construção do consenso desenvolvimentista.

Retomando a argumentação inicial deste item, enfatizamos que a luta pelo desenvolvimento, empreendida pelos quatro cientistas em suas respectivas frentes, apresentava um componente importantíssimo para nossa compreensão de como o consenso desenvolvimentista é construído durante a Ditadura Militar na Amazônia. Esse componente está relacionado à matéria da duração temporal, das temporalidades que habitam a construção histórica de sentidos.

A produção do desenvolvimento passa pela construção de um sentido único que aciona diferentes saberes identificados como os únicos existentes. Essa produção processa um apagamento, que é notável no contexto aqui analisado: há uma produção de esquecimento dos elementos que formam o território amazônico – e aqui estamos falando de território para unir as fronteiras, o espaço físico, o espaço simbólico, as construções variadas que os agentes empreendem ao habitar um lugar<sup>1020</sup>. Nos longos inventários de potencialidades amazônicas há a produção de um apagamento que percebemos com uma característica do desenvolvimento. O Estado, para esse fim, precisa de dados objetivos a respeito da região, numa clara estratégia de espacialização do poder. Esses dados, considerados também neutros, são números, não pessoas. Não havia, durante a Ditadura Militar, uma preocupação em saber por quantas terras indígenas – ainda nem demarcadas, por exemplo, porque não havia esse instrumento na Constituição Federal de 1967 – passaria a construção de uma rodovia “no coração da Amazônia”. Já era prática antiga dos agentes do Estado “passarem por cima de índio”, então, para que inserir nos inventários quantas populações indígenas habitavam o espaço?

A produção do esquecimento, considerada por nós como também uma característica do desenvolvimento, assemelha-se a uma estrutura organizada, com agentes, técnicas, argumentos e construção de sentido. E durante a Ditadura Militar, o consenso desenvolvimentista foi construído por essa construção de esquecimento ou apagamento da completude da realidade social. Sobre esses aspectos ou características do desenvolvimento

---

<sup>1020</sup> HAESBAERT, Rogério. O giro espacial e o espaço(tempo) como esfera da mudança de perspectiva. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2021. pp. 29-58.

consolidadas durante a Ditadura Militar brasileira no espaço amazônico é que nos debruçaremos a seguir, apontando nossa interpretação do *consenso desenvolvimentista*.

### 4.3 Consenso desenvolvimentista

*O assombro com o fato de que episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história em que se origina é insustentável* (Walter Benjamin, 2012).

Diante das informações obtidas pela análise das fontes, alicerçada em uma postura crítica essencial à atitude historiadora, apresentaremos elementos que consideramos fazerem parte do consenso desenvolvimentista instituído durante a Ditadura Militar, tendo como foco local o Pará enquanto espaço de irradiação discursiva, simbólica e prática para a conformação de uma versão regional ou mesmo criação original de planos, programas e projetos de desenvolvimento.

As instituições e seus agentes foram cruciais na construção do consenso desenvolvimentista. Vale lembrar que o consenso é fruto de uma disputa entre diferentes versões ou projetos para a constituição do mundo social, acionados a partir da enunciação de agentes com diferentes capitais. A produção do consenso se dá quando a versão vencedora da disputa se torna sinônimo de verdade, de única visão existente, rebaixando as demais à categoria de inverdades ou projetos que perderam a disputa. O mundo social é povoado pelos agentes em suas batalhas pelos poderes, diante das possibilidades de atuação<sup>1021</sup>.

Durante a Ditadura Militar foi construída uma perspectiva a respeito do desenvolvimento que era amazônica, no sentido de ser recepcionada pelos agentes, ressignificada e posta em elaboração para, enfim, ser constituída na realidade social a partir das *infraestruturas*, neologismo que indica que toda ação de transformação espacial a partir da implementação de projetos de desenvolvimento, considerando que a construção de infraestruturas desenvolvimentistas como rodovias, hidrovias, barragens, hidrelétricas, indústrias – ou mesmo polos industriais –, entre outras, é uma ação eficaz de transformação espacial e, portanto, territorial. Ela é acompanhada pelo discurso legitimador, mas precisa ser destacada especialmente em sua violência.

Milton Santos aponta que a produção do espaço deve ser compreendida como objeto de análise, pois o espaço social é histórico, produzido pelos seres humanos e, nesse sentido,

---

<sup>1021</sup> BOURDIEU, 2011, ref. 81.

deve ser analisado como um campo de força, tendo como energia a dinâmica social. O espaço social seria também um “fator, pois é uma acumulação de trabalho, uma incorporação de capital na superfície terrestre, que cria formas duráveis”, chamadas de *rugosidades*, que criam “imposições sobre a ação presente da sociedade; são uma “inércia dinâmica” – tempo incorporado na paisagem – e duram mais que o processo que as criou. São assim uma herança espacial, que influi no presente”<sup>1022</sup>. Desse modo,

as formas espaciais são resultados de processos passados, mas são também condições para processos futuros. As velhas formas são continuamente revivificadas pela produção presente, que as articula em sua lógica. Caberia, antes de mais nada, entender como se dá este movimento<sup>1023</sup>.

Pelo que compreendemos, o desenvolvimento, enquanto fenômeno social abrangente, foi consolidado na Amazônia a partir da implementação dos grandes projetos envolvendo a ação autoritária do Estado, tendo como legitimação social a construção do consenso desenvolvimentista, realizada por intermédio do empenho de diferentes grupos em promover a superação do chamado subdesenvolvimento.

Esta percepção é possível considerando o transcurso histórico da implementação dos projetos de desenvolvimento na Amazônia, relacionado ao que compreendemos por desenvolvimento, a partir dos dados da pesquisa e do diálogo com a teoria. Desenvolvimento não é um fenômeno somente de constituição de uma modernidade ancorada na ciência, na tecnologia, na agilidade – elementos que são evocados em discursos políticos, por exemplo, afirmando que o desenvolvimento ainda poderá ser implementado, num futuro melhor. Para a existência das infraestruturas que consubstanciam estes elementos considerados positivos no imaginário contemporâneo é necessária a catástrofe, tomando de empréstimo a conhecida expressão de Walter Benjamin<sup>1024</sup>. Os conflitos socioambientais, os desastres e crimes ambientais são fatores na constituição do desenvolvimento, bem como a prática do racismo ambiental e das diversas injustiças que acometem as populações que são alvo do desenvolvimento. Portanto, progresso e catástrofe caminham lado a lado como significado do

---

<sup>1022</sup> MORAIS, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2007. p. 48.

<sup>1023</sup> *Ibid.*

<sup>1024</sup> “Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso” (BENJAMIN, 2012, ref. 3, p. 246).

desenvolvimento enquanto fenômeno histórico. Nessa maneira, é necessário afirmar que o desenvolvimento, especialmente em sua faceta catastrófica, foi implementado na Amazônia.

Ainda que os discursos de agentes políticos, empresariais, midiáticos e tantos outros insistam em apresentar o desenvolvimento enquanto realidade futura, o mundo real de quem sente os efeitos do desenvolvimento é uma prova de que aquele conceito tão distante, em realidade, está concretizado enquanto fenômeno. Sendo amazônidas, as pessoas partilham de uma realidade desenvolvida que é, em seu cerne, desigual. A desigualdade constitutiva do desenvolvimento o possibilita, e não há, somente, a construção da riqueza, mas também da miséria. Portanto, o desenvolvimento se concretizou na Amazônia, tendo o período ditatorial brasileiro sido seu momento de efetiva realização, por conta do caráter autoritário que permitiu o estabelecimento de um consenso e de uma concretização. Tais aspectos são observáveis e largamente estudados pela Antropologia dos Grandes Projetos e pela Sociologia do Desenvolvimento, que apontam, a partir de variadas pesquisas, os efeitos longevos do desenvolvimento enquanto realidade<sup>1025</sup>. Seu lastro é contemporâneo e repleto de contradições.

Ao longo da tese, buscamos apontar, na escrita e na interpretação dos agentes situados no campo científico, as variadas formas de conceber o desenvolvimento, bem como que elementos seriam necessários para concretizá-lo. Pelo que compreendemos, o consenso desenvolvimentista é composto pelos elementos argumentativos que traduzem a força crescente do desenvolvimento enquanto *necessidade e alvo* durante a Ditadura Militar. Alcançar níveis industriais semelhantes aos operacionalizados pelas indústrias brasileiras mais avançadas do período, tornar a Floresta Amazônica em um recurso para o alcance do desenvolvimento, modificar o *status* do amazônida de “atrasado” para um trabalhador qualificado e útil, encontrar os vários componentes de anomia na realidade, superando o signo da falta: todos são componentes da construção de um consenso. Tais elementos, por sua vez, fazem parte de um complexo maior de características que, no período, alinhavam-se com os objetivos ocidentais de desenvolvimento, a saber, a constituição de uma *temporalidade linear*, sem retornos e acelerada, tendo como fim o desenvolvimento, e o *monocultivo* como forma básica de expressão desenvolvimentista, no mundo econômico, mas também no campo das relações sociais.

---

<sup>1025</sup> Cf. O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. *Rev. Antropol.* v. 61, n. 1, São Paulo: USP, 2018, pp. 33-46. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145511>. Acesso em: 20 abr. 2024, WANDERLEY; COELHO, 2021, ref. 378, entre outros.

A respeito disso, podemos compreender esses processos nos termos de uma *feiticiaria*, ou ainda, um *fetiche*. Ocorre, permeada por processos agrupados e concomitantes, a retirada do controle do tempo, ou mesmo da própria experiência individual e coletiva, a partir da criação de um marco zero: a história anterior à chegada do desenvolvimento como alvo se torna a-história, tradição, resquício de um passado (ainda que um presente vivenciado no cotidiano das pessoas), em suma, sinônimo de mundo não desenvolvido. E essa mesma história, situada discursivamente em um passado a ser superado – ou já esquecido enquanto continuidade possível e projeto em disputa – acaba sendo instituída como tendo um fim idealizado, utópico, em suma, desenvolvido, transformando aquele fenômeno do desenvolvimento a própria matéria do transcurso temporal, resgatando a linearidade como única forma de tempo possível. O fim, em suma, é o controle tanto das pessoas como dos espaços, típico de uma relação colonial em que espaços e gentes são o alvo do controle para fins de sustentação da Metrópole, instituindo os monocultivos como a forma básica do mundo.

Esses elementos identificam a forma característica que o desenvolvimento adquire na Amazônia brasileira: a de uma *estrutura organizada de esquecimento*, o que será apresentado a seguir.

#### 4.3.1 Linearidade

Nós, historiadores e historiadoras, temos lutado com a finitude da vida desde a autopercepção enquanto ciência, num processo de construção de um fazer, um saber, uma disciplina<sup>1026</sup> mas, especialmente, de um andar pelo mundo, como sujeitos finitos tendentes à eternidade a partir de nossos anseios. Essa busca pela eternidade, característica da temporalidade narrativa ocidental cristã, nos permite a constante perseguição do tempo, que escapa a todo instante<sup>1027</sup>.

Como temos apontado até aqui, o desenvolvimento, enquanto estrutura basilar do mundo ocidental contemporâneo, advém de uma interpretação que encara a história como tendo um fim, eleito como o próprio desenvolvimento. Não seria o retorno do Messias, seguindo a narrativa cristã, mas a obtenção de um futuro enfim presente, que significaria o estabelecimento de sociedades desenvolvidas, industriais, tecnológicas ao extremo, em suma,

---

<sup>1026</sup> CERTEAU, 2013, ref. 4.

<sup>1027</sup> BENJAMIN, 2012, ref. 3; JAMESON, Fredric. Introdução; 1. A lógica cultural do capitalismo tardio. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad.: Maria Elisa Cevalco. Editora Ática: 1997. pp. 13-79.



*melhoradas*. O melhoramento da vida, pelo que temos considerado, seria a supressão dos problemas do desenvolvimento, a saber, a pobreza, o atraso, a ruralização, entre outros. Tais problemas foram construídos enquanto alvo de resolução a partir da década de 1950, com a criação do subdesenvolvimento<sup>1028</sup>. Desde então, no mundo ocidental, a partir da liderança dos Estados Unidos da América, todos os países *precisam* superar o subdesenvolvimento<sup>1029</sup>.

Como matéria essencial da construção de conhecimento histórico, o tempo tem sido interpretado de diferentes maneiras pela disciplina histórica. Para José Carlos Reis, o tempo aparece sob o *signo do paradoxo*, da *contradição*, do ser e do nada, aparentemente inapreensível. Perceptível na natureza e no corpo humano enquanto tempos naturais e vivos, configura-se uma primeira categoria que é a da regularidade, que inspirou a criação do relógio mecânico, uma das primeiras formas de tempo artificial: “o tempo do relógio ao mesmo tempo se inspirava na regularidade da natureza e a substituiu na organização da sociedade”<sup>1030</sup>.

E. P. Thompson<sup>1031</sup> aponta que a passagem de tempos orientados por ciclos naturais e tarefas, na Inglaterra, ocorreu no século XVIII, com a introdução da dinâmica industrial, a partir de então, reguladora da vida social em seus mais variados aspectos, instituindo também uma rotina que cada vez mais relegava a um espaço indesejável o lazer, o ócio e o tempo livre das festas, do descanso. Aliado à temporalidade protestante, esse tempo industrial passou a ser dominante no espaço de cultura inglesa, posteriormente espreado-se para as regiões onde a Revolução Industrial também chegou. Realidades inteiras foram transformadas, numa adaptação ao tempo industrial do relógio, em muitos casos, numa dinâmica de subalternização, ressignificação, recusa e/ou aceite mediado por concessões.

O domínio do tempo por uma lógica que dispensa o lazer, por exemplo, como possibilidade, é sintomático da configuração da temporalidade e da espacialidade ocidental hegemônica. Vemos argumentos que se direcionam para a condenação do ócio nos discursos analisados nas revistas *Revista Econômica do BASA*, *Sudam Documenta*, *Sudam Documenta e Informa*, *Pará Desenvolvimento*, além de escritos dos próprios cientistas analisados. Como deve ser o trabalhador amazônico diante dos desafios do desenvolvimento? Antes de tudo, deve abandonar o extrativismo, considerado arcaico e sem possibilidades de futuro. Depois,

---

<sup>1028</sup> ESCOBAR, 2007, ref. 61.

<sup>1029</sup> *Id.*

<sup>1030</sup> REIS, 2012, ref. 694, p. 26.

<sup>1031</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad.: Rosaura Eicheberg, 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 267-304.

precisa adquirir conhecimentos formais voltados para o mundo do trabalho, sua qualificação<sup>1032</sup>. Por fim, é necessário abandonar a cultura aviltante de seus ancestrais, pois ela não é adequada ao novo tempo por se construir. Thompson continua atual, nos lembrando que “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”<sup>1033</sup>.

Há uma outra temporalidade, válida para o mundo ocidental, apontada por Reis: o tempo percebido a partir da perspectiva individual é denominado como tempo psicológico, e nele predominam durações irregulares e heterogêneas, sendo “um tempo qualitativo, desigual, afetivo, plural, irreversível, instável, avesso à regularidade natural e à abstração do relógio”, perceptível também nas mudanças históricas.

Como puro devir, o tempo é percebido como uma sequência de momentos que se excluem, uma sucessão de termos que aparecem e desaparecem, que introduz uma existência nova e nega uma existência dada. O tempo seria a constante redução do ser ao nada, pela descontinuação e sucessão do ser<sup>1034</sup>.

Reis apresenta um importante debate e, especialmente, um chamamento à investigação historiadora, quando afirma que

a busca ontológica do tempo ‘enquanto tal’ exclui a relação do tempo com o discurso que fala dele. O tempo existira, então, ‘enquanto tal’, ou seja, independente do fato de que se fala dele. Mas, não é possível uma ontologia do tempo, uma apreensão do tempo em si, mas somente ‘representações’, discursos sobre ele<sup>1035</sup>.

Precisamos pensar a respeito do tempo a fim de compreendermos essa dimensão e suas estruturações no mundo contemporâneo, especialmente sua intrínseca relação com o desenvolvimento enquanto conceito estruturador de nossa época. Quais são as características do tempo no mundo ocidental? E quais dessas características sobressaem na temporalidade ocidental específica? Como a linguagem configura nossa relação contemporânea com o tempo, se é “a linguagem que ‘faz aparecer’ o tempo”?

Passado, presente e futuro são as dimensões do tempo. Para Reis<sup>1036</sup>, o passado pode ser visto em três modos: a) ele é o que não é mais, não é localizável, portanto, não existe; b) é uma espiritualização do ser, como lembrança e conhecimento retrospectivo no presente e a representação é o ser do passado, estando situada no presente; c) é o que há de mais sólido na

<sup>1032</sup> É necessária uma observação, com fins de esclarecer que não condenamos a educação formal. Como nosso trabalho parte de uma perspectiva crítica ao desenvolvimento, a educação nos moldes desenvolvimentistas também entra como alvo de análise, bem como todas as demais instituições que estejam sob essa lógica.

<sup>1033</sup> THOMPSON, 1998, ref. 1031, p. 304.

<sup>1034</sup> REIS, 2012, ref. 694, p. 27.

<sup>1035</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>1036</sup> *Ibid.*, p. 30.

estrutura do tempo, a única dimensão que pode ser objeto do conhecimento, é uma duração realizada. A saber,

A descrição do passado é aporética: o que não é mais e o que é de fato, conhecimento verdadeiro e ilusão, prisão e liberdade, inquietude e repouso. Por um lado, o pensamento do passado é tranquilizante: dado, estável, conhecível, descritível, ausência de risco, certeza e repouso; por outro, é inquietante, pois representa antecipadamente a morte, a finitude, o irrecuperável e inacessível ser<sup>1037</sup>.

O presente, enquanto mediação, seria o “ponto de partida de toda representação do tempo”, uma “ponte que assegura a continuidade do passado no futuro e o limite que os separa”, sendo também “a experiência mais fácil do tempo, pois percepção, e a mais difícil, pois transcurso”, um “lugar enunciativo do tempo”<sup>1038</sup>. Sua descrição é, para o autor, contraditória, pois é transitória, incapturável, ao mesmo tempo que é sólida, perpassado pela dinâmica do instante:

O instante é a união da consciência consigo mesma, que perderia seus aspectos futuro e passado, para ser plenamente presente a si. Zenão de Eleia explica a imutabilidade do tempo com o exemplo da flecha lançada: por um lado, ela está em movimento acelerado; por outro, ela sempre está em um instante e, portanto, parada. Um homem circula em diversos lugares-tempos, idades, mas é sempre ele mesmo e está sempre em si mesmo. Logo, o seu movimento é ilusório, porque está sempre no instante<sup>1039</sup>.

E o futuro? Esse estrato do tempo tão evocado nos discursos desenvolvimentistas de ontem e de hoje tem sido, ao longo da história ocidental moderna, a grande preocupação dos governos, instituições, coletivos e indivíduos. Koselleck nos ensina que “a história da Cristandade, até o século XVI, é uma história das expectativas, ou [...] de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo”<sup>1040</sup>. O fim do mundo, enquanto fator de integração das perspectivas de diferentes grupos dentro do mundo ocidental cristão, continuaria enquanto tal até o momento em que permanecesse não determinável, segundo o autor. Sua integração enquanto elemento constitutivo da temporalidade cristã, portanto, persiste até quando é vivenciado como estando fora das possibilidades reais, existindo enquanto fator longínquo, embora possível em algum momento, pela história da Salvação. A Reforma Protestante, enquanto ruptura, conseguiu esfacelar com essa unidade integradora, desmanchando a paz, que até então era associada à unidade religiosa. A experiência, por sua vez, demonstrou que as

---

<sup>1037</sup> REIS, 2012, ref. 694.

<sup>1038</sup> *Id.*

<sup>1039</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>1040</sup> KOSELLECK, 2006, ref. 6, p. 24.

guerras religiosas não aceleravam o tempo rumo ao futuro da Salvação, ou o Juízo Final, tornando-se factível que a constante agora seria a guerra.

Com a institucionalização do cálculo político, a partir da Economia Política, com pensadores como Jean Bodin, e da própria instituição do Estado Moderno, a história humana se tornou campo da probabilidade e da inteligência humana, sem metas a atingir. A Paz se tornou tarefa do Estado, não uma missão do Império, emergindo, assim, uma história cada vez mais humana e menos sacra. A saber, “uma política severa tinha sido capaz de eliminar lentamente, do campo da formação e da decisão da vontade política, as renitentes esperanças religiosas para o futuro, que então grassavam, depois da desagregação da Igreja”<sup>1041</sup>.

Prognóstico racional e filosofia da história, ambos em seus respectivos campos, passaram a vigorar na realidade ocidental enquanto esboços do porvir. Para o autor,

Enquanto a profecia ultrapassava o horizonte da experiência calculável, o prognóstico, por sua vez, está associado à situação política. [...]. O prognóstico é um momento consciente de ação política. Ele está relacionado a eventos cujo ineditismo ele próprio libera. O tempo passa a derivar, então, do próprio prognóstico, de uma maneira continuada e imprevisivelmente previsível. *O prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim ela se alimenta*<sup>1042</sup>.

Inicialmente, o horizonte das previsões cristãs não foi destruído pelo prognóstico político, mas é somente com o advento da filosofia da história e sua intrínseca relação com a modernidade enquanto fenômeno que se desligava, pretensiosamente, do passado, que se inaugura um “futuro inédito”<sup>1043</sup>. No campo da política absolutista combinam-se, para o autor, a política e a profecia, “[imiscuindo-se] na filosofia do progresso uma mistura entre prognósticos racionais e previsões de caráter salvacionista, própria do século XVIII”<sup>1044</sup>. Surge, então, o progresso, “na medida em que o Estado e seus prognósticos não eram capazes de satisfazer a exigência soteriológica”<sup>1045</sup>.

Koselleck apresenta as novidades advindas das previsões de futuro da ideia de progresso: o futuro do progresso possibilita uma ultrapassagem do tempo da experiência tradicional, “natural e prognosticável”, que permite novos prognósticos, “transnaturais e de longo prazo”<sup>1046</sup>. Caracterizado por dois momentos, o futuro do progresso se configurou enquanto a) aceleração que se apresenta, e b) caráter desconhecido. O tempo passou a

---

<sup>1041</sup> KOSELLECK, 2006, ref. 6, p. 29.

<sup>1042</sup> *Ibid.*, p. 32 – grifos nossos.

<sup>1043</sup> *Ibid.*, p. 35.

<sup>1044</sup> *Ibid.*, p. 36.

<sup>1045</sup> *Id.*

<sup>1046</sup> *Id.*

acelerar-se a si mesmo, abreviando os campos da experiência, que já não possuem continuidade, pois tudo é muito complexo. Esse “tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar como presente, perdendo-se em um futuro no qual o presente, tornado impossível de se vivenciar, tem que ser recuperado por meio da filosofia da história”<sup>1047</sup>.

Acelerar o tempo, no século XVIII, se tornou tarefa do planejamento temporal – não podemos, a partir de então, adiar a importante associação do progresso ao desenvolvimento. O primeiro conceito traz em si as condições de possibilidade para o segundo, e disso já falamos no início desta tese. Contudo, é crucial compreendermos que a história do desenvolvimento em sua face amazônica durante a Ditadura Militar carrega sentidos antigos, advindos de uma longa duração que se confunde com os caminhos do Ocidente cristão, que persiste de diferentes formas, ainda que negado por uma perspectiva que se apresenta como científica, não religiosa, objetiva. Desenvolver, na Amazônia da Ditadura Militar, é acelerar o tempo, é esquecer de outras temporalidades já existentes, porque elas não fazem sentido em um mundo novo por se construir, mediante as intermediações do desenvolvimento, enquanto processo e objetivo final. Escatologicamente, é necessário findar com um mundo e construir um novo. O estado de exceção, característico das ditaduras, é o meio essencial para essa transformação, pois não é necessário indagar a respeito dos sentidos locais, mas nem por isso inválidos, de existência: para a Ditadura, o alvo é o Brasil desenvolvido. A flecha do tempo é linear, o ao final, encontraremos um futuro melhor.

A linearidade do desenvolvimento, em suma, é a linearidade da perspectiva histórica ocidental, e nela são encontradas as forças sustentadoras da perspectiva desenvolvimentista. Pensar o desenvolvimento na Amazônia deve ser feito mediante essa compreensão: há um destino a ser perseguido linearmente, sem desvios ou impedimentos. Esse destino tem sido buscado há muito tempo, e por vezes a história dessa busca se esqueceu. Como fenômeno estruturante de nossa época, precisamos contar a história do desenvolvimento.

---

<sup>1047</sup> KOSELLECK, 2006, ref. 6., p. 37.

#### 4.3.2 Monoculturas

Em 2015, durante a premiação do Prêmio Fapema<sup>1048</sup>, ouvimos o discurso da antropóloga Maristela de Paula Andrade, no qual teceu importante crítica ao desenvolvimento promovido pelo Governo do Maranhão, a instituição promotora do Prêmio. Dentre os diversos elementos que trouxe, um deles chamou nossa atenção: a pesquisadora apontou que *o camponês aposta na diversidade*. Em outros momentos, como conversas, debates, palestras, a pesquisadora repetia sua análise, mas com outros elementos que ampliavam a construção de uma interpretação a respeito das formas camponesas de criar e viver no mundo, em contraposição às formas hegemônicas do desenvolvimento preconizado por governos e empresas. Aqueles dados advindos de pesquisas com comunidades afetadas por grandes projetos no Maranhão contemporâneo despertaram nosso interesse, a fim de entendermos de quais maneiras uma narrativa desenvolvimentista poderia construir realidades, suprimindo lógicas anteriores em nome de interesses apontados como nacionais.

Os monocultivos, a partir de então, passaram a figurar com maior ênfase em nossa interpretação. Não somente aqueles relacionados aos grandes projetos, como a dendeicultura na Amazônia e os relacionados aos polos de desenvolvimento do Polamazônia. Essas infraestruturas do desenvolvimento eram reflexo de outros monocultivos relacionados às formas de ser e estar no mundo que as sociedades ocidentais adquiriram ao longo dos tempos: nós, hegemonicamente, tornamos o mundo, que é diverso, em algo mono. E essa monoculturalidade também afeta nossas percepções dos mais variados elementos da vida humana. A eficácia do desenvolvimento se relaciona com a separação entre natureza e cultura, que é fundamental para o surgimento da ciência moderna e suas categoriais fundacionais, como a objetividade<sup>1049</sup>. Essa separação enrijece as percepções, o que é reiterado pela perspectiva desenvolvimentista.

Os chamados grandes projetos são construídos num esforço de padronização do espaço amazônico, e essa padronização vem de uma monoculturalização do espaço, das pessoas, das culturas. É preciso instituir um corte: o que antes era floresta, agora passa a ser recurso. O recurso é a floresta domada que necessitou ser subjugada no discurso para também ser dominada na prática. A eficácia do desenvolvimento se encontra nesse processo violento,

---

<sup>1048</sup> Premiação realizada anualmente no Maranhão, promovida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (Fapema), com o intuito de reconhecer trabalhos de pesquisadores maranhenses desde a iniciação científica.

<sup>1049</sup> Cf. DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Trad.: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (Org.: Tiago Santos Almeida). São Paulo: LiberArs, 2017.

que não é somente do domínio do meio natural, mas especialmente dos seus componentes humanos. São criadas perspectivas e objetivos para as populações amazônicas: o trabalhador ideal não poderá obter sustento do extrativismo, nem se orientar pelas formas tradicionais de conhecimento – por meio do desenvolvimento, consubstanciado pela educação técnica, esse trabalhador, para se tornar apto, precisa abandonar seu passado de atraso e encontrar um espaço enquanto trabalhador qualificado na indústria desenvolvimentista<sup>1050</sup>. O quintal camponês, no qual convivem variadas plantas para consumo, ornamentação, cura e vivência de diferentes seres humanos e não humanos, precisará ser suprimido, pois representa os elementos que devem ser abandonados para a construção de um novo tempo.

Com as monoculturas alimentares, por exemplo, virão as monoculturas do espírito. É necessário fundar uma nova sociedade, moderna em todos os seus elementos – e é na modernidade, enquanto corte histórico do mundo ocidental, que os parâmetros para a construção de algo novo serão encontrados. O desenvolvimento, como categoria histórica, estruturou todo esse processo na Amazônia, construindo as pontes necessárias para o estabelecimento de um consenso em torno de si, inclusive restabelecendo e perpetuando fenômenos que, no decorrer dos séculos XX e XXI, aparentemente deveriam ter sido ultrapassados, como o colonialismo interno, apresentado nos itens anteriores. Essa persistência do colonialismo nada mais é do que a colonialidade do poder em sua feição típica, que será complementada por outras formas, como a colonialidade do ser e do saber<sup>1051</sup>.

São estabelecidas *paisagens monofônicas*<sup>1052</sup> a partir da instituição do desenvolvimento enquanto realidade amazônica, por meio dos seus agentes, que são também *catequistas nativos*<sup>1053</sup>. As vozes agora precisarão ecoar como um chamamento ao desenvolvimento, e nessa evocação geral encontram-se representantes políticos, empresariais, trabalhadores, comunitários e, também eles, os cientistas, que por vezes ecoam vozes críticas, mas que partilham do sentido geral de sua época, que é o de desenvolver. As possibilidades, portanto, ocorrem nesses quadros, inclusive da crítica.

---

<sup>1050</sup> Todos os termos qualificados apresentados nesse parágrafo e em outros adiante não são apreendidos em seus significados aparentes, mas surgem em nossa argumentação como discursos que advieram das falas operadas em prol do desenvolvimento.

<sup>1051</sup> QUIJANO, 2007, ref. 12.

<sup>1052</sup> BOHNENBERGER, Marina. Monoculturas: um exercício de figuração especulativa feminista. ST05 Tecnopolíticas, Cosmopolíticas: conflitualidades e modos de saber face ao plantationceno. *Anais – VIII ReACT – 22 a 26 de novembro de 2021*. v. 5, n. 5. 2022. p. 703. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3810>. Acesso em: 02 dez. 2023.

<sup>1053</sup> BHABHA, 2005, ref. 356.

Conforme Vandana Shiva, a constituição de sistemas dominantes de saber instituem uma *sacralidade* ou *imunidade social* a um sistema. As alternativas são conseqüentemente apagadas mediante um desaparecimento ou uma destruição da própria realidade, instituindo uma linearidade. A autora estabelece uma crítica especialmente ao saber científico dominante, pois ele

cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies<sup>1054</sup>.

É nesse sentido que também a ciência enquanto perspectiva emancipatória passa por uma captura de suas possibilidades. Durante a Ditadura Militar, como apontamos em outros momentos, as dinâmicas complexas e contraditórias do regime autoritário possibilitaram a expansão dos espaços de construção científica que, bem sabemos, era controlada. Os interesses de desenvolvimento por parte do regime autoritário persistiam enquanto objetivo geral que deveria ser perseguido por todas as instâncias de produção de conhecimento. O desenvolvimento era anseio geral de uma época.

Onde são encontradas as resistências efetivas? No campo científico, não devemos esquecer, ocorreram expurgos, perseguições, exílios forçados, inclusive de cientistas amazônidas, como relatou Edna Castro em entrevista concedida ao Projeto Anos de Chumbo da UFPA, em 2014<sup>1055</sup>. Em que medida esses processos eram também derivados de críticas ao desenvolvimento enquanto objetivo do regime autoritário de 1964?

São nas resistências sociais advindas das comunidades rurais, por exemplo, que encontramos fortes processos de crítica ao desenvolvimento, ainda que em outros termos. São as reportagens de Lúcio Flávio Pinto contidas na obra *Amazônia Fogo, Sangue e Cifrão – a imprensa no Pará*, de 2021<sup>1056</sup>, que nos contam sobre os conflitos rurais e urbanos que ocorriam no período em que os representantes do Brasil transformavam a Amazônia em um espaço para o desenvolvimento com os grandes projetos. Ou ainda a tese de doutorado de Elias Diniz Sacramento, “*É muito triste não conhecer o pai*”: a herança da violência e os

<sup>1054</sup> SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad.: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. p. 25.

<sup>1055</sup> UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. *UFPA e os Anos de Chumbo*: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 08min e 05seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 02 dez. 2023.

<sup>1056</sup> PINTO, 2021, ref. 701.



*familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles*, de 2020, que traz as memórias dos familiares de lideranças que foram assassinadas durante os anos 1980 na Amazônia por conta dos conflitos sociais<sup>1057</sup>.

Como viemos dizendo até aqui, numa sociedade perpassada pelo imaginário desenvolvimentista, até mesmo a crítica opera em seus termos. Contudo, ela não é inexistente, pois as condições de possibilidade para essa crítica, como vimos, estavam no horizonte de expectativas durante a Ditadura Militar. Pela percepção efetiva dos problemas ocasionados pelos grandes projetos, foram elaborados processos de resistência e neles também precisamos nos concentrar. Todos tinham seus limites, mas trouxeram importantes elementos reivindicatórios e organizatórios que possibilitaram a construção de um saber resistente, evocado em contextos posteriores de luta contra grandes projetos, como a atual resistência à implementação do Programa Matopiba, já referenciado em momentos anteriores<sup>1058</sup>.

O desenvolvimento estabelece, por meio de seus agentes, *paisagens assustadoramente homogêneas*<sup>1059</sup>. Essas paisagens, pensando no conceito de paisagem como uma captura do olhar diante de um recorte da existência vivenciada naquele momento<sup>1060</sup>, não são somente a materialidade dos projetos de desenvolvimento, mas, ainda, representações, experiências, fenômenos inseridos em um processo aglutinador de perspectivas. As paisagens homogêneas estão descritas nos inventários, relatórios técnicos, exposições públicas dos agentes do desenvolvimento, em suas mais variadas atribuições, inclusive dispendo intelectualmente o que deve constar nesses escritos que são, em suma, indicações de como agir em prol do desenvolvimento. Paisagens mentais que, diante da captura da realidade social, povoam o mundo social mediante infraestruturas. Daí a formação de um consenso como ação básica de construção de sentido.

Onde estão as resistências ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar? Quando falamos de resistências, pensamos naquelas que se realizaram em contraposição à própria

---

<sup>1057</sup> SACRAMENTO, Elias Diniz. “*É muito triste não conhecer o pai*”: a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. 2020. 321 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Pará). Belém: UFPA, 2020. Disponível em: [https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SACRAMENTO\\_Elias\\_Tese.pdf](https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SACRAMENTO_Elias_Tese.pdf). Acesso em: 02 dez. 2023.

<sup>1058</sup> A esse respeito, lembremos o que diz Lúcio Flávio Pinto: “Todo mundo que quiser ler e quiser saber o que aconteceu na Amazônia tem que ler O segundo Plano de Desenvolvimento na Amazônia de 1975 a 1979, porque fica claro. Até hoje o Lula faz a mesma coisa com o PDA. Então é o quê? É uma modernização compulsória. O conceito do Gramsci se aplica muito bem: o príncipe é a empresa!” (PINTO, 2023, ref. 712).

<sup>1059</sup> BOHNENBERGER, 2022, ref. 1052.

<sup>1060</sup> BALDIN, Rafael. Sobre o conceito de paisagem geográfica. *Paisagem E Ambiente*. 32 (47), e180223, pp. 1-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.180223>. Acesso em: 02 dez. 2023.

Ditadura, mas não associamos aos processos ditatoriais de construção do desenvolvimento. Muitas dessas resistências praticadas por camponeses, indígenas, ribeirinhos e população rural, de forma geral, eram voltadas aos grandes projetos da Ditadura. Projetos que vinham, para as realidades locais, de maneira abrupta, violenta e autoritária, ancoradas numa forma de realizar a política que hoje denominamos de *necropolítica* – essa é a forma política do desenvolvimento:

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder<sup>1061</sup>.

O necropoder, “pode assumir várias formas: o terror da morte real ou uma forma mais ‘benevolente’, cujo resultado é a destruição de uma cultura para ‘salvar o povo’ de si mesmo”<sup>1062</sup> e, nesse processo, opera com uma classificação social dos indivíduos.

Na Ditadura Militar, o consenso desenvolvimentista era também construído pelos enunciados da necessidade de integração, do nacionalismo, da noção de espaço vazio, da fronteira e da segurança nacional<sup>1063</sup>, que se alinhavam aos aspectos que precisariam ser ultrapassados na Amazônia<sup>1064</sup>, a saber, o atraso social alinhado à permanência do extrativismo, a ocupação dos chamados espaços vazios, a constituição de tecnologia própria alinhada com os objetivos de desenvolvimento apresentados nos PDAs, a criação de espaços educativos conforme as diretrizes em prol do desenvolvimento, a superação da cultura estagnada dos povos amazônicos ainda ligados à floresta, a formação de trabalhadores educados e aptos para trabalhar na construção do desenvolvimento, a superação da falta de protagonismo dos agentes políticos, a consolidação de um pensamento amazônico sobre o desenvolvimento, o avanço das instituições de promoção do desenvolvimento diante dos desafios do mundo em desenvolvimento. Todos esses elementos, alinhados, eram discursos legitimadores do desenvolvimento nacional, demonstrando que o caráter autoritário do Regime era também uma peça-chave para a construção do desenvolvimento, que precisaria ser difundido pelos mais capacitados componentes da intelectualidade e tecnocracia amazônica.

---

<sup>1061</sup> MBEMBE, Achile. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad.: Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2020. p. 7.

<sup>1062</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>1063</sup> SOARES, 2020, ref. 195.

<sup>1064</sup> Apresentados no capítulo 3 e ao longo do presente capítulo.

Estes elementos configuram o desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura Militar como uma *estrutura organizada de esquecimento*. É uma estrutura porque está presente nos mais variados campos da vida, condicionando as ações – tanto é que mesmo a crítica realizada pelos cientistas se processa no interior de espaços delimitados. A pergunta do período era “Como desenvolver a Amazônia?”, e não “Nós queremos o desenvolvimento na Amazônia?”, afinal, o imaginário era desenvolvimentista. O esquecimento, nesse caso, é outro importante elemento, porque ele desestrutura as diversas possibilidades, subalternizadas pela produção de um consenso, atuando, por meio dos agentes, para o processamento de uma escolha deliberada em apenas um aspecto – o desenvolvimento – da realidade social possível. As demais possibilidades são, então, esquecidas, sua historicidade é ocultada e seus projetos são relegados ao *status* de inexistentes, porque perderam na disputa. Contudo, lembrando Bourdieu, tais projetos que perderam não deixam de existir e podem, a qualquer momento, retornar, como um assombro, ou mesmo como as plantas que, especialmente na Amazônia, insistem em crescer no meio dos grandes monocultivos, a despeito de toda a produção homogeneizadora<sup>1065</sup>.

---

<sup>1065</sup> Podemos compreender essas resistências aos grandes projetos por meio de uma analogia: são plantas que crescem acima e a despeito da homogeneização dos monocultivos, como a buva, “resistente aos químicos herbicidas e a outras técnicas de extermínio, pertencente ao grupo chamado de ‘plantas invasoras’” (BOHNENBERGER, 2022, ref. 1052, p. 703).

## CONCLUSÕES

Esta tese objetivou analisar a construção do consenso desenvolvimentista na Amazônia durante a Ditadura Militar a partir da atuação de quatro cientistas em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento situadas no Pará. No primeiro capítulo, intitulado *Quadro Teórico Básico*, procedemos com uma apresentação do referencial teórico que guiou a construção argumentativa da tese, estruturado em três conceitos que também são temáticos: *Amazônia*, *Desenvolvimento* e *Ciência e Tecnologia*. Para tanto, partindo do campo histórico, dialogamos com estudos da Sociologia, da Antropologia e da Geografia. Esses conceitos, acionados mediante o recorte temporal da Ditadura Militar, serviram de orientação para a análise das fontes da pesquisa, a saber, os escritos de cientistas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar no Pará e na Amazônia. Para proceder à essa análise, elencamos Sudam, BASA S. A., NAEA e Idesp como instituições de construção e/ou crítica ao desenvolvimento, tendo como expoentes os cientistas Armando Dias Mendes, Clara Martins Pandolfo, José Marcelino Monteiro da Costa e Roberto Araújo de Oliveira Santos.

No segundo capítulo, *Rastros do desenvolvimento*, construímos um olhar geral a respeito da construção do desenvolvimento desde a década de 1930 até 1980, final da Ditadura Militar, para compreender como estava situado o debate a respeito do desenvolvimento no Brasil, na Amazônia e no Pará, elencando a visão resvalada pelos agentes da Ditadura e o que estava acontecendo para além dessa visão, a partir de diferentes autores e autoras. O terceiro capítulo, por sua vez, apresentou como estavam estruturadas as quatro referidas instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento, analisando fontes institucionais e governamentais, especialmente os três PNDs e PDAs e revistas produzidas nas instituições. O intuito do capítulo *Os tempos das instituições* foi compreender quais debates estavam sendo efetuados nesses espaços, de forma geral, considerando a discussão a respeito do desenvolvimento no período. Encontramos, na análise desse primeiro grupo de fontes, argumentos que consideramos como estruturantes dos processos de desenvolvimento na Amazônia que, somados ao conteúdo do capítulo seguinte, nos deram condições para teorizarmos o que denominamos de *consenso desenvolvimentista*.

Os quatro cientistas, embora já tenham surgido nos capítulos anteriores, tiveram suas trajetórias e escritos analisados no quarto capítulo, denominado *Inventores de Amazônias*, numa alusão a uma expressão construída pelo cientista Armando Dias Mendes. Nesse capítulo, apresentamos os principais argumentos dos autores a respeito do desenvolvimento a

ser construído na Amazônia durante e posteriormente à Ditadura Militar. Observamos narrativas que apontavam argumentos semelhantes e específicos, considerando os trânsitos dos agentes ao longo de suas vidas. Significativamente, encontramos análises voltadas para construir uma “revelação amazônica” para fins de desenvolvimento, e ainda o “povoamento” do desenvolvimento enquanto conceito.

Além disso, sintetizamos os argumentos dos autores encontrados a partir da análise das fontes, delineando as características do consenso desenvolvimentista na Amazônia, resultantes de um longo processo de consolidação do desenvolvimento como categoria histórica e, portanto, fenômeno do mundo capitalista, na contemporaneidade. A argumentação recuperou elementos dos capítulos anteriores, refletindo sobre a própria tese em seus termos, elaborando uma interpretação própria do desenvolvimento na Amazônia como uma *estrutura organizada de esquecimento*.

E o que é o desenvolvimento, afinal? Essa é a pergunta que temos feito ao longo de nossa trajetória acadêmica. Falamos em desenvolver em todos os campos da vida, e essa é uma importante característica da formação de consensos: a linguagem, como uma prática, não foge às perspectivas gerais das sociedades. A linguagem sofre uma captura e aquele sentido, antes restrito a um grupo ou instituição, se torna o sentido geral, exercendo dominância e subalternizando outros sentidos, relegados ao plano da inverdade. É difícil não falar nos termos do desenvolvimento, inclusive ao realizar uma crítica a esse fenômeno.

Buscando compreender a força que o desenvolvimento exerce na realidade social, inicialmente, ainda na graduação, elaboramos uma tarefa de pensar a formação de um território local mediante os acionamentos da memória. Ali, já era uma tentativa tímida de compreender aquilo que assolava as comunidades rurais de São Luís-MA, em constantes embates pela permanência em seus lugares. O tema do desenvolvimento apareceu em todas as entrevistas e documentos, e já percebíamos que em algum momento seria necessário compreendê-lo para além de um dado do campo, das fontes e, de forma geral, dos discursos cotidianos<sup>1066</sup>.

Na dissertação de mestrado, ampliamos o recorte para um território formado por doze comunidades, que identificamos como um *território de conflitos*, sendo a categoria território proporcionadora de uma compreensão segundo a qual o desenvolvimento poderia ser entendido em seu aspecto espacial, como um elemento estruturador das transformações espaciais, implicadas pelos projetos dos diferentes grupos em disputa, utilizado como

---

<sup>1066</sup> JESUS, 2014, ref. 2.

justificativa para a supressão da alteridade. Pudemos perceber que o desenvolvimento era a justificativa dos agentes governamentais e empresariais para a transformação do território rural de São Luís em zona industrial<sup>1067</sup>. Era (e ainda é) um argumento tão forte que sua validade, ao ser questionada pelos representantes comunitários, se tornava (e ainda se torna) uma heresia. Não se pode falar abertamente contra o desenvolvimento, negando-o como finalidade de todos. É preciso mascarar ou amenizar o discurso crítico ao desenvolvimento para que pequenas conquistas nos termos da autonomia das comunidades rurais possam ser obtidas. Falar contra o desenvolvimento, com todas as palavras, é sentenciar o fim da luta, porque a argumentação, por mais refinada que seja, precisa ser realizada nos termos do desenvolvimento para que possa ser socialmente validada. É quase impossível se dizer anti desenvolvimentista, o que seria uma heresia de nossa época<sup>1068</sup>.

Diante desses elementos, fomos relegando a uma pesquisa futura o estudo do desenvolvimento, algo que só pode ser delineado como programa de estudos no doutorado. A pesquisa, analisando uma interpretação amazônica do desenvolvimento a partir dos escritos de quatro cientistas que atuaram em instituições de crítica e/ou fomento a projetos de desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura Militar, ao final, foi o ponto de chegada de uma longa busca por compreensão do desenvolvimento. Empiricamente, os projetos foram efetuados mediante argumentos fortes na experiência social cotidiana. Como negar o desenvolvimento num mundo desenvolvimentista? O autoritarismo do regime de 1964 se alinhava com os objetivos do desenvolvimento, sendo resultado de uma constante busca por construir um outro Brasil modificando radicalmente suas estruturas consideradas arcaicas, tanto nos termos institucionais, quanto em termos societários. Ciência, tecnologia e educação

---

<sup>1067</sup> SBRANA, 2017, ref. 5.

<sup>1068</sup> A primeira vez que escutamos essa elaboração foi a partir de uma fala do prof. Horácio Antunes em um encontro de jovens de comunidades rurais em 2016, na Ilha da Boa Razão, em São Luís-MA, como culminância do Projeto de Educação Ambiental efetivado pelo Gedmma. Sua fala ainda hoje é importante para nossa compreensão do desenvolvimento enquanto certeza contemporânea. A captura de um único sentido para o desenvolvimento é extremamente difícil pois, como afirmamos, inclusive a linguagem é desenvolvimentista e, portanto, a crítica se torna parcial porque feita nesses termos. Para Antunes, o deus de nossa época é o desenvolvimento. Em artigo de 2023, Darlan Rodrigo Sbrana e nós iniciamos uma elaboração interpretativa para buscar compreender a sacralidade do desenvolvimento, que interpretamos como a *salvação secularizada* do mundo contemporâneo. Com a perda da eficácia do discurso cristão e, em geral, religioso institucionalizado – salvas as devidas ressalvas relativas à influência religiosa evangélica no campo político brasileiro recente – o argumento desenvolvimentista se tornou uma certeza quase que religiosa e, portanto, intocável. Por isso, uma espécie de salvação secular que não pode ser questionada, sob o risco de que incorramos no erro da heresia. Para compreender o desenvolvimento como salvação secularizada, ver SBRANA, Tayanná Santos de Jesus; SBRANA, Darlan Rodrigo. A salvação secularizada do capitalismo: elementos teóricos para compreensão do desenvolvimento como uma estrutura organizada de esquecimento. In: *Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA*. São Luís: UEMA, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/eanpuhma/582016-A-SALVACAO-SECULARIZADA-DO-CAPITALISMO--ELEMENTOS-TEORICOS-PARA-COMPREENSAO-DO-DESENVOLVIMENTO-COMO-UMA-ESTRUTURA>. Acesso em: 04 nov. 2023.

seriam os campos a partir dos quais o desenvolvimento se efetivaria na Amazônia e, para cumprir essa tarefa ocidental, era necessário recorrer à força, numa época propícia. Os projetos de desenvolvimento que a memória social das comunidades afetadas na atualidade tanto evoca<sup>1069</sup> como o início de suas mazelas foram a consubstanciação, a infraestruturação, de uma longa busca por desenvolvimento. Não era necessário debater, perguntar às pessoas ou mesmo adequar os projetos aos anseios locais – em um período ditatorial, o processo de escuta não existe. A necessidade era única e simplesmente transformar o Brasil em outra coisa, passando crucialmente pela transformação da Amazônia e do Nordeste segundo os *anseios brasileiros*.

Diante da percepção de uma realidade que precisa ser analisada historicamente, também observamos uma lacuna na construção de conhecimento. O desenvolvimento tem sido estudado há décadas pela Sociologia e pela Antropologia, que possuem áreas específicas como Sociologia do Desenvolvimento e Antropologia do Desenvolvimento. Nesses campos nós temos transitado, buscando diálogo e construção crítica de nossa interpretação. Podemos afirmar com segurança que os mais profundos debates foram travados em encontros, eventos, seminários, mesas redondas que tratavam o desenvolvimento a partir das perspectivas sociológica e antropológica<sup>1070</sup>. Contudo, constantemente sentimos uma carência, que advém da ausência da perspectiva histórica nesse debate<sup>1071</sup>, o que nos leva a formular a pergunta: por que não existe uma *Historiografia do Desenvolvimento*?

---

<sup>1069</sup> Cf. SILVA *et. al.*, 2019, ref. 9.

<sup>1070</sup> Citaremos o Grupo de Trabalho sobre Conflitos Ambientais realizado em 2015, no 39º Encontro Anual da ANPOCS; o estágio docente durante o mestrado em História Social (Ppghis/UFMA) na disciplina Sociologia do Desenvolvimento, ministrada por Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, em 2016; o I Seminário Internacional Povos e Comunidades Tradicionais frente a projetos de desenvolvimento e V Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, ocorrido em 2018; o Grupo de Trabalho Antropologia dos Grandes Projetos, ocorrido na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 2022; o Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas – Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório, ocorrido em 2021, além do continuado debate travado nas reuniões de estudo do Gedmma, nas quais pudemos compreender perspectivas advindas da Sociologia, da Antropologia, da Geografia, do Serviço Social, do Direito, da Biologia e da Psicologia. Em suma, a partir do Gedmma, com diálogo interdisciplinar e relação próxima com pessoas advindas das comunidades tradicionais e indígenas do Maranhão, o desenvolvimento vem sendo analisado sob perspectiva crítica.

<sup>1071</sup> Em contraposição, na maioria dos eventos de História, necessitamos realizar um malabarismo teórico-conceitual para encaixar nossa pesquisa nos grupos de trabalho. Quase sempre a pesquisa foi aceita em grupos de História Contemporânea ou do Tempo Presente, ou ainda História Oral, já que os relatos orais foram uma fonte basilar da pesquisa monográfica e da dissertação de mestrado. A crítica ao desenvolvimento, nesses encontros, aparecia pela crítica aos grandes projetos, à Ditadura Militar, ao estado de exceção contemporâneo, à afetação de comunidades tradicionais, que também foi importante para nossa pesquisa. Mas, como diremos, falta algo. Citemos as importantes contribuições no Simpósio Temático História ambiental: espaço, território e natureza, do 30º Simpósio Nacional de História da Anpuh, ocorrido em 2019; o XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica, ocorrido em 2021; o Encontro Regional da Anpuh – Sessão Pará, em 2021 e o Encontro Regional da Anpuh – Sessão Maranhão, em 2023.

Até pouco tempo, tínhamos receio em elaborar essa interpretação da ausência da análise do desenvolvimento no campo histórico, por temor de adentrar em uma crítica que poderia levar ao questionamento das bases da nossa disciplina especialmente no Brasil. Sabemos, como já foi dito no projeto de tese e nos capítulos anteriores, que existe uma divisão informal do conhecimento científico, que vem desde a formação da ciência moderna e a posterior especialização do saber. O tema do desenvolvimento *pertence* às ciências econômicas, e a crítica do desenvolvimento à Sociologia e à Antropologia. Por que não realizar esse debate na História?

Desde a primeira pesquisa, que foi a monografia de graduação, já sentimos um incômodo ao realizar a crítica ao desenvolvimento. Em diversos espaços, diante dessa interpretação, encontramos embates baseados na seguinte questão: sem o desenvolvimento como objetivo, o que resta? Percebemos que aí está o problema histórico a ser investigado. E nossa tese perseguiu esse problema, pelo menos apontando seus elementos constituidores na Amazônia durante a Ditadura Militar. A partir da investigação do fazer científico de quatro cientistas amazônidas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante o regime ditatorial brasileiro, nosso objetivo foi entender como se estruturou um consenso que persiste forte até a atualidade, mesmo diante de inúmeras críticas de movimentos sociais, populações tradicionais, intelectuais e representantes políticos<sup>1072</sup>. O desenvolvimento é um consenso forte e estruturante da vida social brasileira, possui seus elementos de eficácia, como os projetos de desenvolvimento e as respectivas infraestruturas, a invenção tecnológica e o saber científico, e é também a base de nossa compreensão do mundo, partindo da linguagem, mas adentrando nos sentidos sociais, individuais, desejos, emoções, e tudo o que envolve nossas vivências individuais e coletivas.

Há uma angústia em nossa pesquisa, que consiste em elaborar uma crítica ao desenvolvimento ainda utilizando sua linguagem e, portanto, seu saber-poder<sup>1073</sup>. Entretanto, ainda que capturada pela linguagem desenvolvimentista, a crítica precisa permanecer, pois as condições de possibilidade, o horizonte de expectativas, estão dispostas na realidade

---

<sup>1072</sup> E nossa busca foi blochiana: a partir do presente, pelo método regressivo, perseguimos seus rastros. Blochiana e ginzburguiana, já que esses rastros são restos micro e macro em circulação. Como pensar o desenvolvimento sem pensar as infraestruturas, os discursos e o imaginário? Os elementos constituidores do desenvolvimento se retroalimentam e dialogam em diferentes escalas. Cf. BLOCH, 2001, ref. 383; GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário. Mitos, emblemas, sinais*: Trad.: Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. pp. 143-179. Agradecemos especialmente ao professor José Maia Bezerra Neto, que ministrou a disciplina Tópicos Especiais – História Social e Cultural: Leituras de Bloch, Thompson e Ginzburg, a partir da qual pudemos ampliar nossos estudos sobre Marc Bloch e Carlo Ginzburg, além de E. P. Thompson.

<sup>1073</sup> QUIJANO, 2007, ref. 12.



social<sup>1074</sup>. É possível, reiteramos, uma crítica fundamentada historicamente ao desenvolvimento como sentido geral de nossa época, já que ele é um fenômeno humano e, como tal, precisa ser interpretado historicamente. Se o desenvolvimento é um fenômeno contemporâneo forte e eficaz, enquanto consenso, por que nós, historiadores, não devemos interpretá-lo historicamente, deixando para os colegas sociólogos e antropólogos essa tarefa, na divisão informal do conhecimento científico?

As características do consenso desenvolvimentista elaborado na Amazônia durante a Ditadura Militar são, portanto: a) a compreensão do desenvolvimento econômico enquanto necessidade inescapável, b) a invenção da Amazônia como alvo do desenvolvimento, c) a revelação das potencialidades amazônicas para fins de sua transformação em recurso, d) o não questionamento do caráter autoritário do desenvolvimento e e) a criação de um novo amazônida. Desse modo, o desenvolvimento assume uma importante característica nesse processo, enquanto uma *estrutura organizada de esquecimento*, pela intersecção de dois elementos ou temas intrínsecos ao desenvolvimento, apresentados no capítulo anterior: a *temporalidade linear ocidental* e a *monocultura dos territórios e das sociabilidades*. Tempo e espaço, portanto, são significativos como componentes do desenvolvimento enquanto estrutura organizada de esquecimento, o que nos posiciona em um campo possível de sentido, que propomos como *Historiografia do Desenvolvimento*.

Ressaltamos que uma das dificuldades – se não, a principal – na elaboração desta tese de doutorado foi e continua sendo a amplitude do debate. Falar de desenvolvimento, Amazônia, ciência e tecnologia é retomar temas que estão no cerne de nossa existência enquanto sociedades ocidentais e, portanto, cristãs, modernas, desiguais e capitalistas. A cada vez que iniciamos uma argumentação sobre um desses temas em separado, não conseguimos deixar de chamar outro tema para o diálogo. Amazônia, historicamente, remete a uma invenção, dentre outras tantas que são construídas quando o território multifacetado depois instituído como América e Brasil foram alvo da colonização europeia. Invadem-se os territórios, cria-se a Amazônia. Com isso, desdobram-se variados processos de violência, dentre eles, a instituição da modernidade nos trópicos e, posteriormente, a impregnação do progresso como sentido geral. No século XX, é o desenvolvimento que toma a frente enquanto necessidade – e essa história nós tentamos contar pelo menos em um de seus aspectos: a evocação da ciência como possibilidade de transformação de um mundo arcaico e um mundo moderno, desenvolvido. Em suma, é uma história pretensamente linear, unívoca e

---

<sup>1074</sup> KOSELLECK, 2006, ref. 6.

mono: o sentido é único, não pode ser abandonado. É uma perigosa história única, que rouba a dignidade das pessoas<sup>1075</sup>.

Nossa preocupação, ao longo da pesquisa, esteve ainda em compreender em que medida a ciência amazônica, a partir de seus intérpretes, partilhava dos valores únicos do desenvolvimento, o que foi se apresentando a partir das fontes, considerando a todo momento as condicionantes da época. Os cientistas aqui analisados eram desenvolvimentistas e, a partir de suas atuações políticas, construções intelectuais e trânsitos institucionais individuais e coletivos, tiveram importante parcela na construção do desenvolvimento durante a Ditadura Militar, trazendo debates locais e regionais para o cálculo e estabelecendo críticas ao processo, ainda que limitado ao alcance dessas críticas.

Em muitos momentos pudemos notar a permanência de uma divisão antiga na construção de sentidos ocidental: corpo e alma, natureza e cultura, ciência e senso comum, dos quais falam Graeber e Wengrow<sup>1076</sup>. Para Jason Moore, a história que divide a humanidade e a natureza oculta, ainda, uma violência mais profunda, a de que o capitalismo foi construído

sobre a maioria dos *humanos* da Humanidade – povos indígenas, africanos escravizados, quase todas as mulheres e até mesmo muitos homens de pele branca (eslavos, judeus, irlandeses). Da perspectiva dos administradores imperiais, mercadores, proprietários da terra e *conquistadores*, esses humanos não eram nada Humanos. Eram vistos como parte da Natureza, junto das árvores, solos e rios, e tratados como tal<sup>1077</sup>.

Os debates a respeito da preservação e continuidade do modo de vida das chamadas populações tradicionais não estavam no horizonte de expectativas durante a Ditadura Militar, contudo, a percepção dos chamados problemas ambientais figurou em programas de desenvolvimento, especialmente a partir dos anos 1980, embora tal debate seja dos anos 1960. Deliberadamente, para o regime autoritário de 1964, a questão ambiental não poderia ser abarcada em sua luta pelo desenvolvimento brasileiro. Não havia tempo a *gastar* com indígenas, ribeirinhos, comunidades negras, militantes sindicais e outros grupos que estavam denunciando, criticando e, portanto, sendo reprimidos pelo regime. O tempo era o de uma expectativa referente ao futuro do Brasil, sem comunismo – esse grande fantasma que ainda hoje é invocado nas lutas por poder e significação –, sem subversão da ordem, sem atraso. O

---

<sup>1075</sup> ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad.: Júlia Romeu. São Paulo: Cia. das Letras, 2009. p. 14.

<sup>1076</sup> GRAEBER, David; WENGROW. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Trad.: Denise Bottmann e Claudio Marcondes. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

<sup>1077</sup> MOORE, 2022, ref. 386, p. 130.

imperativo era o desenvolvimento, e para tanto se fazia um grande coro, inclusive entre os cientistas.

Era possível agir de outra forma? Essa pergunta, entre nós, historiadores, é perigosa, porque trabalhamos com o transcurso temporal e a ação humana já efetuada. Analisamos os fenômenos históricos sob o signo da passagem, mesmo aqueles mais recentes e imediatos. O *se* é uma variável com a qual não lidamos, contudo, ela está constantemente presente em nossas análises, porque o conjunto de possibilidades nos leva a pensar naquelas que não foram seguidas. A formação de consensos, mais uma vez chamando Pierre Bourdieu para o diálogo, é aquela luta entre as perspectivas que objetivam sua instituição enquanto verdade. Para onde vão as perspectivas que perderam?

Nossa tese consistiu em um esforço de contribuir para o debate acerca do desenvolvimento desde uma perspectiva científica amazônica, inclusive estabelecendo uma crítica de como o campo científico estava estabelecido durante a Ditadura Militar, entre limites e possibilidades. Compreender o pensamento social amazônico a respeito do desenvolvimento, para nós, foi entender a dimensão fraturada dessa perspectiva, constantemente aviltada de suas possibilidades de construção de sentido, já que a Amazônia, como o *Outro do Brasil*, sequer teria agentes científicos capazes de construir um pensamento original, na visão hegemônica brasileira – do que se ressentiam, com razão, os quatro principais cientistas de nossa tese. Ao longo da leitura e interpretação das fontes, por diversas vezes encontramos análises que posteriormente foram construídas em outros espaços fora da Amazônia, algumas delas apresentadas como novidade, mas que já figuravam no horizonte de expectativas de Pandolfo, Mendes, Monteiro da Costa e Santos.

Ao estabelecer uma crítica ao desenvolvimento, não deixamos de compreender a importância dos cientistas amazônicos na construção de um pensamento próprio, original e com conhecimento da realidade à qual remetiam em seus escritos. As complexidades vivenciadas pelos sujeitos de outrora – e por nós, atualmente – persistem como a multifacetada construção de sentido histórico, ampla e de muitas formas, que se apresenta continuamente como matéria da vida, ao longo do tempo. Se nos desperta a curiosidade pelo consenso desenvolvimentista e o lugar da ciência amazônica na construção desse fenômeno, é porque ele nos atinge e, enquanto historiadores, precisamos entender a importância das estruturas duradouras em nossa prática. Em que medida um olhar desenvolvimentista ainda povoa nossa construção de sentido? Quais são nossas negligências diante da incorporação da perspectiva desenvolvimentista em nossas análises? Quando é que

deixamos de lado as críticas e as tarefas herdadas dos historiadores que nos antecederam em momentos de crise?

Aqui, articulamos um passado, mas sabendo que não o conheceremos como ele foi efetivamente, pois nos apropriamos de uma reminiscência, que “*relampeja no momento de um perigo*”<sup>1078</sup>. Entender o que diziam os cientistas é também compreender o que os agentes do desenvolvimento não compreendiam como possibilidade. Ao longo da Ditadura Militar, pelo menos oito mil indígenas pertencentes a dez povos foram mortos, conforme a Comissão da Verdade. Esse número não abrange a totalidade, pois remete apenas a dez povos e o Brasil é formado, hoje, por 305 etnias indígenas<sup>1079</sup>. O número de camponeses mortos no período também é um fragmento da dimensão da violência, remetendo a 1.196, reconhecidos somente 29 pelo Estado<sup>1080</sup>. Ao atravessar a Amazônia, os projetos de desenvolvimento dilaceraram culturas históricas, ancestrais, originárias, e incontáveis vezes foi o desenvolvimento que legitimou, no imaginário social, a morte e o saque de riquezas.

Enfim, consideramos necessário esclarecer que esta tese, assim como todos os nossos escritos anteriores, possui uma utopia orientadora, aquela da *história à contrapelo*. Para compreender essa utopia, retornamos ao que considero a gênese de nossa disputa contemporânea: a construção do desenvolvimento. A Amazônia que vivenciamos é a dos conflitos e estudar história teve, em nossa trajetória, uma importância ética, como um retorno nietzschiano às origens – do humano ao símio, hereticamente falando.

Ao construir nossa pesquisa, não podemos deixar de lembrar do que disse Walter Benjamin, sobre a história, pois “em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela”<sup>1081</sup>. O desenvolvimento, enquanto fenômeno estruturador da vida contemporânea, não pode ser sentido e não ser notado. Sua existência possui uma duração longa, e seus efeitos uma dimensão que transcende o período de origem. Esses efeitos atingem aquelas populações alvo dos grandes projetos, cuja existência ultrapassou a demarcação da Ditadura Militar e se encontra hoje, como herança, habitando os vários espaços da resistência espalhados pela Amazônia brasileira. Contar um aspecto da

<sup>1078</sup> BENJAMIN, 2012, ref. 3, p. 243.

<sup>1079</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estado deve reparação a indígenas por violências da ditadura militar, afirmam debatedores. 26/04/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/955771-estado-deve-reparacao-a-indigenas-por-violencias-da-ditadura-militar-afirmam-debatedores/#:~:text=Segundo%20Ma%C3%ADra%20Pankararu%2C%20a%20comiss%C3%A3o,conta%20com%20305%20etnias%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 02 dez. 2023.

<sup>1080</sup> REDE BRASIL ATUAL. Ditadura matou 1.196 camponeses, mas Estado só reconhece 29. 27/09/2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/relatorio-aponta-1-196-camponeses-mortos-ou-desaparecidos-entre-1961-e-1988/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

<sup>1081</sup> BENJAMIN, 2012, *Op. cit.*

história do desenvolvimento na Amazônia, para nós, é não fugir de uma tarefa, pois “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”<sup>1082</sup>.

---

<sup>1082</sup> BENJAMIN, 2012, ref. 3, p. 244.

## REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa Gomes. Elogio ao professor Roberto Araújo de Oliveira Santos, por ocasião da posse da sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Auriléa Abelém, fundadora da cadeira N. 44. Discursos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*. (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 06, n. 02, Seção Discursos (98 - 103), jul./dez. 2019. Disponível em: [https://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/179/pdf\\_124](https://ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/179/pdf_124). Acesso em: 04 nov. 2023.
- AUGUSTO, Acácio; MARESTONI, Matheus. Prefácio à edição brasileira: Bater onde dói... E com força! In: BRAY, Mark. *ANTIFA: O manual antifascista*. Trad.: Guilherme Ziggy. 2017. São Paulo: Autonomia Literária. pp. 6-25.
- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Trad.: Júlia Romeu. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad.: Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALIER, Joan Martinez. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Trad.: Maurício Waldman. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Trad.: Vera Lúcia M. Josceline, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 157-172. ISSN: 1517-2120. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528/2024>. Acesso em: 03 nov. 2023
- ÁVILA, Gabriel da Costa. *Ciência, objeto da História*. São Paulo: Alameda, 2019.
- BALDIN, Rafael. Sobre o conceito de paisagem geográfica. *Paisagem E Ambiente*. 32 (47), e180223, pp. 1-17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.180223>. Acesso em: 02 dez. 2023.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BASA. História e marca. *Sítio eletrônico do Banco da Amazônia S. A.*, 2021. Apresentação da história do Banco e sua marca. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/historia-marca>. Acesso em: 24 de mai. 2021.

BASTOS, Luiza; GONDIM, José Carlos; PALMQUIST, Sérgio; LOBATO, Wanderson. *Banco da Amazônia 70 anos*. Belém: PLW-Projetos e Linguagens/Banco da Amazônia, 2012.

BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)*. 2016. 371 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BATISTA, Iane Maria da Silva; MIRANDA, Leila Mourão. Clara Martins Pandolfo (1912-2009): múltiplas faces de uma intelectual amazônida. *Revista Brasileira de História da Ciência*. V. 16, n. 1, jan./jun. 2023. pp. 176 – 197. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/852/651>. Acesso em: 03 nov.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad.: Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. pp. 241-252.

BHABHA, Homi K. Introdução; O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Trad.: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005. pp. 19-69.

BIANCHI, Alvaro. *Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. 2ª ed., Porto Alegre: Zouk, 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOHNENBERGER, Marina. Monoculturas: um exercício de figuração especulativa feminista. ST05 Tecnopolíticas, Cosmopolíticas: conflitualidades e modos de saber face ao plantationceno. *Anais – VIII ReACT – 22 a 26 de novembro de 2021*. v. 5, n. 5. 2022. p. 703. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3810>. Acesso em: 02 dez. 2023.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização?. *Boletim Goiano de Geografia*. V. 30, n. 1, jan.-jun., 2010, pp. 13-33. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/11191>. Acesso em: 04 nov. 2023. p. 14.

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 11-63.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad.: Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11ª ed. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011.

\_\_\_\_\_. *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)*. Trad.: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2014: homenagem a Armando Dias Mendes*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2015.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, 47-64. p. 53. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3311/3482>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. *In: O marxismo encontra Bourdieu*. Trad.: Fernando Rogério Jardim (Org.: Ruy Braga). Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipedia*. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estado deve reparação a indígenas por violências da ditadura militar, afirmam debatedores. 26/04/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/955771-estado-deve-reparacao-a-indigenas-por-violencias-da-ditadura-militar-afirmam-debatedores/#:~:text=Segundo%20Ma%C3%ADra%20Pankararu%2C%20a%20comiss%C3%A3o,conta%20com%20305%20etnias%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *“Estranhas catedrais” : as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 3ª reimpressão. Niterói: Eduff, 2017.

CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In: A escrita da história*. 3ª ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 3ª ed. pp. 45-111.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*. Dourados, v. 13, n. 24, jul/dez, 2011, pp. 15-29. 222; CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, 11(5), 1991, pp. 173-191.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (orgs.). Marabá: Editorial iGuana, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Em busca do desenvolvimento sustentável. *Nosso Futuro Comum* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. pp. 46-71.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA PARÁ/AMAPÁ, 2023. Site do Conselho Regional de Economia do Pará e do Amapá (CORECON PA/AP) – Galeria dos Presidentes. Disponível em: <https://www.coreconpara.org/copia-historia>. Acesso em: 03 nov. 2023.



COSTA, Eduardo José Monteiro da (Org.). *Armando Dias Mendes: vida e obra de um intérprete da Amazônia*. Belém: Marques Editora, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naif, 2009. pp. 267-292.

DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Trad.: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (Org.: Tiago Santos Almeida). São Paulo: LiberArs, 2017.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. Introdução. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. pp. 07-12.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. Empresariado Nacional: Alguns Problemas Teóricos e sua Caracterização Econômica nos Anos Setenta; Empresariado Nacional: Ideologia e Atuação Política nos Anos Setenta. In: *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. pp. 108-207.

DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3ª ed. Brasília: Ipea, 2010. pp. 19-34.

DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista; estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Trad.: Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

\_\_\_\_\_. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESTADO DO PARÁ. Lei Nº 3.649, de 27 de janeiro de 1966. Cria o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP). *Assembleia Legislativa do Estado do Pará*, Belém, PA, 13 abr. 1966

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. In: SACHS, Wolfgang (org.). *Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FERNANDES, Danilo Araújo; SILVA, David Borges Reis; MASCARENHAS, Henrique Pereira. Reflexões sobre a formação do pensamento desenvolvimentista na Amazônia: uma análise da trajetória e produção intelectual de Armando Dias Mendes. *Cadernos do Desenvolvimento*. v. 10, n. 16, 2015. Disponível em: <https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/103>. Acesso em: 04 nov. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FGV CPDOC. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, 2021. Verbete Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam>. Acesso em: 23 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, 2021. Diretrizes do Estado Novo (1937-1945) – Manifesto dos Mineiros. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>. Acesso em: 13 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do Poder*. Trad. e Org.: Roberto Machado. 27ª ed. São Paulo: Graal, 2013. pp. 55-86.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu – reflexões sobre mentalidade e imaginário. In: *Os três dedos de Adão: ensaios de mitologia medieval*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. pp. 49-91.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *Mitos, emblemas, sinais*: Trad.: Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. pp. 143-179.

GLASER, André. Prefácio à edição brasileira. In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Trad.: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GLORIA MORAES. *Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, 2021. Verbete Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-aceleracao-do-crescimento-pac>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GONTIJO, Bernardo; VALE, Everton Siviero; MARQUES, Silvio. Editorial. *An. Bras. Dermatol.* 83 (6), dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962008000600001>. Acesso em: 01 dez. 2023.

GOVERNO FEDERAL. Medida Provisória Nº 2153, de 05 de junho de 2001. Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, e dá outras providências. *Presidência da República*, Brasília, DF, 5 jun. 2001. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/4292-cria-a-agencia-de-desenvolvimento-da-amazonia-ada-extingue-a-superintendencia-do-desenvolvimento-da-amazonia-sudam-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 28 de mai. 2021.

GRAEBER, David; WENGROW. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. Trad.: Denise Bottmann e Claudio Marcondes. São Paulo: Cia. das Letras, 2022.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política*. Trad.: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho e Baby Livros. 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. pp. 35-64.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Sagga, 2018. pp. 309-334.

HAESBAERT, Rogério. O giro espacial e o espaço(tempo) como esfera da mudança de perspectiva. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2021. pp. 29-58.

\_\_\_\_\_. Por uma outra regionalização: a região como artefato. In: *Regional global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. pp. 109-155.

HARVEY, David. Tudo por causa do petróleo. In: *O Novo Imperialismo*. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005. pp. 11-30.

IDESP. O antigo IDESP. *Sítio eletrônico do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará*, 2008. Disponível em: <http://www.mentorbr.com/idesp/Antigo.asp>. Acesso em: 18 de mai. 2021.

IPEA. *História – Rio 92*. 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2303:catid=28&Itemid](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid). Acesso em: 30 nov. 2023.

JAMESON, Fredric. Introdução; 1. A lógica cultural do capitalismo tardio. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad.: Maria Elisa Cevasco. Editora Ática: 1997. pp. 13-79.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. [S. l.]: Edição Popular, 1963.

JESUS, Tayanná Santos Conceição de. *Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim*. 2013. 38 f. Relatório de Iniciação Científica (Curso de História Bacharelado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

\_\_\_\_\_. *Violência, memória e resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís-MA (1996-2013)*. 2014. 99 f. Monografia de Conclusão de Curso (Curso de História Bacharelado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de. *Morte e ressurreição da SUDAM: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia*. 2005. 255 f. Tese de Doutorado. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

LISBOA, Marijane. Em nome do desenvolvimento: Um fundamento pouco sólido para resolução de conflitos. In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

LOUREIRO, Maria Cristina Guimarães. *Rede de Bibliotecas da Amazônia (REBAM): da gênese ao desaparecimento*. 1985. 155 f. Dissertação de Mestrado (Escola de Biblioteconomia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, Edna (Org.). *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras*. São Paulo: Annablume, 2019. pp. 197-224.

LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiado da. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. *Saeculum – Revista de História*, v. 39, n. 39, p. 83-102, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.41123>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MAFRA, Edilene. Djalma Batista e o desbravamento em Saúde na Amazônia. *Portal Edilene Mafra – tudo sobre cultura amazônica*. 2021. Disponível em: <https://edilenemafra.com/me/djalma-batista-e-o-desbravamento-em-saude-na-amazonia/>. Acesso em: 04 nov. 2023.

MALLMANN, Vinícius Henrique. *O Brasil Grande Potência como construção discursiva: o Governo do General Médici (1969-1974)*. 2020. 74 f. Artigo Final de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Polis/Petrópolis: Vozes, 1984.

MASSOLA, Marilise Pagliosa; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; STAMM, Cristiano. *As teorias de janelas de oportunidades e de aprendizado adaptativo: um estudo para os países em desenvolvimento*. 9. pp. 81-95. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/344285617\\_As\\_teorias\\_de\\_janelas\\_de\\_oportunidades\\_e\\_de\\_aprendizado\\_adaptativo\\_um\\_estudo\\_para\\_os\\_paises\\_em\\_desenvolvimento](https://www.researchgate.net/publication/344285617_As_teorias_de_janelas_de_oportunidades_e_de_aprendizado_adaptativo_um_estudo_para_os_paises_em_desenvolvimento). Acesso em: 01 dez. 2023. p. 81.

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MBEMBE, Achile. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Trad.: Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2020.

MELO, Demian Bezerra de, “Ditadura ‘civil-militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. *Espaço Plural*. Ano XIII, n. 27, p. 39-53, 2012.

MEMORIAL DO LIVRO MORONGUÊTÁ UFPA, 2019. Site do Memorial do Livro Moronguêta da UFPA – Roberto Araújo de Oliveira Santos. Disponível em: <https://moronguetaufpa.blogspot.com/2015/11/roberto-araujo-de-oliveira-santos.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. *Continuum Colonial: colonialidade (= modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da república no estado do Maranhão, Brasil*. 2017. 314 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Centro de Ciências Humanas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. Historiografia brasileira em questão: considerações sobre economia e política. *História Revista*. 11(2), 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/hr.v11i2.9060>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiãna Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (Orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: Edufma, 2009

MOORE, Jason. O surgimento da Natureza Barata. In: MOORE, Jason (Org.). *Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. Trad.: Antônio Xerxenesky e Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022. pp. 129-186.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*. v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62690415.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MOREIRA, Sílvia Maria Bitar de Lima, *Ciência e educação superior na Amazônia: trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará*. Belém: NAEA, 2018.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. 2004. 218 f. (Mestrado na Escola de Engenharia de São Carlos) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-16042007-163916/pt-br.php>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, André Figueiredo. *O Choque do Petróleo de 1973: Estados Unidos, OPAEP e a segurança energética*. 126 f. 2016. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-Graduação em História Comparada – Instituto de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016).

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. *Rev. Antropol.* v. 61, n. 1, São Paulo: USP, 2018, pp. 33-46. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145511>. Acesso em: 20 abr. 2024.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. *Estudos Avançados*. v. 7, n. 18, São Paulo, maio/ago, 1993. pp. 43-63. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141993000200003>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. 278 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/11582/1/Tese%20de%20Airton%20dos%20Reis%20Pereira.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*. Trad.: Denise Bottmann. 7ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

\_\_\_\_\_. Partidos e eleições no Pará nos tempos da Ditadura Militar. In: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (Orgs.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga Editora, 2018, pp. 283-307.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas do governo federal no Estado do Pará da Spvea à Nova República. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018, pp. 95-122. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/852>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PPGDSTU, 2022. Site do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da UFPA, com notícia a respeito da obtenção de nota 7 pela avaliação da Capes. Disponível em: <https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/1023-ppgdstu-nota-7-capes-2>. Acesso em: 04 de nov. 2023.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PUTY, Cláudio. O futuro do novo Idesp. *Revista de Estudos Paraenses*. Belém, PA, pp. 5-9, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. pp. 93-126.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento; a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 nº 75, fevereiro de 2011. p. 149-193.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/XJG9DmQ8w9HTPyq8fxyFtJb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024.

REDE BRASIL ATUAL. Ditadura matou 1.196 camponeses, mas Estado só reconhece 29. 27/09/2012. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/relatorio-aponta-1-196-camponeses-mortos-ou-desaparecidos-entre-1961-e-1988/>. Acesso em: 02 dez. 2023.

REIS, José Carlos. III – Reações: Antropologia Histórica e Narrativa. A Terceira Geração. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. Trad.: Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991. pp. 65-76.

\_\_\_\_\_. O tempo histórico como “representação”. *Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. pp. 25-66.

REIS, Tiago Siqueira. História das instituições: abordagens e possibilidades de pesquisas. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves (Orgs.). *Coleção História do Tempo Presente: volume 3*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Trad.: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ROBINSON, William I. *Una teoría sobre el capitalismo global: producción, clase y Estado em um mundo transnacional*. Trad.: Victor Acuña Soto e Myrna Alonzo Calles. México: Siglo XXI Editores, 2013.

SAAVEDRA, Maria da Paz Corrêa. *O “ir” para o assalariamento na agroindústria do dendê e o “voltar” para a comunidade quilombola: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará*. 2017. 140 f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Pará), Belém: PPGSA/UFPA, 2017. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1-XPuxW\\_q7gBnRvQmg-DNh7y\\_mcXmeuVw/view](https://drive.google.com/file/d/1-XPuxW_q7gBnRvQmg-DNh7y_mcXmeuVw/view). Acesso em: 02 de dez. 2023.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *“É muito triste não conhecer o pai”: a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles*. 2020. 321 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal do Pará). Belém: UFPA, 2020. Disponível em: [https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SACRAMENTO\\_Elias\\_Tese.pdf](https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SACRAMENTO_Elias_Tese.pdf). Acesso em: 02 dez. 2023.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus. *“E deu nome a todas as coisas”: as relações entre violência, território e desenvolvimento na formação da Zona Rural II de São Luís, Maranhão (1996-2015)*. 2017. 236 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

\_\_\_\_\_. Grandes projetos na Amazônia: elementos para compreensão da construção de um consenso desenvolvimentista ao longo do tempo *In Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA): defender direitos e fazer antropologia em tempos extremos*. Curitiba: ABA; UFPR, 2022. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/atividade-160353>. Acesso em: 04 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Rastros do desenvolvimento na Amazônia: grandes projetos, ciência e tecnologia na Amazônia durante a Ditadura Militar *In: GONÇALVES, Renata de Sá; BRONZ, Deborah; VEIGA, Felipe Berocan (Coords.). XIV Reunião Brasileira de Antropologia do Mercosul: reconexões e desafios do sul global: anais eletrônicos*. São Paulo: Síntese Eventos, 2023. Disponível em: <https://www.ram2023.sinteseeventos.com.br/anais/divisao/lista>. Acesso em: 20 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. Traduções do desenvolvimento: produção teórica e construção de consenso a partir de teses do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) – segunda metade do século XX ao tempo presente. *Anais do XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia e crise sistêmica*. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/sites/congressohistoriaeconomica.fflch.usp.br/files/publicacoes/XI-congresso-2020-anais-eletronicos-Tayanna-Santos-de-Jesus-Sbrana.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

SBRANA, Tayanná Santos de Jesus; SBRANA, Darlan Rodrigo. A salvação secularizada do capitalismo: elementos teóricos para compreensão do desenvolvimento como uma estrutura organizada de esquecimento. *In: Anais do Encontro Regional da ANPUH - MA*. São Luís: UEMA, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/eanpuhma/582016-A-SALVACAO-SECULARIZADA-DO-CAPITALISMO--ELEMENTOS-TEORICOS-PARA-COMPREENSAO-DO-DESENVOLVIMENTO-COMO-UMA-ESTRUTURA>. Acesso em: 04 nov. 2023.



SANDOVAL, Juan Manuel. La “Megarregión Arizona-Sonora” como Zona Especifica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la expansión del capital transnacional de la frontera México-Estados Unidos. *REPOCS*. V. 16, N. 32, ago./dez., 2019. pp. 21-49. p. 26.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Carajás 30 anos: projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental. *Jornal Vias de Fato*. São Luís, 07 ago. 2013.

SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Edição on-line.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Trad.: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

\_\_\_\_\_. SHIVA, Vandana. Recursos In: SACHS, Wolfgang (org.). *Diccionario del desarrollo. Un guía del conocimiento como poder*. PRATEC, Perú, 1996.

SILVA JÚNIOR, José Plácido; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo Barros da. A pílula dourada do agronegócio, o MATOPIBA. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Caderno Conflitos no Campo*. Brasil, 2015. pp.153-158.

SILVA, Ainá Oliveira da; PINHEIRO, Carla Cristina Barros; BRUSTOLIN, Cíndia; COSTA, Clara Fernanda da Silva; CASTRO, Maria Ecy Lopes de; SOUZA, Neuziane; SILVA, Sislene Costa da (Orgs.). *Liberdade caça jeito: a história de todos na história de cada um*. São Luís: Edufma, 2019.

SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/5741f166-7eaa-4b5f-9b13-88ab06225d8a>. Acesso em: 02 dez. 2023.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo – 1964 – 1985*, São Paulo, Paz e Terra, 2000.

SOARES, Filipe Menezes. *A Amazônia da Ditadura. A Amazônia da Ditadura: discursos, políticas e personagens na colonização do tempo presente*. 2020. 400 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. pp. 33-147.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

\_\_\_\_\_. A legitimação acadêmica dos privilégios no Brasil. In: CATTANI, Antonio David (org.). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre: Zouk, 2010.

\_\_\_\_\_. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *A tolice da inteligência brasileira: ou como um país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUDAM. Institucional. *Sítio eletrônico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia*, 2021. Relação dos Superintendentes e Diretores desde a fundação. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional>. Acesso em: 28 de mai. 2021

\_\_\_\_\_. *Sítio eletrônico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.*, 2021. Histórico da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/acesso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 28 de mai. 2021.

TAVARES, Flávia; RIBEIRO, Aline. João Doria: “Eu não sou político, não”. *Época*, São Paulo, 25 de abril de 2017. Política. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html>. Acesso em 26 de maio de 2021.

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. Trad.: Nélio Schneider e Luiza Araújo. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2010.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad.: Rosaura Eichenberg. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 267-304.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. *A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro*. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 08min e 05seg). Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>. Acesso em: 02 dez. 2023.

Verbetes Desenvolvimento In: GOMIDE, Caroline Siqueira; COELHO, Tádzio Peters; TROCATE, Charles; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes (Orgs.). *Dicionário Crítico da Mineração*. 1ª ed. Marabá: iGuana, 2018.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez; PINTO, Raquel Giffoni; GARZON, Luis Fernando Novoa. *Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

WANDERLEY, Luiz Jardim; COELHO, Tádzio Peters (Orgs.). *Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia*. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. *Cultura e materialismo*. Trad.: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOODHOUSE, Christopher Montague. Cecil Rhodes – prime minister of Cape Colony. *Encyclopaedia Britannica*. 20 out. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Cecil-Rhodes/Political-involvement-in-Africa>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto 1981 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.938%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201981&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,aplica%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 02 dez. 2023.

### Fontes

65 ANOS ECONOMIA. Canal Academia Amazônia. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Oc9G8LA\\_UtQ](https://www.youtube.com/watch?v=Oc9G8LA_UtQ). Acesso em: 01 dez. 2023.

ALVIM, Paulo de T. Desafio Agrícola da Região Amazônica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 4, n. 1/4, pp. 49-61, out. 1972/ set. 1973.

BRITTO, Rubens da Silveira. Digressões em torno do estágio nutricional das populações da Amazônia. In: *SUDAM Documenta*, Belém, PA, v. 4, n. 1/2, pp. 69-90, jan./dez., 1982.

BRITTO, Rubens da Silveira; ALVES, Zildomar José; ROCHA, Maria Inês Ferreira da. Tuberculose: 86 anos de obituário em Belém. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 3, n. 1/2, pp. 87-107, jan./dez., 1981.

CAMPOS, Ápio. Educação para o desenvolvimento da Amazônia. *Pará Desenvolvimento*. Belém, PA, v. 3, pp. 51-66, 1968.

\_\_\_\_\_. O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento. *Pará Desenvolvimento*. Belém, PA, v. 4/5, pp. 41-53, set./dez., 1968.

COELHO, Ernesto Bandeira. Apresentação. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. V-VI, out./dez., 1969.

COSTA, Eduardo. [fev. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém, Pará/Grajaú, MA – Ambiente virtual. Belém, 23 de fev. 2023. Eduardo José Monteiro da Costa é um dos filhos de José Marcelino Monteiro da Costa.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuição para o debate) In COSTA, José Marcelino Monteiro da (Ed.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

\_\_\_\_\_. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia – Terra & Civilização: uma trajetória de 60 anos*. V. II. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. pp. 481-523. p. 481.

DIAS, Catharina Vergolino. O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia. *Revista Econômica do BASA*, Belém, PA, v. 1, n. 4, pp. 55-68, set./dez., 1971

GUERRA, Francisco das Chagas Uchôa. Projetos Florestais IX; mão-de-obra em manejo florestal (continuação). Belém, PA, *SUDAM Documenta*, v. 3, n. 1/2, pp. 5-13, jan./dez., 1981

HÉBETTE, Jean (Coord.). Ciência e tecnologia para a Amazônia. *Cadernos NAEA 7*. Belém, PA, 1983

\_\_\_\_\_. Ciência e tecnologia para a Amazônia?. In: HÉBETTE, Jean (Coord.). Ciência e tecnologia para a Amazônia. *Cadernos NAEA 7*. Belém, PA, pp. 169-174, 1983

JATENE, Heliana da S.; ZACCA, Eliana F. S.; CARNEIRO, José Q. Notas informativas sobre a atuação de empresas privadas de colonização no norte-matogrossense. *SUDAM Documenta e Informa*. Belém, PA, v. 2, n. 2, pp. 9-38, abr./jun., 1979.

JORGE, Fernando Coutinho. Necessidade do planejamento urbano e a criação da CODEM. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 2, pp. 65-77, jan./abr., 1971.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. [mai. 2021]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém, Pará/Marabá, PA – Ambiente virtual. Belém, 20 de mai. 2021.

\_\_\_\_\_. [mai. 2022]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém-PA, Belém, 02 de mai. 2022.

MELO, Murilo Fiúza de. [ago. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Minas Gerais/ Paragominas-PA. Ambiente Virtual, 27 de ago. 2023.

MENDES, Armando Dias. *Amazônia: modos de (o)usar*. Manaus: Editora Valer, 2001.

\_\_\_\_\_. O anúncio de uma nova Amazônia. In COSTA, 1979, *Op. cit.*, p. 15.

\_\_\_\_\_. A Amazônia e o extrativismo. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 3, pp. 5-7, mai./jun., 1971

\_\_\_\_\_. Relações entre o planejamento físico e o econômico-social: algumas considerações sobre a experiência brasileira. *Cadernos NAEA 1*. Belém, PA, pp. 39-71, 1976.

MENDES FILHO, Sebastião Rabello. Sugestões para uma política científico-tecnológica para a Amazônia. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 111-118, out./dez., 1969.

MENEZES, Adriano Velloso de Castro. Recursos humanos e desenvolvimento econômico. *Pará Desenvolvimento*. Belém, PA, v. 6/7, pp. 19-37, mar./jun., 1969.

NOGUEIRA, Francisco de Lamartine. Amazônia: oportunidades de desenvolvimento. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 7-13, set./dez., 1970.

PANDOLFO, Clara Martins. *A Amazônia brasileira e suas potencialidades*. Belém: SUDAM/DRN, 1979.

\_\_\_\_\_. *A floresta amazônica: enfoque ecológico-econômico*. Belém: Sudam, 1978.

\_\_\_\_\_. *Amazônia brasileira: Ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras*. Belém: CEJUP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Ecologia e desenvolvimento da Amazônia. SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 4, n. 1/2, pp. 13-34, jan./dez., 1982.

\_\_\_\_\_. *Floresta Amazônica; possibilidades de exploração econômica. SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 55-60, out./dez., 1969.

PINTO, Lúcio Flávio. [out. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. Belém-PA/Paragominas-PA. Ambiente virtual, 13 de out. 2023.

\_\_\_\_\_. *A pequenez da Academia. Lúcio Flávio Pinto: a agenda amazônica de um jornalismo de combate*, 2019. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2019/10/19/jp-11-a-pequenez-da-academia/>. Acesso em 05 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. *Amazônia Fogo, Sangue e Cifrão – a imprensa no Pará*. Belém: edição do autor, 2021.

\_\_\_\_\_. *O mato e o mito: uma Introdução*. In: MENDES, Armando Dias. *O mato e o mito*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1987.

PONTE, Tereza Maria F. Ximenes. *Reapropriação da ciência pelo povo*. In: HÉBETTE, Jean (Coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia. Cadernos NAEA 7*. Belém, PA, pp. 143-153, 1983.

RAMALHO, Sebastião da Silva; PINTO, Clóvis Gabilanes Corrêa. *Amazônia: solos e recursos florestais*. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 15-17, set./dez., 1970.

REIS, Olegário Pereira. *Incentivos fiscais para o desenvolvimento*. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 5-31, out./dez., 1969.

\_\_\_\_\_. *Os preços nas empresas públicas*. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 2/3, pp. 151-167, jan./jun., 1970.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *Instituições regionais*. In: HÉBETTE, Jean (Coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia. Cadernos NAEA 7*. Belém, PA, pp. 127-139, 1983.

\_\_\_\_\_. *Planejamento e utilização de recursos humanos no processo de desenvolvimento da região amazônica*. *Revista Econômica do BASA*. Belém, PA, v. 1, n. 4, pp. 41-53, set./dez., 1971.

RODRIGUES, José Roberto; MOREIRA, Jorge S. *Alguns aspectos do setor primário regional*. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 75-83, out./dez., 1969.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. [jun. 2023]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís-MA/ Paragominas-PA. Ambiente Virtual, 10 de jun. 2023.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *A economia paraense pela ótica da renda*. Belém: SUDAM/IDESP, [sem data].

\_\_\_\_\_. *A política florestal para a Amazônia e o projeto interministerial*. Sudam: Belém, 1979.

\_\_\_\_\_. A questão amazônica e o Direito. *Congresso Internacional da Associação Germano-Brasileira de Juristas*. Belém: UFPA, 1992.

Disponível em:

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:1992;1000471166>, Acesso em: 04 nov 2023.

\_\_\_\_\_. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: TAQ, 1980.

\_\_\_\_\_. Problemas de emprego em Belém. *Cadernos Paraenses*. N. 2, nov., Belém: IDESP, 1966.

\_\_\_\_\_. Sistema de propriedade e relações de trabalho no meio rural paraense In COSTA, José Marcelino Monteiro da (Ed.). *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

SÉFER, Elias. Apresentação. In: SUDAM. *III Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1980-85*. Belém: Sudam/CPR, 1982

SILVA, Antonio Walmir Fiock da; SERRA, Augusto Bento; VASCONCELOS FILHO, Francisco M.; TEIXEIRA, Lindalva da Costa; CHAGAS, Paulo Roberto da Costa; MARIM, Rosa Elizabeth Acevedo. *Modelos de Políticas para a Amazônia*. 1973. 158 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1973.

SILVA, Fernando Costa. Tecnologia, industrialização, educação. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 1, pp. 49-52, out./dez., 1969

SILVA, Maria José Oliveira e. Aspectos ocupacionais na sociedade amazônica. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 1, n. 2/3, pp. 191-207, jan./jun., 1970.

SILVA, Pedro Melo da. Pressupostos gerais sobre a metodologia de um plano integrado. *SUDAM Documenta*. Belém, PA, v. 2, n. 4, pp. 121-128, jul./set., 1971.

SUDAM. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia – Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79)*. Belém: Sudam, 1976.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)*. Belém: Sudam, 1971.

SUDAM. REBAM. *Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo*. Belém: Sudam, V 1, N 1, 1974.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo*. Belém: Sudam, V 1, N 2, 1974.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Documentação Amazônica – Catálogo Coletivo*. Belém: Sudam, V 1, N 3, 1975.

TAVARES, Aladyrce; MAIA, Clóvis; COLARES, Maria Norma; DÁVALOS, Francisco. *Projetos decorrentes das políticas para a Amazônia – critérios e avaliações*. 1974. 135 f. Monografia de Especialização (Programa Internacional de Treinamento em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.

TEREZO, Evaristo. Potencialidade do setor florestal da Amazônia. *SUDAM Documenta e Informa*. Belém, PA, v. 2, n. 1, pp. 9-24, jan./mar. 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. *A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edna Maria Ramos de Castro*. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 08min e 05seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1319>>. Acesso em 24 de mai. 2021.

VACA, Luís Aragón. [out. 2022]. Entrevistadora: Tayanná Santos de Jesus Sbrana. São Luís/MA – Ambiente virtual. São Luís, 14 de out. 2022.